

DHI

DEPARTAMENTO
DE HISTÓRIA

patrocínio



CNPq

FAPEMIG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

realização

ANAIS

I SEMINÁRIO NACIONAL PRÁTICAS SOCIAIS, NARRATIVAS VISUAIS E RELAÇÕES DE PODER: VISÕES CONTEMPORÂNEAS

18 e 20 de maio de 2010

ANAIS

Foto:
Bianca Silva

Arte de capa:
Thiago Araujo
thiagoaraujo@ufv.br

ISBN: 978-85-63224-08-8



Organizadoras:

Maria da Conceição Francisca Pires,
Patrícia Vargas Lopes de Araújo

VIÇOSA, 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

ANAIS

**I SEMINÁRIO NACIONAL PRÁTICAS SOCIAIS, NARRATIVAS VISUAIS,
RELAÇÕES DE PODER: VISÕES CONTEMPORÂNEAS**

**VIÇOSA - MG
2012**

Reitor da UFV: Luiz Cláudio Costa
Diretor do CCH/UFV: Walmer Faroni
Chefe do Departamento de História: Jonas Marçal de Queiroz
Coord. do Curso de História: Maria da Conceição Francisca Pires

Comissão Organizadora

Maria da Conceição Francisca Pires (UFV)
Patrícia Vargas Lopes de Araujo (UFV)

Monitores

Fernanda Generoso
Michele Aparecida Evangelista
Micheline Carmem Evangelista
Rômulo Marcolino Nascimento
Hugo André Flores F. Araújo
Leandro Vieira Ribeiro
Felipe Leal de Oliveira
Ana Paula Sena
Marcus Vinícius Reis
Jacinto Santana Lima
Taiane Silva
Sarah Cristina Santiago Barcelos
Elis Pacífico Silva
Daniele Leonor Moreira Gonçalves
Cláudia Guimarães Ladeira
Samuel Vieira

Arte

Thiago Araujo

Fotografia

Sérgio Silva

Realização

Departamento de História – UFV

Apoio

FAPEMIG – CNPq

ISBN: 978-85-63224-08-8

SUMÁRIO

1. “A BATALHA DE ARGEL” OU UM PROJETO DE NAÇÃO? Adriano Soares Rodrigues	11
2. ARMAZÉM DE INFRATORES: A CADEIA PÚBLICA DE MARIANA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX, Alan Nardi1	22
3. MEMÓRIAS SUBURBANAS: ENTRE TÁTICAS E ESTRATÉGIAS, Alessandra Tavares	29
4. A LEI DA BOA RAZÃO E A PRÁTICA DOS ADVOGADOS EM MINAS GERAIS (1750-1808) Álvaro de Araújo	35
5. A PRODUÇÃO DE ÁLBUNS DE CIDADES NA DIFUSÃO DE VALORES: JUIZ DE FORA EM 1915, SEGUNDO ALBINO ESTEVES, Ana Lúcia Fiorot de Souza,	42
6. LITERATURA E HISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DO ARQUÉTIPO IMAGINÁRIO PORTUGUÊS Ana Paula Silva	49
7. O JESUS HISTÓRICO, A RELIGIÃO, RELIGIOSIDADE E O CULTO: UMA TENTATIVA DE DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO NO RIO DE JANEIRO, Prof. Ms. André L. Barroso,	55
8. UMA REVISTA CARIOCA QUE FAZ CARETA AO FEMINISMO (1914-1925) Bárbara Figueiredo Souto,	61
9. TRADIÇÕES, RITUAIS E CERIMÔNIAS ALÉM DO SAARA: PERSPECTIVAS E DIFERENTES OLHARES Beatriz Carvalho dos Santos,	69
10. A POESIA COMO UMA FORMA DE ESCREVER HISTÓRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O INDIANISMO EM GONÇALVES DIAS Bruno Omar de Souza,	76
11. O SENEGAL FILMADO: UM ESTUDO SOBRE O FILME “E NÃO HAVIA MAIS NEVE” E DE SUAS ALEGORIAS DO MUNDO SOCIAL SENEGALÊ, Camila Rajão, Taciana Garrido,	82

12. DA DOMINAÇÃO PATRIMONIALISTA À FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL BRASILEIRO: UM ESTUDO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DE FLORESTAN FERNANDES PARA A TEORIA DO ESTADO BRASILEIRO, Carine Neves Alves da Silva,	88
13. DEUSES E DIABOS EM TERRAS DE FURTADO Carla Nascimento,	95
14. A “QUESTÃO MILITAR” E A CRISE DO IMPÉRIO: CRISE POLÍTICA E CRISE HEGEMÔNICA (1868-1889) Carla Silva do Nascimento,	101
15. AQUELES GAROTOS QUE IRIAM MUDAR O MUNDO: O CINEMA NOVO E A POLÍTICA, Carlos Eduardo P. de Pinto	113
16. O INSTITUTO BRASILEIRO DE AÇÃO DEMOCRÁTICA ATRAVÉS DE IMAGENS, Carlos Fellippe de Oliveira e Jefferson Pereira da Silva Júnior.	120
17. A LEGITIMAÇÃO DO PODER EM CARTAGENA DE INDIAS: O GOVERNADOR MURGA CONTRA O SANTO OFÍCIO Carlos Guilherme Rocha,	127
18. DE “FEITICEIROS ÍNDIOS” A VASSALOS CRISTÃOS: INQUISIÇÃO E O PROJETO DE NORMATIZAÇÃO DA FÉ E DOS COSTUMES NO GRÃO-PARÁ DO SÉCULO XVIII, Carlos Henrique A. Cruz,	134
19. HISTÓRIA E DIREITO: A CULTURA JURÍDICA E A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO, Carlos Roberto Torres Filho.....	140
20. RELAÇÕES CONFLITUOSAS ENTRE ESTADO, IGREJA E SOCIEDADE DURANTE O GOVERNO EPISCOPAL DE DOM FREI MANUEL DA CRUZ (1748-1764), Cláudia Guimarães Ladeira.....	147
21. MEDIDAS POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS PARA ACOMODAÇÃO SOCIAL DE MULATOS E FORROS (MINAS GERAIS, SÉCULO XVIII), Daniel Precioso,	155
22. MACUNAÍMA ENTRE MÁRIO DE ANDRADE E JOAQUIM PEDRO DE ANDRADE, Daniel Vecchio,	162

23. SOBRE A GUERRA DO FIM DO MUNDO DE MARIO VARGAS LLOSA E A CARNAVALIZAÇÃO DE CANUDOS, Daniela Barbosa de Oliveira,.....	173
24. A CONDIÇÃO DA CIDADE DE LISBOA DURANTE A UNIÃO IBÉRICA: PERCEÇÃO DOS CONTEMPORÂNEOS, E HISTORIOGRAFIA, Daniela Rabelo Costa Ribeiro Paiva,	178
25. O ÍNDIO E A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS INDIGENISTAS: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO REPUBLICANO, Danielle Bastos Lopes,	185
26. DOTE, RELAÇÕES MATRIMONIAIS E ALIANÇAS FAMILIARES EM GUARAPIRANGA (1780- 1880), Débora Cristina Alves,	192
27. A IMAGEM DOCUMENTÁRIO: PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA HISTÓRIA, Douglas Bento Bezerra,	198
28. A TELENOVELA: HISTÓRIA, FICÇÃO E COTIDIANO NA CONTEMPORANEIDADE, Dymas Júnior de Souza Oliveira,	204
29. A JUSTIÇA NO GOVERNO DAS MINAS: LEIS, USOS E COSTUMES EM MARIANA NO SÉCULO XVIII, Edna Mara Ferreira da Silva,	209
30. OS EVANGÉLICOS BRASILEIROS E A RELIGIOSIDADE A LA CARTE, Eduardo Guilherme de Moura Paegle,	216
31. MARKETING RELIGIOSO NA BOLA DE NEVE CHURCH, Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Fo,	223
32. RESOLUÇÃO NEGOCIADA DE CONFLITOS AMBIENTAIS: TÉCNICAS EMERGENTES DE PODER NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS, Edwin Muñoz Gaviria,	229
33. ESTRUTURA AGRÁRIA E POSSE DE ESCRAVOS NA FREGUESIA DE GUARAPIRANGA (1832-1872), Eliane Aparecida Duarte Batista,	235
34. A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NO ESPAÇO TELEVISIVO, Elisa da S. Gomes,.....	241
34.O ESPETÁCULO DAS ÁGUAS: RELIGIOSIDADE AFRO-DESCENDENTE NA BAHIA REPUBLICANA (1889-1930), Érika do Nascimento Pinheiro,.....	247

35. O TRIUNFO DA VIRTUDE SOBRE O DEMÔNIO NA GRAVURA DE SAMICO, Fabio Fonseca,	255
36. A REVISTA CULTURA POLÍTICA: REINTERPRETAÇÃO DA HISTÓRIA DO BRASIL E IDEÁRIO NACIONALISTA NO ESTADO NOVO, Felipe de Sousa Lima Vasconcellos,	265
37. “TODOS UNIDOS FAZENDO UMA CORRENTE, PRA FRENTE BRASIL!”: A REVISTA CARETA COM A SUA COBERTURA NA COPA DO MUNDO DE 1938, Felipe Leal de Oliveira, Daniele Leonor Moreira Gonçalves.....	271
38. UM PARECER DO CONSELHO: A JURISDIÇÃO ATRAVÉS DAS CONSULTAS, Fernanda Generoso,	279
39. A ESTRUTURA FAMILIAR NA MONTAGEM DO “ESTADO” BRASILEIRO NOS PRIMÓRDIOS DA COLONIZAÇÃO FLUMINENSE NOS SEISCENTOS, Fernando Maia da Motta,.....	287
40. A TRAJETÓRIA ECONÔMICA ARGENTINA NA DÉCADA DE 1990 E INÍCIO DO SÉCULO XXI, Fernando Marcus Nascimento Vianini,	296
41. SUBJETIVIDADE E CRÍTICA POLÍTICA NO CINEMA DE AUTOR DE LEON HIRSZMAN (S. BERNARDO, 1972), Flávia Cóprio Esteves,	303
42. O RESGATE DO SOLDADO RYAN: GUERRA, IDENTIDADE NACIONAL E A REPRESENTAÇÃO DO SOLDADO CIDADÃO, Flávio Teixeira da Costa Junior,	312
43. O MEMORÁVEL 7 DE ABRIL – A CONSTRUÇÃO DE UMA DATA CÍVICA E A PEDAGOGIA LIBERAL MODERADA Gabriela da Silva Ramos Fernandes,	318
44. SINCRETISMO RELIGIOSO E CULTURA POPULAR EM CUIABÁ-MT, Giordanna Santos,	325
45. A ORGANIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL NO BRASIL ,(1832 A 1842), Glauber Miranda Florindo,.....	331

46. REVISTA HORA PRESENTE: UMA REPRESENTAÇÃO HISTÓRICA DA IGREJA CATÓLICA BRASILEIRA EM ANOS DITATORIAIS (1968-1974), Glauco Costa de Souza,.....	338
47. “ASSIM BRILHA A LUZ”: EDUCAÇÃO MISSIONÁRIA E IDEAL CIVILIZATÓRIO,Guilherme Ferreira Oliveira,.....	344
48. OS CAMINHOS BRASILEIROS DE PEREGRINAÇÃO: A CONSTRUÇÃO O ESPAÇO SAGRADO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, Audrey Germiniani Calvelli,	350
49. NARRATIVAS VISUAIS E ORAIS: A EXPERIÊNCIA DA IMIGRAÇÃO MEDIADA PELAS IMAGENS, Henrique Mendonça da Silva,	357
50. TRAJETÓRIA E CARREIRA DO 2º. CONDE DE CASTELO MELHOR, GOVERNADOR GERAL DO ESTADO BRASIL, Hugo André Flores Fernandes Araújo,.....	364
51. A IMPRENSA SOTEROPOLITANA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: AS REPRESENTAÇÕES PARTIDÁRIAS NOS JORNAIS DA CIDADE DO SALVADOR (1910/1912), Hugo Santiago Mendes,	372
52. RELIGIOSIDADE E MORTE ESCRAVA EM VASSOURAS (1840-1880), Iamara da Silva Viana,	379
53. DA DEMOCRACIA RACIAL ÀS POLÍTICAS UNIVERSALISTAS: OS PARADIGMAS DAS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO, Jacinto Santana Lima,	386
54. A NEGOCIAÇÃO DA PUNIÇÃO NA REVOLTA DE VILA RICA SOB A ÓTICA DA JUSTIÇA NO ANTIGO REGIME E A ASCENSÃO DE UMA NOVA RAZÃO DE ESTADO, João Henrique Ferreira de Castro,	395
55. O CLUBE DA LUTA E A CRÍTICA A MODERNIDADE, Jonatas Pinto Lima,	402
56. A VIOLÊNCIA E O CONGRESSO NACIONAL, José Cleyton Vasconcelos Monte,	409
57. INVENTÁRIOS POST-MORTEM NA (RE)CONSTRUÇÃO DO CLERO SECULAR DE MARIANA: O USO DE FONTES OFICIAIS, DESCRITIVAS E OBJETIVAS NA RELEITURA DE EMOÇÕES, DESEJOS E PENSAMENTOS DE PADRES – 1800 A 1850, Josimar Faria Duarte	415

58. NO PALCO DA CIDADE ENTRAM EM CENA AS RELAÇÕES DE URBANO E RURAL ENTRE COMPLEMENTOS E ESTRANHAMENTOS, Jucilane de Sousa Carlos,	421
59. SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL E SUA CRISE- A QUESTÃO CHAPELEIRA NA DÉCADA DE SETENTA DO SÉCULO XIX E SUA REPERCUSSÃO, Jussara França de Azevedo,	428
60. O ESPÍRITO SANTO PERDIDO - A CONSTRUÇÃO DE UM ESQUEMA ICONOGRÁFICO ATRAVÉS DA CULTURA IMPRESSA. SÃO JOÃO DEL REI – 1793 – 1818, Kellen Cristina Silva,	434
61. CIDADE, POLÍTICA E DOMINAÇÃO: HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA EM PERSPECTIVA, Leandro Amauri Vieira Ribeiro,	440
62. ENTRE A LEI E A PRÁTICA FRENTE O SACRAMENTO DO MATRIMÔNIO EM GUARAPIRANGA NOS SÉCULOS XVIII E XIX, Léo Gomes de Moraes Neto,	447
63. O AFRICANO SOB A ÓTICA DE VIAJANTES DA ÉPOCA MODERNA (SÉC. XV AO XVII), Letícia C. F. Destro,	455
64. PODEROSOS DO SÉCULO E AGENTES DA FÉ: O “JOGO” DE CONFLITOS E INTERESSES NAS ENTRELINHAS DA INQUISIÇÃO, Lidiane Vicentina dos Santos,	460
65. MATHIAS DA CUNHA: CARREIRA, TRAJETÓRIA E GOVERNAÇÃO, Lindiamara J. G de Azevedo,	466
66. SOBERANIA NO MUNDO ATLÂNTICO: TRÁFICO DE ESCRAVOS E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL NO BRASIL MONÁRQUICO (1831– 1850), Lívia Beatriz da Conceição,	474
68. A ORGANIZAÇÃO DA EXPOSIÇÃO ‘PRESENÇA DO INVISÍVEL NO NOVO CENÁRIO MUSEOLÓGICO DO SÉCULO XXI, Livia da Silva Nascente,	482
69. AS FOTOGRAFIAS DA MARÉ E DE SAN AGUSTÍN: OS TRABALHOS CRIATIVOS DA MEMÓRIA EM ESPAÇOS DE CONFLITO, Lorena Best Urday,	489

70. BELO HORIZONTE EM EXPOSIÇÃO: FOTOGRAFIA AMADORA E PODER PÚBLICO UNIDOS NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA CAPITAL MINEIRA EM 1953, Lucas Mendes Menezes,.....	497
71. RATZINGER OU BENTO XVI, QUEM COMANDA O VATICANO? UM BALANÇO DE 5 ANOS DO PAPADO, Lucelmo Lacerda de Brito,.....	503
72. O CORPO: IMAGENS E EXAGEROS NA CULTURA IMPRESSA, Luciana Machado de Freitas,.....	511
73. DAI GRAÇAS, QUE HÁ CURA: O PERCURSO DE UM “ULTRAMONTANO POPULAR” PADRE ANTÔNIO RIBEIRO PINTO, 1947-1963, Luciano Conrado Oliveira,.....	518
74. PROCESSOS SUCESSÓRIOS E FAMÍLIA ESCRAVA NA REGIÃO DE GUARAPIRANGA (1782-1839), Lucilene Macedo da Costa,.....	525
75. O CINEMA NOVO E O FUTEBOL: GARRINCHA, ALEGRIA DO POVO (1963) E AS MARCAS DE UMA RELAÇÃO CONTRADITÓRIA, Luís Fernando Amâncio Santos,	531
76. A TIRANIA DOS BRAGANÇA: CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO TIRÂNICA DA MONARQUIA BRASILEIRA NOS JORNAIS COMO PARTE DA DEFESA DA REPÚBLICA (BRASIL, 1870/1889) – NOTAS DE PESQUISA, Luiz Arnaut,	537
77. O PROTESTANTISMO SOB UM NOVO OLHAR: ASPECTOS DA HISTORIOGRAFIA PROTESTANTE NO BRASIL Marcela Pimentel da Silva ,.....	544
78. REPRESENTAÇÃO DOS NEGROS NA OBRA A CABANA DO PAI TOMÁS, Marcelle D.C. Braga,.....	553
79. DIABOLUS, DAEMON, DIABO. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA FIGURA DEMONÍACA PELA IGREJA CATÓLICA: PERCEPÇÕES DO MUNDO CONTEMPORÂNEO, Marcus Vinícius Reis,.....	560
80. A ATUAÇÃO POLÍTICA DA ELITE NO INTERIOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI (1808-1822), Maria Elisa Ribeiro Delfim,	566
81. ENTRE AS LEIS E OS COSTUMES: A JUSTIÇA E A VIOLÊNCIA EM MINAS GERAIS DO SÉCULO XVIII, Maria Gabriela Souza de Oliveira, Álvaro de Araújo Antunes,	573

82. O CASTRIOTO LUSITANO E A GUERRA DA LIBERDADE DIVINA: ENCÔMIO E TIRANIA NO PERNAMBUCO “HOLANDÊS”, Mário Sérgio Pollastri de Castro e Almeida,	580
83. HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DOS INVENTÁRIOS POST-MORTEM: FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE GUARAPIRANGA SÉCULOS XVII E XIX, Mateus Rezende de Andrade,	586
84. EM NOME DA MÃE: O ARQUÉTIPO DA DEUSA NAS RELIGIÕES AFRODESCENDENTES, Maurício Borges,.....	594
85. TERRORISMO E MÍDIA EM V DE VINGANÇA: O TERRORISTA E SUA REPRESENTAÇÃO NO CINEMA CONTEMPORÂNEO, Michele Aparecida Evangelista,.....	603
86. FORJANDO STATUS E CONSTRUINDO AUTORIDADES: PERFIL DOS HOMENS BONS E FORMAÇÃO DA PRIMEIRA ELITE SOCIAL EM VILA DO CARMO (1711-36), Michelle Cardoso Brandão,.....	609
87. O TROPICALISMO ATRAVÉS DA MUSICALIDADE, HISTORICIDADE E A INOVAÇÃO COMPORTAMENTAL DE MODA ATRAVÉS DA CANÇÃO JECA TOTAL - INTERPRETADA POR GILBERTO GIL - E AS CARACTERÍSTICAS DE UM “JECA TATU TOTAL” Monike Meurer,.....	615
88. CAIM: OS CONFLITOS RELIGIOSOS DO HOMEM CONTEMPORÂNEO NA NOVA NARRATIVA SARAMAGUIANA Nagib Pereira da Rocha,.....	621
89. OS LARANJAIS DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU: TESTEMUNHOS FOTOGRÁFICOS DE UMA TRANSFORMAÇÃO URBANA 1930-1940, Natalia Azevedo Crivello,	628
90. RECEITAS DE BOLO. UM ESTUDO DA ATUAÇÃO DO CATOLICISMO EM SÃO PAULO DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985) Ney de Souza,.....	634
91. O CONFLITO DE GERAÇÃO E O CONFLITO POLÍTICO NA OBRA RASGA CORAÇÃO DE VIANNINHA., Pâmela Peregrino da Cruz,	640
92. A JURISDIÇÃO EPISCOPAL NO TRIBUNAL E CLESIAÍSTICO DE	

MARIANA: ALGUNS ELEMENTOS ESTRUTURAIS E CONJUNTURAIS DA ATUAÇÃO DOS JUÍZES ECLESIÁSTICOS NO SÉCULO XVIII, Patrícia Ferreira dos Santos,	648
93. CLÉRIGOS, LIVROS E VIDA MATERIAL NAS MINAS GERAIS OITOCENTISTAS , Paulo Vinicius Silva de Santana,	654
94. ENTRANDO E SAINDO DA MODERNIDADE: JORGE LUIS BORGES E A SUA PRODUÇÃO LITERÁRIA VANGUARDISTA (1923-1929) , Pedro Demenech,	661
95. O TERRITÓRIO DO PODER: SEPARATISMO E RELAÇÕES DE FRONTEIRA ENTRE MINAS GERAIS E SÃO PAULO NOS SÉCULOS XVIII E XIX , Pérola Maria Goldfeder e Castro,	670
96. A INFLUÊNCIA DOS VALORES FRANCESES NA CORTE DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX , Phelipe Pereira do Prado Gouveia,	677
97. A INFLUÊNCIA DO POSITIVISMO NOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA , Rafael Reis Pereira Bandeira de Mello,	684
98. BARRAVENTO(S): UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE ROTEIROS , Raquel Nunes,	691
99. MURILO MENDES POR FLÁVIO DE CARVALHO: O MODERNISMO REVISITADO PELO RETRATO , Renata Oliveira,	697
100. OS EMBATES SOCIAIS E IDEOLÓGICOS QUE MARCARAM O INÍCIO DOS ANOS 1960 NO BRASIL , Renato João de Souza,	704
101. O ESTUDO DA ILUSTRAÇÃO A PARTIR DOS ROMANCES: UMA ALTERNATIVA POSSÍVEL? , Renato Sena Marques,	710
102. A IMPRENSA SOTEROPOLITANA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: AS REPRESENTAÇÕES PARTIDÁRIAS NOS JORNAIS DA CIDADE DO SALVADOR (1910/1912) , Hugo Santiago Mendes,	717
103. ÉPOCAS DISTINTAS, MODERNIDADE EM COMUM. TRÊS ESCRITORES NORTE-AMERICANOS E A DESCONSTRUÇÃO DE UM SONHO , Ricardo Fernandes di Bernardi,	724

104. AS SOCIABILIDADES URBANAS SE DESMANCHAM NO AR: UM DEBATE SOBRE AS RECENTES POLÍTICAS DE URBANIZAÇÃO DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES SOCIAIS NA CIDADE, Rodrigo Amaro de Carvalho (UFV) e Alysson Faria Costa (UFMG),	731
105. DESDOBRAMENTOS DA GUERRA COLONIAL PORTUGUESA E DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS SOB O OLHAR DE ANTÓNIO LOBO ANTUNES NA OBRA AS NAUS, Rodrigo Corrêa Martins Machado,.....	738
106. A IMPRENSA COMO AGENTE HISTÓRICO: DA DIFUSÃO DOS FATOS AO SEU PAPEL ESTRATÉGICO NO JOGO POLÍTICO IMPERIAL, Roger Aníbal Lambert da Silva,.....	745
107. PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO ESPAÇO VIRTUAL, Rosali Henriques,	752
108. OS ELEMENTOS DA CULTURA BEATNIK EM OS SUBTERRÂNEOS, DE JACK KEROUAC, Sávio Lopes,.....	758
109. AGRADA MAIS, LIMPA MAIS, RENDE MAIS... A PUBLICIDADE DOS PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL COMO CONSTRUTORES DE DISCURSOS ATRAVÉS DOS IMPRESSOS (1940 – 1960), Silvia Sasaki,	765
110. A MULHER NO BRASIL DO SÉCULO XIX ATRAVÉS DA LITERATURA, Suzi Ellen Lopes Barroso,.....	770
111. AS “MORAIS DA HISTÓRIA”: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CONCEITO DE MORAL NA NOVA HISTORIOGRAFIA DO BRASIL COLÔNIA, Taiane Cristina da Silva,.....	776
112. O JORNAL O BRASIL NA FORMAÇÃO DO ESTADO, Tatiane Rocha de Queiroz,	781
113. A CONSTRUÇÃO DA ÁFRICA: CONCEPÇÃO VISUAL DO CONTINENTE AFRICANO NA CARTOGRAFIA DOS SÉCULOS XVI E XVII, Thiago Mota,	787
114. POLÍTICOS E MILITARES NA NOVA REPÚBLICA: OS MINISTROS E O MILITARES. NOTAS PRELIMINARES DE UMA PESQUISA, Tiago Francisco Monteiro,	795

115. COMPOSIÇÃO DEMOGRÁFICA E “CRIOLIZAÇÃO” DOS PLANTÉIS DE ESCRAVOS: GUARAPIRANGA 1780-1810 Tiago Pereira Leal,	802
116. DESILUSÕES E LUTAS DOS MORADORES DA FAVELA CAMPO DO FUBÁ NA CIDADE DE PONTA GROSSA – PR, Vanessa Marques Barreto,.....	809
117. DIFERENTES OLHARES, UMA DITADURA: REPRESENTAÇÕES DA REPRESSÃO MILITAR NO CINEMA BRASILEIRO, Wallace Andrioli Guedes,	814
118. ANARQUISMO E CIDADANIA NO BRASIL DA PRIMEIRA REPÚBLICA, Walter Barreto,	820
119. LOS DE ABAJO: A LITERATURA COMO FONTE DE PESQUISA SOBRE A REVOLUÇÃO MEXICANA Warley Alves Gomes,	826
120.A FORMAÇÃO DO ESTADO LAICO, SEU DESENVOLVIMENTO E REPERCUSSÕES JURÍDICAS, Yuri Frederico Oliveira Fernandes,.....	832
121. CONFLITOS E REBELIÕES DE ESCRAVOS NO SUL DO MATO GROSSO – SÉCULO XIX, Zilda Alves de Moura,.....	839

“A BATALHA DE ARGEL” OU UM PROJETO DE NAÇÃO?

Adriano Soares Rodrigues
Graduando em História pela UFV

RESUMO

Este trabalho pretende-se a análise da tentativa de construção de identidade nacional argelina apresentada no filme *A Batalha de Argel*, produzido pelo italiano Gillo Potencorvo em 1966. Produção encomendada pelo próprio governo da Argélia, na pós-emancipação e que foi baseada na obra *Souvenirs de la Bataille D'Alger*, de Saadi Yacef, integrante do governo e da Frente de Libertação Nacional.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é traçar uma análise do processo de cultivo do sentimento de identidade nacional argelino, no período pós-emancipação da Argélia, reconhecida em 1962, através da análise do filme “A Batalha de Argel” (1966). Apesar de sua temática tratar dos caminhos que levaram à emancipação do Estado argelino, não é nosso objetivo falar da “descolonização” e sim como a Frente de Libertação Nacional (FLN), grupo que encomendou a produção do filme e que participou deste processo, buscou na “luta” pela independência, frente à França, subsídios da identidade argelina e como eles foram expressos e explorados nas imagens e falas dos personagens durante a trama. Enfrentamos, então, o filme como um objeto e não como uma ferramenta que busque explicar a “descolonização” da Argélia, mesmo que em dados momentos forem necessárias referências a ela.

A Argélia fica localizada no norte da África. A expansão árabe-muçulmana teria chegado à região por volta do século VII¹ e predominou culturalmente no espaço urbano e rural, pelo menos até a implantação do território como colônia francesa, após meados do

¹ IZERROUGENE, Bouzid. *Argélia: A tirania da identidade e a ascensão fundamentalista*. In: Afro-Ásia, nº 21-22, 1998-1999, P. 275.

século XIX, quando as “potências” européias repartiram entre si diversas porções de terras em torno do planeta. Apesar de as cenas do filme serem ambientadas, apenas, no espaço urbano, houve a necessidade de firmar que mesmo com o parcial “domínio” francês nas cidades, seja através do ensino ou do controle social, as comunidades camponesas continuaram suas tradições. Mesmo sem o conflito direto, como o que houve em Argel, apresentado no filme, elas teriam resistido à cultura ocidental e seriam detentoras das origens argelinas.

2. IDENTIDADE TRÍADE

O filme *A Batalha de Argel* foi encomendado pelo governo argelino, que apresenta a necessidade de construir, ou de tentar mostrar à população argelina, uma nação baseada nos subsídios colocados como suas raízes: o povo, o islã e a cultura árabe.

O enredo do filme conta a história de um nativo, Ali La Pointe, analfabeto, criminoso, que depois de preso assistiu à execução de um preso político, momento em que ele ativa o sentimento de militância contra a presença francesa, é recrutado pela Frente de Libertação Nacional (FLN). É através da história deste personagem que os idealizadores do filme transmitem o que eles consideram como histórico de luta e resistência argelina, frente à colonização. Onde estão presentes todas as camadas da população argelina, como crianças e mulheres, que são colocadas como ativas nos conflitos, atentados e recrutamentos.

O filme é ambientado na cidade de Argel entre os anos de 1954 e 1960 e tenta remontar os conflitos que ocorreram entre os nativos, colocados como conduzidos pela Frente de Libertação Nacional, e a força colonial francesa, representada pela polícia, que tentava desmantelar e destruir a organização de resistência capturando e executando seus membros.

Uma das primeiras cenas mostra uma visão panorâmica de Argel, onde aparecem nitidamente as diferenças entre os bairros europeu e Casbah, o bairro dos nativos. O primeiro com ruas largas e casas grandes com boas condições sanitárias e de fluidez no trânsito.

O segundo com um amontoado de casas mal construídas, habitações precárias e poucas condições sanitárias.



Fig. 1: vista do bairro europeu, parte inferior da imagem, em contraste com Casbah, bairro da população nativa, parte superior da imagem.

Sobre esta a segregação entre colonos e nativos, o pensador Frantz Fanon nos fala que

a cidade do colono é uma cidade dura, toda de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada, onde as latas de lixo transborda de restos desconhecidos, nem sequer sonhados. Os pés dos colonos nunca são vistos, salvo talvez no mar. Pés protegidos por sapatos resistentes, quando as ruas de suas cidades são lisas, sem buracos nem pedras... A cidade nativa é um lugar malfamado... É uma cidade faminta, de carnes, de sapatos, de luz. É uma cidade agachada, uma cidade de *bicots*...²

É mostrando os contrastes entre esses dois mundos que o filme busca mostrar que a Argélia é dos argelinos. Apelando para os conflitos diretos, como por exemplo na cena em que Ali La Pointe foi preso.

² FRANTZ FANON. *Apud.* FERRO, Marc. *História das Colonizações: das conquistas às independências – séculos XIII a XX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 149.

Ele estava fazendo de trapaça, atividade proibida pelo governo colonial, quando policiais começam a persegui-lo ele passa por alguns colonos que o chuta e ri da sua cara. Neste momento a câmera fecha no rosto de Ali, que olha com um ar de ódio e aversão ao francês, logo depois ele é levado à prisão, onde acontece um das cenas fundamentais para entendermos a intenção dos idealizadores do filme.

La Pointe já havia sido preso outras vezes, por roubo e outros crimes, mas dessa vez fora diferente. Ele presencia uma cena que mudaria sua vida e que seria responsável pelo despertar do seu sentimento nacionalista, onde a aversão ao colonialismo afloraria.

Enquanto ele está preso, outro detendo segue para sua execução, conduzido por dois soldados franceses. Ao que é arrastado por eles, o detendo grita em árabe (um dos pontos característicos do que seria a cultura argelina) “Alá é grande! Alá é grande! Viva a Argélia! Viva a Argélia!”. Durante seus gritos desesperados os soldados franceses tenta a todo custo tampar sua boca, como se estivessem expressando a opressão da França sobre o povo argelino, sobre as suas tradições. Nesta cena fica clara o chamado à militância para Ali La Pointe. O detento foi executado citando uma oração islâmica e mais uma vez a câmera se fecha no rosto do nosso protagonista, que dessa vez expressa indignação.



Fig. 2: momento em que os soldados franceses calam o detento que aclamava por Alá e pela Argélia.

Ao sair da prisão, La Pointe é, então, recrutado a entrar para Frente de Libertação Nacional. Este é um ponto interessante do filme. O recrutamento envolve as outras duas parcelas da população argelina, representadas por uma criança, que entrega e lê um bilhete com o que Ali deve fazer, e uma mulher muçulmana, que entrega uma arma para ele. Neste ponto entra em cena mais um pé da base triangular da identidade, o povo. A luta contra o colonialismo teria envolvido o povo argelino, crianças, mulheres, homens, adultos etc.



Fig. 3: momento em que Ali La Pointe recebe o convite para entrar na FLN. O garoto lê o bilhete de convocação porque Ali é analfabeto.

No decorrer do filme são expostos vários eventos que tentam ressaltar o caráter de resistência cultural, como o irônico trecho em que se ouve a voz de alguém do governo colonial, em um mega-fone na rua, dizendo para a população de Argel tinha como pátria a França, que eles eram cidadãos franceses.

O historiador Marc Ferro³ cita um trecho parecido com este. Diz que os professores falavam: “Crianças, amai a França, vossa nova pátria.” Como dissemos, a produção monta cenas em que a resistência cultural é claramente exposta. Há um trecho em que isto é

³ FERRO, Marc. *Op. Cit.* p. 145.

piamente explorado, um casamento clandestino promovido pela FLN.

O condutor do casamento chega à casa dos noivos, em Casbah, e pede para que dois homens vigiem a porta. Inicia-se uma série de orações em árabe que abrem a cerimônia, um casamento civil. Então, ele diz:

A cerimônia será breve e vocês sabem porquê. Chegará o dia em que celebraremos o casamento à vista de todos. Mas estamos em guerra contra o colonialismo. Um exército inimigo ocupa nosso país há 130 anos. É por isso que a FLN tem que tomar decisões sobre a vida civil do povo argelino. Com este casamento, cumprimos o nosso dever. Um dever de resistência.

Fica expresso neste ponto, que a FLN busca mostrar o seu caráter de resistência ao que eles consideram opressão do colonialismo que lhes toma os direitos essenciais como o de casar-se, de transitar livremente. E é ela quem teria conduzido este processo.

Ela teria conduzido ou aberto os olhos do povo argelino, mas era o próprio povo que deveria tomar as rédeas de sua nação. A FLN teria tomado decisões para a vida civil, como no trecho acima, mas na parte final do filme, fica claro o sentido a que ele é destinado, o de que há uma nação a ser construída. A independência teria sido só o primeiro passo, ainda haveria muito a ser feito.

Como dito, o filme mostra vários conflitos entre a população de Casbah e o governo colonial. Há várias cenas de atentados, como explosões de cafeterias e bares freqüentados por colonos etc. Depois desses ataques, a FLN resolve convocar uma greve geral de dez dias, onde todo o comércio deveria ser fechado e ninguém sairia para trabalhar.

E, é acerca desta greve que se desenvolve o diálogo mais importante da trama, entre o protagonista Ali La Pointe e Ben M'hidi, um dos chefes da Frente de Libertação Nacional:

Ben M'hidi: Jaffar disse que você não queria a greve.

Ali La Pointe: Não.

Ben M'hidi: Por que não?

Ali La Pointe: Porque nos disseram para não usar armas.

Ben M'hidi: Atos de violência não vencem guerras. E nem revoluções. O terrorismo serve pra começar. Depois, o povo todo deve agir. É para isso que serve a greve. Pra mobilizar os argelinos e avaliar a nossa força.

Ali La Pointe: E mostrar isso á ONU?

Ben M'hidi: Isso, mostrar à ONU. Não sei se vai servir, mas a ONU poderá medir a nossa força. Sabe, Ali, começar uma revolução é difícil. Mais difícil ainda é continuá-la e, o pior de tudo, e vencê-la. Mas é depois, quando tivermos vencido que começarão as reais dificuldades. Ou seja, há muito a fazer. Não está cansado Ali?

Ali La Pointe: Não.

A greve, momento em que ocorre este diálogo, ocorreu dois anos antes da independência. É neste trecho que o governo argelino, recém independente, e a FLN mostram tentam mostrar à população da Argélia que eles conseguiram a emancipação porque têm uma identidade, mas ainda há uma “nação” a ser construída, há problemas a serem sanados, “há muito a fazer.” E, Ali La Pointe, que representa o cidadão comum argelino, quando questionado se está cansado, responde que não, ou seja, o povo quer e deve continuar a “luta” pela Argélia.

3. CONCLUSÃO

Nosso intuito com este trabalho foi traçar uma análise do filme *A Batalha de Argel*, tomando-o como objeto, como um produto de seu tempo, que possui intenções e sentimentos por trás de sua produção. Tentamos dissecá-lo, apontando trechos onde a produção defende a existência de uma identidade argelina em contraposição ao colonialismo francês. E que, busca mostrar para a população da Argélia que eles conseguiram a independência porque lutaram, foram resistentes, possuíam uma identidade, mas que ainda havia muito a fazer, havia um país a ser construído.

4. BIBLIOGRAFIA

FERRO, Marc. *História das Colonizações: das conquistas às independências – séculos XIII a XX*. Trad. Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

LINHARES, Maria Yedda Leite Linhares. Descolonização e lutas de libertação nacional. In: REIS FILHO, Daniel A.; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. (Org.) *O Século XX: O tempo das dúvidas. Do declínio das utopias às globalizações*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 35-64.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

ARMAZÉM DE INFRA-TORES: A CADEIA PÚBLICA DE MARIANA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Alan Nardi
Doutorando – UFF

O principal órgão executor das disposições contidas nas Ordenações Filipinas, era nas colônias, a Câmara Municipal. Esta reunia o poder político-administrativo e judicial na sua expressão mais elaborada. Ao mesmo tempo em que possuía grande autonomia na condução dos assuntos locais, era também por meio das Câmaras que a metrópole fazia chegar suas determinações de âmbito geral. As Câmaras Municipais eram compostas por um conjunto de oficiais, com atribuições estipuladas pelo Livro I do código filipino: um juiz ordinário, três vereadores, um procurador, um ou dois almotacés e um escrivão. Em muitos casos, a complexidade e importância das municipalidades proporcionavam o provimento de outros cargos como o de meirinho, carcereiro, juiz de fora, tesoureiro e outros. O juiz ordinário, os vereadores, o procurador, o escrivão e o tesoureiro, quando havia, eram escolhidos por meio de eleição indireta, dentre os homens bons da localidade. As funções deliberativas cabiam exclusivamente aos vereadores sob a presidência do juiz.

De acordo com Renato Pinto Venâncio, a Câmara Municipal de Mariana entre 1746-1808 apresentava uma intensa distribuição de funções, o que fazia com que a mesma se dividisse em cargos de natureza econômica, judiciária, política, fiscal-administrativa, assistencial e territorial.⁴

A Cadeia Pública era parte constitutiva do poder municipal. Era a ela que recorria a Câmara, com seus oficiais, para apreender criminosos e todo tipo de transgressores. Instalada em um cômodo qualquer, numa casa alugada ou numa dependência ao lado da Câmara, nunca apresentava condições adequadas de segurança, iluminação e higiene. Nas vilas e cidades melhor providas de recursos, construía-se a Casa de Câmara e Cadeia, um prédio de dois

⁴ VENÂNCIO, Renato Pinto. Estrutura do Senado da Câmara. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1998. p. 140.

pavimentos no qual a parte de baixo era ocupada por enxovias⁵ e o andar superior pela Câmara.

A prisão deve tomar a seu cargo todos os aspectos do indivíduo, seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições; a prisão, muito mais que a escola, a oficina ou o exército, que implicam sempre numa certa especialização, é onidisciplinar. Além disso, a prisão é sem exterior nem lacuna; não se interrompe, a não ser depois de terminada totalmente sua tarefa; sua ação sobre o indivíduo deve ser ininterrupta: disciplina incessante. (FOUCAULT, 1987, p. 198)⁶

A distância entre a prisão idealizada e retratada por Michel Foucault e a realidade encontrada nas Minas do século XIX é gritante, não somente pela diferença estrutural, mas pela função delegada a cada uma. Tal prisão não visava à recuperação do delinqüente, não tinha o intuito de prepará-lo para o retorno à sociedade, mas prestava-se realmente ao armazenamento dos infratores. As Ordenações Filipinas não estipulavam para nenhum crime ou circunstância a pena de prisão isoladamente, sendo o encarceramento freqüentemente utilizado como um recurso coercitivo.

Numa época em que inexistiam meios mais sofisticados, burocratizados de fazer cumprir o pagamento de uma multa, por exemplo, a detenção do indivíduo se tornava a garantia física, corporal, de que ele saldaria o pagamento imposto. Assim, é

⁵ Enxovias eram cárceres térreos ou subterrâneos, escuros, úmidos e sujos. Em Bluteau encontramos ainda, para caracterizar as enxovias os adjetivos baixa, escura, asquerosa e imunda.

⁶ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 198.

comum encontrarmos no Livro V das Ordenações a fórmula sejam presos e da cadeia paguem [...] cruzados. Com relação às outras penas - morte, açoite, degredo, etc. - até que fossem atribuídas ou executadas, contava-se com a prisão como meio para garantir a contenção do acusado ou criminoso. (SALLA, 1999, p. 34)⁷

Em 1824 foi instituída a primeira Constituição do Brasil. De acordo com o artigo 21 as cadeias deveriam ser seguras, limpas e bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos réus, conforme suas circunstâncias e natureza de seus crimes. Já no ano de 1830, o Código Criminal traduzia no seu artigo 48, que as prisões

públicas tinham que oferecer comodidade e segurança para os detentos. O Código Criminal visava o remanejamento das estruturas de poder. A partir de 1828, os presidentes de províncias do Brasil Império eram responsáveis pelas fiscalizações de suas respectivas prisões. A Lei de 1º de outubro de 1828 determinava que se nomeasse uma comissão de cidadãos respeitados que visitariam as prisões civis, militares e eclesiásticas para informarem do seu estado e dos melhoramentos necessários. Esta comissão deveria enviar o relatório sobre as condições encontradas para os presidentes e vereadores das Câmaras Municipais.

Elizabeth Rouwe destaca dois pareceres referentes à Cadeia Pública de Mariana, um do ano de 1834 e um de 1855, totalmente distintos. Enquanto o primeiro verificou ótimas condições para a prisão, o segundo condenou não somente sua estrutura física, como também o tratamento que os presos recebiam. Essa segunda comissão afirmou que a casa de reclusão se assemelhava aos antigos calabouços da inquisição. Além disso, as paredes das celas, por serem de adobe, necessitavam com urgência serem forradas com espessas tábuas. Também as grades, o assoalho e o lajeamento interno precisavam de reparos. O inspetor chamou a atenção ainda,

⁷ SALLA, Fernando. *As Prisões em São Paulo: 1822-1940*. São Paulo: Annablume, 1999. p. 34.

para as águas das chuvas, que constantemente infiltravam-se nas paredes das celas.⁸

A cadeia de São João del-Rei também se encontrava num estado deplorável. Na década de 1830, os inspetores, ao vistoriarem essa instituição, disseram que a mesma parecia mais um caverna, e que a qualquer instante desmoronaria, pelo estado de ruína em que se encontrava. No ano de 1828, as autoridades administrativas de São João del-Rei enviaram um relatório à Assembléia Legislativa pedindo a liberação dos recursos para continuar as obras do novo prédio que abrigaria a cadeia da vila. Segundo Maria Tereza Cardoso, a cadeia de Lavras, a exemplo, da de São João del-Rei, não oferecia comodidade e segurança, podendo esta ser facilmente arrombada.

Em meados da década de 1850, os relatórios apresentados pelos fiscais sobre as condições de várias cadeias da província de Minas Gerais demonstraram que as mesmas necessitavam urgentemente de reformas, como era o caso de Ouro Preto, Patrocínio e São Romão.⁹ Outros locais como Baependi, Pouso Alegre, Diamantina, Pitangui, Paracatu e Sabará precisavam reconstruir as suas prisões devido ao estado precário em que elas se encontravam. Na vila do Rio Pardo a situação também não era cômoda, uma vez que não havia presídio.

⁸ SOUZA, Elizabeth Valéria Rouwe. A administração carcerária de Mariana no século XIX. Monografia de Bacharelado. Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2003.

⁹ João Manuel Pohl, cujo livro *Viagem no Interior do Brasil* foi editado em 1837, viu o arraial de Nossa Senhora do Patrocínio como um lugar pobre, com uma Igreja de madeira e barro, que só recebe luz pelas portas, e umas trinta casas, cuja construção denuncia claramente a penúria de seus donos. Patrocínio teve as regalias de paróquia, com o título de Nossa Senhora do Patrocínio, com a lei n° 114, de 09 de março de 1839. A lei n° 171, de 23 de março de 1840, criou a vila, que foi instalada em 1842. São Romão é um município do Alto Médio São Francisco criado pela lei n° 843, de 07 de setembro de 1923. O arraial primitivo denominado Manga ou Santo Antônio do Manga surgiu nos primórdios do século XVIII. Foi elevado à categoria de vila no dia 13 de outubro de 1831, com o nome de Vila Risonha de São Romão.

na mesma. Diversas reformas foram feitas ao longo do século XIX, e mesmo com essas, a cadeia de Mariana não oferecia à sociedade e aos detentos a segurança necessária. Em 1855 os funcionários afirmavam que a cadeia de Mariana não reeducava os presos devido às condições precárias da mesma, devendo ser enviados para a Cadeia de Ouro Preto, os detentos mais perigosos.

Várias casas de reclusões da província mineira no século XIX estavam em condições críticas. Infelizmente as pequenas reformas feitas nessas instituições não resolveram os problemas, uma vez que as mesmas necessitavam de mudanças drásticas. O sistema carcerário de Mariana no século XIX, segundo Rouwe, além de não promover reformas estruturais efetivas, colaborava para garantir a reincidência. A comissão encarregada de inspecionar as repartições

públicas decretou em 1855 que a grande máxima evangélica a respeito do homem é corrigir, e não destruir. Partindo desses princípios, os fiscais afirmavam que a prisão não dispunha de uma política de reeducação dos prisioneiros e seu sistema colaborava para a permanência desses homens na criminalidade.

No rol de réus presos à ordem da Casa de Suplicação, quase metade daqueles de que se sabe o destino saem soltos, por perdão, fiança ou eventualmente, por falta de culpas; e, em relação a muitos outros, “corria livramento” por meios ordinários. Sua Majestade manda advertir V. M., que as leis são feitas com muito vagar e sossego, e nunca devem ser executadas com aceleração; e que nos casos crimes sempre ameaçam mais do que na realidade mandam [...] porque o legislador é mais empenhado na conservação dos Vassallos do que no castigo da Justiça, e não quer que os ministros procurem achar nas leis mais rigor que elas impõem. (HESPANHA, 1992, p. 248)¹⁰

¹⁰ HESPANHA, António Manuel. *A Punição e a Graça*. In: MATTOSO, José. *História de Portugal vol. 4 (O Antigo Regime 1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

Verificando os alvarás de solturas da Cadeia Pública de Mariana foi possível calcular o tempo que as pessoas passavam encarceradas. Em média, 26% das pessoas ficavam presas por até cinco dias, 24% de cinco dias a um mês, 25% de um mês a seis meses, 13% de seis meses a um ano e só 12% ficavam encarcerados por mais de um ano. Logo, 75% das pessoas presas ficavam no máximo seis meses encarceradas. É importante demarcar que tais dados estatísticos referem-se às prisões nas quais foi possível encontrar os respectivos alvarás de soltura. A grande maioria dos presos em Mariana não possui alvará de soltura o que evidencia o caráter coercitivo da Cadeia Pública na primeira metade do XIX, pois o recolhimento à mesma poderia ser feito para qualquer averiguação. A situação precária das prisões no XIX não se limitava a Minas Gerais e estendia-se por todo Império. Uma gama variada de pesquisas evidencia esta questão. Os relatores sabiam o quanto as prisões necessitavam de reparos e afirmavam que o cárcere não reeducava ninguém. Tal afirmação permite-nos pensar nesse instrumento de poder como um simples depósito, um armazém de infratores destinado a retirar das ruas aqueles que descumprissem as posturas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, Paulo Thedim. *Casas de Câmara e Cadeia*. In: BARRETO, Paulo Thedim; REIS, José de Souza; *Arquitetura Oficial I*. São Paulo: FAUUSP; MEC-IPHAN, 1978.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- NARDI, Alan. *Crime e Castigo: a criminalidade em Mariana na primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.
- SALLA, Fernando. *As Prisões em São Paulo: 1822-1940*. São Paulo: Annablume, 1999.

SOUZA, Elizabeth Valéria Rouwe. *A administração carcerária de Mariana no século XIX*. Monografia de Bacharelado. Universidade Federal de Ouro Preto, 2003.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Estrutura do Senado da Câmara. *In: Termo de Mariana: história e documentação*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1998. p. 140.

MEMÓRIAS SUBURBANAS: ENTRE TÁTICAS E ESTRATÉGIAS.

Alessandra Tavares
Mestranda em História Social /UERJ

Resumo Estendido:

Nossa pesquisa desenvolve-se em torno da história de vida de um grupo de mulheres negras moradoras do Morro da Serrinha, em Madureira¹¹, e sua ligação com a os lazeres locais, o jongo e, sobretudo o samba. Procuramos analisar o papel exercido pela mulher na formação e na extensão das redes de relações sociais das comunidades do subúrbio carioca.

No Morro da Serrinha, a oralidade, a memória, eram práticas anteriores a chamada *cultura da memória*¹². Fundamentada em pontos de referência baseados em práticas fixadas na região através da migração de descendentes originários do tempo do cativo. Preceitos morais e éticos ligam-se a uma espécie da tradição oral que de maneira informal, fundamenta e reforça o sentimento de pertencimento na comunidade. No seio das famílias, encontramos a essência da transmissão de signos que dão significados às práticas, geradoras de uma espécie de identidade local.

A festa, o divertimento permeava as relações familiares dos grupos que se deslocaram em direção ao morro da Serrinha. Podemos observar duas ramificações das práticas culturais desenvolvidas na região, que ganharam o espaço público, ou foram em direção a mercadorização¹³. A primeira, o samba carioca, despido dos aspectos místicos encontradas no jongo, mas com forte influência deste, popularizou-se no início do século XX. Em um diálogo entre as práticas culturais, aspectos do jongo foram preservados no samba

¹¹ Subúrbio do Rio de Janeiro

¹² HYUSSEN, Andreas. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

¹³ idem

carioca, como por exemplo, o partido alto¹⁴. Segundo Boy, as casas dos sambistas da velha guarda das escolas de samba eram pontos de encontro para as rodas de jongo. *Nessas festas visitavam-se uns aos outros, recebendo também jongueiros do interior.*¹⁵

Longe dos circuitos culturais do centro da cidade, no subúrbio carioca do início do século XX, a diversão era promovida nas comunidades, pelas famílias. Neste sentido, na Serrinha a articulação das famílias com a diversão, foi o *ponta pé* inicial para formação de um sentimento identitário local. Através da memória dos feitos de personagens que se ligam através de um parentesco ou pelas solidariedades forjadas pelo cotidiano.

A história de fundação da Escola de Samba Império Serrano remonta ao papel exercido pelas famílias e a memória de seus personagens. Surgida através de uma articulação da família Oliveira, sua formação se deu na casa de Eulália Oliveira, a tia Eulália do jongo, irmã de Sebastião de Oliveira, o Molequinho e a tia Maria do jongo.

Nas casas das famílias e sob os cuidados das mulheres, a memória das práticas culturais gerava uma coesão entre as famílias, e a comunidade. Suas práticas culturais eram como pontos de articulação interna na extensão das suas relações, onde laços eram estreitados e solidariedades eram firmadas. No extravasamento do cotidiano, e na preservação das suas práticas culturais, engendrando espaços de articulação social do morro e para fora dele. Para mestre Darcy, percussionista que criou o grupo de jongo para shows externos na Serrinha, a relação com as práticas culturais fazia parte da natureza das relações cotidianas locais. Levando ao desenvolvimento de certa aptidão para música, para dança, ou seja,

¹⁴ O partido-alto moderno seria uma espécie de samba cantado em forma de desafio por dois ou mais contendores e que se compõe de uma parte de coral (refrão ou "primeira") e uma parte solada com versos improvisados ou do repertório tradicional, os quais podem ou não se referir ao assunto do refrão, características do Jongo.

¹⁵ BOY, Dyonne Chaves. A Construção de um centro de memória na Serrinha. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado profissional em Bens Culturais e projetos Sociais – FGV/CPDOC, 2006. P.54

para uma identificação com as práticas locais. Vejamos: - *Quando você já nasce brasileiro, negro, nas favelas já perto do gurgulhar dos tambores, você já tem aquilo, propensão natural.*¹⁶

A segunda ramificação das práticas culturais a ganhar o espaço público na Serrinha, foi o jongo. Por sua ligação religiosa, e a proibição de sua prática por jovens, foi se restringindo aos espaços privados das famílias, e mesmo, caminhado em direção de sua extinção, como foi o caso em outras comunidades. Por volta da década de 1950, desenvolveu-se na Serrinha, a consciência da importância da preservação da cultura negra. Esse movimento foi na direção de um diálogo com aspectos modernizantes, como a aceitação de jovens na dança, e posteriormente a criação de um grupo para levar o Jongo para fora da comunidade. O sobrado da Rua da Balaiada 124, casa da família Monteiro, foi o pólo da articulação para a preservação do Jongo na Serrinha. Casa onde morava vovó Maria Joana, líder espiritual e de família jongueira. Com a morte dos jongueiros antigos ensinou o jongo para os mais jovens, e junto com seus filhos, Eva e mestre Darcy criou o grupo de jongo para a divulgação e preservação da dança. Em entrevista a Edir Gandra, Vovó Maria Joana afirmava:

“O Jongo, já estava morrendo.... Se nós aqui não avivasse ele, ele ia acabá de morrê mesmo, porque já ninguém num falava mais, muitos já num conhecia o que era Jongo, porque há muitos ano que num ouvia falá; as criança, ninguém num conhecia aqui o Jongo, né? Só depois que nós pegamos a cantá e dançá aí eles pegaro a cantá.”¹⁷

Neste movimento que levou as práticas locais do espaço privados das famílias a ganharem o espaço público. Encontramos a relação entre o passado que se quer lembrar e o presente ao qual se

¹⁶ O Jongo da Serrinha: um tributo a mestre Darcy. Una produções, Rio de Janeiro. 2005. Acessado 29/04/2010.

¹⁷ Apud GANDRA, Edir. Jongo da Serrinha: dos terreiros aos palcos. Rio de Janeiro: Giorgio, 1995.

inicia o processo de lembrança. O contexto social impulsionou os movimentos memorialistas no Morro da Serrinha, como uma estratégia de sobrevivência, de uma memória privada local em direção a uma memória pública nacional. Onde a memória ligada às práticas descendentes do cativo entram em um processo de mercadorização. Levando ao desenvolvimento de núcleos de famílias-artistas¹⁸ que transmitem a música e a memória de uma cultura negra para fora da comunidade.

Podemos entender a memória das práticas de uma cultura herdada da época do cativo, no Morro da Serrinha, como um fenômeno coletivo e social. Apresentando-se suscetível a mudanças constantes, mas como ressalta Pollack¹⁹ possuidora de marcos ou pontos imutáveis. A interação entre o vivido e o apreendido se faz em movimentos latentes nas memórias das práticas culturais. Na direção da construção de um discurso memorialista de práticas herdadas, que se desenvolvem em torno de uma identidade étnica local. A memória herdada como elemento constituinte de um sentimento de identidade, que dá coerência e continuidade na construção de uma memória coletiva local. Segundo Pollack:

a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.²⁰

No entanto, a questão da identidade se produz em referência ao outro. A memória e a identidade, neste caso passam por um processo de aceitabilidade que se faz por meio da negociação direta com os outros.²¹ Memória e identidade passam por disputas que opõem

¹⁸ Encontramos essa denominação no site WWW.jogodaserrinha.com.br.

¹⁹ POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, 1992. p 201

²⁰ Idem. p 204

²¹ Ibidem. P.204

grupos diversos. Entre a memória do jongo e os processos que levaram a fundação Escola de Samba Império Serrano encontramos consolidação da cultura popular subalternizada ao longo da história. Por meio das escolas de samba os moradores dos morros e do subúrbio carioca, garantiram um espaço de legitimação de sua identidade e de participação na vida pública carioca. Resistindo das mais diversas formas contra a opressão às suas práticas, com persistência aliada a reelaboração de aspectos da cultura dominante.

Aproveitando-se das ocasiões em um movimento de táticas e estratégias, as práticas culturais do subúrbio se estenderam no Rio de Janeiro. Onde a tática é determinada pela ausência de poder assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder.²² O poder proprietário era quem possuía o pressuposto da gerência das relações de força, possuidor da estratégia. A tática, como nos esclarece Michael de Certeau, era a arte do fraco. As práticas culturais desenvolvidas em sua maioria pelos menos favorecidos dos subúrbios carioca, resistam e se mantenham das possibilidades que lhes eram apresentadas. Estabelecendo relações com o objetivo, de atrair o olhar mesmo que passageiro do Estado para a região.

Referências Bibliográficas:

BOY, Dyonne Chaves. A Construção de um centro de memória na Serrinha. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado profissional em Bens Culturais e projetos Sociais – FGV/CPDOC, 2006.

CERTEAU, Michel de. A Invenção do cotidiano. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 101.

GANDRA, Edir. Jongo da Serrinha: dos terreiros aos palcos. Rio de Janeiro: Giorgio, 1995.

HYUSSEN, Andreas. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, 1992.

²² CERTEAU, Michel de. A Invenção do cotidiano. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 101.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

Outras Referências

O Jongo da Serrinha: um tributo a mestre Darcy. Uma produção, Rio de Janeiro. 2005. Acessado em 29/04/2010.
www.jogodaserrinha.com.br.

A LEI DA BOA RAZÃO E A PRÁTICA DOS ADVOGADOS EM MINAS GERAIS (1750-1808)

Álvaro de Araújo Antunes

Professor Adjunto de História da Universidade Federal de Viçosa.

O programa modernizador e centralizador pombalino teve repercussões em diversas áreas do governo, incluindo a Justiça. Uma expressão das reformas promovidas pelo Marques de Pombal foi a chamada Lei da Boa Razão. Homologada em 18 de Agosto de 1769, a Lei da Boa Razão buscou rever os sistemas de fontes do Direito português, proscurendo as autoridades dos glosadores, a opinião comum dos doutores e a invocação do Direito Canônico nos tribunais seculares. Mas em que medida essa Lei influenciaria a prática da Justiça nas primeiras instâncias de Mariana e Vila Rica? Não haveria um hiato entre as proposições das leis e a prática jurídica ou ainda a pretensão centralizadora do rei e as dimensões das práticas coloniais? Quais fatores influenciariam para estabelecer esse hipotético distanciamento? Para responder a essas questões analisarei as ações judiciais de Mariana e Vila Rica, buscando os rastros da influência da Lei da Boa Razão, em especial quanto ao uso ou desuso do Direito Romano e do Direito Natural. Com esse artifício, trato do alcance das reformas pombalinas no âmbito da justiça em Minas Gerais.

O alvo das reformas da Justiça era a supremacia dos glosadores, Direito Romano e Canônico.²³ Antes da promulgação da lei, a jurisprudência estaria submersa em um mar de metafísicas promovidas pela Escola de Bartolo e Acúrcio, o que confundiria os “direitos e domínios dos litigantes intoleravelmente”: Nesse sentido, a lei determinava que as glosas e opiniões das referidas escolas seriam vetadas, não podendo mais “serem alegadas em Juízo e nem seguidas nas práticas dos julgadores”. Em seu lugar o princípio norteador das decisões seria as boas razões e as Leis Pátrias,

²³ ALBUQUERQUE, Rui; ALBUQUERQUE, Martim. *História do Direito Português*. Lisboa: Faculdade de Direito, 1983, p.57.

“deixando-se os referidos textos de Direito Canônico para os Ministros e Consistórios Eclesiásticos os observarem”.²⁴

Em verdade, a Lei de 18 de Agosto de 1769 buscou rever os sistema de fontes do Direito português, proscrevendo as autoridades dos glosadores e a opinião comum dos doutores e a invocação do Direito Canônico nos tribunais seculares. Não obstante as mudanças, se manteve a autoridade subsidiária do Direito Romano e do Costume, mas apenas quando eles estivessem conformes à “boa razão”, isto é, “os primeiros princípios, que contém as verdades essenciais”.²⁵ Ademais, o costume, para ser considerado válido, deveria ser homologado pela Casa da Suplicação. Tais restrições pontuavam o “monopólio do Direito a favor da lei do soberano”.²⁶ Pela Lei da Boa Razão procurava-se assegurar a coerência do exercício jurídico e fortalecer a figura do rei, origem da lei e “Justiça viva”.

Para Arno Wheling, o caráter despótico e inovador da legislação pombalina se explicitava na primazia, defendida pela Lei da Boa Razão, das decisões da Casa de Suplicação e das

²⁴ ORDENAÇÕES Filipinas. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, v.2, p.730.

²⁵ Na Lei de 18 de Agosto de 1769, a Boa Razão era definida como: “os primitivos princípios, que contém verdades essenciais, intrínsecas e inalteráveis, que a ética dos mesmos romanos havia estabelecido, e que os direitos Divino e Natural formalizaram para servirem de regras Moraes e civis entre o Cristianismo: ou aquela boa razão que se estabelece nas Leis Políticas, Econômicas, Mercantis e Marítimas que as mesmas Nações Cristãs tem promulgado com manifestas utilidades, do sossego público, do estabelecimento da reputação e do[...]”. Pufendorf entendia por Lei Natural como aquela que era fundamentada nas máximas da reta Razão, ou seja, “o entendimento humano tem a faculdade de descobrir clara e distintamente, refletindo sobre a natureza e a constituição dos homens”. ORDENAÇÕES Filipinas, livro terceiro, v.2, p.728. Samuel Pufendorf. O direito da natureza e das gentes. apud. GILISSEN. *Introdução histórica ao direito*, p.373. TELLES. Comentário Crítico da Lei da Boa razão em data de 18 de agosto de 1769, p.454.

²⁶ HESPAÑA, Antônio Manuel (Org.). *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. p.166.

Ordenações.²⁷ Para Francisco Falcon, as mudanças que se fizeram sentir no campo judicial tomaram a forma de uma reorientação da doutrina, do sistema “do romanismo justinianeu” para o sistema de “Direito Natural e do individualismo crítico”. Com isso o conceito de racionalidade passou a ser valorizado, em detrimento das glosas, tal qual estabelecido na Lei da Boa Razão.²⁸ Mas, vale retomar a pergunta inicial deste texto, em que medida essa Lei influenciaria a prática da Justiça nas primeiras instâncias de Mariana e Vila Rica?

Para o caso da relação do Rio de Janeiro, Arno Wheling identificou a presença marcante do Direito Romano nos processos judiciais. A utilização desse Direito, todavia, estaria adequada às limitações apresentadas pela Lei da Boa Razão. Assim sendo, as mudanças na legislação promovidas por Pombal não teriam sido inócuas nessa instância superior, mais afinada com os interesses régios. O autor ressalta, contudo, que essa influência seria implícita, sendo identificada apenas em alguns casos com menção direta à Lei.²⁹

²⁷ WEHLING, Arno. Cultura jurídica e julgados do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro: a invocação da Boa Razão e o uso da Doutrina: uma amostragem. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Estampa, 1995, p. 237.

²⁸ Não obstante uma valorização da razão natural promovida pela Lei da Boa Razão, o Direito Natural não pode ser considerado como sendo uma forma típica da reforma pombalina. Desde a antiguidade grega e romana o termo já era conhecido, estando vinculado ao *ius gentium*, isto é, às regras que decorrem da própria natureza das coisas. O termo, em uma perspectiva cristã, reaparece em Santo Agostinho e São Tomás de Aquino e, no século XVI, adquire contornos racionalistas com Hugo Grotius, seguido de Thomas Hobbes, Samuel Pufendorf, Jean Domat, entre outros. Ainda que sua vertente racional se desenvolvesse nos séculos XVII e XVIII, o Direito Natural possuía uma longa trajetória. Entrementes, foi com a reforma pombalina da legislação que o Direito Natural passou a servir como um argumento sólido e conforme a nova doutrina. GILISSEN *Introdução histórica ao direito*, p. 364 e HESPANHA, António Manuel. *Panorama histórico da cultura jurídica europeia*. Portugal: Publicações Europa-América, 1997. p. 150.

²⁹ Existem algumas discordâncias quanto à eficiência das restrições ao Direito Romano. Paulo Merea considera que o Direito Romano continuou tendo “a primazia” nos usos judiciais, tanto que um alvará de 1805 tenta, novamente,

Nas ações de Mariana e Vila Rica, também foram poucos os casos em que houve referência direta à Lei de 18 de Agosto de 1769. Na realidade, em apenas dois dos processos analisados localizou-se menção à dita Lei.³⁰ E, o que é mais significativo, em ambos os casos a citação era feita por um advogado que caracterizava a si próprio como “advogado velho e experimentado”, o Dr. Antônio da Silva e Souza. Em uma dessas ações, de 1798, movida pelo Sargento Manoel Caetano Lopes de Oliveira para apurar os autores de uma sátira contra sua pessoa, o advogado de defesa, Antônio da Silva e Souza, citou diversas leis, seu “amado” senador João Pinto Ribeiro e “a nova e providencial extravagante de 18 de Agosto de 1769” e completou:

Eu com ela escrevo [...] com quantas ordenações se podiam lembrar, advertir, entender é bem parecer, e por isso mesmo para não ser extenso, a ela me reposto, afastando-me de toda antiqualha, opiniões de D.D. suas questões de nome e pareceres indiscretos, com direitos eclesiásticos, pontifícios, constituições de certos bispado, menos polidos sistemas, sustentados com as leis imperiais, porque neste reino se acha autorizado e proibido pela citada lei de 18 de Agosto de 1769.³¹

Ao expurgar de “toda antiqualha” e opiniões dos doutores de Direito, estaria o “velho e experimentado” advogado, alguns anos

restringi-lo. MERÉA, Manuel Paulo Merea. *Resumo das Lições de História de Direito Português*. Coimbra: Coimbra editora, 1925, p.161. apud. WELLING. *Cultura jurídica e julgados do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro: a invocação da Boa Razão e o uso da Doutrina: uma amostragem*, p.237 e 245.

³⁰ Em ambas ações as citações a Lei da Boa Razão foram feitas pelo Dr. Antônio da Silva e Souza. ACSM (Arquivo da Casa Setecentista de Mariana) 2 Ofício, Códice 204, Auto 5102 e ACSM - 1 Ofício, Códice 460, Auto 10100.

³¹ Vale lembrar que na Lei da Boa Razão encontra-se expresso que: “se não se possa fazer uso das ditas alegações e Decisões de Textos, ou de autoridades de alguns escritores, enquanto houver Ordenações do Reino, Leis Pátrias e os usos dos meus Reinos legitimamente aprovados [...]”. ACSM, 2 Ofício, Códice 204, Auto 5102. TELES. *Comentário crítico a Lei da Boa Razão*. In. AUXILIAR Jurídico: apêndice às ordenações Filipinas. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1985.

antes de falecer, se adequando às diretrizes estampadas na Lei da Boa Razão editada há mais de 30 anos antes? Talvez sim, talvez não. Talvez o advogado não se enquadrasse nas novas condições da prática judiciária, mas adequasse a referida Lei às necessidades prementes de se constituir um argumento sólido que pudesse convencer o juiz.

Entretanto, na outra ação em que cita a Lei de 18 de Agosto de 1769, Silva e Souza demonstrava um claro esforço em se ajustar às novas diretrizes legais, sem se desvencilhar totalmente da instrução universitária que recebera - que antecede a reforma pombalina da Universidade de Coimbra - e do “ranço” de uma prática enraizada nos auditórios de Mariana e Vila Rica. O letrado procurava recorrer mais a *Ordenações* e, apesar de considerar “desnecessário amontoar autoridades”, acabava citando a legislação por meio das leituras dos doutores João Rodrigues Cordeiro, Gregório Martins Caminha “e os mais reinícolas”.³² As mudanças promovidas por Pombal não tiveram, apenas, um impacto imediato. Elas ecoaram algum tempo, tendo repercussões e resultados a médio e longo prazo.

No campo da Justiça, as relações mantidas entre advogados de formações distintas ensejaram atritos, mas também promoveram um esforço de adaptação de ambos os segmentos. Os advogados deveriam buscar compreender os “direitos ocultos”, ter ciência das armas utilizadas pelos “letrados novos”, bem como se adequar a uma forma distinta de fazer Justiça que se impunha para conquistar sentenças favoráveis a suas demandas.³³ Esse esforço talvez levasse,

³² Cordeiro era bacharel em Direito Pontifício e, em princípios do XVIII, escreveu *Dubitationes in foro frequentes more juridico disputatae, & secunum jus nostrum resolutae ex ver, & imm multis fortasse nova illius intelligentia...* Quanto a Caminha, que foi advogado da Casa de Suplicação, diz-se que foi “perito em ciência prática especulativa e prática da jurisprudência Civil e Canônica”. Escreveu, entre outras obras, *Da forma dos libelos e da forma das alegações judiciais e a forma de proceder no juízo secular e Eclesiástico...*. MACHADO, Diogo Barbosa Machado. *Bibliotheca lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998. CD-ROM, v.2. p.416 e p.738.

³³ Conforme Pierre Bourdieu “A significação prática da lei não se determina realmente senão na confrontação entre diferentes corpos animados de interesses

a longo prazo, em uma espécie isonomia de procedimentos. Talvez a troca de informações ensejasse uma equalização, que não chegava a apagar as diferenças das notas e tons que distinguiram advogados velhos e letrados novos. Essa suspeita poderia ser confirmada com a análise das ações judiciais das primeiras décadas do XIX, o que fugiria do alcance deste texto, ainda que o caso do Dr.Silva e Souza permita levantar as referidas suspeitas.

De qualquer forma, é preciso considerar que, para além da reforma da Universidade de Coimbra, outros fatores da política modernizadora de Pombal intervieram na prática da Justiça. Aspecto manifesto dessa ordem de fatores foi a homologação de um conjunto de leis, algumas das quais propondo mudanças profundas na prática e na doutrina jurídica. Nesse conjunto, a Lei de 18 de Agosto de 1769 é reconhecida como a principal representante das mudanças promovidas por Pombal. A lei que valorizava as Leis Pátrias sobre uma tradicional e consolidada malha de direito subsidiário, não seria muito citada nos auditórios de Mariana e Vila Rica. Contudo, sua influência seria sentida na valorização das *Ordenações* em detrimento dos seus comentadores e de toda a “antiqualha” da qual faz referência Antônio da Silva e Souza. Este letrado, aliás, serve de exemplo para se entender como os advogados “velhos e experimentados” procuravam adequar seu conhecimento e formação às diretrizes novas que se esboçavam na Lei da Boa Razão. Em resumo, o ambiente vivo da prática da Justiça tem a revelar como as políticas modernizadoras atingiram e obedeceram a ritmos particulares da administração local.³⁴

específicos divergentes (magistrados, advogados, notários etc.), eles próprios divididos [...]”. Ainda segundo Bourdieu “As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado [...] por exemplo, o volume de capital cultural [...] determina as probabilidades agregadas de ganho em todos os jogos em que o capital cultural é eficiente, contribuindo deste modo para determinar a posição no espaço social...” BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 134 e 217.

³⁴ Nesse sentido, Maria Beatriz Nizza da Silva observa que, no Rio de Janeiro no começo do XIX, a cultura jurídica condizia com aquilo que, efetivamente, com a Verney propunha para os estudos jurídicos no século XVIII. SILVA, Maria

Mas a prática da Justiça local também sofria a influência de um campo de forças sociais concorrentes, de grupos diferentes animados por interesses divergentes e até mesmo opostos. Grupos se constituíam e se atritavam no jogo de forças locais que se estendia à prática da Justiça. Uma identidade se forjava no crisol das relações sociais, mas também, em torno da instrução dos advogados, conforme revela a distinção dos “advogados velhos e experimentados” e “letrados novos”. Todavia, a mesma prática jurídica indica formas de acomodação, de circulação de informações, de troca de experiências que sugerem uma adequação, a longo prazo, dos advogados experimentados às diretrizes estabelecidas pelas reformas pombalinas do ensino e da Justiça, de onde se destacou a Lei da Boa Razão.

A PRODUÇÃO DE ÁLBUNS DE CIDADES NA DIFUSÃO DE VALORES: JUIZ DE FORA EM 1915, SEGUNDO ALBINO ESTEVES

Ana Lúcia Fiorot de Souza
Mestra pelo PGHIS/UFRJ e doutoranda em
História Social (FFLCH-USP).

Introdução:

A cidade de Juiz de Fora (MG), situada na zona da mata mineira, inicialmente atuava como local de parada para tropeiros, mas com a decadência da produção cafeeira do Vale do Paraíba fluminense (RJ), começou a dedicar à cafeicultura (PIRES, 2001, pp.16-22).

Dessa forma, têm-se os alicerces da economia local, ou seja, a vocação para “acolher” forasteiros, o que viabilizará a circulação de idéias e reinvestimentos dos proventos da cafeicultura na diversificação comercial.

A cidade também se destacou por acolher imigrantes europeus e árabes que atuaram não somente nas fazendas, mas principalmente, no comércio e prestação de serviços (BORGES, 2000). Tal “ecletismo” na composição populacional e na economia local foi profícuo ao florescimento de idéias e benfeitorias cidadão, como urbanização na área central, melhoramentos nos sistemas de transportes (especialmente com estradas de rodagem e ferroviária) e nos meios de imprensa (jornais, revistas, folhetins e impressos em geral).

No momento, interessa analisar como o *Álbum do Município de Juiz de Fora*, organizado por Albino Esteves e Oscar Vidal Barbosa Lage esteve concatenado com algumas cidades brasileiras do início do século XX, adequando-se aos princípios da modernização e progresso, incorporados, principalmente no discurso, pelo regime republicano. A publicação ventila o “produto cidade” e tornou-se uma peça impar para a construção da história e da memória local, o que instiga o trabalho em curso.

O limiar da produção de *Álbuns* :

A disseminação de *Álbuns*, especialmente os das cidades, aconteceu ainda na Europa em meado do século XIX, com popularização de elementos essenciais: a imprensa e as

representações visuais urbanas, entre elas, a fotografia. No momento em que as cidades passaram por transformações (expansões ou demolições) surgiram as organizações de *vistas* com o intuito de comercializar um dos grandes produtos do capitalismo – as *urbs*. Assim, segundo Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho (2009), inicialmente os *álbuns* estiveram comprometidos em narrar o “antes” e o “agora”, documentando as intervenções e registrando as transformações urbanísticas ocorridas com o crescimento das cidades. Nos primórdios dessas edições, visava-se atender o mercado turístico em consolidação e o tempo aparece como grande agente transformador – conduzido na maioria das vezes por homens públicos, com ênfase no lugar institucional ocupado por ele (presidente da câmara). Porém, com o passar anos, essas publicações eram adquiridas como *suvenir*, atendendo aos letrados com informações textuais e gráficas/tabelas comparativas ou mesmo aos “analfabetos”³⁵ por meio da farta imagética reproduzida nas edições.

³⁵ O *Pharol*, jornal juizforano com ampla circulação no período em estudo, rotineiramente utilizou o termo analfabeto para os indivíduos que não dominavam a leitura e a escrita. Atualmente, tal termo foi substituído para sem letramento.



Figura 1: Ilustrações que antecedem a parte introdutória (sem numeração) do Álbum do Município de Juiz de Fora de 1915. Acervo particular.

É importante ressaltar que no Brasil, seguindo as tendências européias, no final do século XIX e início do XX várias cidades promoveram seus álbuns, principalmente com o intuito de registrar e difundir mudanças no âmbito urbanístico. Segundo Rogério Pereira Arruda (2003, p.11), “No Brasil, as cidades capitais e outras de porte médio não deixavam de ter os seus *álbuns*. Eles originavam de um projeto específico ou da reunião de fotografias feitas ao longo do tempo.” As imagens esboçavam sempre valores estéticos, religiosos e políticos das sociedades em foco, criando e reforçando a memória visual da urbe. Neste contexto, pode-se citar como exemplo no Estado de Minas Gerais, edições nas cidades de Belo Horizonte (e mesmo quando ainda era chamada de Cidade de Minas), São João del Rei, Itajubá e no caso em estudo, Juiz de Fora.

A cidade de Juiz de Fora sob a ótica de Albino Esteves:

Albino Esteves nasceu em Sapucaia (RJ), mas viveu em Juiz de Fora (MG) desde a idade escolar, por meio do Colégio Andrés e

posteriormente, ao formar-se em Odontologia e Farmácia pelo Granbery em 1915, ano em que publicou o álbum em estudo (CHRISTO, 1994, p.19). Ele teve uma participação intelectual intensa na cidade, atuando na Associação Mineira de Letras, foi inspetor escolar da Câmara Municipal em 1911, participou do Centro Literário de Juiz de Fora e esteve muito presente na imprensa local. Assim, ele produziu biografias, peças de teatro, obras históricas, poesias, críticas literárias e, também, obras técnicas (Idem).

No que tange ao projeto de publicação do *Álbum O Pharol*, em 26 de Junho de 1914, destaca-se que os trabalhos de pesquisa e coleta de imagens estavam em andamento, mas vale pontuar que em 8 de maio de 1915, o mesmo jornal ventila indefinição no que se refere ao custeio da publicação. Em especial, ao recorrer aos jornais do período, pode-se perceber que não houve um consenso sobre a relevância desse ônus editorial. Querelas à parte, é importante frisar que a cidade foi apresentada, pela imagética, por uma plena concatenação entre o poder público e a iniciativa privada.



Figura 2: Álbum do Município de Juiz de Fora, p. 69, na sessão “Notas Históricas”. Acervo particular.



Figura 3: Álbum do Município de Juiz de Fora, p. 188, na sessão “Água e Esgoto”.
Acervo particular.

As figuras acima são representantes de temporalidades distintas, mas dialogam no que se refere à opção arquitetônica dos períodos (neoclássico e eclético). A primeira figura data de 20 de Março de 1878, ocasião que ocorreu a inauguração do Fórum, mas também a da Capela de São Sebastião e de uma escola municipal (doação do Barão de Cataguases). Nessa oportunidade festiva esteve presente na cidade o Imperador D. Pedro II, que mantinha laços com personalidades locais, a exemplo de Mariano Procópio e outros.

Analisando a figura 3, há indícios que ela seja contemporânea ao *álbum* em questão, principalmente, pela presença dos trilhos para o bonde, automóveis e postes elétricos. Ambas esboçam uma preocupação em apresentar uma cidade ordeira e com benfeitorias suntuosas, atreladas aos modelos defendidos por arquitetos urbanísticos rotulados como modernos. A cidade de Juiz de Fora, pela ótica de Albino Esteves (*álbum*), visava atuar na função didático-pedagógica para os cidadãos locais (educação pelo olhar) mas também almejava ser um artefato propagandístico para difundir as infraestruturas (comércio diversificado e indústria dinâmica), objetivando atrair capitais e imigrantes empreendedores.

Assim, Juiz de Fora (MG) foi apresentada em consonância com os valores europeus de planejamento urbano e produção de capitais.

Considerações Finais:

O presente trabalho não tem a pretensão de apresentar resultados conclusivos, mas o estágio atual das pesquisas para o doutoramento. Dessa forma, conforme destaca Benedict Anderson (2008, p.70), a imprensa teve entre outros, a atribuição de “modelar” o pensar de toda uma sociedade, e no caso do álbum, tal propósito é explícito.

Sem prejuízo, a cidade é apresentada como ordeira e um “produto” a ser partilhado por todos os cidadãos, porém, sabe-se que esse território atua, acima de tudo, como elemento segregador sócio-cultural. Entretanto, a Juiz de Fora de Albino Esteves é criteriosamente organizada com informações técnicas, gráficos, vistas panorâmicas e parciais – mesmo que na maioria das vezes as imagens tenham sido estampadas desconexas aos textos circundantes ou desprovidas de legendas explicativas.

Portanto, tem-se uma edição passível de ser consumida textualmente ou mesmo pela sua imagética comprometida com uma organização linear e setORIZADA (inicia com as notas históricas e finaliza com homenagens à personalidades ilustres e em seguida com informações complementares sobre os distritos). Os problemas cotidianos da *urbes* não apareceram. Afinal, um produto “a venda” apenas agrega positividade!

Referencias Bibliográficas:

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

BORGES, Célia Maia (org.) *Solidariedades e conflitos*: Histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora. Ed. UFJF, 2000.

LIMA, Solange Ferraz de, CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Vistas urbanas, doces lembranças*: o “antigo e o moderno” nos álbuns fotográficos comparativos. In:PIRES, Francisco Murari (org).

Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) historia. São Paulo: Alameda, 2009.

PIRES, Anderson. *Café, finanças e indústria*: Juiz de Fora, 1889/1930. Juiz de Fora, FUNALFA, 2009, pp 16-22.

Fontes Primárias:

Jornal *O Pharol* – período de 1910 a 1920.

ARRUDA, Rogério Pereira de (Org). *Álbum de Bello Horizonte* (Edição Fac-Similar com estudos críticos). Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ESTEVES, Albino. LAGE, Oscar Vidal Barbosa (org). *Álbum do Município de Juiz de Fora*. Bello Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915.

LITERATURA E HISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DO ARQUÉTIPO IMAGINÁRIO PORTUGUÊS

Ana Paula Silva
Universidade Federal de Viçosa

Portugal tem sua identidade cultural e seu imaginário condicionados pelo discurso épico das grandes conquistas ultramarinas do passado. O mar e o mito do Quinto Império estão fortemente presentes no imaginário português. De acordo com esse mito, a nação portuguesa constitui-se como nação predileta de Deus e por isso deverá se tornar um dos cinco grandes impérios que já se formaram no mundo. Há, portanto, no arquétipo imaginário português, a idéia de grandiosidade e importância deste país que ocupa um pequeno território à margem do Atlântico. Em *Os Lusíadas*, poema épico consagrado como narrativa-mestra em Portugal, Camões consagra esse destino. Ao narrar os feitos dos heróis lusitanos desde a formação da nação até as conquistas marítimas, o poeta apresenta Portugal como um Império em expansão.

É essa lenda nacional das grandes conquistas de uma nação predestinada à glória que constituirá o mundo épico de Camões. De acordo com Bakhtin (1993: 405), a lenda nacional é o mundo da epopéia: “O mundo da epopéia é o passado heróico nacional, é o mundo das ‘origens’ e dos ‘fastídios’ da história nacional, o mundo dos pais e ancestrais, o mundo dos ‘primeiros’ e dos ‘melhores’.” Em seu texto, Camões canta não somente a viagem de Vasco da Gama, eixo central da ação em torno da qual se constrói a narrativa, mas toda a história de Portugal, desde as suas origens.

Na voz de Vasco da Gama, Camões conta a formação do Reino. A história que Vasco da Gama conta ao rei de Melinde é construída a partir de elementos que enobrecem o povo lusíada. Das guerras declaradas contra os povos que habitavam a Península Ibérica, os elementos recolhidos e emoldurados na “história” são aqueles que dizem respeito às aspirações expansionistas dos reinos ibéricos e não às motivações dos árabes. Vasco da Gama, então,

escolhe, para a construção da história de sua pátria, os elementos que colaborem para a caracterização dos portugueses como guerreiros e honrados, ou seja, as vitórias. Além das vitórias propriamente, a bravura dos povos inimigos, uma vez que é descrita sob o ponto de vista de Vasco da Gama, reforça a coragem dos portugueses. Observa-se que Camões passa a palavra a Vasco da Gama para que ele próprio, autêntico herói, conte as glórias do reino português. Nas palavras de um herói representante da sua pátria perante o rei de uma terra desconhecida, a “história” de sua gente só poderia ser a gloriosa, outra seria mesmo “estranha”.

Ainda, segundo Bakhtin, o passado épico é absoluto e sagrado (BAKHTIN, 1993). O valor dos heróis navegadores não é atribuído apenas pela ação deles próprios, mas também pela história dos antepassados, agraciados com a promessa divina de glória. Assim como aqueles que os vencedores os mouros, os feitos desses conquistadores dos mares são incorporados ao imaginário da lenda fundacional do império colonial. Assim, a “forma” da epopéia se insere no imaginário português e ao mesmo tempo nele se inspira. É o mito nacional que constitui o mundo épico e, ao mesmo tempo, é a forma épica que nutre a lenda nacional, impedindo que seja rasurado/questionado o valor da origem, ou seja, a idéia de que nesse passado “tudo é bom”.

O mundo épico, segundo Bakhtin (1993), é construído com base no passado histórico da nação, ainda que um passado histórico imagético. Dessa forma, tem-se na epopéia a história construída pela memória (BAKHTIN, 1993). Essa memória constitui-se na lenda nacional corrente na cultura da nação. O texto de Camões, portanto, ao se construir a partir dessa lenda nacional, dá a ela uma forma e institui no arquétipo imaginário português a epopeia. Assim, o mito de povo heróico é corroborado na estrutura do gênero épico.

As conquistas cantadas por Camões são então incorporadas à memória fundacional de Portugal, pois as terras ajuntadas e a glória alcançada pelos lusitanos como desbravadores dos mares proporcionarão a concretização do Império. Essa lenda nacional será retomada ao longo da história literária por meio da intertextualidade com *Os Lusíadas*. Eduardo Lourenço (2000, p.105), em texto que

discute a relação entre a literatura e a história de Portugal, interpreta um desses intertextos: o anúncio de Pessoa como o “Super-Camões”. Para Lourenço, esse anúncio deve ser interpretado como uma superação do mito épico na identificação cultural portuguesa. Em *Mensagem*, Fernando Pessoa retoma a lenda nacional e elementos do gênero épico, contudo o poeta rasura o tom de exaltação ao constatar a situação em que se encontrava o país naquele momento. Quando citam o texto camoniano, os autores o reconhecem como elemento constitutivo do arquétipo imaginário português, mesmo que o nesse diálogo apresente um viés questionador.

Segundo Hayden White (1994), os acontecimentos históricos são insuficientes para constituir uma história, sendo apenas elementos de história. White (1994, p. 100) explica que esses elementos “são convertidos em estória pela supressão ou subordinação de alguns deles e pelo realce de outros, por caracterização, repetição do motivo, variação do tom e do ponto de vista, estratégias descritivas alternativas e assim por diante (...)”. O “contar a história”, emoldurando os acontecimentos num enredo, constitui, segundo White (1994), uma operação literária. Nesse sentido, Hayden White afirma que as estruturas míticas arquetípicas estão presentes também no texto histórico. Para elucidar como isso acontece, o autor apresenta o conceito de estruturas de enredo pré-genéricas, de Northrop Frye:

‘Toda obra de literatura’, insiste Frye, ‘tem ao mesmo tempo um aspecto ficcional e um aspecto temático’, mas quando nos movemos da ‘projeção ficcional’ para a articulação aberta do tema, a escrita discursiva imediata, e deixa de ser literatura’. E para Frye, [...] a história (ou pelo menos a ‘história convencional’) pertence à categoria da ‘escrita discursiva’, de modo que, quando o elemento ficcional – ou a estrutura mítica do enredo – está presente nela de maneira óbvia, deixa de ser inteiramente história para tornar-se um gênero bastardo, produto de uma união profana, embora inatural, entre a história e a poesia. (WHITE, 1994, p. 99)

O gênero épico pode ser considerado, então, como uma estrutura passível de ser incorporada no discurso histórico. Desse modo, o texto histórico contribuiu para a disseminação do espírito épico do português, ao incorporar em seu texto elementos do discurso dessa estrutura mítica arquetípica. Segundo White (1994):

Elas [as narrativas históricas] conseguem dar sentido a conjuntos de acontecimentos passados, além e acima de qualquer compreensão que forneçam, recorrendo a supostas leis causais, mediante a exploração de similaridades metafóricas entre conjuntos de acontecimentos reais e as estruturas convencionais das nossas ficções. (WHITE, 1994, p. 108)

Barthes também relaciona os mitos e as epopéias como basilares à constituição do discurso histórico. Depois de afirmar que “o discurso histórico não acompanha o real, não faz mais do que significá-lo” (BARTHES, 2004, p. 178), o autor mostra que a relação entre a estrutura narrativa adotada no texto da história e a realidade passa pela ficção: “Fecha-se, assim, o círculo paradoxal: a estrutura narrativa, elaborada no cadinho das ficções (através dos mitos e das primeiras epopéias), torna-se, a uma só vez, signo e prova da realidade.” (BARTHES, 2004: 182). Dessa maneira, o espírito épico relacionado às grandes conquistas da expansão territorial dissemina-se na literatura portuguesa.

Hoje, porém, Portugal não é mais a primeira potência no cenário mundial ou europeu, suas colônias tornaram-se independentes e a supremacia garantida como conquistador de territórios foi perdida. No entanto, de acordo com Eduardo Lourenço, a noção de povo privilegiado e aventureiro permanece na constituição da identidade portuguesa: “Em qualquer entidade transnacional que nos pensemos, figuraremos sempre com uma identidade que é menos a da nossa vida e capacidade colectiva [sic.] própria, do que essa de actor [sic.] histórico privilegiado da aventura mundial européia.” (Lourenço, 2000 apud TAUFER, 2006). Ainda que não seja mais a grande

potência européia, permanece na identidade portuguesa a grandiosidade épica.

Stuart Hall (2005) assim se posiciona sobre o discurso da cultura nacional: As culturas nacionais são tentadas, algumas vezes, a se voltar para o passado, a recuar defensivamente para aquele “tempo perdido”, quando a nação era “grande”; são tentadas a restaurar identidades passadas. (HALL, 2005, p. 56) A construção da identidade cultural vista dessa maneira é um processo contínuo. Ainda que esse passado seja restaurado, a identidade cultural se constrói numa relação dialógica com o presente e o que se espera do futuro.

Esse dialogismo está hoje presente no romance português. Segundo Gomes (1993), o romance português contemporâneo tem um caráter combativo, sendo alvo de sua crítica, de um lado, os problemas político-sociais de Portugal e, de outro, o universo do romance e os mecanismos da ficção. Como exemplo, tem-se *As naus*, romance de António Lobo Antunes que reinventa o passado de conquistas que Camões exalta em *Os Lusíadas*. Por meio da paródia e da ironia, o autor se apropria do texto épico, bem como de figuras históricas das grandes navegações portuguesas, para subverter o discurso da narrativa épica e assim problematizar a aclamação ao passado. No romance, personagens vinculados à gesta das conquistas e um poeta chamado Luís são inseridos na realidade portuguesa da descolonização. Num viés paródico, evidenciando as problematizações pós-modernas e criticando a situação político-social de Portugal do século XX, *As naus* devolvem a Portugal os heróis da epopéia camonianiana. Personagens como Pedro Álvares Cabral, Vasco da Gama, Diogo Cão, dentre outros, são “os retornados”, ou seja, ex-colonos que voltam da África fracassados e vagam por Lisboa, destituídos da grandiosidade do herói épico.

Chamando a atenção para as guerras coloniais na África, e os problemas sociais decorrentes dela em Portugal, o romance faz repensar essa identidade cultural condicionada pela exaltação às aventuras marítimas e conquistas territoriais. A narrativa de Lobo Antunes dessacraliza o mito da lenda nacional ao presentificar o passado sob a perspectiva do questionamento. Dessa maneira, o

discurso épico das grandes navegações é desafiado pelos mecanismos de ficção, em contraposição ao mito de nação predestinada à glória. Ressalta-se que em *As naus* não há *negação* da identidade portuguesa estabelecida pelo discurso histórico e camoniano, mas antes a proposta de problematização dessa representação épica da expansão colonial.

Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. “Epos e romance”. In: *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. 3.ed. São Paulo: Editora UNESP/HUCITEC, 1993. p. 397-428.
- BARTHES, Roland. “O efeito de real.” In: *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 163-190.
- LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade*. Lisboa: Editora Gradiva, 2000.
- GOMES, Álvaro Cardoso. “O romance português contemporâneo.” In: *A voz itinerante*. Ensaio sobre o romance português. São Paulo: Edusp, 1993. p. 83-123.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10.ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.
- TAUFER, Adauto Locatelli. A viagem em busca da identidade perdida no passado esplendoroso e a dessacralização do mito do descobridor português n’*A jangada de pedra*, de José Saramago, *Nau Literária*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, 2006.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*. Ensaio sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 1994. p. 97-115.

**O JESUS HISTÓRICO,
A RELIGIÃO, RELIGIOSIDADE E O CULTO:
UMA TENTATIVA DE DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO NO
RIO DE JANEIRO.**

Prof. Ms. André L. Barroso
PPGHC-UNICAMP
Assessor CACEB's-RJ
Fórum D. Hélder

Este artigo, que é o início de uma reflexão no caminho de construção da minha tese de doutoramento no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do professor Dr. André Leonardo Chevitarese em diálogo com os Professores Dr. Pedro Paulo de Abreu Funari e Margareth Rago, representa parte deste esforço historiográfico que busca perscrutar o cristianismo a partir dos contextos modernos de produção científica. Os usos do passado, como agenciamentos em épocas determinadas, aparecem de forma tanto a elucidar as construções discursivas do passado como suas apropriações em diferentes momentos da História. Subjetividade, inventário de diferenças, conhecimento plural, são algumas das perspectivas abertas a um convite saboroso à reflexão histórica sobre Jesus e seus seguidores.

Assim, entende-se que a historiografia brasileira tenha se voltado, cada vez mais, para a religiosidade, de períodos mais recentes e mais distantes. A área de História Antiga, ao consolidar-se como campo de investigação especializado, não escapou a essa tendência. O reconhecimento da diversidade como valor, tanto no mundo como no Brasil, contribuiu, também, para que o estudo da religiosidade antiga ganhasse reconhecimento. O tempo das escolas monolíticas, das ortodoxias interpretativas e dos temas canônicos passara. Com isso, floresceram as pesquisas historiográficas sobre identidades, sentimentos, emoções, representações. O cristianismo antigo encontrou, neste ambiente, condições particularmente favoráveis. O interesse dos estudiosos pôde ser direcionado para a

pesquisa acadêmica, ao corrente da literatura internacional, equipada com o comando do instrumental acadêmico, a partir do domínio da documentação escrita, material e iconográfica e das questões teóricas e metodológicas. Multiplicaram-se os centros de pesquisa historiográfica dedicados a estudos da temática cristã antiga.

Tentar desconstruir a figura do Cristo glorificado construído no final da antiguidade e consolidado durante a Idade Média é a tarefa magna para a historiografia que visa abrir um diálogo intercultural e inter-religioso. A construção dos Estados Nacionais Europeus contará com escolhas que afetará diretamente sua formação cultural e religiosa com conseqüências desastrosas para a modernidade, haja vista a colonização do Novo Mundo e seu modelo de produção baseado no trabalho escravo e sua comercialização, sendo em suma mais lucrativa do que comercialização da cana-de-açúcar.

Este é um trabalho árduo e meticuloso e, portanto, não pode depender de uma só área do conhecimento. Acredito que só trabalho transdisciplinar pode ser capaz de produzir conhecimentos seguros em uma área do conhecimento onde paira mais dúvidas d que certezas.

Faz-se mister esclarecer, que ao falar em validade metodológica, quero apenas frisar que este método é mais um dentre outros tantos utilizados, e, para que isso fique mais claro aos ouvintes e leitores, apresentarei alguns trabalhos que tomaram por base a referida metodologia, a saber, a comparação transdisciplinar, comparativismo. O que pretendemos é, tão somente, resgatar a importância do tema e sua utilidade na perspectiva da construção do conhecimento.

Aproveito para explicar que o trabalho que fundamenta esta minha escolha compõe um projeto que tem como finalidade ser um grande laboratório científico historiográfico, congregando, em um mesmo espaço de estudo, pesquisadores das mais diversas áreas do saber humano, me refiro aqui ao trabalho de Marcel Detiene, “*Comparar o Incomparável*”. Nosso trabalho é construir objetos comuns observados a partir da metodologia comparada. (Detienne, 2004: 11).

Pelo fato de possibilitar, mais que isso, buscar o diálogo com outras disciplinas, como sociologia, antropologia, arqueologia, filosofia, psicologia etc. Devo considerar essa postura metodológica é a que cria melhores espaços de observação no estudo histórico das religiões, como afirma Ciro Flamarion Cardoso: “... Mais do que no passado, impõe-se hoje com freqüência a análise interdisciplinar ou transdisciplinar nos assuntos da História das Religiões e da Religiosidade.” (Cardoso, 2005: 203).

Dito isso, é possível com uma metodologia definida, lançar mão da cultura material, da antropologia e sociologia, só para dar um exemplo, com o objetivo de desconstruir algumas verdades que só serviram para ampliar o sentimento de rivalidade e desrespeito de culturas e religiosidade, com sua posterior demonização.

Desde a colonização, quando os negros foram seqüestrados do território africano e foram trazidos como mão-de-obra escrava para o Brasil, que seus valores, sua cultura, sua religião, enfim, suas heranças africanas lhes foram arrancadas. O não reconhecimento da religião e da cultura dos povos africanos serviu, em muitos casos, como justificativa para a escravidão assim, podiam ser desrespeitados e escravizados (fatos que os livros didáticos no Brasil não mostram). Desta feita, o caminho deixado ao negro era abrir mão de sua religião, de seus costumes, de seus valores, de sua visão de mundo, de sua visão de sociedade e de Estado para enfrentar uma realidade de perseguição aqui no Brasil.

A

primeira reação dos negros contra a intolerância religiosa foi uma estratégia de resistência conhecida como sincretismo religioso, ou seja, o negro escondeu a prática de seus valores religiosos por meio da prática da religião do seu dominador, só assim podia cultuar seus orixás, os comparando aos santos cultuados pelos portugueses. Assim surgiram o candomblé e a umbanda no Brasil como forma de resistência dos cultos afros, que continuaram sendo historicamente perseguidos e só obtiveram, assim como outras manifestações religiosas no Brasil, seus direitos adquiridos a partir da Constituição de 1988, que possui um capítulo que assegura aos brasileiros o direito e a forma de manifestar livremente a sua religião.

Esse atraso no conhecimento levou à falta de compreensão, de informações desses direitos para a maioria das pessoas o que permitiu o crescimento da intolerância religiosa que é uma das questões centrais que a humanidade enfrenta hoje não só no Brasil, mas em quase toda parte do planeta.

Mesmo tendo em vista que se pode fugir por completo das influências e determinações dos paradigmas histórico-científicos produzidos a partir da Europa e Estados Unidos, hoje é fundamental firmar uma produção científica, senão independente, pelo menos produzida a partir das culturas outrora dominadas. Contudo, recolocar o problema do conhecimento como construção e não como verdade absoluta traz para a baila possibilidades reais de se fazer uma nova versão da história. A História e a Filosofia da Religião em Geral e o Jesus Histórico em particular surgem como uma luz no fim de um túnel de desrespeito e intolerância que aponta para uma coexistência dos diferentes, mas nem por isso melhor ou pior.

Bibliografia:

APPIAH, K. A. *Na Casa de Meu Pai: A África na Filosofia da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BARROSO, A.L.S. Jesus Histórico. Importância e Limites de um Método em John D. Crossan. In: André L. Chevitarese e Gabriele Cornelli (Orgs). *A Descoberta do Jesus Histórico*. São Paulo: Paulinas, 2ª ed. 2010.

CARDOSO. C. F.. *Um Historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. São Paulo: EDUSC. 2005.

CHEVITARESE. A. L. Et alli. *Jesus de Nazaré: Uma outra História*. São Paulo: FAPESP/Annablumer. 2006.

_____. *Judaísmo, Helenismo e Cristianismo*.

CROSSAN. J. D. REED. J. L. *Em Busca de Jesus: Debajo das pedras, atrás dos textos*. São Paulo: Paulinas. 2007.

CROSSAN. J. D. *O Nascimento do Cristianismo. O que Aconteceu nos Anos que se seguiram à Execução de Jesus*. São Paulo: Paulinas. 2004.

_____. *Quem matou Jesus? Raízes do anti-semitismo na história evangélica da morte de Jesus*. Rio de Janeiro: Imago. 1995.

DETIENE. M. *Comparar o Incomparável*. Aparecida: Idéias e Letras. 2004.

FREYRE. P. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

FUNARI, P. P. A. *Letras e Coisas: Ensaio Sobre a Cultura Romana*. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.

_____. BENOIT, H. (Orgs). *Ética e Política no Mundo Antigo*. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/FAPESP, 2001.

GRESCHAT. H. J. *O que é Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas. 2006.

HORSLEY. R. *Arqueologia, História e Sociedade na Galiléia. Contexto Social de Jesus e dos Rabis*. São Paulo: Paulus. 2000.

MALINA. E. *O Evangelho Social de Jesus. O Reino de Deus em Perspectiva Mediterrânea*. São Paulo: Paulus. 2004.

MEIER. J. P. *Um Judeu Marginal: Repensando o Jesus Histórico*. Rio de Janeiro: Imago. Vol. I, Vol. II Livro 1, 2 e 3 e Vol. III livro 1 e 2. 1993

OVERMAN. J. (1997) *O Evangelho de Mateus e o Judaísmo Formativo. O Mundo Social da Comunidade de Mateus*. São Paulo: Loyola

RASSI, S. T. (Org). *Negros na Sociedade Brasileira*. Vol II, III e IV. Goiânia: Ed. UCG, 2006/2008/2009.

SAID, E. W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

STARK, Rodney. *The rise of christianity: a sociologist reconsiders history*. Princeton., NJ: Priceton Univ. Pres, 1996.

SCHWEITZER. A. *A Busca do Jesus Histórico: Um estudo Crítico de seu progresso*. São Paulo: Novo Século. 2005

- THEISSEN, G. MERZ, A. *O Jesus Histórico: um manual*. São Paulo: Loyola, 2002.
- THOMAS, K. *Religião e o Declínio da Magia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- TROTSKY, L. *A História da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Saga. Vol. I. 1967.
- VERMES, G. *A Religião de Jesus, o Judeu*. Rio de Janeiro: Imago. 1995.
- _____. *Jesus e o Mundo do Judaísmo*. São Paulo: Loyola. 1996

UMA REVISTA CARIOCA QUE FAZ CARETA AO FEMINISMO (1914-1925)

Bárbara Figueiredo Souto*

1. Recortes e objetivos

Nessa comunicação almejamos apresentar, em linhas gerais, a revista carioca *Careta*, entre os anos de 1914 e 1925, com o intuito de mostrar as possibilidades de trabalho com a revista enquanto fonte histórica, elencando também seus limites. Além disso, trabalhamos a constituição da equipe da revista, já que corroboramos Roger Chartier, defendendo que as idéias veiculadas nesse periódico estão diretamente relacionadas às “representações” que determinados grupos sociais constroem sobre outrem. Entretanto, o objetivo maior dessa comunicação é analisar textos e charges, circuladas na *Careta*, que construíam representações sobre as mulheres e, mais ainda, representações sobre as feministas.

Nosso recorte temporal se justifica pelas fontes e pela historiografia. Nas revistas realizamos o seguinte trabalho empírico: analisamos as capas das revistas desde seu primeiro número, no ano de 1908, ao ano de 1930, tentando perceber a presença das mulheres nas capas. Afinal, a capa diz muito sobre o que está por vir, pois, ela é a porta de entrada do leitor. Percebemos que o ano de 1914 foi o inaugural para o destaque do sexo feminino nas capas da *Careta*. Além disso, esse é o ano inicial da Primeira Guerra Mundial, fato político que interferiu em diversos aspectos da vida em sociedade. Segundo Tiago de Melo Gomes, a eclosão da guerra provocou questionamentos sobre que tipo de presença feminina que se desejava no espaço público, ocasionando mudanças no conceito de feminismo.³⁶

*Graduanda em História pela Universidade Federal de Viçosa (UFV)

³⁶ GOMES, Tiago de Melo. *Um espelho no palco: identidades sociais e massificação da cultura no teatro de revista dos anos 1920*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 221-222.

De acordo com a historiografia, as feministas da década de 1920 pertenciam ao alto escalão social. Tratava-se de mulheres letradas e com alto poder aquisitivo. Muitas vezes, essas mulheres eram estereotipadas de machas, lésbicas, solteironas e mal amadas. Entretanto, alguns trabalhos nos mostraram que as escritoras feministas viveram realidades distintas desta descrita: foram casadas, mães de família e reconhecidas no meio intelectual. Sobre esse período, analisou-se um feminismo mais ameno: o movimento não pregava o sexo livre, as mulheres se anulavam perante o marido e não havia a preocupação de rompimento com os costumes tradicionais. Ainda assim, o movimento feminista era considerado uma ameaça à sociedade, principalmente com a vida e os hábitos “modernos”. De acordo com Tiago de Melo Gomes, no pós-guerra o conceito de feminismo estava relacionado a qualquer atividade feminina que fugisse ao papel tradicional da comportada dona de casa e mãe de família. Desta forma, a historiografia nos remeteu a uma problematização: por que uma revista que prezava pelos tempos modernos, se incomodava tanto com um movimento que tentava se inserir na modernidade?

2. A fonte e seus limites

A reflexão que norteia nossa investigação é a de que as representações que a equipe da revista produziu sobre as feministas seria um indicativo da ameaça apresentada pelas feministas numa sociedade patriarcal e machista. A revista era destinada ao público feminino e possuía caráter humorístico, ela se pretendia descompromissada, mas tratava de temas sérios, fazendo uso da ironia, – o que não significa puro deboche –, ela era uma forma de revestir conceitos, preconceitos e representações.

Nossa fonte, a revista *Careta*, era um semanal humorístico publicado de 1908 a 1960. Este impresso carioca possuía um público seleta, geralmente as mulheres da alta classe.³⁷ Apesar disso, a

³⁷ Quando afirmamos que a *Careta* tinha um público seleta, referimos a uma questão que vai além da alfabetização. É preciso levar em consideração, também,

equipe era composta exclusivamente por homens – pelo menos oficialmente.³⁸ Portanto, neste impresso continha o imaginário masculino destinado ao público feminino. A escolha por este veículo de comunicação justifica-se pelo novo estilo de imprensa, no início do século. Diferentemente dos jornais do século XIX, que possuíam somente textos, um linguajar mais sério, um padrão quase nunca desviado, optamos por perceber as mudanças da vida carioca através da materialidade da revista. As inovações da tipografia que, a partir de então, refletia a velocidade e as mudanças de padrões, nos instigou a analisar como aqueles novos tempos representaram as feministas. Seriam “modernos” só na forma ou também no conteúdo?

Era característica deste semanal a intensa ilustração, a frequência das propagandas, a variedade do gênero de informação (artigos, crônicas, poesias, caricaturas, charges, imagens, anúncios) e a presença marcante da ironia. Vale ressaltar que nosso tema apareceu com mais frequência nas sessões intituladas “Páginas da Cidade”, “Da rua do Ouvidor ao Ponto Chic”, “Looping the Loop” e “Um sorriso para todas...”.

A fonte pesquisada nos impõe alguns limites. O primeiro deles é realizarmos um trabalho que focalizamos as mulheres e possuímos apenas olhares masculinos. Isso nos leva a refletir sobre até que ponto aqueles homens desejavam retratar o que se passava na sociedade e até que ponto desejavam apenas impor seu posicionamento, para influenciar a opinião das leitoras. A segunda dificuldade são os pseudônimos e o anonimato de alguns artigos. Esta situação nos limita ainda mais, pois dificulta a percepção do posicionamento dos jornalistas, rareando a percepção das

o preço do impresso. De acordo com Gomes, naquele período, um jornal diário custava em média 200 réis, ao passo que um exemplar a *Careta* não saía por menos de 1.200 réis. Ver: GOMES, Tiago de Melo. *Op. cit.*, p.301.

³⁸ De acordo com Elias Thomé Saliba, durante a Belle Époque a equipe *Careta* era composta pelo caricaturista Calixto Cordeiro; pelo jornalista e caricaturista José Carlos de Brito e Cunha; pelo teatrólogo José do Patrocínio; pelo revistrólogo e bibliotecário Manuel Bastos Tigre. Ver: SALIBA, Elias Thomé. *Razes do Riso: A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.78-79.

contradições e discordâncias dentro e fora da equipe.³⁹ Por fim, o aspecto mais limitador da fonte a nosso ver: a ironia. Devido à sutileza cômica, torna-se difícil perceber quando os jornalistas estavam falando sério ou debochando. Sabemos que ainda hoje, discutir gênero e feminismo causa polêmica e gera ironia, imagine tratar dessas questões num momento de transformações institucionais, de construção de identidade nacional e de novas formulações no próprio campo humorístico!⁴⁰ A revista aborda uma multiplicidade de temas, desde os acontecimentos políticos aos costumes da época, mas acreditamos que os pesquisadores devem estar sempre atentos ao contexto e à ironia, que são elementos fundamentais para compreender a equipe *Careta*.

3. Metodologia e *Careta* ao feminismo

Para tentar driblar algumas limitações das fontes, lançamos mão de métodos de alguns autores. Ao propormos analisar as “representações” sobre as mulheres recorremos a Roger Chartier, que as compreende como área de formulações mentais e de atitudes baseadas nas vivências dos grupos que as forjam na sociedade.⁴¹ Desta forma, as representações nos revela muito a respeito da visão de mundo que determinados agentes, num momento histórico constroem sobre si mesmos, sobre os grupos com os quais dialogam e sobre a sociedade em que vivem. No caso dessa pesquisa, analisamos as construções formuladas pelos membros da equipe *Careta*, no que se referem a eles mesmos, às mulheres e sobre a sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XX. A título de exemplo, observe a representação que a equipe formulou a respeito das feministas:

³⁹ Sobre essa questão é interessante lembrar que alguns membros da equipe *Careta*, também pertenciam à equipe *Fon-Fon!*, revista humorística carioca que circulava no mesmo período, porém com posicionamentos distintos.

⁴⁰ Sobre tais formulações no campo humorístico ver: SALIBA, Elias Thomé. *Op. cit.*, p.17

⁴¹ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Garlhado. Lisboa: DIFEL, s/d, p.17.

A Sra. Packurst, que é talvez a Sra. Patterst ou a Sra. Pakurrest, mas que apesar de ser Senhora quer ser Homem por que é a General das suffragistas inglezas, abandonou as terras européas de Albion e, atravessando os mares, está por chegar a estas regiões tropicaes e brasileiras. A generala feminista vem ao Brasil em serviço de sua causa, arrastada pelo desejo de transformar em feios homens as nossas lindas mulheres. (...)As suffragistas são as mulheres que querem ser homens por meio da inversão das funções. Quando ellas triumphassem caberiam ás mulheres as rudes tarefas do ganha-pão e tocariam aos homens as delicadas occupações caseiras. Tocariam esses encargos domésticos aos homens se elles porventura fossem tolerados por que a tendencia do suffragismo é a extinção intransigente do homem. A doutrina feminista assenta na fealdade das mulheres: toda a mulher sufficientemente feia para desagradar aos homens não pode deixar de sentir o coração revoltado ante o homem que se curva aos pés de uma mulher bonita.(...)⁴²

É perceptível uma representação pejorativa a respeito das feministas. Nesse artigo, parece que o autor – o qual mantém o anonimato – deseja convencer as mulheres brasileiras do perigo que as sufragistas traziam para o Brasil. O jornalista transmitiu a idéia de que o feminismo desestabilizaria toda a sociedade, tirando a mulher do lar, desempregando o homem e invertendo as funções sociais de cada sexo. É provável que a mulher que lesse esse artigo e não tivesse um conhecimento prévio a respeito do movimento feminista internacional, desejaria logo se afastar de tais tendências emancipadoras. Seria esse o objetivo da revista?

Ao nos atentarmos para as contradições formuladas no interior da própria equipe, recorreremos à formulação de Lilia Schwarcz ao afirmar que as seções do jornal nos oferecem “pedaços de significação, que se amoldam uns aos outros ou não, reafirmando-se ou negando-se, mas que de toda forma parece construir uma

⁴² FIGURAS e cousas de outras terras. *Careta*, Rio de Janeiro. 03/01/1914. p.23.

espécie de caleidoscópio onde, com um único jogo, e com os mesmos elementos, formam-se múltiplas imagens”.⁴³ A título de exemplo, analisemos uma das contradições percebidas nas páginas da *Careta*. Observe os dois trechos:

É forçoso no entanto que o homem honesto ganhe a rua corra á officina, ao jornal, ao *atelier*, á fabrica, porque os pequenos que ficaram em casa podem pão e a cara esposa, que é um typo bem acabado da mulher moderna, anda fora de casa também, desde pela manhã, visto que, fazendo parte de uma Liga em prol da emancipação feminina, teve de ir pregar as suas idéias num bairro afastado e cedo sahira em cumprimento da missão sagrada...⁴⁴

Estendeu-se em seguida a mão sem esperar a minha explicação e despediu-se circumspecto, mas ao sahir, como pretendesse acariciar as compridas barbas brancas, as barbas cahiram porque um dos *modernismos* do Conselheiro é usal-as postičas...⁴⁵

De acordo com o primeiro trecho, ser moderna era ser feminista. Será que toda mulher moderna era feminista? Toda feminista era moderna? O feminismo teria nascido com a modernidade? O que seria modernidade para a *Careta*?

No segundo trecho, o termo modernismo estava relacionado às “bugingangas” dos novos tempos. Então, o que seria o homem moderno? Continuar arraigado nas concepções tradicionais e não aceitar o feminismo? Viver numa sociedade moderna? Ou simplesmente utilizar novos produtos?

⁴³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em Branco e Negro*. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.99.

⁴⁴ MARGIOCCO, Garcia. *Careta*, Rio de Janeiro. 17/01/1920. Seção Páginas da Cidade, p.35.

⁴⁵ HARISTAL, Mario. Vultos que passam. *Careta*, Rio de Janeiro. 23/07/1921. Seção Da rua do Ouvidor ao Ponto Chic, p.34.

A partir de nossa pesquisa, concluímos que esses “pedaços de significação” sobre a modernidade nos revelam que para a equipe *Careta*, ser moderno era estar em transformação, era viver o tempo de mudanças de governo, de sociabilidade e de costumes. Ser moderno era refletir sobre seu tempo e suas novas configurações, era viver tensões e buscar estabilidade nos ideais de mulher, de nação e de identidade.

4. Considerações finais

Nossa pesquisa nos permitiu concluir que apesar do caráter humorístico da *Careta*, o intenso deboche para com as feministas ultrapassou as fronteiras do trivial humor da equipe. A imprensa foi fundamental para veicular tais representações pejorativas, que refletia as incertezas quanto à presença do feminino em espaços antes dominados pelo dito sexo forte, por isso a revista se incomodava com o feminismo, mesmo ele estando no mesmo fluxo de mudanças da época. Portanto, a ironia pretendia causar descrédito no movimento que se consolidava no Brasil e fazer com que tais representações alcançassem as leitoras, numa tentativa de conter a ação das emancipadas, que cada vez mais conquistava seu espaço no Rio de Janeiro, no início do século XX.

Bibliografia

- GOMES, Tiago de Melo. *Um espelho no palco: identidades sociais e massificação da cultura no teatro de revista dos anos 1920*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.
- SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso: A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Garlhado. Lisboa: DIFEL, s/d.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em Branco e Negro*. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

TRADIÇÕES, RITUAIS E CERIMÔNIAS ALÉM DO SAARA: PERSPECTIVAS E DIFERENTES OLHARES

Beatriz Carvalho dos Santos
Graduanda em História UFV

Bolsista de iniciação Científica pelo convênio PIC/ CAIXA/ UFV

Os debates e discussões sobre representação e o contato com o *outro* durante o período expansionista não são novidade ao meio acadêmico, diversas questões se apresentam ao tema sob variados recortes. O objetivo de nossa comunicação é apresentar algumas reflexões e parâmetros nos quais se baseiam uma pesquisa de monografia e de iniciação científica, que tiveram como fase inicial o estudo de todo este universo das narrativas escritas. A pesquisa desenvolvida visa promover um estudo sobre grupos étnicos africanos no tocante a suas práticas culturais, como tradições, rituais e hábitos cotidianos. Neste sentido, utilizamos como fontes relatos de viajantes portugueses e cabo verdianos produzidos nos séculos XV, XVI e XVII que tinham como objeto de suas descrições os grupos presentes nas regiões de Guiné e Cabo Verde.

A escolha por este tipo de fonte para execução de nossa proposta é creditada a uma série de fatores. A opção de uso de relatos de viagem emerge como uma alternativa viável levando em conta dois aspectos importantes da pesquisa histórica. O primeiro no tocante a própria possibilidade de se estudar África com fontes portuguesas, fazer este que não exigiria em um primeiro momento a utilização de um conhecimento sob algum dialeto africano, ou mesmo língua estrangeira, e enfatizamos aqui em um primeiro momento. O segundo ponto remete a própria questão da escassez de fontes documentais sobre história da África, visto que a tradição oral foi um aspecto muito presente no desenrolar da história do continente. Assim fontes externas a África, a arqueologia e a lingüística se apresentam como algumas das possibilidades para este fazer a um historiador da África, como é o caso, que se encontre no Brasil, em Minas Gerais e na Universidade Federal de Viçosa.

Seguindo esta lógica, propomos aqui apresentar as análises e conclusões a que chegamos sobre o tema, mostrar como esta questão das representações se deu do português para o africano durante os séculos XV, XVI e XVII. Os relatos que utilizamos como fontes em nossa pesquisa são de autoria de: André Donelha, *Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde*, de André Álvares de Almada, *Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde*, Gomes Eanes de Zurara, a *Crônica do descobrimento e conquista da Guiné* e de Diogo Gomes de Sintra, *Descobrimento Primeiro da Guiné*. Sendo os dois últimos do século XV e os dois primeiros dos séculos XVII e XVI respectivamente.

É necessário contextualizar que o mundo com o qual os viajantes, em geral no período da expansão, se deparavam ia muito além do imaginado por eles ao entrar em meio ao Atlântico. O contato com novas sociedades, algumas tão estranhas a eles quanto poderiam esperar, novos aspectos geográficos tão diferentes dos europeus e o encher dos olhos com a extensa possibilidade de exploração das novas terras, em grande parte, foram relatadas em suas viagens e chegam hoje a nós historiadores como fontes de pesquisa, que possibilitam uma infinidade de olhares e viabilizam as mais diversas interpretações sobre as vastas conseqüências que caracterizaram o contato com o outro.

Primeiramente devemos entender que todos estes viajantes se viam inseridos no contexto de expansão, ainda que em diferentes recortes temporais, e, por conseguinte tinham objetivos a alcançar com suas descrições. Antes de adentrar esta questão vale destacar que Diogo Gomes e Gomes Eanes de Zurara eram de origem portuguesa e André Donelha e André Álvares Almada eram cabo-verdianos. Assim, a primeira questão que vale esclarecer é a de que as observações feitas enquadrarão por vezes os quatro viajantes na mesma lógica de análise, ainda que também ressaltemos a frente suas diferenças, e isto se deve ao fato de que ainda que de origem africana os Andrés se tratavam de indivíduos letrados e com mínima relação com a corte portuguesa e seus membros, ao mesmo tempo que faziam parte de uma elite cabo-verdiana, muito distinta das sociedades que serão encontradas e por eles descritas. De certa

maneira podemos inferir ainda que a lógica que guiava os interesses dos viajantes portugueses não se distanciava tanto da de Almada e Donelha, todos pretendiam as mercês objeto de desejo dos quatro autores, remuneração concedida pela monarquia portuguesa aqueles que a serviam.

Outra questão que em muito condicionou as diferenças entre as descrições foi o recorte temporal. Em um primeiro instante a singular⁴⁶ sociedade portuguesa caracterizada no século XV por seu ideal de cavalaria, influenciou os valores e objetivos presentes na expansão portuguesa nesse período e em muito as descrições dos viajantes quinhentistas, impacto diferente será notado nas descrições dos séculos subseqüentes. Característica esta que é claramente percebida na descrição de Zurara e analisada por Albano Antonio Cabral Figueiredo.⁴⁷ Nesse sentido percebemos algumas características nas descrições destes viajantes quinhentistas que podem ser creditadas ao período em que produzem⁴⁸.

⁴⁶ A discussão sobre a singularidade da sociedade portuguesa no período expansionista é debatida por Antonio Rosa Mendes e Luis Filipe Thomaz, onde trazem a questão das particularidades portuguesas no período. In: THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)* Rio de Janeiro: Campus. 2004. e MENDES, Antonio Rosa. A Vida Cultural. In: *História de Portugal – No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Editorial Estampa. 1993.

⁴⁷ Esta discussão é desenvolvida em sua dissertação de mestrado. FIGUEIREDO, Albano Antonio Cabral. *O ideal de Cavalaria na Crônica da Tomada de Ceuta de Gomes Eanes de Zurara*. Universidade de Coimbra, 1996.

⁴⁸ Nesse sentido nos referimos a diversas menções as “possibilidades de povoação” a exaltação de objetos que poderiam ser extraídos da região da Senegâmbia, assim como sob o aspecto cultural percebemos que a atenção é voltada neste momento a religião, classificando os que podem vir aderir ao cristianismo e os que não. As preocupações iniciais assim se enunciam com os objetivos de extração, expansão da fé e povoamento para assegurar a posse das terras. Características que como veremos adiante serão diferenciadas nos relatos dos séculos subseqüentes. Aspectos estes que podemos encontrar nos relatos de Zurara e Diogo Gomes. In: SINTRA, Diogo Gomes de. *Descobrimento Primeiro da Guiné*. Lisboa: Edições Colibri. 2002.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica do descobrimento e conquista da Guiné*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1989.

Retomando os níveis propostos por Todorov e fazendo uma apropriação de suas definições do tratamento do mesmo com relação ao outro entre europeu e indígena onde este apresenta os eixos axiológico, praxiológico e epistêmico, poderíamos estabelecer uma classificação de cada viajantes seguindo este postulado. Diogo Gomes e Zurara se enquadrariam no que Todorov chama relação com o outro de eixo epistêmico onde “conheço ou ignoro a identidade do outro”⁴⁹. Pois notamos que em ambos a caracterização dos grupos étnicos não é o alvo principal da descrição, estes figuram um plano secundário, onde o principal é a exaltação dos feitos portugueses em terras africanas e como este “segundo a inteligência que Deus o deu”⁵⁰ se sobressai a situações que lhe são propostas, podemos dizer assim que Zurara e Diogo Gomes ignoram a presença do outro em suas próprias terras de origem.

Em Donelha e Almada podemos identificar um plano axiológico presente nas descrições, onde há “um julgamento de valor [onde]: o outro é bom ou mau, gosto dele ou não gosto dele, ou, como se dizia na época, me é igual ou me é inferior (pois evidentemente na maior parte do tempo, sou bom e tenho auto estima).”⁵¹ Percebemos uma atenção dedicada, uma preocupação em descrever o outro por parte destes viajantes, ainda que este fazer se dê seguindo a lógica de um julgamento, não podemos deixar de ressaltar a presença de descrições mais detalhadas sobre a vida dos grupos em questão. Notamos ainda, que a fala de Almada e Donelha possui um tom de maior propriedade sobre os grupos descritos, mas as descrições dos autores cabo-verdianos é ainda sim carregada de todo um pré-conceito embasado em um imaginário de superioridade vigente entre sociedades européias da época: “falam com os

⁴⁹ TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América – A questão do Outro*. São Paulo: Martins Fontes. 1993.

⁵⁰ SINTRA. Diogo Gomes de. SINTRA, Diogo Gomes de. *Descobrimento Primeiro da Guiné – obras clássicas da literatura portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, 2002.

⁵¹ *Ibidem*, p. 183

demônios todas as vezes que querem”⁵². Esta questão do julgamento é melhor percebida ao se olhar a obra como um todo, onde é possível notar a constituição do discurso de modo geral.

Dessa maneira, e utilizando do arsenal teórico discutido por Roger Chartier, compreendemos o fazer do viajante em seu período como um processo muito além do ato de narrar e descrever o outro, consideramos nesse sentido a lógica da complexidade do choque cultural existente:

Frente a frente com um novo estado puro, os homens vêm repentinamente suas ferramentas mentais perderem utilidade. E, embora alguns estejam vestidos, é como se estivessem todos nus, pois nenhum principio regulador funciona. Por momentos, vive-se a vertigem de um vazio completo, que provoca uma espécie de catástrofe nos saberes organizados dos descobridores. Nada explica nada, como se o homem pudesse viver fora das noções de espaço e tempo.⁵³

Associada a esta perspectiva consideramos ainda, em específico sobre o tema, a visão de José da Silva Horta sobre a representação impressa do africano, a saber:

A representação, enquanto tradução mental de uma realidade exterior percebida, implica um processo de abstração que passe pelo gerir – mais ou menos inconsciente – das classificações disponíveis no stock cultural para tornar inteligível e avaliar essa realidade. Os valores que subjazem cristalizam-se assim em categorias, lugares-comuns e esteriótipos, que organizam a cada

⁵² ALMADA, André Álvares de. *Tratado Breve dos Rios de Guiné de Cabo Verde*. Lisboa. Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1994. p.82-83.

⁵³ LIMA, Francisco Ferreira de. A Alteridade na Peregrinação. In: *O Outro Livros das Maravilhas: a peregrinação de Fernão Mendes Pinto*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998. p 62

momento as representações, das quais são como que a linguagem, o código de referencia permanente.⁵⁴

Nesse sentido e considerando estas citações podemos construir o panorama no qual se inseriam estas descrições, ainda que o acesso a estas fosse limitado a setores da coroa,⁵⁵ a formação da figura do africano em muito era condicionada por estas descrições, visto que eram estes os homens que tinham o contato direto e imediato com o outro desconhecido. Sua influência no pensamento constituído com relação a realidades desconhecidas foi extrema, ainda mais no tocante a África, que previamente possuía um imaginário constituído sobre a vida abaixo do Saara, e de forma geral, carregado de uma visão pessimista.

Sobre este processo de descrição François Hartog ainda expõe sua premissa no sentido de esclarecer que:

Dizer o outro é enunciá-lo como diferente [...] A partir da relação fundamental que a diferença significativa instaura entre os dois conjuntos, pode-se desenvolver uma retórica da alteridade própria das narrativas que falam sobretudo do outro [...] Como, de modo persuasivo, inscrever o mundo que se conta no mundo em que se conta? Esse é o problema do narrador. Ele confronta-se com um problema de tradução. Para traduzir a diferença, o viajante tem à sua disposição a figura cômoda da inversão, em que a alteridade se transcreve como um antipróprio.”

⁵⁴ HORTA, José da Silva. A Representação do Africano na Literatura de Viagens, do Senegal a Serra Leoa (1453-1508). *Mare Liberum*, nº2. 1991.p. 209.

⁵⁵ Podemos extrair tal informação em um exemplo encontrado em verbete de uma enciclopédia portuguesa que trata do capitão Almada notamos a relação com as descrições e o acesso restrito que se tinha a elas: “Dedicou aos governadores do reyno a qual mandaraõ fosse encaminhada por D Fr Pedro Brandão Bispo de Cabo Verde como testemunha ocular do que nella se relatava, o qual testemunhou por huma carta ser digníssima da luz publica, que até agora naõ logrou, e della conserva uma copia, que parece ser original, entre os livros da sua selecta livraria da Historia deste reyno.” In: *Bibliotheca Lusitana*. Diogo Barbosa Machado. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 4 vol., 1741-1759. CD-ROM.

Seria então o discurso do viajante embasado, como também expõe José da Silva Horta, em seu próprio universo e transposto ao do objeto descrito. Além da própria questão de que a partir do momento em que se reconhece o africano como outro, ainda que não sob esta terminologia à época, já há a caracterização deste como diferente, desprovido de todo o aparato cultural eurocêntrico bem desenvolvido. Serão creditados aos grupos étnicos os adjetivos opostos ao que é do conhecimento do viajante, se sou fiel e honrado, pois sou cristão, trata-se o mouro de um infiel, herege e o gentio de bestial.

Dessa maneira, neste processo de se trabalhar com fontes deste tipo levamos em conta todo um manancial teórico pré-existente que trata da questão das representações. Tratar de uma narrativa sobre civilizações tão diferentes e de hábitos tão estranhos aos olhos europeus é trabalho que exige do historiador que se propõe a isso, cuidado e preocupações com este fazer. A visão eurocêntrica dos viajantes sobre o africano no período em destaque é existente e a questão de extrair destes discursos da alteridade a essência do outro não é um trabalho simples, no entanto, exequível. Como fica claro há uma série de características não só as visíveis, mas também as que se encontram implícitas que devem ser consideradas para uma boa qualidade no desenvolvimento da pesquisa.

A POESIA COMO UMA FORMA DE ESCREVER HISTÓRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O INDIANISMO EM GONÇALVES DIAS.

Bruno Omar de Souza.⁵⁶

Este ensaio tem como objetivo apresentar alguns conflitos que se realizaram no interior da comunidade intelectual brasileira oitocentista, no que tange ao nacionalismo e à escrita da história. Tomamos como problema de análise o conflito entre os letrados do IHGB frente à questão do selvagem, e os argumentos derivados dessa querela. Escolhemos analisar as contribuições de Gonçalves Dias a esse debate que permeou a classe intelectual do Império. Argumentamos que em sua obra poética, Gonçalves Dias cria a figura de um selvagem heróico e digno das virtudes civilizadas. Portanto, digno de história. Assim, supomos que em suas poesias indianistas ele escreve a história dos povos selvagens intercambiando essa escrita com as conclusões tiradas aos trabalhos etnográficos desenvolvidos no IHGB.

O moderno conceito de História que aparece em fins do século XVIII⁵⁷ representou uma mudança a nível epistemológico, configurada no processo de temporalização, historicização e constituição de uma consciência histórica das sociedades modernas. Tal processo apreenderia através do conceito de progresso as novas experiências que se materializavam.

Deste modo, o campo historiográfico institucionalizado, que se forma nos oitocentos teria entre outras prerrogativas a preocupação com a questão nacional e a afirmação das identidades nacionais que tornassem cada povo algo singular. No caso brasileiro, é através dessa perspectiva de temporalização e emergência da Nação

⁵⁶ Graduando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Bolsista de iniciação científica vinculado ao Núcleo de estudos em História da Historiografia e Modernidade – NEHM, atualmente coordenado pela Prof. Dra. Helena Miranda Mollo (DEHIS-UFOP).

⁵⁷ Reinhart KOSELLECK. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos modernos.** Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. Puc-Rio, 2006.

que precipita a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838. No IHGB, os intelectuais se entregariam à tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desenvolvimento da gênese da Nação.⁵⁸ Não obstante, desde a fundação do Instituto estava claro a seus sócios que a escrita da história nacional implicaria também na atribuição de um lugar aos povos indígenas ocupantes do território brasileiro.⁵⁹ O historiador Arno Wehling, ao escrever sobre a presença da figura indígena na Revista do IHGB, apontou:

(...) Os fundadores do Instituto objetivavam reconstituir a História pátria para consolidar o ideal nacional. Como não dispõem de um passado medieval recorrem à temática indígena. Muito antes do indianismo literário de Gonçalves Dias ou Alencar, há um “indianismo erudito” nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a partir de 1839, quando são estudados guaicurus, tupinambás e outras tribos na perspectiva etnográfica ou na de sua incorporação ao processo civilizatório (WEHLING, 1999: 34).

Certamente, a questão do *selvagem* gerou polêmicas entre os intelectuais que gravitavam em torno do IHGB, dentre eles Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias e Francisco Adolfo de Varnhagen, constituindo apropriações divergentes sobre o tema e seu valor para a Nação. Estas discussões acentuariam os postulados próprios do conceito moderno de história e a formação de um discurso etnográfico no Brasil. Ambos os discursos apresentar-se-iam por meio de noções antitéticas. Por um lado o discurso histórico pautado sob as concepções de *escrita*, *temporalidade*, *identidade* e *consciência*; por outro, o discurso etnográfico pautado sob as noções de *oralidade*, *espacialidade*, *alteridade* e *inconsciência*.⁶⁰

⁵⁸ Cf. Manuel Luis L. Salgado GUIMARÃES. **Nação e civilização nos trópicos**, p. 6.

⁵⁹ Cf. Rodrigo TURIN. **Entre “antigos” e “selvagens”:** notas sobre os usos da **comparação no IHGB**, p. 133-134.

⁶⁰ Cf. Rodrigo TURIN. **Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista.** (Tese de Doutorado), Rio de Janeiro: UFRJ, 2009, p. 15.

Na Revista do Instituto, porém, os trabalhos divulgados intentavam esclarecer dois problemas fundamentais. O primeiro, a busca pela especificidade histórica dos povos indígenas, desvendando suas origens, seus costumes e seu estado à chegada dos portugueses. Esse trabalho tornava-se importante na medida em que através dele podia-se estabelecer se aqueles grupos haviam sempre permanecido em um “estado de natureza” ou se eram a forma corrompida de civilizações anteriores. Em segundo lugar, colocava-se o problema das possibilidades de catequização daquelas populações *selvagens* que ainda habitavam o território do Império.⁶¹ Essa segunda proposição, definida entre as décadas de 1840 e 1860, cindia os sócios do IHGB entre aqueles que defendiam a catequização sob o argumento da decadência dos povos indígenas, e aqueles que afirmavam a incapacidade destes povos de saírem do “estado de natureza”.⁶²

Varnhagen, pautado em uma metodologia rigorosa de crítica das fontes manuscritas, entendia que os povos selvagens ou bárbaros, sendo ágrafos, não se constituíam como objeto da História, mas sim da Etnografia. Tendo em vista que a base capilar dos estudos históricos está nas fontes escritas, somente os povos civilizados seriam dotados de historicidade. Deste modo, Varnhagen recusaria a influência indígena na formação da nacionalidade brasileira, elemento ímpar das obras de Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias, referindo-se ao Indianismo pejorativamente como “caboclisto”.⁶³

Por sua vez, Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias, representando aqueles que defendiam a idéia de que os selvagens do Brasil correspondiam a formas decaídas de modelos civilizacionais anteriores buscava elucidar tal tese, cada um ao seu modo, em suas

⁶¹ Idem. **Entre “antigos” e “selvagens”: notas sobre o uso da comparação no IHGB.** p., 134. Sobre os debates acerca da catequização dos grupos indígenas do Império ver também: Rodrigo TURIN. **Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista.**, especialmente o capítulo 2, p. 72-ss.

⁶² Idem, *ibidem*. p. 134-135.

⁶³ Cf. Arno WEHLING. **Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional.** p., 66.

contribuições à Revista do Instituto e em suas produções literárias.⁶⁴ Gonçalves Dias, no entanto, imprimiria em sua obra poética o ideal do indígena enquanto agente histórico. Nascido na província do Maranhão, em 1823, nos arredores de Caxias formou-se em Direito em Coimbra, em 1838. Publica suas poesias, em livro, pela primeira vez, em 1847, no qual já se percebe a inclinação a temas como a saudade da pátria a aos elementos que a compõem, dentre eles os selvagens. No IHGB, Dias estabeleceu um diálogo com o discurso etnográfico lançando mão do uso do método comparativo para elucidar a possibilidade de incorporação dos grupos indígenas à Nação. Em seu texto publicado na RIHGB, em 1867, *O Brasil e a Oceania*, propõe a tese de que a “raça” Tupi teria migrado do Norte em direção ao Sul travando grandiosas batalhas expulsando seus antigos habitantes até se fixarem na região na qual os portugueses haviam os encontrado. Com esta tese, Dias propõe que movimentos migratórios antecederam o estado atual daqueles povos e, certamente haveria uma longa e “movimentada” história da qual as populações indígenas teriam sido fruto.⁶⁵

Referências bibliográficas:

ARAUJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Aderaldo & Rotschild, 2008.

_____. Para além da autoconsciência moderna. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22. N. 36: p. 314-328, Jul-Dez 2006.

⁶⁴ “O indígena perante a história”, publicado na Revista do IHGB, em 1860, de autoria de Gonçalves de Magalhães consistiu em uma resposta à *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, cuja primeira edição fora publicada em 1854. Nesta obra Varnhagen, de fato, sugere que o lugar que caberia ao selvagem no modelo de civilização que então se implantava era quase nenhum. Sobre isso ver Rodrigo TURIN. **Entre “antigos” e “selvagens”: notas sobre o uso da comparação no IHGB**. Op. Cit. p. 136.

⁶⁵ Cf. Rodrigo TURIN. **Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista**. p. 95.

- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1974.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira (momentos decisivos)**. Vol. I. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997.
- _____. “Letras e idéias no período colonial”. In: **Literatura e Sociedade**. São Paulo: CEN, 1985.
- CARPEAUX, Otto Maria. **Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira**. Rio de Janeiro, MEC, 1951.
- CEZAR, Temístocles. “O poeta e o historiador. Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil no século XIX. **História Unisinos**. Vol. 11, p. 306-312, 2007.
- DIAS, Antonio Gonçalves. **Poesias**. Livraria Garnier, s.d., 2 vol.
- _____. **Últimos cantos: Poesias**. Rio de Janeiro: Typographia de F. de Paula Brito, 1851. (Disponível on-line).
- _____. “O Brasil e a Oceania”. In: **Revista trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo XXX, segunda parte, 1867.
- GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1998. N. 1.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. “Cascatas de Modernização”. In: **A modernização dos sentidos**. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- JOBIM, José Luís. “Nacionalismo em Gonçalves Dias”. In: **Nenhum Brasil existe: pequena enciclopédia**. João Cezar de Castro Rocha (org.). Valdeci Lopes de Araujo (colaborador). Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- KOSELLECK, Reinhard. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. Puc-Rio, 2006.
- MARQUES, Wilton José. **Machado de Assis & Gonçalves Dias: encontros e diálogos**. In: Luzo-Brazilian Review. Board of Regents of the University of Wisconsin System, 2006.

MOISÉS, Massaud. **História da Literatura Brasileira. Romantismo, Realismo.** Vol. II. São Paulo: Cultrix; Ed. Da Universidade de São Paulo, 1984.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui. O narrador, as viagens.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TURIN, Rodrigo. **Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista.** (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

_____. “Entre “antigos” e “modernos”: notas sobre os usos da comparação no IHGB”. **Revista de História.** (USP) – edição especial, 2010, pp. 131-146.

WEHLING, Arno. **Estado, Memória, História: Varnhagen e a construção da identidade nacional.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

**O SENEGAL FILMADO: UM ESTUDO SOBRE O FILME “E
NÃO HAVIA MAIS NEVE” E DE SUAS ALEGORIAS DO
MUNDO SOCIAL SENEGALÊ**

Camila Rajão
Taciana Garrido
Graduandas em História UFMG
Participantes GETHL

Este trabalho é um estudo que pretende entender e problematizar as condições de enunciação e o contexto político e social do Senegal a partir da produção do diretor senegalês Ababacar Samb Makharam *E não havia mais neve*. Vamos traçar, em linhas gerais, as características do cinema feito por essa geração pós-independência e que, com seu discurso abertamente político, fez parte de uma (re)construção social, que encontrou diálogo também no cinema.

A falta de uma estrutura econômica que possibilitasse o desenvolvimento de uma indústria cinematográfica em África foi um fator delimitante para o surgimento do cinema africano antes da década de 1960. A partir desse ponto, o incentivo governamental deu início a criação dessa indústria, porém suas ações se mostraram insuficientes. O patrocínio das ex-potências colonizadoras apareceu, portanto, como uma das soluções para o desenvolvimento desse cinema. Essa alternativa, porém, pode ser vista com uma dependência econômica e ideológica que manteria parte dos laços da extinta dominação colonial.

Algumas tendências gerais podem ser apontadas dentro do cinema africano. A primeira é a tendência política que apresenta uma análise da sociedade com base em critérios sociais, econômicos e políticos. O principal objetivo dessa tendência é a conscientização do público com relação às estruturas que os condicionam e um incentivo para a mudança do sistema social. A segunda tendência é a moralista ou moralizadora que acredita na mudança da sociedade com base nas ações dos próprios homens e não na mudança das estruturas econômicas e políticas. A escolha moral aparece como tensão entre o

moderno e o tradicional; o indivíduo teria o poder da escolha entre o bem e o mal, sem levar em conta as suas condições econômicas e políticas. A terceira tendência é a umbilical: nesta, o cineasta apresenta um conflito de identidade. O filme não procura ter um discurso político ou moralizante, mas traz um problema pessoal. Geralmente esses filmes são feitos por cineastas que passaram um longo período na Europa e buscam as suas identidades. A quarta tendência é a cultural, em que a questão em pauta é a cultura, uma discussão sobre a civilização. A tradição é vista criticamente, sendo considerados os seus pontos positivos e negativos e não uma exaltação da mesma. A última tendência e quase inexistente é a comercial, em que o interesse maior é o mercado, com o retorno financeiro. Essa tendência, porém, é dificultada pela falta de uma estrutura lucrativa de produção e distribuição de filmes nacionais em África.

A partir desse panorama, podemos destacar o nosso material de análise, que se encaixa, em termos, na segunda tendência, a moralizante. *E não havia mais neve* foi produzido em 1965, em um Senegal recém independente do colonialismo francês e que lutava ainda para firmar suas barreiras nacionais. Essas barreiras podem ser compreendidas para além dos limites geográficos se tentarmos entender a busca constante por um sentimento compartilhado que firmasse e delimitasse a identidade senegalesa. O filme narra a história de um jovem senegalês que parte de sua terra natal para estudar na metrópole francesa. No continente europeu, incorpora determinados traços sociais que, quando de seu retorno, não o deixam mais se identificar, e tampouco ser identificado pelos que antes eram seus semelhantes. O filme nos mostra como as práticas, antes cotidianas, agora se vestem de significação simbólica capaz de fazer uma nova (di)visão de mundo. O sentar-se no chão ou o comer com as mãos são, para o protagonista, ações que o segregam, que o apartam de seu antigo mundo e que agora estabelecem as diretrizes da conduta social de um povo. É nessa esteira das tendências cinematográficas “moralizantes”, ditas anteriormente, que o diretor constrói, portanto, sua narrativa: no conflito de identidade e no reconhecimento. O deslocamento geográfico do personagem central

foi o fator para seu afastamento identitário e foi ainda o que possibilitou seu olhar diferenciado para seu “antigo” mundo.

Analisando a temporalidade como autodiferenciação do modo de existência temporal do presente - nas palavras de Merleau-Ponty: um escoamento de si para si mesmo - e não como modelo do deslocamento e da extensão, podemos analisar o movimento do jovem senegalês dentro da temporalidade e das mudanças do seu olhar ao longo do filme. O protagonista antes de sua viagem encara sua terra natal com um olhar naturalizado, com base nas suas experiências pessoais e compartilhadas com seus conterrâneos. Durante sua viagem – sempre experiências de estranhamento – há um desarranjo interno do protagonista, no que tange à sua identidade. Esse desarranjo é motivado pelo encontro do “outro”, no caso do filme, da Europa, mas acontece no espaço aberto do próprio mundo do sujeito. O último momento desse processo de mudança do olhar acontece com o retorno do personagem principal à sua terra natal. Um retorno que marca dificuldade no reconhecimento da África de sua juventude como seu lar, pois esse personagem, modificado internamente por sua viagem, não se reconhece como africano, nem como europeu, assim como não é reconhecido dessas formas por outros africanos. Dessa maneira, o conflito da “tradição africana” com o novo, a “modernidade européia”, se configura em um conflito de identidade, que é o cerne do filme e uma das principais questões da África pós-colonial.

O reconhecimento da identidade do protagonista por ele e pelos outros está pautado na problematização do futuro da própria África em geral e do Senegal em particular. O conflito da tradição e da modernidade aparece nesse momento em toda a sua intensidade. Seria a aceitação do progresso material um abandono das tradições? E Deus ainda seria o suficiente para o restabelecimento da calma e da ordem interior de cada sujeito? Até que ponto a modernização da África não acabaria por devorar suas culturas, tradições e especificidades em detrimento de valores importados?

A cena final do filme pode ser entendida como a resposta para todos esses questionamentos. Nela, o protagonista caminha ao lado de uma mulher, livre dos estigmas da influência da cultura

ocidental, como o uso de perucas, uma mulher calma e bela. Ela pode ser encarada como a representação da própria África. Durante o diálogo, essa mulher pergunta ao personagem como é a Europa, ele responde que “durante alguns meses faz frio e cai neve”. “Neve? Oh, eu nunca a vi. Tão branca. Por que não há neve preta?”, ela indaga em resposta. Por sua vez, o protagonista fala: “Porque não há. Mas se você quiser, farei neve preta para você”. A neve preta é aqui encarada como a modernização da África, porém é uma modernização seletiva, em que seriam apenas incorporados os elementos que possibilitassem o desenvolvimento desse continente sem a perda das particularidades das sociedades africanas, sem a violência unificadora da modernização.

Essas referências alegóricas, quanto aos embates do moderno e do tradicional, são pertinentes a toda a película. O roteiro faz uso de metáforas contínuas para se remeter ao discurso que quer dissimular: o discurso metonímico das mazelas ou benefícios de uma modernidade que chegou de longe e se instaurou no continente. Esse acordo entre o concreto, o dito e o abstrato e velado, dignos da alegoria, faz-se em algumas tomadas do filme como, por exemplo, o questionamento às perucas de cabelo liso usadas por negras ou aos carros importados, além, claro, dessa “neve preta”, que dá título e sentido às intenções do diretor e ao nosso estudo.

Com essas considerações e sobre as evidências filmadas, podemos nos ancorar ainda nos argumentos de Kwame Anthony Appiah e nos questionarmos sobre a dita esmagadora incursão cultural do colonizador europeu no espaço africano colonizado. Ainda que as investidas francesas pela “assimilation” tenham sido consideráveis, isto é, fazer do negro selvagem um negro francês (note-se aí a dicotomia estabelecida), não seria subestimar demais a capacidade dos “súditos” de apreciarem e valorizarem suas próprias “tradições”, conceito este que discutiremos mais adiante? O próprio questionar do protagonista ou a simbologia da qual é “vítima” depois de seu retorno ao Senegal, ou, mais além, a escolha do diretor pelo roteiro, já não é uma expressão de, senão um freio, pelo menos um questionamento cultural por parte dos supostos “assimilados”? Não há como negar as mudanças vindas com o colonizador, mas, de

qualquer forma, a questão central aqui é a de que, até que ponto, “insistir na alienação dos súditos não seria confundir o poder dessa existência primária com o vigor de muitas formas de resistências culturais ao colonialismo”? De certa maneira, esse documento filmado que estudamos evidencia, sem desconsiderarmos sua ficcionalidade, a capacidade – e vontade - dos que ficaram de manter suas práticas anteriores e, a partir do diferente que se impõe, transformá-las em emblemas de uma nova identidade, a senegalesa.

Esses signos participam, portanto, de um aparato identitário construído no roteiro do filme. Como aspectos corriqueiros tomam-se de um a valor simbólico e contribuem para a formação de um “imaginário social” que une ou alija de acordo com as práticas, aceitas ou não, de um determinado grupo social? São as invenções das tradições que vão preencher, portanto, essa lacuna em uma comunidade que, a princípio, não possui nada de agregador além de uma barreira geográfica imposta pelo dominante. São essas construções do e no agora que revestem e criam um passado significativo e inteligível capaz de roteirizar essa identidade, que se pretende enraizada. E é dessa identidade que o protagonista do filme não compartilha, não entende. Nunca foi francês e já não é mais senegalês, não faz parte de nenhum dos mundos que vivenciou e que tentou e tenta se integrar, mas não o consegue, falta-lhe o principal: o reconhecimento.

Esse reconhecimento pode ser expandido para o reconhecimento dos africanos com a África moderna, contemporânea, a África pós-colonial. Uma África que precisa descobrir o seu caminho no processo de modernização para que não seja engolida e igualada a um modelo ocidental que não pertence a ela. Principalmente, quando este modelo é pautado na lógica da racionalidade capitalista, com o seu fim último na acumulação de capital a qualquer preço, um preço que toda a história trágica do continente nos mostrou ser alto demais.

Referências

APPIAH, Kwane Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 2002.

NOVAES, Adauto (org.) *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MASSAUD, Moisés. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 2004.

MELEIRO, Alessandra (org.). *Cinema no Mundo – indústria, política e mercado – África*. São Paulo, Escrituras Editoras, 2007.

DA DOMINAÇÃO PATRIMONIALISTA À FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL BRASILEIRO: UM ESTUDO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DE FLORESTAN FERNANDES PARA A TEORIA DO ESTADO BRASILEIRO

Carine Neves Alves da Silva
Mestranda em História Social UERJ

Com a realização deste artigo pretendeu-se analisar a formação e a modernização do Estado nacional brasileiro a partir das premissas de Florestan Fernandes, um importante intelectual brasileiro.

Em sua obra intitulada *“A revolução burguesa no Brasil”* Fernandes (2005) investiga os requisitos estruturais e funcionais do padrão de civilização que orientara historicamente o Brasil. Neste sentido, salienta que *“não seria em elementos exóticos e anacrônicos da paisagem que se deveriam procurar as condições eventuais para o aparecimento e o desenvolvimento da ‘burguesia’”*. (FERNANDES, 2005, p. 34) *“A ‘Revolução Burguesa’ não constitui um episódio histórico. Mas, um fenômeno estrutural”*:

Que se pode reproduzir de modos relativamente variáveis, dadas certas condições ou circunstâncias, desde que certa sociedade nacional possa absorver o padrão de civilização que a converte numa necessidade histórico-social. Por isso, ela envolve e se desenrola através de opções e de comportamentos coletivos, mais ou menos conscientes e inteligentes, através dos quais as diversas situações de interesses da burguesia, em formação e expansão no Brasil, deram origens a novas formas de organização do poder em três níveis concomitantes: da economia, da sociedade e do Estado. (ibid., p. 37 e 38)

Para Fernandes, o que se busca com esta reflexão sobre a existência de uma revolução burguesa no Brasil é *“determinar como se processou a absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura”*. E para tal, seria necessário *“procurar os agentes humanos das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-*

senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil". (ibid., p. 37)

Para este sociólogo, *"os móveis capitalistas do comportamento econômico foram introduzidos no Brasil juntamente com a colonização"*. (ibid., p. 39) Porém o sistema colonial induzia a um tipo de acomodação que retirava da grande lavoura o poder de dinamização da economia interna e isolava o senhor de engenho em sua unidade produtiva, este *"acabou submergindo numa concepção da vida, do mundo e da economia que respondia exclusivamente aos determinantes tradicionalistas da dominação patrimonialista"*. (ibid., p. 43) Entretanto, *"os móveis capitalistas inerentes à grande lavoura voltariam à tona e poderiam expandir-se com relativa intensidade, depois que se rompesse o estatuto colonial"*. (ibid., p. 44)

Para o autor, *"a INDEPENDÊNCIA, não obstante a forma em que se desenrolou, constituiu a primeira grande revolução social que se operou no Brasil"*. (ibid., p. 49)

Ela aparece como uma revolução social sob dois aspectos correlatos: como marco histórico definitivo do fim da "era colonial"; como ponto de referência para a "época da sociedade nacional", que com ela se inaugura. (ibid., p. 49)

Neste sentido, sublinha que *"a simples extinção do estatuto colonial já tivera um significado socialmente revolucionário. A independência acrescenta-lhe o início de um novo tipo de autonomia política: com ela, instaura-se a formação da sociedade nacional"*. Conseqüentemente o poder deixaria de se manifestar como *"imposição de fora para dentro, para organizar-se a partir de dentro"*. (ibid., p. 50)

Fernandes assinala que *"as elites nativas não se erguiam contra a estrutura da sociedade colonial. Mas, contra as implicações econômicas, sociais e políticas do estatuto colonial, pois este neutralizava sua capacidade de dominação em todos os níveis da ordem social"*. (ibid., p. 50)

Por conseguinte, a natureza e o alcance revolucionário da Independência [...] se objetivavam na obstinação e na eficácia com

que aquelas elites se empenharam na consecução de dois fins políticos interdependentes: a internalização definitiva dos centros de poder e a nativização dos círculos sociais que podiam controlar esses centros de poder. Assim, sem negar a ordem social imperante na sociedade colonial e reforçando-a, ao contrário, as referidas elites atuaram revolucionariamente no nível das estruturas do poder político, que foram consciente e deliberadamente adaptadas às condições internas de integração e de funcionamento daquela ordem social. (ibid., p. 50)

Para o autor, “*o liberalismo foi a força cultural viva da revolução nacional brasileira*”. (ibid., p. 57)

[...] É patente que o liberalismo forneceu, não obstante todas as limitações ou deformações que pairaram sobre sua reelaboração sociocultural no meio brasileiro, as concepções gerais e a filosofia política que deram substância aos processos de modernização decorrentes, primeiro, da extinção do estatuto colonial e, depois, da desagregação lenta e heterogênea, mas progressiva, da própria ordem colonial. Ele não afetou (nem poderia afetar) os aspectos da vida social, econômica e política que continuaram a gravitar em torno da escravidão e das formas tradicionais da dominação patrimonialista. (ibid., p. 55)

Fernandes defende que as adaptações (econômicas, sociais e políticas) realizadas pela elite nativa “*constituíram o fulcro da formação e do desenvolvimento da ordem social nacional no Brasil*”. (ibid., p. 75) Neste sentido, “*a preservação de velhas estruturas e o privilegiamento dos estamentos possuíam, na sociedade brasileira da época, um sentido revolucionário*”. (ibid., p. 75 e 76)

Com o fim do estatuto colonial, “*a relação da lavoura com o contexto econômico sofreu alterações relevantes e suas potencialidades econômicas foram rapidamente absorvidas pelo meio socioeconômico*”. (ibid., p. 82)

Como os processos econômicos mais significativos para o crescimento ulterior se desenrolam como consequência das transformações no modo de ordenar, dirigir e explorar os fatores

econômicos (efeitos econômicos de um processo político: a grande lavoura libera-se dos entraves resultantes do estatuto colonial e organiza-se como força econômica), as alterações estruturais e dinâmicas mais relevantes ocorrem no nível da reorganização do fluxo da renda e do seu impacto sobre a economia interna. Antes, o fluxo da renda era canalizado de dentro para fora. Graças à extinção do estatuto colonial e à Independência, ele passa a orientar-se para dentro. (ibid., p. 83 e 84)

Esta internalização do fluxo de renda impeliu diretamente a diferenciação dos papéis econômicos e contribuiu para a rápida internalização das fases de comercialização do produto agrário.

Tais transformações repercutiriam na liberação e dinamização de móveis puramente capitalistas do comportamento econômico, o que fomentaria “*a recalibração econômica do comércio*”, que emergiria como o “*segundo pólo dinâmico das atividades econômicas*”. (ibid., p. 86)

Segundo o autor, “*a autonomização do país inicia-se como um fenômeno medularmente político. Não houve transformação prévia, concomitante ou subsequente da organização das relações de produção*”. (ibid., p. 94)

E, sublinha que “*a autonomização política e a burocratização da dominação patrimonialista imprimiram à produção e à exportação as funções de processos sociais de acumulação estamental de capital*”. (ibid., p. 98)

[...] a acumulação estamental de capital passou a produzir novos dividendos sociais, na medida em que os referidos “senhores” se engolfavam na vida urbana e nas oportunidades que ela acarretava, especialmente aos que dispunham a aceitar os papéis de “capitalista” e de “proprietário”, vinculados a aplicações ou especulações com o capital, condenadas pelo antigo código de ética senhorial. (ibid., p. 99)

Desta forma, destaca que “*ao que parece, o primeiro grande salto que se deu na evolução do capitalismo no Brasil é antes de natureza sociocultural que econômica*”. (ibid., p. 100)

Assim, a implantação do capitalismo em novas bases econômicas e psicossociais constitui um episódio de transplantação cultural. Ele não “nasceu” nem “cresceu” a partir da diferenciação interna da ordem econômica preexistente (o sistema econômico colonial). Mas vincula-se a um desenvolvimento concomitante de tendências de absorção cultural, de organização política e de crescimento econômico, que tinha seus suportes materiais ou políticos na economia colonial, sem lançar nela as suas raízes. (ibid., p. 103)

Deste modo, sustenta que “*não foi nem a produção agrícola exportadora, nem a produção manufatureira ou industrial que galvanizou, historicamente, o primeiro surto integrado do capitalismo no Brasil*”. (ibid., 127)

Essa função foi preenchida pelo complexo comercial, constituído sob as pressões econômicas concomitantes do neocolonialismo, da emancipação política e do desenvolvimento urbano. (ibid., p. 127)

Segundo Fernandes, os agentes humanos que promoveram a revolução burguesa no Brasil foram o fazendeiro de café o imigrante. Observe:

[...] o fazendeiro de café, que surgiu e se afirmou, historicamente, como uma variante típica do antigo senhor rural, acabou preenchendo o destino de dissociar a fazenda e a riqueza que ela produzia do status senhorial. Doutro lado, o imigrante nunca se propôs como destino a conquista do status senhorial. O que ele procurava, de modo indireto, imediato e sistemático, era a riqueza em si e por si mesma. (ibid., p. 128)

Aos poucos o fazendeiro de café seria “*apanhado na rede das pressões que o mercado externo exerce sobre os custos sociais da grande lavoura escravista e passa por duas transformações sucessivas, como e enquanto agente econômico*”. (ibid., p. 129)

Primeiro, ele é crescentemente incentivado a operar com a riqueza fora do contexto econômico da grande lavoura. Depois, ele é forçado a renunciar ao *status* senhorial e a adaptar-se às funções de grande

proprietário segundo determinações puramente econômicas. Essas determinações puderam ser neutralizadas ou negligenciadas enquanto a forma estamental de acumulação de capital possuía uma base material (o trabalho escravo) e um suporte social (a dominação patrimonialista no nível do domínio e da sociedade global). Todavia, à medida que a ordem social competitiva se fortalece internamente e que a grande lavoura cai de modo implacável sob os mecanismos econômicos do mercado (em suas conexões com a economia mundial), a ordem social estamental perde sua eficácia como meio de defesa e fonte de segurança. (ibid., p. 129)

Para o autor, *“o imigrante seria o nosso tipo humano que encarnaria de modo mais completo a concretização interna da mentalidade capitalista e iria desempenhar os principais papéis econômicos que estruturaram e dinamizaram e evolução do capitalismo no Brasil”*. (ibid., p. 168)

Entretanto Fernandes salienta que este imigrante iria resistir ao capitalismo como estilo de vida, *“premido pelo desnível entre sua posição econômica, sua situação de interesses e suas probabilidades de poder, em vez de forçar uma reintegração do padrão de equilíbrio de poder político, o imigrante preferiu identificar-se com as ideologias das elites nativas no poder [...]”*. (ibid., p. 175)

Após tal análise exporemos uma breve síntese do pensamento do autor em relação a esta revolução sociocultural brasileira.

Para Fernandes, de fato, os móveis capitalistas atuavam no país desde o período da colonização, através das formas de capitalismo comercial, que, no entanto neutralizavam o poder de dinamização da economia interna e isolavam o senhor agrário.

O autor defende que a Independência fora a primeira grande revolução social operada no Brasil, pois a extinção do estatuto colonial e subseqüente *autonomização política* redundaram em substratos material e culturalmente revolucionários. Neste movimento seriam organizados um Estado e uma sociedade nacionais.

As adaptações realizadas por esta elite fundamentaram a formação e o desenvolvimento da ordem social nacional do país, conseqüentemente, a preservação das suas velhas estruturas tem para o autor um sentido revolucionário.

Com a extinção do estatuto colonial, as potencialidades da lavoura são liberadas e as alterações mais relevantes subseqüentes são: a reorganização do fluxo de renda e seu impacto na economia interna. Segundo o autor, o primeiro surto integrado do capitalismo no Brasil proveio, especificamente, do complexo comercial.

Além disso, para o autor, a revolução em curso no país seria efetuada por dois agentes humanos, mas especificamente pelos papéis sociais que estes desempenhariam no novo contexto político, econômico e social brasileiro, ou seja, esta seria uma revolução “*antes de natureza sociocultural [do] que econômica*”. (ibid., 100)

Desta forma, o fazendeiro de café e o imigrante acabaram forjando substratos para a implantação do capitalismo no Brasil, ainda que, enquanto homens do seu tempo se pensassem enquanto agentes defensores de um status quo, na verdade estavam postos em um movimento histórico que tornaria aquela realidade obsoleta. Conseqüentemente, a economia brasileira reuniria certos substratos materiais e culturais, e os dinamismos econômicos básicos para assimilar o modelo de organização econômica predominante nas economias centrais, ou seja, para assimilar o modelo capitalista no país.

Bibliografia:

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, 5. ed., São Paulo, Globo, 2005.

DEUSES E DIABOS EM TERRAS DE FURTADO

Carla Nascimento⁶⁶

O Brasil já foi visto como um país de tropicalidade e de natureza exótica, em que Nordeste remetia a um retrato do naturalismo realista, um espaço medieval, onde se encontrava toda sorte de bizarrices, coisas pitorescas, esquisitas, ridículas, sendo o nordestino “o próprio exemplo de degeneração física e intelectual”, uma mistura de sangues bárbaros devido ao clima muito quente e à raça inferior (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1996, p.44). Como ressalta Albuquerque Junior, a visão depreciativa do nordestino esteve presente na literatura de intelectuais como Oliveira Viana, que enxergavam o nordestino em contraposição à considerada modernização ariana do sul. Um pouco adiante, já nas primeiras décadas do século XX, influenciada pelo movimento modernista, a mesma posição de inferioridade nordestina tomava contornos menos naturalistas e mais sócio-históricos. A década de 50 afirmou, na sequência, uma imagem sobre Nordeste prima/irmã das anteriores, filha da era nacionalista-industrial, fortemente amparada em um discurso de vitimização daquele território.

Este trabalho se inscreve num campo reflexivo de problematização da construção do Brasil enquanto Nação, nos anos 50 e 60. Um país que buscava se encontrar e se definir num momento de rupturas políticas, econômicas e estético-culturais, e que teve como questão central o que então se compreendia por região Nordeste. Desta forma, seu tema principal são os diversos “nordestes” que ganharam não só importância política e a atenção do Governo enquanto uma questão nacional, mas também alimentou a rebelde e utopista produção artístico-cinematográfica da época. Nação e Nordeste invadiram relatórios estatais de políticas públicas e

⁶⁶ Jornalista e radialista formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialista e mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Atualmente trabalha como pesquisadora do Grupo de Pesquisa Modernidade e Cultura (GPMC/ IPPUR/ UFRJ).

salas de cinema, num movimento explosivo de auto-compreensão e auto-definição, trazendo a tona abordagens diversas sobre um cenário de extrema desigualdade no campo.

Busca-se investigar o processo de rupturas que levou a constituição de uma Questão Regional Nordeste enquanto questão de caráter nacional – processo aqui configurado enquanto Questão Identitária Territorial Nordeste (QITN), como modo de enfatizar as dimensões territoriais e identitárias, mas especialmente o vínculo necessário e indissociável entre esses dois domínios, nos processos de construção dos Estados-Nação (PIEROLA, 2006). Nossa questão central, portanto, recai sobre as imagens de Nordeste/nordestino construídas a partir de dois discursos da época – o discurso estatal do relatório do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, 1959), e o filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, dirigido em 1963 por Glauber Rocha - imersos em interesses diversos, entre eles os que perpassam a questão da terra e das relações de trabalho no campo. A Questão Regional Nordeste será aqui abordada enquanto resultado de um processo de construção e disputa de imagens Nordeste, tendo sido legitimada enquanto uma questão hegemônica, num desfecho de lutas pelo poder em diferentes eixos de análise – econômico, político e sócio-cultural. Foram tempos devotados à transformação do “Nordeste arcaico”, vítima da desigualdade inter-regional, para o “Nordeste industrial-planificado-integrado”, em nome da “segurança nacional”. O Relatório do GTDN, intitulado “Operação Nordeste”, foi elaborado em 1959, pelo economista Celso Furtado. O documento é o marco da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE, no Governo de Juscelino Kubitschek, e foi imbuído do espírito desenvolvimentista da época, compreendendo desenvolvimento como crescimento econômico, centrado na burguesia industrial nacional e na atividade produtiva do Estado. Nesta concepção, o planejamento e a racionalidade técnica são centrais no modo de pensar o progresso.

Decorrente do diagnóstico contido no GTDN, foram propostas soluções ao “Nordeste atrasado”: uma inédita intervenção estatal, planejada e dirigida, às consideradas potencialidades

econômicas que deveriam integrar, em novas bases, a Nação. No entanto, muito embora essa questão regional tenha sido equacionada oficialmente por uma proposta de integração econômica, mostrou-se inquestionável a interferência dos movimentos sociais rurais – mais precisamente as Ligas Camponesas - na implementação do novo órgão:

A criação da SUDENE constitui a resposta a essa crise político-social nordestina, oriunda de sua estrutura de produção rígida e de seu subdesenvolvimento, muito mais do que uma medida de aceleração à expansão industrial capitalista, que estivesse bloqueada se aquela região não se desenvolvesse (COHN, 1978, p.109).

Já o filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha, é contraposto ao discurso estatal do GTDN, e nos chama a atenção para elementos que não são da ordem do racionalismo planejador e economicista estatal sobre esta questão regional, pois recaem na crítica às desigualdades intra-regionais e numa motivação revolucionária de caráter messiânico, religioso e místico, atribuída ao homem nordestino nesta obra. *Deus e o Diabo na Terra do Sol* vai além do humanismo alienante e se contrapõe tanto ao discurso do “Estado industrial integrado”, que supõe e julga o Nordeste negativamente, como atraso, ameaça, desordem social, como também ao racionalismo dos próprios pensamentos de esquerda e dos discursos sindicais da época. Apresenta-nos a ira revolucionária, a crise, a violência em sua radicalidade, não como espetacularização, mas como ação transformadora, representando o fim do estado de indiferença sobre a fome e a miséria. Há, no sertão, uma esperança vulcânica de revolução, o mito como potência transformadora pulsando em forma de transe e delírio proféticos do oprimido. Cabe lembrar que os anos 50 e 60 foram marcados pela valorização da arte cinematográfica como forte elemento de expressão nacional da cultura brasileira, sendo este também um assunto de Estado.

Em meio a luta pelo poder, quantos Nordeste/nordestinos existiam naquela época? Qual imagem Nordeste se tornou

hegemônica, e por quê? E de que forma isso está relacionado com o processo de construção identitária/territorial do Brasil?

É importante ressaltar que o que se entende por identidade e território aqui se localiza no tempo e no espaço, não são conceitos representacionais, mas “simulacros discursivos, na medida em que se entende que essa positivação epistemológica – nem essencialista, nem idealista – coloca em destaque o papel do sujeito no campo do embate das formulações sobre o mundo (ARAÚJO, 2005:5)”. A todo território, então, corresponde uma territorialidade, ou seja, um referencial simbólico que não existe na forma concreta e é fruto de processos constantes de territorialização, situados no tempo e em relação com os demais objetos no mundo.

Não trataremos de encontrar o sentido de um “Nordeste real”, muito menos vamos verificar a correspondência entre representações de Nordeste e qualquer suposta realidade. Pretendemos investigar, em meio à luta pelo poder que se dava naquele período histórico, que Nordeste/nordestinos existiram nos dois discursos e funcionaram enquanto condição e resultado das Questões Regionais Nordeste instauradas. Neste trabalho, portanto, defende-se a desnaturalização do Nordeste como região e também do sentido atribuído ao nordestino, e propõe-se a problematização de sua invenção no campo discursivo:

O Nordeste não é um fato inerte na natureza. Não está dado desde sempre. Os recortes geográficos, as regiões são fatos humanos, são pedaços de história, magma de enfrentamento que se cristalizam, são ilusórios ancoradouros da lava da luta social que um dia veio à tona e escorreu sobre este território. O Nordeste é uma espacialidade fundada historicamente, originada por uma tradição de pensamento, uma imagística e textos que lhe deram realidade e presença (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1999, p.66).

O filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol* e o relatório do *Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste* são discursos territorializantes, são produtores de

“identidade/territorialidades Nordeste/nordestinos”, apesar de não deixarem de assumir como pressuposto um espaço já recortado ao longo dos tempos: a região Nordeste. Eles constroem Nordeste e nordestinos, constroem verdades que, como todas as verdades, se sustentam a partir de práticas sociais. As práticas sociais de que falamos assumem diversos caracteres - econômico, político, cultural - e “se conectam, se afastam ou se aproximam, formando uma teia de práticas discursivas e não-discursivas; relações de força e de sentido” (ALBUQUERQUE JR, 1999).

Quais seriam as construções identitárias que significam e ressignificam a imagem de Nordeste e nordestinos em *Deus e o Diabo na Terra do Sol* e no relatório do GTDN? Como estes discursos se comunicam através de seus enunciados e silêncios carregados de sentido? De quais dispositivos se valem ambos os discursos para moldar e sustentar suas imagens Nordeste/nordestinos?

Referências para o resumo:

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Editora Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALEXEI, Bueno. *Mais fortes são os poderes do Povo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

ARAÚJO, F. G. B. e outros. *Identidade e Território enquanto simulacros discursivos*. Mimeo. GPMC/IPPUR/UFRJ, 2007.

BENTES, Ivana. *Terra de Fome e Sonho: o paraíso material de Glauber Rocha*, 2008.

BENTES, Ivana. *Estética da violência no Cinema*, 2003.

COHN, Amélia. *Crise Regional e Planejamento (o processo de criação da SUDENE)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

FURTADO, Celso. *Relatório para o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste*. 1959.

NEMER, Sílvia. *Glauber Rocha e a Literatura de Cordel: uma relação intertextual*.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, nordeste, planejamento e conflitos de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PIEROLA, Ramiro R. R. *Estado, Territorialidades e Etnias Andinas: luta e pacto na construção da nação boliviana*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2006.

A “QUESTÃO MILITAR” E A CRISE DO IMPÉRIO: CRISE POLÍTICA E CRISE HEGEMÔNICA (1868-1889)

Carla Silva do Nascimento⁶⁷

Quando pensamos na crise que pôs fim ao regime monárquico no Brasil em fins do século XIX, nos depararmos com inúmeras análises que elegem a Questão Militar como elemento explicativo preponderante. Trata-se não apenas de uma questão, mas de uma série de episódios, denominados como tal à época e pela historiografia, que opuseram setores militares e o Estado imperial durante a década que antecedeu a República.

O fim da Guerra do Paraguai pode ser tomado como o marco inicial da crise no plano das relações entre civis e militares, cujo desdobramento final foi a queda do reinado de D. Pedro II. Entretanto, os elementos que nutriam a insatisfação militar vinham se desenhando, pelo menos, desde a década de cinquenta. Com a eclosão do conflito, o Império deparou-se com um Exército fraco e mal preparado, que sofria com baixos salários, promoções demoradas e manipuladas, instalações miseráveis nos quartéis, castigos físicos e atrasos no pagamento de pensões. As tropas eram compostas com base numa política de recrutamento forçado, que recolhia para as fileiras do Exército basicamente ex-escravos e elementos socialmente marginalizados. À época, cabia à Guarda Nacional o prestígio da carreira militar, fazendo com que, incentivado pelas péssimas condições de vida na caserna, o Exército fosse visto como uma força inferior. Era na “milícia cidadã” que serviam os membros da elite, com exceção de uma parcela da alta oficialidade do Exército, e da Marinha⁶⁸.

Dentro das Forças Armadas, a Guerra teve um efeito mobilizador. Nesse momento, pela primeira vez na história política

⁶⁷ Mestranda em história pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

⁶⁸ Esta força foi, desde a sua origem, composta majoritariamente por membros da elite. Uma hipótese que talvez explique tal característica seja o alto custo inicial para o ingresso dos aspirantes a oficiais. O enxoval inicial, por exemplo, era muito mais caro do que o do Exército, fator que propiciava um caráter aristocrático.

do Brasil, o Exército desenvolveu o que podemos chamar de “espírito de corpo” em torno de questões tanto organizacionais, como políticas e sociais, que seria reforçado com a Questão Militar. Ao retornarem ao país após cerca de cinco anos de conflito, os militares esperavam do governo um tratamento à altura dos esforços empenhados na guerra. Na prática, o que aconteceu foi uma piora em relação à situação anterior. Com os cofres vazios e um montante de dívidas acumuladas em decorrência dos dispêndios de guerra, o governo reduziu ainda mais o orçamento das pastas militares. Além disso, deu-se continuidade a medidas que, dentre os oficiais, eram vistas como manifestação de certo descaso governamental em relação aos interesses das Forças Armadas. As constantes indicações de civis para ocuparem a pasta da Guerra, por exemplo, geraram um sentimento de falta de interlocução entre as partes.⁶⁹ Os militares desejavam posição de destaque na sociedade, o que claramente não conseguiam no reinado marcadamente civilista de D. Pedro II. Aos poucos, ganhava força a oposição entre militares e civis que, até o golpe republicano, se consolidaria respaldada por crises específicas, dentre elas a Questão Militar. Em contraste com os civis, aos quais enxergavam como um grupo homogêneo, os militares puderam se perceber como um todo diferenciado, unido pelo foco em interesses práticos. Ansiavam por mudanças internas, que dependiam diretamente da modernização econômica e, por extensão, política da sociedade. Atribuía-se o atraso do país à escravidão, o que, conseqüentemente, impedia o desenvolvimento militar. Tal crescimento dependeria da implantação do trabalho livre e da industrialização nacional, em especial do crescimento da indústria de base e da metalurgia, assim como de investimentos em infraestrutura que favorecessem a economia como um todo⁷⁰. Essa visão de mundo, incorporada por parcelas militares durante a segunda

⁶⁹ No período correspondente ao início da Questão Militar até a Proclamação da República, foram cinco os ministros da Guerra, sendo apenas um militar: Alfredo Chaves, Joaquim da Luz, Tomás Coelho, Visconde de Maracajú (militar) e Cândido de Oliveira.

⁷⁰ Por infraestrutura entende-se investimentos no setor de transportes, como por exemplo a abertura de estradas, no setor de eletricidade, etc.

metade do século XIX, deve-se, em grande parte, à penetração de certas ideias em voga na Europa, que vinham sendo apropriadas pelos meios intelectualizados da sociedade brasileira. Foi principalmente através dos oficiais chamados “científicos” que a crescente onda cientificista se disseminou nas Forças Armadas.

Na historiografia da República, tem-se destacado a atuação da “mocidade militar”, termo usado para se referir aos alunos da Escola Militar do Rio de Janeiro, localizada na Praia Vermelha⁷¹. Ao ingressar na Escola Militar, o oficial tinha como escolha terminar todo o percurso acadêmico, se tornando engenheiro com formação militar completa, ou avançar até certo ponto do currículo e se especializar nas áreas de artilharia e cavalaria. “Científicos” e “tarimbeiros” eram as formas como os próprios militares se referiam aos que possuíam, respectivamente, um dos tipos de formação. Por sua vez, os científicos, que supervalorizavam a capacidade intelectual, lançaram mão do termo “tarimbeiro” de forma pejorativa, referindo-se ao militar tradicional, duro, e sem as aptidões superiores do saber⁷².

O positivismo de August Comte teve forte poder de mobilização em meio a esses jovens, mesmo que de maneira contraditória. A Religião da Humanidade defendia que toda sociedade, até atingir um estado de desenvolvimento pleno, teria que passar por diversos estágios de evolução, nos quais certos elementos da organização social que não fossem mais necessários seriam abolidos, inclusive as Forças Armadas. O positivismo era, em sua essência, antimilitarista. Porém, o que interessava aos oficiais na doutrina comteana era o destaque dado à matemática e às ciências físicas, assim como seu desprezo pelos “legistas”, associados a formas atrasadas de política. Ressentidos com a forma clientelista através da qual se organizava a sociedade imperial, esses militares vangloriavam-se por serem formados com base numa meritocracia,

⁷¹ Cf. CASTRO, Celso. **Os militares e a República**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

⁷² Castro, Celso. *Op. cit.*

ao contrário, supunham, dos “casacas”⁷³. Por outro lado, grande parte dos alunos da Escola da Praia Vermelha não possuía vocação militar, tendo optado pela carreira como único meio de acesso à educação superior. No Brasil dos oitocentos, grande parte dos filhos da elite agrária se formava em direito ou medicina, nas faculdades de Recife, de São Paulo, da Bahia e da Corte, com exceção dos que optavam por fazer seus estudos no exterior, a maioria em Coimbra. Escolhiam a Escola Militar os filhos de militares, os filhos de família pobres e os das províncias decadentes. Para os despossuídos, a Escola Militar era talvez a única opção, o que fez com que o Exército sustentasse uma parcela expressiva de oficiais não vocacionados. Foi o caso, por exemplo, de Benjamin Constant e de José Bevilaqua, jovem cearense de família modesta, e que viria a ter participação ativa nas movimentações políticas militares na última década do Império⁷⁴. Estavam dadas as condições para que a “mocidade militar”, cuja participação na instauração da República seria decisiva, passasse a se considerar porta-voz da modernização do país, e aos militares como um todo como homens de ação, honestos, distintos dos “casacas”, civis corruptos.

Os confrontos que compuseram a Questão Militar caracterizaram-se pela indisciplina e pela quebra de hierarquia. Durante as crises, a divergência em torno da disciplina e da escravidão foi uma das principais questões em jogo. A grande simpatia com que oficiais, inclusive de alta patente, enxergavam o abolicionismo opunha-se à orientação política do Império escravocrata. Paralelamente, a insatisfação nutrida por militares quanto ao tratamento recebido do governo, juntamente com o desejo de expressão política na imprensa, funcionou como o motor do

⁷³ Termo disseminado entre os militares para se referir aos bacharéis que compunham, em sua maioria, o meio político do Império.

⁷⁴ José Bevilaqua foi aluno de Benjamin Constant na Escola Militar da Praia Vermelha, e, posteriormente, seu genro. Cf. LEMOS, Renato. **Benjamin Constant: vida e história**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

embate, que ganhou a esfera pública através da forte atuação da imprensa, em especial da republicana.⁷⁵

O objetivo desse trabalho é apresentar reflexões iniciais sobre o papel desses episódios que opuseram parcelas militares e governo imperial na crise do regime. Entretanto, contrapondo-se às análises correntes parte-se de uma premissa diferente, através da qual procura-se pensar a Questão Militar como uma crise política organicamente vinculada à crise hegemônica do Império brasileiro, e não mais como uma causa, isoladamente ou em conjunção cronológica com a Abolição e a “Questão Religiosa”, da queda da monarquia no Brasil.

Desde a sua consolidação, o Estado imperial apresentou-se como obra da fração fluminense do Partido Conservador, tendo na tríade “saquarema”⁷⁶ seus criadores. Ganhando a disputa com o ideal “luzia” de descentralização política e liberalismo, os saquaremas moldaram um Estado fortemente centralizado política e administrativamente, uma nação que propunham civilizada, e uma sociedade altamente hierarquizada. Em relação ao formato do Estado monárquico, sua obra estabeleceu-se mediante um conjunto de leis político-administrativas e de instituições de caráter nacional, assegurando a centralização através da reconstituição do Conselho de Estado, do retorno da vigência do Poder Moderador e da coerção através de diversas faculdades do Executivo.

Pela capacidade que o projeto “saquarema” apresentava de manter a hierarquia, a ordem e seus favorecimentos, os “luzias” terminaram por se incorporar ao jogo político, num consenso hierarquizante intra-elite⁷⁷. Consolidava-se assim a hegemonia

⁷⁵ Três periódicos fortemente engajados nessa questão foram : *A Federação*, editado pelo republicano gaúcho Júlio de Castilhos, *O País*, de Quintino Bocayuva, e *Diário de Notícias*, de Rui Barbosa.

⁷⁶ Compunham a tríade “saquarema” Eusébio de Queiroz Matoso da Câmara, Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí) e Paulino José Soares de Sousa (Visconde de Uruguai). MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: a formação do Estado imperial**. Rio de Janeiro: Acess, 1994.

⁷⁷ MELLO, Maria Thereza Chaves de. **A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

escravista através da qual o regime Imperial sustentou-se até a sua extinção. Para além do âmbito da coerção, por sua capacidade de direção intelectual e moral, a classe dos proprietários rurais escravistas foi aceita como guia legítimo, constituindo-se em classe dirigente e obtendo o consenso ou a passividade da maior parte da população diante das metas impostas à vida social e política do Império.⁷⁸

A partir da segunda metade do século XIX, uma série de mudanças no campo da organização político-econômica da sociedade brasileira passou a exigir do Estado uma capacidade cada vez maior de articular demandas e interesses de grupos diversificados e, muitas vezes, opostos. Numa sociedade onde desde o fim do tráfico de escravos, em 1850, a crise de carência de mão-de-obra era perfeitamente previsível, a emergência no cenário econômico de um grupo de cafeicultores que vinha conseguindo se desvencilhar do trabalho cativo e modernizar seus meios de produção, tornando-se a parcela mais dinâmica da economia, e passando a reivindicar maior participação no jogo político, desencadeou uma crise de direção. Tratava-se de uma cisão no seio das classes que mantinham, inclusive através do consenso, a dominação política e ideológica. A isso, somava-se uma crescente onda oposicionista composta por parcelas urbanas cada vez mais expressivas. Influenciadas por ideias em voga no cenário internacional, elas ganharam voz através dos movimentos republicano e abolicionista, e da ação de intelectuais que atuavam no sentido de manipular e moldar o imaginário político por meio, principalmente, da imprensa, e dos conhecidos *meetings*, que se tornariam populares no período através de figuras como Silva Jardim.⁷⁹

⁷⁸ BELLIGNI, Silvano. Hegemonia. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, 2.v.

⁷⁹ NASCIMENTO, Carla Silva do. e LEMOS, Renato. Apresentação do Manifesto de Fundação do Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro. In: PENNA, Lincoln de Abreu (org.). **Manifestos Políticos do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008.

Compreende-se através de tais fundamentações que, como orgânica, a crise do Estado imperial teve como conteúdo uma crise de hegemonia, ou seja, uma quebra na capacidade das classes dominantes de se manterem também como dirigentes.

A crise de hegemonia do Estado imperial apresentou-se quando este começou a mostrar sua incapacidade de atender às necessidades dessa sociedade em processo de expansão demográfica, modernização econômica, e com demandas sociais mais complexas. Foi uma crise hegemônica escravista, no sentido de a própria natureza da sociedade estar em pauta. Do ponto de vista do arranjo político e das articulações partidárias, seus indícios apareceram a partir da “crise de inversão de gabinete” em 1868; do surgimento de uma parcela das classes dominantes que tinha como palavra de ordem o fim do próprio regime monárquico – o Partido Republicano; da incapacidade dos liberais de se mostrarem como alternativa dentro da ordem imperial, posto que não conseguiam implementar as reformas que pregavam; e na cisão dos conservadores entre os promotores destas mesmas reformas e os “reacionários”, que defendiam, a ferro e fogo, a manutenção de todos os privilégios das classes dominantes⁸⁰.

Desde a década de 1860, o governo imperial havia dado início a uma série de reformas no sentido de fazer a transição da forma de mão-de-obra no país de maneira controlada, garantindo ao máximo a ordem e os interesses das classes dominantes. Essa atitude da cúpula estadista imperial pode ser entendida pela conjugação de fatores ligados às preocupações nacionais, mas com direta influência da conjuntura internacional momentânea. Ricardo Salles chama atenção para o temor provocado pelo exemplo da Guerra Civil Americana principalmente a partir da incorporação de ex-escravos e elementos socialmente marginalizados às fileiras do exército durante a Guerra do Paraguai. Esse fator é decisivo para a iniciativa dos dirigentes imperiais que resolvem encaminhar um fim ordeiro e gradual da escravidão por temer que a ordem e a unidade do Império

⁸⁰ SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial**: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 169.

viesses a ser abaladas pelo ingresso da questão da escravidão na agenda política, o que, de acordo com a percepção da maioria deles, ocorreria ou por determinadas regiões se descompatibilizarem com a manutenção da ordem escravista e/ou, e o que é pior, por obra dos próprios escravos e seus descendentes⁸¹. Vivendo um momento de abertura para o exterior, a mancha da escravidão no cartão de visita do Império causava certo incômodo para uma nação recém-formada, e que, num momento em que a palavra de ordem era “modernidade”, aspirava ao status de civilizada. Nesse sentido, do ponto de vista da manutenção e da conservação do poder, a antecipação dos governantes, inclusive o Imperador, na execução de reformas referentes à questão da mão-de-obra como, por exemplo, a Lei do Ventre Livre aprovada em 1871, foi necessária e sensata. Os conservadores agiram para prolongar a vitalidade das instituições políticas, como se estas estivessem aptas a sobreviver à deterioração de suas bases sociais. Fora do campo da escravidão, a reforma eleitoral, aprovada em 1881 e que estabeleceu o voto direto para as eleições legislativas, veio para garantir a manutenção de um sistema representativo que favorecesse os interesses das classes dominantes.

Entretanto, a partir da década de 1870, a monarquia começou a dar provas de falta de agilidade política, atuando num isolamento e defensivismo cada vez maiores. De acordo com Salles, a crise hegemônica escravista do Império encontrou as crises políticas, que se manifestariam mais adiante, principalmente durante a década de 1880, quando as reformas timidamente implementadas mostraram-se incapazes de responder às demandas surgidas com as transformações econômicas e sociais, tais como a mudança do eixo econômico nacional do decadente Vale do Paraíba para o Oeste Paulista, a crise de mão-de-obra, as incipientes atividades urbanas industriais, comerciais e financeiras, e a emergência de demandas dos setores médios urbanos. Para além do âmbito partidário, instituições como a Igreja católica e o Exército teriam dado sinais de ruptura com os aparatos estatais, tornando-se durante,

⁸¹ SALLES, Ricardo. *idem*, p. 166.

respectivamente, as “questões” religiosa e militar, palco e objeto do debate político imediato⁸².

A ideia da ruptura do Exército com os aparatos estatais lançada por Salles abre a possibilidade de rediscussão da Questão Militar. Para tanto, busquemos, num primeiro momento, a compreensão do todo no qual se insere as Forças Armadas, lançando o foco de análise para a formulação de Estado ampliado, proposta pelo filósofo italiano Antonio Gramsci.

Trata-se da ideia de que o Estado em sentido amplo comporta duas esferas principais: a sociedade política e a sociedade civil. Pela primeira depreende-se o conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da violência e da repressão, e que se identifica com os aparelhos de coerção controlados pelas burocracias executivas e policial-militar. Por sociedade civil entende-se o conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, tais como partidos políticos, sindicatos, igrejas, o sistema escolar, e diversas outras. A combinação e interação da sociedade política com a sociedade civil compõe o Estado tal como pensado por Gramsci, onde a hegemonia, formada através do consenso, exerce uma dominação escudada na coerção⁸³. A partir dessa formulação, pode-se tratar as Forças Armadas como um aparelho de coerção estatal, cujo papel é assegurar, legalmente, a disciplina dos grupos que não participam do consenso, podendo ter sua ação também direcionada para toda a sociedade em momentos de crise no comando e na direção, quando o consenso espontâneo fracassa.

Sendo as Forças Armadas um aparelho de coerção estatal, que visa garantir a ordem quando o consenso por si só já não é capaz de fazê-lo, nos episódios da Questão Militar observa-se o debate político invadindo a esfera estatal através da ação de grupos militares que passam a agir no sentido de quebrar o consenso estabelecido,

⁸² Idem, p. 169.

⁸³ GRAMSCI, Antonio. **Lettere dal cárcere**. Turim: Einaudi, 1965, p. 481 apud COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

questionando, e mesmo se opondo, à ordem consolidada. Tudo isso dentro das vísceras do Estado. Significa pensar que uma parcela orgânica da instituição estatal, - e não se trata de uma parcela qualquer, mas da que, juntamente com a Guarda Nacional, detém o monopólio legal da força e da violência- se volta contra ela. Seria uma crise na esfera da sociedade política.

Um bom exemplo do que está sendo dito é a aceitação que a questão da Abolição teve dentro do Exército nesse período. A simpatia que expressivas parcelas da corporação, incluindo oficiais de alta patente, nutriam pelo movimento abolicionista, fez com que em 1887, como primeiro pronunciamento oficial do recém-fundado Clube Militar, o Exército se recusasse a perseguir escravos fugidos. Sendo atributo da sociedade política adequar a massa popular a um tipo de produção – o que inclui meios de produção e tipo de mão-de-obra - e à economia de um dado momento⁸⁴, quando o Exército se nega a desempenhar o papel de capitão-do-mato, ele está na verdade se recusando a exercer seu caráter coercitivo a fim de garantir os interesses das classes dominantes hegemônicas, a dos proprietários de terra escravistas. Deve-se, no entanto, destacar que outra fração das classes dominantes já investia em formas mais modernas de trabalho, e disputava a direção política do bloco hegemônico. Assim, a recusa dos militares não significaria um boicote ao interesse do conjunto das classes dominantes, mas ao de uma fração específica – a escravista.

Com base nessa elaboração é possível repensar o papel atribuído aos militares nas principais interpretações sobre o período. A Questão Militar esteve longe de representar apenas manifestações de um grupo de militares com motivações e dinâmicas restritas à corporação, assim como por si só não pode ser apontada como fator explicativo da queda do regime, ao lado da Questão Religiosa e da Abolição. Da mesma forma, é impossível entender de que maneira figuras de proa do Exército como, por exemplo, o general Deodoro da Fonseca, lideraram a derrubada do Império somente a partir da valorização do papel desempenhado pela chamada “mocidade

⁸⁴ COUTINHO, Carlos Nelson. Idem, p. 127.

militar”.⁸⁵ A crise nas relações civis-militares que teve início a partir da Guerra do Paraguai significou mais uma frente na qual a hegemonia consolidada não conseguiu manter o consenso. Porém, tal elo quebrava-se exatamente nas relações com o aparelho político responsável pela perpetuação do domínio ideológico estabelecido quando este já não se impõe somente pelo consenso. Os episódios que opuseram militares e governo nos últimos anos do Império foram, em sua essência, manifestações da crise orgânica responsável pela derrubada da monarquia. Somavam-se ainda ao debate político que invadiu a esfera estatal por meio dos militares a radicalização do movimento abolicionista, e o fortalecimento do movimento republicano, que vinha recrudescendo desde a década de 1870. Os dois últimos movimentos citados apresentavam ainda a especificidade de serem capazes de se beneficiar com a divisão estabelecida entre a classe dominante dos proprietários de terra. Instaurada a crise de direção, parcelas dessa classe transitaram entre ambos a fim de fortalecer seus interesses e demandas.

Bibliografia

- BELLIGNI, Silvano. Hegemonia. In:BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco (org). **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, 2.v.
- CASTRO, Celso. **Os militares e a República**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976

⁸⁵ São exemplos de trabalhos que sustentam as teses enumeradas COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976; LIRA, Heitor. **História da queda do Império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, 2 v.; CASTRO, Celso. **Os militares e a República**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007
- LEMOS, Renato. **Benjamin Constant: vida e história**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- LIRA, Heitor. **História da queda do Império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, 2 v.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: a formação do Estado imperial**. Rio de Janeiro: ACESS, 1994.
- MELLO, Maria Thereza Chaves de. **A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- NASCIMENTO, Carla Silva do. e LEMOS, Renato. Apresentação do Manifesto de Fundação do Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro. *In*: PENNA, Lincoln de Abreu (org.). **Manifestos Políticos do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008.
- SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- SCHULZ, John, **O Exército na política: origens da intervenção militar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

AQUELES GAROTOS QUE IRIAM MUDAR O MUNDO: O CINEMA NOVO E A POLÍTICA

Carlos Eduardo P. de Pinto
Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense

Desde que o termo “sétima arte”⁸⁶ foi cunhando em 1912, evidenciou-se que uma das maneiras de se aproximar teoricamente do cinema é pensá-lo como *arte*, entendida aqui como uma produção que tenha como finalidade última o sentido estético. Ainda que não exclusivamente artístico, o cinema é um objeto que divide com a arte algumas funções, como o de ser um dos principais instrumentos de legitimação do poder e da construção de identidades, na definição de François Pouillon. Como exemplo do poder exercido pela arte, basta lembrar que em torno dela – assim como em torno do cinema - se estabelecem disputas tão graves que podem levar ao iconoclasmo e ao vandalismo (literais ou simbólicos), com o objetivo de apagar manifestações artísticas identificadas com formas de poder adversárias⁸⁷.

Por certo a percepção do potencial do cinema como prática legitimadora do poder se deu a partir do momento em que se entendeu que a conjunção da sala escura com as imagens em movimento projetadas na tela seria capaz de *convencer*. Compreendido, em seus primórdios, como um processo de captação do real através de um dispositivo técnico que dispensava a interferência humana, o cinema parecia apenas exibir o real capturado objetivamente pelas lentes. As críticas a essa leitura davam relevância ao *enquadramento* da realidade inerente ao fazer cinematográfico, processo pautado por critérios subjetivos que elimina qualquer resquício de *neutralidade*. Apesar desses apontamentos críticos, a criação da *linguagem clássica* nas primeiras

⁸⁶ Ricciotto Canudo cunhou o termo em 1912 em um ensaio publicado mais tarde: *Le manifest de sept arts*, Université de Metz, 1923.

⁸⁷ Dario Gamboni, *The destruction of art: iconoclasm and vandalism since French Revolution*. London: Reaktion Books, 2007.

décadas do século XX pela cinematografia norte-americana tendeu a privilegiar os *efeitos de realidade* e, portanto, a dissimular a esta interferência subjetiva. De fato, segundo Jacques Aumont, o “‘realismo’ dos materiais de expressão cinematográfica não passa de resultado de um enorme número de convenções e regras (...) que variam de acordo com as épocas e as culturas⁸⁸”. Jean Baudrillard, por sua vez, afirma que é “precisamente quando ela parece mais verídica, mais fiel e mais em conformidade com a realidade, é que a imagem é mais diabólica⁸⁹”. No cinema clássico, portanto, estaríamos no plano do engano, das miragens sedutoras.

Mas a “sedução diabólica” possibilitada pelo veículo não é onipotente, uma vez que existe uma *negociação* entre o que é visto e quem vê. O espectador não é uma *tabula rasa* inocente, pronta para ser moldada de acordo com a vontade dos produtores. É justamente por isto que, no largo espectro de classificação das cinematografias, se encontra o “filme político”. A existência desse gênero cinematográfico é um indício de que, se qualquer filme pode servir à política, existem alguns que são feitos claramente com o propósito de convencer o espectador a respeito de alguma ideia e de interferir na sociedade, sendo *intencionalmente* políticos.

Como estudo de caso de uma cinematografia com intencionalidade política, aqui se apresenta o Cinema Novo, movimento desenvolvido no Brasil entre 1960 e 1980⁹⁰. Ismail Xavier o considera como a primeira experiência brasileira de cineastas pertencentes à mesma *geração*, conceito definido por Jean-François Sirinelli como um recorte demográfico unido por um acontecimento fundador. Glauber Rocha, Joaquim P. de Andrade, Nelson P. dos Santos, Cacá Diegues, Leon Hirszman, Ruy Guerra, Paulo C. Saraceni, entre outros, eram jovens intelectuais e artistas

⁸⁸ Jacques Aumont et al, *A estética do filme*. Campinas, SP: Papirus, 1995, p.135.

⁸⁹ Citado por Tom Gunning, *Cinema e História*, in Ismail Xavier, *O cinema no século*, Rio de Janeiro, Imago Ed., 1996.

⁹⁰ Algumas análises apresentam a proposta do Cinema Novo como esgotada a partir de 1968. Cf. José Mário Ortiz Ramos. *Cinema, Estado e lutas culturais (anos 50/60/70)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

multifuncionais cuja principal marca geracional eram os movimentos reformistas da década de 1950⁹¹.

Estes jovens apresentavam-se, segundo Wolney Vianna Malafaia, simultaneamente “como observadores entusiasmados do desenvolvimento econômico e críticos contundentes das contradições geradas por esse mesmo desenvolvimento⁹²”. A maioria de seus integrantes era vinculada a alguma instituição de esquerda, fosse a AP (Ação Popular, ligada à juventude católica) ou diretamente ao PCB. Alguns estudiosos, como Marcelo Ridenti⁹³, apontam suas origens ideológicas ao pertencimento de alguns de seus componentes ao Centro Popular de Cultura (CPC) do Rio, ligado, por sua vez, ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Da mesma forma que o ISEB cria na possibilidade de os intelectuais apreenderem a estrutura do pensamento e os desejos do povo/nação e plasmá-los em suas obras⁹⁴, os cineastas sentiam-se capazes de fazer isto através de seus filmes. Nestas obras, o povo – formado por “homens simples”, depositários da nacionalidade - poderia se ver espelhado e se identificar. Conscientizado da miséria e exploração nas quais vivia enredado, se organizaria, fazendo a revolução.

Esta estrutura de pensamento e ação teve a sua gênese localizada por Reinhart Koselleck⁹⁵ no início do século XVI, com o surgimento do conceito de História como singular coletivo (*Geschichte*), a História Universal que permitiu aos agentes sociais se acreditarem capazes de decidir qual curso Ela deveria seguir. Logo, fica clara a proposta política incipiente do grupo: utilizar o

⁹¹ Denise Rollemberg, *Exílio: entre radares e raízes*. Rio de Janeiro, Record, 1999, p.49.

⁹² Wolney Vianna Malafaia, *O mal-estar na modernidade: o Cinema Novo diante da modernização autoritária (1964-1984)* in Jorge Nóvoa e José D'Assunção Barros (orgs). *Cinema-história: teoria e representações sociais no cinema*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p.202.

⁹³ Cf. Marcelo Ridenti, *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*, Rio de Janeiro-São Paulo, Editora Record, 2000.

⁹⁴ Ismail Xavier, *Sertão mar: Glauber Rocha e a estética da fome*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

⁹⁵ Reinhart Koselleck, *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

cinema como arma de mobilização e transformação da realidade. Esta postura, evidentemente, foi responsável pelos embates ideológicos com a ditadura civil-militar, cujos governos não concordavam nem com as versões do país cunhadas pelos cineastas nem com a possibilidade de uma mobilização popular. Em resposta, os cineastas tiveram que enfrentar a censura e, em alguns casos, a prisão e o exílio. Numa perspectiva ampla, no entanto, percebe-se que o caráter político de sua filmografia é mais complexo e não se resume a estes embates, como se demonstra a seguir.

Um indício da complexidade do caráter político do movimento reside na necessidade de pensar e representar o passado nos filmes, marcando que esta ação é efetuada no presente e, portanto, “contaminada” pela contemporaneidade. O passado era esmiuçado sem a solenidade da reverência e submetido ao arbítrio do presente. Marcelo Ridenti se refere a um *romantismo marxista* seguido por intelectuais e a artistas atuantes durante a década de 1960, que pode sem reservas ser aplicado à atuação dos cinemanovistas: “pretendiam revolucionar a sociedade em direção ao futuro e buscavam para tanto o encontro com as raízes do passado, em meio a um acelerado processo de modernização e urbanização da sociedade⁹⁶”. Percebe-se que através de seus filmes, fossem eles sagas sertanejas, adaptações de literatura modernista ou dramas urbanos, estes cineastas objetivavam pensar os temas nacionais desde uma perspectiva crítica da modernidade, postura política por excelência.

Além do interesse pela modernidade como tema, os cinemanovistas recorriam a um repertório linguístico ancorado em referências modernistas, como planos-sequência feitos com a “câmera na mão”, montagens com interrupções da diegese por elementos estranhos ao universo dos filmes, textos poéticos ou teóricos sobrepostos às imagens e atuações *brechtianas*. Estes recursos eram adequados à representação do tempo e da história pretendida pelos cinemanovistas, rescendendo a uma teatralidade *brechtiana* que pretendia romper os limites da encenação ilusionista

⁹⁶ Marcelo Ridenti, op. cit., p. 95.

e travar contato direto com o público. Devido ao movimento incômodo da câmera, aos atores que “falam” para a objetiva (e, por extensão, com a platéia), aos textos provocativos sobrepostos às imagens, subvertendo seus sentidos - os espectadores eram, a todo do tempo, lembrados de que um filme é a *representação* e não o *referencial*. Esta combinação entre vanguarda estética e pesquisa da nacionalidade levou Ismail Xavier a afirmar ser o Cinema Novo o “primeiro exemplo de uma experiência cinematográfica de grupo apta a dialogar de forma mais consequente com (...) a tradição do modernismo dos anos 20⁹⁷”.

Até este ponto foram explicitados os *motivos* e *intencionalidades* dos cinemanovistas seguindo as categorias criadas por Quentin Skinner⁹⁸. O *motivo* seria o que levou o autor a criar a obra e é anterior ao processo de criação, enquanto a intencionalidade seria concomitante a ele, podendo ser entendida através da decodificação da linguagem utilizada por ele para atingir seu propósito. Nesse sentido, os *motivos* da geração do Cinema Novo estavam vinculados a sua formação política no ISEB via CPC, ao pertencimento a partidos de esquerda e ao *desejo de história* que manifestavam em suas obras. Resumiam-se à vontade de entender e, simultaneamente, mudar a realidade. Estes *motivos* estão em total conformidade com sua *intencionalidade*, apreendida através da decodificação da linguagem modernista, que possuía também um caráter político, como se apresenta a seguir.

Peter Wollen, pretendendo explicitar os jogos possíveis do cinema político da década de 1960, opõe à *linguagem clássica* norteamericana (ilusionista, sedutora e *burguesa*⁹⁹) o cinema moderno, de

⁹⁷ Ismail Xavier, *O cinema brasileiro moderno*, São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 24.

⁹⁸ Quentin Skinner. *Visions of politics*. Cambridge: Cambridge University Press, v.I. O autor elenca três significados possíveis para uma obra. O da recepção contemporânea a sua realização, que ele denomina significado ¹ (*meaning* ¹). O provindo da leitura descontextualizada (*meaning* ²). E, finalmente, o significado que o próprio autor queria dar, *meaning* ³. É em busca do terceiro que estou nesse artigo.

⁹⁹ Christian Zimmer, *Cinéma et politique*, Paris, Éditions Seghers, 1974.

vanguarda, aquele que se dedica a quebrar os *efeitos de realidade*. O próprio Wollen, num movimento de autocrítica, admite que tal esquematismo não poderia ser encontrado nas obras, sendo fruto de uma postura política radical que envolvia não só quem fazia, mas também quem analisava e criticava os filmes. Este é um depoimento de quem viveu um tempo em que fazer cinema político significava se opor a *Hollywood* e à linguagem clássica, forjada por esta indústria. Contudo, embora as obras não seguissem à risca os postulados apresentados por Wollen, mantinham diálogo contínuo com eles. O autor arremata:

Um filme político é aquele que leva as pessoas a fazer perguntas, considerar questões, questionar pressupostos estabelecidos sobre o próprio cinema, seu papel enquanto uma indústria de entretenimento e um espetáculo com efeitos políticos. Mais modestamente, há aqueles que simplesmente nos pedem para olharmos para acontecimentos de maneiras novas e inesperadas. É por essa razão que o cinema político se relaciona com a forma assim como com o conteúdo, com os meios assim como com os fins. É não-convencional, no sentido literal de que quebra as convenções¹⁰⁰.

Conclusão

Para além dos embates ideológicos travados pelos cinemanovistas com a ditadura civil-militar, deflagrados por seu desejo de apreensão e mudança da realidade brasileira - e que se constituem num aspecto mais evidente de sua atuação política - buscou-se compreender os *motivos e intencionalidades* dessa geração ao fazer cinema político. Nesse percurso, notou-se que os cinemanovistas possuíam a crença – compartilhada com outras correntes *modernistas* – na capacidade de representar o Brasil através dos temas e do estilo de filmar, procurando apreender toda a complexidade do país. O caráter *iconoclástico* do movimento, evidenciado pela intenção de romper com as representações do Brasil feitas anteriormente e pela necessidade de cunhar uma linguagem

¹⁰⁰ Peter Wollen, op. cit., p. 85

inédita, distinta da linguagem clássica norte-americana, reforçava sua força como expressão política. Agiam, desta forma, segundo padrões *modernos* - referindo-se o termo ao conceito histórico-filosófico de *modernidade* – e *modernistas*. O cinema que faziam era considerado *político* por ser visto como uma força de mobilização contra a ditadura – logo, um *agente* da história - mas também como uma revolução em si, capaz de propiciar reelaborações estéticas.

O INSTITUTO BRASILEIRO DE AÇÃO DEMOCRÁTICA ATRAVÉS DE IMAGENS

Carlos Fellippe de Oliveira¹⁰¹
Jefferson Pereira da Silva Júnior¹⁰²

Atualmente, no campo historiográfico, a imagem tem surgido como uma importante fonte histórica que demanda por parte do historiador um novo tipo de crítica. Segundo Ana Maria Mauad há de se avaliar a imagem com uma nova postura teórica de caráter transdisciplinar, aproximando seu foco interpretativo da Antropologia e da Sociologia. Dessa maneira poderá se compreender a dimensão simbólica de diversas práticas do cotidiano, bem como o papel da ideologia, na composição de mensagens socialmente significativas, e da hegemonia como processo de disputa social que se estende à produção da imagem. Considera-se também o fato de que a avaliação das redes sociais da fotografia envolve uma abordagem em que produtores e consumidores da imagem fotográfica possuem um "locus" social definidos.

Entende-se a fotografia como uma referência, marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares informam sobre determinados aspectos desse passado, ou seja, condições de vida, infra-estrutura urbana ou rural, condições de trabalho, problemas sociais, sem esquecer que ela também molda uma determinada visão de mundo.

No presente trabalho, se buscará analisar imagens contidas do periódico publicado pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática, entre os anos de 1959 e 1963, denominado Ação Democrática, levando-se em conta os períodos de sua história, todo o processo de produção, circulação e consumo das imagens fotográficas. Assim será possível estabelecer as condições de transmissão da mensagem imagética, bem como as tensões sociais

¹⁰¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de São João del-Rei.

¹⁰² Pós-graduado em Brasil, Estado e Sociedade pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

que envolveram a sua elaboração. Ana Maria Mauad afirma que somente desta maneira, texto e contexto estarão contemplados. Interessa-nos aqui o discurso político que as imagens apresentam e os argumentos ou idéias que carregam. A imagem é capaz de dar ao leitor a ilustração daquilo que lhe foi passado, ratificando em seu imaginário os ideais contidos no texto e tornando-o inteligível.

Cabe ressaltar, que entre os objetivos deste trabalho, não se encontra a tentativa de realizar uma problematização das construções imagéticas, seus métodos e modelos. Sendo assim, o que se encontrará entre estas linhas será a busca da compreensão e a interpretação da utilização de imagens que o Instituto Brasileiro de Ação Democrática empregou em sua campanha anti-comunista por meios próprios.

É inserido no contexto da crise política da década de 1960 que o periódico “Ação Democrática” inicia o uso de imagens para dar tons maiores ao seu discurso. Em seus exemplares publicados entre os anos de 1959 e 1963, encontram-se fotografias de personalidades da época, dos problemas sociais brasileiros e principalmente do infortúnio comunista. A todo momento o leitor é induzido a temer a ideologia comunista, representada, principalmente, pela URSS e por Cuba.

A revista “Ação Democrática” possuía alta tiragem, chegando a alcançar 200.000. Além disso, contava com importantes apoios de setores ligados à comunicação, difundindo suas idéias por inúmeras cadeias de rádio.

Em todos os seus números, a revista tem espaço dedicado às questões internacionais e o envolvimento do governo brasileiro, sempre em tom de alerta e denúncia. A maior parte é dedicada à movimentação do Congresso Nacional, as medidas econômicas, questões sociais em diferentes locais do país, grupos sindicais, princípios cristão, possuindo, segundo a própria chamada da revista, “matérias de interesse geral”.

O IBAD possuía todo um aparato organizacional fundado em alguns princípios primordiais, nos quais se faziam toda a sua propaganda anti-comunista. Nota-se que diversas questões ajudaram

a forjar a formação de tais princípios, como a Guerra Fria, o comunismo, a questão cubana, a influência soviética.

A pluralidade de acontecimentos que cercavam os homens em meados do século XX, proporcionava diferentes representações do espaço urbano, da vida social e da política mundial. As imagens apresentadas neste trabalho são fruto de um plano de ação bem delineado, facilmente percebido.

O criador do Instituto, Ivan Hasslocker, atuava como o intermediador entre os grupos financeiros e a organização política, com a intenção de guiar os rumos da economia e da política do país. Para isso, a intenção era a ação política.

Eram 11 os sócios-fundadores do IBAD, todos brasileiros natos, com exceção de Barthelemy Beer, que era brasileiro naturalizado e húngaro de nascimento. Além de Ivan Hasslocker, entre os 11 sócios estavam Francisco Camelo Lampreia, Sérgio Macedo, Carlos Lavinio Reis, Frutuoso Osório Filho, Lauro de Barros, Aloísio Hammerli, Odemir de Faria Barros.

Em depoimento à CPI que investigou o IBAD em 1963, Ivan Hasslocker diz que concebeu a criação de uma sociedade para combater o comunismo no país. Conversou inicialmente com três pessoas, que admitiram ser financiadores da instituição imaginada e fundou, em maio de 1959, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Para a manutenção desse Instituto aliciou mais financiadores e conseguiu que o número desses se elevasse a 98.

A partir da década de 50, nota-se um esforço em entender os problemas econômicos nacionais que representavam entrave a uma completa industrialização do país. Muitos grupos independentes exerceram influência sobre setores da sociedade civil, organizados por empresários e intelectuais orgânicos, como o Grupo Itatiaia, o IBESP. Tais grupos dariam origem ao ISEB, um centro de elaboração teórica de um projeto que ficou conhecido como nacional-desenvolvimentista.

Neste mesmo período, desenvolvem-se os estudos de Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), propondo saídas para o subdesenvolvimento dos países latinos.

O descontentamento com a situação estrutural do Brasil nos anos 50, reflexos dos rumos tomados pelo poder público e que causavam apreensão dos setores produtores e de intelectuais brasileiros, induz o surgimento de institutos de cunho civil, que irão se organizar sob a égide do pensamento privado, onde a tarefa da industrialização e desenvolvimento do país deveria ser deixada a cargo do setor privado, não medindo esforços no combate a quaisquer obstáculos, tanto na esfera política, social e econômica.

Para tal, o IBAD cuidava de penetrar profundamente no poder legislativo, além dos governos estaduais, intervindo em assuntos nacionais e regionais. Para tal, eram fornecidos dinheiro, materiais em geral para campanha, faixas, cartazes e propagandas para aqueles candidatos que, se eleitos, se comprometessem a seguir a orientação ideológica do IBAD, ou seja, o combate ao comunismo e a João Goulart.

Incrementado por outra organização, a Ação Democrática Popular (ADEP), e pela Agência de Propaganda (S.A. Incrementadora de Vendas Promotion), o IBAD cuidava também da propaganda política de seus candidatos, uma vez que atuava quase como partido político, pretendendo até mesmo penetrar seus “políticos” em movimentos sindicais e estudantis, que se opunham aos movimentos vigentes. As contribuições eram entregues reservadamente à Ivan Hasslocker e todas recolhidas no Banco Real do Canadá, em contas da S.A. Incrementadora de Vendas Promotion. Pretendia-se, acima de tudo, moldar a opinião pública, criando grupos de ação política e ideológica.

A ADEP foi criada em março de 1962, também imaginada por Ivan Hasslocker, adotando o mesmo processo que empregara para angariar os recursos com os quais sustentou o IBAD. A ADEP surgiu da desintegração do Movimento Popular Jânio Quadros, que, com a renúncia de Jânio não encontrava razão de existir. Assim, em depoimento à CPI de 1963, Ivan Hasslocker relatou que deveria aproveitar elementos experimentados, e, por isso, seria melhor recrutá-los entre os que constituíram o MPJQ, até porque dera seu total apoio a candidatura de Jânio Quadros.

Em informações prestadas à CPI de 1963, Ivan Hasslocker afirmou que conseguiu que 126 firmas das classes produtoras do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul entrassem com as vultosas quantias que, pela média, seriam superiores a Cr\$ 8.000.000,00 para cada contribuinte.

A ADEP funcionava como uma subdivisão do IBAD. Visava infiltrar-se na área popular para beneficiar a Ação Democrática Parlamentar (ADP), uma coalizão formada por aqueles políticos que haviam sido eleitos com a ajuda do IBAD no interior do Congresso Nacional.

Era da competência dos colegiados regionais da ADEP a eleição de candidatos que merecessem o apoio da entidade, mas ao colegiado nacional cumpria aprová-los, podendo o mesmo recusar apoios sugeridos. No começo da campanha eleitoral de 1962, o material remetido aos Estados era confeccionado na ADEP, contabilizando cerca de um milhão de cédulas, duzentas faixas e quinhentos cartazes. Essa relação de materiais era enviada para cada candidato. Por meio da ADEP, o IBAD apoiou cerca de 250 candidatos a deputados federais e 600 a estaduais, 8 candidatos a governadores, e em menor escala vice-governadores.

Além do apoio logístico, a ADEP realizava por meio da S.A. Incrementadora de Vendas Promotion, a exibição de programas de TV e Rádio. No período de julho a setembro de 1962 a Promotion patrocinou, em nome da ADEP, em 13 emissoras de televisão do país, programas de meia hora duas vezes por semana, num total de 312 emissões, vendidas pelas estações ao preço de 450 mil cruzeiros por cada meia hora. Tais programas eram intitulados “Assim é Democracia”, “Democracia em Marcha”, “Julgue você mesmo”, “Estado do Rio em Foco” e “Conheça seu candidato”. As estações contratadas para a programação da Promotion eram a TV Rio, TV Tupi, Radio Jornal do Brasil, Radio Globo, Radio Continental, Radio Tupi.

A criação de núcleos do IBAD era posterior a uma etapa puramente informativa: a manutenção da revista ação democrática e do programa de rádio “A Semana em Revista”. A finalidade era criar

uma ativa consciência democrática nas comunidades onde funcionariam os núcleos do IBAD.

De setembro de 1962 a março de 1963 as despesas realizadas atingiram a cerca de 39 milhões de cruzeiros, sendo 20 milhões e 680 mil cruzeiros enviados aos colegiados regionais, e o restante para gastos gerais de manutenção de veículos, pagamento de pessoal e despesas de expediente.

Por outro lado, inúmeros abaixo-assinados e diversos apelos foram endereçados à CPI para que ela não permitisse o fechamento dos 17 postos fixos de saúde e 20 pontos volantes, além de núcleos assistenciais que o IBAD fundou, especialmente na região do Nordeste.

O IBAD foi uma das entidades mais importantes no período anterior ao golpe de 1964. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, o Instituto desempenhou o papel de induzir a estruturação de novos grupos anticomunistas. Além disso, através de uma revista, “Ação Democrática”, o IBAD pôde dar início a luta contra João Goulart, e se posicionar dentro do cenário político nacional.

Era um grupo constituído por figuras inseridas nos mais diferentes setores da sociedade e que possuíam suas acepções, suas apropriações. Esse fato, associado à existência de ramificações em diversas regiões do Brasil, fazia com o que o IBAD atuasse como um emaranhado de interesses próprios ou inerentes àqueles com status de único, incontestável e universal, podendo acarretar mudanças nas “normas”, ou seja, no plano de ação do IBAD.

Sendo assim, a partir da utilização do material produzido pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática, é possível praticar o ofício do historiador, entendendo sua formação ideológica, seus componentes e atores que deram seguimento à luta anti-comunista, além de sua movimentação política. Poderá se compreender, paralelamente, a radicalização ideológica que imperava no Brasil da década de 60, ocorrida devido a multiplicidade de pensamentos e interpretações existentes.

Gera-se, por meio da análise das imagens contidas no periódico “Ação Democrática, finalmente”, a análise de seu proselitismo, as aspirações e o projeto político do IBAD, de modo a

caracterizar a formação de uma cultura política própria voltada ao anticomunismo no Brasil e situar o Instituto dentro do caráter difuso da luta contra o comunismo no país a partir das representações e das ações que podem ser evidenciadas através do estudo de suas fontes.

Referências Bibliográficas:

AÇÃO DEMOCRÁTICA. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Ação Democrática, 1959-1963. Mensal.

BAER, Werner. **A economia brasileira.** São Paulo: Nobel, 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. Do parecer da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar fatos relacionados com o IBAD e o IPÊS. Relator: Pedro Aleixo. Brasília, p.33-59, dezembro de 1963.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. IN: **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes.** Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002, P.61-80

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe.** Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE AÇÃO DEMOCRÁTICA. **Recomendações sobre Reforma Agrária.** Rio de Janeiro, 1961. p.24

LE GOFF, Jacques. Documento / monumento. In: **Memória-História.** Enciclopédia Einaudi, vol. I. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história – Interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996, p. 73-98.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964).** São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

A LEGITIMAÇÃO DO PODER EM CARTAGENA DE INDIAS: O GOVERNADOR MURGA CONTRA O SANTO OFÍCIO

Carlos Guilherme Rocha*

Quando da descoberta da América, o papado já caminhava junto com a Coroa espanhola. A religião era então um aspecto da política, principalmente da política colonial, tanto que nas *Índias* a Igreja era mantida sob o *patronato real*. A Igreja servia ao poder régio, com intuito de apressar a submissão dos nativos e controlar novos territórios (BARNADAS, 1998, p.523). A ideologia que permeava a Coroa era a busca de riquezas a fim de propagar a fé e o Império, este sagrado (ELLIOTT, 1998, p.300).

Assim, o século XVI na América espanhola foi marcado pela rápida e intensa campanha de colonização/cristianização. Logo são fundados os vice-reinos e se desenvolvem importantes centros urbanos. A ação eclesiástica não é diferente, toda a organização administrativa da Igreja americana é definida, são fundadas inúmeras dioceses, bispados e paróquias.

Após a intensa ação colonial do século XVI, o século XVII é caracterizado pela estabilidade. O que também se refletiu na Igreja das *Índias*. Neste século, destaca-se a intolerância, a perseguição aos vestígios pagãos, foi intensa a ação inquisitorial.

John Elliott destaca que o governo espanhol na América no século XVII foi de notável sucesso, devido a basicamente dois pontos: a consolidação ainda no século XVI da estrutura administrativa das Índias; e a ampla divisão dos poderes (ELLIOTT, 1998, p. 288). Porém, as linhas desta divisão dos poderes não era traçada claramente, o que acabava por gerar disputas e conflitos de jurisdição. Conflitos envolveram tanto as autoridades reais seculares quanto as eclesiásticas (BARNADAS, 1998, p. 543).

No Novo Reino de Granada a situação não foi diferente. Se o século XVI é marcado por disputas por território entre as

* Graduando em História - UFSJ

províncias, que buscaram delimitar suas áreas jurisdicionais (PLÁ, 1983, p.29-38), o século XVII as disputas se deram entre as instituições coloniais. A entrada do Tribunal do Santo Ofício no universo colonial, em Cartagena em 1610, intensificou ainda mais os embates. Antonio Dominguez Ortiz destaca a Inquisição nas disputas por poder com as autoridades civis e eclesiásticas, segundo este autor as querelas envolvendo o Santo Ofício eram as mais escandalosas (ORTIZ, 1996, p. 67).

Destaco aqui o conflito entre Francisco de Murga, governador e capitão-geral da província de Cartagena de Indias entre os anos de 1629 e 1636, e a Inquisição cartagenera.

O conflito entre o inquisidores e ministros do Santo Ofício e governadores não é fato novo em Cartagena, mas recorrente desde a fundação do Tribunal, em 1610. O caso de Murga, no entanto se destaca pela intensidade do conflito. Tratarei das críticas de Murga ao Tribunal do Santo Ofício de Cartagena e de como o governador legitima suas ações contra este Tribunal nos anos iniciais de seu governo.

Em carta à Coroa de 19 de abril de 1630, Murga descreve em que estado encontrou a província e quais seus problemas, e não hesita em dizer que “ante todas cosas pues haciendo aqui tantos opuestos a las que del servicio de VM se ofreçon cada dia [...] el Tribunal de la Inquisicion que VM tiene en esta ciudad es el mayor opuesto a ella” (AGI, Santa Fe, 39, 3, 24, fl.1).

Nesta carta o governador descreverá dois problemas que teve com dito Tribunal. Primeiro diz que Inquisidores e ministros do Tribunal do Santo Ofício se recusaram a atender ordens das coisas militares. Assim, estes não obedeceram às instruções para a defesa da cidade visto a eminência de um ataque pirático.

Em seguida, trata dos problemas com os salários. Inquisidores exigem salários, oficiais reais não pagam, pois aqueles não apresentam suas contas, como determinado em Real Cédula. Inquisidores então excomungam oficiais e impõe pena de 1000 ducados a eles. Os oficiais recorrem ao governador, este diz para que se mantenham firmes em sua posição de obedecer às cédulas. Não tendo os oficiais atendido sua orientação e tendo feito o pagamento

aos inquisidores, Murga toma como decisão prender os oficiais em suas casas e também impõe a eles a pena de 1000 ducados. Murga justifica sua ação declarando que aqueles que não atendem as Reais Cédulas devem ser punidos, mas que cabe ao Rei julgar qual o castigo merecido. Por isso, junto à carta envia os autos dos processos, tanto da justiça secular quanto inquisitorial. Aqui notamos a importância da documentação para a legitimação de suas ações, como evidenciado por Consuelo Abreu. (ABREU, 2000, p. 79-80).

Murga sempre se posicionou como defensor dos direitos reais e como representante do Rei, como na seguinte passagem de outra carta, ainda tratando do caso dos salários não pagos aos inquisidores: “me pidieron y requireiron los dichos oficiales Reales que *pues estaba en lugar de VM* bolbiese por su causa en virtud de las dichas cédulas” (AGI, Santa Fe, 39, 3, 25, fl.1v - grifo meu.). Apesar das fortes críticas à Inquisição pelo não cumprimento das ordens reais, Murga aponta que tem respeito exigido pelo Rei Filipe IV e seus antecessores à Inquisição: “tienen mandado no nos entremetamos com el dicho Tribunal y les tengamos en beneración (como le tengo)” (AGI, Santa Fe, 39, 3, 25, fl.1v).

O governador afirma que o fato da Inquisição ter se metido em casos que ele considera da Real Jurisdição fez com que o Tribunal parecesse estar contra a ordem e bom governo naquela província. E aqui recomenda que o poder real repreenda as atitudes da Inquisição, de invasão jurisdicional.

Murga diz que sempre tentou resolver as questões internamente e não cansar ao Rei, indicando que se esforçava para seguir as recomendações para que mantivesse boas relações com o Santo Ofício. No entanto as relações entre autoridades civis, eclesiásticas e inquisitoriais passaram longe de serem exemplares, o caso de Murga com o inquisidores de Cartagena não é exceção (ALONSO, 1999, p. 78). E o governador culpa os inquisidores pelas querelas falando que “la ambición [dos inquisidores] de mandar y ser dueños de esta rrepublica debe de pesar más en su estimación que no el temor de ser reprehendidos (fuera de que esto tienen por dudoso)” (AGI, Santa Fe, 39, 3, 29, fl.1)

Murga sugere que a transgressão jurisdicional cometida pelos inquisidores e ministros do Tribunal do Santo Ofício de Cartagena ameaça o bom governo da província e sua legitimidade em nome do poder real. Em seguida recomenda ao Rei para que este coloque freio no dito tribunal. As críticas do governador ao autonomismo da Inquisição prosseguem, diz que os ministros e familiares utilizavam-se do prestígio e do foro privilegiado do Santo Ofício, e que eles ameaçam as pessoas para conseguir o que desejam, estrangeiros, principalmente, tinham muito medo de serem indiciados por causas de fé.

É muito interessante a argumentação de Francisco de Murga. O governador qualifica o Santo Ofício como maior opositor ao bom governo da província, fala que o Tribunal atua com autonomismo, não seguindo às ordens reais, mas sim parecendo querer ser dono daquelas terras. O ataque de Murga é agudo, já que uma das grandes preocupações da Coroa era estabelecer uma vasta rede burocrática e distribuir poder em variadas instituições, evitando assim forças centrífugas e limitando ao máximo a liberdade de ação dos funcionários reais (ELLIOTT, 1998, p. 286-289). Ou seja, a Coroa temia que funcionários se colocassem acima das ordens reais, o que, segundo o governador, ocorria com o Tribunal do Santo Ofício de Cartagena de Indias.

É importante ressaltar que grande parte de seus ataques se direcionam à Inquisição, e não aos inquisidores ou ministros do tribunal. Murga vê a instituição como problema, não só os funcionários desta. E usa da história recente de confrontos entre Inquisição e governadores para justificar seu posicionamento, pois “la causa [deste permanente conflito] es que aunque mis antezesores yntentaron su rremedio sempre la materia a quedado sin expdición por fines particulares faciles decolejir” (AGI, Santa Fe, 39, 3, 29, fl.1). Assim, não bastava punir ou repreender aos funcionários, ministros e inquisidores do dito Tribunal, mas limitar a ação da instituição.

Murga se coloca como leal representante da vontade do Rei, em detrimento a uma provável traição por parte dos inquisidores. Esta atuação desleal às instruções reais ameaçaria até mesmo a

legitimidade do poder real naquele território. Por isso de suas ações enérgicas, como prender os oficiais reais em suas casas. No entanto, deixa claro que o árbitro das questões é o Rei, cabe apenas a ele tomar alguma medida de fato, entendendo que a jurisdição, *a priori*, é sempre do monarca (ABREU, 2000, p. 12 e 14).

A resposta a Murga não tarda. Em carta de 03 de dezembro de 1630 (AGI, Santa Fe, 991, L2, fl. 175v-176), o Conselho de Índias, falando em nome do Rei, diz que Murga agiu corretamente no caso dos oficiais reais, exigindo o cumprimento das cédulas. No entanto, pede-se que o governador solte os oficiais, e que estes paguem aos Inquisidores. Outro ponto importante é a indicação de que se formará uma *Junta de Competências*, visto que a outra parte, a Inquisição, ataca o governo de Murga em sua correspondência com o Conselho de Inquisição.

Rapidamente a *Junta* toma decisão, dando razão ao governador sobre os pagamentos aos inquisidores, reafirmando que estes só poderiam ser feitos caso os inquisidores apresentassem suas contas (AGI, Santa Fe, 991, L2, fl. 189-190v).

A intervenção da Coroa não para por aí, em carta de 20 de maio de 1631 são remetidas a Murga duas cartas. A primeira reafirma que a instrução para que o governador tenha boa relação com o Tribunal do Santo Ofício “Por los despachos mios que seos remitiran tocante a los Inquisidores del tribunal de esa ciudad entenderéis la forma en que os aveis de gobernar con ellos y ellos con vos con que cesaran las diferencias que hasta aqui ha avido” (AGI, Santa Fe, 991, L2, fl. 191). A segunda indica que a Coroa recebe constantes críticas ao governador, de ele que agia com demasiado rigor, “que aunque se puede entender que vro. animo es por mejorar las cosas y aumentar mi real hacienda” (AGI, Santa Fe, 991, L2, fl.191v). Murga é instruído a agir com “mas suavidad y agrado con todos”, e que não intimide a enviar informações sobre todas as coisas que ocorrem naquela praça.

Nestas resoluções é possível indicar que para a Coroa não era interessante um embate real e aberto entre as instituições indianas, mas que elas se reduzissem a um campo mais teórico, onde a própria Coroa agisse como árbitro nestas disputas, por isto pede

que sempre lhe envie todas as informações possíveis sobre as questões da província de Cartagena. Isto caracteriza a presença de um “mecanismo régio” (ELIAS, 1993, p. 140-171), ou seja, um sistema em que um órgão central distribui parte de seu poder de ação entre instituições e funcionários subalternos, cabendo a este órgão central agir mediador e moderador. Ao mesmo tempo em que distribui este mecanismo assegura e amplia o poder da autoridade central.

Para se entender como este mecanismo funciona deve-se acompanhar a construção do conflito até sua resolução, e não tomar ele como um dado. E também não se pode entender que o funcionamento de tal mecanismo seja uma *finalidade* da Coroa, mas que ele é uma formulação não expressa nem idealizada (BOURDIEU, 1989, p. 75-93).

Daí a importância de se estudar este tipo de conflito partindo do palco no qual se desenvolve e não do desfecho, compreendendo as estratégias adotadas por todas as partes envolvidas.

Fontes:

Archivo General de Indias – Audiencia de Santa Fe:

Cartas do Governador Murga a SM:

39, 3, 24 (19-abr-1630); 39, 3, 25 (16-mai-1630); 39, 3, 29 (06-set-1630)

Registros cedulários de ofício de Cartagena: 991, L.2

Bibliografia

ABREU, Consuelo Maqueda. *Estado, Iglesia e Inquisición em Índias: un permanente conflicto*. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2000.

ALONSO, Fermina A. *La Inquisición en Cartagena de Índias durante el siglo XVII*. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1999.

- BARNADAS, Josep. *A Igreja Católica na América Espanhola Colonial*. In: BETHELL, Leslie (org.). *Historia da América Latina: América latina colonial*. v.1. São Paulo: EDUSP, 1998, 2 ed.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: formação do Estado e civilização*. v.2 Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- ELLIOTT, John. *A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII*. In: BETHELL, Leslie (org.). *Historia da América Latina: América latina colonial*. v.1. São Paulo: EDUSP, 1998, 2 ed.
- ORTIZ, Antonio Dominguez. *La Sociedad Americana y la Corona Española en el siglo XVII*. Madrid: Marcial Pons, 1996.
- PLÁ, Maria Carmen Borrego. *Cartagena de Índias en el Siglo XVI*. Sevilha: EEHA, 1983.

DE “FEITICEIROS ÍNDIOS” A VASSALOS CRISTÃOS: INQUISIÇÃO E O PROJETO DE NORMATIZAÇÃO DA FÉ E DOS COSTUMES NO GRÃO-PARÁ DO SÉCULO XVIII

Carlos Henrique A. Cruz¹⁰³

Em meados do século XVIII floresciam, em meio a Amazônia portuguesa, diversos mundos. A vastidão dos rios e florestas abrigavam vários grupos indígenas que se encontravam a margem do processo de “integração”, isolados e vivendo em modos de vida distinto das conjunturas coloniais; em contrapartida, nas vilas e aldeamentos, vários índios de diversas ascendências já haviam se “incorporado” ao panorama da sociedade colonial. Índios, escravos e forros, que “misturavam-se no convívio ao ritmo do trabalho”, homens e mulheres que já portavam nomes cristãos, frequentavam cerimônias cristãs, transitavam pelas ruas e comércios participando do dia-a-dia colonial.

Estes são os personagens que nos interessam, esses “índios coloniais”, conceito usado por Resende, que abarca os nativos em processo de interação com a sociedade, distanciados de suas comunidades de origem, mas que ainda mantinham traços, tradições e práticas que os diferenciavam do mundo branco e negro com o qual conviviam, marcando assim as fronteiras de uma “indianidade”. Nesses tempos de confrontos e restituição, nossos atores encontravam-se enredados entre as regulamentações do diretório pombalino, e seu plano de “civilização”, documento dirigido ao Estado do Maranhão e Grão-Pará, entre os anos de 1757 a 1798, que visava regulamentar as ações colonizadoras dirigidas aos índios, assim como apresentava um plano de secularização ao serviço de administração dos mesmos, tornando-os vassalos e servidores ao poderio régio; e a partir de 1763 (até 1769), nas malhas de uma Visitação do Santo Ofício português.

A ação inquisitorial já atuava na região antes desse período; através de sua rede de informantes e comissários, o Santo Ofício já tinha conhecimento de algumas “crenças” e “desregramentos” que se realizavam nas terras do cabo norte. Nas denúncias podemos perceber que muito dessas “crenças” e “desregramentos” se encontram profundamente impregnados de elementos de uma “cultura indígena” de implicações “heréticas”, que à atuação inquisitorial direta, a Visitação de Giraldo José

¹⁰³ Graduando em História – UFSJ

de Abranches em 1763, só veio a confirmar. Demonstrando “o que já podia se perceber desde o início da ação missionária - as formas de apropriação da nova religião subvertiam a ordem pretendida” (CARVALHO JUNIOR, 2005, p.08).

Para esses índios coloniais tornar-se cristão significava não apenas professar a fé cristã, mas também assimilar o modo de ser do europeu, uma vez que era o único condizente com o modo de ser cristão. Porém, transformado por suas experiências compartilhadas com brancos, negros e mestiços, reformularam códigos e condutas culturais, principalmente no que tange a religiosidade. Esse contexto de experiência compartilhada em um mesmo espaço reconstituído pode ser entendido como uma “fronteira da imaginação”, em que os “tentáculos perceptivos de cada pessoa buscam as ligações entre o passado e o presente” (HARRIS, 2003, p. 11). Vários relatos apresentados à inquisição revelam essa faceta, a busca de sentido por esses índios ao novo universo cultural e social que “partilhavam” desde que seus mundos haviam se encontrado com o dos europeus.

A última das inquisições aparece a um primeiro olhar um tanto deslocada no período e em seus aparentes propósitos. As perseguições religiosas já haviam entrado em declínio na Europa no século XVIII e as ações pombalinas, que tem na porção norte da colônia o grande palco de disputas entre Pombal e as ordens religiosas, sinalizavam o princípio de secularização da nova ordem governamental. Era preciso tornar os índios “homens” antes de cristãos, já que a cristianização se apresentava como um “refinamento” da civilização que deveria ser levada pelas autoridades civis e militares. Entretanto, em uma análise mais atenta veremos que essa atuação inquisitorial se imbuía de valores seculares, sujeitos ao crivo pombalino. Na tentativa de reforçar o poder do Estado na região, tão fragilizado devido aos anos de controle inaciano, Pombal foi buscar uma prática já anacrônica para seu século “devido ao grande peso simbólico e opressor que uma visitação inquisitorial ainda possuía sobre o povo” (CAMPOS, 1995, p. 93). Porém, enquanto a “mentalidade” governamental já havia começado a se secularizar, o pensamento popular ainda se encontrava impregnado de noções religiosas e “mágicas”, matéria sobre a qual se erigiram grande parte das denúncias apresentadas à Visitação do Grão-Pará, principalmente no que tange a participação indígena.

Entre essas várias denúncias podemos destacar a do índio Marçal Agostinho e a do mameluco Pedro Rodrigues (ANTT, IL, Processos 2.701 e 12. 895), apresentadas ao inquisidor em 04 de setembro de 1764, na qual

se observa que ambos os denunciados, tidos e respeitados como “pajés” e “feiticeiros” utilizavam-se de seu prestígio junto aos índios para ameaçá-los e induzí-los a falsas doutrinas, como a de que não pecavam as mulheres matando em seu ventre as crianças que haviam concebido, uma vez que a própria Virgem assim lhes havia dito. No local onde atuavam, a pequena vila de Boim, todos sabiam das práticas dos referidos denunciados, já que ambos eram perfeitamente integrados à vida colonial, inclusive Marçal Agostinho, que possuía a patente de capitão dos índios, e que só veio a ingressar nas práticas, pelas quais é denunciado, em busca de “prestígio e distinção”. As patentes distribuídas aos índios, apoiadas nas leis do Diretório, visavam a melhor incorporação dos mesmos aos preceitos da “civilização”. Deveria haver distinção aos índios portadores de patentes, o que serviria para estimular os nativos aos “bons” preceitos do “mundo português” para que assim também alcançassem essa honra. O que vemos no caso de Marçal é justamente o contrário, intenta afastar-se do processo civilizador português, em busca de distinção e respeito mais verdadeiros entre os seus.

Tanto Marçal quanto Pedro possuíam grande “séquito”, o que demonstra a aceitação de suas “crenças” entre os índios da vila de Boim, há ainda de se destacar o temor que estes personagens despertavam, com ameaças de morte e penitências que prometiam o “céu” se observadas corretamente. Temos um índio e um mestiço que compreendiam o cotidiano colonial, ambos carpinteiros e frequentadores da missa, casados, embora fossem também concubinos, de certa forma cristãos, mas também “pajés” e “feiticeiros” que curavam os doentes e conversavam com os mortos por meio de rituais regados a bebida e mistérios. Homens que exigiam de seus “fiéis” culto e prestígio, reivindicavam seu direito de ter “trato ilícito” com as mulheres que se integravam, “por vontade ou por temor”. Na luta pela sobrevivência esses personagens forjaram espaços de autonomia e poder em busca de prestígio e vantagens nesse novo universo colonial. E assim conseguiram relativo sucesso que só veio a ser questionado diante da ação inquisitorial, ação essa que ao “materializar” a “verdadeira fé” apresentou um meio de fuga e proteção para aqueles índios que se viam ameaçados pelo poder dos ditos “pajés”, resultando em denúncias e testemunhos contra os mesmos.

Marçal quando se apresenta à Mesa se mostra ainda mais integrado aos “códigos coloniais”, nega a crença em todos os seus rituais, os quais realizava só pelos ganhos que deles poderia tirar, tudo que obrava se converte em uma farsa, não possuía nenhum contato com os espíritos,

nenhum poder de cura e tampouco contato com a Virgem e alega estar arrependido. Ao alegar arrependimento e ignorância Marçal, assim como muito outros índios que encontramos nas mesmas documentações, atenuaram consideravelmente suas culpas. Se erraram foi por puro desconhecimento ou por vantagens que pretendiam obter, o que reforça o argumento da “ignorância” e “simplicidade” em relação aos assuntos de fé. Não eram portadores de uma doutrina herética, não compreendiam bem os mistérios da Fé, e cabia então serem instruídos para não cometerem os mesmos erros. Nesse período, a ação inquisitorial já incorporara o caráter pedagógico, estes índios por serem ignorantes, deixavam de ser heréticos, merecendo, assim, em sua maioria, punições leves. Um estudo sobre as sentenças recebidas nesta última visitação poderia revelar ainda mais as transformações e as ações dirigidas aos índios, tanto secular quanto religiosas, enquanto eram integrados ao mundo colonial com suas normas sociais e religiosas.

A alegação de ignorância e rusticidade fez fortuna entre a argumentação dos colonos e os índios a usaram diversas vezes na tentativa de atenuar seus “crimes”, alegação presente em variadas sentenças proferidas pela inquisição. Não deveriam ser considerados “feiticeiros”, mas ignorantes, cabiam serem instruídos e a partir de Pombal deveriam se integrar à sociedade, como vassalos de el Rei. Não conhecemos a sentença de Marçal, antes de ser sentenciado pelo Santo Ofício, morrera, sem sabermos ao certo a causa de sua morte, mas uma vez desacreditado frente ao inquisidor pode ter perdido sua “aura” de pajé aos índios, tendo por esse motivo encontrado seu fim por meio daqueles onde também havia encontrado o seu prestígio.

A inquisição surge, assim, em meio às vidas da colônia, reafirmando seu peso opressor e simbólico. Práticas profundamente integradas ao cotidiano paraense passaram à alçada do Santo Ofício. Curandeiros, benzedores que viam suas rezas e curas como verdadeiras obras de virtude do “bem cristão”, foram denunciados ou se apresentaram à Mesa em busca de permissão para suas práticas. As mortes interpretadas por “feitiços” passaram a ser denunciadas, grandes “feiticeiros” se viam ameaçados por essas denúncias, homens que ostentavam seus “poderes” teriam que se submeter ao inquisidor e à normatização religiosa. Tamanha era mentalidade mágica e o medo por ela provocado que entre várias vezes somos obrigados a destacar a de Joana de Assunção, viúva, que ao depor em uma denúncia de feitiçaria contra a índia Vitória em 1762, diz, “é um abuso muito introduzido entre eles gentilidades de que nenhum morre de

enfermidade e tudo são malefício (...) e sabe de alguns que nesta vila tem falecido de enfermidades com pouco resguardo”, a essas denúncias a testemunha aponta a “maldade contra seu próximo” (ANTT, IL, proc. 13.208). Em seu depoimento Joana se aproxima bem da noção que iria guiar a inquisição um ano depois, e mais ainda ao Regimento que legitimaria as ações inquisitórias a partir de 1774, onde “práticas mágicas” são “delitos ideais e fantásticos”, sendo os seus autores apenas “impostores” que precisavam de instrução.

A integração desses índios à sociedade colonial não se fez sem vários dilemas culturais. Esses índios e seus trânsitos entre as culturas e “velhos” e “novos” mundos, que se encontravam na aventura colonial, são marcados pelo próprio hibridismo que carregavam em seus corpos e idéias, mas também eram e são definidos, muitas vezes, por noções imaginárias do colonizador. As fontes inquisitoriais, em suas duplas visões, nos permitem vislumbrar o encontro destes mundos e “diálogos”, e ouvir, em partes, a voz indígena, que por muito tempo tendeu a ser ignorada ao longo da história.

Fontes Manuscritas:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

Processos: 2.701, 12. 895 e 13. 208

Fontes Impressas:

FRANCO, José Eduardo, ASSUNÇÃO, Paulo de. *As Metamorfoses de um polvo: religião e política nos Regimentos da Inquisição Portuguesa (Séc. XVI - XIX)*. Lisboa, Ed. Prefácio, 2004

Bibliografia:

ALMEIDA, Rita H. *O Diretório dos índios: Um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

ALVES, Carlos H. *A vila de Boim, dois “feiticeiros” e a Inquisição*. In: II Encontro Memorial do ICHS, 2009, Mariana. Anais do II Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais: Nossas Letras na História da Educação,

CAMPOS, P. M. P. *Inquisição, Magia e Sociedade, Belém, 1763-1769*. Tese (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense. 1995.

CARVALHO JÚNIOR, Almir. *Índios Cristãos: A conversão dos gentios da Amazônia Portuguesa (1653-1769)*. Tese (Doutorado) - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas 2005

HARRIS, Marck. *O lobisomem entre índios e brancos: o trabalho da imaginação no Grão-Pará no final do século XVIII*. Revista IEB n.47, setembro de 2008

MATTOS, Yllan de. *A última Inquisição: os meios de ação e funcionamento da Inquisição no Grão-Pará pombalino (1763-1769)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense. 2009

RESENDE, Maria Leônia. *Gentios brasílicos: Índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. Tese (Doutorado) - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2003

HISTÓRIA E DIREITO: A CULTURA JURÍDICA E A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

Carlos Roberto Torres Filho*

O objetivo deste trabalho é discutir o papel do Direito no processo de formação dos Estados Modernos e a possível interlocução entre os ramos da História e do Direito, tentando refletir a respeito das seguintes questões: o Direito antecede o Estado, são ambos uma formação conjunta, ou o Direito é resultado deste mesmo Estado? Na consolidação do Estado quais interesses imperam no Direito? A quem serve o Direito na sociedade?

O professor Marcus Cláudio Acquaviva, em seu *Dicionário jurídico Acquaviva*, expressa com clareza a vinculação entre Direito e Estado, que como *irmãos xifópagos* permanecem inseparáveis. O Estado surge como *fonte suprema do Direito*, sem negar outras formas (a exemplo do *direito difuso das comunidades primitivas*), contudo sendo a preponderante *em poder e eficácia*. (ACQUAVIVA, 2008, p. 298).

A importância dessa análise é percebida primeiramente na função do jurídico como um dos elementos de arquitetura do poder de Estado, e o caso brasileiro não se faz exceção. O Direito também aparece nas esferas pública e privada, na busca por cidadania, na relação intra e inter grupos, refletindo uma série de nuances emanadas destas complexas redes sociais. Trata-se, portanto, de peça de fundamental importância na elaboração de um poder centralizado, seja ele monárquico ou republicano. Dessa forma, julgo ser pertinente entender o Direito e suas correlações no Estado e na sociedade através das concepções teórico-metodológicas de alguns

* Mestrando em História Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A proposição desenvolvida nesta comunicação relaciona-se com o desenvolvimento de projeto de pesquisa sobre a formação do Direito e Política Espacial no Brasil na etapa inicial de funcionamento da Associação Brasileira de Direito Aeronáutico e Espacial (SBDA), nas décadas de 1950 e 1960.

autores que se dedicaram em algum momento de suas obras a essa questão.

Iniciaremos com a visão apresentada pelo sociólogo Charles Tilly em seu livro *Coerção, capital e estados europeus (990-1992)*, a respeito da composição dos Estados europeus. Temos *um governante* (que resume a tomada de decisões); *uma classe dirigente* (que controla os meios de produção); *outros clientes* (que possuem benefícios especiais); *opositores, inimigos e rivais* (dos elementos citados anteriormente); *o restante da população*; *um aparelho coercitivo e um aparelho civil do estado*. (TILLY, 1996, p. 86).

Com Tilly, temos uma imagem da estrutura de funcionamento do Estado Moderno, na qual nos é apresentado o posicionamento dos elementos dentro de um sistema. O próximo autor que conclamamos ao debate é Barrington Moore Jr., a partir de seu livro *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Aqui notamos o peso dado pelo autor ao aspecto jurídico-legislativo, para que este Estado Moderno seja também democrático. O processo de democratização é paulatino e incompleto e visa três realizações inter-relacionadas: (1) *controlar governantes arbitrários*; (2) *substituir leis arbitrárias por leis justas e racionais* e (3) *conseguir que a população participe na elaboração das leis*. Estes fatores produzem tanto a lei quanto encaminham o Estado para a democratização. A sociedade liberal busca, como ideal, o direito ao voto e a propriedade, a representação numa legislatura dentro de um sistema objetivo de leis e as liberdades religiosa, de expressão e organização. (MOORE Jr., 1983, p. 408; 422).

Porém, cabe lembrar, como fez Sonia Regina Mendonça no texto *Estado e sociedade*, in Marcelo Badaró Mattos (org.), *História: pensar e fazer*, o peso que a corrente jusnaturalista possui na formação do Estado Moderno, e o quanto dela se mantém na atualidade, pois segundo esta perspectiva teórica *o estudo do Estado deriva do estudo do Direito*; e *este Direito, do qual emergiria o Estado, pertencia ao domínio da Natureza*. (MENDONÇA in MATTOS, 1998, p. 14).

O jusnaturalismo que reivindicava a existência de um Direito natural racional como legitimador da formação de uma sociedade estatal, teve que enfrentar a crítica historicista que resgatou o fator Histórico deste processo. É possível encontrar essa crítica na reflexão desenvolvida por Norberto Bobbio e Michelangelo Bovero em *Sociedade e estado na filosofia política moderna*. Segundo esses autores, o jusnaturalismo procurava *leis universais da conduta* humana, afrontando assim um Direito que se baseava no *princípio de autoridade*, e também subestimando o papel da História na formação do campo do jurídico. O historicismo por sua vez confirma a importância da História e faz oposição à *crítica racionalista*, que inspirada em modelos cientificistas buscava *um sistema universal do Direito*, que valesse para todo tempo e lugar. O historicismo elaborou críticas contra o jusnaturalismo em duas vertentes; uma metodológica – na qual se buscava analisar o âmbito da História com os conceitos das ciências exatas –; e uma política – na qual se por um lado os conservadores viram *no abstratismo do direito de razão o princípio da subversão da ordem constituída*, os revolucionários viram *no mesmo abstratismo o enganoso pretexto de uma nova ordem fundada na liberdade e na igualdade*, que na prática atendia somente a *classe hegemônica*. (BOBBIO; BOVERO, p. 31; 32-33).

Em seu livro *O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito*, Bobbio aborda o surgimento do Direito a partir do conceito de positivismo jurídico (*doutrina segundo a qual não existe outro direito senão o positivo*), sendo o *direito positivo* aquele que é *posto pelo poder soberano do Estado*, na forma da *lei (normas gerais e abstratas)*. Dessa forma, o *positivismo jurídico nasce do impulso histórico para a legislação*, das necessidades de ordenar o *direito primitivo* e de instrumentalizar o Estado para intervir na vida social. Segundo Bobbio, tal impulso é *um movimento histórico universal e irreversível, indissoluvelmente ligado à formação do Estado moderno*. (BOBBIO, 2006, p. 119-120).

O uso instrumental que pretendemos dar ao Direito neste estudo é de ângulo externo, postura assumida por autores como Durkheim, Weber, e Marx, que *buscam mostrar como o Direito*

indica a passagem de sociedades primitivas para sociedades modernas, ou que funções de dominação desempenha num dado contexto histórico. Nesse sentido se pode fazer referência à contribuição de Celso Lafer, em *O Brasil e a crise mundial: paz, poder e política externa*, que também retoma a análise de Bobbio, segundo a qual o Direito tanto pode ser trabalhado como um *sistema independente* ou *ângulo interno* (considerado e estudado enquanto *sistema fechado*), quanto como um *sistema dependente* ou *ângulo externo* (encarado como dependente de outros que o abrangem e circunscvem) (LAFER, 1984, p. 17-18).

No Brasil têm tido destaque os estudos desenvolvidos no âmbito do Instituto Brasileiro de História do Direito, que visa a fortalecer a *parceria entre a área do direito e a da história que, desde o grande impulso da pesquisa em história social da década de 1980, vem trabalhando com temas e arquivos do campo jurídico.* (NEDER, 2007, p. 9). De acordo com Antonio Carlos Wolkmer, no artigo intitulado *Repensando a questão da historicidade do Estado e do direito na América Latina*, que tem por objetivo *compreender a cultura política e jurídica latino-americana como reflexo das diferenças histórico-estruturais e contradições em diversos momentos socioeconômicos vivenciados*, as *elites locais* teriam importado as *estruturas culturais* européia e norte-americana, o que resultou em *formas de dominação política e exclusão social, inviabilizando o desenvolvimento de uma cultura política e jurídica autenticamente latino-americana.* (WOLKMER in NEDER, 2007, p. 65-66). Segundo esse autor, enquanto no caso europeu houve uma *burguesia liberal enriquecida e que suplanta a organização aristocrática-feudal*, nas *sociedades periférico-capitalistas da América Latina* é o *próprio Estado que irá materializar e definir os grupos sociais e as formas de sociedades nacionais existentes.* Desta maneira, o *Estado-Nação na América Latina surge no início do século XIX, junto aos movimentos de independência.* (WOLKMER in NEDER, 2007, p. 66). O autor alerta também para a importância de se considerar a “*especificidade*” do *processo formativo dos diferentes “modelos estatais” e a necessária relação com os desdobramentos do Estado capitalista contemporâneo*, criticando as

interpretações que ora identificam o *Estado latino-americano como protetor e árbitro equidistante dos antagonismos sociais*, ora como resultado *determinista de uma estrutura econômica* que favorece o domínio de uma classe em especial (WOLKMER in NEDER, 2007, p. 67). Aqui nos vem à lembrança a visão da matriz marxiana a respeito da origem classista do Estado, cuja principal razão de existir seria a de garantir a propriedade privada e os interesses de seus grupos possuidores, por meio das leis e dos instrumentos de coerção, que *garantiriam que os despossuídos não só permanecessem nesta condição, como também que não se rebelassem contra ela*. (MENDONÇA in MATTOS, 1998, p. 18).

O Estado brasileiro, como afirma Wolkmer, não teria fugido a esta proposição, sob o controle de uma elite oligárquica e latifundiária vinculada aos interesses do capital externo, e pouco preocupada com os anseios e necessidades de sua população. *A especificidade desta dominação das elites oligárquicas edificará, no Império, a burocracia dos magistrados e dos bacharéis, e na República, a burocracia dos tecnocratas civis e militares*. A trajetória estatal brasileira, não diferente das demais, é marcada pelo poder legitimador das instituições legais, e o pesquisador que quiser desvendar as relações inerentes à constituição dos Estados, sejam eles latino-americanos ou não, tem obrigatoriamente de levar em consideração a esfera do Direito. *A cultura jurídica e as instituições legais latino-americanas são oriundas da tradição legal européia ocidental* (inseridas pela *herança luso-hispânica*), a que se adicionam os *processos normativo-disciplinares provenientes da modernidade capitalista, liberal-individual e burguesa*, o que levou à *positivação do Direito estatal e do Direito Privado (de propriedade e mercantil)*. (WOLKMER in NEDER, 2007, p. 68-69; 71).

Retornando a Bobbio e Bovero, seria preciso considerar que no *processo de racionalização do Estado moderno* ocorre a *redução de toda forma de direito a direito estatal*, ocorrendo em seguida a *redução de toda possível forma de direito estatal a direito legislativo*. Ao eliminar as demais *fontes de direito*, pensava-se garantir o *Estado de direito* contra o *despotismo*. (BOBBIO; BOVERO, p. 92-93). Estes autores coadunam com a interpretação

expressa por Wolkmer ao estabelecer críticas ao modo como interpretamos a formação dos Estados modernos. *Na tradição da América Latina, seja na evolução teórica, seja na institucionalização formal do Direito*, embora se proclame a efetividade do *Estado de Direito*, na prática, as instituições jurídicas são marcadas pelo controle centralizado, burocrático e pouco democrático do poder oficializado. (WOLKMER in NEDER, 2007, p. 72).

Faço uso das palavras de Wolkmer para tentar responder as questões colocadas no início desse trabalho sobre a função do Direito na formação dos Estados: reproduzimos no Brasil *uma cultura humanista anacrônica, e um aparato jurídico corporativo, patrimonialista e repressivo*, provenientes da *colonização ibérica*; a elite local incorporou e difundiu os princípios de uma tradição jurídica, marcada pelo idealismo abstrato jusnaturalista, pelo formalismo dogmático-positivista e pela retórica liberal-individualista; nossas instituições jurídicas e políticas produziram uma tradição político-jurídica burocrática, individualista, erudita e legalista, que gera e perpetua exclusão e desigualdade na sociedade (WOLKMER in NEDER, 2007, p. 73-74).

Referências Bibliográficas:

- ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. *Dicionário jurídico Acquaviva*. São Paulo: Rideel, 2. ed., 2008.
- BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOBBIO, Norberto. *O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito*. São Paulo: Ícone, 2006.
- LAFER, Celso. *O Brasil e a crise mundial: paz, poder e política externa*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1984.
- MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.
- MOORE Jr., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

NEDER, Gizlene (org.). *História & direito: jogos de encontros e transdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: EDUSP, 1996.

RELAÇÕES CONFLITUOSAS ENTRE ESTADO, IGREJA E SOCIEDADE DURANTE O GOVERNO EPISCOPAL DE DOM FREI MANUEL DA CRUZ (1748-1764)

Cláudia Guimarães Ladeira*

A sociedade mineira foi fruto de intensa miscigenação, decorrente da descoberta de veios auríferos na região de Minas Gerais em fins do século XVII, quando tem início o processo de exploração econômica e ocupação efetiva dessa região, que apresentou um rápido desenvolvimento populacional. A historiadora Maria Efigênia Lage de Resende relata que,

Imensa corrente de pessoas, de todas as condições sociais, originárias tanto de outras regiões da colônia quanto da Metrópole e de seu Ultramar, se mobiliza na expectativa de um novo Eldorado. Nesse contexto, marcado por um trânsito volumoso e desordenado de pessoas e mercadorias, tem início, de forma precoce e espetacular, a ocupação das terras de mineração, em que a uma “sede insaciável do ouro”, nas expressivas palavras de Antonil, corresponde, com enorme rapidez, à formação de grandes fortunas e uma desordem perigosa, regulada a balas de chumbo.¹⁰⁴

Essa heterogeneidade cultural e racial acarretou a junção da fé católica e das heterodoxias, como as benzeduras, curandeiras, feitiços, adivinhações, gerando uma religião sincrética.

A sociedade mineira colonial tem suas raízes na iniciativa particular, na interiorização do território, não decorrendo de uma política efetiva de povoamento dirigida e previamente planejada pela

* Cláudia Guimarães Ladeira, graduanda de História pela Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais. Bolsista de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq.

¹⁰⁴ RESENDE, Maria Efigênia Lage de; e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). *História de Minas Gerais - As Minas setecentistas*. Volume 1. Companhia do tempo. 2007, p. 29.

Metrópole. Esta só demonstra interesse pela região ao descobrir que sua potencialidade econômica condiz com os seus interesses mercantilistas.

No intuito de manter o controle sobre o espaço mineiro, a Coroa Portuguesa tomava medidas de estruturação e vigilância, como a implementação do aparato burocrático necessário. Para tal, criavam-se vilas, instauravam-se Câmaras, Juizes e funcionários da administração eram enviados à região. E, não menos importante, surgiam igrejas e seus representantes. Todos, de um modo geral, responsáveis pelo ordenamento social, respeito às leis e à moral religiosa, indispensáveis aos interesses de construção da ordem local.

Eram Estado e Igreja a esforçar-se para manter subjugada uma “gente intratável”, constituída por “indivíduos facinorosos” e com uma longa tradição de rebeldia, uma gente, ainda, muito distante do que se desejava, em termos morais, raciais, religiosos e, até mesmo políticos.¹⁰⁵

Com o rápido desenvolvimento populacional de Minas Gerais e diante da indisciplina e falta de moral social e religiosa da sociedade e do clero, tornou-se necessário criar um Bispado em Mariana, posto que a autoridade eclesiástica exercida sobre a região provinha do Bispado do Rio de Janeiro, tornando o controle pouco efetivo. Outra necessidade era “promover a religião e o temor de Deus e, politicamente, a obediência e reverência ao rei”¹⁰⁶.

O Bispado de Mariana “foi criado pela Bula *Condor Luis Aeternae*, em 6 de dezembro de 1745, pelo Papa Bento XIV. No entanto, a solenidade da entrada de Dom Frei Manuel da Cruz, primeiro bispo de Mariana, só se realizou no ano de 1748, efetivando a instalação do bispado.

¹⁰⁵ VILLALTA, Luiz Carlos. O cenário urbano em Minas Gerais setecentista: outeiros do sagrado e do profano. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p. 83.

¹⁰⁶ FONSECA, Cláudia Damasceno. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p. 40.

Dom Frei Manuel da Cruz nasceu em 1690 na cidade do Porto, era aparentado de membros da nobreza lusa da Casa de Carvalho. O bispo da ordem de São Bernardo, chegou a São Luiz do Maranhão no dia 15 de Junho de 1739, local de seu primeiro bispado, que duraria até 1747.

Advindo do Maranhão, tomou posse do bispado de Mariana em outubro de 1748. Foi responsável pela organização primeira da Igreja Mineira colonial, tendo ordenado 227 padres para atuarem nas mais diversas comarcas da região. Realizou uma nova política na Igreja Católica mineira no século XVIII, que tinha o intuito de intensificar a fiscalização sobre os clérigos e a população.

A chegada do Bispo revelou que o objetivo de moralizar e estruturar a igreja mineira e difundir a fé católica só seria alcançado pela mudança do comportamento da população e igualmente do clero, muitas vezes despreparado para o doutrinação dos fiéis dentro dos parâmetros traçados pela Igreja Católica.

As cartas particulares do bispo permitem-nos afirmar que a implantação do Bispado de Mariana significou uma efetiva transformação nas estratégias de controle sobre a prática religiosa em Minas Gerais. Assim, como ocorreram as tentativas do bispo de moralizar e estruturar a igreja mineira e de difundir a fé católica. A chegada do Bispo traduziu um aumento das críticas ao comportamento não apenas da população, mas igualmente do clero, muitas vezes despreparado para o doutrinação dos fiéis dentro dos parâmetros traçados pela Igreja Católica.

Essa documentação¹⁰⁷ relata aspectos referentes a todo o bispado, como os conflitos e dificuldades que envolveram sua administração; as questões referentes ao matrimônio, sacramentos, festas de santos; a postura dos eclesiásticos; a falta de estímulo da vida litúrgica e devocional da sociedade mineira; a cobrança de taxas, como os dízimos e preços de missas; os desentendimentos do

¹⁰⁷ LEONI, Aldo Luiz. *Copiador de cartas particulares do Senhor Dom Frei Manuel da Cruz, Bispo do Maranhão e Mariana (1739-1762)*. Transcrição, revisão e notas por Luiz Leoni. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

bispo, entre outros. Essas abrangem o período de 1739-1762, e são destinadas ao Rei, Papa, arcebispos, cardeais, governadores, bispos, ao Conselho Ultramarino, a Mesa da Consciência, a amigos, entre outras.

Muitos foram os obstáculos e conflitos enfrentados pelo bispo. Esse se deparou com dificuldades antes mesmo de chegar e tomar posse do bispado, pois fundar um novo bispado seria uma grande obrigação, onde lhe seria atribuído o dever de controlar as “desordens, relaxações e inquietações”¹⁰⁸ do clero e da população mineira.

As dificuldades encontradas por Dom Frei Manuel da Cruz foram inúmeras, pois durante muito tempo a região de Minas estava sem um bispo que controlasse os vícios e os abusos dos clérigos e da população. Aldo Luiz Leoni sintetiza as dificuldades enfrentadas por Dom Frei Manuel da Cruz ,

Além da administração conturbada, vários fatores colaboraram para que sua estada em Mariana deixasse mais vestígios. Certamente por ter sido o primeiro bispo, somado as dificuldades do seu transporte cortando um interior quase inabitado, as doenças que enfrentou, a ebulição social resultante da elevação da vila do Ribeirão do Carmo à categoria de cidade de Mariana e toda a reformulação e adaptação da malha urbana para se digna residência do bispado [...].¹⁰⁹

O recém criado bispado de Mariana, semelhante à criação do bispado do Maranhão, enfrentou problemas com várias estâncias do poder. Houve várias relações conturbadas, algumas envolvendo o bispo e as autoridades locais.

Era incumbência da Igreja Católica, como religião oficial e monopolizadora, exercer um rigoroso controle moral e religioso da

¹⁰⁸ Carta enviada ao Rei de Portugal em 1745, quando ainda estava no Maranhão e havia recebido a notícia que seria o novo bispo do recém fundado bispado de Mariana. *Ibidem*, p. 132-133.

¹⁰⁹ LEONI, Aldo Luiz . *Op cit*, p. 54.

população, além de garantir a obediência desta perante o governo. Desta maneira, a Igreja funcionaria como elo entre o poder dos governantes e a população mineira. Contudo, com o Direito do Padroado, no qual a autoridade dos bispos estaria restrita a autoridade do poder régio e dos seus agentes, a ação diocesana ficava restrita, pois o poder régio, de acordo com Frederico Palomo, “tinham a capacidade de intervir activamente na nomeação do clero diocesano, para além de privar ao bispo de avultados rendimentos e, por vezes, até do controle sobre a própria vida religiosa de uma comunidade”¹¹⁰.

Em decorrência desse poder, poderiam tornar-se elementos de apoio ou de oposição às iniciativas episcopais, condicionados por seus interesses particulares ou por determinada conjuntura. Os conflitos que envolveram o poder régio e o eclesiástico, frequentemente, correspondiam a questionamentos sobre a jurisdição e hierarquização. Um desses conflitos entre Dom Frei Manuel da Cruz e a Câmara de Mariana, está relacionado ao administrador e dispenseiro do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, José de Torres Quintanilha, que, segundo a Câmara, era “homem que sempre teve officio vil”¹¹¹.

Contudo, de acordo com o Cônego Raimundo Trindade, “A denúncia da Câmara, depois das explicações do Sr. Bispo, foi arquivada, como o foram tôdas as demais, quer da Câmara, quer dos inimigos do insigne Dom Frei Manuel da Cruz”¹¹².

Antes da criação do bispado, a jurisdição eclesiástica sobre Minas Gerais era exercida pelo Bispado do Rio de Janeiro. Mas, a partir da criação do bispado em Mariana, foi necessário reorganizar as relações de poder entre os clérigos e o bispo, assim como desse último com a população.

¹¹⁰ PALOMO, Frederico. Fazer dos campos escolas excelentes – os Jesuítas de Évora e as missões do interior em Portugal (1552-2630). Fundação Caloute Gulbenkian, 2003, p. 62.

¹¹¹ TRINDADE, Cônego Raymundo. *Breve notícias dos Seminários de Mariana*. 1953, p. 21.

¹¹² *Ibidem*, p. 22.

Entretanto, essas novas medidas não foram possíveis sem conflitos. Dom Frei Manuel da Cruz enfrentou disputas internas, com a administração eclesiástica, principalmente, com o bispo do Rio de Janeiro. Esse, com a perda da jurisdição sobre a diocese mineira, enfrentou uma perda significativa sobre o domínio de paróquias, fiéis, e, conseqüentemente, dos dízimos.

Os desentendimentos entre os bispo vão além desses problemas, como relata Dom Frei Manuel da Cruz nas cartas enviadas ao Conselho Ultramarino em 1749, abrangendo assuntos relacionados a jurisdição de certas igrejas e seus respectivos ornamentos, como as chancelarias, pensões e todos os demais emolumentos¹¹³, que eram disputados pelo bispo do Rio de Janeiro.

Dom Frei Manuel da Cruz encontrou um clero “tão carente de obreiros eficientes do evangelho”¹¹⁴ e corrompido pela sede do ouro e de riquezas, que na maioria das vezes, não se diferenciava da população, mas “que precisava se livrar dos espinhos do vício”¹¹⁵. Os párocos eram freqüentemente acusados de cobrarem preços exorbitantes pelos serviços religiosos oferecidos à população mineira. As inúmeras desobediências de parte dos eclesiásticos mineiros encontram-se registradas nos autos do Juízo Eclesiástico.

Ademais, o bispo mineiro enfrentou problemas com clérigos e outros membros de sua diocese. Desacostumados a uma autoridade presente e rigorosa, os eclesiásticos, principalmente o Cabido, que havia sido nomeado pelo próprio bispo, manifestaram rebeldia diante da autoridade do bispo, mantendo um difícil relacionamento. O Cônego Raimundo Trindade descreve que

Dentro do período que acabamos de indicar viveu o cabido na mais feroz deshaemonia. Os conoegos, vamos encontra-los sempre na mais profunda divergência, reciprocamente se guerreando umas

¹¹³ LEONI, Aldo Luiz. *Op cit*, p. 238-239.

¹¹⁴ Carta do Bispo Dom Frei Manuel da Cruz para o Reverendíssimo padre-geral da Companhia de Jesus em Roma – ano de 1749. *Ibidem*, p. 227.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 228.

vezes, outras guerreando o bispo¹¹⁶. [...]seria longo ennumerar todas as questões que o cabido moveu contra Dom frei manuel da cruz. Dimittiu sacristaes provisados por s. excia, recusou approvaçao a examinadores synodaes nomeados pelo mesmo como pretendeu forçal-o a approvar adjuntos (juizes substitutos), eleitos por elle cabido, contra disposições do direito.¹¹⁷

Através da análise das cartas do bispo Dom Frei Manuel da Cruz, observa-se que foram muitos obstáculos enfrentados por esse. Contudo, o bispo atuou com sabedoria e prudência, adotando medidas que visavam à ordem, a moral e, principalmente, o estímulo a devoção dos clérigos e fiéis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais*. São Paulo: Brasiliense, 1968.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas Famílias: Vida Familiar em Minas Gerais no Século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

HOORNAERT, Eduardo. A Crisandade durante a Primeira Época Colonial. In: Hoornaert, Eduardo. *História da Igreja no Brasil*. Tomo II, v. 1. Petrópolis, Vozes, 1983.

LEONI, Aldo Luiz. *Copiador de cartas particulares do Senhor Dom Frei Manuel da Cruz, Bispo do Maranhão e Mariana (1739-1762)*. Transcrição, revisão e notas por Luiz Leoni. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

PALOMO, Frederico. *Fazer dos campos escolas excelentes – os Jesuítas de Évora e as missões do interior em Portugal (1552-2630)*. Fundação Caloute Gulbenkian, 2003.

¹¹⁶ TRINDADE, Cônego Raymundo. *Archiocese de Mariana*. Volume 2. São Paulo: Imprimatur, 1929, p. 600-601.

¹¹⁷ *Ibidem*, p.625.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de; e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). *História de Minas Gerais. As Minas setecentistas 1*. Companhia do tempo. 2007.

PIRES, Maria do Carmo. *Juízes e infratores: o Tribunal Eclético do Bispado de Mariana (1748-1800)*. São Paulo: Annablume, 2008.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira do séc. XVIII*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

TRINDADE, Cônego Raymundo. *Archiocese de Mariana*. Volume 2. São Paulo: Imprimatur, 1929.

_____. *Breve notícias dos Seminários de Mariana*. 1953. *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

MEDIDAS POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS PARA ACOMODAÇÃO SOCIAL DE MULATOS E FORROS (MINAS GERAIS, SÉCULO XVIII)

Daniel Precioso
Dourando em História UFF e Bolsista CNPq

Nas Minas Setecentistas, constituiu-se uma ampla camada de mulatos e libertos. A mestiçagem e a prática da alforria cedo definiram a presença de pretos, crioulos e mulatos forros ou livres na região. As autoridades coloniais, porém, não assistiram inertes ao incremento populacional desses grupos, pois medidas políticas para acomodar socialmente negros e mulatos forros foram debatidas durante toda a centúria. Neste sentido, a comunicação tem por objetivo analisar cartas e correspondências trocadas entre o Rei e os conselheiros reais, vice-reis, governadores e camaristas, localizadas na seção de documentos avulsos da Capitania de Minas Gerais do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU/MG). Em nossa análise, perseguiremos as medidas políticas e administrativas que visavam criar um lugar social com particularidades positivas e negativas para os mulatos e os libertos na sociedade mineira.

Durante a primeira metade do Setecentos, as pautas de discussões do Rei e de conselheiros, governadores e camaristas contemplaram temas como o da proliferação da desobediência, das fugas e da formação de quilombos. As medidas visando conter os fugitivos e os quilombolas estendiam-se aos negros e mulatos alforriados, identificados geralmente com o banditismo e a criminalidade (SILVEIRA, 2007: 26). A essas fontes de receio das autoridades em relação ao segmento social dos libertos, sobrepuseram-se três outros fatores: a reprodução acelerada do contingente de mulatos em virtude da escassez de mulheres brancas,¹¹⁸ o direito de herdar garantido aos mulatos,¹¹⁹ e o exercício

¹¹⁸ SOBRE casarem os homens... *RAPM*, Ano XXXI, 1980, p. 95. Cf., ainda, SOBRE haverem casamentos... *RAPM*, Ano XXXI, 1980, p. 110; AHU /MG, Cx. 28, Doc. 53.

rotineiro e generalizado da concessão de manumissões.¹²⁰ Entre 1709 e 1763, afirma Marco Antonio Silveira, as autoridades lusas avaliaram “[...] cuidadosamente de que maneira se poderia impedir ou domesticar a formação de um grupo numeroso e influente de libertos” (SILVEIRA, 2007: 27).

Nos primeiros anos de ocupação territorial, o Estado lusitano exerceu precariamente seu jugo sob a sociedade mineira. A criação das vilas, dos distritos administrativos e da Capitania torna patente o desejo de impor a força estatal e instalar a máquina administrativa na região. Entretanto, o estabelecimento do aparato político-administrativo não pôs fim aos problemas decorrentes da formação social mineira. Então, condenava-se a falta de casamentos e a precariedade da instituição familiar na região, o que impedia que os colonos mineiros fossem tomando amor à terra por não terem nela mulher nem filhos.¹²¹

Na década de 1720, D. Lourenço discutiu o problema da falta de casamentos. Em 1722, o governador qualificou os mulatos “de todo o Brasil” como “muito prejudiciais, por serem todos inquietos e revoltosos”, “gente a mais perniciosa”. O governador propôs a proibição de herança aos mulatos, pois o direito de herdar cabedais, como “mostra a experiência” da “riqueza nesta gente”, fazia com que eles cometessem “toda a torpeza de insultos”.¹²²

A população forra e mulata, nas primeiras décadas do Setecentos, apesar de apresentar-se em peso numérico relativamente pequeno, foi alvo de ações enérgicas e rigorosas, o que é possível entrever através das concepções que nutriram as correspondências do

¹¹⁹ Cf. SOBRE não herdarem... *RAPM*, Ano XXXI, 1980, p. 112.

¹²⁰ Cf. AHU/MG, Cx. 21, Doc. 68; AHU/MG, Cx. 22, Doc. 41.

¹²¹ Cf. SOBRE haverem casamentos..., 1980, p. 110. Nas duas cartas que remeteu ao Conselho Ultramarino discutindo o problema da falta de casamentos nas Minas, D. Lourenço traçou um perfil dos “solteirões”: eram eles “moços”, “[...] todos filhos de negros.” *Ibid.*, p. 110; SOBRE casarem os homens..., 1980, p. 95. Aos olhos do governador, os “negros, mulatos e cabras” eram atrevidos por faltarem à obediência e à justiça régia, como também por cometerem os “[...] mais atrozes delitos como estão sucedendo nestas Minas”. SOBRE haverem casamentos..., 1980, p. 110.

¹²² SOBRE não herdarem..., 1980, p. 112.

Conde de Assumar e de D. Lourenço de Almeida, em cujo governo foram castigados homens e mulheres libertos que se dedicavam a alguma atividade produtiva no pelourinho, muitas vezes sem prévia formação de culpa. Segundo Marco Antonio Silveira, levando em conta a correspondência dos governadores das décadas de 1710 e 1720, “[...] parece correto afirmar que as autoridades só tardiamente se propuseram a reconhecer a população parda como tal”, o que derivou, em parte, da própria dinâmica da formação da sociedade mineira (SILVEIRA, 2007: 40 e 32). O ponto culminante da perseguição às “gentes de cor” em Minas parece ter ocorrido, contudo, em 24 de fevereiro de 1731, quando o rei concede o direito de julgar os delitos cometidos por bastardos, carijós, mulatos e negros com pena de morte.¹²³

O governo de André de Melo e Castro, conde das Galveias (1732-1735), marca uma mudança na política relativa aos negros e mulatos forros. Apesar de endossar antigos preconceitos sobre os mulatos, assegurando que eram ociosos e insolentes, o Conde avaliava mais positivamente os negros forros que, embora fossem igualmente “atrevidos”, trabalhavam “[...] todos nas lavras do Ouro, nas dos diamantes, nas RoSsas [...]”, plantando, faiscando e cooperando com os quintos reais.¹²⁴ Possivelmente, o arrefecimento da turbulência social e política das Minas concorreu para que o Conde das Galveias tratasse o problema dos libertos como um jogo entre o ônus e a utilidade (SOUZA, 1985).

Gomes Freire de Andrade, governador e capitão-general da Capitania entre 1735 e 1763, voltou a debater as mesmas questões sobre os libertos que permearam os três últimos governos. Em 19 de

¹²³ JUNTA de Justiça... *RAPM*, Ano IX, 1904, p. 347-8.

¹²⁴ AHU/MG, Cx. 22, Doc. 41. Em resposta de maio de 1734 ao Conselho Ultramarino sobre o pedido para confeccionar listas dos negros e mulatos forros que haviam naquela capitania, o governador afirmou que “[...] a maior parte delles Se achao occupados nos off.^{os} Mecânicos q.’ Exercitao’, nas Labras e RoSsas, em q.^e trabalho’ e alguns, Sendo Suas as Cultivao’, Se Reduz e a m.^{to} menor num.^o do q.^e Se imaginava os Ociosos, e Vadios [...]”. Idem. Percebe-se que o temor presente nas falas de Assumar e D. Lourenço foi atenuado durante o governo de André de Melo e Castro.

novembro de 1737, o governador interino das Minas Martinho de Mendonça da Pina e Proença enviou uma carta ao Rei relatando a ineficácia das providências tomadas em 1731 contra os delitos que diariamente cometiam os bastardos, carijós, mulatos e negros.¹²⁵

Nas décadas de 1750 e 1760, em detrimento de medidas mais enérgicas de contenção desses grupos, consolidou-se de uma vez por todas a política de integração controlada, esboçada no governo do Conde das Galveias (SILVEIRA, 2007: 37).¹²⁶ A “ideologia da vadiagem” continuou, todavia, a aflorar nas falas dos conselheiros reais e vice-reis ao longo da segunda metade da centúria (SOUZA, 1985).¹²⁷

Na segunda metade do século XVIII, as políticas mais radicais de segregação foram sendo adequadas à constatação de que, a despeito da existência de inúmeros *mulatos* tidos por vadios e criminosos, constituía-se uma camada de *pardos* que, operando estratégias de integração social, individual e coletivamente, lograram atingir relativo reconhecimento. Porém, as medidas repressivas destinadas a negros e mulatos forros tidos por “vadios” e “facinorosos” não foram abandonadas durante esse período, pois castigá-los no pelourinho continuou a ser uma prática corrente.¹²⁸

¹²⁵ AHU/MG, Cx. 33, Doc. 63.

¹²⁶ Provavelmente, as mudanças sociais e demográficas ocorridas em Minas, aliadas à ineficácia das medidas mais radicais debatidas na primeira metade do século, levaram as autoridades coloniais a adotarem uma política de integração controlada de crioulos e pardos forros. No entanto, autoridades e elites coloniais continuaram a proferir reclamações dirigidas aos “negros e mulatos forros” e “bastardos da terra” que, portando armas, roubavam e matavam pelas estradas das Minas, e aos “negros fugitivos” e “quilombolas”, acusados de realizarem muitas desordens. Cf. AHU/MG, Cx. 70, Doc. 43; AHU/MG, Cx. 80, Doc. 15; AHU/MG, Cx. 80, Doc. 17; AHU/MG, Cx. 80, Doc. 46; AHU/MG, Cx. 80, Doc. 70.

¹²⁷ O marquês de Lavradio, vice-rei do Brasil entre 1769 e 1778, no seu relatório de governo, denunciou os defeitos da população mineira, composta “de tão más gentes”, “[...] da pior educação, de um caráter o mais libertino, como são negros, mulatos, cabras, mestiços [...]”. RELATÓRIO do Marquês do Lavradio. *RHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, vol. IV, p. 424.

¹²⁸ Quando o segmento dos libertos reivindicou a nomeação de procuradores particulares, a Câmara de Mariana novamente colocou em discussão a proposta de proibição do direito de herança aos mulatos. AHU/MG, Cx. 68, Doc. 98.

Em virtude do aumento demográfico e da força política adquirida por essa parcela de mestiços em Minas, o reconhecimento social e a ascensão econômica dos pardos “[...] passou a significar para os brancos uma ameaça concreta em função da concorrência que enfrentavam na disputa pelos recursos materiais e simbólicos disponíveis” (SILVEIRA, 2008: 134).

As queixas dos camaristas das vilas mineiras, como os de Mariana,¹²⁹ não sensibilizaram os vice-reis do Estado do Brasil e os governadores de Minas Gerais. Estes últimos, diante da presença marcante dos chamados “grupos perigosos” (“negros, mulatos, cabras, mestiços e outras gentes semelhantes”), engendraram um sistema organizacional capaz de reduzir os vários grupos mencionados a um só corpo de vassallos úteis à *República* e ao bem comum – um dos baluartes da política adotada pelo ministério pombalino (1750-1777). A criação e a reorganização das milícias e das tropas auxiliares, ocorridas em 1766, são evidentes operações dessa política, cuja utilização tornou-se clara durante o governo do Marquês de Lavradio.¹³⁰

Diante do que foi visto, podemos concluir que as autoridades e elites locais agruparam a população negra e mulata em dois grupos bem definidos: os que constituíam uma camada forra e livre socialmente integrada (através de tropas, irmandades e ofícios) e os que se recusavam a aderir ao modelo de ordem vigente, vivendo de expedientes. De um lado, o primeiro grupo apresentava-se “útil” e

¹²⁹ Os oficiais camarários acusavam os mulatos de arruinar as heranças de seus pais brancos, trajando “galas” e ostentando “luzimentos” que eram “impróprios ao seu est.^o”. “Por ser emprompia em semelhante casta de gente a conçervação”, relatavam os oficiais camarários, os mulatos abusariam no luxo de suas vestes e viveriam no ócio. Segundo os camaristas, a proibição do direito à herança poderia obrigá-los a exercer algum ofício mecânico ou outra atividade servil, fazendo-os abandonar a condição de “vadios”.¹²⁹ Criticaram, ainda em 1755, “[...] a m.^{ta} desenvoltura com q’vivem os Mulatos, sendo tal a sua activid.^e q’ não reconh.^{do} superiorid.^e nos brancos, se querem igoalar a elles”. AHU/MG, Cx. 68, Doc. 98.

¹³⁰ O caráter suntuoso da ocupação dos postos é que teria levado, conjecturamos, grupos considerados de risco a aderirem à ordem e às leis do Rei. Sobre as possibilidades de ascensão social abertas a negros e mulatos através da estrutura militar portuguesa, cf. COTTA (2002); MELLO (2002: 59-70).

a eles destinavam-se os elogios: arregimentados em tropas, os mulatos e negros percorriam as entradas e os sertões, combatendo os quilombos e o contrabando.¹³¹ De outro, as críticas recaíam sobre o segundo grupo, que – na visão dos camaristas, governadores e conselheiros – consistiam na fonte de todas as mazelas políticas e sociais da Capitania.

As cartas trocadas entre autoridades locais e ultramarinas transparecem uma preocupação em tornar “úteis” indivíduos que, de outra sorte, engrossariam a fileira de “criminosos” e “vadios”. As missivas endereçadas ao Conselho Ultramarino pelo primeiro grupo demonstram que houve uma pressão exercida contra as autoridades régias no sentido de uma melhor integração social dos pardos livres e forros que se mostrassem vassallos úteis.¹³²

Bibliografia

COTTA, Francis. Os terços de homens pardos e pretos libertos: mobilidade social via cargos militares em Minas Gerais no século XVIII. *Mneme*. Rio Grande do Norte, v. 3, n. 6, 2002, p. 1-19.

LARA, Silvia. *Fragments Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MELLO, Cristiane. As armas e os súditos. O poder militar. *Lócus. Revista de História*. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2002, v.8, n.2, p. 59-70.

SILVEIRA, Marco Antonio. Acumulando forças: luta pela alforria e demandas políticas na Capitania de Minas Gerais (1750-1808).

¹³¹ Como salientou Silvia Lara, “[...] várias autoridades, ao longo de todo o século XVIII, tentaram eliminar os ‘vadios’ de suas terras, alistando-os em diversos tipos de corpos militares e guardas, enviando-os para o trabalho em obras públicas, em presídios ou lavouras de subsistência, ou usando-os para povoar novas áreas de fronteira” (LARA, 2007: 274).

¹³² As características próprias da vida social mineira, responsáveis pela eclosão do mulato “vadio” e “facinoroso”, que foram engendradas pela precária institucionalização do poder na região, permitiram também a emergência de pardos e crioulos com “reto procedimento”.

Revista de História. São Paulo: USP, 158 (1º semestre de 2008), p. 131-156.

_____. Soberania e luta social: negros e mestiços libertos na Capitania de Minas Gerais (1709-1763). In: CHAVES, Cláudia; SILVEIRA, M. A. (orgs.). *Território, Conflito e Identidade*. Belo Horizonte: Argvmentvum, 2007, p. 25-47.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MACUNAÍMA ENTRE MÁRIO DE ANDRADE E JOAQUIM PEDRO DE ANDRADE

Daniel Vecchio*

Este trabalho pretende traçar uma análise comparativa entre a obra literária de *Macunaíma* escrita por Mario de Andrade, publicada no Brasil em 1928, e a obra cinematográfica de *Macunaíma* dirigida por Joaquim Pedro de Andrade, lançada no país em 1969. O objetivo desta análise comparativa é perceber como que a problemática da identidade nacional permanece figurada no personagem de Macunaíma, “herói sem caráter nenhum”, adaptada, no entanto, aos respectivos contextos políticos e culturais nas duas obras citadas.

Na obra literária identificam-se características que remetem ao problema da definição da nacionalidade na época. No final do século XIX e início do XX, com a preocupação de inserir o Brasil nos padrões da modernização do mercado internacional, traziam-se da Europa idéias que defendiam a inferioridade dos mestiços, negros e índios diante às raças consideradas puras. Neste contexto, a teoria científica do branqueamento da população brasileira foi alvo de inúmeras críticas as quais postulavam a legitimidade da cultura nacional através da conciliação das raças brasileiras, considerando o mestiço como símbolo da representação nacional.

É neste âmbito crítico da identidade brasileira que está inserida a obra de Mario de Andrade. Já na obra cinematográfica percebe-se uma adaptação da obra literária voltada para os problemas políticos e culturais da cidade na década de 60. Neste contexto, o mestiço brasileiro se vê diante do embate ideológico entre os movimentos políticos liberais-conservadores e comunistas. Diante dessas linhas radicais da cultura política brasileira, Macunaíma se

* Graduando em História e Literaturas de língua portuguesa pela Universidade Federal de Viçosa.

encontra sem definição ideológica, perdido na cidade de São Paulo entre os bairros da esquerda e da direita.

Esta indefinição ideológica exalta o problema da existência do próprio indivíduo que não se sente representado diante às ideologias sociais correntes. Mesmo voltando para a terra natal, Macunaíma continua a carregar o problema do ser, rodeado de crenças e desejos. Não há raça ou ideologia política que defina Macunaíma, não há estrelas no universo onde Macunaíma se ponha a brilhar.

Macunaíma por Mário de Andrade

“(…); o desejo não menos imperioso de pensar o povo brasileiro, nossa gente, percorrendo as trilhas cruzadas ou superpostas das sua existência selvagem, colonial e moderna, à procura de uma identidade que, de tão plural que é, beira a surpresa e a indeterminação; daí ser o herói sem nenhum caráter” (BOSI, 2003, p.188).

Das peregrinações é que Macunaíma colherá os frutos de sua experiência relacionada aos múltiplos contatos culturais absorvidos dos locais por onde passou. Sua ausência de caráter e sua identificação regional incerta, mesmo sendo um viajante e um experimentador exímio dos grupos étnicos das terras brasileiras, contribuem para a leitura que defende a síntese de costumes para representar a cultura nacional, a defesa de uma pluralidade de costumes que refletem a constelação de estrelas do nosso universo que estão longe de serem definidas ou limitadas. .

Pode-se dizer que o seu intuito (o de Mário) é encontrar o “caráter” de um Brasil “sem caráter” unindo dois mundos separados por um fosso abissal: o da cultura erudita transplantada de base européia e o das culturas populares espalhadas pelo território brasileiro, que testemunhavam a criação inconsciente do povo através dos séculos de colonização (WISNIK, 2004, p.109).

Este impasse identitário, que permeia entre os costumes eruditos e os populares, envolve também questões acerca dos mistérios da própria consciência do nosso herói, pois o mistério da inconsciência implica, antes de tudo, no mistério da própria existência do ser e seu reconhecimento na sociedade em que atua e este problema existencial não deixa de estar ligado diretamente ao problema da identidade nacional. O reconhecimento por um indivíduo da sua nacionalidade deve resultar do estabelecimento de um equilíbrio entre sua natureza humana e aquilo que acredita ou deseja ser. O próprio Mário de Andrade sofreu este drama quando demitido do Departamento de Cultura do qual fazia parte e ainda assistia à uma crescente mercantilização da cultura que servia às propostas e ideologias do Estado Novo (AMARAL, 1997, p.03).

Desta pluralidade cultural da personagem de *Macunaíma*, pode-se concluir que a intenção de Mario era justamente tocar as diversas realidades do Brasil mesmo não chegando numa definição, mesmo não efetivando uma mescla ou síntese nacional, suportando a inevitável ausência de tudo e todos. Dar forma a essa problemática é ao mesmo tempo agônico e libertador no sentido que representa elementos que a realidade não pára de transformar. Sendo assim, *Macunaíma* é a busca do horizonte que continua a andar em direção e quando descobre que não há limites entre o céu e a terra percebe que o Brasil não passa do brilho de uma estrela, cujo brilho trespassa as retinas dos olhos chegando até dentro de seu vasto coração de consciência indefinida.

“Não há em *Macunaíma* a contemplação serena de uma síntese. Ao contrário, o autor insiste no modo de ser incoerente e descontraído desse caráter que, de tão plural, resulta em ser nenhum. E aquele possível otimismo, que era amor às falas e aos feitos populares, ao seu teor livre e instintivo, esbarra na constatação melancólica de uma amorfia sem medula nem projeto. O herói de nossa gente é cupido, lascivo, glutão, indolente, covarde mentiroso, ainda que por seus desastres mereça a piedade do céu que o abrigará entre as constelações. É a Ursa Maior” (BOSI, 2003, p.201).

“A falta de lógica do herói é traço nacional porque como sucede com todos os outros povos sul-americanos, a nossa formação nacional não é espontânea, não é, por assim dizer, lógica” (PROENÇA, 1987, p.28).

Macunaíma, por assim dizer, é a corporificação do enigma da identidade cultural, um herói sem caráter que se mantém fundamentalmente indefinido ao deixar a consciência sempre guardada em casa ao partir para outro lugar. Se move de uma mata virgem para cair em outra, sem consciência, puro e livre de exostismos. Mesmo que São Paulo seja uma mata de cheia de pencas de máquinas que domina e é dominada pelos homens, Macunaíma consente e sente a cidade de São Paulo através dos novos mecanismos de relação, de suas esquinas e de sua população.

“No outro dia Macunaíma pulou cedo na ubá e deu uma chegada até a foz do rio Negro pra deixar a consciência na ilha de Marapatá. Deixou-a bem na ponta dum mandacaru de dez metros, pra não ser comida pelas saúvas. Voltou pro lugar onde os manos esperevam e no pino do dia os três rumaram pra margem esquerda da Sol” (ANDRADE, 1993, p.29) .

Em se tratando do processo da consciência, repare que neste trecho demonstra-se que o herói, ao partir para 'novos mundos', abandona sua consciência preconceituada, para se abrir a novos costumes. Nesta constante mudança de mescla cultural, Macunaíma ainda vai alterar a cor de sua pele ao tomar banho numa fonte encantada descoberta no meio do caminho, mais a frente também, o herói vai fingir ser uma francesa para convencer Piaimã de lhe entregar o talismã.

“Era tanta coisa que ficou pesado mas virou numa francesa tão linda que se defumou com jurema e alfinetou um raminho de pinhão no paraguaio no patriotismo pra evitar quebranto” (ANDRADE, 1993, p.38).

“O herói depois de muitos gritos por causa do frio da água entrou na cova e se lavou inteirinho. Mas a água era encantada (...), quando o herói saiu do banho estava branco louro e de olhos azuizinhos” (ANDRADE, 1993, p.22).

As freqüentes mudanças de caracterização de figura ou de cenário remetem às muitas tentativas de busca que Macunaíma trava ao se aventurar na diversidade cultural brasileira. O próprio jeito de falar de Macunaíma também acompanha esta variação cultural, apresentando um vasto estudo de linguagem popular.

Da cidade de São Paulo (Cartas as Icamíabas)

“Às mui queridas súbditas nossas, Senhoras Amazonas.

Trinta de Maio de Mil Novecentos e Vinte e Seis,

São Paulo.

Senhoras:

Não pouco vos surpreenderá, por certo, o endereço e a literatura desta missiva. Cumpre- nos, entretanto, iniciar estas linhas de saudade e muito amor, com desagradável nova” (ANDRADE, 1993, p.59).

Num terreiro africano da cidade de São Paulo

“Toda a gente vendedores bibliófilos pés-rapados acadêmicos banqueiros, toda essas gentes dançando em volta da mesa cantavam:

Bamba querê

Sai Aruê

Mongi gongô

Sai Orobô

Êh!” (ANDRADE, 1993, p.71).

Portanto, verifica-se uma intromissão de símbolos lingüísticos que correspondem ao ambiente cultural em evidência. Para concluir a leitura sobre este herói, é necessário citar o fim da estória quando o herói é desfigurado pela Uiara se transformando na estrela beta de Centauro. Quero dizer que a característica da busca constante do herói, que não se limita a nenhum caráter terreno ou universal, pois Macunaíma continuará sempre a vagar e experimentar

novas estrelas, novas cidades, novas mulheres, novos homens, sempre aventuras de outros mundos.

Macunaíma não morre, não cessa, assim como a problemática da identidade nacional que por sua vez também é muito complexa. As constantes exaltações de uma crise identitária no Brasil e no Mundo só atualiza cada vez mais esse romance pois assim como Mário, todos nós sofremos este dilema de uma forma angustiada conflitante e interrogativa. .

Macunaíma por Joaquim Pedro de Andrade

Filho de Rodrigo Melo Franco de Andrade (fundador do IPHAN) e de Graciema Prates de Sá, Joaquim Pedro de Andrade passou a infância no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, entre os mais importantes intelectuais brasileiros da época. Manuel Bandeira era tão amigo da família que acabou sendo seu padrinho de crisma. Em 1950, iniciou graduação em física na Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio, onde freqüentava o cineclube do CEC, criado por Saulo Pereira de Melo e Mário Haroldo Martins. Recebeu a influência de Plínio Sussekind Rocha, professor de mecânica, teórico e defensor do cinema mudo e fundador do Chaplin Club. Nessa época, Joaquim escrevia sobre cinema no jornal da faculdade e chegou a fazer experiências com cinema amador. Namorou Sarah de Castro Barbosa, com quem se casaria mais tarde. Entre as experiências cinematográficas da época, atuou no filme *Les Thibault*, de Saulo Pereira de Melo, e trabalhou como assistente de direção no curta-metragem *Caminhos*, de Paulo César Saraceni.*

Seu primeiro filme como diretor foi o curta-metragem *O Poeta do Castelo e o Mestre de Apipucos*, financiado pelo Instituto Nacional do Livro. O filme registra a intimidade do poeta Manuel Bandeira e a do escritor e sociólogo Gilberto Freyre. Em 1960 ele produziu o curta-metragem *Couro de Gato*, filmado no morro do Cantagalo, no Rio de Janeiro, e fotografado por Mário Carneiro. Contemplado pelo governo da França com uma bolsa de estudos, foi estudar cinema na França. Em 1963, foi convidado para dirigir o documentário *Garrincha, Alegria do Povo*. Em 1965, fundou a produtora Filmes do Serro e iniciou as filmagens de *O Padre e a*

Moça, com Paulo José e Helena Ignez. Preso na época da ditadura militar em 1969 e liberado alguns dias depois, começou a filmar *Macunaíma*, seu maior sucesso de crítica. Vítima de câncer de pulmão, morreu aos 56 anos, antes de realizar seu projeto de adaptar *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, para o cinema.*

É curioso refletirmos como a obra *Macunaíma* foi adaptada para a linguagem cinematográfica. A curiosidade só tende aumentar quando nos perguntamos como um diretor do renomado grupo do Cinema Novo Brasileiro trabalharia a figura de Macunaíma diante de todos os objetivos deste grupo artístico. Grupo este que compartilhou de alguns desafios em comum: a criação de um novo cinema que fosse esteticamente original, que consolidasse uma identidade própria e que tivesse como projeto subjacente a reflexão sobre os problemas peculiares ao país como o subdesenvolvimento, o abuso do poder, as grandes desigualdades sociais, o autoritarismo, a luta pela democracia, a temática regionalista e, tangenciando todas essas questões, o papel do intelectual e do artista nesse contexto.

No início dos anos 60, a sociedade brasileira defrontou-se com a idealização de um conjunto de reformas políticas e sócio-econômicas e as instituições democráticas do país ruíram sob a pressão de forças polarizadas e radicalizadas a favor e contra a essa mudança social. Democracia e reformas eram interpretadas como objetivos políticos conflitantes. Na presidência de João Goulart (1962-1964) tornou-se impossível a comunhão desses dois compromissos em um projeto político consistente que alcançasse um equilíbrio aceitável entre regras democráticas de competição política e mudança social. Os grupos conservadores, que dominavam o Parlamento, viam cada vez mais a manutenção do presidencialismo como uma ameaça comunista aos interesses políticos e econômicos que representavam.

Goulart, assim que assumiu o cargo da presidência, priorizou a luta pelo pleno poder presidencial que ainda era limitado e, para esse fim, obteve total apoio dos grupos esquerdistas. Para esses grupos a fortificação do presidencialismo era uma grande

*Wikipedia.org (acessado em 24/04/2010).

oportunidade para efetivar o programa de reformas, o que obrigava Goulart, em troca do apoio de tais grupos, a um comprometimento mais forte com o programa. O presidente, por sua vez, não demonstrava um comprometimento firme com o programa, ao mesmo tempo em que não deixava de alimentar a esperança da efetivação de um plano reformista. Com isso, perdia apoio entre seus aliados da esquerda, alimentava as desconfianças dos grupos direitistas quanto à sua disposição para as reformas (FIGUEIREDO, s/d, p.190-191).

Este conflito refletia no cotidiano da cidade onde se praticavam desde manifestações até revoltas guerrilheiras de extrema violência. Vale ressaltar neste momento do texto o inevitável questionamento acerca desses grupos esquerdistas que eram tão hierarquizados quanto os grupos conservadores e que idealizavam as reformas a partir de suas escolhas, longe da legítima opinião e participação popular.

Joaquim Pedro de Andrade percebeu que para esta conturbada época da década de 60, Macunaíma se apresentava, mesmo depois de 39 anos, atual ao relevar seu poder de questionar as ideologias e a nacionalidade brasileiras, envolvendo a personagem nos específicos conflitos ideológicos que surgiam dos processos políticos, econômicos e sociais do Brasil na época. O diretor adapta a obra de Mário de Andrade trazendo Macunaíma da mata virgem à cidade de São Paulo da ditadura militar, onde andava durante o dia perdido e pensativo pelas ruas paulistanas se desviando das balas, dos tumultos e do desemprego.

Macunaíma nem por isso se permitiu deixar levar por qualquer destas crenças políticas, ele é uma figura que não apresenta identidade ou ideologia fixa, e é, acima de tudo, um ser a parte de toda essa conjuntura que no momento propagavam suas lutas a todo custo. Uma das críticas que surgem com a interação de Macunaíma neste contexto é a da falta de representatividade social e política, pois, Macunaíma é o brasileiro que não participa de tal situação a partir do momento em que ele não se sente representado por nenhum desses uniformes ideológicos. Não há identidade plena em Macunaíma e isto enxergou o diretor na obra literária de Mário e

colocou em funcionamento este projeto de impasse identitário numa época de ideologias políticas extremadas, articuladas por grupos sociais restritos que acabaram promovendo uma das épocas mais agitadas do Brasil.

Há no filme algumas adaptações que vale a pena discutir para mostrar um pouco do trabalho da recriação do diretor em relação ao que se lê na obra de Mário. No filme, por exemplo, Ci, não é a chefe das amazonas, mas sim uma guerrilheira muito corajosa, sem noção nenhuma dos perigos que enfrenta ao sair pela cidade de São Paulo roubando bancos. É num momento de troca de tiros entre Ci e alguns homens do governo que Macunaíma à conhece, ajudando-a se esconder dos perseguidores. Já morando juntos numa casa distanciada do centro da cidade, Ci pare o filho de Macunaíma que é morto junto com a mãe devido à uma bomba relógio mau programada por Ci que partia para mais um de seus ataques violentos à cidade.

Ci e seu filho morrem pelo próprio erro de lutar radicalmente contra o governo conservador por uma simples continuação de uma política egoísta e acumuladora entre roubos e mais roubos de dinheiro. Nesta passagem da morte de Ci no filme fica claro a crítica direta às políticas radicais da década do golpe e da atuação das coalizões de oposição. A crítica á política extremista desta época é reforçada pela presença do herói sem caráter nenhum que se desligava daquele mundo mecânico e conservador, deitado na rede mesmo com uma boa cama para se deitar e se afastava de Ci nos momentos nos quais sua mulher praticava os roubos, mas adorava as pilhas de dinheiro trazidas por ela.

Macunaíma é um satisfeito de sua insatisfação com a sociedade e com sua própria vida. Cheio de preguiça e de desejo de vida fácil, ele enfrenta a dificuldade de ser ele mesmo. Sendo estas características preservadas no filme, Joaquim Pedro de Andrade conserva grande parte das características e da própria leitura da obra, modificando e adaptando apenas os trechos que a estória passa por São Paulo, cidade que Joaquim conhecia muito bem por vivê-la em seu tempo.

Portanto, trazendo a vida urbana e política de seu horizonte, o diretor reconhece que o impasse identitário representado pela figura de Macunaíma é um processo comum nas décadas de ontem e de hoje vividas por nossa gente que vive os intermináveis conflitos políticos, sociais e culturais. E para entender como as identidades estão sendo construídas atualmente, com o forte desenvolvimento das tecnologias de comunicação, além de ser um grande desafio para os pesquisadores da cultura brasileira, nada mais concreto que a problematização da representação da nacionalidade brasileira, principalmente no que remete ao valor crítico às identidades e ideologias que surgem, com os quais se verifica a imensa dificuldade que temos de nos reconhecer diante de tantos elementos que nos chega, que nos unifica e nos separa através das políticas de cidadania e de consumo inseridos no processo globalizante do mundo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDRADE, Mário de. *Macunaíma: o herói sem caráter nenhum*. 29ª edição. Belo Horizonte: Villa Rica, 1993.

AMARAL, Adriana Facina G. do. *Uma enciclopédia à brasileira: o projeto ilustrado de Mário de Andrade*. PUC-Rio, 1997.

BOSI, Alfredo. *Céu, Inferno: ensaios de crítica literária e ideológica*. São Paulo: Duas Cidades;Ed. 34, 2003.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, s/d.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Cultura e identidade nacional no Brasil do século XX. In: GOMES, Angela de Castro (org). *A república no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PROENÇA, Manuel Cavalcanti. *Roteiro de Macunaíma*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

WISNIK, José Miguel. *Sem Receita*. São Paulo: Publifolha, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ANDRADE, Mário de. *Poesias Completas*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. 7ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.
- COMPARATO, Doc. *Da criação ao roteiro*. Rio de Janeiro, 1995.
- FERRO, Marc. *Cinema e História*. São Paulo: Paz e Terra, s/d.
- LAFETÁ, João Luiz. *A crítica e o modernismo*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- MORAES, Eduardo Jardim de. *Modernismo revisitado*. In Revista Estudos Históricos, 1988, vol. 2, nº 2.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica*. 8ª ed. São Paulo: Ática, 1994.
- NAPOLITANO, Marcos. *A arte engajada e seus públicos (1955/1968)*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 2001, nº 28.
- SEVCENKO, José. *Literatura como missão*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: O golpe contra as reformas e a democracia*. São Paulo: Revista Brasileira de História, 2004, v. 24, nº 47.

FILME

- ANDRADE, Joaquim Pedro de. *Macunaíma*. Rio de Janeiro: Videofilmes, 1969, 104 min.

SOBRE A GUERRA DO FIM DO MUNDO DE MARIO VARGAS LLOSA E A CARNAVALIZAÇÃO DE CANUDOS

Daniela Barbosa de Oliveira
Mestranda em História UFJF

Muito se escreveu sobre Canudos. Tem-se ocupado do assunto a História, a Sociologia, a Religião, entre outros ramos do saber. Canudos é um campo fértil também para a ficção, graças a seu caráter místico e legendário, as lacunas deixadas pela História oficial são hoje repensadas pelo romance histórico contemporâneo.

Entre tudo que se tem escrito sobre Canudos, o consenso geral elegeu a obra de Euclides da Cunha como a mais cultuada. Embora não tenha sido o primeiro livro sobre Canudos, *Os Sertões* instituiu-se ainda hoje como um paradigma literário. No entanto não será este o objeto de nossa investigação. Ao invés do olhar brasileiro e testemunhal de Euclides da Cunha elegi o olhar imigrante do peruano Mario Vargas Llosa, enriquecido por quase um século de outros olhares.

A Guerra do Fim do Mundo, lançado em 1981, é um romance importante na trajetória de Vargas Llosa. Nele, o autor reescreve a Guerra de Canudos dando voz a representantes de vários setores e estamentos da sociedade da época, ampliando e diversificando o olhar do leitor sobre os eventos. O resultado é uma interpretação absolutamente original.

Mario Vargas Llosa é figura bastante influente na vida política do Peru, tendo inclusive concorrido à presidência da República no ano de 1990. Atualmente, o escritor assume uma postura ideológica conservadora, identificando-se com a doutrina capitalista. Acredito que todo este processo político vivenciado pelo intelectual peruano acabou por se refletir nas interpretações dadas a muitos dos seus textos. Não raro, *A Guerra do Fim do Mundo* é apresentada como uma “obra sem lógica” e taxada como mera condenação ideológica de fanatismos, como nos comprova o trecho do crítico Seymour Menton:

No cabe duda de que la condena del fanatismo en la novela proviene de la posición política actual del autor (...) En este mundo tan ilógico [o mundo de *A Guerra do Fim do Mundo*], no sería raro que fuera elegido presidente del Perú un novelista ex socialista con una plataforma en la cual afirma los valores de la democracia capitalista¹³³

Quando analisada em primeiro plano, no entanto, a obra revela facetas, até o momento, pouco exploradas pela crítica. Despido dos véus classificatórios, o romance permite vislumbrar uma interpretação essencialmente singular de vários aspectos da nascente República brasileira em fins do século XIX, através de personagens dúbios: ora criminosos sanguinários ora santos evangelizadores, cangaceiros monarquistas, barões republicanos e uma gama de outros personagens que se contradizem mutuamente em um ambiente carnavalizado¹³⁴. Na novela a própria religião defendida por Conselheiro é uma paródia do catolicismo oficial, em que também encontram lugar um revolucionário comunista, uma mulher barbada e um jornalista míope.

A meu ver, Llosa percebeu no evento de Canudos aspectos naturalmente carnavalizados e ao retratá-los acentuou seu potencial cômico através, por exemplo, da inserção de personagens típicos dos ritos carnavalescos medievais descritos por Mikhail Bakhtin, tais como o anão e o mostro, representado na obra pelo Leão de Natuba, o caricato escrivão de Antônio Conselheiro. Bakhtin nos apresenta o carnaval enquanto a manifestação de uma “visão do mundo, do homem e das relações humanas totalmente diferente, deliberadamente não-oficial, exterior à Igreja e ao Estado”¹³⁵. A forma simbólica da linguagem carnavalesca caracteriza-se

¹³³ MENTON, Seymour. La guerra contra el fanatismo de Mario Vargas Llosa. Disponível em: <<http://cvc.cervantes.es>> Acesso em : 16/04/2009 – 13h:00.

¹³⁴ A carnavalização a que me refiro está associada ao conceito proposto em BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Brasília: HUCITEC, 1996. p.04.

¹³⁵ Idem.

principalmente pela lógica “ao avesso”, da dualidade. O riso carnavalesco medieval é “*ambivalente*: alegre e cheio de alvoroço, mas ao mesmo tempo burlador e sarcástico, nega e afirma, amortalha e ressuscita simultaneamente”.¹³⁶ Estes aspectos também se fazem presentes em eventos descritos em *A Guerra do Fim do Mundo*, nos quais, para além do pano de fundo real, os personagens parecem transitar por um mundo paralelo, fantástico.

Outro elemento essencial da tese bakhtiniana é a sua concepção de “Realismo Grotesco”, expressão criada para designar o sistema de imagens da cultura cômica. No grotesco o elemento corporal é um princípio positivo, percebido como universal e popular. Nesse sentido há a apreciação do chamado *baixo corpora,l* que faz alusão ao ventre humano, seus órgãos genitais e seus excrementos.

Degradar significa entrar em comunhão com a vida da parte inferior do corpo, a do ventre e dos órgãos genitais, e portanto com atos como o coito, a concepção, a gravidez, o parto, a absorção de alimentos e a satisfação de necessidades naturais. A degradação cava o túmulo corporal para dar lugar a um novo nascimento. E por isso não tem somente um valor destrutivo, negativo, mas também um positivo, regenerador: é ambivalente.¹³⁷

Esta característica latente da visão carnavalesca do mundo atinge seu ápice no romance de Vargas Llosa no momento em que se aproxima a morte de Antônio Conselheiro e seus seguidores, guiados pela fé incondicional de sua santidade, “comungam” seus dejetos orgânicos.

“Ficaremos órfãos”, pensa uma vez mais. Então, o barulhinho que se desprende do catre, que escapa debaixo do Conselheiro, o distrai (...) correm à sua

¹³⁶ Idem, p. 9.

¹³⁷ Idem.

volta, para levantar seu hábito, limpá-lo recolher humildemente isso que – pensa- não é excremento, porque o excremento é sujo e impuro e nada que provenha dele pode ser nem sujo nem impuro (...) Com feliz inspiração ele se adiantou, estendeu a mão entre as beatas, molhou seus dedos na agulha e os levou à boca, salmodiando: “É assim que quer que o teu servo comungue, Pai? Não é isto para mim orvalho?” Todas as beatas do Coro comungaram também, como ele.¹³⁸

Estes são apenas alguns exemplos dos possíveis paralelos que podemos traçar entre a cultura carnavalesca medieval descrita por Bakhtin e a “Canudos” de Vargas Llosa, duas “realidades” ao mesmo tempo distantes e absolutamente próximas. Obviamente, não se trata de uma aproximação deliberada. A proposta de Bakhtin sobre o carnaval vem gradativamente ganhando autonomia no interior da historiografia, de modo que, não há aqui a intenção de se promover uma mera e superficial “realocação” de conceitos. Apropriar-se de um conceito implica, invariavelmente, em “resignificá-lo”. Sobre isso, vale lembrar a teoria de Robert Stam¹³⁹, segundo a qual, embora Bakhtin raramente tenha feito referências à cultura da América Latina, sua noção de carnavalização é encontrada em expressiva produção cultural latino-americana, estejam elas lidando com a temática carnavalesca ou não. Oriundos de um continente multicultural, os artistas e intelectuais latinoamericanos assumem uma ironia peculiar na qual palavras e imagens são raramente tomadas em seu sentido literal, elevando a importância da paródia e da carnavalização como soluções “ambivalentes” no interior de uma situação cultural assimétrica. Esta, ao que parece, foi também a alternativa utilizada por Mario Vargas Llosa na construção de sua

¹³⁸ VARGAS LLOSA, Mario. **A Guerra do Fim do Mundo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. p. 498.

¹³⁹ STAM, Robert. *Subversive Pleasures: Bakhtin, Cultural Criticism, and Film (Parallax: Re-visions of Culture and Society)*. Baltimore: John Hopkins Press, 1989.

trama. Afinal nas palavras de Bakhtin “somente o riso, pode ter (e dar) acesso a certos aspectos extremamente importantes do mundo”.

É intenção desta pesquisa demonstrar uma nova interpretação, não somente para o romance *A Guerra do Fim do Mundo*, mas também para a própria Guerra de Canudos.

Mario Vargas Llosa encontrou um sentido, uma organização para os sertanejos de Belo Monte. A lógica é ao avesso, é carnavalesca. Canudos, para o autor, não foi mera aglomeração de fanáticos inconscientes, ela foi erguida pela racionalidade do carnaval, da regeneração. A dor para eles não era um pesar, era um dom. A morte estava prenhe.

A Guerra de Canudos acabou, ficou perdida nos meandros do passado, entretanto, a Literatura, de braços dados com a História, se afirma como espaço privilegiado de crítica e não deixa que o episódio fique esquecido.

BIBLIOGRAFIA

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Brasília: HUCITEC, 1996.

LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PALTI, Elias. José. **Giro lingüístico e historia intelectual**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes.

MENTON, Seymour. La guerra contra el fanatismo de Mario Vargas Llosa. Disponível em: <[http://: cvc.cervantes.es](http://cvc.cervantes.es)>

STAM, Robert. *Subversive Pleasures: Bakhtin, Cultural Criticism, and Film* (Parallax: Re-visions of Culture and Society). Baltimore: John Hopkins Press, 1989.

VARGAS LLOSA, Mario. **A Guerra do Fim do Mundo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

A CONDIÇÃO DA CIDADE DE LISBOA DURANTE A UNIÃO IBÉRICA: PERCEÇÃO DOS CONTEMPORÂNEOS E HISTORIOGRAFIA

Daniela Rabelo Costa Ribeiro Paiva¹⁴⁰

“Pues esta gloria podia tener Lisboa sobre Jerusalem y sobre todas as cidades que agora sabemos en la tierra que siendo a mas antigua dellas que ay nunca ha sido jamas destruyda”¹⁴¹. Esta passagem foi escrita em 1571 por Francisco Monzón em seu *Livro Primero del Espejo del Príncipe Christiano*. No final deste livro, Monzón propõe uma comparação entre Lisboa e Jerusalém. Nesta comparação, Monzón argumentará sobre a superioridade de Lisboa em relação a Jerusalém e outras cidades conhecidas. Essa superioridade se justificaria com o fato de Lisboa nunca ter sido destruída ao longo de sua longa trajetória. O autor compactua com a mítica idéia de que Lisboa seria a terra do heróico Ulisses, assim sua fundação seria a mais antiga de toda cristandade. Segundo ele, durante sua extensa história, a Fortaleza lisboeta foi a responsável por sua integridade. O mérito desta fortaleza se devia tanto à sua estrutura física, como também ao esforço das gentes em proteger a cidade, o que tornava Lisboa segura e inabalável. Monzón, além da Fortaleza, destaca outras muitas qualidades de Lisboa em seu livro, como a grandeza de seus edifícios e o seu imponente centro comercial. Este esforço em se prestigiar Lisboa e defender sua magnificência frente às demais cidades européias é algo recorrente na literatura portuguesa, principalmente durante a União Ibérica que compreende o período de 1580 a 1640.

Escrita em 1608, *Do sítio de Lisboa: diálogos* é uma dessas obras que foram produzidas durante a União Ibérica para louvar a capital portuguesa. Assim como Monzón, seu autor, Luis Mendes de

¹⁴⁰ Estudante do curso de História Bacharelado/Licenciatura da Universidade Federal de Viçosa, 7º período. Esse trabalho apresenta os resultados parciais e iniciais de uma pesquisa de iniciação científica financiada pela FAPEMG.

¹⁴¹ MONZÓN, Francisco. *Livro Primero del Espejo del Príncipe Christiano*. 2º.ed. Lisboa: Impresso en casa de Antonio Goncaulez..., 1571.

Vasconcelos, propõe comparar Lisboa com outras grandes cidades como Cartago, Roma, Cápua, Corinto, Constantinopla e Jerusalém. Após estabelecer as comparações, Vasconcelos conclui com a seguinte indagação: “E assim, - que cidade teve nunca o Mundo em nenhum tempo, que pudesse como Lisboa sujeitar grandíssimas províncias e enriquecer-se com o comércio de riquíssima nações, fazendo-se a mais poderosa de todas que foram e podem ser?”. Esse discurso sobre a superioridade de Lisboa se torna cada vez mais persuasivo quando Vasconcelos se dispõe a apresentar as excelências da cidade. O intuito deste português é convencer ao Rei, então monarca espanhol Filipe III, a transferir a capital da realeza universal a Lisboa.

Para entender a expectativa criada por Vasconcelos para que o Rei leia o seu livro, faz-se necessário iterar sobre o contexto no qual suas discussões se inserem. A União Ibérica é o espaço de tempo de cerca de 60 anos que pos fim à longa Dinastia dos Avís e inaugurou o reinado dos reis Áustrias. Esse processo de substituição dinástica se inicia com a prematura morte de D.Sebastião na guerra africana de Alcácer-Quibir. O sucessor, seu tio-avô Cardeal Henrique de Évora, por sua atividade eclesiástica também não possuía herdeiros diretos o que gerou uma problemática sucessória, agravada pela idade do cardeal. Instalou-se uma disputa dinástica que coroou em 1580 Filipe II da Dinastia dos Áustrias. Filipe II era o então monarca do vasto Império Espanhol, que já havia incorporado aos seus domínios outras províncias e reinos. Estas províncias e reinos podem ser igualados pela circunstância de não possuir em seu território um rei. Portugal compartilhou do mesmo fado já que o novo Rei também não optou por residir em sua corte.

A ausência real implicou em relevantes conseqüências políticas, sociais, culturais e econômicas para todo Portugal e, logo, para Lisboa. A antiga residência da corte régia presenciou o desvanecimento de sua vida cortesã. Mesmo com a determinação de manutenção de sua casa real e a restrição a vassalos lusos, a corte perdia um importante ator em sua dinâmica: o rei, que conferia coerência e coesão às relações simbólicas cotidianas. Desta sorte, Lisboa perde o resplendor de outros tempos. Lisboa já não era mais

capaz de promover cerimônias e festas, e nutrir vaidades. Oferecer mercês e possibilitar ascensão na trajetória de carreiras. E, sediar Assembléias, permitindo a participação política.

Com esse obscurecimento da corte lisboeta, vivencia-se um refluxo das aristocracias. E, concomitante a isso, ocorre o florescimento das cortes de província, as *cortes de aldeia* como definido por Francisco Rodrigues Lobo. Este autor português contemporâneo à união ibérica, em seu livro, *Cortes de Aldeia, Noites de Inverno*¹⁴², escrito em 1618, alude esta migração das aristocracias. Lobo explica que, após o fim da Corte dos Sereníssimos Reis, a Cidade já não oferecia mais atrativos aos fidalgos e cortesãos que ali residiam. Morar na principal Cidade da Lusitânia despendia excessivos gastos, o que os levou a se deslocarem voluntariamente para as aldeias, onde tinham *quintas, amigos ou heranças*. Em uma dessas aldeias, Vila Viçosa¹⁴³, morava Leonardo, que já pertencera à corte real, senhor da casa onde se passa o enredo do livro. Durante as “Noites de Inverno”, metáfora utilizada para representar o fim de uma Idade Dourada portuguesa, essa casa receberá a visita de ilustres convidados que discutiram sobre os hábitos cortesãos. O intuito dessa discussão é preservar, mesmo em um ambiente provinciano, esses costumes à espera do retorno dos áureos tempos, em que o Rei conferia luz e graça à Corte lisboeta.

Essa idealização do passado pressuporia uma insatisfação com o presente. Dessa forma, enquanto permaneceu a supremacia espanhola, Lisboa esperou ansiosa a graça de ser visitada ou, na melhor das expectativas, residida por seu rei. Os portugueses acreditavam que chegaria o dia que a Espanha se conscientizaria de sua grandeza e elegeria Lisboa como sede da realeza universal, o que

¹⁴² LOBO, Rodrigo Francisco. *Corte de Aldeia e Noites de Inverno*. Lisboa: Por Pedro Craesbeeck..., 1630.

¹⁴³ A escolha de Vila Viçosa ocorre em razão da proximidade do autor com a casa de Bragança. Rodrigues Lobo inclusive dedica seu livro a D. Duarte, marquês de Frechila e de Malagam, bisneto de D. João III e filho-segundo de D. Teodósio, sétimo duque de Bragança. Lobo também presta um agradecimento ao irmão de D. Duarte, Duque D. Teodósio, devido à forma com que foi recebido por este na corte dos Braganças.

não aconteceu. Os portugueses tiveram suas expectativas frustradas, se contentado com duas rápidas visitas. Assim Francisco Rodrigues Lobo escreve em um poema intitulado “Del desseo que tenian los Portugueses de que su Magestad viesse a Lisboa”, feito para a visita de Filipe III:

Agraviado, ye descontento
Se quexava há muchos años
De la ausência de sua Rey
El buen Reyno Lusitano. (...)
Desseavan todos verle,
Y que del fuessem mirados,
Que el bien sin ser conocido
No puede ser bien amado.
Queriam que su preferencia
Premiasse a los hijos dalgo
La gran lealtad de sus pechos,
Y el gran valor de sus braços. (...) ¹⁴⁴

O historiador Fernando Bouza-Álvarez, cujos trabalhos são referencia para aqueles que estudam União Ibérica, possui um artigo que se mostra muito pertinente à discussão que se faz. Intitulado “Lisboa Sozinha, Quase Viúva. A cidade e a Mudança da Corte no Portugal dos Filipes”¹⁴⁵, este artigo de sugestivo nome mostra como a cidade de Lisboa foi alegorizada depois da perda do seu estatuto de corte régia. Dentre as alegorizações, Bouza-Álvares se atrai por a imagem de uma cidade viúva cuja felicidade estaria associada à presença real. Essa alegoria é interessante, pois utiliza a metáfora jurídica-política do casamento, em que supõe um acordo, uma negociação tácita entre as partes. Esse tipo de interpretação vai de

¹⁴⁴ LOBO, Francisco Rodrigues. *La Jornada que la magestad del rey Don Phelippe III de las Hespañas hizo a sua Reyno de Portugal; y el Triumpho y pompa com que Le recibió la insigne ciudad de Lisboa em año de 1619*. Lisboa: Por Pedro Crasbeeck, 1623.

¹⁴⁵ ALVÁREZ, Fernando Bouza. Lisboa sozinha, quase viúva. A cidade e a mudança da Corte no Portugal dos Filipes. In: *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, 13,1993.

encontro com as perspectivas historiográficas de Bouza-Álvarez. Para este renomado historiador, o processo de *Sucessão* de 1580 deve ser entendido como resultado de uma legitimidade dinástica, uma pressão militar e uma negociação de benefícios. Entrementes, o que se percebe em seus trabalhos é a valorização da variável negociação em detrimento do conjunto.

Seguindo essa perspectiva, o historiador discute a reação portuguesa frente à situação de ausência real, que teria se dado de duas formas: a partir da exigência da presença permanente do principado e da proclamação das excelências de Lisboa, defendendo sua proeminência. Reação que também será observada em outras situações semelhantes, cidades abandonadas por suas cortes, até mesmo no próprio período filipino, entre 1600 e 1606, em que a corte é transferida de Madri para Valladolid. Em sua explicação, Bouza-Álvarez, dentre outras fontes, recorre à obra de Vasconcelos, que, como aduzido, tem como proposta mostrar a grandiosidade de Lisboa e convencer os filipes a transferir sua corte para a cidade.

As argumentações de Vasconcelos sobre a superioridade de Lisboa partem de uma acepção organológica “do qual a Espanha é a cabeça; e nela está Lisboa no lugar dos olhos, mostrando que ela deve ser guia e luz das mais partes da Europa, pois não só na colocação tem o lugar dos olhos, mas também no efeito que se lhe deve a mesma semelhança”. Luis Mendes Vasconcelos, então, considera que a Espanha seria a cabeça do Império já que a este Estado foi dada a função de decidir; e Lisboa, por sua vez, seria os olhos, o farol que guiaria a Espanha e outros estados europeus, função que se justifica por sua privilegiada posição geográfica “por onde recebem as nações pela notícia de muitas cousas que neste grandíssimo mar até nossos tempos estiveram escondidas: e assim por ela entrou a notícia e conhecimento de muitos portos, ilhas, promontórios, reinos, províncias e nações, de que se não saiba”. Qualquer Império como o espanhol que buscou incorporar cada vez mais domínios, contínuos e descontínuos, fascinar-se-ia com a possibilidade de ter uma cidade com semelhantes características geográficas. O que demonstra a perspicácia de Vasconcelos ao dispor suas argumentações.

As outras qualidades dispostas por Vasconcelos também se inserem nessa lógica de corroborar com os pretensos projetos políticos do Império Hispânico. Destacam-se as seguintes qualidades de Lisboa: ser, geograficamente, a região mais propícia para atividades comerciais; ser um sítio salubre, possuído ares, água e mantimentos de qualidade; ser bem abastecida de todas as coisas necessárias à vida, como mantimento, vestuário, habitação, repouso e atividades lúdicas; possuir alegre vista e espaços para praticar recreações e exercícios para o corpo; e, por fim, ser segura. É interessante observar como algumas destas características refletem o medo que o europeu tinha da guerra, da peste e da fome, que ao longo de sua história foram responsáveis pela queda de várias cidades. Logo, a preocupação de Vasconcelos em assegurar que Lisboa estava livre destes riscos, o que a qualificaria ainda mais para ser sede da realeza.

Contudo, após dispor tantas qualidades, Vasconcelos admite a necessidade de aperfeiçoar a fortificação lisboeta. Vasconcelos propõe que se faça uma intervenção nos rios Alcântara e Sacavém, construindo “um parapeito ao longo destes rios e fosso da parte da cidade, com alguns baluartes e plataformas, em convenientes distâncias para neles estar artilharia que defenda chegarem os inimigos ao fosso e rios”. Além disso, propõe a presença permanente de ao menos dez soldados ao longo dos rios. Essa faraônica construção permitiria que os rios supracitados se tornassem navegável conferindo a Lisboa maior comodidade e segurança.

Essas propostas de aperfeiçoamento da fortificação lisboeta contrastam com a imagem da mesma fortificação advogada por Monzón, como visto no início da comunicação. Para compreender o que teria motivado Vasconcelos a contrariar o que foi defendido por Monzón, que exerce significativa influencia em seu trabalho, é necessário recorrer aos trabalhos recentes de Rafael Valladares, outro reconhecido pesquisador do período. Valladares atualmente adota uma perspectiva historiográfica distinta de Bouza-Álvarez. Enquanto este destaca o caráter de negociação do processo de *Sucessão*, aquele privilegia o caráter militar da *Conquista* espanhola. Deste modo, quando ele utiliza a cidade de Lisboa como perspectiva para seus estudos de União Ibérica, o historiador destaca a violência a qual a

cidade foi submetida. Valladares refuta aqueles que desconsideram a conquista militar de Lisboa, centrando suas análises nas repercussões de uma ausência real, como pode ser observado na seguinte passagem:

La princesa, era cierto no habia sido saqueada ni incendiada por las tropas salvajes de un rey extranjero, pero sin dejada y desasistida por este, quien, además, había mandado presidirla como a tierra de enemigos. Los autores que han investigado sobre el mito de Lisboa filipina sin rey no han mostrado excesivo interés por conectar este símbolo com el impacto de la guerra de 1580 y la huella dejada por aquella violencia¹⁴⁶.

Conforme Valladares, então, a razão que mobilizou Vasconcelos a propor modificações nas fortificações lisboetas foi o fato destas não terem sido capaz de proteger Lisboa das investidas militares espanholas. Esta fonte é uma das poucas em que a conquista foi mencionada, mesmo que de forma indireta. Apesar de Vasconcelos silenciar o evento de 1580, seguindo uma tendência de seus contemporâneos, ao oferecer uma justificativa sobre a vulnerabilidade lisboeta, permite-nos observar como a dominação militar marcou aquela sociedade. E, isso aconteceu de tal forma que seus membros optaram pelo silêncio afim de que a memória do evento fosse esquecida.

A proposta da comunicação, portanto, é realizar uma discussão sobre a forma com que os contemporâneos à União Ibérica pensaram o papel e a condição de Lisboa, observando também como a historiografia interpretou essas manifestações. A comunicação se baseia em uma pesquisa de semelhante temática financiada pela FAPEMIG.

¹⁴⁶ VALLADARES, Rafael. *La Conquista de Lisboa. Violencia militar y comunidad política em Portugal, 1578-1583*. Madri: Marcial Pons Historia, 2008.p.280

O ÍNDIO E A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS INDIGENISTAS: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO REPUBLICANO

Danielle Bastos Lopes
Mestranda em História Social
PPGHS – UERJ

É vasta a literatura no campo das ciências sociais sobre a questão do militarismo e sua influência na formação do Estado Brasileiro. No entanto, o que nos propomos aqui é clarificar o “como” e os “porquês” da influência militarista e do pensamento positivista na relação com os povos indígenas e conseqüentemente a criação das políticas indigenistas. Neste esforço, destacamos quatro eixos: o indigenismo rondoniano; a criação da SPI (Serviço de Proteção ao Índio) em 1910 ; a criação da FUNAI em 1967 já nos períodos de ditadura; a criação da Grin (Guarda Rural Indígena) uma tentativa de militarização indígena e a outorgação do Estatuto do Índio em 1973. O Estatuto simboliza o princípio de uma política indigenista mais representativa da diversidade étnica - fechamento de uma década que anuncia o campo de lutas que será construído na Constituição de 1988 .

Logo nos primeiros anos de república os ideários de progresso e os projetos de expansão territorial esbarram na questão das comunidades tradicionais, o contato com povos indígenas se tornou centros de discussão para expansão em terras ocupadas por grupos indígenas. Dentro deste contexto, se notabilizou os esforços coronel Cândido Mariano da Silva Rondon. Ainda nos seus primeiros passos como alferes-aluno Candido Rondon atuou na “Construção Telegráfica de Cuiabá Araguaia” a partir de 1980, aprendendo a evitar confrontos com os índios. Em 1900 foi nomeado para chefiar os trabalhos da construção construtora de Linhas Telegráficas de Matogrosso, abrindo estradas, favorecendo e ampliando o agropecuário local. Para os positivistas da Comissão, o telégrafo possibilitava a “construção da nação”, contribuía para legitimidade ao projeto republicano. Com os trabalhos da comissão seguiram

muitas explorações geográficas apliando o conhecimento cartográfico das fronteiras do centro oeste. (Fenelon ,1998) .

Foi neste sentido que abordando uma perspectiva Evolucionista¹⁴⁷, foi criada em 20 de junho de 1910 a SPLINT-Serviço e Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, posteriormente chamada de SPI – Serviço de Proteção ao Índio. Com o objetivo de ser o órgão do Governo Federal a SPI - Serviço de Proteção aos Índios foi à primeira agência leiga a gerenciar povos indígenas. Sua principal finalidade era proteger comunidades indígenas e, ao mesmo tempo, assegurar a implementação de uma estratégia de ocupação territorial do país.

Sua criação fomentou mudanças no quadro da questão indígena, a Igreja deixou de ter hegemonia no trabalho de assistência junto aos índios. O projeto procurava afastar a igreja Católica da catequese indígena, seguindo o preceito republicano de separação Igreja – Estado. E, além disso, com a criação do órgão federal, diminuiu o papel que os estados desempenhavam em relação às decisões sobre o destino destes povos.

O coronel Cândido Mariano da Silva Rondon foi seu primeiro dirigente . Sua base era idéia de que a condição de índio seria sempre *transitória* e que assim a política indigenista teria por finalidade transformar o índio num trabalhador nacional. (Pacheco de Oliveira, 1999). Estabeleceu-se, assim, a chamada - “política de integração”, onde o índio era reconhecido como sujeito transitório enquanto estivesse sendo preparado para ingressar na "civilização". Tal política apontava para o não reconhecimento das diversidades culturais.

Passado quase meio século, por volta de 1957 o SPI entrou em processo de decadência administrativa e ideológica. O órgão passou a enfrentar problemas decorrentes dos conflitos de interesses

¹⁴⁷ No contexto da tradição evolucionista, que marcou a fase inicial da antropologia, o foco recaía sobre as formas e os sistemas de poder em sociedades "primitivas", cujas características deveriam ser comparadas e classificadas em relação ao sistema político das sociedades modernas, consideradas mais "evoluídas". Propunha-se, então, uma linha evolutiva das formas de organização política, que começava com a "horda primitiva" e chegava ao Estado moderno. In: Kuschnir, p. 02: 2007.

com os estados, muitas vezes se submetendo a estes interesses, além de se mostrar incapaz de conter as invasões às terras indígenas motivadas por interesses econômicos de proprietários e terras, posseiros e outros. Estas invasões começaram a ser cada vez mais freqüentes em diversos lugares do País.

A situação foi agravada quando funcionários do SPI passaram a enfrentar acusações de improbidade administrativa, inclusive com relação ao patrimônio indígena, o que acabou por repercutir, nacional e internacionalmente, uma imagem negativa da instituição. Ainda no governo Costa e Silva (67- 69) tentaram reorganizar o SPI o colocando sob o regimento do Major Vinhas, contudo seu esforço para recuperação da entidade aos moldes desenvolvimentista que tentou militarizar os índios formando guardas indígenas também fracassou.

Assim, é em meio a este cenário de decadência da SPI e auge dos projetos desenvolvimentistas , que ocorre em 1967 a criação da FUNAI - órgão encarregado pela condução de políticas indigenistas durante os governos militares com o intuito de um controle rigoroso sobre as populações indígenas devido as condições e localizações estratégicas que muitos povos ocupavam.

Entre 1969 e 1974 uma série de novas políticas passam a ser implementadas. O então Ministro do Interior, Costa Cavalcanti toma como definição aos índios as categorias: “índio aculturado” e índio “semi-aculturado” ¹⁴⁸ e dessa forma corrobora as tentativas de integração destes no planejamento econômico. Ainda na política dos anos 70, são criadas as “*colônias indígenas*”,¹⁴⁹ projetos de referência do Estado. Com elas, buscava-se equacionar o desafio da

¹⁴⁸ Esta terminologia passou a ser utilizada em outros diversos conteúdos pelo poder executivo, porém sempre em detrimento dos direitos indígenas, procurando afastar a maioria dos índios do direito a terra coletiva e proteção especial. Eram, portanto sem voz ou participação nas decisões de questões mais relevantes a respeito de seus interesses. In: Suess, Paulo, p 45: 1980.

¹⁴⁹ A proposta de colônia indígena foi incorporada ao Estatuto do Índio, no seu art. °29 diz: “Colônia agrícola indígena é a área destinada à exploração agropecuária ,administrada pelo órgão de assistência ao índio ,onde conviviam tribos aculturadas e membros da comunidade nacional.

regularização das terras indígenas nas faixas de fronteiras, concentrando grupos diferentes indígenas em ocupações em torno de produção no estilo dos colonos. A demarcação de terras em região de fronteiras, de acordo com o pensamento militar, era uma ameaça, pois abriria espaços para fragmentação do território e poderia ocasionar possibilidades para o surgimento de países indígenas com territórios próprios.

Portanto, no sentido de solucionar uma defesa a soberania nacional e das demarcações de terras indígena em 1969 foi criada a GRIN, Guarda Rural Indígena. Eram situadas como “patrulhas de ordem” onde os próprios índios eram constituidores da guarda de “suas terras” havia o índio - capitão que comandavam índios-cabos, sargentos e soldados e assim pretendiam militarizar o cotidiano das aldeias. Para as forças armadas daquele momento: “*o índio é um soldado nato, a tribo é uma organização paramilitar*” (General Federico Rondon – CPI do índio em 1977).¹⁵⁰

Em reportagem ao Jornal do Brasil de 1972, O Capitão Pinheiro – responsável pelo treinamento da guarda indígena, afirmava: “*o índio é fator de segurança nacional, pois quando ele se revolta , cria a desordem e, deste modo, depois de preso pela GRIN é enviado a Crenaque (colônia penal indígena) para reeducar-se e virar índio bom.*” (JB 27/08/1972¹⁵¹).

Ao analisarmos a Guarda Rural Indígena percebemos a relação entre o binômio fundamental na doutrina militar: *desenvolvimento e segurança*. Dessa forma, quando a FUNAI resolve reativá-la o país se encontrava em plena ideologia ufanista de “milagre econômico” , logo, a criação de uma militarização e conseqüentemente o controle destes povos atendia aos interesses por expansões territoriais e a intenção da criação de índios “bons”.

Ainda que aplicados inúmeros esforços do governo para consolidação do projeto, a GRIN começou dar sinais de fracasso já em 1974. No fracasso da GRIN era evidenciada a falta de

¹⁵⁰ In: PIB - Povos Indígenas do Brasil. Centro Documental do Instituto Sócio Ambiental (ISA) São Paulo: SP, ISA.

¹⁵¹ apud Heck, 1996.

conhecimento por parte do órgão tutor, das peculiaridades das comunidades na aplicação do projeto. As soluções efetivas não eram de proteção aos índios, mas sim de um projeto que desrespeitava sua cultura impondo uma militarização nas aldeias.

Contudo, na contramão de uma política centralizadora começam a surgir organizações políticas de grupos de apoio aos direitos e luta pela afirmação das diversidades, como o CIMI¹⁵² – Comissão Indígena Missionária, criada em 1972 e Comissão Pró-índio fundada nos anos 70. Foi também neste período que o Estatuto do Índio principia sua elaboração e é remetido ao Congresso. Depois de quatro anos para realização do texto final, foi finalmente aprovado em dezembro de 1973. O Estatuto externa em forma de lei a demarcação de terras, objetivo tão almejado pelos indígenas.

Na querela por disputa aos territórios alguns aspectos seguiram os critérios das orientações de segurança nacional e interesses do Estado militarizado, ou seja, velhas práticas de proteção os interesses da União permaneceram como: no art.20, as terras indígenas são abertas á intervenções, por razões de “*desenvolvimento*” e “*segurança nacional*”, possibilitando a transferência dos índios. Portanto, não há nenhuma garantia das terras aos povos indígenas. Além desse fato, no título IV- dos bens e renda do patrimônio indígena – explicita-se o caráter empresarial que terá o órgão indigenista ao reaplicar a “renda” em atividades rentáveis, como a exploração das riquezas do subsolo (art. 45), corte de madeira (art.46). Sendo assim, uma análise mais detalhada da legislação indigenista poderia ser reveladora a aspectos que até hoje não foram muito evidenciados.

Portanto, em uma análise geral temos que - dos dezesseis anos da FUNAI no período do regime militar, doze estiveram diretamente sob o comando de presidentes militares. Este fato,

¹⁵² Esta nova concepção de trabalho missionário tinha como fundamento o respeito à diversidade e autonomia, propiciando fóruns de discussões de tomadas de decisão sobre os rumos das políticas sociais a serem desenvolvidas junto às comunidades indígenas. Neste intuito, realizaram assembléias regionais e posteriormente nacionais aproximando diferentes etnias com traços culturais variados.

somente, não significa dizer que o poder de comando das questões indígenas estaria totalmente centralizado pelos militares. Porém, se analisarmos mais detalhadamente os fatos daquela época vemos que suas ações indicam para esta direção. Todo esse quadro nos auxilia a traçar algumas considerações sobre a esfera da política indigenista atual, pois é nos confrontos entre índios, Estado e entidades de apoio que se forjou a formação da identidade de um território brasileiro, pois ainda que agora reconheça a diversidade indígena como lavrado na Constituição, ainda não ha conhece devido aos seus muitos séculos de renegação e expropriação territorial e cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Autodeterminação indígena como Valor*, Anuário Antropológico, 81. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1983.

CUNHA, Manoela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

FENELON, Déa Ribeiro. Prefácio. In: Maciel, Laura Antunes. *A Nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon*. São Paulo: EDUC: FAPESP, 1998.

HABERT, Nadine. *A década de 70. Apogeu e crise da Ditadura Militar Brasileira*. 3. Ed. São Paulo: Editora Ática, 1996.

KUSHINIR, Karina. *Antropologia e Política*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.22 nº. 64. São Paulo, Junho, 2007.

HECK, Egon Dionísio. *Os índios e a caserna: política indigenista dos governos militares 1964-1985*. Unicamp: Campinas, 1996.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

PIB - *Povos Indígenas do Brasil* - 1987,89 e 90. Centro Documental do Instituto Sócio Ambiental (ISA) São Paulo: SP.

SADER, Emir. *Quando novos personagens entram em cena. Experiência e luta dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Vozes: Petrópolis, 1988.

SUESS, Paulo. *Em Defesa dos Povos Indígenas. Documentos e Legislação*. Edições Loyola: São Paulo, 1980.

NOTE, RELAÇÕES MATRIMONIAIS E ALIANÇAS FAMILIARES EM GUARAPIRANGA (1780- 1880)

Déborá Cristina Alves

Resumo: O presente trabalho tem o intuito de ressaltar a importância do dote e das alianças matrimoniais recorrentes na região de Guarapiranga em finais do século XVIII e início do século XIX. Baseado nos inventários *post-mortem* e testamentos desse período, o que se pretende é buscar compreender o padrão de herança e redes sociais estabelecidas nesta região e a forma que o dote influencia na composição dessas relações.

Palavras-chave: dote, padrões de herança e alianças matrimoniais.

Desenvolvimento

Com base nas teorias de demografia histórica e história social, o presente trabalho se atém a compreender as estratégias de alianças matrimoniais e sucessão hereditária através da prática de concessão de *dotes*, da região de Guarapiranga no período de 1780 a 1880. Fundamentado em uma base em 19 inventários *post-mortem* e testamentos localizados na Casa Setecentista de Mariana, que arrolam detalhadamente bens, objetos, escravaria e bens dotais de uma parcela da população dessa região, o trabalho analisa como se processa o padrão de transmissão de herança e se há divergência entre herança e sucessão.

A concessão de dotes, como resalta Muriel Nazzari foi uma prática constante desde o século XVII e eram, em sua grande maioria, conferidas às filhas em vias de contrair matrimônio. Geralmente os bens destinados ao dote se distinguiam em escravos, roupas, móveis, imóveis e algumas vezes moedas. O escravo era o bem mais valorizado, pois representava uma respeitável reserva de capital e permitia um deslocamento geográfico por parte do seu novo proprietário. Dessa forma, destinar escravos para o dote era uma prática definidora do *status* social, pois delimitava o grupo de

proprietários ricos o bastante para dotar seus filhos com um bem tão precioso. (Bacellar, 1997).

Os dotes eram repassados às filhas como meio de impulsioná-las em suas vidas independentes e também servir de atrativo aos futuros pretendentes. Mas o dote não era exclusividade feminina, muitos pais dotaram seus filhos como meio de “adiantar” o futuro quinhão a ser recebido ou para compeli-los a se tornarem futuros padres. (Bacellar, 1997). Entre os inventários analisados pode-se perceber certa frequência na dotação aos porvindouros clérigos, como por exemplo, no inventário de 1787 de Manoel Leitão de Almeida¹⁵³ em que ele doa determinados bens ao filho:

Declarou ella inventariante que ella / com o dito seu marido doarão ao coher/deiro Padre Bento Leitão de Almei/da para este se ordenar hua terras com / Mattas virgens e capoeiras citas nas / Margens de [ilegível] Xopotó e dous esca/vos por nomes Caetano e Domingos e / hum Cavallo sellado e emfreyado. (ACSM, 2 ofício, 75, 1626, p. 16)

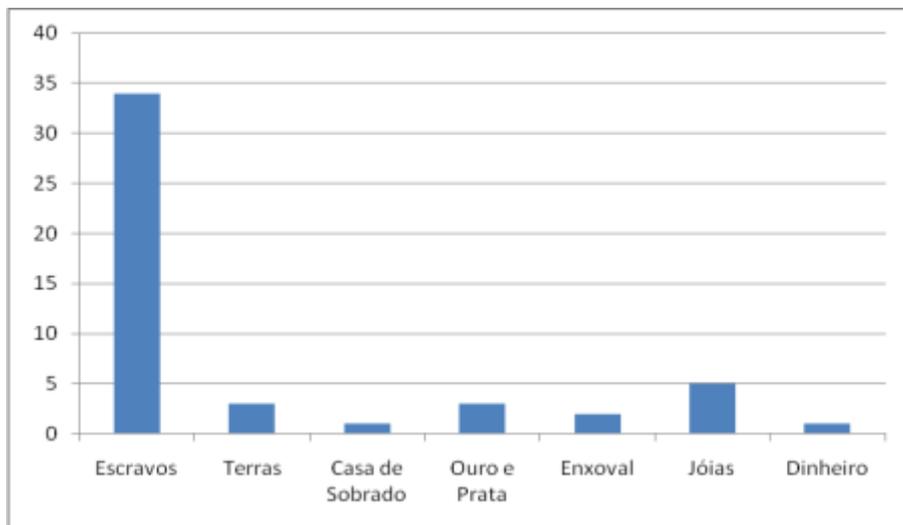
Na pesquisa realizada por Muriel Nazzari ela afirma que os dotes concedidos em São Paulo se diferenciavam entre os que continham meios de produção e meios de consumo. Terras agrícolas, ferramentas, maquinaria, gado e mulas eram considerados como meios de produção. Já casa, enxoval de noiva e jóias eram meios de consumo, que geralmente eram vendidos para obtenção de dinheiro. Os escravos eram classificados como meio de produção ou, quando prestavam serviços domésticos a seus donos, como facilitadores do consumo destes. (Nazzari, 2001)

Gráfico 1

Composição dos Dotes em Guarapiranga– final do século XVIII e século XIX

(Número total de mulheres dotadas: 19)

¹⁵³ ACSM, 2 ofício, 75, 1626.



Na tabela acima é possível observar que dentre os inventários analisados os escravos eram o item predominante dos bens dotados, seguido pelas jóias, ouro e prata, terras, enxoval, casas de sobrado e por último, dinheiro.

No inventário de Catarina Martins Campos¹⁵⁴ do ano de 1821, esta dota suas filhas com escravos, jóias e enxoval:

Declarou elle inventariante que quan/do se casou a herdeira Dona Anna/ com o Alferes Manoel Joze Coelho fora/ dotada por Juiz de Pais com João Bengue/la em cento e vinte e mil reis Maria ben/guella em setenta e seis mil reis hú laço / e brincos de ouro em desenove mil e dusetos/ hú par de fivellas de prata em quatro mil / e oito centos reis, enxoval em quatorze mil / e quatro centos reis que tudo formou dusen/tos e trinta e quatro mil reis. (ACSM, 1 ofício, 76, 1627, p. 21)

Nazzari em sua pesquisa observa que nos séculos XVII e XVIII a prática de dotar as filhas com o enxoval era frequente, o que não ocorre no século XIX. Para a autora este item não desapareceu

¹⁵⁴ ACSM, 1 ofício, 76, 1627.

por completo neste século, ao contrário, ele teria se tornado um bem equivalente a outras despesas envolvidas na criação dos filhos, tais como as relativas à educação. (Nazzari, 2001)

Não se pode, porém, aferir tal conclusão para a região de Guarapiranga, já que casos de dotes que são doados enxovais são raros nessa sociedade. Entretanto, é importante ressaltar que os únicos dois casos encontrados até o presente momento em que há doação de enxoval, ao contrário de São Paulo, ocorrem no século XIX.

Entre os bens que eram frequentemente doados a terra, como já foi ressaltado por Nazzari, favorecia um maior controle da família da noiva sobre o estabelecimento do novo casal e sob certa medida, impedia a dissolução das grandes propriedades territoriais.

Outra característica predominante na composição dos dotes foi o caráter inigualitário da divisão de heranças, fator já ressaltado por Silvia Maria Jardim Brugger, Sheila de Castro Faria, Carlos Prado Bacellar, dentre outros.

Como resalta Brugger, o dote se tornaria efetivamente um poderoso mecanismo de privilégio de determinados filhos. (Brugger, 2007) Tal atributo não foi exclusividade da região estudada por Brugger. Em Guarapiranga pode-se notar com clareza que a divisão de herança era um processo desigual entre todos os filhos ou até mesmo entre as filhas dotadas, como se observa no inventário de Antonio da Silveira Gomes¹⁵⁵ de 1803.

Declarou mais a dita viúva que jun/ta com seo marido dotarão a herdeira/ Joanna para se casar com Paulo Jorge/ de Miranda com secenta e tres mil sete /Sete cento e cinco reis em dinheiro e com / dous escravos [Aniceta] Crioula que foi avalia/da pellos louvados do inventario em seten/ta mil reis e Maria Crioula tão bem a/valida em setenta mil reis que tudo / emporta em dusentos e tres mil sete cen/tos e cinco reis com que a Marge sahe.

Declarou mais a dita viúva que ella e seo falescido marido dotarão a herdei/ra Anna Roza para se casar com Ber/nardino

¹⁵⁵ ACSM, 1 officio, 85, 1803.

Jose Alves Gondim com dous / escravos Joaquim Antonio Crioulo que / foi avaliado pellos louvados do inven/tario em oitenta mil reis e Domin/gas Crioula em quarenta mil reis e am/bos em cento e vinte mil reis e sahe. (ACSM, 1 ofício, 85, 1803, p.08 e 09)

Ao contemplar os casos supracitados compreende-se nitidamente que a herdeira Joanna foi privilegiada em detrimento à sua irmã Anna Roza. O que se pergunta é quais foram os fatores que levaram esse pai a privilegiar uma de suas filhas? Talvez o genro Paulo Jorge de Miranda no mercado matrimonial teria mais valor, pois possuiria mais posses e, conseqüentemente, descenderia de uma família importante, ou manteria algum cargo de alto escalão para a sociedade da época ou até mesmo pelo simples fato de ser português, já que no período procurava-se “embranquecer” a população brasileira. Mas todas essas respostas são hipóteses que podem ou não serem confirmadas através da análise dos inventários dessas filhas e desses genros com a interlocução de outras fontes, tais como as dispensas matrimoniais e registros paroquiais de casamento.

Desta forma, as uniões matrimoniais do período analisado não só eram pré-determinadas como selavam alianças entre grupos familiares que tinham algo a oferecer, reciprocamente, fosse prestígio social, riqueza, acesso a redes de poder, entre outras tantas possibilidades. Os casamentos também em sua grande maioria eram realizados entre parentes, ampliando e fortalecendo as alianças matrimoniais e mantendo em família os bens patrimoniais e as riquezas adquiridas. (Brugger, 2007)

Portanto, com os dados fornecidos até então se pode concluir que a região de Guarapiranga não se diferencia em larga escala de outras regiões brasileiras no que se refere aos padrões de herança e alianças matrimoniais. Entretanto, a base de inventários analisados tendem a aumentar e outras hipóteses e conclusões podem ser obtidas.

Por enquanto, o que se sabe é que o dote era um dos meios recorrentes daquela sociedade para articular alianças entre famílias

preferenciais e favorecer as redes sociais tão importantes para a manutenção da ordem agrária.

Bibliografia

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra:** família e sistemas sucessórios entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855. Campinas: Centro de Memória-Unicamp, 1997.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal:** família e sociedade (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

FARIA, Sheila de Castro. **Colônia em Movimento:** fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote:** mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600 – 1900. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Campanhia das Letras, 2001.

A IMAGEM DOCUMENTÁRIO: PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA HISTÓRIA.

Douglas Bento Bezerra

A imagem tem ganhado seu espaço na produção do conhecimento social a partir da dissolução de documentos oficiais (escritos e orais) e a inclusão de indícios pelos quais se torna possível uma análise do tempo e do espaço representados. Contudo, o que outrora fora reconhecido como fato histórico, acontecimento acabado, transfigura-se em símbolos, representações, do mesmo passado. A verdade, então, se pluraliza, preenchendo-se de subjetividades, e o real só é possível a partir da experiência vivida, portanto, a tentativa de reproduzi-lo em imagem é elaborada segundo o conceito de representação. A História, por exemplo, supera o positivismo ao reconhecer sua produção não como ciência pura, mas como uma trama que envolve uma rede de significados possíveis para uma mesma fonte. Então, o que não é ciência é ficção? A impossibilidade de recuperar o real e de totalizar uma verdade faz da produção histórica apenas uma narrativa verossímilante? O limite entre a história e a ficção está na análise de fontes, na ancoragem em documentos e na responsabilidade de ofício em se construir um discurso sobre o passado. Portanto, a imagem, bem como o som, e até mesmo documentos escritos e orais, são ferramentas que constroem cenas de representação de um tempo e de um espaço, possibilitando assim, um diálogo entre o historiador e esses indícios do passado.

Desde conceituada a ‘indústria cultural’, nas vésperas da década de 40, a aceleração de fabricação de imagens, pela reprodutibilidade técnica, cria cada vez mais uma tendência a ler imagens como representações verdadeiras do real. Por isso, Guy Debord e Adorno são um tanto ríspidos quando relacionam diretamente a produção imagética com a alienação social, a condição prévia dos indivíduos em aceitar a imagem tal como ela foi criada, absorvendo, então, a total intencionalidade do produtor. Contudo, Adauto Novais, referenciando-se ao conceito de ‘apropriação’ de

Chartier, abre caminho à possível recepção criativa do sujeito. Afirma que a alienação pode não existir pelo fato de que o indivíduo possui ferramentas intelectuais úteis para se sensibilizar e não enxergar o mundo com o olhar do outro, mas de perceber as imagens pelos próprios sentidos do sujeito, não se satisfazendo com o campo do visível, mas também do invisível. Embora a subjetividade se relacione diretamente com o resultado da imagem para o espectador, é importante lembrar que o discurso da história não pode cair no erro do total relativismo, da perda de razão e na indeterminação de fronteiras entre o discurso e a ficção. Esforço que exige do historiador um cuidado na seleção de fontes e na organização não totalizante, mas também não totalmente fragmentada, que sua narrativa deve ter.

Como a história se preocupa em elaborar um discurso não-ficcional, os indícios que auxiliam essa produção também passam pela análise do crível. Peter Burke, por exemplo, atribui a alguns aspectos de criação da imagem a hierarquização de verossimilhança. Segundo ele, o esboço de um quadro, por exemplo, é mais crível do que o quadro acabado, primeiro por ser uma representação imediata do real, depois por ainda não conter os traços característico do grande estilo do pintor, por isso, mais verossímil. Também diz que ‘relativamente confiáveis, por exemplo, são trabalhos que foram realizados primeiramente como registros’ (BURKE, 2004, p. 24).

Partindo daqui aos audiovisuais, podemos destacar a importância da imagem documentário nas fronteiras da ficção e do não ficcional. Fernão Pessoa Ramos traz uma abordagem categórica sobre o gênero documentário no cinema concentrando seu esforço na proposta de definir a possibilidade do campo do não-ficcional. No entanto sugere que a imagem documentário seja percebida não como uma ficção, mas como um gênero fílmico com fronteiras sólidas e especificidades nítidas.

Para tanto, a aproximação de conceitos e idéias do pós-estruturalismo é condicional para entender o motivo pelo qual o documentário pode ser classificado como uma produção ficcional, e só assim reconhecemos o esforço de Ramos quando faz questão de sistematizar o documentário com gênero próprio e não-ficcional. O

pensamento pós-estruturalista é o responsável por diluir as fronteiras do campo da ficção e do não-ficcional por indicar a multiplicidade de interpretações do sujeito; por fragmentar o indivíduo e torna-lo peça chave para a construção do discurso, num sentido já conceituado por Chartier como ‘apropriação’. As noções de inventividade e criatividade, por exemplo, são orientações para a quebra das fronteiras do documentário e, conseqüentemente, contribuições para a similaridade com a ficção.

O discurso interno do cinema, nas mais variadas formas de reflexão, aponta, então, para a impossibilidade da representação objetiva do real, em que a câmera não totaliza em realidade o acontecimento que se registra. Portanto, quando se pensa o documentário como ficção, o reconhecimento do gênero seria a afirmação de que o real torna-se transparente pela imagem. O mundo pode ser representado sem ser totalizante, por isso, o saber é fragmentado e a subjetividade do diretor sustenta a representação; então, a partir daí, há um recuo do sujeito-câmera, aqui entendido como o indivíduo operador da máquina. A impressão de imparcialidade, possibilitada por esse recuo, não expõe o ponto de vista da representação do diretor. Pois, pela total fragmentação do conhecimento, não é ético construir uma representação para sustentar uma opinião correta; dar juízo de valor, ou atribuir significado àquilo que se é filmado. Enfim, o documentário, a partir deste pensamento, não detém a verdade por não ser uma representação verdadeira do real.

Quanto a isso, Fernão Pessoa Ramos diz que esta análise do não-ficcional contém falhas. Ele problematiza a inocência epistemológica do documentário se posicionando contra os extremos de pensamento, afirmando que a análise do documentário não deve inocentá-lo como um discurso totalizador, nem enfatizar a fragmentação subjetiva. A proposta de Ramos está entre extremos. O diretor, por ser incluso à pós-modernidade, é um sujeito fragmentado, por isso, não se interessa em produzir uma idéia ou imagem totalizante, mas não deixa de anunciar sua verdade, sua opinião, de forma menos impositiva, mais subjetiva. A construção da imagem documentário não está mais ancorada na impossibilidade de

representação verdadeira do real, nem sobre a fragmentação total do sujeito, mas estabelece sua base a partir de uma forma de discurso. Assim como a História é fixada no tempo através de indícios e fontes e, por isso, deixa de estar no campo da ficção, produzindo um discurso subjetivo sobre o tempo; o documentário também segue algumas razões discursivas para enunciar uma das possíveis verdades sobre o tema.

Para Ramos, as ‘proposições assertivas’ (afirmações do discurso) e a ‘indexação’ são conceitos categóricos para a especificidade do documentário. As entrevistas, por exemplo, marcam o gênero documentário por serem preenchidas de opinião, de assertiva, afirmação do sujeito sobre o real; utilizadas pelo diretor para aproximar o espectador à fonte, para que ele possa julgar o que é verdadeiramente real, ou não, por intermédio da imagem. A característica de revelação de fontes pode ser analisada como uma das maneiras de se construir um discurso, de dar mais credibilidade à imagem ou à idéia que se quer fazer entender. A indexação, por sua vez, é relacionada diretamente com a recepção do espectador à imagem. O indivíduo, então, tem condições sociais prévias para julgar a imagem como ficcional ou não-ficcional. Neste sentido, por mais verossímil que for a representação de um real, a sensação causada no espectador é menos impactante do que a imagem de um recorte do real. Ou seja, a imagem acontecimento é sensacionalmente mais forte que uma imagem previsível, ensaiada, atuada. As reações de imagens ou textos que se referem a uma testemunha ocular são mais intensas das que são representações dramáticas, ou verossímeis, do real.

A análise da imagem documentário também pode ser feita sob a égide das estruturas de composição da própria imagem, dos recursos técnicos que envolvem a construção do documentário: presença do sujeito-câmera, captação do real através da máquina e, finalmente, a relação criada entre a imagem e o espectador através do sujeito câmera. A imagem não-ficcional é marcada pela presença da máquina e do sujeito câmera numa determinada circunstância. A intensidade do momento é acentuada, tanto para os agentes do acontecimento, quanto para o espectador, através dessas presenças. A

câmera orienta o comportamento dos agentes do momento para o registro, para o que se pode documentar, alterando a intensidade de ação. Da mesma forma, a recepção dessas imagens torna-se um resultado de uma testemunha do momento, em que através do enquadramento da câmera o espectador tivesse a oportunidade de se lançar na circunstância, o que também modifica a intensidade da sensação.

No filme ‘A Morte de George W. Bush’, por exemplo, Gabriel Range utiliza câmeras supervisoras, entrevistas, a presença do sujeito câmera e o signo do improvável para sensibilizar o espectador de que o ex-presidente norte-americano realmente tivesse sofrido um atentado. A captação do real pelas câmeras instaladas nos prédios e ruas de Chicago possibilita o espectador apreender o sentido de verdade que o diretor deseja inserir no filme. Da mesma forma, as entrevistas com pessoas próximas ao ex-presidente que estiveram no momento do atentado, e, portanto, foram testemunhas oculares da circunstância, aumenta a expectativa do real. Em algumas cenas, como o momento de tumulto no protesto dos canadenses, o sujeito câmera está entre os manifestantes e flagra o instante que um dos líderes é preso pela segurança de Bush; fato que eleva a intensidade das sensações do espectador por oferecer a oportunidade dele se lançar ao momento, de se sentir parte da ação, como se a câmera fosse a sua própria presença. Também é bom lembrar que a surpresa do sujeito câmera na ação é um ponto relevante, e por mais que a incerteza da atuação dos personagens não deixe claro a imprevisibilidade do momento ao espectador, este sentido é adquirido pela intensidade das sensações. ‘A Morte de George W. Bush’ é considerado um documentário falso, portanto, poderia ser analisado segundo um pensamento que se esforça em inserir o gênero documentário no campo ficcional, mas seguindo alguns padrões técnicos e conceituais, pode também ser analisado segundo suas especificidades. A inverdade objetiva do documentário não invalida a definição de fronteiras entre a ficção e o não-ficcional. A verdade do diretor não está no assassinato do ex-presidente; suas assertivas não estão na superfície da trama; mas de forma implícita, deixa seu registro.

O discurso do diretor foi construído através do que foi inventado, assim como o discurso do historiador não é construído através do que foi o passado. A fragmentação do discurso, e dos sujeitos, é a maneira de negar uma verdade totalizante. Mas ao mesmo tempo, é a maneira de afirmar uma das possíveis verdades, o que não faz do discurso uma ficção, mas uma produção resultante de uma visão de mundo determinada, o também invalida a noção de discurso como a busca pela única verdade.

BIBLIOGRAFIA:

ADORNO, T. W. **A Indústria Cultural e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: história e imagem**. Ed. EDUSC, 2004.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1998.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1995.

NOVAES, Adauto. **Muito Além do Espetáculo**. São Paulo: Senac, 2005.

RAMOS, Fernão Pessoa e CATANI, Afrânio (orgs). **O que é documentário?**. Em: Estudos de Cinema Socine 2000. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2001.

RANGE, Gabriel. **A Morte de George W. Bush**. Produção: Simon Finch, Ed Guiney e Gabriel Range, colorido, 90 minutos, 2006.

A TELENVELA : HISTÓRIA, FICÇÃO E COTIDIANO NA CONTEMPORANEIDADE

Dymas Júnior de Souza Oliveira
Graduando de História da Universidade Estadual de Goiás.

O tempo em que vivemos, denominado por muitos de pós-modernidade, é caracterizado por ser fragmentado, multicultural e diverso. É um tempo no qual se presencia a queda da meta-narrativa (ou pelo menos a perda de suas forças), e onde espaço de experiência e horizonte de expectativa se entrelaçam e completam no presente. Isso permite, por sua vez, a ascensão de atores históricos, que antes tinham seu espaço limitado aos bastidores. É marcado também pela fluidez de conceitos e identidades o que impõe, de certa maneira, à história se visitar e encontrar novos mecanismos, conceitos e ferramentas que possibilitem analisar essa realidade plural, onde damos voz às minorias.

Hoje a História, permite-nos alçar novos vôos sob céus que não nos pertencem de fato, e que ainda assim complementam o fazer historiográfico. Desde a década de 60 a assim chamada História Cultural, ou Nova História, tem buscado a partir do conceito de interdisciplinaridade um diálogo profícuo no sentido de buscar aprimorar o conhecimento e o método num tempo regido pela efemeridade. A utilização dos recursos audiovisuais como fonte histórica, pode ser considerado em duas frentes que não necessariamente se excluem pois, se por um lado o aparecimento dessas fontes impõe ao historiador criar novas técnicas e metodologias que utilizem esse material, por outro, essas fontes se apresentam como uma ferramenta capaz de captar e expressar, e dessa forma auxiliar a compreender, uma realidade.

Nesse contexto pensar o estudo da telenovela, uma fonte ‘nova’ ao historiador que requer cuidados metodológicos indispensáveis a qualquer fonte é, antes de tudo, pensar as transformações sócio-políticas ocorridas no Brasil a partir da segunda metade do século XX. Com a configuração da primeira emissora de TV no país- a Tupi de São Paulo- e com a introdução a

princípio em pequena, mas depois de uma década em larga escala de um eletrodoméstico recorde de vendas, a televisão; e mais, teorizar acerca desse gênero televisivo significa não só analisar o papel da História e do historiador na atualidade, mas também o papel dessas novas fontes como um instrumento na produção historiográfica.

A telenovela na contemporaneidade apresenta-se como um objeto rico de sentidos para uma investigação histórica. O folhetim eletrônico brasileiro exerce inúmeras funções dentro do sistema social, faz correlações com a era da tecnologia, além de constituir-se como narrativas que circulam representações que engendram certa idéia de cultura e de nação.

Ao longo das três últimas décadas, as telenovelas (e em específico, as da Rede Globo) vêm ganhando espaço cada vez maior dentro dos debates acadêmicos e a atenção de críticos das diversas áreas, que observam este gênero como uma matriz fundamental na construção da sociedade brasileira. Mesmo crescendo à sombra da produção e tecnologia norte americanos, a indústria televisiva brasileira, e em especial a Rede Globo, guarda especificidades inerentes ao seu peculiar processo de formação. Ou seja, mesmo dando voz aos regionalismos e tentando expressar as culturas brasileiras a partir de novelas como *Pantanal* e *Gabriela* “a Rede Globo é apontada como um dos poucos conglomerados de comunicações que estariam a ameaçar a heterogeneidade cultural e autodeterminação dos povos”(Hamburger, 1998, p.445).

A telenovela molda comportamentos, normatiza o cotidiano dos telespectadores, veicula padrões de vida, de consumo que se cristalizam no imaginário social . Porém essa relação não se dá via mão única, é necessário levar em consideração o caráter dinâmico e plástico do folhetim eletrônico, pois, apesar de alguns estudiosos reforçarem a perspectiva comercial desse gênero, no sentido da novela se sobrepôr a um sujeito passivo diante de uma indústria cultural- muito ao contrário disso o papel do indivíduo nessa trama cabe ressaltar, é de principal articulador. Além de fruto, é também produtor e principal foco das representações veiculadas na telenovelas. Para ele, se voltam a propaganda, a ideologia e o entretenimento novelesco. A telenovela é uma obra aberta que

permite a inclusão do público e assim estabelece relações que vão além da telinha da TV.

Ficção e realidade se confundem e se complementam de modo às vezes trágico como no caso Daniela Perez e peculiar como no *Blog Sonhos da Luciana*, personagem da novela global *Viver a Vida* exibida atualmente no horário nobre da emissora, onde quem responde o blog é a intérprete do personagem Aline Moraes; aliás, a própria introdução do folhetim eletrônico no horário nobre das emissoras, demonstra o poder exercido pelo programa mais lucrativo da TV brasileira.

A novela de Manoel Carlos acima citada serve bem para exemplificar as diversas as diversas frentes sobre as quais se pode trabalhar a telenovela. A começar pelo título (que imprime um padrão de vida partilhado pelo autor) identificamos uma representação comum à maioria das novelas brasileiras: a da classe média localizada no eixo Rio- São Paulo. Nesse caso em particular, a tão conhecida classe média carioca do Maneco. Daí abre-se duas possibilidades: observar o local de fala do produtor e perceber as representações hegemônicas que circulam dentro do campo diegético a partir da ideologia da emissora e de sua função como idealizadora e fomentadora de uma idéia de nação construída pela ficção televisiva.

Sob outro ponto de vista, podemos analisar a perspectiva realista que a telenovela adquiriu ao longo dos anos e que veicula um padrão de vida que difere de determinados núcleos populacionais. Qual a realidade expressa uma novela como *Viver a Vida* para uma população ribeirinha do alto Amazonas onde há um único aparelho de TV para toda a população? E para uma família do interior do Nordeste brasileiro que coloca seu televisor numa espécie de altar no centro da sala?. Mesmo não atendendo a ‘realidade’ de toda a população brasileira, ela atende a um imaginário que vê naquele produto um modelo a ser alcançado.

Reportagens publicadas por sites e canais, geralmente estrangeiros, mostram a força da telenovela nas relações sociais e no cotidiano brasileiros. “Um estudo do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) sugere uma ligação entre as novelas mais populares da TV Globo e um aumento no número de divórcios no

Brasil nas últimas décadas” (site BBC Brasil, 2009). Apesar das limitações de uma pesquisa empírica, esta serve para termos a percepção de que as novelas estão inscritas nos mais diversos níveis das estruturas que constituem as relações estabelecidas.

Os estudos que se utilizam de recursos audiovisuais visam, portanto, compreender como os sujeitos, produtos e produtores, entendem e estruturam um sistema cultural com códigos e símbolos do universo fictício da telenovela, e o quanto este entendimento interfere na compreensão da realidade a partir da verificação da prática, buscando identificar a lógica desses sistemas e as contradições presentes nas suas lacunas.

No que diz respeito à telenovela como recurso audiovisual e fonte histórica, Marcos Napolitano traduz de maneira direta as teorias que regem esse fenômeno, pois é preciso “perceber as fontes audiovisuais e musicais em suas estruturas internas de linguagem e seus mecanismos de representação da realidade, a partir de seus códigos internos.”(Napolitano, 2005,p. 236).

Um recurso ainda pouco aproveitado, com algumas exceções, a fontes audiovisuais apontam para uma fragilidade metodológica da historiografia que ainda se apegas as fontes ditas oficiais e, quando se aventuram no campo das imagens tentam traduzi-la para a escrita; a própria transcodificação da imagem em escrita cria uma representação, ou mesmo outra imagem, sugerindo assim uma nova abordagem. É preciso entrar em consoante com o universo imagético, e tentar diagnosticar e analisar as estruturas, relações e sentidos produzidos dentro do seu próprio contexto, sem perder de foco a funcionalidade desse aparato para o corpo social, externo -até certa medida- a essa produção interior. Assim também se comporta a telenovela que, sendo uma imagem, um recurso audiovisual portador de uma memória e identidade sociais, requer do historiador metodologias mais sofisticadas na análise de temáticas presentes.

Dessa maneira torna-se instigante estudar as nuances de representações históricas marcadas nas teledramaturgias brasileiras entre as décadas de 1980 e 2000. Pensar alguns sentidos abordados nessas narrativas, sua influência, formação e contribuição para cultura

popular nesses vinte anos, período no qual as preocupações políticas têm grande peso. São apresentados novos estilos de vida e novas formas de se abordar o público e se fazer telenovela.

Em um mundo construído por imagens onde “cada vez mais, tudo é dado a ver e ouvir, fatos importantes e banais, pessoas públicas e influentes ou anônimas e comuns.”(Napolitano, 2005, p.235) pensar o entre-lugar da ficção e da realidade, questionar o mundo fantástico desse gênero televisivo – que foi um dos fenômenos mais significativos da cultura brasileira do século XX – se torna imperativo. Criação diferenciada, a novela trouxe transformações sociais importantes para a sociedade na qual circula e, no campo da historiografia, sinaliza para uma mudança de perspectiva a partir do que chamamos de Nova História.

Por se tratar de uma imagem e produto comercial é nesse campo de encontro entre ficção e realidade, público e privado que a novela se firma como um dos principais expoentes da cultura brasileira.

Referências Bibliográficas

HAMBURGER, Esther. "Diluinto fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano", In: Sevcenko, Nicolau (org). *História da vida privada no Brasil*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Brasil Antenado: A sociedade da novela*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

KORNIS, Mônica Almeida. “Ficção televisiva e identidade nacional: o caso da Rede Globo” In CAPELATO, Maria Helena; MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos e SALIBA, Elias Thomé (orgs.). *História e cinema: dimensões históricas do audiovisual*. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. “A História depois do papel”. In: PINSKY, Carla Bassanezi.(org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

Site:

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/01/090130_noveladiv_ociobrasil_np_tc2.shtml

A JUSTIÇA NO GOVERNO DAS MINAS: LEIS, USOS E COSTUMES EM MARIANA NO SÉCULO XVIII

Edna Mara Ferreira da Silva
Mestre em História UFJF (PPGHIS-UFJF)

Vinculados ao cotidiano, os costumes, integrariam os chamados códigos ideológicos que organizavam os discursos jurídicos da época moderna. Dentro dessas estruturas discursivas que presidem a criação, classificação e disposição dos crimes e observando a tipologia das Ordenações portuguesas podemos verificar os seguintes campos penais: crimes contra ordem religiosa; contra a ordem moral; contra a ordem política; contra a ordem pública; contra as pessoas; contra a verdade; contra o patrimônio.¹⁵⁶

Notamos através da análise de alguns processos circunscritos a alguns tipos de crimes o que se pode chamar de um caráter próprio no que se refere às relações entre uso da justiça e as normas legais escritas estabelecidas pelo estado português. Claro que em grande parte o que favorecia esse relacionamento por vezes oportuno ou inadequado com as normas jurídicas era o próprio desconhecimento das mesmas. E ainda, havia aqueles que procuravam subterfúgios interpretando as leis da maneira como melhor convinha aos seus interesses.

Assim, o marido traído que procurava a justiça movendo uma ação de injúria contra o adúltero, desconhecia a possibilidade que a lei lhe outorgava de satisfazer sua honra através da morte dos traidores. Ou queria apenas resguardar sua honra, sem deixar que a ofensa sofrida ficasse sem punição, garantindo talvez uma indenização.

O termo injúria já trazia várias possibilidades de interpretação, como vimos anteriormente, poderia tanto se referir as

¹⁵⁶ HESPANHA, Antonio Manuel. Da “iustitia” à “disciplina”. Textos, poder e política penal no Antigo Regime In: Justiça e Litigiosidade: História e Prospectiva. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1993 p. 336-354, passim

ofensas verbais, como a ferimentos, se observada à tradição do direito romano.

Em casos distintos notamos a interferência direta das tradições do direito romano na definição da ação judicial. Ao mesmo tempo, temos alguns processos que nem mesmo as normas portuguesas são observadas, como no caso emblemático sobre as vicissitudes do pobre José Posidônio Ferreira Rebello.¹⁵⁷

Os diversos casos analisados revelam como tanto a sociedade quanto a justiça lidavam de maneira diferenciada conforme a condição dos envolvidos em crimes. Essa diferenciação impressa nas próprias leis do Reino poderia inclusive transcendê-las, buscando nos costumes formas para reafirmar as diferenças.

Em uma sociedade em que o castigo físico fazia parte dos mecanismos legais de punição, é possível pensar que a população enxergava também, à sua maneira, ferir como forma de punir os que, de alguma maneira, não seguissem as normas. Esta possibilidade de empregar licitamente a violência era favorecida, em alguns casos, em que havia permissão para ferir. É o que observamos nas disposições das *Ordenações Filipinas* sobre em quais ocasiões as penas sobre os que ferem não devem ser aplicadas:

Se ferir era um modo de corrigir, utilizado tanto pelas autoridades constituídas quanto pelo homem comum, (pai marido e senhor), qual seria o limite entre castigo e crime? A contar pelo número de crimes violentos, parece difícil definir tal limite.

No entanto, a partir da última década do século XVIII, os índices revelam uma escala crescente do número de processos relativos aos crimes que atentavam contra a integridade física das pessoas.

O crescimento do número de processos de crimes violentos em finais do século XVIII e início do século XIX, pode estar relacionado às adequações e mudanças em relação à política, a economia e a própria sociedade pelas quais passou a América

¹⁵⁷ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. 2º Ofício – Crime: códice 295, auto 5724.

portuguesa. Talvez uma maior centralização da autoridade ou o aumento do poder coercitivo do Estado, podem ter produzido mudanças nos valores e costumes dos habitantes da colônia.

O espaço jurídico passa a ser visto como o local adequado para a solução dos conflitos. Desta forma, o aumento dos processos não revelaria, ao contrário do que aparenta, um crescimento do número de crimes violentos, mas sim uma maior demanda pela justiça

Da mesma forma, a baixa ocorrência de processos violentos no período de 1741 a 1790, não indicaria baixos índices de criminalidade nas Minas. “A violência, coletiva ou interpessoal, esteve presente nas Gerais durante todo o século XVIII¹⁵⁸”, como afirma Carla Anastásia:

A violência nas Minas não se concentrava apenas na imensidão e no tenebroso das paragens da Mantiqueira. As bocaínas da serra de Santo Antonio de Itambiruçu, na comarca do Serro Frio, também escondiam corpos, jamais encontrados. Serras, caminhos, matas gerais sertões na capitania das Minas apresentavam perigos previsíveis e imprevisíveis, reais e imaginários.¹⁵⁹

Assim de acordo com o que salienta Anastasia a baixa incidência dos processos crimes seria mais um indicativo *de que as sociedades humanas, das tribos às cidades, desenvolveram “uma imensa capacidade para conviver com a violência.”*

Ainda que a documentação analisada não revele dados absolutos sobre a incidência de determinados crimes, podemos dizer que na medida em que se processava uma maior institucionalização política, também crescia a atuação da justiça, revelada aqui pelo aumento do número de processos referentes aos crimes violentos.

¹⁵⁸ ANASTASIA, Carla Maria Junho. A geografia do crime: a violência das Minas setecentista. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 13

¹⁵⁹ Idem

De modos diversos, a construção da liberdade e da cidadania no Brasil esteve diretamente associada a uma ordenação jurídica que nem sempre foi unívoca, mas fez diferença. Invertendo aforismos frequentes na historiografia, hoje podemos dizer que, também no Brasil, as leis não foram apenas inócuas ou feitas “para inglês ver”. Tampouco a justiça se constituiu em um monstro de movimentos lentos e totalmente defasados da chamada “realidade social”.¹⁶⁰

Presente na realidade social dos mineiros do período colonial, a justiça podia agir de modo ambíguo no que se refere à observância e cumprimento das leis. As próprias leis do Reino dedicadas aos assuntos criminais se encarregavam de reafirmar as desigualdades variando conforme as circunstâncias e a condição dos envolvidos em crimes.

Os privilégios atribuídos a cada condição social ou a determinadas posições e cargos estipulavam tratamento diferenciado. Assim, o exercício da justiça implicava algo mais importante do que estabelecer e fixar a verdade: significava reafirmar e reforçar a rede hierárquica que ligava todos os súditos ao rei e ao lugar de cada um nesse emaranhado de poderes, alçadas e jurisdições.¹⁶¹

Desse modo, enquanto espaço de reafirmação do jogo político colonial, a justiça agia no sentido de reforçar os laços hierárquicos e de reafirmar a desigualdade de privilégios e direitos. Ao mesmo tempo, como instituição de estado português, ao ser acionada, a justiça consolidava a legitimidade do poder régio.

A ação da justiça em relação às transgressões morais revela a preocupação em legitimar a conduta dos mineiros, senão pela lei ou

¹⁶⁰ Ibidem, p. 13 e 14.

¹⁶¹ LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org). Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, p. 14.

pelo costume, pela preservação da condição social das camadas privilegiadas. Numa sociedade de relações políticas, sociais e econômicas intrincadas, o que sobressai são as tensões entre norma e prática, entre costumes e leis, e foi o que procuramos identificar no cotidiano da sociedade mineira, no universo dos crimes e na ação da justiça.

O desacordo entre o que estava previsto na lei e a decisão final dos tribunais, portanto, não é uma característica exclusiva da justiça aplicada na colônia. A interpretação, aplicação e comutação das penas, assim como o *caráter massivo do perdão na prática penal da monarquia corporativa*¹⁶² constituem fatores que revelam a importância da graça, ou indulto real dentro das práticas jurídicas. A ameaça de punição estava associada a possibilidade efetiva de se conseguir o perdão real.

O equilíbrio entre a punição e a graça não apenas implicava, por meio dos laços de temor e do amor, a obediência dos súditos – mesmo aqueles que atentavam contra as leis régias e estavam sob o rigor da lei podiam ter esperança de alcançar a misericórdia real. Assim, mais que impor alguma disciplina ou coibir desregramentos sociais, a justiça operava no sentido de reativar a preeminência do soberano e reiterar a obediência dos súditos. Produzindo um exercício consentido do poder e da prática do poder no Portugal do antigo regime.¹⁶³

Para Silvia Lara a justiça no Antigo Regime português desempenava um papel mais importante do que o de instituir a verdade: *significava reafirmar reforçar a rede hierárquica que*

¹⁶² LARA, Silvia Hunold. “Senhores da régia jurisdição: o particular e o público na vila de São Salvador dos Campos dos Goitacases na segunda metade do século XVIII.” In: LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org). **Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social**. Editora da UNICAMP, 2006, p.86.

¹⁶³ Ibidem, p. 87.

*ligava todos os súditos ao rei e o lugar de um nesse emaranhado de poderes, alçadas e jurisdições.*¹⁶⁴

Nas colônias, segundo Lara, a justiça além de servir como mecanismo de consolidação do poder real, reforçando hierarquias e reafirmando a distribuição desigual de privilégios, reitera ainda o domínio do rei sobre todos os territórios.

Qualquer um dos habitantes do termo de Mariana ao acionar a justiça para tentar solucionar seus problemas cotidianos manifestava sua aceitação aos valores que conduziam as práticas políticas do império português, mesmo sem ter consciência disso, ou reconhecendo sua legitimidade. *O gesto, mais que o resultado, conectava-os a rede hierárquica do poder metropolitano, que dava a cada um seu lugar e cada posição, direitos e privilégios*¹⁶⁵

Por isso, a superposição de alçadas constantes, as discrepâncias entre autoridades, o casuísmo das decisões judiciais, tão na prática jurídica portuguesa, em vez de exprimir fraqueza do domínio do rei sobre as terras ultramarinas, eram constitutivos da própria estrutura do domínio metropolitano.¹⁶⁶

Nosso objetivo neste trabalho era demonstrar, através das fontes, que os discursos e práticas cotidianas envolvendo a justiça se distanciavam das normas ou das leis, apontando para formas próprias de resolução dos conflitos e da esfera jurídica como espaço de negociação.

A questão nunca foi, portanto, relacionar a ação da justiça e todas as suas incongruências, reveladas através da análise dos processos criminais a uma autonomia jurídica em relação ao estado português, nem tão pouco pensar na organização de uma justiça paralela organizada pelos senhores locais. Mas sim pensar em que medida as manifestações da justiça observadas em Minas não correspondem a uma sistemática do império.

¹⁶⁴ Ibidem, p. 86

¹⁶⁵ Idem

¹⁶⁶ Idem

A partir da análise dos processos-crime da cidade de Mariana verificamos a existência de formas próprias em relação às práticas jurídicas. No entanto, como vimos, essas formas não devem ser consideradas especificidades coloniais, mas encaradas como componentes estruturais da forma de domínio estabelecido pela metrópole portuguesa. Portanto, formas próprias sim, mas não autônomas. Não cumprir rigorosamente as normas, nesse caso significa adequar-se a norma, e, fazer parte do Império.

Espaço de reafirmação das normas sociais e espaço de mediação entre grupos ou indivíduos em conflito, a justiça é mais um cenário dos diversos arranjos coloniais.

BIBLIOGRAFIA

HESPANHA, Antonio Manuel. Da “iustitia” à “disciplina”. Textos, poder e política penal no Antigo Regime In: **Justiça e Litigiosidade: História e Prospectiva**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1993 p. 336-354, passim.

HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence (org). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997,

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **A geografia do crime: a violência das Minas setecentista**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 13

LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org). **Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, p. 14.

Ordenações Filipinas, Livro V, título XVIII. SENADO FEDERAL, 500 anos de legislação Brasileira. Brasília: Senado Federal, 2000. CD-ROM

WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José. **Direito e Justiça no Brasil colonial – O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, p. 77.

WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005, p.312.

OS EVANGÉLICOS BRASILEIROS E A RELIGIOSIDADE *A LA CARTE*

Eduardo Guilherme de Moura Paegle
Doutorando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar
em Ciências Humanas pela UFSC.
Bolsista da CAPES.
edpaegle@hotmail.com.

Inicialmente é preciso explicar duas questões essenciais: a idéia de campo religioso e o recorte dos evangélicos brasileiros, enquanto objetos de investigação.

A idéia de campo religioso se insere em sociedades, na qual existe uma condição de disputa competitiva entre as diversas denominações em busca do maior número dos fiéis possíveis (NIEBUHR, 1992), numa situação pluralista de mercado. Essas práticas são mediadas pelos produtores dos bens simbólicos que devem ser consumidos pelos fiéis, que dependem basicamente da eficácia simbólica do discurso, ou seja, de que forma ele é absorvido, compreendido e assimilado pelos fiéis (BOURDIEU, 1987; p.79-98).

Aquele adágio popular que afirmava “que o fulano nasce numa religião e vai morrer nela” não tem mais sentido na realidade religiosa do país, sendo que a religião passa á ser menos definida pelo nascimento e mais pela escolha ou pela opção individual, quando esses produtos são oferecidos *a la carte*, constituindo a idéia de um “supermercado religioso”, na qual cabe ao fiel/consumidor montar metaforicamente no seu carrinho de supermercado os elementos que considera mais favoráveis a sua experiência religiosa.

(...) a tradição religiosa, que antigamente podia ser imposta pela autoridade, agora tem que ser colocada no mercado. Ela tem que ser “vendida” para uma clientela que não está mais obrigada a “comprar”. A situação pluralista é, acima de tudo, uma situação de mercado. Nela, as instituições religiosas tornam-se agências de mercado e as tradições religiosas

tornam-se comodidades de consumo. E, de qualquer forma, grande parte da atividade religiosa nessa situação vem a ser dominada pela lógica da economia de mercado (BERGER, 1985, p.149).

Um fiel pode optar por um pregador eloqüente, templos grandes e um culto-show, enquanto outro pode optar por um culto litúrgico, a ênfase do discurso na doutrina e em hinos executados num piano. Pode-se ainda mesclar diferentes e inúmeros elementos, que combinados entre si, permitem que o fiel se aproprie do discurso de formas diversas e individualizadas, possibilitando que num mesmo espaço religioso ocorram diferentes manifestações da experiência religiosa. Em suma, o fiel pode, mesmo que sujeito aos mesmos elementos religiosos e ao discurso oficial de uma denominação religiosa, ter uma recepção diferente da mensagem para a qual o emissor se propõe, devido aos fatores culturais, espaciais, sociais e até pessoais.

A centralização no indivíduo, considerando os “produtos e serviços” religiosos ofertados num amplo pluralismo e na concorrência do mercado religioso constitui uma verdadeira concepção do *self*. Considerando o serviço religioso *à la carte*, inclusive dentro de uma mesma denominação ou vertente religiosa, a idéia do “faça você mesmo” ou “sirva-se com aquilo que você quer” (*self-service*) domine o panorama. O *self* é uma das chaves para explicar o crescimento dos neopentecostais. Neste sentido é uma recusa da mediação religiosa institucional, abrindo espaço para um sincretismo religioso na experiência individual sem contestações eclesiais, aonde não existe uma ausência de contradições de diferentes tradições religiosas. O que seria mais pós-moderno do que isso em termos religiosos?

A Igreja Universal do Reino de Deus, por exemplo, apresenta no Domingo a reunião de louvor e adoração; na segunda, a reunião dos 318; na terça, a sessão do descarrego; na quarta, a reunião dos filhos de Deus; na quinta, a corrente da família; na sexta, a corrente da libertação e no sábado, a terapia do amor, uma dinâmica para atender diferentes nichos do mercado.

Temos uma idéia da “mcdonaldização” da fé, na medida em que a lógica de mercado é imposta nesta sociedade neoliberal. Forma-se um *drive thru* religioso, onde o fiel serve-se de acordo com as suas preferências, marcado num contexto histórico do final da década de 1980 e início dos anos 1990, pela redemocratização do país, a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria e da própria União Soviética. Dentro desse panorama histórico, a vitória da sociedade de mercado também influencia o contexto religioso, tornando o país do ponto-de-vista religioso mais plural e com uma concorrência religiosa mais acirrada. Nesse contexto neoliberal, não é de estranhar, que surjam cartões de créditos Visa para os evangélicos (batistas), noventa e seis gravadoras de músicas *gospel* com faturamento de R\$ 200.000.000 por ano, mais de 300 emissoras de rádios e TV e a venda de quinze milhões de livros evangélicos vendidos por ano,¹⁶⁷ além de uma forte bancada evangélica no Congresso Nacional. Caracteriza-se assim, o que Magali Cunha, chamou de explosão *gospel*.

Significaria isso que a idéia de uma sociedade imagética se sobrepôs à sociedade da leitura na contemporaneidade? Neste sentido, as igrejas neopentecostais se sobrepõem as igrejas reformadas, pelo fato de valorizarem mais a imagem televisiva, se inserindo mais numa linguagem imagética do que da palavra.

As denominações também passaram a funcionar muitas vezes como marcas. A pomba estilizada e o escrito “Pare de sofrer” são características típicas da identidade visual da Igreja Universal do Reino de Deus, o peixe, símbolo histórico do cristianismo foi patenteado pela Igreja Renascer em Cristo; a sarça ardente, símbolo da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) são marcas de uma política de identidade visual, numa sociedade imagética, assim como os arcos dourados, fazem parte da identidade visual do McDonalds (FONTENELLE, 2002).

Neste sentido, existe uma relação entre o sagrado e o profano, entre a imanência e a transcendência. Estaria o sagrado se apropriando do profano e/ou vice-versa. Ou ainda poderíamos

¹⁶⁷ EDWARD, José. A força do Senhor. In: *Revista Veja*. 3 jul. 2002. p.88-95.

colocar estas relações sagrado/profano como uma via de mão dupla? Seriam válidas atualmente as distinções clássicas propostas por Mircea Eliade e Rudolf Otto para a observação dos evangélicos brasileiros atualmente?¹⁶⁸ Simultaneamente, temos a influência econômica sobre o campo religioso e os seus aspectos ligados a dessacralização, convivendo ao lado de um “*revival*” religioso, na qual o “numinoso”, para usarmos uma expressão do Rudolf Otto ainda nos parece presente.

“De um lado, parece que temos a “mcdonaldização”, como modelo desse tipo de sociedade, inclusive na religião, como descrito “ (...) realiza uma transubstanciação as avessa, que em vez de transformar carne e sangue em pão e vinho, incorpora em seu sangue, em suas carnes, uma complexa de valores e desejos, embalados não numa caixa de papelão, mas nas curvas sinuosas de um tentacular ‘M’ amarelo?” (FONTENELLE, 2002). De outro lado, a valorização de um discurso mais transcendental, litúrgico e que se opõe a idéia de relacionar a religiosidade ao âmbito econômico, conservando as suas formas de sacralidade. Quais as imbricações envolvidas entre essas duas formas de visualizar a religiosidade entre os evangélicos brasileiros?

Além dessas relações, cria-se uma “sociedade do espetáculo”, aonde “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (DEBORD, 1997; p.14). O espetáculo que os evangélicos proporcionam ocorrem tanto no espaço midiático, especialmente televisivo quanto na ocupação do espaço público. Apresentadores, como Edir Macedo, Estevão Hernandez, Silas Malafaia, R.R. Soares ocupam generosos espaços televisivos e radiofônicos, criando identidades duplas, como pastores/animadores de auditório, e realimentando os seus impérios midiático-eclesiásticos. Nos espaços públicos, lembramos da “Marcha para Jesus”¹⁶⁹, eventos musicais, como proporcionadas pela

¹⁶⁸ Estamos nos referindo, respectivamente as obras: ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1999; OTTO, Rudolf. *O sagrado*. São Paulo: Vozes, s/d.

¹⁶⁹ Evento iniciado na Inglaterra em 1987 para dar maior visibilidade aos evangélicos no espaço público. Espalhou-se para diversos países. No Brasil, a

Banda “Diante do Trono”, ligada a Igreja Batista da Lagoinha de Belo Horizonte, que constantemente enchem estádios nos seus shows.

O *happening*, ou seja, o acontecimento, que neste caso, se refere à experiência religiosa extra-cotidiana passa a ser mais valorizado do que a doutrina para o crescimento em número de fiéis, num processo que chamamos aqui de “desteologização”. Neste sentido, a doutrina não é importante, mas sim o acontecimento, seja, uma cura, uma bênção recebida, um emprego novo conquistado, ou breves momentos aonde o fiel pode cantar a música do seu cantor *gospel* favorito.

A fé não pode ser rotineira, litúrgica, pois para se conseguir mais sucesso (leia-se mais fiéis) torna-se necessário ter eventos espetaculares, estádios lotados, curas, milagres, sonhos, adivinhações, aparições midiáticas que sejam respostas do tempo do “aqui e agora”, mais ao gosto dos (neo) pentecostais do que os discursos transcendentais dos grupos reformados. Uma das questões é saber se existe um limite na capacidade de atração dos fiéis a essa visão que a fé tem que ser constantemente espetacular? Essa rotinização da espetacularização da fé poderia perder a capacidade de atraírem fiéis? Essa discussão me parece em aberto, sendo que necessitamos de mais algum tempo e de pesquisas para percebermos se a tendência de crescimento numérico dos neopentecostais continua ou não. A questão é saber se a curva de crescimento dos neopentecostais atingiria um teto nesse crescimento.

Como bem sintetizou Gedeon Alencar

Nada mais pós-moderno que a religião. Estamos no mundo da imagem, do espetáculo e nada mais sintomático que até a circumspecta Igreja Católica,

“Marcha para Jesus” é organizada pela Igreja Renascer em Cristo, mas reúne diferentes denominações evangélicas, sendo a maior concentração numérica de fiéis na cidade de São Paulo. Além da caminhada dos fiéis, existem os shows com grupos de música *gospel*, orações, discursos religiosos - políticos, até camisetas relacionadas com o evento.

tão conservadora em seus rituais, tenha que admitir que para atrair 50, 200 ou 800 mil pessoas, só mesmo a “Aeróbica de Jesus”, celebrado pelo padre Marcelo Rossi. Afinal uma celebração com leitura de texto, pregação expositiva e hermenêutica apurada cansam, e poucos estão interessados. A celebração precisa ser *diet*, a doutrina preferencialmente, *fast food*, e o compromisso o mais *light* possível, pois se quer mesmo é o *show!* É a “religião espetacularizada”! Intimista, mas consumista como espetáculo (ALENCAR, 2005; p.113).

Caracteriza-se assim, no campo brasileiro, bem como evangélico, uma religiosidade *a la carte*, sendo que as opções colocadas no mercado religioso são consumidas enquanto bens simbólicos, caracterizando um fenômeno que chamamos de “mcdonaldização religiosa.”

Bibliografia

- ALENCAR, Gedeon. *Protestantismo tupiniquim: hipóteses da (não) contribuição evangélica à cultura brasileira*. São Paulo: Arte Editorial, 2005.
- ANTONIAZZI, Alberto et al. *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BERGER, Peter. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- CUNHA, Magali do Nascimento. *A explosão gospel: um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauá; Instituto Mysterium, 2007.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- EDWARD, José. A força do Senhor. In: Revista Veja. 3 jul. 2002. p.88-95.

- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano – a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FONTENELLE, Isleide Arruda. *O nome da marca – Mcdonald's, fetichismo e cultura descartável*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELÁSQUES Filho, Prócoro. *.Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1990.
- NIEBUHR, H. Richard. *As origens sociais das denominações cristãs*. Trad. Antônio Gouvêa Mendonça. São Paulo: ASTE e UESP, 1992.
- OTTO, Rudolfo. *O sagrado*. São Paulo: Vozes, s/d.

MARKETING RELIGIOSO NA BOLA DE NEVE CHURCH

Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Fo¹⁷⁰

No princípio, Deus criou a religião, o espetáculo, a mídia e o mercado. Ou seria melhor dizer que ele criou “os céus e a terra (como diz o livro de Gênesis)”, e coube ao homem inventar tudo isto e associar numa coisa só: as igrejas neopentecostais?

Afinal, quem nunca se espantou com o traslado de artistas seculares para o seio de igrejas neopentecostais, como ocorreu na década de 1990, quando Mara Maravilha, cantora, apresentadora de programas infantis e ex-capa da revista masculina *Playboy* se converteu à *Igreja Universal do Reino de Deus*?¹⁷¹

E quem não se recorda de Baby Consuelo? Ex-integrante do conjunto de MPB *Novos Baianos*, com quem lançou o disco *É ferro na boneca* e a canção *Barra Lúcifer* e que cantou sucessos como *Sem pecado e sem juízo* e *Menino do Rio* (aquele do calor que provoca arrepio), hoje prega o menino Jesus, sendo a *popstora* (como ela se refere) da igreja carioca *Ministério do Espírito Santo de Deus em Nome do Senhor Jesus Cristo*, fundada por ela mesma.¹⁷² Ela costuma se referir à Bíblia como o “manual do fabricante” e costuma dizer que foi chamada pessoalmente por Jesus, que seria “o maior casca-grossa que existe”, tendo aparecido a ela “lindo, forte,

¹⁷⁰ Bacharel e licenciado em História pela USP (Universidade de São Paulo), especialista em Marketing e Comunicação Social pela Fundação Cásper Líbero, mestre em História do Tempo Presente pela UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina), doutorando em História Social pela USP (Universidade de São Paulo). Editor da História Agora – Revista de História do Tempo Presente. Contato: edumeinberg@gmail.com.

¹⁷¹ CUNHA, 2007, p. 94. A obra referenciada é *A explosão gospel. Um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil*. Neste, Magali do Nascimento Cunha comenta sobre a conversão de Mara Maravilha. Mara Maravilha. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mara_Maravilha>. Acesso em: 05 dez. 2009. Baby Consuelo atende atualmente por Baby do Brasil ou pastora Baby.

¹⁷² Entendo que, ao se identificar como uma *popstora*, Baby já indície a espetacularização de sua imagem pública.

maravilhoso, um gato.”¹⁷³ E a Gretchen, ex-chacrete conhecida como *rainha do bumbum* por sua expressão corporal no *hit Conga La Conga?* Na década de 2000 estreou alguns filmes do selo erótico *Brasileirinhas*, enquanto se dizia freqüentadora das igrejas *Universal do Reino de Deus*, *Renascer em Cristo* e *Sara Nossa Terra* (o que se mostra aparentemente contrário a preceitos evangélicos como o da castidade, chamada nestes meios de “santidade”). Gretchen também adaptou a letra de alguns de seus “clássicos”, como o Melô do Piripiri, que virou *Piripiri de Jesus*. Neste, a expressão *Je suis la femme, ôôô* (eu sou a mulher) é substituída por *Cristo é Rei, ôôô*.

Mas provavelmente a *Bola de Neve Church* seja o exemplo recente mais bem acabado desta migração de famosos. Como salienta Cristiane Segatto, em relação ao público-potencial da BDN,

Arrastar adeptos em potencial para os cultos em que decotes e bíceps à mostra são aceitos é tarefa de gente como o fisiculturista Enzo Perondini Filho, de 40 anos, vencedor do Campeonato Brasileiro de Musculação Atlética no ano passado. Vítima de anabolizantes que lhe provocaram um câncer no fígado, Perondini recebeu uma previsão de três meses de vida em 1998. Mas a doença estacionou. O fiel, que se considera curado por Deus, percorre o circuito das academias de ginástica em busca de ovelhas como a modelo Cida Marques, conhecida pelos seios fartos exibidos nas revistas masculinas, e Monique Evans, apresentadora do apimentado *Noite Afora*, da RedeTV!, um mosaico de cenas de sexo

¹⁷³ Ibidem, 2007, p. 95. Estas citações são de Cunha. Sítios que se referem a isto estão disponíveis em: Jesus é um casca-grossa. Disponível em: <veja.abril.com.br/261005/p_130.html>. Baby do Brasil. Myspace. Disponível em: <www.myspace.com/babydobrasil>. Mais baianos. Disponível em: <www.rollingstone.com.br/edicoes/33/textos/mais-baianos/>. Há sete anos estou longe da carne. Disponível em: <www.terra.com.br/isto_egente/384/entrevista/index.htm>. Todos endereços acessados em: 22 nov. 2009.

com depoimentos de strippers e garotos de programa.¹⁷⁴

Além de Cida Marques e Monique Evans (que também estrelaram edições da *Playboy*), artistas como Alexandre Frota, ex-ator de novelas da rede Globo nos anos 80 e de filmes pornô até recentemente, e Regininha Poltergeist, que apresentava o programa erótico *Puro Êxtase* e “curava” pessoas através do sexo na peça de teatro *Santa Clara Poltergeist*, já teriam frequentado a BDN.¹⁷⁵ A BDN, provavelmente graças à flexibilização dos costumes, sua discursividade fluida¹⁷⁶ e a atenção que a mídia secular tem lhe oferecido, é espaço favorável à inclusão de artistas, percebendo outros exemplos, como o do cantor Catalau, ex-vocalista do conjunto de *hard rock* paulistano *Golpe de Estado*, formado na década de 1980 e conhecido por compartilhar seu baterista (Paulo Zinner) com a cantora Rita Lee e ter aberto um *show* do conjunto britânico *Deep Purple*. Atualmente Catalau mora em Boissucanga, litoral norte paulistano, onde é pastor da BDN local e compõe suas canções “a serviço de Deus”, as divulgando através do selo oficial da instituição, o *Bola Music* e assinando uma coluna da revista da igreja, a *Crista*.

¹⁷⁴SEGATTO, Cristiane. *Na onda de Cristo*. Revista *Época*. Disponível em <<http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT574623-1664,00.html>>. Acesso em: 10 ago. 2009. É interessante notar que Enzo Perondini fundou seu próprio estabelecimento religioso, a *Igreja Cristã Zion*, em 2008. Esta igreja se ampara em estrutura semelhante à da BDN, com reuniões celulares, sistema hierárquico semelhante, inserção na mídia, e o uso das mesmas teologias, com ênfase na *batalha espiritual* e na *cura e libertação*. O *slogan* da instituição é *ser cristão é muito loco* (sic), o que indicia a tentativa de atração do público jovem.

¹⁷⁵Veja os famosos que “aceitaram Jesus” e viraram evangélicos. Disponível em: <<http://diversao.terra.com.br/gente/interna/0,,OI3776856-EI13419,00-Veja+os+famosos+que+aceitaram+Jesus+e+viraram+evangelicos.html>>. Acesso em: 29 ago. 2009.

¹⁷⁶ Chamo a discursividade da BDN de *fluida* ao entendê-la caracterizada pela informalidade, pelo uso de linguagem coloquial e de gírias, e especialmente direcionada ao seu público-alvo, os jovens. Isto se associa diretamente à liberalização de costumes relacionados à aparência do fiel e à escuta de gêneros musicais, por exemplo. Por estas características, artistas do *reggae* e *rock n’ roll*, dentre outros, percebem uma abertura para desenvolverem sua música.

Como se diria no jargão evangélico, hoje Catalau “é uma bênção”. Além de Catalau, figuram no *casting* musical da BDN os cantores de *reggae* Nengo Vieira, muito conhecido no meio regueiro e atualmente pastor da unidade de Santos e Zeider Pires, líder do conjunto secular *Planta & Raíz*, que costuma se apresentar nos eventos da BDN. Trajetória semelhante a destes músicos percebe a carreira de outro cantor secular famoso: Rodolfo Abrantes, ou simplesmente, o *Rodolfo dos Raimundos*, conjunto brasileiro formado em 1987 e conhecido pela hibridação de gêneros e instrumentos aparentemente díspares, como o *rock* e o forró, a guitarra elétrica e o triângulo. Hoje Rodolfo é missionário e *levita* da BDN.¹⁷⁷ Sua discursividade poética passou do erotismo e palavras de *Selim*, *Nega Jurema* e *Puteiro em João Pessoa* à exortação a castidade (ou “santidade” como dizem os evangélicos) em canções que pregam a abstinência sexual do fiel. E ao contrário da maioria dos artistas convertidos ao (neo) pentecostalismo, Rodolfo deixou os *Raimundos* no auge do sucesso.

De toda a maneira, estas (supostas) conversões apontam para o que chamo *marketing de Deus*, ou ainda *marketing de Jesus*, ou o conjunto de estratégias de atendimento de demandas religiosas e de atração de públicos (de preferência que sirvam de multiplicadores da midiaticização),¹⁷⁸ fenômeno que se insere num contexto social sublinhado pelo cruzamento entre mídia, espetáculo e mercado.

¹⁷⁷ O termo “levita”, como comenta Jacqueline Zirolto Dolghe, é usado do Antigo Testamento e se referia a uma tribo de Israel, a Tribo de Levi, cujos homens, a partir de uma certa idade, eram destinados e separados para todo tipo de serviço no Templo. Dentro dos variados serviços encontrava-se a música. O termo começou a ser explorado no meio neopentecostal e confere ao músico a mesma atribuição de ‘separado’ para o serviço. “Trata-se, portanto, de um grupo com função específica dentro da igreja, estabelecido segundo critérios teológicos”. DOLGHIE, 2004, p. 219. A obra referida é *A Renascer em Cristo e a consolidação do mercado de música gospel no Brasil: uma análise das estratégias de marketing*.

¹⁷⁸ Me refiro ao atendimento das demandas do público e da própria igreja. O que convenciono *marketing de Deus* ou *marketing de Jesus* também pode ser entendido como *marketing* religioso, no sentido dado por Gil Nuno Vaz, que ilustra o fenômeno como um “campo que, principalmente na segunda metade do século XX, tem se caracterizado como um grande mercado de idéias a cargo de

E como isto parece funcionar? Atraindo-se mais fieis, vendem-se mais produtos; e estes produtos ao serem espetacularizados, atraem novos fieis; para as demandas que são detectadas, se cria novas estratégias de atendimento; e para novos produtos expostos, são colocadas em funcionamento outras estratégias de estímulo à aquisição. Claro que, para além da lógica mercadológica, pode haver por parte das igrejas uma espécie de prazer em terem maior número de unidades e membros que as concorrentes, o que pode supostamente refletir, em dado imaginário religioso, em uma ideia de igreja “mais abençoada” ou “mais próxima de Deus”. O *marketing de Deus* (ou *marketing de Jesus*), no caso da BDN, vai se identificar nas estratégias de levar o consumidor (em boa parte pertencente às classes econômica alta e média-alta) a conhecer e adquirir mercadorias diversas através de sua *Lojinha*, de seu *Shopping* virtual, de sua publicação impressa, de seus sítios, da tevê, da rádio e de sua canção. Considero que o *marketing de Deus* (ou de *Jesus*) proposto pela BDN se dá no sentido de gerenciar um determinado mercado religioso, formado por pessoas com interesses e demandas específicas, procurando satisfazê-las. Para tal, a BDN se utiliza de algumas estratégias (que defino em outra ocasião) para midiaticizar e espetacularizar bens tangíveis e intangíveis.

Como apreendo, este *marketing de Deus* se dá de acordo com o planejamento estratégico da cúpula da igreja, formado por Rinaldo Seixas e alguns de seus pastores, no sentido dado por Certeau de que as estratégias são a “manipulação das relações de forças a partir de uma determinada instância de poder.”¹⁷⁹ Estas estratégias se manifestam, como entendo, através de sítios de operação como os templos,¹⁸⁰ e dos produtos, tanto tangíveis, como camisetas, programa de tevê e radiodifusoras, mídia impressa, fonogramas, como intangíveis: discursos, teologias, *slogans* e canções, dentre outros. Ao atender a estas demandas, as estratégias

instituições religiosas em disputa por uma ampla demanda de fiéis e pessoas em busca de orientação espiritual”. VAZ, 2003, p. 329. A obra referida é *Marketing institucional: o mercado de idéias e imagens*.

¹⁷⁹ CERTEAU, 1994, p. 99

¹⁸⁰ Com destaque para a matriz, na Rua Turiassu, em Perdizes, São Paulo.

funcionam como agenciadoras para a consolidação da BDN, e como considero, obtém resultados como a adesão de fiéis, a abertura de filiais, o atingimento de metas financeiras, dentre outros.

Uma das forças para que as estratégias sejam bem sucedidas está no *capital simbólico* da igreja, entendido por Bourdieu por características como “prestígio, carisma e sedução”, e que se associaria às “relações de troca através das quais esse capital se acumula”, como “troca de serviços, dádivas, de atenções, de cuidados, de afeição.”¹⁸¹ Para este autor, “o capital religioso determina a natureza, a forma e a força das estratégias”¹⁸² usadas na satisfação dos interesses religiosos. Observo que as estratégias da BDN, neste sentido, são moldadas a partir de seu *capital simbólico religioso*, que entendo ser formado pela sua imagem de igreja de surfistas, moderna, de gente jovem; pelas características que lhe são atribuídas, de lugar descontraído onde se ouve a palavra de Deus; pelo carisma dos líderes; pelo senso de pertencimento oferecido; pelas teologias pregadas; dentre outros fatores.

Avento, por fim, que uma das prováveis linhas de força em se identificar o *marketing de Deus* (ou *de Jesus*) na BDN esteja em conhecer um fenômeno que aponta para a identificação de nós mesmos como indivíduos que também mediatizam idéias, valores, marcas e instituições, e que, de modos diversos, também se mediatizam, espetacularizam e se colocam como produtos de consumo.

¹⁸¹ BOURDIEU, 1996, p.118.

¹⁸² BOURDIEU, 1992, p.57.

RESOLUÇÃO NEGOCIADA DE CONFLITOS AMBIENTAIS: TÉCNICAS EMERGENTES DE PODER NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

Edwin Muñoz Gaviria¹⁸³

As transformações na economia mundial desde finais do século XX definem uma nova geopolítica mundial dos recursos naturais, onde se afirma o perfil de América Latina como fornecedor de recursos naturais, na inserção dos seus territórios nos fluxos internacionais do capital no contexto da acumulação flexível. Daí uma maior visibilidade dos conflitos ambientais, e uma maior atenção à disseminação de tecnologias de resolução de ditos conflitos (ACSELRAD; DAS NEVES e MUÑOZ, 2010). Na década dos anos 90 o Banco Mundial propõe reformas ao setor judiciário na região propondo: “Mecanismos Alternativos de Resolução de Conflitos” (MARCS), e entre os anos 1995 e 1998 em vários países de América Latina se adotam legislações sobre arbitragem de conflitos. As técnicas para a resolução negociada de conflitos ambientais (TRNCA) têm sido promovidas para capacitar instituições e comunidades em modelos de análise e ação que pressupõem uma falta de instituições como causa dos conflitos, trazendo formas de negociação que poderiam permitir ganhos mútuos entre os agentes (ACSELRAD; DAS NEVES, MUÑOZ, 2010).

As TRNCA são relativamente recentes e sua definição ainda não é consensual, mais a FAO tem uma definição com certa influência no campo (VIÉGAS, 2009), estas técnicas são: *negociação direta*: processo pelo qual as partes em disputa se põem em uma relação mutuamente aceitável; *conciliação*: um ente externo ao conflito une as partes em disputa; *facilitação*: agentes externos asseguram que todos na disputa sejam capazes de falar e serem ouvidos; *mediação*: as partes em disputa dialogam com uma terceira

¹⁸³ Bolsista da CAPES – IEL Nacional – Brasil. Estudante de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional IPPUR/UFRJ. Grupo GIDEP-USB/Medellín. Contacto: emugaia@hotmail.com

parte em quem confiam, sendo esta parte neutra e independente, e explora e decide como o conflito entre elas pode ser resolvido; e *arbitragem*: alternativa menos formal da que corresponde ao tribunal, onde um ente neutro faz uma sentença ou uma decisão que é aplicada se as partes concordarem.

As justificativas destas técnicas estão relacionadas com a carência de instituições, a carência de competência psíquica ou cognitiva; o efeito de reduzir custos administrativos e judiciais; a necessidade de que os litígios ambientais passem pela apreciação de expertos; a necessidade de participação das comunidades, e a referencia à compensação econômica onde todas as partes envolvidas ganham (ACSELRAD; De NEVES e MUÑOZ, 2010).

Conflitos ambientais e técnicas de governo

Desde uma concepção das relações de poder como uma situação estratégica complexa (FOUCAULT, 1981), é possível identificar nas sociedades modernas uma biopolítica, definida por Foucault como: “um conjunto de mecanismos por meio dos quais os rasgos biológicos fundamentais da espécie humana podem ser parte de uma estratégia política” (FOUCAULT, 2006, p.15). A população aparece como objeto ao qual apontam mecanismos para obter dela determinado efeito, e onde o papel do Estado como esfera articuladora das relações de poder, será o de exercer controles reguladores ou mecanismos de segurança que procuram manter dentro de certos limites os fenômenos da população. De outro lado, a existência da população esta biologicamente ligada a um espaço concreto, espaço que é definido por Foucault como *meio*, entendido como um conjunto tanto de dados naturais como artificiais, que representam uma quantidade de efeitos massivos que afetam àqueles que residem nele (FOUCAULT, 2006).

O conceito de *meio* encontra uma especificidade contemporânea na noção de meio ambiente e possibilita fazer foco nos fenômenos ambientais como relativos às condições de coexistência e circulação das práticas materiais no espaço, e às

dimensões políticas do exercício de relações de poder em ditas práticas. O meio ambiente implica uma interação entre práticas espaciais materiais através de fluxos, transferências e interações físicas que concorrem em e ao longo do espaço para garantir a produção e a reprodução social (ACSELRAD, 2004). Estas interações na contemporaneidade são mais complexas e nesse sentido as possibilidades de incompatibilidade e reprodutibilidade das práticas espaciais aumentam, trazendo consigo o afloramento de conflitos ditos de ambientais. A lógica de regulação do *meio* pode-se entender a partir da difusão das práticas do exercício de poder orientadas ao “governo das condutas”, acontecidas na passagem do Estado soberano para o Estado moderno, entre o século XVI e o XVII (FOUCAULT, 2007). Neste sentido, os conflitos ambientais implicam uma intervenção física e moral da população, através modificação do seu *meio* (FOUCAULT, 2006), isto é, a partir do governo das interações complexas entre homens e coisas (RUTHERFORD, 1999) e mais especificamente das práticas espaciais dos distintos atores sociais (ACSELRAD, 2004).

O governo como forma de poder implica uma definição de fins adequados para conduzir a população. Na contemporaneidade o neoliberalismo fornece o princípio e método de racionalização do exercício do governo, o qual consiste em seguir sua regra interna da economia máxima, de mínimo governo (FOUCAULT, 2007). Este princípio é concretizado através do respeito e a gestão das liberdades, onde a sociedade no seu livre atuar seja quem produz e reproduz as formas de governo. A racionalidade política neoliberal consegue articular os princípios de ação com um discurso político operativo através de *programas de governo* (ROSE e MILLER, 1992). Por sua parte, estes programas operam através de *tecnologias de governo*, que correspondem às estratégias, técnicas e procedimentos a través dos quais diferentes forças procuram emitir programas operáveis, por meio dos quais se estabelecem relações entre as aspirações das autoridades governamentais e as atividades de grupos e indivíduos (ROSE e MILLER, 1992).

Técnicas de resolução de conflitos ambientais

As TRNCA podem ser entendidas como tecnologias de governo, na medida em que operam, materializam, instrumentalizam e incorporam uma racionalidade de governo. Incorporam a lógica dos mecanismos de segurança: manter o conflito dentro de um limite social, econômica e politicamente manejável, em função das possibilidades cada vez mais frequentes de sua aparição, reduzindo assim os riscos de sua ocorrência e diminuindo os custos da resolução dos conflitos, tal como o afirmam seus promotores: “é algo como conceber um sistema de controle de enchentes... levando os conflitos para um nível de baixo custo” (URY; BRETT e GOLDBERG, 1988, p. xiv).

Um elemento chave na operação das TRNCA é a gestão das liberdades. O característico é que se trata de liberdades reguladas, da autonomia e escolha dos indivíduos para que possam fazer-se cargo da solução de seus conflitos na esfera privada. Apesar disso, o desafio é que em contextos de desigualdade, alguns indivíduos têm estreita possibilidade de escolha. A configuração de um subcampo da resolução negociada de conflitos ambientais (MORRIL e OWEN-SMITH, 2001), implica a multiplicação de espaços e pluralidade de grupos, organizações e indivíduos que interagem em liberdade, e com isso, surgem novas “arquiteturas” sociais produzindo uma “economia” do poder estatal através da disseminação deste na sociedade, maximizando seu funcionamento, manejando sem destruir a existência e autonomia da sociedade civil (ROSE e MILLER, 1992).

As TRNCA produzem a despolitização da vida social. De um lado psicologizam o conflito, classificando os atores de acordo com sua capacidade para negociar seus próprios interesses na relação com os outros. De outro lado, impõe a aceitação da racionalidade do mercado para compreender e intervir o conflito ambiental, onde os indivíduos atuam livremente para a consecução dos seus interesses nos espaços de negociação, ajustando-se aos critérios do mercado. Finalmente, o conflito fica reduzido a um problema de gestão orientada pela otimização do procedimento e a efetividade na obtenção do resultado, o seja, de acordos satisfatórios entre as partes. O tratamento dos conflitos sociais seria dependente da boa ou má

gestão realizada pelos agentes envolvidos, da adoção de técnicas que permitam formar a capacidade para a resolução dos conflitos, da capacidade ou não de chegar racionalmente ao acordo: “não é somente uma tarefa técnica, senão também política, porque tem que ver com as motivações e resistências dos indivíduos a usar novos procedimentos” (URY; BRETT e GOLDBERG, 1988). Os critérios de justiça cedem passo a critérios acordados de eficiência e eficácia. Isto parece ser sugerido quando se fala da resolução negociada como “comunidades de aprendizado” (ACSELRAD NEVES; MUÑOZ, 2010).

Com o neoliberalismo como prática que define os fins e meios do exercício do governo na contemporaneidade, parece estar acontecendo uma intensificação da difusão e ação diversificada de micro-poderes que atuam conduzindo e gestionando. Tal é o caso das técnicas de resolução negociada de conflitos ambientais, as quais são mecanismos mais sutis que os jurídicos, e que refletem as características dos modos contemporâneos do governo.

Bibliografia

ACSELRAD, Henry. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (org.) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Relume Darumá: Fundação Heinrich Boll. Rio de Janeiro, RJ, 2004.

ACSELRAD, H., DAS NEVES BEZERRA, G., MUÑOZ GAVIRIA, E. Inserción económica internacional y “resolución negociada” de conflictos ambientales en América Latina. In: **EURE** [en línea]. 2010, vol. 36, no. 107, pp. 27-47. Disponível em Internet: <http://www.eure.cl/articulos/589/insercion-economica-internacional-y-resolucion-negociada-de-conflictos-ambientales-en-america-latina/>. Acesso em 01/05/2010.

FOUCAULT, Michel. **Historia de la sexualidad. La voluntad de saber**. Bogotá: Siglo XXI Editores, 1981.

_____. **Seguridad, territorio, población**. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

El nacimiento de la biopolítica. México: Fondo de Cultura Económica, 2007.

MORRIL, C. e OWEN-SMITH, J. The emergence of environmental conflict resolution – subversive stories, institutional change and the construction of fields, in M. Ventresca – A. Hoffman (org.) **Organizations, policy and the natural environment: institucional strategic perspectives**, Stanford Univ. Press, 2001, 35p.

ROSE, N e MILLER, P. Political Power beyond the State: Problematics of Government in **The British Journal of Sociology**, Vol. 43, No. 2. (Jun., 1992), pp. 173-205. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=0007-1315%28199206%2943%3A2%3C173%3APPBTSP%3E2.0.CO%3B2-Y>. Acesso em: 15/10/2009.

RUTHERFORD, Paul. The entry of life into history. I DARIER, E. (ed.), **Discourses of the Environment**. Oxford: BlackWell, 1999.

URY, W.L. BRETT, J.M. GOLDBERG, S.B. **Getting Disputes Resolved: Designing Systems to Cut the Costs of Conflict**. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1998.

VIÉGAS, R. As resoluções de conflito ambiental: da retórica da justiça para a retórica da eficácia in **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia** - SBS, 15., 2009, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos, Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. Disponível em:

<http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/TrabalhoSite/TrabalhosSite.asp?Codigo=49>. Acesso em: 15/10/2009.

ESTRUTURA AGRÁRIA E POSSE DE ESCRAVOS NA FREGUESIA DE GUARAPIRANGA (1832-1872)

Eliane Aparecida Duarte Batista¹⁸⁴

O presente trabalho objetiva entender as transformações que se estabeleceram na freguesia de Guarapiranga, situada na zona da mata mineira, em função da Lei de Terras de 1850 e o fim do tráfico negreiro. Para tal análise utilizamos como base documental os registros paroquiais de terras e os inventários *post-mortem* do século XIX.

A feitura de inventário estava prescrito nas *Ordenações Filipinas*, que determinavam que o mesmo deveria arrolar e atribuir valor a todos os bens do falecido, e definir o rol de herdeiros e a partilha dos bens. Dessa forma, ouro, dinheiro, objetos domésticos, animais, escravos, terras e créditos, entre outros, são arrolados nos inventários do século XIX, permitindo analisar a composição e volume da riqueza nessa sociedade. Utilizamos inventários sob guarda dos arquivos da Casa Setecentista de Mariana e do Fórum de Piranga. Infelizmente, os processos de digitalização e codificação destes inventários estão ainda em curso, não permitindo que tenhamos acesso à totalidade dos inventários existentes para a listagem de nomes que aparecem no registro paroquial de Piranga.

De acordo com Hebe de Castro o Registro Paroquial de Terras foi produzido como desdobramento legal da Lei de Terras de 1850, criado pelo Decreto nº1318, de 30 de janeiro de 1854, que mandava executar aquela lei (601, de 1850). Sendo que desde 1822, com a revogação do instituto de sesmarias, a posse se transformara na única forma possível de apropriação da terra no Brasil. Tendo como objetivo que a terra devoluta não poderia ser ocupada por outro título que não o de compra. Dessa forma, os registros foram realizados em quase todas as paróquias do Império, como tentativa de controle. (CASTRO, 1987:9)

¹⁸⁴ Graduanda em História pela UFV; Contato: eliane.batista@ufv.br. Agradeço ao prof. Dr. Fábio Faria Mendes pelos comentários e sugestões.

Os Registros Paroquiais inauguraram uma nova forma de legitimação das posses de terras e revalidação das sesmarias em situação de comisso. Segundo Motta, em localidades por ela analisada, era preciso muito prestígio, poder e talvez um pouco de sorte para que o registro de terra fosse reconhecido como fiel à realidade da área ocupada, ou seja, que todos os confrontantes citados também registrassem suas respectivas terras e o reconhecessem como senhor e possuidor de toda a extensão anotada e delimitada no registro. (MOTTA, 2008:181)

Em Paraíba do Sul, freguesia estudada por Márcia Motta (2008) os conflitos agrários não eram apenas o embate entre fazendeiros, senhor e escravo, nem apenas a contestação de um arrendatário contra seu senhor, mas havia um grande conjunto de homens livres cujo anseio era deter um pedaço de terra e estabelecer limites aos demandas daqueles senhores e possuidores de terras. Para ter o domínio sobre a terra não bastava ser o dono, mas ser capaz de exercer poder efetivo sobre esta.

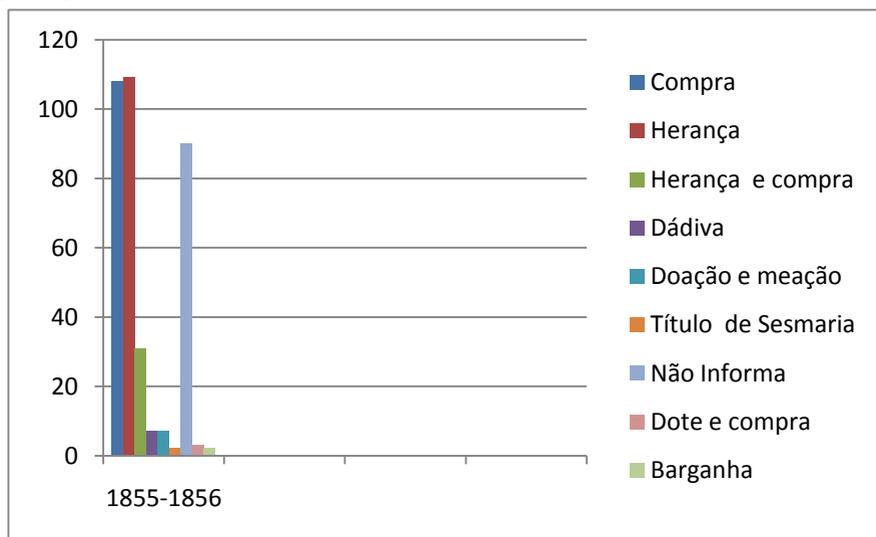
Nossa análise dos registros paroquiais não permitiu, até o momento, identificar conflitos à volta da posse da terra. Entretanto, foi possível delinear a variedade das formas de acesso a posse da terra, e as desigualdades da estrutura agrária da região.

Utilizamos-nos do registro paroquial da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga, realizado em 1855-1856, totalizando 375 assentos. Para tal produzimos uma ficha de coleta registrando às seguintes variáveis: nome da(o) proprietária(o), tipo de propriedade (fazenda, sítio, porção de terra, fresta, terreno, chácara), localização de sua(s) propriedade(s), extensão/porção cultivada da(s) propriedade(s), o meio de obtenção/posse da propriedade, tipos de cultivo, demarcação da localização da(s) propriedade(s) informada(s) por meio da relação das propriedades vizinhas (divisas/vizinhos), quem assinou o documento, ou seja, se foi assinatura própria ou alguém de “relações” com a pessoa. Após esta análise cruzamos os dados obtidos com as descrições de bens contidas nos inventários *post-mortem*.

Utilizamos também pontualmente as Listas Nominativas de Piranga e seus distritos, de 1831 e 1839, para entendermos as

conseqüências da crise do trabalho escravo trazido pelo fechamento do tráfico negreiro internacional sobre a composição, tamanho e preço dos plantéis, dessa forma, as implicações sobre a configuração da propriedade territorial, o peso da grande e da pequena propriedade na organização agrária da região, os mecanismos da legitimação da posse de terra na região.

Os registros paroquiais oferecem informações importantes para a análise das formas de acesso a terra na região. Os assentos indicam trajetórias variadas de acesso a terra pela via da herança, da compra, da dádiva, da barganha, do dote, da concessão sesmarial, ou da troca. Esta variedade de meios de acesso a terra indica que diferentes grupos sociais e diferentes estratégias de acesso a recursos produtivos estão em jogo nessa região, moldando padrões de movimentação de riqueza. O gráfico abaixo apresenta os diversos meios de acesso a terra nesta região, de acordo com os registros paroquiais.



Fonte: Registro Paroquial de Terras Piranga (1855-1856).

O detalhamento da localização das terras de cada proprietário nos proporcionará as bases para o estabelecimento de uma cartografia da posse de terra e da utilização do solo em Piranga.

Os registros paroquiais indicam também a extensão da propriedade, geralmente mensuradas em alqueires, o que nos permite entender mais claramente as desigualdades da estrutura agrária local.

Destacamos o exemplo de João Pedro Vidigal Barros, que possuía a maior extensão territorial da freguesia, 800 alqueires cultivados, cuja propriedade se localizava as margens do Rio Pirapetinga, possuída por herança de seu pai e de seu tio, o Padre Antônio Gomes Sande, o que revela processos de reagrupamento da propriedade fragmentada pela herança.

Seu pai o Cirurgião Mor Antônio Pedro Vidigal de Barros, cujo inventário foi efetuado em 1839 e trazia dentre seus bens arrolados 44 escravos, deixou a este filho do segundo matrimônio esta propriedade, considerada extensa de acordo com os parâmetros da freguesia. Eles eram membros da família Sande-Barros, uma das mais importantes famílias da elite agrária local desde o século XVIII. A mesma fazenda aparece no inventário de seu avô, em 1807, o Capitão Mór Antônio Gomes de Sande, possuidor de 54 escravos.

O cruzamento das informações do Registro Paroquial de Terras com as Listas Nominativas e os Inventários parece indicar a presença de uma relação direta entre o tamanho dos plantéis de escravos e a dimensão das propriedades territoriais.

No registro de Antônio José Ferreira, por exemplo, foi declarada uma Fazenda de cultura e pastos com 28 alqueires de extensão. Em seu inventário, aberto em 1861, é declarado, dentre os demais bens, apenas um escravo. Um segundo caso analisado foi o de Antonio Gomes da Silva. No registro paroquial de terras, conjuntamente com seus irmãos, declara possui uma Fazenda de terras de cultura com 30 alqueires cultivados de milho, adquirida por herança de seu pai. Em seu inventário, aberto em 1864, são relacionados cinco escravos. O registro de Antonio Joaquim da Silva indicava a posse de uma Fazenda com 120 alqueires de planta, não informando o meio de obtenção. Em seu inventário de 1877, aparece como proprietário de nove escravos. Alexandre Rocha Oliveira Jr, manifesta possuir em seu registro de terras uma Fazenda de terras de cultura com 60 alqueires cultivados e em seu inventário, de 1879,

declara possuir 27 escravos. Observamos uma relação significativa entre maiores extensões de terra e grandes plantéis.

Dessa forma, torna-se possível avaliar o processo de concentração fundiária na região de Piranga, relacionando tal concentração com as atividades econômicas predominantes.

Para além das informações sobre a estrutura agrária, os registros e os inventários apresentam pistas interessantes para a compreensão da composição das atividades agrícolas nestas propriedades. Através dos inventários observamos cultivos, roças e paióis, em que se planta ou se armazena o feijão, arroz, mandioca, fumo, e cana-de-açúcar, que no início do século XIX era realizada com elevada utilização de mão de obra escrava, e não apenas o milho como nos registros podemos encontrar.

A movimentação do mercado de terras em Piranga possivelmente pode ser explicada por processos ligados as transmissões familiares, e também a mudanças nos padrões de acesso a terra, antes, realizado legalmente somente através das cartas de sesmaria, após a efetivação da lei a aquisição pela compra. Nos inventários as propriedades declaradas aparecem com descrições limitadas, no geral, indicam o meio de aquisição desta, os confrontantes e a quem deixam estas, dessa forma, a ligação destes dados é imprescindível.

Portanto, o cruzamento dos Inventários com os Registros Paroquiais de Terras são importante meios para compreendermos esta estrutura agrária e a posse de escravos estabelecidas nesta sociedade ligada predominantemente a produção agropecuária.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CASTRO, H. M. M. *Ao Sul da História: Lavradores Pobres na Crise do Trabalho Escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTRO, H. M. M. *Das Cores do Silêncio. Os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, Séc. XIX*. 2^aed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: Conflito e Direito à Terra no Brasil do Século XIX*. 2^a Ed. Revisada e

ampliada por Márcia M. M. Motta. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFHC*, Nº 17. Campinas: UNICAMP, 1985.

A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NO ESPAÇO TELEVISIVO

Elisa da S. Gomes

Como qualquer outro produto social, a televisão deve ser entendida olhando-se para as condições históricas e relações sociais que as moldam em épocas e cenários distintos. A natureza da imagem produzida, sua “qualidade” e sua lucratividade dependem de uma série de fatores que acabam por criar unidades especializadas com atribuições e métodos diferentes. Existem canais de TV especializados em esportes, dramaturgia, curiosidades, vendas, culinária, animais e, porque não, produção de história, como o *History Channel*. As diferenciações não se dão somente de canal para canal, mas também internamente, dentro da própria grade de programação por um recorte de audiência e sob a lógica do comercial.

Constantemente na mídia nacional e internacional deparamo-nos com narrativas que evocam lembranças, impressões, textos históricos e cronologicamente determinados, de modo a formar uma ponte entre presente e passado com vista para o futuro. O passado pode ser observado e narrado de diferentes formas, depende de uma série de questões que envolvem seu registro e reprodução, a mídia vem se ocupando de parte importante dessa reconstrução do passado e, assim como Andreas Huyssen (2000 e 2005), acredito ser imprescindível e interessante estudar as conexões entre mídia e memória cuja complexidade cresce na contemporaneidade. Dessa forma, proponho tentar compreender os intrincados processos de construção dos programas televisivos que tematizam a memória, ou seja, busco observar os “bastidores” da elaboração e produção dessas imagens e mensagens, procuro entender como é pautado a seleção do que vai ou não ao “ar”. Além da questão da produção, faz-se fundamental a análise da própria imagem/mensagem em si, com relação a este ponto, proponho entender essas exibições como um **gênero narrativo** com especificidades próprias e recortes inerentes a sua produção para o meio televisivo objetivando sua ampla circulação na sociedade, um discurso múltiplo, plural que une

mensagem e imagem. Por fim, de forma comparativa, busco observar até que ponto os discursos sobre temas históricos permanecem com características locais, ou, em que medida estão globalizados. Busco ir além das classificações de memória como construção e elaboração do real ou como ficção, neste sentido, o recorte poderá ser tanto de programas da dramaturgia como de outros gêneros mais próximos ao “real”.

A presente pesquisa se inscreve nas fronteiras da antropologia audiovisual (em sua vertente que trata da produção e consumo de textos visuais), da sociologia da cultura e dos estudos denominados por Huyssen de mídia e memória. A determinação específica dos objetos, ou seja, quais minisséries, telenovelas, programas etc. serão analisados se dará após mapeamento inicial de quais emissões tratam da temática, observando sua relevância e significado para a análise, de acordo com os índices de audiência, discurso veiculado, processo de produção, posição ocupada dentro do campo acadêmico e televisivo como referência de narrativa sobre memória. Assim, posteriormente, o recorte do objeto obedecerá a um dos três critérios a seguir:

1) Tem
poral ou diacrônico: observa a evolução, as mudanças e/ou permanências do gênero ao longo do tempo. Para tanto, serão comparados a produção sobre memória de dois ou mais canais (um local e outro internacional) historicamente. Desenvolvimento dos temas, espaço ocupado pela memória e seus diferentes usos temporalmente.

2) Atu
al ou sincrônico: observa as produções atuais sobre memória e seu espaço nos canais abertos e fechados, comparando os discursos locais e internacionais.

3) Tem
ático: seleciona um tema histórico relevante e observa como ele foi abordado e seu espaço na mídia televisiva global e local, nos canais livres ou por assinatura.

Televisão e memória

Entender a memória que vai para as telas como um **gênero narrativo** sugere a percepção de seu caráter diferenciado recorrente de sua produção que objetiva sua ampla circulação na televisão, com implicações, desenvolvimento, recortes e desdobramentos. James Clifford (1998) analisa o desenvolvimento e as transformações no conceito de etnografia e suas formas de “autoridade”, passando por Bronislaw Malinowski, Margaret Mead, Marcel Griaule, Clifford Geertz e Edward Said, dentre outros, culmina com os movimentos de abalo e reformulação de seus paradigmas. Etnografia é vista como um texto, um modo específico de escrita, ou seja, um **gênero narrativo** que sofreu transformações desde seu advento, formado, no decorrer da pesquisa, por uma rede complexa de relações e negociações que deve ser evidenciada na sua construção e que abre diversas formas de leitura. Ademais, etnografia deve ser entendida como um discurso polifônico composto por diferentes e, por vezes, ambíguas e contrárias vozes, onde está em jogo uma representação em certa medida tida como “legítima” de um dado momento passado, seja recente ou distante. Análogo ao que Clifford entende por etnografia, a memória na televisão deve ser compreendida como um **gênero narrativo**. Gênero aqui é um fenômeno plural, um micro universo que contém parcelas de vários outros universos, de várias outras visões, dinâmico e múltiplo.

A memória quando vai para as telas ganha novos contornos distintos do que possuía enquanto texto escrito, aprisionado em livros ou mesmo enquanto saber oral passado de geração para geração, assim deve ser entendida como um gênero o que a aproxima de teorias que observam gênero e memória como práticas sociais dotadas de sentido próprio. Através da pesquisa, compreensão e interpretação é que podemos desvendar a heterogeneidade inerente aos gêneros com os quais convivemos cotidianamente. Segundo Regina Lúcia Dell’Isola (2007), a eficácia e alcance de um gênero dependem de sua capacidade de reconhecimento pelas pessoas que o identificam pelo seu uso corrente em sua sociedade. Os gêneros

codificam os traços característicos e as estruturas dos eventos sociais formando uma espécie de “inventário” expressando aspectos convencionais de práticas sociais. São modelos que correspondem a formas sociais identificáveis nas situações de comunicação, mantendo relação com o momento histórico-social em que surgem e circulam, dependendo de sua estabilidade, mudam, adaptam-se e, até mesmo, extinguem-se. Ademais, os gêneros se materializam em formas de representação *multimodal* (texto e imagem, por exemplo) que se completam na construção de sentido.

Sobre a relação entre mídia e memória há aqueles autores que defendem que a veiculação de aspectos de nosso passado na mídia contribui para o fortalecimento de identidades ressaltando a importância no estudo dessas conexões. Identidade liga-se essencialmente à memória, em grande parte, somos o que lembramos e o que projetamos ontem, hoje e amanhã, observa José Antonio Martinuzzo (2005). Evidencia-se a relação entre memória, identidade e mídia em um duplo caráter. Como produto e agente ativo do processo histórico, deixa marcas, vestígios e produtos ao longo da trajetória da humanidade desde seu advento, assim, trata-se, por si só um elemento potencial de memória, tornada um artefato distintivo de identidades coletivas e individuais sobre um passado instituído. Ademais, a mídia apresenta-se como espaço, lugar onde se articulam e veiculam aspectos importantes para a identidade coletiva.

“Num tempo em que os meios de comunicação se estabelecem como notável espaço de sociabilização, incluindo-se como local de celebrações e comemorações, palco de decisões políticas, suporte para registros da vida cotidiana (conteúdos jornalísticos, informativos e de entretenimento etc.), e fonte para a experiência de viver (no sentido de se exercitar os sentidos e experimentar emoções), não se pode ignorá-los como espaço de lugares de memória, de exercício de identidade e de arquivo hipertrofiado da era do tempo real e da vida planetária. A mídia atua sempre mais no sentido de multiplicar os lugares de memória e constitui-se ela mesma em um deles na contemporaneidade.” (Martinuzzo, 2005:4)

Ainda sobre a questão da memória Martinuzzo mostra como esta, em uma dinâmica de silenciamento e evidenciação de vestígios, constitui-se um elemento que faz parte de um “jogo de poder” na sociedade que escolhe e elege o que deve ou não ser lembrado, dessa forma, a memória não é simplesmente um *constructo* do passado, mas estratégia do presente, projetando o que está por vir. Conjugando essas questões com a perspectiva de Huyssen (2000), implica reconhecer que um fato real pode ser narrado, observado e representado de diferentes formas, percebendo essa distância entre a realidade e sua representação em linguagem ou imagem, abrimo-nos para as muitas possibilidades diferentes de elaboração e veiculação do real e de suas memórias.

A memória sobrevive enquanto seus personagens se lembram dela e a perpetuam, sem a operação que a resignifique no presente ela se ofusca e como traço fundamental na constituição de identidades faz-se necessário um contínuo exercício de lembrar e nesse jogo tanto o que é dito quanto o que não é dito são relevantes. *“Identidade é memória em ato”* (Martinuzzo, 2005:2). Determinados momentos podem impulsionar e potencializar uma recorrente necessidade e fabricação de memória. Assim, Huyssen observa que a partir dos anos 80, no contexto mundial, há a ascensão de uma “cultura da memória” aguçada por uma série de fatores *“incluindo eventos políticos como o fim das ditaduras na América Latina, a queda do muro de Berlim, o colapso da União Soviética e o fim do Apartheid, bem como o crescente foco cultural nas histórias de minorias e políticas de identidade”* (Huyssen, 2005:101). A crescente exploração da memória pela mídia ajuda na expansão de preocupações relativas à memória na esfera pública, complementa o autor.

“Quaisquer que tenham sido as causas sociais e políticas do crescimento explosivo da memória nas suas várias subtramas, geografias e setorializações, uma coisa é certa: não podemos discutir memória pessoal, geracional ou pública sem considerar a

enorme influência das novas tecnologias de mídia como veículos para todas as formas de memória.” (Huysen, 2000:20 e 21)

Neste *boom* de passado a mídia tem um papel fundamental, seja como agente ativo nas transformações de temporalidade em nossa vida, que aliadas as mudanças tecnológicas e aos novos padrões de consumo privilegiam e impõe uma instabilidade no tempo e ressaltam a velocidade de informações e imagens, seja como *locus* de arquivamento e exibição da memória. A crescente aceleração provoca um rompimento entre tempo e espaço, o passado e o presente podem ser acessados a qualquer momento e com maior facilidade na tela, conhecemos aspectos históricos de povos longínquos no espaço-tempo, tudo isso a partir de um *click* no controle-remoto. Sabemos que a veiculação e a seleção de determinado período histórico são produzidas e exibidas na televisão em determinado momento como estratégia de lembrar, mas também como estratégia de comparar e identificar com o momento presente. Passado e presente se misturam, assim como realidade e ficção, como, por exemplo, por ocasião da exibição da minissérie *Anos Rebeldes*, pela Rede Globo de Televisão, os jovens “caras pintadas” saíram às ruas a favor do *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo. (Pellegrini e Dores, 2000)

Assim, em uma sociedade em que cada vez mais a vida é midiaticizada, onde o visual invade todos os aspectos da vida política, cultural e social, a comunicação tem sua relevância ampliada a cada dia no eterno jogo de lembrar e esquecer, documentando o que ficará para a posteridade através de intrincadas relações de poder. Neste sentido, faz-se fundamental uma reflexão sobre esse “jogo de poder” sobre essa memória acionada e veiculada em todo o território nacional através da televisão, levando-se em conta, também, que esta sistematização de “imagens do Brasil” é em grande parte exportada e consumida fora do contexto de origem, neste ponto o local esbarra com o global e vale observar, de modo comparativo, em que medida este **gênero narrativo** está ou não globalizado. Huysen assinala que ao mesmo tempo é importante notar que, embora os discursos de

memória possam parecer globalizados, dizem respeito a histórias de nações e estados específicos, pois o lugar político das práticas de memória é ainda nacional e não global ou transnacional, ainda que estes aspectos estejam interligados. Levando-se em conta essas reflexões e o campo de estudos sobre o tema é que proponho este projeto de doutorado sobre o lugar e os discursos da memória na mídia.

Bibliografia

CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica*. Rio de Janeiro. UFRJ, 1998.

DELL' ISOLA, Regina Lúcia Péret. Intergeneridade e Agência: quando um gênero é mais do que um gênero. In: *IV SIGET - International Symposium on Genre Studies – SIGET*. Santa Catarina, 2007. *Link: www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/Port/112.pdf* (acessado em 18 de agosto de 2009)

HUYSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

_____. Mídia e discursos da memória. *Revistas Eletrônicas de Ciências da Comunicação / Portal REVCOM*, 2005. *Link: revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/rbcc/article/.../637* (acessado em 18 de agosto de 2009)

MARTINUZZO, José Antonio. Mídia e Memória Estudantes de Jornalismo da Ufes escrevem a história da comunicação capixaba. In: *III Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho - Preservando a memória da imprensa e construindo a história da mídia no Brasil*. Rio Grande do Sul, 2005. *Link: <http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/artigos/1127.html>* (acessado em 18 de agosto de 2009)

PELLEGRINI, Tânia e DORES, Fabíola Gaspar das. *Anos Rebeldes: O que ficou?*. Araraquara: UNESP, 2000.

O ESPETÁCULO DAS ÁGUAS: RELIGIOSIDADE AFRO-DESCENDENTE NA BAHIA REPUBLICANA (1889-1930)

Érika do Nascimento Pinheiro¹⁸⁵

A nascente República do Brasil, em suas primeiras décadas, vira a Bahia secundarizar-se política e economicamente. As elites baianas careciam de um projeto político que as integrasse no contexto nacional cujo eixo político e econômico passou a ser São Paulo e Rio de Janeiro. Soma-se a este fraco desempenho externo, uma Bahia que não se modernizara, segundo suas elites, para fazer parte deste novo momento histórico.¹⁸⁶

As manifestações culturais públicas, religiosas ou não, que contavam com a participação expressiva de adeptos do candomblé, foram questionadas de forma contundente pelas elites ilustradas.¹⁸⁷ Se os praticantes do candomblé lutavam pela consolidação de um espaço cultural, político e religioso em Salvador, as elites ilustradas lutavam para reordenar o mesmo espaço inspirados na missão republicana de modernização e civilização, visando o retorno da Bahia ao contexto nacional do poder.

O objetivo deste artigo é propor uma reflexão sobre as práticas religiosas de afro-descendentes adeptos do candomblé nagô na Primeira República, 1889 a 1930, em um contexto de embates culturais e sociais que caracterizaram o processo de implantação do projeto republicano - modernizador e civilizador - pelas elites ilustradas de Salvador a partir da investigação da constituição

¹⁸⁵ Mestre em História Social pela UERJ/FFP e especialista em História da África e do Negro no Brasil pela UCAM.

¹⁸⁶SAMAPAI, Consuelo Novais. *Os partidos políticos na Bahia na Primeira República*. Salvador: Centro Edit. e Didático UFBA, 1975, p. 12.

¹⁸⁷Elites ilustradas por serem informadas pelo modelo europeu de civilização Cf FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. “Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937)”. In: *Afro-Ásia*, 1998-1999. O Ritual das Águas de Oxalá é a principal festividade do candomblé nagô (ioruba ou Keto).

histórica do Ritual das Águas de Oxalá do Ilê Axé Opô Afonjá¹⁸⁸ e as relações estabelecidas entre este e outros dois marcos da Bahia republicana: a proibição da Lavagem da igreja de Nosso Senhor do Bonfim, em 1889, e as Reformas Sanitaristas (normatização das sociabilidades e incremento da saúde pública) que proporcionaram, na década de 1920, um aumento da repressão a estas comemorações.¹⁸⁹ Esta análise baseada na metodologia da microhistória italiana nos possibilitará verificar como ocorreram a constituição destas práticas religiosas e as diferentes apropriações e usos da idéia de África na formação de identidades e de um território religioso soteropolitano por meio de variadas fontes, como jornais baianos, Posturas Municipais, arquivos do Opô Afonjá e história oral.

A religiosidade é aqui entendida como uma experiência concreta construída no interior de uma cultura. As formas de expressão das religiosidades de matriz africana foram o resultado de escolhas que definiram relações sociais e informaram culturalmente a cidade através de seus festejos públicos e vice-versa,¹⁹⁰ pois estamos tratando da reordenação do território soteropolitano em um momento

¹⁸⁸ O candomblé nagô é entendido como uma comunidade religiosa que pressupõe características específicas quanto à forma de organização social, política, cultural, religiosa e modos de aquisição e transmissão de conhecimentos (processo iniciático).¹⁸⁸ O Ilê Axé Opô Afonjá foi uma instituição organizada para estabelecer o espaço sagrado, regular e normatizar as interações sociais, criar identidades, representações e meios de enfrentar o cotidiano. Axé Opô Afonjá significa Casa da Força Sustentada por Xangô/Afonjá. Cf., SANTOS, J E., Op. Cit., 1986, p. 15.

¹⁸⁹ Um modo diferente de expansão do capitalismo europeu aconteceu no Brasil, sem a presença de corpos burocráticos e militares, mas através de vultosos os investimentos de capitais. Cf DECCA, Edgar de. “O colonialismo como a glória do império”, in *O século XX: o tempo das certezas – da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra*. REIS FILHO, D Aarão, FERREIRA, J, ZENHA, C (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 158.

¹⁹⁰ AMARAL, Rita. *Xirê!*. Rio de Janeiro: Pallas; São Paulo: EDUC, 2002, pp. 20-22.

em que a República começa a ser contestada, década de 1920, e diferentes projetos estão em conflito.¹⁹¹

No começo da República os jornais e os discursos médicos cientificistas promoveram uma verdadeira caça às religiosidades de matriz africana. A promulgação do Código Penal da República, em 1890, regula o combate aos feiticeiros, como também eram chamados os especialistas do candomblé, proibindo a magia, o baixo espiritismo e o curandeirismo. Esta ação ocorrera no bojo de uma discussão sobre o controle médico de um espaço institucional.¹⁹² Na década de 1920, foi organizada uma verdadeira perícia nos assuntos referentes a essas práticas, consideradas nocivas à Saúde Pública. Neste período, a repressão policial será a mais intensa do século XX.¹⁹³ Nina Rodrigues coletou várias notícias de jornais que se constituíam em descrições pormenorizadas das festas nos terreiros. Os jornalistas visitavam os mesmos numa verdadeira cruzada moralizante.¹⁹⁴ Criticavam os frequentadores como os “políticos de espírito fraco” que buscavam sucesso financeiro em casas de culto que denominavam de “antros condenáveis”.¹⁹⁵

Esses mecanismos reguladores não extirparam a crença na magia e ajudaram, também, na sua constituição e reprodução.¹⁹⁶ A proibição da Lavagem do Bonfim e as Reformas Sanitaristas respondiam à necessidade das elites ilustradas de acabar com o que impedia o progresso da Bahia, ou seja, o “atraso cultural”.

¹⁹¹Para uma discussão sobre como as instituições religiosas africanas foram recriadas na diáspora ver MINTZ, Sidney Wilfred e PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana*. Rio de Janeiro: Pallas: Universidade Candido Mendes, 2003, pp. 22-33. REIS, J José. “Candomblé in nineteenth-century Bahia: priests, followers, clients”, In: Kristin Mann e Edna Bay (orgs.), *Rethinking the African diáspora: the making of a Black Atlantic world in the bight of Benin and Brazil*. Londres: Frank Cass, 2001, pp. 129-133.

¹⁹²SCHWARCZ, Lilian Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 99-133.

¹⁹³MAGGIE, Yvonne. *Medo do feitiço*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, pp 26-44.

¹⁹⁴NINA RODRIGUES, Raimundo. Op. Cit., 2004, pp. 271-281.

¹⁹⁵*Diário de Notícias*, 01/11/1920.

¹⁹⁶MAGGIE, Yvonne. Op. Cit., 1992, p. 24.

Devido à proibição da Lavagem da igreja do Bonfim, Mãe Aninha, fundadora do candomblé nagô baiano chamado Ilê Axé Opô Afonjá, em 1910, teria retirado “[...] as comemorações do Bonfim e Oxalá da igreja, aproveitando a proibição, para levá-las para o terreiro [...]”.¹⁹⁷ O culto a Oxalá, que era realizado às escondidas, na periferia, fora reunido ao ato da lavagem ainda nos seus primórdios, devido às aproximações feitas pelos nagôs entre essas duas divindades.¹⁹⁸ Esta comemoração assumiu extraordinária importância e popularidade em Salvador. *O Jornal da Bahia*, em 14/01/1860, noticiava que “[...] afluem ao Bonfim milhares de pessoas de todas as condições” para a concorrida festa. Segundo Nina Rodrigues, “a lavagem da igreja do Bonfim é [...] um verdadeiro culto vivo, pois, para africanos, negros e mestiços [...] o *Senhor do Bonfim é o próprio Obatalá*”.¹⁹⁹ (grifo nosso)

O impacto simbólico da proibição dos ritos lustrais do Bonfim, para os adeptos do candomblé, foi grande. Este era o momento privilegiado de cultivar uma das mais importantes divindades, Oxalá, tanto dos iorubás, trazidos como cativos da África, como dos adeptos do candomblé nagô, os novos iorubas²⁰⁰ do espaço urbano de Salvador. Em janeiro de 1890, as devotas que insistiram em fazer a lavagem foram impedidas pela Guarda Cívica, pois tudo que lembrava a África em espaço público era tratado como desvio e barbárie.

Estas comemorações eram formas de africanos e descendentes celebrarem seus valores culturais. Eram povos que tinham longa tradição na organização de festas. Estas começavam, no território iorubá, geralmente, a partir do mercado e as pessoas iam percorrendo as ruas das cidades em forma de cortejos. Eram realizadas em datas especiais ligadas às colheitas, entronização de

¹⁹⁷ BENISTE, José. *As Águas de Oxalá*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 222.

¹⁹⁸ Cf SERRA, Ordep. *Águas do Rei*. Rio de Janeiro/Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1995, pp. 230-234.

¹⁹⁹ Cf. NINA RODRIGUES, Raimundo Op. Cit., 2004, p. 207.

²⁰⁰ Durante o processo iniciático a identidade ioruba, no candomblé de Ketu, é assumida pelos noviços

um rei, vitórias na guerra e, sobretudo, para comemorar as divindades.²⁰¹

Fundado o Opô Afonjá, se fazia necessário organizar sua liturgia, seus ritos, mitos fundadores, sociabilidades, normas, hierarquias. O ritual das Águas de Oxalá foi composto de atividades internas e externas, estas no total de três domingos de festas públicas, os xirês, para comemorar Odudua, Oxalá e Oxoguiã, orixás donos do branco.²⁰² Os nagôs, aqui chegados, tinham um mito de origem comum: consideravam-se todos descendentes de Odudua e tinham Ilê Ifé como cidade sagrada originária, inclusive para os islamizados.²⁰³ As festas lustrais marcavam o início de um novo ciclo. O branco se espalhava pela cidade marcando uma identidade, não racial, mas caracterizada por um diferente conceito de moral, ética e sociabilidade.²⁰⁴ O ritual das Águas alimentava simbolicamente o corpo religioso e a Bahia republicana.

Além desta representação, a *água* também assume, no começo da República, um significado político. A luta pelo controle do poder simbólico da água começa com a proibição da lavagem. Em 1910, Ursulino dos Santos Rego foi preso por estar completamente molhado durante as comemorações do Dois de Julho.²⁰⁵ Brincadeiras com água eram associadas ao entrudo. Estes festejos cívicos, quando a Bahia comemora a Independência do Brasil, sofreram críticas, em 1904, do Inspetor de Higiene.²⁰⁶

²⁰¹SILVEIRA, Renato da. Op. Cit., 2006, p. 424.

²⁰²Durante o xirê observamos o canto na língua litúrgica, a dança, o transe e a indumentária religiosa. AMARAL, R. Op. Cit., 2002, p. 47.

²⁰³REIS, João José. Op. Cit., 2003, p 276. Algumas questões sobre Odudua e Oxalá foram captadas, por mim, nas observações realizadas em 2006, 2007 e 2008 nos festejos das Águas de Oxalá no Ilê Axé Opô Afonjá/Ba.

²⁰⁴SANTOS, Juana Elbein dos. Op. Cit., 1986, p.80.

²⁰⁵ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. “Patriotas, Festeiros, Devotos... As comemorações da Independência na Bahia (1888-1923)”. In: CUNHA, M C P (org.) *Carnavais e outras festas: ensaios de história social da cultura*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Cecult, 2002, pp. 195-196.

²⁰⁶No começo do Novecentos, a medicina assume a tarefa de tutora da sociedade e saneadora da nacionalidade. Os médicos prescreviam desde tipos adequados de

As Posturas Municipais de 1912 procuraram normatizar o comércio de alimentos condenando a venda de comidas em bandejas ou tabuleiros e a ocupação das calçadas por quitandeiras, geralmente negras ligadas ao candomblé.²⁰⁷ As elites cobravam do poder público ações efetivas. Este, por meio da força policial, deveria combater a “má orientação cívica e religiosa” dos soteropolitanos.²⁰⁸

Os embates culturais e ideológicos, através da manipulação de símbolos e alegorias, por parte das elites ilustradas, tinham a finalidade de atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos. É por meio dele que se podem atingir os medos e as esperanças de um povo e é constituído e se expressa por ideologias e utopias, mas também por símbolos, alegorias e mitos.²⁰⁹

As Reformas Sanitaristas, expressão máxima da missão modernizadora, tiveram seu ápice na década de 1920 sob o governo de Francisco Marques de Goés Calmon (1924-1928), pois o partido republicano fundado por este, o segundo PRB, foi capaz de estender o poder público até o interior.²¹⁰ As propostas reformistas de Calmon ecoaram nas elites ilustradas de Salvador e do Recôncavo e objetivavam, para além de uma preocupação com a saúde pública, higienizar as ruas e normatizar as sociabilidades.

A implantação dessas políticas fez surgir novas maneiras de diferenciar os grupos que constituíam a cidade e tinham práticas contrárias as orientações das reformas, como: práticas médicas populares, comércio de rua, hábitos alimentares, formas de vestir, espiritismo e, principalmente, as festas populares. Os terreiros continuavam a funcionar regularmente e contavam com a

alimentação e higiene corporal até costumes e comportamentos adequados aos lugares públicos. Idem, p. 171.

²⁰⁷Arquivo Histórico e Municipal de Salvador – AHM. Código de Posturas do Município da Cidade do Salvador. Livros de Registro de Posturas, 1912.

²⁰⁸*Diário de Notícias*, 09/12/1912.

²⁰⁹CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 10.

²¹⁰SAMPAIO, Consulelo Novais. *Crisis in the Brazilian Oligarchical System*. Tese de Doutorado, Baltimore: The Johns Hopkins University, 1979, pp. 163-271.

participação daqueles que deveriam combatê-lo: “soldados da polícia e gente de automóvel de todo canto da cidade”²¹¹

As festas religiosas pertencem ao contexto social que as comemora e produz.²¹² Os embates em torno delas mostram a luta por um lugar em Salvador e como os contemporâneos lidavam com os dilemas de seu tempo. A Bahia, na Primeira República, foi construída culturalmente através dos espetáculos das águas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru/SP: Edusc, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes. 2007.

HERMANN, Jaqueline. “História das Religiões e Religiosidades”. In: CARDOSO, C F. e VAINFAS, R.. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia* Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2002.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

²¹¹ *A Tarde*, 19/11/1925.

²¹² ABREU, Marta. *O Império do Divino*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999, pp. 199-200.

O TRIUNFO DA VIRTUDE SOBRE O DEMÔNIO NA GRAVURA DE SAMICO

Fabio Fonseca*

Entre as xilogravuras do gravador pernambucano Gilvan Samico, várias apresentam personagens, símbolos e alegorias que correspondem a releituras de temas bíblicos e medievais. Na busca de fazer uma arte que refletisse a identidade nacional, o artista mergulha no universo das histórias narradas nos folhetos de cordel e modifica sua obra tanto no aspecto gráfico como temático. Porém seus temas não se restringem somente às histórias dos folhetos, sua obra também reflete um imaginário bíblico e medieval. Nos propomos a refletir sobre o tema “a vitória do bem sobre o mal” nas xilogravuras “Juvenal e o dragão” (1962), “O triunfo da virtude sobre o demônio” (1964) e “A espada e o dragão” (2000), e como a memória medieval se manifesta em sua obra por meio da religiosidade, fazendo a análise iconográfica das imagens²¹³.

A gravura “Juvenal e o dragão” de Samico (fig. 01)²¹⁴ foi elaborada a partir da epopéia narrada por Leandro Gomes de Barros (1865-1918) no folheto de mesmo nome²¹⁵. A luta do herói contra o dragão para libertar a princesa é o tema central da narrativa. Na gravura um jovem luta contra uma serpente alada diante de um rochedo que divide a imagem horizontalmente entre o espaço do céu e o terrestre. No centro o dragão parece saltar de dentro da caverna,

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arte da Universidade de Brasília. Orientadora, Professora Dra. Maria Eurydice Ribeiro.

Trabalho desenvolvido com o apoio do Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação da UnB.

²¹³ PANOFSKY, Ervin. Significado nas Artes Visuais; tradução de Maria Clara Kneese e J. Guinsburg. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

²¹⁴ SAMICO: do desenho à gravura. São Paulo 2004. 80 p. Catálogo de exposição, agosto / setembro de 2004, Pinacoteca do Estado de São Paulo.

²¹⁵

Disponível

em:

<[HTTP://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/jn000014.pdf](http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/jn000014.pdf)>.

Acesso

em: 28 abr. 2010.

se projetando na direção de Juvenal, quase o tocando com sua língua. A figura do dragão no ocidente, segundo a iconografia cristã, é identificada com o demônio ou com o mal. Sua imagem, com freqüência, está associada às representações de São Miguel, de São Jorge e do Apocalipse. As asas do dragão, grandes e coloridas, o sustentam no ar. As linhas que definem sua textura direcionam seu movimento no ataque.



Fig. 01 – Gilvan Samico – *Juvenal e o dragão*, 1962.
Xilogravura, 45 x 51,5cm.
Fonte: SAMICO: do desenho à gravura

Contrastando com o dinamismo do dragão, Juvenal mantém a sobriedade e o golpeia com uma de suas facas. Com a mão direita segura uma faca, com a esquerda golpeia o dragão com um facão, uma faca mais longa, chamada de peixeira pelo sertanejo. Os cães não interferem na luta, mas posicionados em torno do corpo do dragão, parecem transmitir um apoio ao jovem. Nos versos finais da narrativa escrita os cães irão se transformar nas aves que voam sobre a cabeça de Juvenal. Porém na imagem, as aves indicam algo mais

que uma passagem temporal. Situadas no espaço celeste sobre a cabeça de Juvenal, sugerem um apoio divino ao Jovem.

O chapéu e as roupas também correspondem a uma atualização do tema de São Jorge²¹⁶, agora, como Juvenal, foi transformado em sertanejo. Não tem o apoio de um cavalo, mas está acompanhado de seus três cães fiéis. A camisa xadrez com mangas longas é própria para andar sem arranhar os braços no meio da vegetação retorcida e espinhosa do sertão. Seu chapéu parece com o típico chapéu de couro do sertanejo, que tem abas pequenas e se acomoda justo à cabeça.

Na gravura “O triunfo da virtude sobre o demônio” (fig. 02) a área texturizada com linhas sinuosas preenche a imagem diagonalmente da parte superior à inferior. Projeta-se para fora dos limites da gravura ao romper a moldura criada pelo artista, assim são formados três compartimentos dispostos lateralmente. Na área texturizada uma cobra serpenteia verticalmente com a cabeça voltada na direção de seu oponente, que representa o bem, talvez um anjo. O anjo paira no céu sobre uma estrela, empunha um arco e aponta uma flecha na direção do demônio. O arco é também o objeto do primeiro dos quatro cavaleiros citados no livro do Apocalipse²¹⁷, “Vi então quando apareceu um cavalo branco. O cavaleiro tinha um arco, e deram para ele uma coroa. Ele partiu, vitorioso e para vencer ainda mais” (Ap 6,2).

²¹⁶ VARAZZE, Jacopo de, Arcebispo de Gênova. *Legenda Áurea: Vidas de Santos/Jacopo de Varazze*; tradução do Latim, apresentação, notas e seleção iconográfica, Hilário Franco Júnior. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2003.

²¹⁷ A versão da Bíblia Sagrada utilizada está disponível em: <http://www.paulus.com.br/BP/_INDEX.HTM>. Acesso em: 28 abr. 2010.



Fig. 02 – Gilvan Samico – *O triunfo da virtude sobre o demônio*, 1964.

Xilogravura, 35 x 51cm.

Fonte: **SAMICO: do desenho à gravura**

No terceiro compartimento, deslocada da cena da luta, uma mulher trajando uma saia longa, tem os pés bem assentados sobre a terra. As alegorias presentes na gravura podem ser encontradas no livro do Apocalipse identificando a mulher com Maria, mãe de Jesus, no confronto entre o Reino de Deus e o reino do mal.

Quando viu que tinha sido expulso para a terra, o Dragão começou a perseguir a Mulher, aquela que tinha dado à luz um menino homem. Mas a Mulher recebeu as duas asas da grande águia, e voou para o deserto, para um lugar bem longe da Serpente. Aí, a Mulher é alimentada por um tempo, dois tempos e meio tempo. A Serpente não desistiu: vomitou um rio de água atrás da Mulher, para que ela se afogasse. Mas a terra socorreu a Mulher: abriu a boca e engoliu o rio que o Dragão tinha vomitado. (Ap 12,13-16)

A mulher segura dois ramos de palma cruzados em frente ao corpo. Os ramos remetem à saudação ao Senhor. “Estavam todos de pé diante do trono e diante do Cordeiro. Vestiam vestes brancas e traziam palmas na mão” (Ap 7,9). Também na chegada de Jesus em Jerusalém ele é saudado com ramos pela multidão. Três dos quatro evangelistas relatam a reverência. Sobre a terra uma igreja se interpõe entre a serpente e a mulher, protegendo-a do demônio.

A gravura “A espada e o dragão” (fig. 03) está dividida em dois compartimentos, um superior representando o espaço celeste com uma moldura branca e um cavaleiro no centro, e um inferior com uma moldura preta, que corresponde ao espaço da terra, com a representação de um dragão também centralizado.

No compartimento superior, inserido dentro de um quadrilóbulo, uma forma de enquadramento tipicamente medieval, o cavaleiro parte de uma área branca, iluminada, para uma zona de sombra, separadas por uma linha vertical. Não está apoiado sobre nenhuma base terrestre o que confere um caráter celestial à sua localização, reforçado pela presença de astros na área escura ao seu redor.



Fig. 03/detalhe – Gilvan Samico – *A espada e o dragão*, 2000.
Xilogravura, 93 x 48,7cm.
Fonte: SAMICO: do desenho à gravura



Identificamos o cavaleiro com a descida do Espírito Santo no dia de Pentecostes. Nos Atos dos Apóstolos é descrita a descida.

“De repente, veio do céu um barulho como o sopro de um forte vendaval, e encheu a casa onde eles se encontravam. Apareceram então umas como línguas de fogo, que se espalharam e foram pousar sobre cada um deles. Todos ficaram repletos do Espírito Santo” (At 2,1-4).

O adorno vermelho em seu chapéu lembra mais uma chama que uma pluma. Posicionado sobre a cabeça do cavaleiro indica uma iluminação divina a ele. A referência do fogo com o Senhor aparece também no Êxodo, “Toda a montanha do Sinai fumegava, porque

Javé tinha descido sobre ela no fogo” (Êx 19,18). O raio em seus trajes também aparece como um símbolo Divino. “Três dias depois, pela manhã, houve trovões e relâmpagos e uma nuvem espessa desceu sobre a montanha” (Êx 19,16). As curvas que se expandem do quadrilóbulo e invadem o espaço celestial do compartimento inferior assemelham-se com uma nuvem. A nuvem pode ser encontrada no Êxodo, ao ser descrita a aliança de Javé com os filhos de Israel, indicando a aproximação divina. “Javé disse a Moisés: «Vou me aproximar de você numa nuvem espessa, para que o povo possa ouvir o que eu falo com você e acredite sempre em você»” (Êx19, 9).

No Apocalipse também encontramos algumas referências ao raio, à chama e à nuvem como símbolos do Senhor. Ao proclamar Jesus como o centro da fé cristã o evangelista anuncia, “Ele vem com as nuvens; e o mundo todo o verá [...] parecia um filho de Homem, [...] os olhos pareciam uma chama de fogo” (Ap 1,7-14). Ao descrever a visão que teve do céu o apóstolo cita um trono, “Do trono saíam relâmpagos, vozes e trovões. Diante do trono estavam acesas sete lâmpadas de fogo, que são os sete Espíritos de Deus” (Ap 4,5). Quando anuncia a vinda do Reino de Deus, “Abriu-se então o Templo de Deus que está no céu, e apareceu no Templo a arca da aliança. Houve relâmpagos, vozes, trovões, terremotos e uma grande tempestade de pedra” (Ap 11,19).

A figura do cavaleiro montado em um cavalo branco também sugere a identificação do tema com o julgamento final. “Vi então quando apareceu um cavalo branco. O cavaleiro tinha um arco, e deram para ele uma coroa. Ele partiu, vitorioso e para vencer ainda mais” (Ap 6,2). E quando Cristo vence as forças do mal “Vi, então, o céu aberto: apareceu um cavalo branco, e o seu cavaleiro se chama Fiel e Verdadeiro. Ele julga e combate com justiça. Seus olhos são chama de fogo. Sobre sua cabeça há muitos diademas” (Ap 19,11-12).

No compartimento inferior, em primeiro plano, um dragão centralizado repousa solenemente sobre uma base horizontal simétrica adornada com um tratamento gráfico de formas geométricas. O dragão com os pés bem assentados sobre a base tem uma espada cravada no peito, cospe uma labareda para o alto

enquanto sua cauda aponta como uma seta na direção do cavaleiro. No segundo plano, duas áreas se contrapõem verticalmente. A inferior, sobre a qual está o corpo do dragão, é densa, sem texturas, quase inteiramente preta, apenas com uma faixa azul horizontal curvada para cima que estabelece o limite entre o mundo natural do globo terrestre e o mundo celestial, a área superior, de menor densidade, é representada pela nuvem. As curvas descritas pela expansão do quadrilóbulo se contrapõem à faixa azul terrestre e à labareda.

A oposição às forças do mal não está representada apenas pela nuvem. A espada cravada no peito do dragão se remete ao instrumento de julgamento Divino no livro do Apocalipse. O modo hierático que o corpo do dragão está representado o assemelha à esfinge do Egito, o que o remete ao livro profético de Ezequiel. Nele a espada também faz referência ao julgamento do Senhor, nesse caso, sobre o poder do faraó egípcio representado pelo dragão. “Assim diz o Senhor Javé: Aqui estou eu contra você, Faraó, rei do Egito, enorme dragão deitado no meio do rio Nilo [...] Vou trazer contra você a espada e eliminar homens e animais” (Ez 29,3-8). O profeta anuncia o dia da queda do Egito, “está chegando o dia de Javé; o tempo das nações será dia de nuvens escuras. A espada chegará ao Egito” (Ez 30,3-4).

As alegorias apresentadas remetem a gravura ao tema bíblico da vitória do bem sobre o mal. No entanto a base sobre a qual o dragão está assentado não parece fazer referência a algum tema bíblico. Mas percebemos a estilização de elementos vegetais reforçada pelo uso da cor verde. A textura geométrica aplicada nas duas laterais da base, que entornam as linhas verdes dispostas em X, sugere um grafismo dos índios brasileiros.

Samico, ao representar as alegorias bíblicas, atualiza o tema medieval não apenas acrescentando um grafismo que sugere uma nacionalidade. Mesmo contendo temas e alegorias medievais, suas gravuras não correspondem à narrativa de um episódio bíblico, como ocorre com os vitrais e retábulos da Idade Média. Esses foram feitos com a função de instruir os fiéis sobre os relatos, de modo a permitir a memorização de acontecimentos narrados na Bíblia ou para

memorização dos vícios e virtudes²¹⁸. Já suas gravuras são representações que o artista faz partindo de diversas alegorias e refletem mais uma memória coletiva²¹⁹ do que um relato bíblico.

²¹⁸ YATES, Frances A. A Arte da Memória; tradução de Flávia Bancher. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

²¹⁹ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva; tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

A REVISTA CULTURA POLÍTICA: REINTERPRETAÇÃO DA HISTÓRIA DO BRASIL E IDEÁRIO NACIONALISTA NO ESTADO NOVO

Felipe de Sousa Lima Vasconcellos

O Estado Novo, regime instaurado no Brasil em 1937, tinha como um dos seus pressupostos básicos ganhar a adesão e a aprovação da sociedade. Essa necessidade de legitimação do regime deu-se, segundo Maria Helena Capelato, pela própria maneira como foi instaurado o regime, uma vez que ele foi oriundo de um golpe e não eleito pelo voto popular. 220

Num contexto em que a estrutura social do Brasil se modificava de forma relativamente rápida, com uma classe média urbana que crescia rapidamente em número devido ao processo industrial do país, Getúlio Vargas e os dirigentes do país se utilizaram da comunicação social como a principal forma de legitimar o novo regime frente aos diferentes setores da população brasileira.

Com esse intuito, foi criado em dezembro de 1939 o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, como resultado do Decreto-lei nº 1.915. A direção do departamento esteve, entre 1939 e 1942, nas mãos do jornalista Lourival Fontes, personagem próximo a Vargas desde 1930, já que era integrante da Aliança Liberal. Seu sucessor foi o Major Coelho dos Reis, que dirigiu o órgão até julho de 1943, sendo sucedido pelo Capitão Amílcar Dutra de Menezes até 1945, quando o departamento foi extinto.

Além da veiculação das mensagens analisadas com o objetivo de dar legitimidade do regime frente à população, levando à opinião pública as diretrizes doutrinárias estadonovistas, o DIP também era encarregado de censurar as mensagens que lhe fossem

220 CAPELATO, Maria Helena. *Propaganda política e controle dos meios de comunicação*. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: editora FGV, 1999. p.170

contrárias. O órgão proibia totalmente ou parcialmente o conteúdo de tais mensagens, além de modificar os conteúdos presentes nos meios de comunicação a fim de lhe darem um caráter propício aos objetivos governamentais. Dessa maneira, o DIP era a principal ferramenta utilizada pelo governo para que pudesse ser criada a base social de sustentação do regime.

Essa dualidade propaganda/censura foi por muito tempo na historiografia brasileira a explicação dada para as funções do DIP. Contudo, como analisa Silvana Goulart, as funções do órgão iam além, já que era ele o incumbido de centralizar os meios de comunicação de massa.²²¹ Num contexto em que o poder executivo ampliou-se de uma forma inédita na vida política do país, o Estado passou a centralizar e controlar os meios de comunicação, e o DIP era o aparelho estatal responsável por isso. Sua ligação direta com o governo é refletida no fato de os cargos de confiança do órgão eram atribuídos diretamente pelo presidente.

Dentre as cinco seções do DIP – cinema e teatro, radiodifusão, propaganda, turismo e imprensa – esta última adquiriu uma importância central. Foi principalmente através da imprensa que o regime estadonovista procurou disseminar entre as diferentes classes sociais sua ideologia, veiculada através de um discurso que pretendia fazer um diálogo próximo entre os governantes e as massas. Durante o Estado Novo, era direta a ligação entre o Estado e a imprensa. Sua função era estritamente política. A própria Constituição de 1937 subordinou a imprensa ao Estado, passando a imprensa a ter uma função pública, “entendida como capaz de permitir a comunicação direta entre o governo e o conjunto da sociedade.”²²²

No conjunto das políticas de propaganda implementadas pela seção de imprensa do DIP, destaca-se a revista *Cultura Política*. Apesar de terem sido publicadas outras revistas com o intuito de se

²²¹ GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial. Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. Brasília, CNPq, São Paulo, Marco Zero, 1990

²²² OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo*. In: BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. p.49

fazer propaganda do regime (Ciência Política, Estudos e Conferências, Dos Jornais), *Cultura Política* tem uma importância fundamental. Tomando as palavras de Ângela de Castro Gomes, “a revista nascia como a voz oficial da propaganda estadonovista”.²²³ A importância da revista pode ser analisada através de sua grande tiragem, sendo vendida nas bancas de jornal do Rio de Janeiro e de São Paulo. A direção do periódico mensal coube ao intelectual Almir de Andrade, figura indicada pelo próprio Vargas.

Cultura Política sintetizava em seu conteúdo as propostas propagandistas do Estado Novo. Podemos perceber um claro conteúdo político, refletindo a grande preocupação do regime com a área da política cultural. No periódico, vemos que mensagens que valorizam tanto a figura do chefe da nação (notadamente através da exaltação de suas virtudes pessoais e políticas) como de todo regime. Este último aparece sempre como uma evolução em relação à República Velha, esta ligada a uma idéia liberal ultrapassada.

Entre os colaboradores da revista, podemos perceber que a presença de intelectuais de renome (Gilberto Freyre, Graciliano Ramos e Nelson Werneck Sodré) como de pessoas desconhecidas do grande público. A linguagem do periódico também é variável, havendo a presença de artigos com um vocabulário mais erudito como outros de linguagem mais “popular”. Podemos associar essa constatação ao público-alvo da revista. Excetuando-se naturalmente os analfabetos – que eram uma parcela considerável da população da época e que na política estadonovista deveriam ser atingidos através do rádio – a revista deveria levar o discurso do governo aos diferentes setores da sociedade. Segundo o próprio Almir de Andrade, a revista *Cultura Política* deveria ser um “espelho do Brasil”. Ela deveria retratar todos os pensamentos e realizações do povo brasileiro, das pessoas de todas as gerações e lugares do país.

Entretanto, as realizações do Estado Novo com o objetivo de legitimação do regime através da inculcação de seus pressupostos nas massas populares vai além da utilização dos meios de

²²³ GOMES, Ângela Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p.127

comunicação. O regime estadonovista representou também uma reformulação profunda no que diz respeito à educação do país. Pela primeira vez em nossa história houve uma preocupação em se construir um sistema nacional de ensino. Isso foi feito através das leis orgânicas do ensino, constituíram-se em seis decretos-lei publicados entre os anos de 1942 e 1946, sintetizados no Plano Nacional de Educação. Tais decretos orientaram toda a organização do ensino primário (Decreto-lei nº6.141, de 28/12/1943), secundário (Decreto-Lei 4.244, de 9/4/1942), normal (Decreto-Lei 8.530, de 2/1/1946), agrícola (Decreto-Lei 9.613, de 20/8/1946) e industrial (Decreto-Lei 4.073, de 30/1/1942). A “reforma Capanema”, como ficaram conhecidas as reformas devido ao ministro da educação Gustavo Capanema, concretizou a ideologia educacional do Estado Novo; mais que isso, refletiu a própria ampliação do conceito de educação no regime.

A reforma tinha um caráter amplo. Havia modificações no ensino primário, secundário e superior; além de colocar a educação sob quase total responsabilidade do governo central e ressaltar a importância da educação das mulheres e dos jovens. Todas as realizações promovidas pela reforma Capanema tinham como intuito maior fazer da educação uma grande ferramenta de construção de uma sociedade e nação ideais. A educação consolidou-se como uma ferramenta de legitimação do regime. Apesar de as palavras dos políticos da época remeterem sempre à idéia de democratização do ensino, a reforma visava, na verdade, a consolidação de uma sociedade elitista. Isso se deu principalmente devido à instauração de um sistema bifurcado de ensino, onde às classes mais baixas caberia o ensino profissionalizante e às altas o ensino secundário.

A Educação Moral e Cívica foi um dos pontos da reforma que mais deu margem a discussões dentro do aparato do governo. Após várias divergências quanto à sua implementação, decidiu-se que a educação moral e cívica não seria uma disciplina independente das demais. Ela deveria ser dada em todos os ramos do ensino, e não somente no ensino secundário como defendiam alguns políticos e educadores.

Seus pontos principais seriam a disseminação e consolidação da crença em Deus, da religião, da valorização da família e da pátria. Para tanto, as disciplinas de História e Geografia ganharam em importância no currículo das instituições de ensino. O ensino de História do Brasil, que a partir dos anos 40 passou a ser uma disciplina independente da História Geral, deveria ser o principal meio de concretização da educação moral e cívica²²⁴. A História do Brasil, atendendo aos interesses do governo, deveria ser lecionada através das biografias dos grandes líderes nacionais e dos grandes feitos de nossa civilização, concretizando dessa forma o caráter humanístico de ensino desejado pelo governo e formando os líderes que deveriam guiar a nação nos anos posteriores.

Aliás foi essa uma característica marcante das reformas de 1942: a valorização da formação humanística sobre a ciência. Foi marcada a supremacia do ensino ligado às humanidades clássicas, ou seja, o latim e o grego. Enquanto o ensino de física, química e biologia caíam em sua importância nos currículos escolares, gradativamente foi-se impondo uma formação que valorizasse os relatos heróicos de cidadãos, os símbolos nacionais e a história dos grandes impérios. Nos pressupostos do regime, esse deveria ser o tipo de formação ideal para se construir a elite do país, os grandes “condutores das massas”.²²⁵ Mais uma vez essa política na área do ensino vai se estender a outras esferas da política estadonovista, notadamente a imprensa.

Esse é o ponto fundamental da pesquisa: analisar de que maneira a revista *Cultura Política* reflete as intenções de legitimação do Estado Novo, em consonância com as reformas educacionais realizadas pelo regime. A hipótese levantada é que o Estado Novo procurou disseminar em diversas áreas, como a imprensa e a educação, a ideologia que lhe era necessária para sua legitimação frente a uma sociedade que se modificava rapidamente em relação à República Velha, tendo em vista à crescente industrialização do país.

²²⁴GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *História da Educação Brasileira*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.p.210

²²⁵*ibid.* p. 208

Para tal, analiso especificamente duas seções da revista: *História e Biografias*. São elas que dão maior base para que possamos discutir acerca de qual versão da História do Brasil o governo desejava passar à sociedade. Esse intuito é estreitamente ligado à educação, através da valorização dos grandes homens e dos grandes feitos, da formação humanística, do nacionalismo e da idéia de que o Estado novo não fazia nada que já não estivesse presente na vontade e no espírito do povo brasileiro.

BILIOGRAFIA:

BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. p.49.

CAPELATO, M. H. Estado Novo: Novas Histórias. In: FREITAS, M. C. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *História da Educação Brasileira*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006

GOMES, Ângela Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1999

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial. Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. Brasília, CNPq, São Paulo, Marco Zero, 1990

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar, 1982.

PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: editora FGV, 1999.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet.; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Santa Efigênia, SP: Editora Paz e Terra, 2000.

“TODOS UNIDOS FAZENDO UMA CORRENTE PRA FRENTE BRASIL!”: A REVISTA CARETA COM A SUA COBERTURA NA COPA DO MUNDO DE 1938

Felipe Leal de Oliveira
Daniele Leonor Moreira Gonçalves
Estudantes do curso de História UFV

A imprensa carioca de início do século XX foi fortemente marcada pela presença das revistas ilustradas humorísticas. Através dos mais distintos recursos como fotografias e crônicas, esse gênero da imprensa brasileira interagiu com diversos assuntos em voga, nas primeiras décadas do século. Além da modernidade e da política que envolviam o Brasil, essas revistas deram significativa “cobertura” para os eventos esportivos que aconteciam, como no caso a Copa do Mundo de 1938.

A revista *Careta* revelou-se uma das ilustradas humorísticas mais populares do seu período com expressiva cobertura sobre os eventos esportivos, como exemplo as constantes fotografias dos jogos de futebol entre os times do Rio de Janeiro. A partir desta análise preliminar propomos em investigar qual a cobertura cômica da *Careta* na participação do Brasil na Copa de 1938, na França.

No entanto para esse estudo de uma versão cômica sobre o Brasil no campeonato mundial, focalizou a pesquisa apenas nas charges. Pois, os traços cômicos do periódico proporcionaram ao público-leitor uma “visão” humorística sobre as movimentações da torcida e da seleção antes, durante e depois do campeonato mundial. Bem como algumas situações que caracterizam diferenças do brasileiro em relação ao europeu, principalmente em se tratando de futebol.

O tipo de abordagem adotada no artigo nos aproxima da chamada história cultural, á medida que nos possibilita reconstruir as representações de um grupo social. Nas palavras de Antoine Prost, os objetos e métodos da história cultural têm sua atenção “nas produções simbólicas do grupo e, em primeiro lugar, nos discursos que faz. Ou antes, nos seus discursos enquanto produções

simbólicas”. O que no presente trabalho está colocado nas representações e nos discursos cômicos da *Careta*, enquanto um grupo, sobre o envolvimento do selecionado brasileiro em um evento esportivo mundial. (PROST,1998, p.19)

I. Uma ilustrada humorística: a revista *Careta*

Fundada em 1908 por Jorge Schmidt, a *Careta* veio a se tornar uma das revistas humorísticas ilustradas mais importantes de sua época. Segundo Nelson Werneck Sodré, no início do século XX ocorre um *boom* de revistas onde inúmeras delas tiveram vida efêmera sendo poucas como a *Careta* a sobreviverem até os anos de 1960. (SODRÉ, 1999, p.326.)

Em seu corpo editorial a revista contou com importantes cronistas como Olavo Bilac e Lima Barreto e famosos chargistas como J. Carlos e K. Lixto. Apesar das alterações ao longo dos anos, a estrutura editorial do periódico estava distribuída em torno de 44 a 55 páginas no preço que começou a 300 réis e chegou mesmo a 600 réis. A revista continha sessões como “Block Notes” e “Galeria dos artistas da Tela” na qual se exploravam respectivamente tanto o humor como as imagens. Os suportes gráficos da *Careta* eram constituídos por fotografias, crônicas, propagandas comerciais e charges que organizados pelas páginas da revista fizeram jus ao gênero de ilustrada humorística.

As charges revelaram como um dos principais recursos editoriais da *Careta*, na qual em certas edições chegou a 13 unidades. Numa tiragem semanal, a revista apresentava-se todos os sábados pela manhã ao seu público com uma charge ocupando toda a capa dividindo-a apenas com o cabeçalho da revista. Pelas charges e por outros suportes materiais, a revista apresentou um perfil crítico investido de um humor sarcástico e irônico, mas não agressivo.

II. Copa do Mundo de 1938: preparando o rádio, a corneta e seguir o selecionado brasileiro.

A terceira edição da Copa do Mundo realizada em 1938 na França – a primeira em 1930 no Uruguai e a segunda edição em 1934 na Itália -, contou com uma participação brasileira muito forte segundo Rubim Santos Leão de Aquino em “Futebol uma paixão nacional”. Segundo ele, muitos comentaristas esportivos inseriam os brasileiros como favoritos, pois havia escolhido os melhores atletas diferentemente das edições anteriores, que por influência de desentendimentos e crises envolvendo federações e clubes o selecionado enviado ao campeonato mundial era prejudicado. (AQUINO, 2002, p.59)

A seleção brasileira parte para a Europa em uma viagem no navio *Arlanza*, juntamente com o locutor esportivo Gagliano Neto, completando o conjunto da delegação oficial brasileira na França. Este foi o único locutor latino-americano na Europa a cobrir o campeonato, e como era novidade no Brasil, “o povo, incrédulo e fascinado com os sons vindos do outro lado do oceano, vibrava.” (ORTRIWANO, 2000, p.0.) Durante este período se encontra a época romântica do rádio, onde o uso de todas as maneiras para conseguir transmitir o jogo da melhor forma possível e entendível eram válidas, sendo assim, Gagliano Neto explorava a emoção e a comicidade em suas transmissões para que atingisse uma grande parte da população.

A população brasileira agitava antes, durante e depois da Copa do Mundo de 1938. A “Campanha do Selo” apoiada pelo periódico *Gazeta* proporcionando o financiamento da viagem do selecionado, a presença de jogadores reconhecidos pelos brasileiros como Domingos da Guia, Leônidas da Silva e os demais do elenco, bem como o estilo distinto dos demais de se jogar o futebol, empolgava toda a torcida no Brasil, que apesar de terminar em terceiro lugar no campeonato, muitos torcedores assumiram esta colocação como vitória e portanto, o selecionado brasileiro foi recebido em sua terra natal com uma calorosa recepção, digna de vencedores.

cobertura cômica do Brasil na Copa

Ao reparar esta charge, observamos a presença de pessoas das mais diversas formas da sociedade, para ouvir a transmissão no rádio acerca do selecionado brasileiro jogando em terras estrangeiras. Curiosamente nota-se também a presença de uma mulher, D. Emerenciana, que nos permite pensar uma significativa popularidade dada ao futebol, já que a revista inclui até mesmo uma senhora em ambientes ditos masculinos.

De acordo com Eliazar João da Silva, o rádio foi preponderante para a massificação do esporte. (SILVA, 2004, p.148) E dessa forma apresentada na Copa do Mundo de 1938, o esporte ganha grandes proporções ao interessar não só uma parcela intencedora do futebol, mas a toda população que estava ávida para saber sobre os caminhos do selecionado brasileiro na França, mesmo não entendendo sobre o esporte. Toda essa multidão em volta do rádio, segundo Ortriwano, “quem não tinha rádio em casa, se aglomerava no Largo do Paissandu em São Paulo ou diante da Galeria Cruzeiro, no Rio de Janeiro. Por esse país afora, onde fosse viável, as pessoas se reuniam para não perder as transmissões ampliadas pelos alto-falantes que as emissoras espalhavam em lugares estratégicos, inclusive os estádios de futebol: os *fans da pelota* não queriam perder a façanha dos *footballers patricios* nos campos franceses.” (ORTRIWANO, 2000, p.0.)



Football sensacional!

— D. Emerenciana, ignorando a razão de ser daquela multidão que escutava o rádio no botequim, meteu-se no meio dos «torcidas».

REVISTA *CARETA*. Rio de Janeiro: Gerencia Redação e Oficinas, ano XXXI, n.1568, 09 de julho de 1938. P.23



Faz de conta

- Que negócio é aquele?
- É um torcedor que não se conformou.
- Que tem ele nas mãos?
- É a taça que nós ganhámos moralmente.

**REVISTA CARETA. Rio de Janeiro: Gerencia
Redação e Oficinas, ano XXX, n.1564, 11 de
junho de 1938. P.37.**

Já nesses outros traços notamos um torcedor com as mãos estendidas, numa suposta tentativa de alcançar taça de campeão mundial nas mãos. A charge dá uma dimensão cômica ao terceiro lugar do Brasil, colocando-o sarcástica e moralmente como o primeiro. O selecionado brasileiro foi considerado vencedor moralmente, segundo Aquino, pela atrapalhada arbitragem no olhar de Gagliano Neto. Este locutor esportivo com suas transmissões emocionadas, dizia que o árbitro da partida entre Brasil e Itália foi o culpado pela retirada do Brasil da final. E assim toda a população acreditou nele. Fábio Franzini cita como um dia fatídico, segundo Thomaz Mazzoni, “quase causou uma revolução no Brasil. Todo mundo deixou de trabalhar [foi uma quinta-feira], o decorrer do jogo

causou intenso nervosismo, indignação depois devido ao penal, enfim, não poucos foram os incidentes. As notícias desencontradas após o jogo causaram maior agitação. Correu o boato de que a partida seria anulada. A torcida não queria se conformar. O entusiasmo, que com esse cotejo chegara ao auge, pois foi um autêntico acontecimento que sacudiu o país de ponta a ponta, trouxe uma imensa decepção quando nosso revés foi confirmado.” (FRANZINI, 2003, p.81)

IV. Apito Final: considerações finais

A agitação provocada pela participação do Brasil na Copa repercutiu em todos os órgãos da imprensa. De forma cômica, a *Careta* também brincou com muitos nuances da seleção brasileira mais especificamente com a repercussão nos grupos sociais mais desfavorecidos. A forma “calorosa” como a população comportou-se diante do envolvimento do Brasil no futebol mundial constitui-se assim na base do que veio a ser a representação cômica do futebol nas charges.

Diante das representações, encontramos também um povo brasileiro que vivenciou a Copa do Mundo de 1938 de forma estreita com o selecionado brasileiro, se transformando com o que conhecemos popularmente como o “décimo segundo jogador” mesmo estando longe da seleção brasileira. E assim torcida e jogadores “respiravam” futebol neste período, se aglomerando em certos locais como demonstrado nas representações da *Careta* para a escuta da transmissão para saber a direção do selecionado brasileiro em relação à Copa do Mundo de 1938, realizada na França.

Referências bibliográficas

AQUINO, Rubim Santos Leão de. **Futebol, uma paixão nacional**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

FRANZINI, Fábio. **Corações na ponta da chuteira: capítulos iniciais da história do futebol brasileiro(1919-1938)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **França 1938, III Copa do Mundo: o rádio brasileiro estava lá**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2000. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt> acesso em 20/10/2008.

PROST, Jean. Social e Cultural indissociavelmente. *In*:RIOUX. Jean Pierre. SIRINELLI, Jean François.**Para uma história cultural**.Editora Estampa, 1998.

SILVA, Eliazar da. **A seleção brasileira de futebol nos jogos da Copa do Mundo entre 1930 e 1958: o esporte como um dos símbolos de identidade nacional**. Assim – SP: UNESP, 2004. 333p. Tese de Doutorado em História, Faculdade de Ciências e letras da Universidade Estadual Paulista, Assis – SP, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**.4ªed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

UM PARECER DO CONSELHO: A JURISDIÇÃO ATRAVÉS DAS CONSULTAS

Fernanda Generoso*

fernanda.generoso@yahoo.com.br

Segundo António Manuel Hespanha, a monarquia portuguesa seguiu até o século XVII a concepção corporativa do Estado, na qual todos os órgãos da sociedade eram indispensáveis para o funcionamento do poder, que por natureza era compartilhado e permitia a autonomia política dos corpos sociais. O soberano representava a unidade e mantinha a harmonia entre seus membros, atribuindo a cada um aquilo que lhe era de direito (HESPANHA, 1998:114-115), ou seja, exercendo a justiça, que segundo José Subtil, era a área de excelência do soberano, era a característica jurisdicionalista do poder monárquico. Nesta esfera, segundo Subtil, dominam os órgãos ordinários do governo, como tribunais, magistrados e os conselhos (SUBTIL, 1998:141).

A autonomia funcional dos corpos políticos está ligada ao autogoverno, e desta forma, o poder de julgar conflitos e emitir comandos (XAVIER, HESPANHA, 1998:115). Os conselhos foram criados procurando dar conta das demandas dos diversificados foros, liberdades e privilégios, concedendo espaço e direitos próprios a cada estado (BARROS, 2008: 30). Por conseguinte, a ação dos diversos conselhos desempenhou papel fundamental na administração e funcionamento desse “corpo” político.

Nesse contexto, este trabalho enfatiza o funcionamento do Conselho Ultramarino através da análise das Consultas referentes ao Estado do Brasil. Evidenciaremos as funções que essas tiveram durante a segunda metade do século XVII, destacando a relevância das mesmas como meio de comunicação entre o rei e os conselheiros, assim como uma forma de aplicação da jurisdição

* Graduada em História pela Universidade Federal de Viçosa (DHI-UFV), Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisa *Impérios Ibéricos no Antigo Regime: política, sociedade e cultura*, certificado pelo CNPq.

régia, buscando entender como se deu a governação no Antigo Regime português.

O Conselho Ultramarino foi criado por decreto real, em 1642, com o propósito de administrar o Império marítimo português (MYRUP, 2009:267). Segundo Dom Raphael Bluteau,

Conselho d'Ultramar, ou Ultramarino - He hum Tribunal, em que està incluída toda jurisdição das Conquistas da Coroa de Portugal, & assim prove todos os postos, Bispados, & governos Ultramarinos, excepto o Vice-Rey da India. Tem hum Presidente, seis Conselheyros, hum Secretario, dous Portheyros, &c. Foi instituído por el-Rey D. João IV²²⁶.

Edval Barros, através de uma análise na qual o conflito pelo poder entre os diversos tribunais da coroa portuguesa é constante, coloca como as principais atribuições do novo Conselho as Consultas para o provimento dos postos de fazenda e justiça, provimento dos vice-reis, governadores e capitães-mores, as consultas das mercês (que poderiam ser manipuladas, segundo o autor, sem interferências externas), além de selecionar os navios que partiriam para o ultramar, estipulando tripulação e equipagem, assim como reparos²²⁷. Assuntos que, no geral, haviam sido atribuições do Conselho da Índia²²⁸. De certa forma esses poderes foram-lhe dados em detrimento do Conselho da Fazenda, do Desembargo do Paço e da Mesa de

²²⁶D. Raphael Bluteau. *Vocabulario Portuguez e Latino*, vol. 05, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, S/d, cd- ROM. p.544.

²²⁷Ver Regimento do Conselho em: SILVA, José Justino de Andrade e. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*. Livro 1640-1647. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva. 1856. p. 151-154. Apesar das atribuições de provimentos de governadores e vice-reis estarem decretadas no Regimento do Conselho Ultramarino de 1642, o que se verificará na prática é o esvaziamento desses poderes.

²²⁸ O Conselho da Índia foi um órgão administrativo que comandou o Império marítimo de Portugal entre 1604 e 1614. Foram outorgados a este amplos poderes nas esferas do governo, da guerra, fazenda e justiça. Cf.: BARROS, 2008:105, e MYRUP, 2009:266.

Consciência e Ordens. Barros afirma, desta maneira, que o Conselho não inova, pois Portugal já possuía tribunal com tão amplas prerrogativas para as conquistas, o que se traduziu em uma ameaça para os próprios poderes do Conselho (BARROS, 2008:105-107), afinal, sua implantação sofreu diversas oposições de facções, casas, linhagens e outros tribunais portugueses²²⁹.

Erik Myrup corrobora à visão exposta acima ao afirmar que as instruções do Conselho Ultramarino possuíam notável semelhança às de seu antecessor, ainda que nunca tenha desfrutado do mesmo grau de poder, foi uma extensão do Conselho das Índias. O nome “neuro” do Conselho Ultramarino sugere, para o autor, a crescente importância do Brasil, mesmo “... que Portugal ainda mantivesse ambições imperiais na Ásia, o futuro de seu império ultramarino não se apoiaria mais na Índia, mas sim no Oceano Atlântico” (MYRUP, 2009:266-267). Myrup focaliza sua análise na composição e carreira dos componentes do Conselho Ultramarino, destacando a atuação dos mesmos sob uma ampla rede clientelar.

A organização do Conselho Ultramarino era baseada nos padrões dos séculos XVI e XVII, composto por um presidente aristocrata, geralmente um conde ou um marquês, dois conselheiros provenientes da aristocracia militar, os chamados “capa e espada”, um terceiro conselheiro graduado, o letrado, e um secretário não votante. A união entre letrados e aristocratas contrabalançava o poder dos últimos. Os letrados eram responsáveis pelas questões administrativas, enquanto os aristocratas proprietários de terras exerciam funções consultivas e executivas (MYRUP, 2009:268). Havia ainda os escrivães, os moços (que ajudavam nas correspondências e auxiliavam de diversas formas os conselheiros), e porteiros, que constituíam o Conselho (MYRUP, 2009:273-274). Respeitando a hierarquia da sociedade, os membros do Conselho Ultramarino eram divididos de acordo com educação e linhagem

²²⁹Sobre os conflitos de jurisdição entre o Conselho Ultramarino e outros tribunais da coroa, ver também: CARDIM, Pedro. *A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade de Seiscentos*. In: Tempo. Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2002.

(MYRUP, 2009:271). A jornada de trabalho dos conselheiros, segundo Edval Barros, era de três horas diárias (BARROS, 2008:106).

O parecer do Conselho Ultramarino aconselhava ao rei, como foi dito anteriormente, nas questões concernentes as conquistas, o que nos mostra que as Consultas do Conselho Ultramarino foram importantes instrumentos de comunicação entre os administradores do além-mar e a coroa portuguesa (BARROS, 2008:33, MYRUP, 2009:265). As correspondências do Império passavam no Conselho antes de serem enviadas ao rei com os pareceres do Conselho em geral e dos conselheiros, quando estes tinham opiniões distintas, assim como em alguns casos, percebe-se a opinião particular de outros oficiais como Procuradores da Coroa ou Fazenda.

Recorrendo novamente a Dom Raphael Bluteau, Consulta significava

Conferencia, para deliberar alguma cousa (...) fazer huma consulta (...). As consultas que elles fazião sobre os negócios da Republica (...) consulta resolução da consulta ou o que el-Rey responde por seus ministros, ou o que o mesmo Rey elege por lhe parecer melhor²³⁰.

As Consultas abrangem um leque demasiado diverso de assuntos. Edval de Souza Barros afirma que estas se dividem em três modelos: consultas mistas, das partes e das mercês. As duas primeiras emanam de representações das diversas áreas do Império português que são encaminhadas diretamente ao conselho ou enviadas ao rei, são matérias do interesse da coroa e dos súditos como nomeações, criação de ofícios e postos militares, pedidos de auxílio para reformas tanto de naus quanto de províncias, entre outros. As últimas referem-se a assuntos particulares e supõe algum tipo de favor real. Segundo Barros, através das consultas os conselheiros comunicavam ao monarca o que lhes era reportado, em

²³⁰ D. Raphael Bluteau. *Op. Cit.* p. 488.

alguns casos sem opinar, cabendo ao rei uma deliberação mais extensa sobre o assunto (BARROS, 2008:33). Conforme visto em nossas pesquisas, eventualmente o rei pedia o parecer de outros conselhos ou deliberava o que deveria ser feito quando não acatava o parecer do Conselho.

Para exemplificar, iremos analisar uma Consulta das Partes do Conselho Ultramarino, feita em 1673, referente ao Estado do Brasil. O presidente do Conselho elaborava as consultas juntamente com os conselheiros, nas quais se expunham as matérias em questões. No cabeçalho da mesma há informações acerca do que se trata, assim como dos que a requerem, que podem ser o rei, governador geral, desembargador, provedor. Neste caso quem requer é um Governador: “O governador da coroa e fazenda do estado do Brasil P^o da Rocha de Govea dá conta de como os governadores criarão dous off^{os} de meyrinho dos soldados e defuntos alsentes”²³¹. No decorrer da conferência os motivos que levaram à consulta são evidenciados e em determinadas ocasiões as cartas sobre as matérias são copiadas no corpo do documento. Nesta consulta podemos notar que os conselheiros evocam direitos da tradição da coroa portuguesa para firmar seus argumentos, como a regalia²³²:

O procurador da coroa e Fas^a do Brasil, P^o da Rocha de Govea em carta de 27 de Agosto do anno passado da conta a V.A. de como os governadores daquelle Estado há m^{tos} annos que criarão na cidade da B^a hum meyrinho a que chamão dos soldados ou haverá três annos outro dos defuntos e alsentes sem ordem de V.A. que deste off^o se passou provimento se passou provim^{to} a hum criado do desembargador Bernardino de Macedo e atualmente o esta servindo hum Manoel Luis

²³¹ PROJETO RESGATE, Códices I. AHU_ACL_CU_CONSULTAS DA BAHIA, Cod. 252. [Lisboa. 23/01/1673], imagem 0415.

²³² “Direito Real he poder crear Capitães”, “Poder fazer Officiaes de Justiça, assi como são Corregedores, Ouvidores, Juizes, Meirinhos, Alcaldes, Tabelliães, Scrivães e quaesquer outros Officiaes deputados para administrar Justiça.” Cf em.: Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal. 14^a Edição. RJ: Tipografia do Instituto Filomático. Livro II. 1870. Título XXVI, Parágrafo 1. p.440. Disponível em: http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verobra.php?id_obra=65

Lopes e que como isto prejudique ao direito da regália pois se V.A. pode criar aquelles off^{os} de que lhe pareceo Dar conta a V.A. para mandar o que for servido²³³.

Após expostos os problemas, os conselheiros dão seus pareceres, sugerindo resoluções ao rei ou deixando a cargo do mesmo agir como achar melhor. Na consulta em questão o Procurador da Coroa emite sua opinião acerca do assunto, assim como um dos conselheiros, o Duque Presidente, que relembra o regimento que era contra a criação de ofícios. Ao final do documento colocam o nome da cidade cede do Conselho Ultramarino, a data e a assinatura dos conselheiros presentes:

E dando se vista da carta referida ao procurador da coroa respondeo que criar de novo os off^{os} som^{te} a V.A. pertence e assy lhe parecia que se devia mandar destes ministros que não se crião taes off^{os} e ao governador que se elles são necessários que dê conta a V.A. com as rasoas que se lhe offerecerem para V.A. mandar o que for servido. Ao cons^o parece o mesmo que ao procurador da coroa e acrescenta o Duque Presidente que se estes ministros levarão dous ordenados da fas^a real se hajão pella fazenda do provedor mor da fazenda real; porque os mandou assentar sem dar conta a V.A. e o representar ao governador na forma de seu regim^{to} que era contra crear officios novos. E o concelho se conforma com o Duque Presidente e se deve escrever ao des^{er} P^o da Rocha de Govea e que se manda executar e que avise que Se assy se fas do mais que for conveniente ao serviço de V.A. em Lx^a a 23 de Jan^{to} de 673. Duque|| Saa|| Malheiros|| Dourado|| Falcão|| Macedo||²³⁴.

²³³ PROJETO RESGATE, Códices I. AHU_ACL_CU_CONSULTAS DA BAHIA, Cod. 252. [Lisboa. 23/01/1673], imagem 0415.

²³⁴ PROJETO RESGATE, Códices I. AHU_ACL_CU_CONSULTAS DA BAHIA, Cod. 252. [Lisboa. 23/01/1673], imagem 0415.

Após o parecer do Conselho Ultramarino, as matérias são enviadas ao Rei que dá a deliberação do problema na lateral esquerda do documento (verbação), ordenando o que deve ser feito. Eventualmente o soberano manda que outros tribunais ou ministros sentenciem acerca do assunto. Na consulta em questão, o Rei concorda com o conselheiro Duque Presidente e o Conselho: “Como parece ao duq e cons^o. Lx^a. 20 de fev^{ro}. de 673, Príncipe.”²³⁵. Podemos notar ainda que a data do parecer do Conselho e a data da deliberação régia acontecem em menos de um mês, fato comum encontrado nas fontes. Desta maneira, tanto as Consultas das Partes como as Consultas Mistas, com as quais tivemos contato, seguem um padrão parecido com o exemplo utilizado.

Acreditamos, no que diz respeito à monarquia portuguesa como uma entidade corporativa e jurisdicional, que com o desenvolvimento de nossa pesquisa, cujas principais fontes são as Consultas do Conselho Ultramarino, poderemos obter um maior entendimento de como se deu a governação portuguesa na segunda metade do século XVII no âmbito das conquistas, já que as fontes representam um importante meio de comunicação entre o rei e seus funcionários do ultramar, no qual pretendemos ainda identificar redes de clientelas e preferências no interior do órgão ultramarino que resultaram em divergências e disputas entre seus membros.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, Edval de Souza. *Negócios de Tanta Importância: O Conselho Ultramarino e a Disputa pela Condução da Guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661)*. Lisboa: CHAM, 2008.

MYRUP, Erik. Governar à Distância: o Brasil na composição do Conselho Ultramarino, 1642-1833. In.: SCHWARTZ, Stuart,

²³⁵ PROJETO RESGATE, Códices I. AHU_ACL_CU_CONSULTAS DA BAHIA, Cod. 252. [Lisboa. 23/01/1673], imagem 0415.

MYRUP, Erik (orgs.) *O Brasil no Império ultramarino português*. Bauru: EDUSC, 2009.

SUBTIL, José Manuel. Os Poderes do Centro. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal*. Vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

XAVIER, Ângela Barreto, HESPANHA, António Manuel. A representação da Sociedade e do Poder. In: HESPANHA, António Manuel (org.). *História de Portugal. O Antigo Regime*. 4º vol.. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

A ESTRUTURA FAMILIAR NA MONTAGEM DO “ESTADO” BRASILEIRO NOS PRIMÓRDIOS DA COLONIZAÇÃO FLUMINENSE NOS SEISCENTOS

Fernando Maia da Motta*

Pensar em aparelho de Estado no Brasil é discorrer sobre sua instalação, esta que intimamente atrelada ao período ulterior a vinda da corte portuguesa para a capital de seu principal domínio no oitocentos, proporcionou as conhecidas mudanças estruturais na então colônia americana de Portugal (MARTINHO.1993,p.27). A convivência com instrumentos estatais administrativos e reinóis em “terreno” brasileiro tornou-se então novidade, se levarmos em consideração um longo processo temporal em que a gerência da colônia americana portuguesa tinha sua sede no outro lado do Atlântico. A presença do *Estado* ‘fisicamente’ em suas instituições-sedes não fora até então experimentado, uma vez que sua atuação se dava de maneira indireta, através de conselhos e representantes reinóis enviados pela coroa portuguesa para atuação na administração colonial; e tratar da administração colonial assume papel fundamental no entendimento da representatividade dos colonos americanos frente à coroa lusitana, a oportunidade do exercício de sentir-se parte do reino português.

Entretanto, há necessidade em nos enveredarmos nas entrelinhas da fabricação da terminologia “Estado Moderno” europeu como forma histórica determinada. Segundo o historiador Xavier Gil Pujol (1999) o emprego do termo “centralização” – intimamente ligado as práticas políticas do Estado Moderno- foi utilizado pela primeira vez em 1794, em plena época do Terror, no marchar da Revolução Francesa, assumindo, a partir de então, o objetivo político dos governos liberais do século XIX E foi alto o preço pago pela historiografia do XIX pela formação de Estados “nacionais”, centralizados e absolutistas, arraigada a conjuntura de fortalecimento dos Estados-nações, e por necessidade de se

* Mestrando em História Social/UERJ- bolsista FAPERJ

ajuizar tal situação, o direcionamento do raciocínio legitimador projetou-o retroativamente nas monarquias em formação nos séculos XV e XVI; desta forma os Estados-nações da Europa oitocentistas constituíram o destino lógico de um movimento contínuo, cujas origens remontam os primórdios dos tempos modernos(ELLIOT. 1992, p.48).

O historiador é um indivíduo balizado pelo seu tempo, e os questionamentos apresentados ao seu objeto de estudo, não se separam da conjuntura política, social, econômica e cultural em que testemunhamos. As últimas décadas tem nos apresentado movimentos de explosão – e de implosão – das antigas nacionalidades e emergência de outras identidades, locais, regionais, étnicas etc. a chamada crise da Modernidade nos apresenta um rearranjo da política, da geografia concomitantemente o próprio ajuizamento que tínhamos sobre a Europa. Tais processos nos levam a um conjunto de práticas de exercício de reinterpretação do próprio *fazer histórico*(BICALHO.2007,p.71). Não por acaso, que neste período de reflexão entre novos objetos, novas práticas e interpretações que insurji novos conceitos e ressignificações de antigas noções. Um desses conceitos é o de “monarquias compósitas” cunhado pelo historiador John Elliot que se designa como: formações políticas que incluíam diferentes reinos, regiões, povos e tradições sob a tutela de um governante. Experiência vivida, por exemplo, pela monarquia hispânica(especialidade de Elliot) dos Habsburgos, que reuniam sob a soberania de Castela, reinos como os de Aragão, Leão, Catalunha, Navarra; posteriormente, Milão, Nápoles, Sicília, Países Baixos, e por ultimo, Portugal.

Direcionada, grosso modo, a linha interpretativa do conceito de “Estado” a qual me refiro, sinto-me a vontade para expor a problemática a ser considerada. Sendo a órbita tempo-espacial no contexto das *alterações* pós-restauracionista vivido pela coroa lusitana e suas implicações nas redes de sociabilidade da colônia portuguesa da América, mormente a capitania do Rio de Janeiro. Porem foi em Portugal, que o “constrangimento” se deu por iniciado, com domínio espanhol sob a forma de União

Ibérica (1580 – 1640) que *oferecia* aos súditos o *justo* direito de resistir contra o governo dos Filipe, gradativamente associado à governabilidade tirânica e *assalto* ao trono luso, segundo a lógica do Tomismo e da escolástica, o povo poderia resistir e reassumir o poder que é seu de direito (MONTEIRO. 2002, p. 90-1). Tais combustíveis alimentavam a máquina da resistência lusa contra os excessos fiscais, injustiças, entre outras medidas. As ações enveredadas pelos portugueses transformaram a rebelião em uma ação positiva, sempre associada à lealdade a El Rey e à unidade do Reino luso. A Restauração de Portugal sob a dinastia dos Bragança, precedida pelas revoltas de Évora, Algarve e Alentejo culminou em uma decisiva reviravolta nas formas de luta política tanto na Metrópole quanto nas colônias (FIGUEIREDO. 2005, p. 20).

A condição revoltosa concebida pela resistência lusa e a *casa* dos Bragança no reino, acaba por transbordar aos oceanos e se instalar nas possessões do ultramar português. E na capital da América portuguesa –Bahia–, se inaugura o círculo de hostilidades gerado pelo ambiente duvidoso da Restauração portuguesa.

As situações das revoltas foram numericamente relevantes para serem expostas neste trabalho, implicando um espaço consideravelmente maior. Levado por este motivo deter-me-ei no espaço fluminense, na conhecida Revolta da Cachaça²³⁶, em que reside o cerne deste trabalho, sendo a captação de grande parte do poder político reinol em detrimento do público colonial.

E foi na madrugada de 08 de novembro de 1660 que vários homens aproveitaram, enquanto a cidade adormecia para cruzar a Baía da Guanabara, invadir a Câmara de vereadores, pressionar o governo interino, Thomé Correia de Alvarenga, e expulsar Salvador Correia de Sá e Benevides, governador titular que visitava São Paulo, de suas funções. A arquitetura, elaboração e desenvolvimento da revolta se deram na Freguesia de São Gonçalo de Amarante por parte de importantes famílias da *Banda D'Alem*, dentre elas, a do ex governador do Rio de Janeiro morto

²³⁶ Nomenclatura cunhada pelo historiador Luciano Raposo Figueiredo

naturalmente em meio a um motim em 1644, a família Barbalho. Sendo seu filho Jerônimo Barbalho Bezerra titular do motim e seu irmão Agostinho Barbalho Bezerra, governador da administração revoltosa (CAETANO, 2003, P.60).

Tendo em vista o turbulento novembro de 1660, verificaremos sua possível gênese. No mundo ultramarino o ápice de qualidade e *status quo* seria representado pelo acúmulo de poder no qual emergiam a possibilidade de se obter *privilégios* – nesse caso *honras e mercês* (cabedal simbólico) (FRAGOSO, 2003,145) . Segundo Maria Fernanda Bicalho, a possibilidade de acesso à administração local, ou seja, as câmaras de vereança era um dos principais métodos de conquista destes privilégios (BICALHO,1997,p.370). O poder municipal estava sempre relacionado às oligarquias locais. E logicamente, através do exercício das atividades na vereança que as oligarquias estruturavam e solidificavam sua superioridade política (MAGALHAES,1986, p. 38-9). E considerando esta afirmação percebemos a *rotina* na participação de moradores da freguesia revoltosa de São Gonçalo no exercício de cargos na câmara municipal entre 1635-1660. Totalizavam 9,3 % dos *homens bons*, assim os números dizem que “ (...) efetivamente alguns dos revoltosos circularam na câmara de vereadores, mas não o suficiente para impor seus objetivos sem a necessidade de eclosão do movimento de 1660” (CAETANO,2003,p. 155). Se levarmos em consideração que nem todos os revoltosos eram fixados na freguesia de São Gonçalo, esse número pode descer um pouco mais. Atentando-nos a dados colhidos, perceberemos que a freguesia de São Gonçalo em dado de 1778 pelo Marquês do Lavradio, possuía 24 engenhos de açúcar, 3 engenhos de aguardente. No qual a produção de açúcar era de 623 caixas e de cachaça 451 pipas (o que prova que a produção se desvincula até certo ponto do número de engenhos). A freguesia gonçalense ocupava posição privilegiada comparada com suas congêneres territoriais como Santo Antonio de Sá, Maricá, Cabo Frio, Inhomirim, Irajá e Guaratiba, a freguesia era a maior produtora de açúcar e cachaça no seiscentos na banda oriental da baía da

Guanabara (MOTTA, 2003, p.98). O que percebemos com esses dados é a posição que a freguesia ocupa em termos de produção seja açucareira ou da cachaça e que vai diretamente de encontro com sua representação política na sociedade seiscentista.

É de conhecimento geral, o fato de que as alianças entre as *boas* famílias fluminenses e sua teia de negociação visassem unicamente, a apropriação do poder político em prol do econômico com fins de manutenção da hierarquia social excludente. A negociação de cargos políticos e petições de mercês e o merecimento da mesma, formavam importantes instrumentos de trocas dentro dos *setores* familiares das elites, uma espécie de moeda. Sua estratégia baseava-se na reciprocidade entre as famílias e fora demonstrado mesmo nas trocas de *presentes* de casamento. A distribuição de serventias, ofícios régios e postos militares, alianças de nobres com grupos subalternos coloniais, como por exemplo, alguns mercadores. A própria lógica de uma economia de tipo Antigo em muito auxiliou a fixação da sociedade estamental nos trópicos e sua cultura política/econômica (SILVA, 1930, 26).

Os cargos públicos e políticos, eram considerados propriedades e negociados conforme o interesse de cada *bando* familiar, logicamente visando sempre a manutenção da hierarquia excludente. Por exemplo, os cargos de Provedor de Fazenda e Juiz de Órfãos eram propriedades dos Frazão Pereira e dos Teles Barreto. A mercê da *serventia* fora privilégio de doação do rei. Percebemos os limites de obediência à coroa lusitana quando verificamos que os Frazão Pereira e Teles Barreto reinventaram este expediente conforme seus interesses. Os Teles negociavam cargos de serventias de ofício, “de que não possuíam a propriedade”. Como aponta a queixa do Ouvidor – sindicante José Rocha Pitta em 1680 chama a atenção do Desembargador Francisco da Silveira Soutomaior de nomear “alguns oficiais das serventias dos ofícios de escrivão dessa cidade apadrinhados seus entre estes, pessoas de menor qualidade²³⁷”. E tais manifestações vazavam ao campo do militar, da consangüinidade matrimonial das

²³⁷ Arquivo Nacional (AN) Provedoria da Fazenda Real do Rio de Janeiro., cód. 61,v. 7,477-478.

elites e até de sua escravaria, com fins de manutenção da ordem nas senzalas. O que tento demonstrar com estas explicações, espacialmente insuficientes, são os laços parentais e políticos que fechavam o cerco do poder na capitania do Rio de Janeiro do seiscentos e que culminaria com a *alteração* de 1660. Dentro da lógica do Antigo Regime, o poder econômico rege o político e vice-versa. Porém a reinvenção desta lógica acontecia em solo fluminense quando famílias da Freguesia de São Gonçalo possuíam cabedal econômico e não conseguiam cabedal político suficiente para obterem suas tão necessárias representatividades junto ao rei, sejam para petição de mercês, benesses ou doações. Esta *moeda* se encontrava estritamente no campo político e uma maneira de acumulação deste cabedal em grupos fechados era a confluência de *bandos*, a apropriação da moeda representativa por parte de alguns *bandos* oligárquicos em detrimento de outros. Ou seja, o cerceamento do caminho à mina que se personifica na fechada câmara de vereança da capitania do Rio de Janeiro.

A revolta da Cachaça representaria neste caso uma situação extrema em que grupos abastados do poder representativo tão necessário a vida colonial, não se detiveram e tomaram armas. Essa ausência de representatividade se ramificava em muitas outras áreas da economia e sociedade, como a proibição do fabrico da cachaça, a alta taxaço dada à guarnição da cidade, dentre outras. Porém, fica evidente em algumas queixas dadas pelos oficiais da câmara em que alarmavam a situação:

“A multiplicação de queixas a quem sempre a tirania impedido a chegada ao reaes pés de V.M., os repetidos clamores deste pouo a quem a uiolencia não permitio fossem ouidos, a apertada urgência das operações que padecia, a quem o poder tirou a liberdade de sua noticia, e finalmente a impossibilidade dos meios ordinários, e recurso commum dos pouos ao seu Rei e senhor natural, já per cortas²³⁸”

²³⁸ Carta dos officiaes da Camara do Rio de Janeiro, dirigida ao Rei, em que relatam no minuciosamente o leuantamento armado do pouo daquela cidade e os

As famílias fluminenses alimentavam-se da tristeza de viver em um território sob a condição de colonos, longe de seu soberano. A distância entre as terras ultramarinas e o reino português acaba por proporcionar um dúbio sentimento, ao mesmo tempo em que sustentavam uma *angústia* incontestável, por outro lado consolavam-no com um incomparável *alívio*.

Bibliografia

BICALHO, Maria Fernanda. “ Dos ‘Estados Nacionais’ ao ‘Sentido da Colonização’: *história e historiografia do Brasil Colonial*” In: ABREU, Martha; SOIHRT, Rachel & GONTIJO, Rebeca (orgs.) *Cultura Política e Leitura do Passado: historiografia e ensino de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *A Cidade e o império: o Rio de Janeiro na Dinâmica Colonial Portuguesa, Séculos XVII-XVIII*. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997.

CAETANO, Antonio Felipe. *Entre a Sombra e o Sol, A Revolta da Cachaça, A Freguesia de São Gonçalo de Amarante e a crise política fluminense (Rio de Janeiro, 1640 – 1667)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2003.

FIGUEIREDO, Luciano. *Rebeliões no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 2005.

FRAGOSO, João. *A nobreza da Republica: notas sobre formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. Revista Topoi . Revista de História do Programa de Pós – Graduação em História Social da UFRJ, Rio de Janeiro, UFRJ / 7 Letras # 1.

MARTINHO, Lenira Menezes. *Caixeiros e Pés-Descalços: Conflitos e Tensões em um meio urbano em desenvolvimento*. In:

factos que o pouoaram. ANAIS, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; vol. 39 pag. 94 anexo ao n°.868

MARTINHO, Lenira M. e GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

MAGALHAES, Joaquim Romero. “Reflexões sobre a Estrutura Municipal Portuguesa e a Sociedade Colonial Portuguesa” IN: *Revista de História Econômica e Social*, Número 16, 1986.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O Rei no Espelho. A monarquia portuguesa e a colonização da América (1640-1720)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Pelas Bandas D’Além – Fronteira Fechada em uma região Policultora (1808-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 1989.p.43

PUJOL, Xavier Gil. “Centralismo e Localismo? *Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII*”, *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.6, 1991.

SILVA, Alexandre Passos da. *O Rio de Janeiro no Tempo do Onça. Séculos XVI à XVII*. Rio de Janeiro. Jacinto Ribeiro dos Santos editor. 1930.

Fontes

a) *Indiretamente coletadas*

Relatório do Marquês do Lavradio, 1778 IN: MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Pelas Bandas D’Além – Fronteira Fechada em uma região Policultora (1808-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 1989.p.43

b) *Manuscritas*

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Carta dos officiaes da Camara do Rio de Janeiro, dirigida ao Rei, em que relatam no minuciosamente o leuantamento armado do pouo daquella cidade e os factos que o pouoaram. ANAIS, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; vol. 39 pag. 94 anexo ao n°.868

Arquivo Nacional

Provedoria da Fazenda Real do Rio de Janeiro., cód. 61,v. 7,477-478

A TRAJETÓRIA ECONÔMICA ARGENTINA NA DÉCADA DE 1990 E INÍCIO DO SÉCULO XXI

Fernando Marcus Nascimento Vianini

Este texto, apresentado no I Seminário Nacional Práticas Sociais, Narrativas Visuais, Relações de Poder: visões contemporâneas; foi, em parte, a exposição dos objetivos e das conclusões iniciais do projeto de mestrado aprovado pelo Programa de Pós-graduação em História da UFJF, no ano de 2010. O tema deste projeto é a trajetória econômica da Argentina, durante a década de 1990 até a posse de Cristina Kirchner em dezembro de 2007. Neste texto buscaremos expor os principais objetivos deste projeto de pesquisa e as primeiras conclusões a que chegamos após o trabalho feito com as fontes primárias encontradas, sobretudo, na internet.

Um traço comum das crises econômicas modernas é que, logo após um período de bonança econômica, agentes internos e externos surgem e acabam por erodir as estruturas políticas, econômicas e sociais dos países envolvidos. Na crise iniciada no segundo semestre de 2008, percebemos como a facilidade de crédito do modelo liberal, gerou calotes gigantescos no setor imobiliário norte-americano, atingiu os bancos privados deste país, principais credores, e afetou toda a economia global. O impacto das políticas liberais na geração de crises não é peculiar, contudo, à crise de 2008, haja visto a série de crises que assolaram os países ditos “emergentes” durante a década de noventa, tais como o México, a Tailândia, o Japão, a Coreia, a Rússia, o Brasil, a Turquia e a Argentina.²³⁹ Será sobre este último país que nos debruçaremos.

Nosso projeto, em certa medida, busca analisar o impacto de pressões externas sobre as escolhas efetuadas pela Argentina. O cenário em que tais escolhas são efetuadas pode ser descrito a partir

²³⁹ SILVA, Joaquim Ramos. A Argentina Bloqueada, 1998-2001: Que vias para a superação do impasse? In: **Informação Internacional**: Lisboa, Ministério do planeamento, Departamento de prospectiva e planeamento, 2001. Disponível em: <http://www.dpp.pt/pages/files/infor_inter_2001_I_II.pdf>. Acesso em: 29/04/10.

das sugestões contidas na abordagem sobre as *variedades de capitalismo*²⁴⁰. Para tal abordagem, a governança corporativa, as relações industriais, as relações entre as firmas, as formas como as empresas resolvem os problemas de qualificação de seus empregados e a relação destes com a direção das firmas são os elementos fundamentais que permitem a identificação de ambientes institucionais diversos que circunscrevem o comportamento das empresas. Estudos recentes têm agregado, a estas variáveis, mais duas dimensões interativas para o comportamento das empresas: a relação do empresariado com o Estado e da economia nacional com o mercado mundial²⁴¹. O conjunto destes elementos articula-se a *complementaridades institucionais* que afetam diferentes dimensões do sistema institucional e do processo decisório nos países. Por conta disto, mais do que a identificação de fatores que circunscrevem as decisões empresariais, a abordagem sobre as *variedades de*

²⁴⁰ HALL, P. & SOSKICE, D. **Varieties of Capitalism**. Oxford University Press, 2001.

²⁴¹ DELGADO, I. CONDÉ, E. MOTTA, H. & BRIGATO, A. **PRODUTO 2 – Modelos Econômicos de Capitalismo: análise comparativa dos ambientes institucionais de negócios nos EUA, Alemanha, Coréia do Sul, Espanha, Argentina, México e Brasil**. Relatório Parcial do Projeto Estudo comparativo de política industrial: as trajetórias do Brasil, Argentina, México, Coréia do Sul, EUA, Espanha e Alemanha apresentado à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, nos termos do CONTRATO No 009/2008 - ABDI-FUNDEP/UFGM. Para a Argentina, tal estudo assinala que “os bancos cumprem papel importante no *financiamento* das indústrias, embora não disponham de peso expressivo na propriedade das empresas. (...) O autofinanciamento também é expressivo. O conglomerado familiar sempre teve papel importante na organização das empresas, cujo modelo de *governança corporativa* segue o padrão latino-americano, com acentuado controle familiar da gestão, embora tenha se elevado a presença de controladores estrangeiros na estrutura industrial do país. As *relações industriais* são marcadas pelo predomínio do contrato individual e precário, em meio à sobrevivência da estrutura sindical corporativa e importante papel regulador do Estado. São pouco comuns ações de *colaboração* envolvendo as *firmas e seus empregados*, que, via de regra, estão ausentes da gestão das empresas. As *relações entre Estado e empresários* seguem o padrão corporativo presente em vários países latino-americanos. A *economia argentina é medianamente aberta* e pouco protegida, com reduzida presença de setores de alta tecnologia e baixa capacidade de inovação” Op. Cit. pp 53.

capitalismo permite a percepção de cenários em que outros atores, inclusive os governos, efetuam suas escolhas.

Outra formulação também decisiva para este trabalho é a de Peter Gourevitch. Num trabalho sobre três grandes crises da economia capitalista (1873, 1929, 1973), Gourevitch assinalou que as respostas nacionais às situações adversas decorreram de escolhas efetuadas entre os principais atores sociais, que ensejaram coalizões capazes de assegurar a adoção de políticas públicas diversas de combate à crise. Este autor também distingue como atores relevantes os industriais, os trabalhadores e os proprietários rurais, mas leva em consideração suas clivagens internas. Assim, entre os industriais é possível identificar os que detêm o controle sobre os ramos de maior ou menor densidade tecnológica, os que estão voltados para o mercado interno ou a exportação, além das diferenciações existentes entre os diferentes segmentos industriais. Entre os proprietários distingue os que são voltados para fora e para dentro, além das diferenciações decorrentes do tamanho da propriedade. Por fim, entre os trabalhadores considera seu envolvimento com atividades modernas tradicionais como uma distinção relevante na identificação de padrões de comportamento. Seu modelo analítico leva em consideração, ainda, as diferentes alternativas de política econômica que circulam no cenário político e acadêmico, o papel das associações de representação de interesses, a estrutura do Estado e natureza do sistema político, bem como o cenário internacional.²⁴²

Utilizando este aparato metodológico, nossa pesquisa buscou por fontes dos governos argentinos, em especial as políticas econômicas dos governos de Carlos Menem, Fernando de La Rúa, Eduardo Duhalde e Néstor Kirchner, analisando como tais escolhas foram recebidas pela sociedade e como a economia nacional argentina reagiu diante às formulações estatais. Um exemplo claro é o governo de Carlos Menem, entre 1989 e 1999, pois teria que organizar um Estado em bancarrota, no meio de uma forte inflação, com uma moeda fraca, trabalhadores sem salários e uma grande

²⁴² GOUREVITCH, P. **Politics in Hard Times:** Comparative Responses to International Economic Crises. Cornell University Press, 1986.

violência social. Pressionado pelas circunstâncias internas, acima mencionadas e pelas pressões externas (Consenso de Washington e, de certa forma, as imposições do FMI), Menem tomou medidas para abrir o mercado argentino, baseado no diagnóstico predominante de que a economia do país era pouco eficiente, devido à alta proteção que o mercado recebia e devido aos subsídios que o Estado concedia aos diversos setores econômicos. Apesar disto a estabilidade macroeconômica não é alcançada. Menem decide então nomear Domingo Cavallo como ministro da economia²⁴³. Domingo Cavallo, ao optar pelo Programa de Estabilização Econômica, que levou seu nome, tomou duas iniciativas: a primeira foi um conjunto de medidas de natureza estrutural que compreendia a simplificação tributária, a desregulamentação trabalhista, a reestruturação financeira e o incentivo creditício; a segunda consistia em criar uma âncora cambial, que resolveu de vez os empecilhos decorrentes da explosão da inflação²⁴⁴. O “Plano Cavallo” conseguiu alcançar a consolidação fiscal, fundamental para que a economia argentina atingisse um crescimento médio de 7% do PIB ao ano desde 1991. A inflação não resistiu ao impacto da âncora cambial e começou a despencar logo em 1991. Esta âncora cambial, também chamada de “*currency board*”, nada mais foi que fazer com que a moeda argentina, o peso, tivesse paridade com o dólar norte-americano. Os resultados imediatos dessa medida foram: o fim da fuga de capital nacional para o dólar, o reingresso de capitais emigrados, a redução da taxa de juros, a já citada queda da inflação e o reaquecimento da economia, a ponto do governo saldar seus déficits e das empresas se reequiparem. Em contrapartida, ocorreu um aumento no número de desempregados.

²⁴³ ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

²⁴⁴ FRAQUELLI, Antonio Carlos. A Argentina nos anos 90. In: **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 27, n. 3, 2000. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewPDFInterstitial/1809/2176>>. Acesso em: 29/04/10.

Outras fontes utilizadas nesta pesquisa foram os diversos documentos da Casa Rosada e do Ministério da Economia²⁴⁵. Além dessas instituições, temos os dados disponíveis do INDEC (Instituto Nacional de Estadística e Censo de La República Argentina) que traz inúmeros gráficos referentes à economia e sociedade argentinas e os relatórios do INTI (Instituto Nacional de Tecnología Industrial) provido de dados sobre os programas econômicos adotados pelos governos desde 1997, que, já adiante, privilegiam, sobretudo, as pequenas e médias empresas²⁴⁶. Das agências multilaterais, extraímos os periódicos da CEPAL (Comisión Económica para la América Latina y el Caribe), que disponibiliza diversos documentos, tais como saldo comercial, valor anual de importações e exportações; os documentos feitos pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), pelo IEO (Independent Evaluation Office), pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e pela UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development) que destacam o montante de investimentos realizados na Argentina ou que analisam, anualmente, a evolução econômica e as principais questões políticas de interesse internacional²⁴⁷. Também utilizaremos os documentos das principais entidades empresariais da Argentina,

²⁴⁵ Dos documentos da Casa Rosada destacamos o histórico feito dos presidentes, disponível no site: http://www.casarosada.gov.ar/index.php?option=com_content&task=galeriaPresidentes&Itemid=62. Destacamos também os documentos do Centro de Documentação e Informação do Ministério da Economia, disponível no link: <http://cdi.mecon.gov.ar/>.

²⁴⁶ Do INDEC temos disponíveis dados sobre a Balança Comercial e Anuários Estatísticos. O documento do INTI está disponível no site http://www.inti.gov.ar/pdf/incentivos_fiscales.pdf

²⁴⁷ Da CEPAL possuímos Balanços Econômicos e Panoramas de Inserção Internacional, extremamente úteis para a compreensão da economia externa argentina. Do FMI e do IEO temos produções que tratam da relação entre a Argentina e o Fundo. Da UNCTAD temos documentos que tratam do investimento mundial e do comércio.

como a SRA (Sociedad Rural Argentina)²⁴⁸, UIA (Union Industrial Argentina), AEA

(Asociación Empresaria Argentina)²⁴⁹, CTA (Central de los Trabajadores Argentinos) e a ATE (Asociación Trabajadores Del Estado).²⁵⁰ Também existe uma literatura, deveras extensa, sobre a economia argentina no período analisado, que faz uma abordagem histórica da política e econômica da década de 1990, da crise e das soluções tomadas pelos governos posteriores na Argentina. Destes textos destacamos aqui autores como Amado Luiz Cervo, Andrés Ferrari, Antônio Carlos Fraquelli, Miriam Gomes Saraiva, Jorge Beinstein, José Matias Pereira, Paulo Nogueira Batista Junior, Patrícia Helena Cunha e Vinícius Gontijo Lauar. Por fim diversos estudos sobre a História Argentina podem elucidar as características do sistema político argentino e da natureza do processo decisório no país. Destacamos dessa forma Aldo Ferrer, Jorge Schvarzer, Juan Carlos Rubinstein, Luís Alberto Romero e Raúl Bernal-Meza.

Usando essas fontes procuraremos demonstrar quais foram as coalizões sociais e econômicas que se destacaram em três momentos: no primeiro, as políticas de teor neoliberal na Argentina, sustentando até a crise, um modelo no qual o valor do peso era o mesmo valor do dólar e foi utilizado como meio de controlar a inflação; no segundo momento, procurar quais foram as principais forças de sustentação das decisões econômicas durante o período de crise da economia nacional durante os anos de 1998 e 2001 e quais

²⁴⁸ A Sociedad Rural Argentina é a associação mais importante dos produtores rurais. De acordo com Schneider durante a primeira metade do século XX, a SRA teve mais membros no governo (dentre eles, cinco presidentes) que qualquer outra associação. O site oficial da SRA se encontra disponível no link: <http://www.ruralarg.org.ar/>

²⁴⁹ Enquanto a UIA é a instituição dos industriais argentinos, a AEA é a associação dos grandes empresários. Nesta última, está representada boa parte das empresas multinacionais.

²⁵⁰ O site oficial da Central de los Trabajadores Argentinos possui um arquivo próprio, com informações sobre as campanhas salariais e greves a partir do ano de 2004. Sobre a ATE ver: ATE. “Consejo Directivo Nacional.” Disponível em: <<http://www.ateargentina.org.ar/##POP>>. Acesso em: 07/10/2009.

foram os segmentos sociais mais atingidos por essa crise; e, por fim, no terceiro momento, apontar quais coalizões se sagraram vencedoras e quais eram as principais políticas econômicas do governo no período pós-crise no sentido não só de contornar a crise econômica pela qual o país passava, mas de fazer com que a economia do país voltasse a crescer.

SUBJETIVIDADE E CRÍTICA POLÍTICA NO CINEMA DE AUTOR DE LEON HIRSZMAN (*S. BERNARDO*, 1972)

Flávia Cópio Esteves*

Nós não tínhamos autodenominação, éramos pessoas que, juntas, pretendíamos, a partir de reuniões (...) ter uma atitude crítica com relação ao cinema brasileiro conseqüente, empenhado na questão da economia, da estética, da valorização do homem brasileiro e da transformação social.²⁵¹

Nesta reflexão que faz sobre o Cinema Novo, em uma longa entrevista concedida a Alex Viany em 1983, Leon Hirszman aponta a união, para o movimento, entre as questões estéticas e a perspectiva da análise e da transformação social. Concebe, dessa forma, o *fazer cinematográfico* e seu papel como artista no sentido de produzir uma visão crítica da realidade e do homem brasileiro. Prevalencia, então, a definição de Herbert Read, contemporânea de tal perspectiva, para quem a arte é “sempre perturbadora, permanentemente revolucionária”.²⁵² O papel a ser desempenhado pelo artista não é o de “expressar opiniões recebidas ou dar expressão clara aos sentimentos confusos das massas”.²⁵³ Este, nesse sentido, seria “um perturbador da ordem estabelecida”. Tendo em vista tal percepção, o presente trabalho focaliza o filme *S. Bernardo*, dirigido pelo cineasta Leon Hirszman em 1972, a partir de livro homônimo de Graciliano Ramos. Em anos nos quais as articulações entre arte e política dão a tônica das manifestações culturais, as quais sofrem os revezes da

* Mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF).

²⁵¹ AVELLAR, José Carlos (org.) Viany, Alex. *O processo do Cinema Novo*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 1999, p.303.

²⁵² READ, Herbert. *Arte e Alienação. O papel do artista na sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1983, p. 27.

²⁵³ Idem, *ibidem*, p. 27.

conjuntura política, cabe aqui indagar como tais relações se configuram em torno dessa produção em particular²⁵⁴.

Marcelo Ridenti emprega o conceito de “romantismo revolucionário” para compreender o conjunto das lutas políticas e culturais que tiveram lugar no Brasil ao longo dos anos 1960 e início dos 70, quando as ideias de revolução e de transformação social perpassavam a atmosfera política e cultural.²⁵⁵ Rebeldias contra a ordem e revolução social em busca de uma nova ordem davam o tom às práticas dos movimentos sociais e penetravam na esfera das manifestações artísticas. Nesse momento, adquiria força a percepção da atividade cinematográfica como instrumento de reflexão sobre a realidade brasileira, buscando uma identidade nacional autêntica do cinema e do homem brasileiros. Produzia-se, então, uma convergência entre a defesa do “cinema de autor”, dos filmes de baixo orçamento e a renovação da linguagem, em sintonia com experiências e debates em voga entre realizadores em diferentes regiões do mundo.²⁵⁶

As relações entre arte e política, tão presentes no cinema e nas expressões artísticas ao longo de todo esse período, compõem de modo similar um dado fundamental na inserção de Leon Hirszman no *fazer cinematográfico*:

²⁵⁴ A análise proposta em relação a *S. Bernardo* envolve pensá-lo tanto como objeto estético, o que implica observar suas especificidades como obra cinematográfica, envolvendo traços referentes à linguagem do cinema e ao movimento do Cinema Novo no qual se insere, bem como documento histórico, “integrante de um movimento geral do pensamento”. Tal abordagem é similar a de Annateresa Fabris, em sua leitura das obras de Cândido Portinari. Cf. FABRIS, Annateresa. *Portinari, pintor social*. São Paulo: Perspectiva, 1990.

²⁵⁵ O emprego do conceito de “romantismo revolucionário” por Ridenti tem como principal referência, como o próprio autor afirma, a obra do sociólogo Michael Löwy e do crítico literário Robert Sayre, os quais concebem o romantismo de modo abrangente, não apenas vinculado às artes, mas como uma visão social de mundo. LÖWY, M. & SAYRE, R. *Revolta e melancolia – o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995. Apud RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro. Artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2000 (pp. 25-33).

²⁵⁶ XAVIER, Ismail. “O cinema brasileiro moderno” In *O Cinema Brasileiro Moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001, pp. 14-15.

(...) foram as batalhas, a luta política do cinema brasileiro, que me envolveu pelo lado político e pessoal. Pelo lado pessoal mesmo. Eu contra a injustiça. Desde a infância... As atrocidades da Segunda Guerra Mundial, a perda da família de meu pai num campo de concentração... [seus pais haviam vindo da Polônia em fuga da opressão nazista – seu pai, em 1934 e sua mãe, um ano depois] Desde a infância foi-se formando dentro de mim um sentimento político contra a injustiça, que me colocou mais perto do cinema crítico, do cinema mais pensado, do cinema cinema mesmo. (...) ²⁵⁷

Foi em 1971, em viagem para o exterior, quando releu o romance de Graciliano Ramos, que Hirszman teve a ideia de filmá-lo. Nesse momento, relata o cineasta, a Saga Filmes, sua produtora com Marcos Farias, estava envolvida com um projeto de inspiração nacional e popular, ligado ao filme de cangaço, “tentando colocar de um ponto de vista crítico a narrativa do cangaço”. Contudo, a conjuntura não se mostrava favorável, após a edição do Ato Institucional nº 5, em 1968, que inaugurara o período mais repressivo da ditadura militar. O cinema brasileiro vivia, naquele momento, o crescimento das chamadas pornochanchadas, que passavam a predominar no mercado cinematográfico. A decisão de filmar o romance de Graciliano Ramos equivaleria, nesse quadro, a um suicídio, segundo Hirszman: “O mercado nos obrigava a uma competição desigual, impraticável: do outro lado, estavam usando armas atômicas e nós entramos na luta com canivetes (...)” ²⁵⁸

Para Jean-Claude Bernardet, o filme de Hirszman questiona as possibilidades de realização de um cinema de análise e crítica social naquele momento no Brasil, levantando questões como

Como e em que medida a matéria do romance de Graciliano Ramos tratada pelo filme expressa contradições em vigor na sociedade atual? Como e em que média a dramaturgia do filme

²⁵⁷ AVELLAR, José Carlos (org.). Op. Cit., pp. 283-284.

²⁵⁸ AVELLAR, José Carlos (org.) Op. Cit., p.299.

apreende essas contradições? Que tipo de relação *São Bernardo* estabelece entre uma intelectualidade que considera indispensável a análise crítica da sociedade para a qual trabalha, e o governo que reteve o filme durante vários meses, liberando-o em seguida sem cortes? (...) *São Bernardo* prova que tais perguntas podem ser feitas concreta e objetivamente.²⁵⁹

As observações de Bernardet mostram-se pertinentes em se tratando de uma análise histórica do filme que busque apreender suas articulações com a produção de um cinema político, que leve “as pessoas a fazer perguntas, considerar questões, questionar pressupostos estabelecidos sobre o próprio cinema (...)”.²⁶⁰ Revisitar o passado através do cinema, ou ainda, através da adaptação da obra de Graciliano Ramos, não se desvincula, desse modo, das demandas do tempo presente; ao contrário, são as questões do presente que orientam a leitura que se empreende do passado, uma vez que “o filme histórico é sempre representação, carregada não apenas das motivações ideológicas dos seus realizadores, mas também de outras representações e imaginários que vão além das intenções de autoria, traduzindo valores e problemas coetâneos à sua produção”.²⁶¹

A tentativa de compreender e, principalmente, questionar o mundo em que vive, torna-se algo central em *S. Bernardo*. A narrativa é centrada em Paulo Honório, homem de origem humilde e ambicioso, que, conforme declara, sempre teve a intenção de adquirir e tornar produtiva a fazenda São Bernardo, onde trabalhara “no eito, por cinco tostões ao dia”. Na cena inicial, vemos o protagonista sentado à mesa, onde escreve. Sua voz em *off* anuncia que irá relatar sua vida e, deste momento em diante, é através de sua própria fala e

²⁵⁹ BERNARDET, Jean-Claude. “São Bernardo é uma voz inesperada no cinema brasileiro de hoje”. *Opinião*, 18 a 25 dez 1972.

²⁶⁰ WOLLEN, Peter. “Cinema e Política”. In XAVIER, Ismail (org.) *O Cinema no Século*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996, p. 85.

²⁶¹ NAPOLITANO, Marcos. “A escrita fílmica da História e a monumentalização do passado: uma análise comparada de Amistad e Danton”. In CAPELATO, Maria Helena; MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos & SALIBA, Elias Thomé (orgs) *História e Cinema*. São Paulo: Alameda, 2007, p.65.

de seus pensamentos que o espectador é conduzido a conhecer sua trajetória: o trabalho na enxada, os problemas com a lei e com uma moça que o levaram à prisão, a vida de comerciante mascate e agiota e as articulações que o levariam a adquirir São Bernardo de José Padilha, a que concedera empréstimo e pressionara para vender as terras em pagamento à dívida. Homem ambicioso, que não medira esforços para vencer suas origens humildes e se sobrepôr àqueles a quem considerava inferiores, embora compartilhassem de sua classe social: em poucas linhas, tal é a imagem que se esboça em relação ao protagonista nas sequências iniciais do filme.

Em determinada cena, a realização de um novo negócio é assim anunciada por sua fala, em *off*:

Naquele dia amanheci pensando em casar. Foi uma ideia que me veio sem que nenhum rabo de saia a provocasse. Não me ocupo com amores. Devem ter notado. Sempre me pareceu que mulher é um bicho esquisito. Difícil de governar. Não me sentia, pois, inclinado para nenhuma. O que eu sentia era desejo de preparar um herdeiro para as terras de São Bernardo.

A esposa, que lhe daria o herdeiro para suas propriedades, é encontrada em Madalena, moça a quem convida, inicialmente, para ser professora da escola que desejava fundar em São Bernardo. Diante da recusa à oferta, a proposta de casamento surge como a de uma transação comercial: “Se chegarmos a um acordo, quem faz um negócio supimpa sou eu!”, afinal, Paulo diz não gostar de “pessoas que se apaixonam e tomam resoluções às cegas”. Pedido aceito, os dois se casam, dando novos rumos ao relato de Paulo Honório: as visões de ambos, marido e esposa, entram em conflito, gerando múltiplos desentendimentos.

Uma sequência significativa se inicia no estábulo: Paulo Honório verifica tarefas mal cumpridas e sai chamando por Marciano, um dos empregados, quem encontra junto a Padilha e manda que retorne ao trabalho. Diante da resposta do empregado de que já terminara tudo e que ninguém aguentava viver daquela forma, sem descanso, o fazendeiro reage com empurrões e pontapés. O

plano aberto coloca o espectador como observador da cena. Paulo manda, então, que Marciano retorne ao trabalho e culpa Padilha, por ficar “enchendo de histórias a cabeça desses safados”. O ângulo da câmera se altera: vemos Marciano se afastando e conversando com alguém que se aproxima. A distância na qual o ponto de vista do espectador é colocado não permite ainda a identificação clara. Paulo Honório se aproxima: é Madalena quem chega. O silêncio entre os dois é quebrado por ela:

Madalena: É horrível.

Paulo: O quê?

Madalena: O seu procedimento. Que barbaridade, despropósito.

Paulo: Que diabo de história. Não estou entendendo. Explique-se.

Madalena: Como tem coragem de espancar uma criatura daquela forma?

Paulo: Ah sim, por causa de Marciano. Pensei que fosse coisa séria, assustou-me.

Madalena: Bater assim num homem! Que horror!

Paulo: Foi uma ninharia, filha! E está você aí se afogando em pouca água. Essa gente só faz o que se manda. Mas não faz se não for na pancada. E depois, Marciano não é propriamente um homem.

Madalena: Por quê?

Paulo: Sei lá, vontade de Deus. É um molambo.

Madalena: Claro, você vive a humilhá-lo.

Paulo: Protesto! Quando o conheci, já era um molambo!

Madalena: Provavelmente porque sempre foi tratado a pontapés!

Paulo: Qual nada. É molambo porque nasceu molambo.

Um novo silêncio se segue, rompido novamente por Madalena:

Madalena: Mas é uma crueldade. Por que fez aquilo?

Paulo: Eu fiz porque achei que devia ter feito. E não estou habituado a dar explicações, está entendendo? Era o que faltava! Grande acontecimento! Dois ou três moxições num cabra! Que diabo tem você com Marciano pra estar tão parida por ele?

O sentimento de posse que nutria em relação a São Bernardo referia-se também à esposa: na seqüência exposta acima já transparece o ciúme que marca as relações entre ambos. Tal aspecto expõe o que pode ser visto como dominação masculina, concebida aqui como uma expressão, entre outras, das desigualdades nas relações sociais, exercida não apenas através de mediações concretas, mas também de mecanismos simbólicos - “definições e de redefinições de estatutos ou de papéis que não concernem unicamente às mulheres, mas ao sistema de reprodução de toda a sociedade”.²⁶²

Chegando à fazenda como mais um dos negócios empreendidos por Paulo Honório e submetida aos desígnios do marido, é contudo Madalena quem confronta a ambição desmedida e o poder que ele exerce sobre seus empregados. Para além da questão de gênero²⁶³, que emerge de seu relacionamento com o marido, a personagem é concebida, assim, como o contraponto ao capitalista encarnado em Paulo Honório: as críticas direcionadas à maneira como ele tratava os empregados, as atitudes de ajuda aos trabalhadores da fazenda, que tanto geram desentendimentos e desconfianças do marido que a vê como “comunista” e “subversiva”, fazem com que através dela estejam representados os ideais que

²⁶² PERROT, Michelle et alli. “A História das Mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia”. *Gênero: Revista do núcleo transdisciplinar de estudos de gênero*. Niterói, v. 2, n.1, 2º semestre de 2001. É válido destacar brevemente que a percepção de tal modalidade de poder cotidiano é marca fundamental dos movimentos de contestação que emergem nos anos 60 e 70 ao redor do mundo, em especial os feminismos, que insistiam “sobre o caráter estrutural da dominação, expresso nas relações da vida cotidiana, dominação cujo caráter sistemático tinha sido precisamente obscurecido, como se fosse o produto de situações pessoais”. Cf. VARIKAS, Eleni. “‘O Pessoal é Político’: desventuras de uma promessa subversiva”. *Tempo*, Rio de Janeiro: Vol. 2, nº 3, 1997, pp. 59-80, p. 67.

²⁶³ Segundo Joan Scott, o gênero é concebido como “organização social da diferença sexual” e “forma primeira de significar relações de poder”. Cf. SCOTT, Joan. “Prefácio a Gender and Politics of History”. *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 3, 1994, p.12, SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica” Recife, SOS Corpo, 1991. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila, p. 14.

desafiam o poder obtido por meio do dinheiro, um poder que, como ocorre com Paulo Honório, obscurece a dimensão humana por trás das relações econômicas.

Em um contexto, portanto, em que arte e política são permeadas por múltiplas tensões e expressões artísticas diferenciadas esboçam disputas políticas e sociais, a proposta de um cinema político se mantém em *S. Bernardo*, um cinema cujas raízes remontariam ao romantismo revolucionário dos anos 60, na acepção de Ridenti, mas agora confrontado com uma nova conjuntura. Dentro da perspectiva de construção de um cinema político em sua essência, capaz de despertar questionamentos e promover a transformação social, o Cinema Novo, segundo Hirszman, “além de ser um pensamento sobre a realidade social, política e econômica do país, (...) foi também resultado da necessidade de abrir espaço para a expressão pessoal de cada cineasta”.²⁶⁴

Autoria, busca pela realidade social brasileira, cinema político: tais elementos se fundem na perspectiva de uma arte que, naquela conjuntura, traz como pressuposto essencial o “papel de clarificação das relações sociais”, “de iluminação dos homens em sociedades que se tornavam opacas”, o papel, em suma, “de ajudar o homem a reconhecer e transformar a realidade social”.²⁶⁵ Trata-se de uma arte capaz de despertar o homem de sua passividade, de evidenciar a realidade social e anunciar a possibilidade de transformação. Nas múltiplas questões que levanta e nas variadas interpretações que suscitou, *S. Bernardo* reuniu a dimensão da subjetividade à perspectiva da crítica política, lançando à trajetória de um proprietário de terras no Nordeste brasileiro dos anos 30 os questionamentos que afligiam setores da sociedade brasileira do regime militar.

Referências bibliográficas:

²⁶⁴ AVELLAR, José Carlos. Op. Cit., pp. 311-312.

²⁶⁵ FISCHER, Ernst. *A Necessidade da Arte*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1976, p. 19.

- AVELLAR, José Carlos (org.) Viany, Alex. *O processo do Cinema Novo*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 1999.
- FABRIS, Annateresa. *Portinari, pintor social*. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- FISCHER, Ernst. *A Necessidade da Arte*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1976.
- NAPOLITANO, Marcos. “A escrita fílmica da História e a monumentalização do passado: uma análise comparada de Amistad e Danton”. In CAPELATO, Maria Helena; MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos & SALIBA, Elias Thomé (orgs) *História e Cinema*. São Paulo: Alameda, 2007.
- PERROT, Michelle et alli. “A História das Mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia”. *Gênero: Revista do núcleo transdisciplinar de estudos de gênero*. Niterói, v. 2, n.1, 2º semestre de 2001.
- READ, Herbert. *Arte e Alienação. O papel do artista na sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1983.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro. Artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2000.
- SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica” Recife, SOS Corpo, 1991. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.
- SCOTT, Joan. “Prefácio a Gender and Politics of History”. *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 3, 1994.
- VARIKAS, Eleni. “‘O Pessoal é Político’: desventuras de uma promessa subversiva”. *Tempo*, Rio de Janeiro: Vol. 2, nº 3, 1997.
- WOLLEN, Peter. “Cinema e Política”. In XAVIER, Ismail (org.) *O Cinema no Século*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996.
- XAVIER, Ismail. *O Cinema Brasileiro Moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

O RESGATE DO SOLDADO RYAN: GUERRA, IDENTIDADE NACIONAL E A REPRESENTAÇÃO DO SOLDADO CIDADÃO

Flávio Teixeira da Costa Junior*

Sobre História e Cinema

A proposta de se trabalhar com fontes não-escritas, de acordo com Ciro F. Cardoso, não é tão recente. Contudo, foi apenas em 1929, com a fundação da revista *Annales*, por Marc Bloch e Lucien Febvre, que se iniciou o uso de outras fontes, além da escrita.

Segundo Ciro Cardoso, com a fundação da revista *Annales* o historiador começou a incorporar novas fontes em suas análises e textos. Deste modo, pintura, cinema, fotografia, entre outras fontes passaram a ser avaliados em estudos históricos.²⁶⁶

Para Cardoso, o estudioso da história “deve integrar o filme ao mundo social, ao contexto em que surge – o que implica a pertinência do confronto da obra cinematográfica com elementos não-cinematográficos”.²⁶⁷ Assim sendo, quando trabalhamos com fontes cinematográficas devemos enquadrá-las a críticas que envolvam autor, diretor, público a quem se dirige e regime político com suas formas de censura.

Segundo Cristiane Nova todo filme histórico é um discurso sobre o passado, em que já não se busca mais a verdade objetiva. O filme apenas apresentaria uma visão sobre um objeto passado, pois ainda que o filme aborde fatos reais, nunca abandonará a condição de representação do real, haja vista que “a realização de um 'filme histórico' sempre implica em seleções, montagens, generalizações,

* Graduando em história pela Universidade Federal de Viçosa.

²⁶⁶ CARDOSO, Ciro F.; MAUAD, Ana M. “História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema”. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.412.

²⁶⁷ *Ibidem*, p.412.

condensações, ocultações quando não em invenções ou mesmo falsificações”.²⁶⁸

Aspectos do filme

O título original do filme estudado é *Saving Private Ryan* (*O Resgate do Soldado Ryan*). Esta película está enquadrada no gênero Drama de Guerra. Lançado no ano de 1998, este longa-metragem tem a duração de 169 minutos.

A direção desta película é de Steven Spielberg, diretor ganhador do Oscar com o filme *A Lista de Schindler*, e que se consagrou com as produções de outros clássicos cinematográficos como: *E.T o extra terrestre*, *Minority Report - A Nova Lei*, *Tubarão*, *Indiana Jones*, *Amistad*, *Jurassic Park* dentre vários outros.

No elenco deste longa-metragem podemos encontrar vários atores consagrados, dentre os quais destacamos os nomes de: Tom Hanks (vencedor de dois Oscars), no papel do capitão Jonh Miller e Matt Damon no papel do Soldado James Francis Ryan.

O Resgate do Soldado Ryan venceu o Oscar em cinco categorias: direção, fotografia, montagem, som e montagem de efeitos sonoros. No Globo de Ouro, o filme conquistou os prêmios de melhor filme em drama e melhor diretor.

Guerra e identidade nacional em Hollywood

Neste tópico abordaremos aspectos relacionados à guerra e a identidade nacional americanas no cinema hollywoodiano, sendo que para isso utilizaremos o filme estudado e uma historiografia pertinente para compreendermos este assunto.

Ana Paula Spini afirma que o mito da guerra na sociedade norte-americana é carregado de alento e misticismo, “em que

²⁶⁸ NOVA, Cristiane. O cinema e o conhecimento da História. *O olho da História: Revista de História Contemporânea*. Salvador, v.2, n.3, 1996. P.2. Disponível em www.oohodahistoria.ufba.br. P.9.

passado e presente se fundem na imagem de homens honrados, corajosos e fiéis unidos na defesa da liberdade e da democracia”²⁶⁹

Em um esboço sobre o nacionalismo liberal e o problema da guerra na sociedade dos Estados Unidos, Gary Gerstle examina “um pequeno grupo de produtores cinematográficos, historiadores populares e empresários culturais que assumiram e assumem uma posição liberal”.²⁷⁰ De acordo com o autor, este grupo de liberais poderia reivindicar outra vez o nacionalismo, pela recuperação do fascínio com guerras consideradas por muitos americanos, como justas.²⁷¹

Desse modo, é interessante observarmos que as produções de um pequeno grupo de produtores de cinema, historiadores e empresários tinha como objetivo comum:

“colocar grandes guerras no centro da história americana; encontrar nessas guerras a liderança, a personalidade, os valores que engrandeceram a América, e usar a recuperação dessas guerras para impulsionar um nacionalismo que serviria aos propósitos liberais.”²⁷²

Ana Paula Spini analisa as transformações nas representações da guerra no cinema de Hollywood. Esta autora trabalha com reformulações do mito da guerra verificadas na identidade nacional norte-americana.²⁷³ De acordo com a autora, em um ponto de concordância com Gerstle, o filme produzido por Spielberg demonstra um massacre, no entanto essa matança é

²⁶⁹ SPINI, Ana Paula. *Ritos de sangue em Hollywood; mito da guerra e identidade nacional norte-americana*. Tese de doutorado, orientadora: Cecília Azevedo, UFF, 2005. P. 1.

²⁷⁰ GERSTLE, Gary. Na sombra do Vietnã: o nacionalismo liberal e o problema da guerra. *Tempo*, Niterói, v.13, n.25, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141377042008000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 jan. 2010. doi: 10.1590/S1413-77042008000200003. P.4.

²⁷¹ *Ibidem*, p. 5.

²⁷² *Ibidem*, p.5.

²⁷³ SPINI, Ana Paula. *Op.cit.* p.2.

“representada de uma maneira nacionalista, celebracionista e memorialista”.²⁷⁴

Podemos compreender o filme *O Resgate do Soldado Ryan* como um artefato favorável a guerra, na medida em que a película apresenta o combate como um respeitável elemento de constituição da identidade nacional norte-americana e reconhece “a sua importância para o fortalecimento dos laços nacionais que dariam à América a responsabilidade de “fazer por merecer” o martírio de seus soldados”.²⁷⁵

As representações do Soldado-cidadão em *O Resgate do Soldado Ryan*

Em um primeiro momento a idéia de sacrificar a vida de oito homens para salvar um pode nos causar estranheza. No entanto, para entendermos o propósito da missão principal do filme *O Resgate do Soldado Ryan*, devemos compreender o conceito de soldado cidadão, apresentado várias vezes no longa-metragem estudado.

Em uma boa análise, Gary Gerstle afirma que o “soldado cidadão não é um guerreiro profissional e não tem a vontade de se tornar um. Esse tipo de homem pode ser um educador gentil e entregue a seus pensamentos na vida civil”.²⁷⁶ Este tipo de combatente tem uma vida civil normal. Contudo, quando convocado, ele luta com o objetivo de manter a América honesta e democrática e fazer com que seu dever seja cumprido.

Gerstle evidencia que durante o curso da guerra estes homens “se mantêm sãos, almejando finalizar sua missão e retornar o curso normal de suas vidas”.²⁷⁷ No entanto, é interessante relatarmos que apesar das várias qualidades, este tipo de guerreiro sente-se incomodado com as mortes que promovem e de tempos em tempos o

²⁷⁴ *Ibidem*, p.4.

²⁷⁵ *Ibidem*, p.6.

²⁷⁶ GERSTLE, Gary. *Op. cit.* P.5.

²⁷⁷ *Ibidem*, p. 5.

soldado cidadão se encontra em crise de consciência pelos horrores causados pela guerra.

Para Gary Gerstle “o capitão Jonh Miller protagonizado por Tom Hanks, é o mais bem construído soldado cidadão já representado no cinema.”²⁷⁸ Na chegada das tropas americanas a praia da Normandia percebe-se algo estranho na mão do capitão. No entanto, Mill se recompõe mostrando um grande espírito de liderança e comanda suas tropas até a tomada de um reduto alemão na praia.

Os questionamentos começam quando o capitão apresenta a missão na qual oito homens são destacados para salvar um. Mill responde aos questionamentos dizendo que: “as ordens não devem ser questionadas, devem ser cumpridas”. Podemos observar que o pelotão discorda da ordem superior, no entanto obedecem ao capitão.

Na cena em que o capitão Miller ordena de uma forma autoritária, seus homens atacam um ninho de metralhadoras alemãs, eles se mostram indecisos quanto a esta ordem, no entanto o fazem e vencem o inimigo. Entretanto, a perda do soldado Irwin Wade deixa o resto da tropa confusa e furiosa, estes por sua vez querem matar o soldado alemão que encontraram, mas Miller deixa o soldado germânico partir. Isto gera uma crise em seu pelotão, que quase atinge um fim trágico quando o soldado Reiben puxa a arma para o sargento Hovarth.

Nesta cena, temos a maior crise enfrentada pelos comandados de Mill “soldados americanos se matando, ao invés de obedecerem a seu capitão e de levarem a cabo sua missão, contudo Spielberg não pode permitir que isso aconteça em um filme *Greatest Generation*”.²⁷⁹ Miller impede uma crise revelando a sua profissão de professor de redação e treinador de baseball em uma pequena cidade da Pensilvânia.

No encontro com Ryan percebemos também que este se apresentou como um legítimo soldado cidadão, uma vez que ele recebeu com tristeza a morte de seus três irmãos. No entanto, ele colocou seu dever cívico para com a América a frente de tudo, o que

²⁷⁸ *Ibidem*, p. 6.

²⁷⁹ *Ibidem*, p. 7.

percebemos com a seguinte afirmação: “Diga a minha mãe que quando me encontraram eu quis ficar com os únicos irmãos que agora me restam, ela vai entender e não vou sair desta ponte”.

Na batalha final o soldado James F. Ryan mostra grande bravura ao lutar do lado do capitão Mill, mas como um bom soldado cidadão ele também mostra seus medos e agonias diante a falta de munições e os pesados ataques do exército alemão.

Ainda sobre o confronto final, percebemos o cuidado do capitão Miller com o soldado James Francis Ryan. Mais uma vez o capitão fica paralisado com aquele horror, no entanto logo após a paralisia passar ele continua na batalha até ser baleado e morrer.

Para finalizarmos, compreendemos que o último gesto de continência de Ryan, já senhor de idade, junto ao túmulo do capitão Miller é uma espécie de reconhecimento do que Mill, e a *Greatest Generation* fizeram por ele e pelos Estados Unidos.

Bibliografia:

CARDOSO, Ciro F.; MAUAD, Ana M. “História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema”. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GERSTLE, Gary. Na sombra do Vietnã: o nacionalismo liberal e o problema da guerra. *Tempo*, Niterói, v.13, n.25, 2008. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141377042008000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 jan. 2010. doi: 10.1590/S1413-77042008000200003.

NOVA, Cristiane. O cinema e o conhecimento da História. *O olho da História: Revista de História Contemporânea*. Salvador, v.2, n.3, 1996. p.2. Disponível em www.oohodahistoria.ufba.br.

SPINI, Ana Paula. *Ritos de sangue em Hollywood; mito da guerra e identidade nacional norte-americana*. Tese de doutorado, orientadora: Cecília Azevedo, UFF, 2005.

Informações sobre o filme, Disponível em:

<http://www.webcine.com.br/filmessi/ryan.htm>, acessado em: 20/11/2009.

O MEMORÁVEL 7 DE ABRIL – A CONSTRUÇÃO DE UMA DATA CÍVICA E A PEDAGOGIA LIBERAL MODERADA

Gabriela da Silva Ramos Fernandes
graduanda em História UFSJ

Abril de 1831, o Império do Brasil convivia com uma grande novidade, a deposição do Imperador. Carregando problemas que lhe desgastavam como líder político, estrategista econômico e intermediador das relações entre portugueses e brasileiros, o governo de Dom Pedro I já dava sinais de que não se sustentaria por muito tempo. O Monarca deixara de ser bem visto pelos seus súditos e sua figura mudara consideravelmente no imaginário popular. O herói que lutara pela Independência, que desejara a liberdade e o bem do Brasil, e que provara tal desejo ao continuar nos Trópicos para evitar a anarquia, a guerra civil e a quebra na unidade do Império, perdera seu brilho e sua credibilidade (SILVA, 2009, p. 95).

A continuidade de seu reinado já não era mais tão segura no momento em que as manifestações populares começaram a pressionar o poder central. Primeiramente a demonstração de insatisfação foi dada pela hostilidade com que o Imperador foi tratado pelos mineiros na segunda viagem que fez a Província de Minas Gerais com o objetivo de firmar o apoio que havia sido tão produtivo as vésperas da Independência (IGLÉSIAS, 1985). Ainda na sua volta ao Rio de Janeiro, a pressão aumentou devido ao confronto de portugueses e brasileiros que ficou conhecido como a “Noite das Garrafadas” (RIBEIRO, 2002). Finalmente, os brasileiros teriam se reunido no Campo da Aclamação²⁸⁰ para pressionar o Imperador a readmitir o Ministério composto por brasileiros em lugar dos ministros abominados que expressavam as hostilidades do Brasil.

²⁸⁰ As informações sobre a reunião do povo e da tropa no Campo da Aclamação para pressionar a demissão do Ministério considerado por eles como ‘abominado’ foi retirada do periódico da Corte, Aurora Fluminense, exemplar 469, publicado no dia 8 de abril de 1831.

Dom Pedro I não conseguiu encontrar outra saída e na madrugada do dia 7 de abril de 1831 proferiu as seguintes palavras: “*usando do Direito que a Constituição Me Concede, Declaro que Hei mui voluntariamente Abdicado na Pessoa de Meu Muito Amado e Presado Filho o Senhor D. PEDRO D’ALCANTARA.*”²⁸¹

A abdição havia sido consumada e a situação caótica pela qual o Império vinha atravessando encontrava finalmente seu desfecho, o fim do governo de Pedro I. As folhas do *Aurora Fluminense* nos dão a idéia de que a notícia foi recebida com muita felicidade, como se o povo desejasse tal desfecho. Evaristo da Veiga narrou que os homens receberam o comunicado com alegria e entusiasmo e que se abraçaram ainda no Campo da Aclamação para comemorarem o bom arremate frente a tão negras possibilidades.²⁸²

Porém, como Pedro de Alcântara contava apenas com seis anos, teve início o período das Regências. Compreendendo quase uma década de 1831 a 1840, foi um período rico da nossa história e ao mesmo tempo revolucionário, pois com o momentâneo vazio de poder os brasileiros tiveram que se reorganizar, testar e experimentar até descobrirem qual seria a melhor maneira de governar, manter a ordem e acalmar os ânimos (MOREL, 2003).

O movimento ocorrido então no dia 7 de abril teve como consequência a abdição de Dom Pedro I e surgiu como um marco para a política, por sinalizar o início de um novo período no qual as rédeas do governo brasileiro ficariam nas mãos de seus próprios homens. O movimento que ganhou ares de revolução, no sentido de significar uma mudança qualitativa de situação, ao passo que o governo do Rei já não se mostrava mais interessante para seus súditos e por isso sua volta a Portugal expressava uma vitória nacional.

Em meio a toda essa efervescência ocorria a formação de um espaço público, um novo espaço de sociabilidade no qual as questões políticas eram discutidas abertamente. Desvinculando-se da antiga tradição que mantinha tais assuntos apenas sob os domínios da

²⁸¹ Astro de Minas, 19 de abril de 1831.

²⁸² Aurora Fluminense, exemplar 469, do dia 8 de abril de 1831.

esfera áulica, a discussão política se democratizava majoritariamente através dos periódicos. Transmissores de novos valores políticos, esses jornais circulavam pelas províncias divulgando as opiniões de seus redatores e tentando convencer os leitores de que suas publicações eram parte do projeto político mais adequado a situação imperial.

Através dos jornais podemos perceber a maneira como um acontecimento político era entendido pelos seus contemporâneos. Dessa forma, pretendemos através da leitura dos jornais *Aurora Fluminense*, *Astro de Minas* e *Universal* perceber de que maneira os redatores interpretaram e fizeram uso dos acontecimentos. Para tanto foi delimitado o período de 1831 a 1834 por compreender a abdicação e o recorte no qual os moderados estavam no poder, posto que depois começam as articulações para o Regresso e seu projeto político já não tinha mais a mesma preponderância (SILVA, 2009).

O *Universal*²⁸³ e o *Astro de Minas*²⁸⁴, editados em Ouro Preto e São João Del Rei, respectivamente podem ser considerados os mais destacados jornais mineiros de vertente moderada. Além de pertencerem a mesma vertente política, tais jornais tinham ainda um importante ponto de contato, posto que ambos eram influenciados pelo periódico carioca *Aurora Fluminense*²⁸⁵, tal influência não se dava por submissão, mas por total identificação.

²⁸³ O primeiro circulou entre 1825 e 1842. Do ano de sua inauguração até 1836 atribui-se a função de principal redator a Bernardo Pereira de Vasconcelos. Posteriormente, com as articulações do Regresso acredita-se que Vasconcelos tenha abandonado suas funções nesse periódico que passou a responsabilidade de José Pedro Dias de Carvalho (silva, 2009, p. 130).

²⁸⁴ Considerado o segundo jornal mais importante de Minas, o *Astro de Minas* tinha como seu proprietário Batista Caetano de Almeida. O periódico destacou-se na defesa do liberalismo moderado levantando as bandeiras da luta contra o inimigo representado pelo estrangeiro, pelo “Português”, e contra todos aqueles que pudessem levar os brasileiros de volta a situação de escravos, e nesse sentido, a crítica a Dom Pedro I era categórica (SILVA, 2009, p. 93).

²⁸⁵ O jornal de Evaristo da Veiga era considerado o principal periódico liberal moderado do Império e por isso suas palavras circulavam, suas matérias guiavam e direcionavam a política partidária das demais províncias, sobretudo, a de Minas Gerais (SILVA, 2009 p. 133).

Para analisar a forma como os jornais trataram o dia 7 de abril podemos interpretar o um Hino escrito por “J. M. A.” e publicado pelo Universal no dia 28 de abril de 1834. O “Hino ao Sete de Abril” era composto por pequenos versos rimados que passavam uma determinada visão dos fatos e que devido a seu aspecto ritmado era mais fácil de ser memorizado, repassado e, sobretudo, compreendido por aqueles indivíduos que não dominavam a linguagem escrita.

O Hino tinha como refrão os seguintes versos: “Salve, Dia Brasileiro/ Presente da Divindade/ Tú fostes, nas nossas plagas,/ O Astro da Liberdade”. Na estrofe era salgado o dia 7 de abril que surgia para o autor como o verdadeiro dia de liberdade, dia em que o governo realmente se naturalizava, se regenerava, passando a ser exercido por um Monarca nascido nos Trópicos. O dia parecia soar aos contemporâneos como um presente, algo muito bom que legitimava a liberdade conquistada inicialmente nos processos de emancipação. O refrão deixa perceber, finalmente, que o 7 de abril surgia para a região do Império aqui analisada, Rio de Janeiro e Minas Gerais, como a vitória do “Astro da Liberdade”.

O Hino continua com seus versos exaltando que o dia marcava ainda a vitória da liberdade perante a crueldade, perante o desejo português de escravizar novamente o Império. “Com furor bradava ferros!/ Respondeu-se – Liberdade!”. Outro ponto destacado pelo hino que também aparecia nos jornais era o fato de ter sido o 7 de abril um movimento defendido pela atitude heróica do povo e da tropa, capaz de oferecer seu sangue para que a liberdade fosse garantida. “Ofertando à bala aos peitos/ Para haver-se a Liberdade”.

O Hino parabenizava ainda a “Brasílica Gente” por ter sido capaz de tirar do poder aqueles que lhe causavam prejuízos. A luta de homens livres em prol da liberdade era valorizada ainda por ter se feito sem que houvesse o derramamento de uma gota de sangue. Os homens haviam conseguido se manifestar de maneira pacífica mostrando um alto índice de civilidade. “Não gemeu a Humanidade/ Nem verteu-se o sangue humano/ Triunfou a liberdade”.

Com a mesma musicalidade foi feita ainda uma comparação entre o movimento do Brasil e a revolução ocorrida na França em

julho de 1830 quando Carlos X havia sido deposto. O monarca francês desejava dar um golpe para dissolver a Câmara e acabar com a liberdade de imprensa. O golpe foi malogrado e os franceses estabeleceram uma nova monarquia na qual Luís Filipe era o rei-cidadão (NEVES, 1999, p. 118). Entretanto, o movimento revolucionário francês perdia para o brasileiro por ter sido conquistado com o sangue de seus cidadãos. O movimento brasileiro seria então superior, pois teria sido conquistado sem que nossa gente sofresse pela orfandade. Mas, ao contrário, o hino mostrava que “Nasceu de risos cercados/ A Brasília Liberdade”. Dessa maneira, o processo revolucionário brasileiro teria sido guiado pela razão, “A Razão foi nossa guia/ Procurando a Liberdade”.

Terminava o Hino pedindo que o 7 de abril fosse guardado por representar o dia em que a liberdade triunfou e também que o Império se mantivesse vigilante para que fosse a “Lei de vossos peitos/ Ferros nunca – Liberdade”.

Assim, o 7 de abril deveria ser rememorado pelos moderados por ter sido o marco de sua entrada na elite política. A data servia-lhes como marco fundador, mas também, e principalmente, como um acontecimento capaz de trazer identidade ao grupo e de firmar os laços que os ligavam a uma mesma cultura política.²⁸⁶

Para que o sentimento de pertencimento a um determinado grupo se estendesse os liberais moderados utilizaram-se dos jornais, que, através de sua pedagogia, tentavam transformar suas opiniões em unanimidade. Os jornais passavam sua versão dos acontecimentos repetidas vezes para que os leitores acreditassem

²⁸⁶ O conceito de cultura política é aqui utilizado como um conjunto de valores e representações políticas partilhado por determinada facção que se divide em uma identidade coletiva e concede ao passado as mesmas significações. Por terem um passado em comum e, portanto, possibilidades de identificação, o grupo desfruta da mesma cultura política e faz as mesmas projeções para o futuro, o que de acordo com Koselleck poderia ser sintetizado da seguinte forma: os membros de uma cultura política inserem-se no mesmo campo de experiência e por isso possuem semelhante horizonte de expectativa (MOTTA, 2009 e KOSELLECK, 2006).

nela como a verdadeira. Essa idéia de pedagogia, ou seja, de passar os fatos nos jornais de forma que os leitores entendessem e o considerassem como verdade funcionou, mas ainda eram necessários outros meios para que a data se firmasse no imaginário da época.

Para que tais representações fossem entendidas também pela grande parte não letrada da sociedade, os liberais moderados organizavam as festas cívicas, que além de momentos políticos, proporcionavam a diversão e facilitavam a sociabilidade. Os festejos tomavam toda a cidade, as casas eram iluminadas, as praças e ruas enfeitadas, a Câmara Municipal era tomada por uma movimentação diferente, enfim, todos os lugares que pudessem funcionar como potenciais educadores para os cidadãos eram ocupados (CHAMON, 2000/2001, p.228). Apesar de terem uma hierarquia intrínseca na qual o povo era espectador e os grupos detentores de poder local e/ou político eram os organizadores, as festas promoviam a convivência e a interação de diferentes classes sociais. Tal ajuntamento provocava, mesmo que de forma ilusória, o sentimento de união.

Percibemos que os liberais moderados nutriam respeito pelo 7 de abril e ao longo dos anos foram construindo uma memória sobre o mesmo. Transformaram-no em monumento ao tê-lo sempre presente em suas páginas (LE GOFF, 1992), fazendo com que as pessoas se recordassem dos benefícios trazidos por ele. Essa estratégia visava deixar viva uma recordação, perpetuar suas representações do fato (CHARTIER, 2002). O que ocorreu foi uma “monumentalização” do 7 de Abril, uma construção perpetrada por uma instância de poder que concedeu ao acontecimento grande significado e forjou sua memória de modo que se tornasse significativa também para sua sociedade. Assim, foi possível perceber ao longo do texto que os moderados construíram uma memória própria sobre o 7 de Abril e que durante o período de sua hegemonia utilizavam-na como um instrumento para firmar suas bases de domínio.

Referências Bibliográficas:

- CHAMON, Carla Simone & FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Processo de socialização e de formação cívica no Brasil (século XIX). In: *Cultura – Revista de História e Teoria das Idéias*, volume XIII, 2000/2001.
- CHARTIER, Roger. À beira da falésia, a história entre as certezas e a inquietude. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Minas Gerais*. In: *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico*. Tomo II, v.2, São Paulo: Difel, 1985.
- KOSELLECK, Reinhart *Futuro Passado*. Contribuições semânticas dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 1992.
- MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia*. In: *Culturas políticas na história: novos estudos*. Organização de Rodrigo Patto Sá Motta, Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.
- NEVES, Lúcia Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- RIBEIRO, Glayds Sabina. A liberdade em construção – a identidade nacional e os conflitos anti-lusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.
- SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal moderada na Província de Minas Gerais*. São Paulo: Hucitec, 2009.

SINCRETISMO RELIGIOSO E CULTURA POPULAR EM CUIABÁ-MT

Giordanna Santos²⁸⁷

Resumo: As manifestações populares em Cuiabá, Mato Grosso, e municípios próximos (conhecidos como “Baixada Cuiabana”), tradicionalmente, tinham como base o catolicismo popular. As danças e as músicas eram, em sua maioria, em louvor a santos padroeiros da região. Nos últimos cinco anos, com a espetacularização das duas principais manifestações da Baixada Cuiabana, o siriri (dança) e o cururu (canto), santos católicos e músicas *gospel* estão dividindo o palco em festivais, festas profanas e sacroprofanas. Trata-se de uma ressignificação da religiosidade na cultura popular. Esse novo sincretismo está em consonância com os processos de modernização capitalista. E principalmente sofrendo influência de outros agentes sociais, como os *mass media* e o os agentes do poder econômico. Este trabalho é um “recorte” de um universo, obviamente, mais amplo, no qual estão inseridos outros fatores e outros elementos religiosos e/ou culturais, que se mesclam. Porém, o intuito é indagar se há influência dos *mass media* nesse processo de ressignificação.

Palavras-chave: Sincretismo; religião; cultura popular; Mato Grosso;

Introdução

Falar em “sincretismo religioso” pode, inicialmente, parecer redundante. Porém, baseio-me na conceituação do antropólogo Massimo Canevacci, que de certa forma dialoga com a conceituação de Peter Burke (“Hibridismo Cultural”). Canevacci vê o “sincretismo como termo-chave para a compreensão da transformação que está se

²⁸⁷ Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO), pela Universidade Federal do Estado de Mato Grosso (UFMT), giosants@gmail.com

dando [...] (no) processo de globalização e localização que envolve, transtorna e arrasta os modos tradicionais de produção de cultura, consumo e comunicação” (1996: 13).

Dessa forma, pode-se entender, também, que há um sincretismo nas pesquisas culturais, que não necessariamente envolva a religião. Há que se considerar que esse conceito também pode ser utilizado para crenças (CANCLINI, 2008: XXVII). Por isso, especificar o sincretismo é uma forma de delimitar o campo de estudo.

Por muito tempo o sincretismo foi ligado apenas aos fenômenos religiosos, motivo pelo qual ainda hoje se associam os dois termos; apesar de que, já há certo tempo, foi se firmando um processo que inseriu as modulações sincréticas na pesquisa cultural [...] A origem da palavra é singular. Dizia-se, de fato, que os cretenses, sempre dispostos a uma briga entre si, aliavam-se quando um inimigo externo aparecia. *Sincretismo* = união dos cretenses. Um conceito defensivo, portanto, que ultrapassa a fragmentação política interna, específica dos gregos em geral, para não perder a liberdade e derrotar um inimigo externo bem pior que o amigo-inimigo interno. Essa determinação de unir grupos conflituais, essa busca por alianças entre as diversas ‘partes’ da própria Creta, serviu para posterior migração do conceito: da política à religião. [...] As tentativas sincréticas referiam-se às possíveis alianças momentâneas entre diferentes interpretações da religião cristã em risco de heresia, sem excessivas preocupações quanto às coerências dogmáticas [...] Algumas formas mais criativas do sincretismo nascem da diáspora africana nas Américas. O sincretismo religioso, nessa época, foi uma espécie de “pacificação implícita entre vencedores e vencidos” (1996: 14-15).

Nota-se que, apesar de “nascer” de conflitos políticos, o sincretismo obteve mais intensidade com as questões religiosas,

principalmente com a diáspora africana. É por isso que, no Brasil, é mais freqüente se falar em “misturas” entre o catolicismo e elementos do candomblé, bem como sua ocorrência. Porém, a partir dos anos 1980 e 1990²⁸⁸, com o aumento no número de adeptos do protestantismo (em várias vertentes), e principalmente, com a sua inserção maciça e massiva nos meios de comunicação, elementos do *gospel* influenciam várias áreas e/ou campos sociais.

Um exemplo disso é a própria reação da Igreja Católica ao “fenômeno *gospel*”, com a proliferação da chamada “Renovação Carismática” ou Pentecostalismo Católico como foi inicialmente conhecida, que teve origem com um retiro espiritual realizado em fevereiro de 1967, na Universidade de Duquesne, Pittsburgh, Pensylvania, (EUA). Mas que se intensificou a partir dos anos 1980.

Se uma instituição, nas proporções da Igreja Católica Apostólica Romana se dividiu frente ao avanço do protestantismo, o que se esperar, então, do catolicismo popular, diante da “avalanche” de *hits gospel*, com um forte apelo emocional e veiculação massiva nas rádios e TVs?

Sincretismo na ‘cultura popular’ em Cuiabá

Considerado com uma das danças mais antigas de Mato Grosso, o siriri vem passando por um processo de resignificação, assim como ocorre com outras manifestações culturais originárias das classes subalternas.

De origem desconhecida, essa dança está ligada ao próprio processo histórico-cultural de Mato Grosso, principalmente, em decorrência da miscigenação. O povoamento em terras mato-grossenses (que na época ainda era capitania de São Paulo), inicia-se em 1719, às margens do Rio Coxipó, surgindo dois núcleos

²⁸⁸ Pesquisas recentes mostram o crescimento do protestantismo no Brasil: em 1970, o Censo do IBGE registrava cerca de 4,8 milhões de evangélicos; em 1980, 7,9 milhões; em 1991, 13,7 milhões; em 2000, 26,1 milhões. Segundo o IBGE, se esse crescimento se mantiver estável ao longo dos anos, no ano de 2020, metade da população brasileira será evangélica.

populacionais: Arraial de São Gonçalo e da Forquilha. Duas características são marcantes nas manifestações populares em Cuiabá e nos municípios vizinhos: 1) a relação com os rios (um que dá o nome a Capital mato-grossense e o outro, o Coxipó) 2) a religiosidade, baseada, essencialmente, nos santos trazidos pela colonização das bandeiras paulistas.

Atualmente, essa dança, bem como outras manifestações, passa por um processo de interação entre tradição e transformação. Pereira e Gomes (2002:15) observam que o paradoxo está na “maneira dinâmica de afirmar que”, para a tradição continuar, “às vezes, é necessário mudar”. Nesse contexto, a dança ganhou elementos novos, principalmente resultantes do surgimento de novas tecnologias no século 20 e da expansão dos meios de comunicação. A rigidez em se cantar em louvor aos santos já não é mais marcante. Os padroeiros são homenageados, porém não são mais os protagonistas.

A apropriação de músicas consagradas pelo protestantismo é uma realidade. No entanto, também não se pode deixar de pontuar a presença do pentecostalismo católico, ou a Renovação Carismática, porém com um menor impacto no público do evento. Esse novo sincretismo está em consonância com os processos de modernização capitalista. E principalmente sofrendo influência de outros agentes sociais, como os *mass media* e os agentes do poder econômico.

Dois exemplos são: o grupo de dança popular Raízes Cuiabanas e o Flor Ribeirinha. Em 2009, ao se apresentar no 8º Festival de Cururu e Siriri de Cuiabá, o Raízes homenageou São Benedito e Nossa Senhora, trazendo andores (altares dos santos) com suas imagens e encerrou a dança ao som da música “*Faz um milagre em mim*”, do cantor *gospel* Regis Dalanese. Nesse aspecto, observa-se a influência direta dos meios de comunicação de massa. Pois, no mesmo semestre em que o grupo se apresentou, o cantor fez um *show* na Capital mato-grossense, na qual teve uma divulgação intensa. No mesmo período, Regis Danese foi um dos cantores mais tocados nas rádios cuiabanas.



*Ao som da música “**Entra na minha casa/entra na minha vida/mexe com minha estrutura/sara todas as feridas**”, o grupo devoto de Nossa Senhora encerrou sua apresentação/ Crédito: Jocil Serra*

No mesmo evento, o outro grupo de cultura popular entrou ao palco ao som da música “*Noites Traíçoeras*”, um “hino” da nova geração da Igreja Católica, que se massificou a partir da interpretação musical de Padre Marcelo Rossi. Um fato curioso, e por que não dizer, peculiar, é que nesse período a música estava nas “paradas de sucesso” das rádios cuiabanas, mas na voz de um grupo local *gospel*, o Ministério Louvor Aliança, que havia lançado um álbum e tinha a canção como um dos *hits* de divulgação.

Considerações finais

Diante desses fragmentos da realidade em minha cidade, questiono-me: será esse sincretismo (religioso) uma “necessidade”/vontade/anseio dos próprios agentes culturais ou um reflexo da influencia midiática? É claro, em primeiro lugar, como

disse, esses são “fragmentos”, são modelos de uma realidade mais complexa. A religião, assim como a cultura (popular ou não), é dinâmica e evolui de acordo com o próprio desenvolvimento humano. Além disso, o sincretismo está muito presente na religiosidade popular, nas procissões, nas comemorações dos santos, nas diversas formas de pagamento de promessas, nas festas populares em geral. Porém, o que busco indagar é autonomia (ou não) dos agentes sociais perante os *media*.

Referências Bibliográficas

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2003.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4ª ed. 3ª reimp. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CANEVACCI, Massimo. **Sincretismos: Uma exploração das hibridações culturais**, São Paulo, Studio Nobel, 1996.

FERRETTI, Sergio F. **Repensando o Sincretismo**. São Paulo: EDUSP, 1996.

PEREIRA, E; Gomes N.P.M. **Flor do não esquecimento – Cultura popular e processos de transformação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

A ORGANIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL NO BRASIL (1832 A 1842)

Glauber Miranda Florindo
Graduando em História UFV
glauber.florindo@ufv.br

Neste trabalho temos como objetivo analisar as conseqüências trazidas, pelas ditas “Leis do Regresso” - Lei de interpretação do Ato adicional, de 1840 e Lei de Reforma do Código de Processo Criminal, de 1841 - à máquina jurídica, no que tange o tema da relação centro-localidade na formação do Estado Nacional.

A historiografia considera de uma forma geral, as leis da década de 1840 medidas que intentaram uma centralização do Estado. Porém, os autores diferem acerca da efetividade da dita centralização. Fernando Uricoechea argumenta que haveria uma inteiração entre a administração central e o poder das localidades de forma relativa, portanto, haveria certa autonomia entre os dois pólos²⁸⁹. O autor entende que a centralização, posta pela instituição de uma burocracia estatal, trazida a partir de 1840, de nada valeria sem que essa não estabelecesse com os governos locais um pacto em que se conciliasse interesses de ambos os lados²⁹⁰.

José Murilo de Carvalho analisa o “Estado e a burocracia” como sendo patrimoniais e sobre esse aspecto considera a instituição de um poder central, que se impõe às localidades, devido sua homogeneidade. O autor não analisa em seu trabalho as elites locais, porém, ao longo de sua obra, procura mostrar as tensões geradas pela falta de representação dessa elite central para com as regiões do

289 URICOECHEA, Fernando. O Minotauro Imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL. 1978. P.107-108.

290 *Ibidem*. P. 111.

Império²⁹¹. Para o autor, as reformas foi um dos ápices do “Regresso”²⁹².

Sérgio Adorno aponta uma relação específica, na construção do Estado Brasileiro, de formas de dominação burocrático-legais com formas tradicionais²⁹³. A especificidade dessa relação, segundo o autor, se daria á medida que o liberalismo se tornava menos democrático e mais conservador.²⁹⁴ As “leis do Regresso”, portanto, seriam medidas para burocratização do Estado, e diminuição do poder patrimonial local²⁹⁵.

Mirian Dolhnikoff²⁹⁶ considera que a partir do estabelecimento do Ato Adicional em 1834, haveria uma efetiva participação das elites regionais que contribuiriam para a unidade do Império. Essas elites teriam autonomia para administrar as províncias ao mesmo tempo em que participavam do governo central²⁹⁷. Deste modo, a autora interpreta uma relação centro-localidade, entendendo uma conciliação e uma constante negociação entre as elites locais e a elite central, que não foi suprimida com o “regresso conservador”. As decisões seriam sempre adequadas, de alguma forma, as demandas de ambos os lados. Graças a essa relação, segundo a autora, manteve-se a unidade do Estado²⁹⁸.

²⁹¹ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem. A elite política imperial / Teatro de Sombras. A política imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. P.152

²⁹² *Ibidem*. P.164-166.

²⁹³ ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizizes do Poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. P.55

²⁹⁴ *Ibidem*. P.55.

²⁹⁵ *Ibidem*. P.72.

²⁹⁶ C.f. DOLHNIKOFF, Miriam. Elites Regionais e a Construção do Estado Nacional. In: JANCSÒ, István (org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ijuri (RS): Editora Unijui, 2003

²⁹⁷ DOLHNIKOFF, Miriam. Entre o Centro e a Província: as elites e o poder legislativo no Brasil oitocentista. *Almanack Brasiliense*. São Paulo, n° 1. P. 80-93, maio de 2005. P.81. Disponível em: http://www.almanack.usp.br/neste_numero/n01/index.asp?tipo=artigos&edicao=1&conteudo=5

²⁹⁸ *Ibidem*. P.92.

Os autores citados acima ao abordarem a questão centro-localidade na formação do Estado no Brasil mencionam as reformas que teriam centralizado o Poder Judiciário como sendo de grande relevância, porém, não lançam um olhar profundo sobre o tema, deixando as hipóteses acerca do judiciário sem uma base empírica que as sustentem. A partir da análise de algumas fontes, mostraremos como o Poder judiciário pode ser pensado como um *locus* de ação política que contribui para o entendimento do processo de formação do Estado Nacional.

As ditas “leis do Regresso” versavam acerca do Poder Judiciário do seguinte modo: a lei de interpretação do Ato Adicional, lei nº 105, de 12 de maio de 1840, era composta por oito artigos. Em resumo: privou as assembleias legislativas de decidir acerca da Polícia Judiciária; impediu as assembleias de alterarem a natureza dos empregos, de nomear, de demitir ou de suspender empregados que ocupavam cargos definidos por leis gerais, menos os magistrados, porém foram estabelecidos alguns critérios para isso; por fim, deu poder ao presidente de província para que esse pudesse negar a sanção de uma lei se essa, em sua concepção, ferisse a Constituição do Império.²⁹⁹

A lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841, que estabeleceu a Reforma do Código de Processo Criminal, trouxe como modificação da organização judiciária a recriação do cargo de Delegado, que passou a ter todas as atribuições que era do Juiz de Paz. O Delegado era nomeado pelo Imperador, enquanto o Juiz de Paz era eleito. O juiz Municipal continuou a ser nomeado pelo Imperador ou pelo Presidente de Província, mas sem as indicações das Câmaras Municipais. Por fim, os cargos de Juiz de Direito e de Promotor continuaram a ser nomeados pelo Imperador³⁰⁰.

²⁹⁹ BRASIL, Lei número 105, de 12 de maio de 1840. Interpreta alguns artigos da Reforma Constitucional. Registrada na Secretária de Estado dos Negócios do Império a folhas 78 v. do livro 7º de Leis, Alvarás, e cartas. Rio de Janeiro, 20 de maio de 1840.

³⁰⁰ BRASIL, Lei de 3 de novembro de 1841. Reformando o Código do Processo Criminal. Registrada na Secretária de Estados dos Negócios da Justiça a fl. 159, livro 1º de leis, Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1841.

No Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça, apresentado à Assembléa Geral Legislativa, pelo ministro Paulino José Soares de Souza, referente ao ano de 1842, há uma extensa descrição dos conflitos ocorridos contra as modificações impostas pela reforma do Código de Processo Criminal.

Em São Paulo, os Municípios onde teriam ocorrido conflitos e ações contrárias ao Código, segundo o Relatório, foram: Areas, Lorena, Pindamonhangaba, Taubaté, Cunha, Itu, Sorocaba, Atibaia, Itapetininga, Faxina, Constituição, Silveiras, Porto Feliz e Capivari³⁰¹. Em Minas Gerais o Relatório enumera quatorze: Barbacena, Pomba, São João Del Rei, São José, Lavras, Oliveira, Santa Barbara, Queluz, Bom Fim, Ayuruoca, Baependy, Sabará, Caeté, e Curvelo³⁰². Focos de rebelião em Pernambuco e Ceará também são citados³⁰³.

De acordo com o Relatório, vários municípios teriam se mantidos omissos às nomeações e as medidas a serem tomadas, então teria sido pedido que os Juizes de direito fossem as vilas para dar posse aos nomeados, fazendo com que esses ocupassem seus cargos. Diante de grande oposição seria fechada a Câmara de Atibaia, o que fez com que a oposição investisse de forma ainda mais forte contra o governo³⁰⁴.

Parece que então os conspiradores reconhecendo que o Governo estava resolvido a empregar todos os meios ao seu alcance para cumprir o seu dever, fazendo executar a Lei, e exasperados pela noticia da dissolução da Câmara dos Deputados, assentaram que era tempo de arrojarem a máscara com que até então se haviam coberto. E com efeito assim o fizeram, e converteram a prometida rebelião aberta e

³⁰¹ RELATÓRIO da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira Sessão da quinta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1843. P.5.

³⁰² *Ibidem*. P.13.

³⁰³ *Ibidem*. P.22.

³⁰⁴ *Ibidem*. P.5.

devastadora, cujas desastrosas conseqüências mal se podem calcular se não houvera sido com energia e presteza sufocada³⁰⁵.

Qual seria o motivo de tanta resistência à promulgação da lei? O relatório escrito pelo ministro José Paulino, levando-se em conta que esse era ministro do governo, pode conter exageros acerca das revoltas ocorridas, mas sugerem-nos que não foram tão pequenas ou irrelevantes.

Um mês antes da promulgação da lei de Reforma o ministro Paulino José Soares de Souza, faz um discurso na Câmara defendendo a aprovação do projeto. O ministro faz uma enumeração sobre as deficiências da organização judiciária em vigor até então. Um dos problemas por ele indicado é a influência do partidarismo.

Os juizes de paz, que a constituição parece haver querido reduzir ás conciliações, são de eleição popular. A nossa legislação atual depositou nas suas mãos toda a autoridade criminal, e exclusivamente a arma das pronuncias, de todas a mais forte é a mais terrível. As câmaras municipais eleitas os municípios, são as que propõem, em lista tríplice, os juizes municipais, de órfãos e promotores, e organizam a lista de jurados. Assim quase toda a justiça nasce e forma-se nos municípios por uma maneira quase independente (...)³⁰⁶.

Sendo as nomeações feitas a partir das localidades, segundo o ministro, o partido político que estava no governo faria com que se elessem apenas partidários seus, e numa eventual troca de bancada, haveria conflitos entre os poderes. Pois quando fossem feitas as nomeações que eram de competência do Estado central, haveria má

³⁰⁵ *Ibidem.* P.5

³⁰⁶ *ANAIS da Câmara do Srs. Deputados Quarto ano da quarta legislatura sessão de 1841.* Rio de Janeiro: Tipografia da Viúva Pinto & Filho, 1884, tomo III. P. 810.

disposição por parte dos funcionários que tivessem sido nomeados pelo governo anterior³⁰⁷.

Naquelas províncias de que acima falei [que fizeram uso de preferências partidárias na nomeação], em cuja as eleições preponderou a opinião contrária, hão de encontrar nos agentes forçados de policia de que tem de servi-se má vontade, indisposições, obstáculos e mesmo hostilidade.³⁰⁸

Mesmo sendo ministro do governo e tendo intenções claras acerca da vontade de se aprovar a lei até então em discussão. Podemos, a partir desse fragmento do discurso do Ministro Paulino, sugerir que as revoltas ocorridas a partir da promulgação da lei em 1842, seriam pela perda de uma posição estratégica que as localidades teriam e que davam a elas a possibilidade de definir a composição do judiciário local.

A sintética exposição desenvolvida neste trabalho deixa-nos claro a complexidade das relações entre centro e localidades que se deram em torno da formação do Estado Nação Brasileiro. As resistências do aparelho jurídico às reformas instituídas nos mostram que o Poder Judiciário não é menos importante do que outras questões tratadas pelos autores que estudam a temática.

Portanto, a nosso ver, para compreendermos o processo de construção e manutenção do Estado Nacional de maneira menos isolada, devemos nos atentar para o papel do poder judiciário neste processo.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizizes do poder: o bacharelismo liberal na politia brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

³⁰⁷ *Ibidem*. P.810.

³⁰⁸ *Ibidem*. P.810.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem. A elite política imperial / Teatro de Sombras. A política imperial*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DOLHNIKOFF, Miriam. Elites Regionais e a Construção do Estado Nacional. In: JANCSÒ, István (org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ijuri (RS): Editora Unijui, 2003.

_____. Entre o Centro e a Província: as elites e o poder legislativo no Brasil oitocentista. *Almanack Brasiliense*. São Paulo, n° 1. P. 80-93, maio de 2005. P.82. Disponível em: http://www.almanack.usp.br/neste_numero/n01/index.asp?tipo=artigos&edicao=1&conteudo=5.

URICOECHEA, Fernando. *O minotauro Imperial. A Burocratização do Estado Patrimonial Brasileiro no Século XIX*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

REVISTA HORA PRESENTE: UMA REPRESENTAÇÃO HISTÓRICA DA IGREJA CATÓLICA BRASILEIRA EM ANOS DITATORIAIS (1968-1974)

Glauco Costa de Souza*

A revista *Hora Presente*, publicada em Setembro de 1968 na cidade de São Paulo, foi um periódico editado por um grupo conservador da Igreja Católica brasileira durante o regime militar no Brasil. Os discursos presente nos artigos da revista remetem a cisão interna ocorrida na Instituição religiosa, fomentada pelo golpe militar de 1964, que ocasionou a “esquerdização” de alguns grupos progressistas na própria Igreja.

Por se tratar de ideias e doutrinas de um determinado grupo religioso, refletidas nos artigos das revistas, o conceito de *representação*, do historiador francês Roger Chartier, servirá como norte para o desenvolvimento do trabalho. Tal conceito remete a representações mentais de ideias e mensagens no qual os homens dão sentido a sua realidade. Mas, como define o próprio Chartier (2009, p. 51-52):

“As representações não são simples imagens, verdadeiras ou falsas, de uma realidade que lhes será externa, elas possuem uma energia própria que leva a crer que o mundo ou o passado é, efetivamente, o que dizem que é. Nesse sentido, produzem as brechas que rompem às sociedades e as incorporam nos indivíduos”.

Portanto, trata-se aqui de perceber a visão do grupo *Hora Presente* sobre seus oponentes e sobre a política da época: como eles pensavam, sentiam, imaginavam e viam os progressistas católicos e a ditadura militar. Mas, vale ressaltar, essas representações, segundo o

* Aluno do programa de Pós-Graduação do Departamento de História – UNESP/Assis e bolsista da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo).

autor supracitado, são construções embasadas na realidade e podem produzir visões deturpadas do real.

Desse modo, este trabalho é uma tentativa de expor parte das reflexões sobre o meu projeto de mestrado, intitulado: “*Discursos Teológicos e Políticos da Igreja católica brasileira presente nos artigos das revistas Hora Presente e Permanência*”. De maneira geral, as partes a seguir se estruturam a partir dos artigos catalogados e analisados até o presente momento. Sendo assim, procura-se apresentar o contexto histórico no qual surgiu o periódico e a representação dos grupos progressistas por meio desses artigos.

1 – A revista *Hora Presente* e o Golpe Militar

A revista *Hora Presente* foi publicada pela primeira vez em Setembro de 1978, na cidade de São Paulo, e recebeu o mesmo nome do grupo que a criou. Em relação a sua liderança, a revista não possuía um líder intelectual específico. Ela foi dirigida por Clovis Leme Garcia, que assumiu sua direção e a redigiu até o seu término. Enquanto sua redação, ela foi composta por vários intelectuais que atuavam no grupo e, conseqüentemente, escreviam para a revista³⁰⁹. Seus escritores receberam forte influencia dos grupos integristas estrangeiros, principalmente das revistas católicas francesas³¹⁰.

Segundo o padre Charles Antoine (1980), que durante os anos 70 escreveu sobre os grupos integristas no Brasil, a maioria dos autores do grupo eram professores de algumas faculdades de São Paulo e participavam ativamente da política da cidade. Dessa forma, os artigos eram escritos, exclusivamente, por leigos católicos, salvo alguns artigos que contavam com a participação de membros do clero.

³⁰⁹ Entre eles estavam: José Guarany, Marcondes Orsini, José Pedro Galvão de Souza, Adib Casseb, Clovis Leme Garcia, José Fraga Teixeira de Carvalho, Lauro de Barros Siciliano, Italo Galli, Ruy de Azevedo Sodré e Alfredo Leite. Alguns artigos da revista também eram escritos por membros da revista *Permanência*, como: Gerardo Dantas

³¹⁰ Vários escritores das revistas *Permanences*, *Itinéraires*, *La Pensée Catholique* e *L'Homme Nouveau*, tiveram artigos publicados na revista *Hora Presente*.

O esforço de pesquisar esse grupo conservador e a edição de sua revista revela-se importante para a compreensão da nossa história política, principalmente nos anos 60, momento marcado pelo crescimento do progressismo em setores do clero e do laicato na nossa sociedade e pela forte perseguição do governo militar aos “subversivos”, a partir do Ato Institucional (nº 5), decretada no ano de criação da revista, em 1968.

Segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2002), que estuda a representação do anticomunismo pelos grupos conservadores da sociedade brasileira, os setores tradicionalistas da Igreja discordavam dos religiosos progressistas por incorporarem o marxismo nas suas formulações teóricas e, sendo assim, a reação foi dura: “(...) A denuncia desta suposta infiltração comunista no seio da fortaleza católica foi muito recorrente nos anos de 1960, 1970 e 1980, o que, de certo, facilitava o trabalho repressor do Estado, já que se trataria de comunistas travestidos e não de verdadeiros militantes católicos” (MOTTA, 2002, p. 24).

Sendo assim, encontram-se muitas dessas denúncias nos artigos das revistas. Na terceira edição, encontra-se um artigo que comenta a publicação de uma reportagem do Cônego Emílio Silva, pertencente ao clero conservador da Igreja, na revista *Manchete*, sobre a atuação social dos cristãos no Brasil após o decreto do AI-5.

O Cônego desmente a ideia de uma pretensa perseguição religiosa no Brasil por parte do governo militar. Segundo ele, que comenta a prisão de padres progressistas em Belo Horizonte, “(...) os motivos alegados para as prisões são perfeitamente legítimos, e o que se deveria estranhar é que o sacerdócio trouxesse para alguém uma imunidade que lhe permitisse pregar ideologias perturbadoras da ordem pública”³¹¹.

Além de condenarem a participação de religiosos em assuntos políticos, pois “(...) a Igreja não tem uma função precípua no campo político e, sendo assim, não lhe cumpre chamar a si a ‘direção da cidade terrena’ ”³¹², muitos artigos aprovavam situações

³¹¹ *Hora Presente*, Janeiro/Fevereiro de 1969, p. 25.

³¹² *Hora Presente*, Janeiro/Fevereiro de 1969, p. 29.

e episódios da política militar: como no apoio à censura no AI-5³¹³, sobre o surgimento dos esquadrões da morte³¹⁴ e reflexões sobre algum determinado momento político³¹⁵.

Percebe-se, dessa maneira, a íntima ligação da revista *Hora Presente*, e do seu grupo, com o governo militar. A análise dos artigos revela episódios que retratam momentos históricos em que uma parte da Igreja se posiciona a favor do regime ditatorial. Embora a Igreja estivesse dividida nesse momento, isto não impediu que parte do clero conservador da Igreja, provavelmente majoritários na época, pudessem se empenhar na campanha contra o comunismo e contra a esquerdização do clero no Brasil. A partir dessa constatação resta à análise das representações e dos discursos sobre os grupos progressistas da Igreja católica brasileira durante o período em estudo.

2 – Representações sobre os progressistas da Igreja Católica na ditadura militar

De acordo com a nova História Cultural, a noção de representação evoca a maneira de como grupos de uma determinada sociedade dão sentido as suas práticas sociais e aos discursos que a permeiam. Nesse sentido, as relações sociais que ocorrem em um determinado período histórico, entre diferentes grupos de uma mesma sociedade, como afirma Roger Chartier (2009, p. 49), “são marcadas pela maneira de como os indivíduos e os grupos se percebem e percebem os demais”, por meio dos diferentes discursos que regem determinada sociedade.

³¹³ Como no artigo escrito por Alfredo Lage, intitulada: A liberdade criadora do artista e a censura (*Hora Presente*, Setembro/Outubro, 1968).

³¹⁴ Nota que informa aos seus leitores sobre os esquadrões formados por policiais que matam os subversivos políticos do regime (*Hora Presente*, Janeiro/Fevereiro de 1969, p. 33-42).

³¹⁵ Como na nota intitulada: “*O momento político: Abertura para o nada?*”, em que os editores comentam uma suposta abertura política com a reformulação da constituição. Em síntese, a revista é a favor do AI-5 e acha que o Brasil não está preparado para um processo de redemocratização devido a existência de grupos subversivos. (*Hora Presente*, Agosto de 1969, p. 211-213).

Por isso, as representações dos grupos de esquerda da Igreja católica, presente nos artigos da revista *Hora Presente*, são construídas por meio de uma imagem negativa, no sentido de mostrarem o modelo comunista como fraco no aspecto econômico e deficiente no plano social.

Assim, são numerosos os artigos que denunciam os “males da modernidade” na sociedade brasileira, muitos advindos do pensamento comunista, que interferem no aspecto moral dos cristãos do Brasil: sobre o uso do LSD³¹⁶, questão da castidade entre os jovens³¹⁷, questão do divórcio³¹⁸ e sobre o cuidado de se ouvir músicas subversivas dos festivais de música da TV Record, nos anos 60³¹⁹.

Enquanto aos próprios grupos progressistas da Igreja, a representação desse grupo refere-se a influencia do mundo moderno na moral e nas atitudes de alguns membros da Igreja, contrariando assim a “verdadeira Igreja de Cristo”.

Como exemplo, o quarto número da revista *Hora Presente* foi totalmente dedicado a denunciar a infiltração comunista na Igreja Católica, em âmbito mundial. Tendo por título: *As forças ocultas da Igreja: IDOC, CIDOC, PAX, “Grupos Proféticos”*, a Igreja reconhece a força desse grupo por utilizar os meios de comunicação como grande propulsora de suas ideias. Desse modo, aparecem narrações como: sacerdotes-guerrilheiros, os escândalos de padres

³¹⁶ No artigo, *É Proibido Proibir o LSD?* o grupo condena o uso da droga entre os jovens é retrata o uso do LSD entre artistas e intelectuais de esquerda, quando compara o cabelo de Caetano Veloso com um cogumelo alucinógeno. (*Hora Presente*, Janeiro/Fevereiro de 1969, p. 66-71).

³¹⁷ Em *Sexo, simplesmente: A educação sexual na Hora Presente*, o Padre Afonso Rodrigues adverte sobre o pecado do sexo antes do casamento e denuncia os jovens universitários comunistas de banalizarem a questão do sexo. (*Hora Presente*, Janeiro/Fevereiro de 1969, p. 211-222).

³¹⁸ Nota sobre a inadmissibilidade do Divórcio e de outras deformações, retirada do Concílio Vaticano II. (*Hora Presente*, Agosto de 1969, p. 23).

³¹⁹ Nota que denuncia os festivais de música, por propagarem conteúdos de músicas marxistas. (*Hora Presente*, Novembro/Dezembro de 1968).

casadouros, as pregações sexualistas de freiras modernas, a mundanização da Igreja, dentre outros³²⁰.

3- Conclusão

A exposição acima procurou demonstrar como uma fonte histórica, no caso a revista *Hora Presente*, possibilita o acesso do historiador a representação de uma realidade histórica que só existe por meio das linhas escritas pelos intelectuais do grupo. Na revista, é possível focalizar discursos e representações que remetem a leitura específica de um momento histórico. Desse modo, por mais que o grupo se preocupasse em denunciar a infiltração comunista no país e dentro da Igreja, os artigos da revista propiciam o estudo das práticas e das ações dos grupos progressistas católicos em relação a ditadura militar, possibilitando, assim, a análise das mudanças sociais que ocorriam naquela conjuntura histórica.

Referências Bibliográficas

ANTOINE, Pe. Charles. *O Integrismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980.

CHARTIER, Roger. *A História ou a Leitura do Tempo*. Trad. De Cristina Antunes. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva\Fapesp, 2002.

³²⁰ (Hora Presente, Agosto de 1969, p. 27).

“ASSIM BRILHA A LUZ”: EDUCAÇÃO MISSIONÁRIA E IDEAL CIVILIZATÓRIO

Guilherme Ferreira Oliveira
Graduando em História UFSJ

Desde a chegada dos portugueses ao Brasil, a religião que trouxeram marcou a vida dos que aqui viviam não apenas por meio de ritos e práticas, mas fortemente capaz de influenciar o etos da sociedade em que se inseria. Graças ao seu vínculo com o Estado, a Igreja Católica era plenamente atuante na esfera pública e na vida moral e privada. Não por acaso, após mais de três séculos a religião já havia se enraizado na sociedade, assumindo formas e representações ao entrar em contato com outras várias compreensões religiosas.

O culto protestante no Brasil, no entanto, ficou por longo tempo sendo uma prática quase inexistente país. As primeiras tentativas de inserção do protestantismo no Brasil ocorreram no Rio de Janeiro, na chamada França Antártica (1555-1567) e pelos calvinistas no nordeste brasileiro durante a expedição de Maurício de Nassau (1630-1654), ambas fracassadas. Com a chegada de D. João VI em 1808, e abertura dos portos às nações amigas, essencialmente a Inglaterra, o culto protestante, ainda que modesto, acontecia nas próprias residências e na sua língua de origem.

Foi, no entanto, na primeira metade do séc. XIX que ocorreram as mais significativas inserções protestantes no país. A grande propaganda protestante se deu com os norte-americanos e o protestantismo missionário. De certa forma essa aceitação se deve ao caráter de sincretismo característico da religiosidade brasileira desde a colônia, onde o próprio catolicismo português era mais afeito às procissões, imagens e missas do que na espiritualidade por si mesma, o que se repetiu nas formas religiosas no Novo Mundo (SOUZA, 1986, p.99).

Durante a chegada dos missionários em território brasileiro, apesar de ser ainda a mantenedora de parte do código ético e moral que regia a sociedade em meados do séc. XIX, a Igreja Católica já vinha sofrendo desgastes. Por encontrar maior resistência nos centros urbanos, onde a presença física e institucional da Igreja era maior, os missionários protestantes investiram na evangelização dos interiores, seguindo o caminho da expansão cafeeira, e se estabelecendo em São Paulo e zonas fronteiriças de Minas Gerais (MENDONÇA, 2008, p. 116). A religião presente nesses meios era a católica, no entanto, essa não era uma escolha do indivíduo, e sim uma tradição trazida pelos colonizadores. Não tinham, portanto um conhecimento teológico, e sim, participavam de uma religiosidade difusa e santoral, em que os habitantes do mundo sagrado interagem constantemente com os homens.

Samuel R. Gammon aportou por essas terras em 1889, meses antes da instalação da República no Brasil. Outros presbiterianos já haviam chegado por aqui, como o Reverendo Ashbel Green Simonton, em 1859, no Rio de Janeiro, o qual, como Gammon, pertenciam à Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos, vindos do estado americano da Virgínia.

A primeira missão da Igreja do Sul fora dos Estados Unidos foi para a China (1867), seguida do Brasil, Tailândia, Colômbia e Japão (GAMMON, 1959, p. 33). Eduardo Lane e George Nash Norton chegaram a Campinas em 1859, e em 1871 erigiram o primeiro colégio presbiteriano naquela região (a Igreja Presbiteriana do Norte já havia se estabelecido no Rio de Janeiro, em 1863) (HOONAERT, 1976, p.244; GAMMON, 1959, p.43). Em 1860, chega ao Brasil A. L. Blackford, empreendendo a penetração do presbiterianismo no interior do Brasil, especialmente nas regiões rurais e semi-rurais. Aconteceu através dele, uma expansão missionária no interior de São Paulo (HOONAERT, 1976, p. 245).

Assustados com a febre amarela, que por esse tempo infestava o interior paulista, fez com que parte da missão se transferisse para outra região, e devido a isso Sammuel Gammon seguiu para Lavras. Quando da chegada dele por lá, a cidade já contava com uma Casa da Misericórdia (1880), canalização de água

potável (1885), a companhia de fiação de tecidos União Lavrense (1886), o jornal *O Lavrense*, um colégio e uma Escola Noturna (1883), a economia baseava-se essencialmente na agricultura, ainda com técnicas simples e rudimentares (Cf. Salviano, Arquivo Histórico do Museu Bi Moreira– UFLA).

Alguns dos que primeiro aceitaram o protestantismo na região de Lavras foram justamente os homens dados aos negócios agrícolas, virtuosos naquele contexto. Um exemplo é o “Sr. Pedro Moura, figura de destaque na cidade, avô de Bi Moreira, e desde o começo, fiel amigo dos americanos, o qual lia a Bíblia diariamente, e mesmo não protestante, seus filhos freqüentavam a escola evangélica e a Igreja”. Alguns, porém se converteram à doutrina presbiteriana: “O Sr. Custódio Francisco Custódio da Veiga, patriarca da importante família Veiga de Nepomuceno, toda ela trazida ao Evangelho por seu exemplo e fidelidade” (GAMMON, 1959, p. 82 – 3, 89). Em Nepomuceno, a história parece ainda mais interessante: “Nesta cidade, onde o trabalho começou sob perseguição, tornou-se depois um centro notável de evangelização, de lá saindo muitas moças e moços que colaboraram e colaboram nessa obra” (GAMMON, 1959, p. 88), o que nos faz acreditar que depois da conversão da importante família Veiga, alguns moradores da cidade puderam ver com bons olhos o Evangelho protestante.

Segue ainda alguns convertidos: “Entre as pessoas que assistiram ao culto e que conversaram com Dr. Gammon esteve um jovem casal, Sr. Daniel Fernandes e D. Mariana. Cerca de um ano depois este casal era recebido em profissão de fé, e não só toda a sua família, mas também a de um cunhado do Sr. Daniel” (GAMMON, 1959, p. 95). Clara Gammon sugere ainda o quanto seria importante ter pessoas de destaque convertidos e próximo deles: “Em Perdões, havia a família de Joaquim Alves Garcia, mais conhecido como Joaquim Frade, e outra a do Sr. João Custódio da Veiga, homens de destaque na região. Se aceitassem o Evangelho, como o Dr. Gammon esperava, podiam exercer influência decisiva para a causa de Cristo” (GAMMON, 1959, p. 96).

Observadas as necessidades da região, Dr. Gammon pede à Sociedade Missionária que um especialista em agricultura venha ao

Brasil. Em 1907 chega à Lavras Benjamin Hunnicutt, Bacharel em Ciências Agrícolas pela Escola Agrícola do Mississipi, tornado mais tarde possível o funcionamento da Escola Agrícola de Lavras, em 1907, que se transformaria na Escola Superior de Agricultura, em 1938, federalizada em 1963, e por fim, a Universidade Federal de Lavras, em 1994 (ROSSI e INACIO FILHO, 2008, p. 5). Esse trabalho de Rossi e Inácio Filho trata da instalação da Escola Agrícola em Lavras, e suscita a questão de que a região tinha apenas agricultura familiar e fazendas não especializadas com vista ao mercado, e que a criação de uma escola agrícola, com o uso racional da terra foi muito bem recebida. Para nosso trabalho, é importante levantar esse ponto para que possamos perceber que em parte, a aceitação dos presbiterianos em Lavras se deu em vista dos benefícios que os mesmos poderiam trazer para a cidade, tais como formas racionais de plantio e cultivo e um formato de educação visto como mais “moderno” e produtivo.

Os protestantes que nas décadas finais do século XIX vieram para o Brasil apresentavam-se como uma força renovadora que não pretendia apenas o ajustamento de seus membros às condições político-sociais dominantes, mas, inclusive, aspiravam por transformações econômicas e exemplo do que vinha acontecendo no seu país de origem. Assumindo uma postura de “progresso e desenvolvimento”, aliado a um padrão ético e austero, defendendo uma educação liberal, democrática e secular, os quais se opunham ao espírito do catolicismo institucional, e que era tradicional e elitista. Tudo isso era ligado á incumbência divina de levar a verdadeira palavra de Deus aos infiéis que viviam em todas as partes do mundo. (ALMEIDA, 2008, p.185; SELLERS, 1990).

O interesse pela ciência, pela formação da cidadania e pelo direito de voto eram valores veiculados no Brasil desde a década de 70 do séc. XIX, mas, no entanto, as escolas públicas eram quase inexistentes, principalmente no interior do país. Na falta dessas escolas, os protestantes encontraram ambiente propício para implantar instituições calcadas nos seus próprios métodos pedagógicos e naturalmente orientados pelos seus princípios religiosos. Nesse contexto, independente da confissão religiosa, não é

de se estranhar que houvesse interesse popular por essas escolas, as quais se tornaram centro irradiador dos programas de evangelização missionária protestante norte-americana (ALMEIDA, 2002, p. 192).

Podemos acreditar que no início da atividade missionária protestante a escola é complemento da Igreja. Almeida observa que muito das escolas que se instalaram na região e ergueram-se ao lado das igrejas (ALMEIDA, 2000, p.197), e como no caso de Lavras, surgem primeiro as escolas (em Lavras, em 1893), e depois as igrejas (1899).

As razões de sua instalação não são essencialmente filantrópicas, mas doutrinárias: o analfabetismo era empecilho ao aprendizado da doutrina protestante, calcada na leitura da Bíblia, de livros e de revistas denominacionais. O canto de hinos igualmente requeria pessoas alfabetizadas (DREHER, 2000, p. 147).

Junto com a prática educativa, vinha a propaganda religiosa. Ao propagarem sua fé, os missionários estavam convictos de que a cultura que traziam era fruto dessa fé, e junto dela, traziam os valores da civilização americana, principalmente com o ideal conversionista, ou seja, o que dá ênfase à salvação individual (DREHER, 2000, p.148)

O missionarismo religioso pode ser visto como parte do imperialismo cultural que lançava seus tentáculos pelo mundo, e colocava pela via religiosa, as raízes de uma civilização que se considerava o exemplo de um sistema político democrático e que queria expandir-se como nação. Dessa forma, os missionários consideravam que sua missão não era apenas evangelizar, mas também se centrava no objetivo de educar indivíduos imbuídos da moral e da ética, do sentido de coletividade e da aspiração, sempre bem recebida entre os americanos (ALMEIDA, 2000, p. 193).

Fonte principal:

GAMMON, C. Assim brilha a luz: A vida de Samuel R. Gammon. Fontes primárias encontradas no Museu Bi Moreira: Prospecto do Instituto Evangélico, 1909, 1920 e 1937; Jornal Acrópole, 1979; Jornal Agrícola, 1916.

Bibliografia:

- ALMEIDA, J. S. de. O movimento missionário e educacional protestante na segunda metade do séc. XIX: para cada igreja uma escola. *Revista Educar*, n.20, p.185-208, 2002. Editora UFPR.
- BARATA, Alexandre M. *Luzes e Sombras: A Ação da Maçonaria Brasileira (1870 – 1910)*. Campinas: UNICAMP, 1999.
- DREHER, Martin N. Notas para uma história da educação protestante no Brasil. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo: s.n, v.4, n.6, p. 133-150, 2000.
- HOORNARET, Eduardo et al. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo - primeira época*. Petrópolis: Vozes, 1977. 442 p. (Historia geral da igreja na America Latina ; v.2).
- MACEDO, Emiliano Unzer. Pentecostalismo e religiosidade brasileira. Tese de Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo, USP, 2007.
- MENDONÇA, Antônio G. O celeste porvir: A Inserção do Protestantismo no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de São Paulo, 2008.
- ROSSI, M. P. S.; INACIO FILHO, G.. Minas Gerais, agricultura e progresso: as contribuições da escola agrícola de Lavras. In: *V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTORIA DA EDUCAÇÃO, 2008, Aracaju*: Universidade Federal de Sergipe.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo na terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SELLERS, et all. *Uma reavaliação da História dos Estados Unidos: de colônia a potência imperial*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.

OS CAMINHOS BRASILEIROS DE PEREGRINAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO SAGRADO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA³²¹

Haudrey Germiniani Calvelli

Doutora em Ciências Sociais da Religião UFJF

Professora da Escola de Estudos Superiores de Viçosa-MG

Neste trabalho, irei abordar a construção dos caminhos brasileiros a partir do conceito de “capital cultural”, que foi desenvolvido por Pierre Bourdieu (1984 e 1987), especificamente em seu estado “objetificado”, isto é, o “capital cultural” qualificado e acumulado por meio de bens culturais presentes em certas localidades. Serviu como campo etnográfico para a pesquisa as rotas brasileiras mais utilizadas para a peregrinação e o turismo: o Caminho das Missões, o Caminho do Sol, o Caminho da Luz, Os passos de Anchieta e o Caminho da Fé³²².

Com a intenção de compreender os novos caminhos de peregrinações construídos e “inventados” no contexto brasileiro, utilizou-se aqui o conceito de “capital cultural”, desenvolvido por Bourdieu (1984, 1987) e outros teóricos como Featherstone (1995) Lamont e Laureau (1988, *apud* Featherstone 1995). O conceito remete o leitor à percepção de que, além do capital econômico³²³,

³²¹ Texto elaborado a partir do material empírico e referencial teórico da tese de doutorado defendida por mim no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da UFJF.

³²² Os trabalhos de campo foram realizados através da observação participante no Caminho do Sol, no Caminho da luz e no Caminho da Fé objeto de estudo da minha tese de doutorado, as informações e os dados coletados sobre o Caminho das Missões e Passos de Anchieta foram obtidos através das pesquisas realizadas por outros pesquisadores, na sua maioria associados ao Pronex: “Movimentos Religiosos no Mundo Contemporâneo”, que trabalharam sob coordenação do Núcleo de Estudos da Religião (NER), através da coordenação do antropólogo Carlos Steil. Como também alguns dados foram obtidos nos sites dos Caminhos na *internet*.

³²³ Segundo Featherstone (1995, p.148) o capital econômico é imediatamente calculável, intercambiável e convertível.

existem fontes de riquezas baseadas na cultura que podem ser convertidas em valor econômico, através de políticas administrativas e de investimentos do capital privado.

Para Bordieu (1987, p. 243), o capital cultural pode manifestar-se de três maneiras: no estado “corporificado” (modo de falar, beleza pessoal etc.), no estado “objetificado” (bens culturais, como pinturas, livros, arquitetura etc.) e no estado “institucionalizado” (como as qualificações educacionais). Ao meu ver, o capital cultural no estado “objetificado”, concernente à valorização dos caminhos de peregrinações, e as formas como cada itinerário acumula capital cultural, serão a linha-mestra de argumentação ao longo deste capítulo.

Fethersthone (1998, p.148) empregou o conceito de capital cultural ao analisar cidades como Florença, Paris e Roma, que acumularam esse capital ao preservar imóveis históricos, bens culturais e até mesmo ao disponibilizar ambientes associados ao estilo de vida de artistas e intelectuais. Para esse autor, essas cidades adquiriram prestígio em torno do capital simbólico acumulado ao valorizar, de maneira exemplar, seus patrimônios históricos e culturais. Nessa perspectiva, estariam próximas ao topo de uma hierarquia simbólicas das cidades. A classificação das cidades é determinada a partir da valorização e acúmulo de aspectos culturais como arte, arquitetura e até mesmo lazer e diversão: *shoppings centers* e parques temáticos.

Outra forma de acumular capital cultural na contemporaneidade são as recriações de ambientes e as simulações, que transportam para outros espaços, recriando experiências e sensações antes acionadas somente em locais considerados detentores de forte capital cultural delegado pela tradição.³²⁴ Pode-se

³²⁴ Como exemplo têm-se as “caravanas” de fiéis, que chegam de todos os lugares, para visitarem a sede mundial da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), também chamada de “Templo da Glória do novo Israel”, na cidade do Rio de Janeiro, que apresenta em sua concepção arquitetônica representações do “Israel bíblico” e uma maquete da “Jerusalém Antiga. Os fiéis simulam à peregrinação a “Terra Santa” nesse espaço construído pela IURD.

argumentar, então, que, na atualidade, as fontes de capital cultural ou de prestígio são mais abrangentes e democráticas.

Neste estudo, considerou-se que os caminhos de peregrinação brasileiros possuem formas diferenciadas de retenção de capital cultural. Mesmo tendo como maior referência o Caminho de Santiago de Compostela, ao serem “(re)inventados”, os caminhos brasileiros re-significam símbolos locais, possibilitando a articulação entre o local e o universal. Dessa forma, o Caminho de Santiago é “reiventado” de diversas maneiras no contexto brasileiro. Assim, o Caminho de Santiago é aqui apresentado como principal referência na construção do capital cultural dos principais caminhos de peregrinação no Brasil.

O Caminho de Santiago de Compostela tornou-se um referencial para a (re)invenção de itinerários para peregrinações no Brasil, já que há séculos é capaz de atrair pessoas de diferentes lugares, religiosas ou não, sexo, profissão e faixa etária variados. A centralidade da viagem como aspecto fundamental da peregrinação, o pernoite nos albergues, que barateiam os custos da viagem, a integração com a natureza e a história do continente europeu são os atributos que inspiraram a possibilidade de reabilitar a prática da peregrinação no Brasil.

Apesar de o Caminho de Santiago ser utilizado como modelo para os caminhos brasileiros, aqui ele é reinventado pelas tradições locais. O propósito dos idealizadores dos caminhos nacionais para peregrinação é possibilitar um lugar para a realização de uma experiência semelhante, no Brasil, àquela vivenciada no caminho europeu, bem como a divulgação do turismo, visando ao desenvolvimento econômico das regiões que circundam esses caminhos.

Esta pesquisa pretendeu privilegiar as cinco rotas brasileiras, buscando perceber a “construção” dos caminhos para peregrinação no Brasil e como esses são capazes de acumular prestígio a partir da valorização de atributos de cada localidade, articulando-a com os elementos do Caminho de Santiago. A apresentação que farei a seguir está baseada, sobretudo, em informações acessadas nos *sites* existentes sobre cada um dos Caminhos na *Web*.

O Caminho das Missões localizado no Rio Grande do Sul tem como de suas principais fontes de capital cultural a herança cultural do passado, representada pelas ruínas, sítios arqueológicos e edificações que foram declaradas Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1983. No entanto, outros recursos também são acionados para atrair os peregrinos. Como mostrado na página oficial do Caminho na internet, além da potencialidade histórica e arqueológica, há simulações que contam a história das Missões, como o “Espetáculo Som e Luz”, que faz circular símbolos associados às Missões-Jesuítico-guaranis.

O “Caminho do Sol”, inaugurado em 15 de julho de 2001, é um outro percurso utilizado para peregrinações. Com 209 km de extensão, inicia-se em Santana da Parnaíba (SP) e termina em Águas de São Pedro (SP), num altar construído em homenagem a Santiago de Compostela que, de acordo com Reinaldo Dias (2003, p.33), é o primeiro a ser construído fora da Espanha. O trajeto inclui treze cidades paulistas e, ao final da caminhada, os peregrinos recebem um certificado com os carimbos das treze pousadas onde passam a noite.³²⁵

Alguns dos signos e símbolos do Caminho de Santiago na Europa foram incorporados ao capital simbólico do Caminho do Sol, estilizados para o interior de São Paulo. A idéia dessa rota de peregrinação, que tem por objetivo de integrar cidades com potencial turístico no interior de São Paulo, ocorreu quando o consultor de “marketing” José Palma realizava o caminho europeu. Um dos objetivos do Caminho do Sol, segundo José Palma, é o de propiciar aos brasileiros que não podem ir a Santiago a realização de uma “experiência” semelhante no Brasil.

O Caminho da Luz passa por antigas trilhas de tropeiros, religiosos e exploradores, que realizavam, no século XVIII, a travessia dos três: Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Pode-se perceber que o capital cultural do Caminho da luz é

³²⁵ Estas informações foram obtidas através da reportagem de Pinheiro (2002, dez, p.c-5) na Folha de São Paulo sobre o Caminho do Sol. Como também na página da internet <<http://www.caminhodosol.com.Br>>, acesso 10 set. 2003.

construído a partir da valorização de alguns elementos mencionados nas propagandas, como os históricos e culturais, ao enfatizar-se que o mesmo percurso foi realizado por tropeiros, bandeirantes e exploradores, e a partir da possibilidade de conhecer fazendas centenárias que retratam uma parte da História do Brasil do séc. XVIII. As crenças da região, a passagem pela Gruta Santa, no município de Catuné, as águas consideradas milagrosas, a pedra onde mora a Mãe do Ouro (uma lenda muito conhecida no Brasil), entre outras histórias, colaboram para a construção do imaginário do Caminho da Luz.

Outro elemento capaz de contribuir para a acumulação do capital cultural do caminho da Luz, está na associação de algumas simbologias locais com as simbologias do Caminho de Santiago. Por exemplo, a luz vinda do solo do Caminho da Luz, atribuída a um metal, como mencionado anteriormente, é associada, pelos peregrinos, com a “chuva de estrelas” sobre o túmulo de Santiago na Espanha, como conta a lenda. Eles acreditam que o brilho do Caminho da Luz, assim como a “chuva de estrelas” vista na Espanha pelo ermitão que localizou o sepulcro do apóstolo, é um sinal divino, capaz de delegar legitimidade a esse caminho espiritual.³²⁶

O capital cultural da rota Passos de Anchieta está associado à figura histórica do padre jesuíta. Algumas histórias sobre a passagem do padre pela região ainda são contadas pelos moradores aos peregrinos. Algumas dessas histórias foram transformadas em lendas, por exemplo, aquelas que dizem respeito a poços de água que surgiam quando o padre batia com o cajado no solo, saciando a sede dos caminhantes. Outra história bastante conhecida é sobre as gaivotas que Anchieta convocou para voar sobre os nativos que o acompanhavam em uma das viagens, garantindo sombra ao grupo durante todo o percurso.

Por fim, o “Caminho da Fé” é uma rota de peregrinação inaugurada oficialmente no dia 12 de fevereiro de 2003. O itinerário inicia-se na cidade de Tambaú (SP) e passa por várias cidades do sul de Minas Gerais, com o objetivo de chegar a Aparecida (SP), cidade

do vale do Paraíba onde se localiza o maior santuário Católico brasileiro. Com um total de 415 quilômetros, o Caminho da Fé é a mais nova e maior trilha permanente do Brasil. O capital cultural do caminho da Fé está associado ao encontro simbólico produzido pela rota entre dois santos de grande devoção no catolicismo: o Padre Donizetti de Tambaú e Nossa Senhora Aparecida. Além do cotidiano das antigas fazendas de café e a vida simples dos moradores do interior de Minas Gerais e São Paulo que são referências de “estilo de vida” para moradores das grandes cidades (GERMINIANI, 2006).

BIBLIOGRAFIA

CARNEIRO, Sandra M. C. de Sá. **Rumo a Santiago de Compostela: os sentidos de uma moderna peregrinação**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas- Antropologia Cultural), PPGSA/IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo, Brasiliense, 1987.

_____ **Distincion: A social critique of the judgement of taste**. Tradução de Richard Nice, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1984.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-modernidade**. Editora studio Nobel, 1995.

GERMINIANI, Haudrey. **A “Santiago de Compostela” brasileira: Religião, turismo e consumo na peregrinação pelo Caminho da Fé**. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) PPGCR/ICHL, Juiz de Fora 2006.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1984.

PINHEIRO, D. **Caminho do Sol pode integrar percurso**. Folha de São Paulo, p.c-5, 22 dez 2002. Caderno folha de Campinas.

STEIL, Carlos Alberto. **Peregrinação, Romaria e Turismo religioso: raízes etmológicas e interpretações sociológicas**. In: ABUMANSUR, Edin Sued (org.) **Turismo Religioso: ensaios antropológicos sobre religião e turismo**. Campinas: Papyrus, 2003

Sites:

www.caminhodafe.com.

www.caminhodosol.com.

www.caminhodasmissoes.com.br

www.caminhodaluz.org.br

www.passosdeanchieta.hpg.ig.com.br

NARRATIVAS VISUAIS E ORAIS: A EXPERIÊNCIA DA IMIGRAÇÃO MEDIADAS PELAS IMAGENS

Henrique Mendonça da Silva
Mestrando em História Social do programa de pós-
graduação da UERJ
enriquesh@msn.com

Localizada nas margens da Baía de Guanabara, a Ilha das Flores originalmente se chamava Ilha de Santo Antônio e, em 1834, era propriedade de Delphina Felicidade do Nascimento Flores, daí o seu atual nome.

Em 1857, o Senador José Ignácio Silveira da Motta adquiriu a ilha e, nos anos subsequentes, outras vizinhas: a do Engenho, a dos Ananazes e a da Mexeriqueira ou Quilombola. O senador Silveira da Motta, defendia a imigração como uma das possibilidades de resolução da questão da substituição do braço escravo pela mão de obra livre no país. Vendeu a Ilha das Flores para o Governo Imperial em 1873. Em 1877, iniciam-se as atividades da hospedaria de imigrantes da Ilha das Flores, a primeira do país. Nos primeiros seis meses de atividades por ali entraram 9795 imigrantes, em grande parte portugueses, italianos e alemães. Em 1883, o arquipélago foi vendido para o Ministério da Agricultura que oficializou a hospedaria, tornando-a símbolo da política imperial de imigração.

O serviço de imigração da Ilha das Flores encerrou suas atividades em 1966. Nesse período de quase um século a ilha esteve vinculada a diferentes órgãos de imigração e colonização. Ao longo do tempo por aqui entraram portugueses, espanhóis, italianos, alemães, russos, letões, poloneses, árabes e judeus, entre outras grupos. O estatuto do imigrante também sofreu alterações ao longo desse período: ora entraram como colonos, ora como trabalhadores assalariados e, por fim, as últimas levas foram formadas por refugiados da II Guerra Mundial.

Em 1968, o Ministério da Marinha passou a ocupar o arquipélago e, em 1971, ali instalou o Comando da Tropa de Reforço do Corpo dos Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil.

Em 1930, a Ilha passou para a responsabilidade do Ministério do Trabalho, recém criado, através do Departamento Nacional de Povoamento. Em 1932, a Ilha serviu como presídio político em que foram reclusos os combatentes da Revolução Constitucionalista. Estes compuseram uma música sobre o local. Nesse momento, a Ilha teve seu espaço dividido: o sul foi destinado a abrigar os imigrantes e funcionários da hospedaria, e o norte funcionava como presídio político. No ano de 1935, a Ilha recebeu os revoltosos da Intentona Comunista.

Em 1945, durante a II Guerra Mundial, permaneceram presos na Ilha alemães ligados ao Eixo. O último registro como presídio político ocorreu em 1969, após o AI-5, de 13/12/1968, após a eclosão do que a historiografia universitária convencionou chamar de golpe civil-militar. A hospedaria de imigrantes funcionou até 1966. Em 1968, a Marinha tomou posse da Ilha, sendo que somente em 1978 é que foi oficialmente transferida para seu controle definitivo.

As memórias acessadas nas entrevistas com imigrantes e funcionários que passaram pela hospedaria percorrem o espaço, considerando-o um local de memória para estes dois grupos tão distintos em suas configurações culturais, sociais e geográficas.

As experiências da imigração vividas por homens, mulheres e crianças após a Segunda Guerra Mundial, oferecem a possibilidade de olhar o horizonte sob as expectativas dessas pessoas. Suas regiões natais não lhes davam condições de permanência. O jeito era buscar novas possibilidades. “Se arriscar”, na fala de uma entrevistada, “sem se esquecer do que nos esperava” (Anna Tonicic³²⁷). O Brasil

³²⁷ *Anna Tonicic* é imigrante iugoslava, hoje sua região natal pertence à Eslovênia. Fugiu junto com o marido Ivan Tonicic para o Brasil e chegou ao porto do Rio de Janeiro no vapor Castelbianco no dia 15 de fevereiro de 1952. Na Iugoslávia, era responsável pela contabilidade de uma pequena cooperativa agrícola, durante o regime comunista de Tito. Fugiu de sua região devido à descrença no regime e à falta de liberdade.

Entrevistas concedidas em sua casa, em Tribobó – São Gonçalo/RJ, em 10/02/2009 e nas dependências da antiga hospedaria de imigrantes no dia

significava a possibilidade de reestruturação econômica e social. Local estranho, repleto de práticas sociais e culturais que os obrigam a um esforço de tradução permanente, observado em suas narrativas memoriais.

Barthes(1984) escreve que no momento que se sente olhado pela câmara fotográfica se põem a “posar”, fabricar a imagem que se desprenda do instante do “tique” e reproduza ao infinito das observações aquela “pose” que se esforçou por ser a mais distinta. No itinerário de várias entrevistas percebi que um grupo de depoentes também ao sentir “olhados” ou devo dizer “ouvidos” também se põem a “posar”. Não no sentido direto, estético do ato, o posicionamento, o estudo do ângulo que disfarce as imperfeições, para oferecer ao mundo uma imagem que este considera bela. Claro que devo para um pouco com a metáfora fotográfica criada por Barthes. O quero dizer, é que ao ser convidado a contar determinado fato, o narrador também inicia um processo de elaboração narrativa a partir da marcação da entrevista. Confrontado com um sujeito que quer escuta-lo o entrevistado prepara uma seleção do que vale ou não a pena contar. Esta seleção que na maioria dos casos é mental, subjetiva encontra em certos depoentes sofisticados exercícios prévios de estruturação das memórias as quais foi convidado a contar.

Sempre me fascinou, os depoentes que levam ao memento da entrevista corpos documentais que não apenas os contido em suas lembranças e mediados pela oralidade. São jornais, vídeos revistas e fotos que resguardam momentos chaves de suas narrativas. Tais documentos surgem em suas falas memórias para atestar ou ilustrar tal acontecimentos. O por que disso? Se me esforço em usar algo, que me vincule ao fato narrado, ao grupo estudado, a(s) história(s) de vida(s) que são temas do historiador é por que sinto necessidade de provar algo. A oralidade pode causar duvidas, incompreensões e tal fato, tal acontecimento não merece o benefício da duvida. Eu estava lá, vivi aquilo, participei, fazia parte daquele grupo, desta experiência

que eu estou lhe contando agora, dizem os entrevistados. São documentos/monumentos, Le Goff (1984). Como monumentos as fotos se constituem com a imagem que aquela sociedade/grupo deixa como representativa para o futuro.

Dos elementos trazidos as entrevistas o que mais me chama atenção são as fotografias ao apresentar fotos sobre o assunto que é tema da entrevista o depoente traz ao historiador um suporte rico em expor a materialidade do período estudado, mas que para além disso é um documento. Um elemento que apresenta “algumas” soluções a versões dos fatos, ao mesmo tempo que indica outras dimensões do acontecimento que pela novidade ou devido a fragmentação, estão longe de ser resolvidos tão facilmente.

Claro que é instigante ver os depoentes abrirem, sacolas, caixas, armários e sacar belíssimas fotos sobre fatos, pessoas e espaços que o historiador estuda. Passado o encantamento inicial é hora de refletir sobre estes dois suportes documentais, tão ricos em controvérsias e cercados de desconfianças.

O “cisco” no olho:

Fotografia e espelhos não produzem tanta novidade na estética fotográfica. Nas ciências sociais a teoria do espelho, que durante anos afirmava que o que esta na foto realmente aconteceu esta superada, fotografia como afirma Cerruti (1993) é um signo e como todo tem na sua forma um constituinte ideológico, um sentido, uma mensagem situado em determinado tempo e situação. A análise do texto fotográfico constitui fundamento necessário ao trabalho das ciências sociais. Como documento a fotografia não é isenta. Ela é fruto de uma seleção, esta inserida no discurso de uma época, de uma instituição, de um grupo. Vale perguntar o que ela esta se esforçando em mostrar e o que é omitido do suporte imagético. Kossoy(2001) afirma que outras fontes documentais devem ser consultadas(escritas, iconográficas, orais e objetos), para esclarecer acerca da natureza das informações que a fotografia proporciona.

A procedência também deve ser considerada na critica ao documento fotográfico. As fotos apresentadas durante as entrevistas, são no entanto desprovidas de referências acerca de que agência as produziu, particular, jornalística ou publica/institucional, são

errôneas e imprecisas. Tal fato se dá pela característica de sua guarda nos dias atuais são coleções particulares, pertencem a famílias de exfuncionários da hospedaria os caminhos das fotos não são conhecidos. As fotos fazem parte do ato de colecionar. O meu pai pedia sempre as fotos, que os fotógrafos tiravam, ele ia guardando as fotos da instituição para que não se perdessem (Zuleika Brasil³²⁸). Esta guarda no entanto não possui uma organização, cronológica, não apresentam junto a imagem um suporte textual que indique o referente da foto. São em sua grande maioria selecionadas no âmbito da pergunta, ou do tema do bloco. Então ao falar da viagem muitos apresentam fotos tiradas no navio. As fotos surgem nas entrevistas mediadas pelas questões do historiador e criam blocos argumentativos fora da pergunta inicial. São imagens que fogem da estrutura da imigração presente na ilha. São momentos de reconstruções memoriais, pautados em fatos marcantes da infância ou da vida adulta que estão presente naquele suporte fotográfico que se quer destacar.

Bibliografia:

- BARTHES, Roland. *A Câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, n.10, 1992, pp.200-212.
- POLLAK, Michel. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, n. 3, 1989, pp.3-15.
- LE GOFF, Jacques. Memória-História. In Enciclopédia Einaudi. V.1. Verbetes “História”, “Memória”, “Documento/Monumento”. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

³²⁸ Zuleika Brasil é da segunda geração da família de funcionários da Hospedaria de imigrantes. Nasceu na Ilha, sendo empregada ainda jovem nos órgãos de governo responsáveis pela administração da Ilha. Torna-se auxiliar de escritório, cargo em que permaneceu até 1955. Entrevista feita por Rui Aniceto Fernandes, Henrique Mendonça da Silva e Juliana Elianay no dia 13/03/2009 em sua casa, em São Gonçalo/RJ.

MIGUEL, Maria Lúcia Cerutti. *A fotografia como documento: Uma instigação à leitura*. IN: Acervo. Rio de Janeiro.v.6 n° 1-2,p.121-132,jan/dez 1993.

KOSSOY, Boris. *A fotografia como fonte histórica - introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado*. São Paulo: SICCT, 2001.

TRAJETÓRIA E CARREIRA DO 2º. CONDE DE CASTELO MELHOR, GOVERNADOR GERAL DO ESTADO BRASIL.³²⁹

Hugo André Flores Fernandes Araújo³³⁰

Introdução:

No estudo que apresentamos a seguir propomos analisar a trajetória e carreira de D. João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, o 2º. Conde de Castelo Melhor. Para tanto buscamos reconstruir sua origem social, os diversos ofícios exercidos no Reino e no ultramar Português. Portanto não nos ocuparemos aqui das ações de governo³³¹ do referido governador geral, mas da trajetória de serviços, anterior a sua vinda ao Estado do Brasil.

A análise das trajetórias dos governadores-gerais permite compreender, o que a historiografia que renova os estudos da política, denomina de lógica de uma economia política de privilégios³³², assim os estudos de perfil social e trajetória ganham importância para compreensão da complexa sociedade do Antigo Regime, uma vez que estes se dão com a relação dos lugares por onde o personagem serviu a coroa portuguesa, dos títulos e comendas acumulados ao longo de uma vida, bem como a relevância dos serviços prestados e a distinção social advinda da tarefa de servir ao Rei.

³²⁹ O seguinte estudo faz parte do projeto “Governança e carreiras no Estado do Brasil na segunda metade do século XVII: os governadores gerais”, que conta com o apoio financeiro da FAPEMIG.

³³⁰ Aluno da graduação do curso de História da Universidade Federal de Viçosa (DHI-UFV).

³³¹ O período de governo do Conde de Castelo Melhor vai de 1650 até 1654.

³³² Segundo Maria de Fátima Gouveia essa constitui uma “dinâmica que pode reforçar os laços de sujeição e o sentimento de pertença dos vassalos – sejam eles reinóis ou ultramarinos- à estrutura política mais ampla do Império, viabilizando melhor o seu governo.” FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Org.) *O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica Imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 287.

Os estudos recentes têm demonstrado que os fidalgos ³³³ designados para esses cargos na administração ultramarina possuíam um histórico de prestação de serviços, em diversas partes do império, portanto entender a lógica da remuneração dos serviços é parte fundamental do estudo que propomos. Um dos meios utilizados para remunerar os serviços eram as mercês ³³⁴, sendo que estas eram articuladas ao universo dos costumes e da justiça na sociedade portuguesa. Fernanda Olival indica que:

“A justiça correspondia, ao longo de quase todo o Antigo Regime, ao principio ‘de dar a cada hum o que he seu’, quer no repartir do prêmio e do castigo (justiça distributiva), quer no cumprimento dos contratos (justiça comutativa). (...) Premiar e punir eram dois atributos essenciais do domínio, da capacidade para governar súbditos, ao lado do poder para ordenar, proibir, autorizar e decidir.” ³³⁵

A remuneração dos serviços é um componente fundamental de nossa análise, uma vez que através dela é possível reconstruir as trajetórias, identificar a importância do serviço desempenhado, e em certa medida perceber a situação do remunerado frente à hierarquia

³³³ Segundo Bluteau, Fidalgo “*Derivase de Filho, & de Algo, palavra castelhana, que em Portuguez significa alguma cousa. Ao homem cavalheiro deuse este nome, para se dar a entender, que de seus pays tem herdado Algo, ou alguma cousa, de que se pode prezar, como nobreza de sangue, ou rendas, & fazenda consideravel, porque Algo também significa cousa de valor.*” BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*, v. IV, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, s/d, cd-rom, p. 107.

³³⁴ Segundo Bluteau: “*na sua genuína significação quer dizer paga do mercenário, ou galardão & recompensa, que se dá ao merecimento de alguém, (...) Mas na língua portuguesa não se costuma nesta significação de salário, prêmio ou remuneração, se não de graça, ou benefício, como os que Deos faz às suas creaturas, ou os senhores aos seus criados.*” BLUTEAU, D. Raphael., *Op. cit.*, v. V, p. 430-431.

³³⁵ OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno*. Lisboa: Estar Editora, 2001. p 20.

constituída, procuramos desenvolver esse argumento na medida em que reconstruímos a trajetória de serviços prestados.

Trajatória e carreira do 2º. Conde de Castelo Melhor:

O fidalgo D. João Rodrigues “nasceu em 1593 e morreu a 13-XI-1658, filho de Luís de Sousa e Vasconcelos, 4º. Alcaide-mor e comendador de Pombal, e de sua mulher, D. Maria de Moura, dama da rainha D. Margarida de Áustria.”³³⁶ Podemos observar que seus pais eram fidalgos que gozavam de algum prestígio social dada à relação das funções que exerciam. Seu título de Conde de Castelo Melhor é proveniente da condição que seu tio Rui Mendes de Vasconcelos, 1º. Conde de Castelo Melhor impôs para sucessão, o casamento com a sua neta D. Mariana de Lencastre.³³⁷ Em decorrência da sucessão no título de Conde de Castelo Melhor, D. João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa logrou comendas, cargos e senhorios. Foi “S. de Valellhas e Almendra (por carta de 23 de ag. 1639) e Alcaide mor de Pennamacor”³³⁸, senhor “Mouta Santa, Alcaide mor, e Commendador de Pombal”³³⁹.

Foi de grande importância para a trajetória do Conde de Castelo Melhor a participação na Armada do Conde da Torre em 1638, que partiu para o Estado do Brasil com o intuito de lançar uma forte ofensiva contra os Holandeses estabelecidos em Pernambuco. Entretanto o mal tempo fez com que a estratégia da Armada fracasse, dispersando vários navios. Em decorrência disso D. João Rodrigues se encontrava em Cartagena de Índias, domínio da coroa de Castela, quando em 1640, D. João IV ascendia ao trono Português, pondo fim

³³⁶ *Armorial lusitano*: genealogia e heráldica. Direção e coordenação de Afonso Eduardo Martins Zúquete; colaboração de Antonio Machado de Faria. 3.ed. Lisboa, Portugal:Enciclopedia, , 1987. p.502

³³⁷ Como consta em ANTT–CHANCELARIA DE FELIPE III – LIVRO 33 – 233v-236v, onde está explícito o processo de sucessão e as condições impostas para tanto, datada de 8 de Outubro de 1638.

³³⁸ BNL – Coleção Pombalina, cod. 408. *Nobiliaryo das Famillias de Portugal, A - V*. fol.120.

³³⁹ SOUSA, António Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Livro VIII. p.129.

a união dinástica que iniciou-se em 1580; o referido conde tentou revoltar-se com alguns fidalgos em favor do novo monarca português, mas acabou sendo preso e acusado de traição. Na “*Relação Verdadeira dos Sucessos do Conde de Castel Melhor. Preso na cidade de Cartagena de Indias, & hoje solto, por particular mercê do Ceo & favor Del Rey Dom João IV nosso senhor, na cidade de Lisboa*”³⁴⁰ encontramos o relato do período que ficou preso, bem como o relato de seu resgate e de sua chegada a Lisboa e seu encontro com D. João IV.

Inferimos que a participação na Armada do Conde da Torre tenha sido benéfica, do ponto de vista da trajetória de serviços, pois ao retornar a Portugal D. João IV o nomeia para altos postos de defesa do Reino, tendo sido Governador das Armas³⁴¹ de entre Douro e Minho entre 1643³⁴² e 1644³⁴³ e da Província do Alentejo em 1645³⁴⁴.

³⁴⁰ Cf. BN- Seção de Obras Raras . 60B,3,34. *Relação Verdadeira dos Sucessos do Conde de Castel Melhor. Preso na cidade de Cartagena de Indias, & hoje solto, por particular mercê do Ceo & favor Del Rey Dom João IV nosso senhor, na cidade de Lisboa. Ano de 1642.*

³⁴¹ Segundo Bluteau a patente de Governador das armas é a mesmo que o General do Exercito, possui. E por general esse indica: “Os governadores das províncias Ultramarinas, & do Algarve tem patentes de Capitaens Generaes. (...) há muitos no Exercito, a hum se entrega a Cavallaria, a outroa a Artilharia, & os outros tomaõ dia, & governaõ a Infantaria, há tãbem hum, que governa cada província do Reino. (...) Governador das Armas, o que manda o exercito em chefe.” BLUTEAU, D. Raphael. *Op. cit.*, v. IV, p. 49.- Ao lado dos cargos de General de Cavalaria, Capitão-geral e Mestre-de-campo-general, o cargo de General de Armas constituía um dos níveis elevados da hierarquia militar, expresso no soldo que recebiam 200.000 réis, ao passo que cargos imediatamente abaixo na hierarquia como os de Mestre-de-campo, Sargento-mor e Alferes, recebiam respectivamente 46.000, 26.000 e 6.000 réis. Cf: HESPANHA, António Manuel. “As finanças da guerra”. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir). Nova História Militar de Portugal. v.2. 2004. p.181.

³⁴² Como consta na publicação intitulada “*Segunda Entrada que fez o Conde de Castelmelhor Joaõ Rodrigues de Vasconcelos, General das Armas Portuguesas, da província de Entre Douro & Minho na Villa de Salvaterra, em galliza, chamada hoje Salvaterra de Portugal. Lisboa 16 de Setembro de 1643. Coelho Pinheiro. Na Officina de Domingos Lopes Rosa, 1643*” em BN- Seção de Obras Raras- 60B,3,29. – Encontramos também a publicação intitulada: “*Successos*

Notamos um ponto comum entre a trajetória do Conde de Castelo Melhor e os três governadores que o antecedem e do governador que o sucede, a presença nos altos conselhos, o Conselho de Estado e Conselho de Guerra. D. João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa teve participação no Conselho de Guerra ³⁴⁵, o que indica um grande prestígio e denota uma clara distinção social, advinda da tarefa de aconselhar o Monarca nas matérias de alta política. Tarefa

victoriosos del exercito de Alentejo, y relacion summaria de lo que por mar, y tierra obraron las armas portuguesas contra Castilla el año de 643. - En Lisboa : por Paulo Craesbeck, 1644. - [14] f. ; 4º (20 cm)” Versão digital disponível em: <http://purl.pt/12518> Acessado em: 13/04/2010.

³⁴³ Como consta na publicação intitulada “*Relacam dos svcessos, qve o Conde de Castelmilhor, Governador das armas de entre Douro, & Minho, teve em 16. 18 & 22 de Fevereiro passado de 1644. [Lisboa]: na Officina de Domingos Lopes Rosa, 1644. - [12] p ; 4º (22 cm)*” Versão digital disponível em: <http://purl.pt/12517> Acessado em: 15/03/2010. – Encontramos também a publicação intitulada “*Relaçam Verdadeira da empreza da Villa da Barca no Reyno da Galliza obrada pelas armas delRey nosso Senhor, governadas pello Conde de Castelmilhor Ioaõ Rodrigues de Vasconcellos & Souza, na Provincia de Entre Douro, & Minho, em tres de Março de 1644. [Lisboa]: Na Officina de Domingos Lopes Rosa, 1644.- [6] f. ; 4º (19 cm)*”. Versão digital disponível em: <http://purl.pt/12519>. Acessado em: 13/04/2010.

³⁴⁴ A importância dessas regiões para a defesa do Reino é ressaltada por António Manuel Hespanha: “O Alentejo era um dos principais teatros de guerra, na perspectiva de uma invasão por terra. (...) O minho era também importante teatro de guerra. (...) Enquanto que a sua abundante a população, como fonte de importante recrutamento, constituía um objectivo estratégico de ocupação.” HESPANHA, António Manuel. “O Espaço Militar”. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir). *Op. cit.* p.30.

³⁴⁵ Não conseguimos precisar a data, mas sabemos que em 1649 ele fazia parte do Conselho de Guerra, como consta em ANTT- CHANCELARIA DE D. JOÃO IV-L.15- 243-243v. – Segundo o regimento do Conselho de Guerra de 1643, os conselheiros eram responsáveis por passarem patentes militares, confirmar nomeações, além de procurarem saber periodicamente do estado em que se encontravam as fortalezas e o suprimentos dessas, eram responsáveis ainda pelos pagamentos das *gentes da guerra*. Cf. Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa. 1640-1647. Regimento do Conselho de Guerra de 1643. p.228-232. Disponível em: http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=99&id_obra=63&pagina=541 . Acessado em 13/04/2010.

essa que indica uma clara reminiscência medieval, segundo as prerrogativas da nobreza as funções de *auxilium* e *consilium* concediam prestígio, enobreciam e não podiam ser desempenhadas por qualquer indivíduo, pois, “a compreensão dominante a respeito do papel da nobreza na ordem política do Antigo Regime português se fundamentou na percepção de que competia aos mais nobres e poderosos, o governo da república.”³⁴⁶

Inferimos que os relatos sobre as ações de D. João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa como governador de Armas indicam o que está expresso em carta patente que o nomeia Governador e Capitão General do Estado do Brasil, onde o desempenho deste “nas provincias do Alentejo, Entre Doiro e Minho onde participou de alguns annos governando armas de cada hua dellas e a gr.^{de.} satisfação minha com q. o fez confiando”³⁴⁷, bem como a “m.^{ta.} experiência q. them e dos annos de Guerras aqueridas o Brazil [ilegível] entradas delle e por (...) valor e zello co. q. sempre se (...) nas ocaziões de pejeja”³⁴⁸, teria sido critério decisivo - essa experiência nas *coisas da guerra* - para a seleção deste para o ofício de governador no Estado do Brasil. Assim em 1649 era ele nomeado Governador Geral do Estado do Brasil e Capitão General da Armada da Companhia Geral do Comércio.³⁴⁹

Considerações Finais

Buscamos aqui apontar, ainda que brevemente, a trajetória do 2º. Conde de Castelo Melhor, procurando mostrar assim a

³⁴⁶ COSENTINO, Francisco Carlos C. *Governadores Gerais do Estado do Brasil Séculos (XVI-XVII): Ofício, regimentos, governação e trajetórias*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig. 2009. p.114.

³⁴⁷ ANTT- CHANCELARIA DE D. JOÃO IV- L.15- 243-243v.

³⁴⁸ ANTT- CHANCELARIA DE D. JOÃO IV- L.15- 243-243v.

³⁴⁹ O relato da viagem e chegada do Conde de Castelo Melhor está publica dos Anais da Biblioteca Nacional com o nome de *RELAÇAM DOS SVCESSOS da Armada, que a Companhia gela do Comercio expedio ao Estado do Brasil o anno passado de 1649. De que foi Capitão General o Conde de Castelmelhor.* – Cf. Anais da Biblioteca nacional do Rio de Janeiro. Typographia Leuzinger, Volume XX, 1898. p. 158-165.

circularidade das elites no Ultramar Português ³⁵⁰, o que se observa na análise das trajetórias de outros governadores gerais do Estado do Brasil. É preciso enfatizar que a trajetória basicamente por postos militares é algo comum e observável na trajetória dos governantes do estado do Brasil entre 1640 e 1657.

Acreditamos que a carreira aqui esboçada seja em alguma medida constituída de pontos comuns nas trajetórias de serviços de outros fidalgos que também serviram no ultramar português; mais do que isso enfatizamos que essa trajetória está intimamente ligada ao contexto no qual se desenvolveu, onde esses indivíduos procuravam servir a Monarquia de acordo com as contingências. Tendo em vista que de 1630 a 1657 há uma efetiva presença holandesa no Brasil e que entre 1640 e 1668, Portugal enfrenta sucessivas batalhas contra Espanha dos Habsburgos, delineando o cenário que permitia a esses fidalgos esse tipo de atuação e as não menos almejadas remunerações advindas da tarefa de servir a Coroa.

Bibliografia:

- BLUTEAU, D. Raphael, Vocabulario Portuguez e Latino, v. V, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, s/d, cd-rom.
- COSENTINO, Francisco Carlos C. *Governadores Gerais do Estado do Brasil Séculos (XVI-XVII): Ofício, regimentos, governação e trajetórias*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig. 2009
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Org.) *O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica Imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HESPANHA, António Manuel. “O Espaço Militar”. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir). *Nova História Militar de Portugal*. v.2. 2004.

³⁵⁰ Cf. CUNHA, Mafalda Soares da.; MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. “Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII.” In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo *et all. Optima Pars: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p.191-242.- Os autores apresentam uma caracterização dessa circularidade das elites portuguesas pelas conquistas do Atlântico.

HESPANHA, António Manuel. “As finanças da guerra”. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir). *Nova História Militar de Portugal*. v.2. 2004.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CUNHA, Mafalda Soares da; CARDIM, Pedro. *Optima Pars: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno*. Lisboa: Estar Editora, 2001

SOUSA, António Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Livro VIII.

ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins; FARIA, Antonio Machado de. (Coords.) *Armorial lusitano: genealogia e heráldica*. Portugal:Enciclopedia,, 1987.

A IMPRENSA SOTEROPOLITANA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: AS REPRESENTAÇÕES PARTIDÁRIAS NOS JORNAIS DA CIDADE DO SALVADOR (1910/1912)

Hugo Santiago Mendes³⁵¹

Apesar de toda revolução que o movimento dos Annales trouxe para a historiografia mundial, no que tange aos métodos historiográficos, a importância da interdisciplinaridade, assim como o olhar para novas fontes que não se limitassem aos documentos e registros oficiais, levando alguns historiadores a criticar arduamente algumas tipologias da fonte escrita, a mesma ainda tem destaque nas produções historiográficas contemporâneas, proporcionando que através de revistas, jornais e até diários oficiais, o historiador possa refletir a dimensão social e política do contexto estudado, ficando atento não só aos grandes líderes, mas também aos que por muito tempo foram excluídos da história.

Nessa pesquisa procuro analisar o papel da imprensa³⁵² frente aos embates políticos que eram travados na cidade do Salvador nas primeiras décadas da República. Periódicos que detinham uma dimensão partidária tão enraizada, que através do seu principal dever, a transmissão da informação, detalhavam ou simplesmente negavam os fatos de acordo com os interesses dos grupos políticos a qual representavam.

Num contexto político protagonizado pela política das salvaçãoes³⁵³, enquanto as oligarquias tradicionais soteropolitanas,

³⁵¹ Pós – graduando em História Social e Econômica do Brasil pela Faculdade São Bento da Bahia

³⁵² O termo imprensa é utilizado visando compreender o conjunto dos meios de comunicação de massa, os jornais.

³⁵³ Foi denominada de “política das salvaçãoes”, o fenômeno político realizado na década de 10 pelo então presidente, Marechal Hermes da Fonseca, que pretendia erradicar o poder das oligarquias frente o regime republicano. Esta pretensão levou a utilização efetiva dos três poderes – judiciário, legislativo e executivo - e da violência, para derrubar os governos locais. Esta política será aplicada a todos os Estados do Norte e também na Bahia, fato que influenciou no incidente de 1912 na cidade do Salvador

representadas por políticos como, Severino Vieira, José Marcelino de Souza e Luiz Vianna, buscavam conservar seu poder frente à capital e ao Estado, o presidente da república em exercício, o Marechal Hermes da Fonseca, deixava claro seu apoio ao novo grupo político em ascensão: o Partido Democrata, chefiado por José Joaquim Seabra. É neste contexto conturbado de remodelação política que dois eventos de extrema importância aconteceram e modificaram completamente o cotidiano da cidade do Salvador: as disputas pela Intendência Municipal e pelo Governo do Estado, tendo este último protagonizado o bombardeio da cidade.

Em novembro de 1911 é realizada a votação para o cargo de prefeito da cidade do Salvador, constatando-se o jogo de interesses característicos nas indicações dos candidatos; enquanto coube a ala seabrista a indicação de Júlio Brandão, coube aos governistas a nomeação do candidato João Santos. Com a apuração dos votos realizada no dia 22 de dezembro, sagrou-se vencedor os governistas, o que provou uma instabilidade no município. Como de costume nas eleições realizadas no período, quando um grupo político não tinha seus interesses atendidos no processo eleitoral, ocorria a duplicata dos resultados, levando cada grupo proclama-se vitoriosos. Descontentes com o resultado e ciente do total apoio que detinha do governo federal, os seabristas entraram com um habeas – corpus para empossar o candidato oposicionista, criticando os políticos vencedores de adotar métodos desonestos no processo eleitoral.

E' um facto incontestado que no pleito municipal desbaratamos nas urnas a Colligação Cívica, elegendo o intendente desta cidade e dez conselheiros. Para apparentar uma Victoria não alcançada, o governo recorreu a meios ignoráveis, falsificando grosseiramente diversas actas, arranjando duplicatas vergonhosas, violentando a consciência de uma junta constituída propositadamente de elementos incapazes de reagir contra as affrontas governamentais. Dentro da lei, da qual jamais nos afastamos, conseguimos esbandurrar-lhe o plano. Mui legitimamente foram reconhecidos o nosso candidato á intendência e dois terços dos membros de conselho, ficando os

nossos adversários com o restante (Gazeta do Povo, 02/01/1912).

A citação acima explicita o uso da imprensa com fins inteiramente partidários, já que o Jornal Gazeta do Povo era um órgão que muito além de informar a população letrada, se preocupava em defender os interesses de J. J. Sebara. Eram produzidas pro este veiculo de informação notícias e matérias que tinham como principal função criticar seus adversários políticos. Neste período o alvo das criticas era o governador do Estado, Araújo Pinho, que havia solicitado a presença da Força Policial para impedir que o grupo oposicionista tomasse posse do poder municipal

Tamanha, porém, era a certeza da sua impopularidade, da sua falta de apoio na opinião, da desmoralização em que cahiu, que, para manter o seu acto, alastrou a cidade de soldados de policia, completamente municidados, de jagunços importados diariamente em bandos e até, segundo fomos informados, dos reclusos na Penitenciaria, isto é, dos criminosos em cumprimento de sentença! (Gazeta do Povo, 02/01/1912).

Contando com o apoio federal Seabra e seus correligionários além de garantirem o controle da Intendência Municipal, chegaram ao poder máximo local, ao poder do Governo do Estado. As eleições estaduais de 1912, proporcionou numa verdadeira guerra pelo poder travada pelas oligarquias baianas, chegando ao ponto do embate físico entre a Força Policial que representava a oligarquia situacionista e o Exército que defendia os interesses da ala seabrista. A eleição para o governo do Estado da Bahia acarretou no bombardeio da primeira capital do Brasil pelos fortes que um dia foram responsáveis pela sua defesa, um crime político que culminou em diversas mortes, principalmente de civis.

Novamente a imprensa terá papel fundamental no desenvolvimento dos fatos. Destacam-se além do periódico, Gazeta

do Povo, os jornais Diário da Tarde, órgão severinista, e o Diário de Notícias, periódico que auto intitulava-se apartidário, comprometido apenas com o povo. Enquanto coube ao jornal seabrista procurar ao máximo defender seu líder das acusações de principal culpado pelo incidente, coube aos outros periódicos realizar um detalhamento ainda não presenciado dos fatos. Retravava o órgão severinista, *“Ouvimos que durante o bombardeio de ante-hontem foram disparados contra esta capital 78 tiros de peças e canhões, sendo 6 do Forte de S. Pedro, 32 do Barbalho e 40 do São Marcello”*. (Diário da Tarde, 12/01/1912). A batalha central pela verdade sobre os incidentes do dia 10 de janeiro de 1912 entre os jornais proporcionou uma grande confusão ao leitor, que não sabia mais quem eram os culpados pelas inúmeras mortes e destruições da cidade. Cada grupo político defendia-se como podia

O povo sensato da Bahia, homens que pensam, reflectem e ponderam, os amigos da Lei e da Razão, estiveram e estão ao lado dos exms, srs drs. José Marcelino de Souza e Aurélio Vianna, por verem nestes dois ilustres estadistas os verdadeiros defensores da autonomia do Estado (Diário da Tarde, 12/01/1912)

Grande parte das acusações foram remetidas ao político J.J. Seabra, que segundo seus opositores, não refletiu sobre as conseqüências que o seu projeto poderia trazer para a autonomia política do seu Estado de origem, além de não se preocupar com o povo ao qual dizia defender

O sr. Seabra desmascara-se, afinal S. ex. revela por fim seu grande amor à terra que lhe foi o berço. Quer subir, quer ser governador da Bahia, e como as portas da lei estão fechadas para sua ambição, manda encharcar de sangue as ruas da cidade natal, pelo assassinio covarde e pelas agressões miseráveis. Adiante, sr. ministro! (...). Adiante Seabra! Além do coveiro, das Instituições, tereis a gloria de ser o coveiro dos

irmãos que ao vosso nome se assassina... (Diário da Tarde, 9/01/1912)

Assim como fez o Diário da Tarde na defesa da situação, coube ao Gazeta do Povo defender com veemência seu candidato ao posto de governador, idealizando-o como um político a frente de seu tempo, preocupado em conquistar o melhor para seu Estado que se encontrava em ruínas com a administração política naquele momento.

Os próceres do Partido Republicano Conservador prestam o mais dedicado apoio à benemérita candidatura do sr. Seabra, ao mesmo tempo que reprovam in lumine as arbitrariedades que aqui estão sendo cometidas pelo governo do sr. Aurélio Vianna, assessorado pela liga marcello – severino. (Gazeta do Povo 10/01/1912)

Coube ao jornal Gazeta do Povo, procurar minimizar ao máximo os incidentes ocorridos, chegando ao ponto de insinuar que a maioria das mortes e depredações ocorridas até a data do bombardeio, foi de inteira responsabilidade da Força Policial.

A força federal, para manter o prestígio da lei, teve, muito a seu contra gosto de recorrer a meios energicos. Limitou-se, porem, com o fim de poupar o maior numero de vidas e estragos materiaes atacar exclusivamente os pontos fortificados que eram edifícios onde funcionavam a assembléa geral e a secretaria do governo, transformados em quartéis de policia. Os disparos foram os mais certos possiveis, attingindo somente o alvo e causando a mínima destruição material e sendo imediatamente interrompida a acção, assim que evacuados foram os edifícios (Gazeta do Povo, 11/01/1912)

A manipulação das informações proporciona numa tamanha confusão acerca dos culpados, produzindo assim vilões e heróis

O fogo do Palacio não foi causado por balas do exercito, que não têm o poder de produzir incendio. O distinto sr. 1º tenente dr. João Propicio da Fontoura Menna Barreto, num acto de verdadeira bravura, foi quem primeiro transpoz o largo da Praça, em um automovel, para verificar o incendio que se manifestava no edificio do Palacio, sendo entusiasticamente aclamado pelo povo (Gazeta do Povo, 11/01/1912)

Quem buscava sintetizar a realidade política baiana, sem supostas preocupações partidárias era o Diário de Noticias que sintetizava a situação política com as seguintes palavras,

O egoísmo criminoso de uns; não querendo respeitar a soberania popular; a ambição natural, embora ilimitada de outros; a falta de patriotismo, por falta de compreensão das coisas; a teimosia, a vaidade dos nossos homens publicos, arrastaram a Bahia... ,a triste condição que seu povo chora actualmente lagrimas de sangue..(Diário de Noticias, 11/01/1912)

Seguindo uma linha cronológica dos fatos, procuro analisar o posicionamento dos jornais soteropolitanos frente às decisões políticas locais, uma imprensa que no período só conseguia sobreviver visto a sua união partidária.

Fontes e Bibliografia

Fontes

DIÁRIO DA BAHIA. Salvador. Bahia. 12/01/1912. p.1.
DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Salvador. Bahia. 10/01/1912. p.1.
DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Salvador. Bahia. 12/01/1912. p.1.
DIÁRIO DA TARDE. Salvador. Bahia. 09/01/1912. p.1.
DIÁRIO DA TARDE. Salvador. Bahia. 12/01/1912. p.1.
DIÁRIO DA TARDE. Salvador. Bahia. 13/01/1912. p.1.

GAZETA DO POVO. Salvador. Bahia. 10/01/1912. p.1.

GAZETA DO POVO. Salvador. Bahia. 11/01/1912. p.1.

Bibliografia

BELO, José Maria. **História da República: síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira (1889 – 1954)**. 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

PANG, Eul – Soo. **Coronelismo e oligarquias: a Bahia na primeira República brasileira, 1889 – 1943**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979

SANTOS, José Weliton Aragão dos. **Formação da Grande Imprensa na Bahia**. 1985. 113 f. il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal da Bahia, Salvador. 1985.

SÁ, José de. **O bombardeio da Bahia e seus efeitos**. Bahia: Diário da Bahia, 1918.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. 10. ed. Salvador: EDUFBA, 2001.

RELIGIOSIDADE E MORTE ESCRAVA EM VASSOURAS (1840-1880).

Iamara da Silva Viana.*

No Rio de Janeiro a questão médica que surge no século XIX encontrou na religião e Irmandades um obstáculo a ser derrubado. A religiosidade herdada de Portugal, antiga metrópole do Império do Brasil, demarcava o poder neste espaço. Os rituais de bem morrer se fizeram presentes, embora com transformações devido às trocas culturais do mosaico que se formara a partir da colonização de novos territórios. Portugal teve em 1835, uma lei que proibia enterros nas igrejas e indicava a construção de cemitérios fora dos limites urbanos, estipulando um prazo de quatro anos para que esta ordem fosse seguida. A população continuou enterrando seus mortos nas igrejas e cemitérios paroquiais.³⁵⁴ O ocorrido demonstra a importância do cemitério alojado nos limites sagrados das igrejas, e o vínculo simbólico entre igreja e bem morrer. A importância do cemitério para a realidade da população portuguesa do século XIX está associada a sua cultura religiosa que suplanta até mesmo noções sanitárias.

As autoridades portuguesas investiram na questão da necessidade sanitária, e em 1844 lançaram a lei de Saúde Pública. Esta lei criou uma rede de autoridades sanitárias que seriam responsáveis por “vigiar as práticas de sepultamento, passar certidões de óbito e cobrar o tributo de covato”.³⁵⁵ Os enterros nas igrejas continuaram na segunda metade do século XIX. Na Bahia em 1836, houve uma revolta contra um cemitério conhecido como “Cemiterada”, onde a população queria garantido o direito de enterrar seus mortos em espaço sagrado.

* Mestre em História Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro / UERJ / FFP. Especialista em História do Brasil. Universidade do Estado do Rio de Janeiro / UERJ / FFP.

³⁵⁴ REIS, João José Reis. *A Morte é uma Festa*. ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 85.

³⁵⁵ *Idem, Ibidem*. p. 85.

No século XIX, a morte no Brasil estava agregada a valores diversos devido à formação social que se iniciara com a colonização, como suposto acima. A junção de vários povos permitiu uma complexidade cultural que influenciava direta ou indiretamente a cultura da sociedade brasileira oitocentista. As tradições africanas e portuguesas, ambas presentes em Vassouras, defendiam a preparação para a morte e para tanto, necessitava-se de tempo. Morrer repentinamente para estas culturas era um problema. “Em ambas as tradições aconteciam cerimônias de despedida, vigílias durante as quais se comia e bebia, com a presença de sacerdotes, familiares e membros da comunidade”.³⁵⁶

Os contatos religiosos entre Portugal e territórios africanos são anteriores ao processo da criação da sociedade escravista na América portuguesa. Houve uma tentativa do governo português em cristianizar povos africanos, convertendo o rei do estado do Congo ao cristianismo. Tal prática fora abandonada a partir do ano de 1575 devido ao incremento e o sucesso da atividade do tráfico de escravos africanos, mormente a grande demanda dessa mão-de-obra para atender aos desafios de produção na colônia americana.³⁵⁷ Na África e também em Portugal, o número de vivos era importante nos rituais de passagem. Considerando que havia uma proximidade entre as duas culturas, não podemos deixar de levar em conta que a nova condição jurídica de africanos poderia romper inicialmente com práticas e costumes funerários antigos.

A tradição africana dava maior importância ao culto dos mortos do que a portuguesa. João José Reis nos informa que, “entre os angolanos os espíritos ancestrais chegavam mesmo a influir mais no dia-a-dia do que as próprias divindades”³⁵⁸, ou seja, na África, os mortos não estavam dissociados dos vivos.³⁵⁹ Os africanos

³⁵⁶ REIS, João José. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 90.

³⁵⁷ MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. Tradução James Amado. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 29.

³⁵⁸ REIS, João José. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 90.

³⁵⁹ *Idem. Ibidem*. p. 28.

apresentavam meios rituais mais complexos de comunicação com os mortos se comparados aos portugueses. A tradição católica se preocupava na salvação de seus mortos, sendo este um dos motivos de apreensão com o número de missas e orações a ser rezado após a morte. Estas encomendadas em testamentos, muito antes do indivíduo estar perto do seu momento final.

As diferentes atitudes diante da morte e da vida além-túmulo entre africanos e portugueses podia ser notada no controle sobre os mortos, questão melhor desempenhada por africanos. As semelhanças se estendiam na crença de que homens bons e maus teriam destinos diferentes após o fenecer. Na cultura religiosa portuguesa católica, existia o Inferno, o Purgatório e o Céu. O destino da alma estava condicionado ao Juízo Final, onde dois grupos eram formados: os eleitos e os condenados.³⁶⁰ O purgatório era a opção intermediária e temporária e foi construído aproximadamente entre os séculos XII e XIII, uma alternativa para os que tinham pecados veniais. A purgação dos pecados pode ser pensada como probabilidade de resgate dos que fossem beneficiados pelo Purgatório. Para isso, a atenção dos vivos aos seus entes falecidos era fundamental, uma vez que a intercessão daqueles ajudava no fim da pena do condenado, que alcançaria então o Paraíso.

Esta atenção dos vivos se convertia em missas e orações que se estendiam num dilatado espaço temporal. As missas tinham um papel importante nas cerimônias fúnebres e por isso foram regulamentadas pelas Constituições primeiras em 1707. Serviam para diminuir o tempo no Purgatório ou para “acrescentar à glória dos que já se encontravam no Paraíso”.³⁶¹ Como eram pagas, compunham a economia material e simbólica da Igreja. Até a primeira metade do século XIX, as inumações eram realizadas no interior de seus

³⁶⁰RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997. p. 151.

³⁶¹REIS, João José. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 205.

prédios, local onde as missas eram cumpridas, viabilizando a proximidade entre mortos e vivos.

Os mortos mais abastados deixavam em testamento uma quantia significativa que pudesse garantir por mais tempo a devida atenção a sua alma. A igreja, ao menos em Vassouras, também registrava se o morto deixava testamento, como no caso de José Thomas falecido em 9 de setembro de 1850, viúvo e natural de Minas. O medo do que os esperaria do “outro lado”, permitia um controle dessa instituição sobre as questões do bem morrer. Garantindo para si um lugar de destaque no controle social por meio do poder simbólico representado nos ritos, rituais, adereços e local de sepultamento. Essa proximidade permitia a manutenção das relações de poder da instituição responsável pelo culto de bem morrer, a Igreja. Segundo Claudia Rodrigues, a doutrina Católica estaria “mais preocupada com a salvação do que com o culto dos mortos”.³⁶²

A diversidade étnica existente no continente africano, bem como os diferentes costumes e tradições, compunham um mosaico denso que foram transplantados em certa medida a partir do comércio transatlântico. O encontro de diferentes culturas permitiu a construção e reconstrução das concepções religiosas e de bem morrer pelos negros, africanos ou crioulos. A maioria dos africanos trazidos para a região do Rio de Janeiro e daí para a região do Vale Paraíba Fluminense entre os séculos XVII e XIX, era de língua banto, especificamente indivíduos da região Congo / Angola.

A viagem de um continente a outro por meio do oceano, era simbolicamente representado como a passagem da vida para a morte pelos indivíduos que compartilhavam o mesmo conjunto simbólico e cultural banto. A água tinha um simbolismo forte para esses povos de forma que mares, rios ou uma superfície refletiva era a representação simbólica da travessia da Kalunga. Esta denotava a passagem da vida

³⁶² RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997. p. 154-155.

para a morte e o renascer após o fim da vida.³⁶³ Para os bantos, morrer era uma passagem, mas só fazia sentido se fosse na velhice. Morrer jovem, sem filhos ou de forma brutal (suicídio, assassinato, ações diretas da natureza) tinha um significado negativo, era considerado má sorte.³⁶⁴ Entre os bantos, a morte prematura era associada à ações mágicas, geralmente associado a um feiticeiro.

O culto ioruba, segundo José Reis, é destacado como o mais complexo, embora o autor sublinhe que a escatologia africana variava de um povo para outro. Nela existia dois além-mundos ou *Orun*. O Bom *Orun* e o *Orun* ruim. Além dessas duas possibilidades, os mortos poderiam “penar” em lugares específicos da terra, reencarnar-se em pessoas ou ainda metamorfosear-se em animais. Diferentemente dos portugueses, os africanos morriam para reencontrar seus ancestrais. Estes por muitas vezes retornavam reencarnados.³⁶⁵ A ancestralidade é um fator importante presente na cultura africana e está intimamente relacionada às questões do “bem morrer”. Se falecer significa reencontrar um ancestral, não existiria inicialmente um temor, decorrendo daí o ritual festivo nos cortejos fúnebres.

No Brasil o contato entre as duas culturas, permitiu aos africanos - apesar de manterem algumas de suas atitudes diante do fenecer -, incluir algumas e recriar outras formas de “bem morrer”. Reis sublinha que embora houvesse contato entre a cultura da morte africana e a portuguesa, o que prevaleceu entre os “brasileiros natos”, fossem crioulos, brancos ou mestiços, foi o modelo funerário ibérico, presente nos assentos dos livros de óbitos de livres e de escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras. Ele também

³⁶³ RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997. p. 156.

³⁶⁴ PEREIRA, Julio César Medeiros da Silva. *À Flor da Terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Garamond: IPHAN, 2007. p. 164.

³⁶⁵ REIS, João José. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 90 e 91.

destaca que era a “morte marcada por uma extraordinária mobilização ritual, coerente com um catolicismo que enfatizava as manifestações exteriores de religiosidade: a pompa, as procissões festivas, a decoração elaborada dos templos”.³⁶⁶ Tal mobilização permitia uma outra vida confortável, a vida além túmulo presente entre livres, libertos e escravos. Entre estes, em menor proporção que aqueles.

A crença de que rituais religiosos funerários são importantes para bem conduzir a alma do morto e garantir o afastamento dele do mundo dos vivos, poderia garantir que escravos fossem enterrados em solo sagrado. Nesse sentido, zelar pelo bem morrer de um indivíduo, mesmo que este fosse escravo em vida, pode significar alguns pontos positivos na hora de sua própria morte. Portanto, o local onde jazem os mortos tem grande significado, exercendo um poder simbólico com base na religião. Em Vassouras, o cemitério era um local de disputas silenciosas, demarcando como já foi mencionado, a hierarquização social na disposição das inumações.

Esses símbolos percebidos em vida e também na morte davam sentido à sociedade de Vassouras, na medida em que a tornava única e complexa. Local do sepultamento, últimos sacramentos, vestimentas, missas, música e irmandades são alguns exemplos, que forneciam condições para as reproduções da ordem social, às suas hierarquias formadas em vida e presentes nas formas de bem morrer. A igreja católica, nesse sentido, legitimava por meio de seu poder, vinculado ao estado, o seu discurso, seus ritos e rituais, reproduzidos por diferentes indivíduos que formavam a sociedade escravista de Vassouras no século XIX.

Bibliografia Complementar:

ARIÈS, Philippe. *História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Tradução de Priscila Vianna de Siqueira. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. 316 p.

³⁶⁶ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 91.

- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 322 p.
- KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 646 p.
- LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. 228 p.
- SALLES, Ricardo. *E o Vale era o Escravo: Vassouras, século XIX – Senhores e escravos no coração do império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 336 p.
- STEIN, Stanley J. *Vassouras: Um Município Brasileiro do Café, 1850-1900*. Tradução: Vera Bloch Wrobel. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. 361 p.

DA DEMOCRACIA RACIAL ÀS POLÍTICAS UNIVERSALISTAS: OS PARADIGMAS DAS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.

Jacinto Santana Lima

Graduando em História pela Universidade Federal de Viçosa

O processo de desenvolvimento sócio-histórico brasileiro, para que seja compreendido em plenitude, deve ser considerado a partir das relações étnico-raciais que em seu meio se desenvolvem. Tanto no passado quanto no presente, os aspectos relacionados à cor epidérmica continuam representado, em nossa sociedade, um importante papel na definição da ocupação dos espaços de poder ou de exclusão. Dos anos de 1930 até a década de 1980 o paradigma que aqui se apresentou, no campo das relações sociais entre negros e brancos³⁶⁷, foi o da democracia racial, já do final dos anos oitenta para cá ele tem sido o das políticas universalistas.

Historicamente, no Brasil, os embates sociais entre negros e brancos se definiram mais claramente quando os primeiros conquistaram o status de cidadãos, que lhes foi conferido pela abolição da escravatura, em 1888, e os segundos quando redefiniram um conjunto medidas práticas e/ou simbólicas que, de certo modo, já estavam postas no período escravista, afim de resguardarem seus domínios de poder. De acordo com o historiador Michael George Hanchard, as elites brancas brasileiras de posse do pressuposto histórico-ideológico da “excepcionalidade racial”, que afirmava existir aqui uma convivência racial harmoniosa³⁶⁸, articularam a ideologia da democracia racial, que por um longo período serviu de

367

Negros, brancos e raça nesse artigo referem-se às diferenças fenotípicas que, no Brasil, circunscrevem maiores ou menores obstáculos de mobilidade social.

368

Primeiro entre escravizados e senhores, no período escravista, e depois entre cidadão negros e brancos, no pós-abolição.

base para a manutenção de sua hegemonia.³⁶⁹ Entretanto, ainda de acordo com Hanchard, mesmo com a superação desse pressuposto freyreano, que concebia o Brasil como um paraíso racial, continuou a existir “a negação da existência de uma opressão racial *permanente* dos afro-brasileiros”, aliada a um “sistema de crenças e práticas” que coloca, “como a ordem natural das relações sociais”, os brancos nos papéis de dominantes e os negros nos de subordinados.³⁷⁰

A “hegemonia racial” é concebida, neste estudo, a partir da formulação teórica, de base gramsciana, elaborada por Hanchard. Em tal formulação essa hegemonia racial aparece como um constructo de legitimação de liderança – política, econômica e ideológica – posta em prática por uma elite nacional branca, com base na negação sistemática da discriminação racial, na “reprodução e disseminação contínuas de estereótipos que subestimam os negros e valorizam os brancos” e na repressão àqueles que se colocam abertamente contra os padrões (harmônicos) aceitos de relações raciais.³⁷¹

Nas décadas de 1950 e 1960, Florestan Fernandes, como um dos principais membros da escola sociológica paulista, elaborou trabalhos de pesquisas que colaboraram para o descrédito da ideologia da democracia racial, que foi estruturada a partir da transmutação dos postulados da mestiçagem cultural, preconizada nos estudos de Gilberto Freyre, para o plano político-econômico. Entretanto, cabe ressaltar que Florestan concebia o “mito” da democracia racial sob duplo aspecto: um ideológico e outro potencial. Em um artigo, escrito em 1966, ele disse:

369

HAN
CHARD, Michael George. In: *Orfeu e o Poder: Movimento Negro no Rio e São Paulo*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ. 2001, p.61-75.

370

m, p.75-77.

371

m, p.75-86.

Ibide

Ibide

a chamada “democracia racial” não tem nenhuma consistência e, vista do ângulo do comportamento coletivo das “populações de cor”, constitui um mito cruel. Ainda assim, mau grado os contornos negativos desse quadro, existem certos elementos potencialmente favoráveis à emergência e à consolidação de uma autêntica democracia racial no Brasil.³⁷²

Vê-se que, ao contrário de Hanchard, Florestan não viu a “democracia racial”, apenas, como um constructo ideológico que visava dar suporte a uma suposta hegemonia branca, mas a viu, também, como um valor potencial que poderia ser colocado em prática em nosso país. Desse modo ele relegou a um status de menor importância os processos, simbólicos e/ou materiais, de encobrimento de uma preponderância, estrutural e histórica, de privilégios fundamentados unicamente nos pressupostos da cor epidérmica dos indivíduos, ao mesmo tempo em que lutou por consolidar os fundamentos de classe da exclusão social, no Brasil.

Os trabalhos de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva, que conjugavam mobilidade social aos pressupostos raciais, nos anos de 1970 e 1980, colocaram o racismo como elemento autônomo e estrutural nas relações raciais brasileiras, tanto no período escravista, quanto pós-escravista.³⁷³ Para esses autores, “reduzir a questão racial a um problema de classe ou estratificação social, no qual o preconceito contra o negro é esvaziado de implicações raciais”, como feito nos trabalhos de Florestan Fernandes, não tinha até aquele período explicado por que a população negra se conservava nos patamares inferiores da escala social brasileira.³⁷⁴

372

FER

NANDES, Florestan. Aspectos da Questão Racial. In: *O Negro no Mundo dos Brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1971, p.29.

373

HAN

CHARD, Michael George, *op. cit.*, p.53-59.

374

HAS

ENBALG, Carlos A.. Desigualdades Raciais no Brasil, In: Carlos Hasenbalg e

Diante desse quadro, o Brasil consumiu cerca de 30 anos (entre 1950 e 1980) debatendo os paradigmas entorno da democracia racial, da exclusão negra e das desigualdades de classe. Entretanto, com a promulgação da constituição, de 1988, o país reassegurou formalmente – conforme atesta o preâmbulo constitucional – a todos os cidadãos brasileiros: “a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceito”.³⁷⁵ Já no texto constitucional (Art.3º inciso IV e Art.6º paragrafo único) o Estado Democrático Brasileiro reafirma seu compromisso em “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”³⁷⁶ e estabelece como parte dos direitos sociais o acesso igualitário, de todos os cidadãos, à educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, assistência aos desamparados, etc³⁷⁷. Ao apresentarmos toda essa base universalista, na qual se assenta a constituição de 1988, não queremos dizer que a tradição universalista da política brasileira se iniciou com esta constituição, mas que nesse momento essa tradição se reforçou.

Todavia, esta constituição democrática fundamentada no princípio da igualdade jurídica não tem conseguido promover, através das políticas universalistas das quais se serve, a igualdade sócio-econômica e racial no país. Segundo o cientista social Valter Roberto Silvério, as políticas universalistas tem falhado – em atender

Nelson do Valle Silva, *Estrutura Social, Mobilidade e Raça*. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 1988, p.116.

375

PINTO, Antonio Luiz de Toledo; WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos; CÉSPEDES, Livia. *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. 31ª edição. São Paulo: Saraiva. 2003, p.1.

376

m, p.3.

377

m, p.13.

PINTO

Ibide

Ibide

“às especificidades dos grupos ou indivíduos vulneráveis” e em garantir-lhes a igualdade de direitos e de oportunidades – na medida em que não reconhece as diferenças físicas, étnicas, religiosas, de orientação sexual, de origem, entre outras, existentes no meio social.³⁷⁸ Ainda segundo Valter R. Silvério, faz-se necessária “a superação da idéia filosófica moderna, que [encara] o ser humano como uma unidade homogênea, pela idéia pós-moderna dos seres humanos que possuem [...] especificidades”.³⁷⁹ Os pressupostos universalistas, nos quais tem-se pautado as políticas públicas brasileiras, tem caracterizado nossa democracia como sendo formal e não substancial.

O princípio conteudístico que caracteriza os regimes democráticos modernos é o da igualdade. Entretanto, não se trata apenas, de acordo com Norberto Bobbio:

[da] igualdade jurídica introduzida nas Constituições liberais mesmo quando estas não eram formalmente democráticas, mas [da] igualdade social e econômica (ao menos em parte). Assim foi introduzida a distinção entre democracia formal, que diz respeito precisamente à forma de governo, e democracia substancial, que diz respeito ao conteúdo desta forma.³⁸⁰

Contudo, diante dessa contradição entre forma e conteúdo vê-mos surgir nos últimos anos, no Brasil, uma outra proposta política que já não se define em termos de universalidade, mas que defende políticas de cunho particularista como meio de solucionar os problemas referentes às desigualdades sociais, que as políticas

378

HECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da . *O negro na universidade: o direito a inclusão*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares. 2007, p.21-22.

379

cit.

380

PAC

Loc.

BOB

BIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade; por uma teoria geral da política*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987, p.157.

universalistas não se mostraram competentes para fazê-lo. Esse embate entre políticas universalistas e particularistas tem-se pronunciado de forma mais evidente na forma de ações afirmativas, para o ingresso de negros e pobres nas universidades públicas ou privadas brasileiras.

Ações afirmativas aqui se definem – nos mesmos termos propostos por Joaquim Barbosa Gomes (Professor da Faculdade de Direito da UERJ) – como um conjunto de “políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física”³⁸¹.

Muitos, todavia, alegam que as ações afirmativas (como as políticas de reserva de cotas, nas redes públicas e privadas de ensino superior, para negros, indígenas e estudantes oriundos do sistema público de ensino) ferem o princípio da igualdade inscrito na constituição brasileira e que as soluções para os problemas das desigualdades – sejam entre negros e brancos, pobres e ricos – devem dar-se a partir das políticas universalistas, que trazem como características aspectos de neutralidade e isonomia, ambos condizentes com as nossas tradições jurídico-política igualitarista e sócio-histórica mestiça.

É defendendo essa tradição que intelectuais como o sociólogo Demétrio Magnoli se opõem às ações afirmativas (em especial as de caráter racial). Nesse sentido, Demétrio argumenta que, sendo nossa tradição política fundamentada “no conceito de igualdade oriundo do projeto republicano da Revolução Francesa de 1789”³⁸², não haveria em nosso sistema democrático espaço para a “produção de leis raciais” (tais como cotas raciais), pois tais leis

381SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (org.). *Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A. 2003, p.21.

382MAGNOLI, Demétrio. *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. 1ª Edição. São Paulo: Contexto. 2009, p.370.

seriam “uma ofensiva contra o princípio da igualdade perante a lei”³⁸³.

Vê-se, entretanto, que Demétrio Magnoli, bem como outros intelectuais brasileiros que – com base no pressuposto constitucional da igualdade jurídico-política – se opõem às políticas de ação afirmativas, possuem uma percepção conservadora tanto da igualdade, proveniente do arcabouço revolucionário francês, quanto das dimensões ideais e concretas da dinâmica das leis. Segundo Joaquim Barbosa Gomes, a igualdade formalista inscrita em nossa constituição republicana recomenda hoje um olhar dinâmico e militante, através do qual,

são devidamente pesadas e avaliadas as desigualdades concretas existentes na sociedade, de sorte que as situações desiguais sejam tratadas de maneira dessemelhante, evitando-se assim o aprofundamento e a perpetuação de desigualdades engrandadas pela própria sociedade.³⁸⁴

Para Barbosa Gomes, portanto, o pressuposto da igualdade prescritos na nossa carta constitucional “não passa de mera ficção”, já que se expressa apenas no âmbito da formalidade e não na realidade cotidiana das relações sociais.³⁸⁵ Nesse aspecto, as políticas universalistas brasileiras estariam baseadas em uma igualdade ficcional, presente apenas no plano ideal, que não lhe fornece condições concretas para lograr solucionar os problemas das desigualdades sócio-econômicas e raciais.

É imperioso notar, porém, que algumas das características e funções que foram atribuídas, no passado, à ideologia da democracia racial, hoje podem ser imputadas às políticas universalistas; pois ambas partem de uma percepção formalística, idealizada e não-concreta da realidade social brasileira, ambas tendem a subtrair de nossas relações sociais seu componente racial (uma alegando a harmonia racial e a outra atendendo apenas aos postulados das

383 *Ibidem*, p.373.

384 SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (org.), *op. cit.*, p.19.

385 *Ibidem*, p.18.

desigualdades de classe, deixando encobertas as contradições raciais) e ambas dão suporte à manutenção de uma hegemonia racial branca permanente, no Brasil.

Em resumo o que argumentamos, nesse estudo, é que se entre as décadas de 1930 e 1980 o paradigma da “democracia racial” sustentou um discurso que aliava harmonia e neutralidade racial, a um quadro social de hegemonia branca e exclusão negra, nas últimas décadas são os pressupostos universalistas que assumiram a incumbência de sustentar um discurso similar, no qual (ao invés de falar em harmonia racial ou “excepcionalidade racial”) se apressa em promover a invisibilidade das questões raciais, em sustentar uma política social que mantém o status quo de uma minoria branca e em manter intactos os obstáculos que impedem a ascensão social da população negra.

Bibliografia:

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade; por uma teoria geral da política*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FERNANDES, Florestan. Aspectos da Questão Racial. In: *O Negro no Mundo dos Brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o Poder: Movimento Negro no Rio e São Paulo*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

HASENBALG, Carlos A.. Desigualdades Raciais no Brasil, In: Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva, *Estrutura Social, Mobilidade e Raça*. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

MAGNOLI, Demétrio. *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. 1ª Edição. São Paulo: Contexto, 2009.

PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da . *O negro na universidade: o direito a inclusão*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

PINTO, Antonio Luiz de Toledo; WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos; CÉSPEDES, Livia. *Constituição da República Federativa do*

Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 31ª edição. São Paulo: Saraiva, 2003.

SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (org.). *Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

A NEGOCIAÇÃO DA PUNIÇÃO NA REVOLTA DE VILA RICA SOB A ÓTICA DA JUSTIÇA NO ANTIGO REGIME E A ASCENSÃO DE UMA NOVA RAZÃO DE ESTADO

João Henrique Ferreira de Castro
Mestrando em História Social pela UFRJ

A Revolta de Vila Rica é até hoje um dos eventos mais destacados pela historiografia brasileira relativa ao período em que o Brasil era uma conquista de Portugal. Revolta símbolo de uma corrente de eventos que durante muito tempo convencionou-se chamar de “revoltas nativistas”, os historiadores viram durante muito tempo neste evento, “o movimento precursor do nacionalismo, ou mesmo sinônimo de nacionalismo”³⁸⁶.

Tal perspectiva, representativa da maior parte dos estudos sobre o evento até o fim da primeira metade do século XX, explicava a Revolta de Vila Rica como uma sedição que, em conjunto com outros eventos do final do século XVI e início do século XVIII como a Revolta dos Beckman, a Guerra dos Mascates e a Guerra dos Emboabas, manifestou pela primeira vez um espírito de insatisfação com as medidas de Portugal para com a colônia.

O objetivo de resgatar tais eventos para esta historiografia era demonstrar que a independência do Brasil foi sendo construída paulatinamente em virtude dos desagrvos cometidos pela Coroa portuguesa e o despertar da consciência nacional. Assim sendo, tais revoltas despertariam os colonos para o prejuízo em se manterem fiéis à monarquia portuguesa e o rigor da Coroa na punição arbitrária a estas sedições, conforme entendia, por exemplo, Pedro Calmon, tenderia a ampliar a distância entre colonos e portugueses.

As casas de fundição funcionaram. As Câmaras silenciaram. O povo retraiuse. A policia governamental estendeu a malha da

³⁸⁶ SILVA, Rogério Forastieri da. *Colônia e nativismo*. São Paulo, Hucitec, 1997. p. 68.

sua vigilância a todo o distrito e uma legislação terrível o transformou numa terra abafada, donde tirava Portugal os recursos precisos para as loucas despesas de D. João V.³⁸⁷

A relação maniqueísta expressa nestes estudos transformou os personagens da Revolta de Vila Rica em vilões e vítimas. O Conde de Assumar, por exemplo, tornou-se símbolo de governador despótico e tirânico, enquanto Filipe dos Santos se transformaria em mártir do povo mineiro. Tal situação se transformou em um incômodo para os historiadores a partir dos anos 80 e em célebre estudo crítico de Laura de Mello e Souza sobre o discurso do Conde de Assumar, a autora expressou tal insatisfação ao criticar autores clássicos, destacando a importância de estudos em que se

contesta o caráter anticolonialista e republicano da sublevação, assim como a importância de Filipe dos Santos no movimento, ressaltando, ao contrário, o embate entre os poderes locais e a autoridade metropolitana, este sim, o verdadeiro nervo do conflito.³⁸⁸

Mesmo contestando o heroísmo dado a alguns personagens pelos historiadores clássicos, Souza não rompe com o maniqueísmo ao defender que o conflito se tratava de um claro embate entre poderes locais e a autoridade metropolitana, mantendo a dicotomia metrópole *versus* colônia. Tal questão só seria relativizada nos anos 90, a partir do clássico estudo de Carla Anastasia sobre o caráter das revoltas ocorridas em Minas Gerais no início do século XVIII.³⁸⁹

Anastasia destacou que a Revolta de Vila Rica tinha um duplo caráter. De um lado, o caráter de uma “tax rebellion”, ou seja,

³⁸⁷ CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. Companhia Editora Nacional: São Paulo. 3ª edição, 1937.

p.167.

³⁸⁸ SOUZA, Laura de Mello e. *Discurso Histórico e Político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*: Estudo crítico. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. p. 24.

³⁸⁹ ANASTASIA, Carla. *Vassalos Rebeldes. Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

uma revolta motivada pela alteração no sistema de cobrança dos tributos régios, no caso, a tentativa de implantação das casas de fundição e que, em certa medida, opunha os dois pólos apresentados por Souza. No entanto, a novidade era considerar o caráter de “soberania fragmentada” do evento. Havia um claro interesse dos sediciosos em ocupar os postos de governança da região e, por isso, os mesmos mobilizaram pessoas que estavam ao seu alcance para buscar enfrentar os oficiais estabelecidos sem, no entanto, questionar a autoridade régia, afinal, segundo Anastasia, “a luta dos atores desenvolveu-se dentro das regras do jogo colonial. A população da Capitania aceitava estas regras e lutava nos seus parâmetros, buscando preservá-las como haviam sido, de início, acordadas”.³⁹⁰

A partir do texto de Anastasia uma série de novos estudos se desenvolveu destacando os interesses de parte dos sediciosos em ocupar os postos de governança da região e diminuindo a importância das questões “fiscais” para a ocorrência do evento.³⁹¹ Trabalhos como os de Alexandre Fonseca e Carlos Leonardo Kelmer Mathias enfatizam a importância de entender as disputas de poder existentes nas minas naquele contexto e a formação das redes de sociabilidade para entender a sedição. Todavia, os estudos em momento algum questionam qual a razão para a decisão do Conde de Assumar de punir alguns sediciosos com penas como a de Filipe dos Santos que terminou condenado à morte. Seria, de fato, o Conde de Assumar um tirano? Seria costume dos oficiais da Coroa punir com tanto rigor? São estas as questões principais que norteiam este artigo.

Começo pela segunda. Seria costume da Coroa punir com rigor. Segundo António Manuel Hespanha não! Em uma monarquia católica como a monarquia lusitana “estabelecia-se como regra de ouro que, ainda mais frequentemente do que punir, devia o Rei

³⁹⁰ *Idem.* p. 38.

³⁹¹ Que permanecem norteando a abordagem de alguns historiadores como Luciano Almeida Raposo Figueiredo. Ver: FIGUEIREDO, Luciano. *Rebeliões no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ignorar e perdoar.”³⁹² Como representante de Deus na terra, as ações do monarca deveriam lembrar as ações do próprio Deus e o perdão, enquanto prática, afirmava este papel constituindo-se como “pólo oposto da punição: [pois] o perdão, ou mais em geral, as medidas que, na prática, traduziam a outra face da intervenção régia em matéria penal – o exercício da graça.”³⁹³

Compreendo que tal afirmação esbarra com a visão comum sobre o Antigo Regime e o rigor da Era Moderna, mas tal constatação é reforçada ainda pelo argumento de muitos juízes deste período que se gabavam de a vida inteira jamais ter punido alguém com a pena capital.³⁹⁴

Para exemplificar esta situação, podemos tomar como exemplo à repressão à Guerra dos Emboabas, evento ocorrido em Minas Gerais e São Paulo apenas oito anos antes da Revolta de Vila Rica. Neste embate, no qual a autoridade dos oficiais nomeados por D. João V, monarca de Portugal, também foi questionada, os sediciosos foram perdoados, conforme estudo recente de Adriana Romeiro. A maior parte dos paulistas, por exemplo, após o perdão migrou para o interior da conquista chegando até os territórios de Goiás e Mato Grosso.³⁹⁵

Com o suporte de uma “razão de estado” católica na qual o perdão era a prática costumeira, as sedições passariam a ser mais freqüentes, não apenas em Minas Gerais, mas em toda a conquista brasileira. Todavia, os oficiais presentes na região passariam a questionar tal ação, amparando-se, principalmente, em obras como a

³⁹² HESPANHA, António Manuel. “Disciplina e punição”. In: HESPANHA, António Manuel. *História de Portugal*. O Antigo Regime. 4º vol. Lisboa: Editorial Estampa, 199.. p. 275.

³⁹³ *Idem*. p. 274.

³⁹⁴ Cf: HESPANHA, António Manuel. *Loc. Cit*.

³⁹⁵ Cf: ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

de João Botero que “representa grosso modo uma espécie de Maquiavel Católico.”³⁹⁶

A observação acima é bastante relevante. Os valores católicos da monarquia lusitana praticamente impediam a circulação de obras de autores como Maquiavel que representariam outra espécie de “razão de estado”, mais pragmática e menor preocupada com os valores religiosos. Todavia, tais idéias se difundiram na Península Ibérica a partir de autores como o próprio João Botero e o jesuíta Baltazar Gracián³⁹⁷ que, mesmo ligados à Igreja Católica, assimilaram idéias de ação política mais pautadas na preservação do poder do que em valores cristãos.

Tradicionalmente, considera-se o período pombalino como momento de entrada de tais valores em Portugal. A perseguição aos jesuítas e as ligações do Marquês com o Iluminismo são argumentos fortes para entender este cenário como momento ideal para uma ruptura com os valores católicos da monarquia portuguesa. Todavia, pensar os processos históricos como resultados de rupturas é sempre algo problemático e estudos recentes têm encontrado nas ações de outros personagens da Coroa portuguesa, antes mesmo da ascensão de Pombal, influências desta nova “razão de estado”.³⁹⁸

Em 1716, por exemplo, encontramos uma carta do vice-rei do Estado do Brasil Pedro Antônio Noronha de Albuquerque e Souza endereçada à D. João V com uma série de recomendações para se fazer valer a punição à um grupo que tinha liderado uma sedição na comarca do Rio das Velhas. Entre as inúmeras defesas que tal oficial faz da punição, encontramos a justificativa para que “os culpados por

³⁹⁶ TORGAL, Luís Reis. “Prefácio”. In: BOTERO, João. *Da Razão de Estado* (coordenação e introdução Luís Reis Torgal). Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1992, p. 9.

³⁹⁷ Ver: GRÁCIAN, Baltasar. *A Arte da Prudência*. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret. 2003.

³⁹⁸ Por exemplo, Gomes Freire de Andrada, personagem estudado recentemente por Mônica da Silva Ribeiro. Ver: RIBEIRO, Mônica da Silva. “*Se faz preciso misturar o agro com o doce*”: *A administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América Portuguesa (1748-1763)*. (Tese de Doutorado). UFF. 2010.

cabeças e promotores se executase prontamente o castigo que meresses, pois só desta sorte se assegura bem a obediência de gente tão rebelde em parte tão remota.”³⁹⁹

No discurso do vice-rei o perdão já não é mais visto como melhor recurso. O mesmo ainda afirma que só não aplicara a punição imediata, pois apenas “por falta de jurisdição não ouve neste cazo aquelle procedimento.”⁴⁰⁰ Entretanto, a sua reclamação ao Rei atingiria resultado.

Em 1719, D. João V enviaria uma correspondência para várias regiões do Império Ultramarino Português decidindo após “cons^{ta} do meu Concelho Ultramarino o que eu (...) por bem prohibir absolutamente q’ os Governadores dessem semelhantes perdões.”⁴⁰¹ Apenas um ano antes da Revolta de Vila Rica, o monarca português suspendia tal direito alegando ter “mostrado a experiência q’ a (...) com q’ em todo esse Estado costumão os governadores concederem perdões das sublevações, dá confiança aos povos para levemente se sublevarem e não temerem o castigo.”⁴⁰² Com a justificativa de evitar novas sublevações, D. João V decide que o perdão só poderá ser aplicado se

não sofra demora de darem conta (...) cometes o tal perdão havendo o eu por bem , e não o uzes em q’ não tiverem jurisdição as não ponhão em prática nem executem os seus arbítrios sem primeiro me darem conta expondo todas as leis q tiverem.⁴⁰³

³⁹⁹ Projeto Resgate Barão do Rio Branco – Avulsos da Bahia. Carta do Vice- Rei e governador-geral do Brasil, marquês de Angeja [Pedro Antônio de Noronha Albuquerque e Sousa] ao Rei [D. João V] comunicando inquietações havidas nas Minas Gerais. AHU – ACL – CU, 005, cx. 10, d. 872.

⁴⁰⁰ *Idem.*

⁴⁰¹ Carta de Sua Magestade, escrita ao Governador sobre não poder dar perdoens a nenhum culpado como se declara Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção de Microfilmes. Ordens Régias N° 6. Flash 4. Documento 3.

⁴⁰² *Idem.*

⁴⁰³ *Idem.*

Entre os governadores que receberam a dita correspondência encontrava-se o Conde de Assumar. O mesmo faz referência a tal carta ao justificar para o Rei à decisão de negar o perdão pedido pelos sediciosos no início da revolta, alegando que não seria possível esperar a decisão do rei sobre o mesmo, uma vez que a sedição se mantinha mesmo com a publicação de um perdão provisório.⁴⁰⁴

Seria Assumar, portanto, o tirano que a historiografia construiu e um expoente claro desta nova “razão de estado”? Tal questão é mais difícil responder, pois embora Assumar tenha optado pela punição, umas séries de medidas tomadas pelo Governador sugerem o respeito aos valores tradicionais da monarquia católica.

A principal destas medidas é a busca por justificar o castigo, mesmo sendo este um direito previsto nas ordens que Assumar havia recebido de Portugal. Assumar chegou a escrever em sua defesa um documento intitulado “Seguem-se as razões que teve o Conde-General para proceder sumariamente ao castigo.”⁴⁰⁵

A postura de Assumar em tal correspondência é bastante ambígua e uma análise detalhada não cabe neste artigo. Todavia, é possível apontar que o mesmo se preocupava em deixar claro para o Rei a razão de ter, por exemplo, se omitido de convocar uma junta de ouvidores para decidir pela punição, um claro valor do corporativismo ligado à segunda escolástica característico da “razão de estado” católica.⁴⁰⁶

Por outro lado, Assumar se apóia em inúmeros autores como Tácito e outros expoentes do pragmatismo político. Em várias passagens, o Conde afirma ainda claramente entender o castigo como

⁴⁰⁴ Assumar justifica a punição lembrando que só poderia fazer uso do perdão “regalia suprema do soberano, por uma ordem de onze de janeiro de mil setecentos e dezenove, em extrema necessidade”. In: SOUZA, Laura de Mello e. *Op. Cit.* p. 177.

⁴⁰⁵ Tal documento encontra-se no estudo crítico feito por Laura de Mello e Souza aqui já mencionado.

⁴⁰⁶ O Conde justifica tal decisão alegando que tal convocação “não era conveniente nem fácil. Não era fácil porque a repugnância, com que eles então se achavam de vir a Vila Rica, faria maior a distância para não chegarem a tempo: pedir o seu voto por cartascirculares era procurar o socorro depois da guerra”. In: SOUZA, Laura de Mello e. *Op. Cit.* p. 169.

necessário para impedir a ocorrência de novas sublevações, demonstrando um distanciamento dos valores de uma monarquia cristã.

Responder se Assumar está ligado a uma corrente ou outra, portanto, é uma questão complicada. Entretanto, mais importante do que isto, é necessário perceber que a decisão de punir os sediciosos de Vila Rica e não mais perdoar como era de costume se referendava a partir de novos valores de orientação para a ação política. Valores estes que anunciam que já no reinado de D. João V, a monarquia portuguesa convivía com a influência de idéias que colocavam em conflito os paradigmas católicos que a sustentavam durante o século XVII.

O CLUBE DA LUTA E A CRÍTICA A MODERNIDADE

Jonatas Pinto Lima

Graduando em Ciências Sociais UFV

Este artigo foi pensado de maneira a analisar criticamente a idéia de contemporaneidade inserido no filme “Clube da Luta”. De forma alguma, pensamos ter conseguido esgotar as possibilidades analíticas que competem ao “Clube da Luta”. Muitas questões ficaram em aberto, sem respostas ou com um ponto de interrogação em nossas mentes. É um filme que pode ser abordado de diversas maneiras. Isto é, depende de quem o analisa e da retórica utilizada para comprovar aquilo que se afirma.

Iniciaremos o artigo com um pequeno resumo do filme para tornar inteligível as análises posteriores. Em *Clube da Luta*, Norton é “Jack”, um executivo neurótico de uma empresa de seguros de automóveis que sofre de insônia crônica, deprimido com a falta de perspectivas de um *american dream* que já não se apresenta tão sedutor. Quando seu médico ironiza suas reclamações, aconselhando-o a procurar grupos de apoio à sobreviventes de câncer para conhecer o verdadeiro sofrimento, ele segue o conselho à risca e se torna voyeur de reuniões para viciados em drogas e portadores de doenças graves. Descobre que a desgraça alheia o desafoga do stress existencial, fazendo-o relaxar e dormir. Em um desses grupos, sua satisfação secreta é quebrada ao conhecer Marla Singer (Helena Bonham Carter), que também finge ter algum problema para frequentar às reuniões. A partir daqui, a vida de “Jack” toma outro rumo.

“Jack” conhece, pois, Tyler Durden (Brad Pitt), um sujeito carismático, que faz de seus empregos (fabricante e vendedor de sabonetes, projecionista e garçom de um requintado restaurante) meios de subversão. É importante frisar que Tyler é dono de uma filosofia de vida baseada, entre outros pontos, no anti-consumismo. Quando “Jack” volta de uma de suas viagens de trabalho, encontra seu apartamento em chamas, completamente destruído. Desnortado, busca refúgio em Tyler, ao convidá-lo para tomar uma cerveja. Em

pouco tempo “Jack” e Tyler estão se esmurrando em um estacionamento de um bar, em um ato de desabafo, expresso por meio da violência. Fundam, então, o Clube da Luta, uma associação secreta com leis definidas, que arrasta legiões de homens dispostos a seguir a filosofia de Tyler. Sem o consentimento de “Jack”, Tyler prepara um verdadeiro exército, objetivando estabelecer o Caos na sociedade capitalista. Com isso, “Jack” entra em conflito com Tyler e opõe-se veementemente ao seu projeto. Em meio a este conflito, “Jack” descobre que Tyler é ele mesmo.

Narrativa e linguagem cinematográfica: A narrativa clássica tem intenção de criar uma ilusão de verdade, através da qual o espectador se identifica com o filme e não o entende como ficção, mas sim como realidade.

Encenação naturalista, mudanças invisíveis entre um corte e outro, continuidade de olhar e movimento, manutenção do eixo de 180 graus, sincronismo entre som e imagem. Cada cena é amarrada em si mesma e em função das cenas imediatamente anteriores e posteriores, em uma relação contínua de causa e consequência. O roteiro clássico obedece uma métrica que determina a duração das partes do filme, como apresentação dos personagens, introdução do conflito, primeiro *plot* e assim por diante.⁴⁰⁷

“Clube da Luta” não se enquadra nessa estrutura clássica. No filme, não existe essa relação de causa e consequência entre as cenas e principalmente entre as falas da personagem principal.

Um outro ponto que pode ser ressaltado aqui são as intervenções que a personagem faz dentro do filme. Ela comanda a história e não o espectador, nós não a dominamos. “Jack” pára o

⁴⁰⁷ BREA, Joana. *Cinema e construção de subjetividades: a análise do discurso em Clube da Luta*. I Congresso de Estudantes de Pós-graduação em Comunicação do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

filme no momento em que sua narrativa se torna mais importante do que a cena que ali se passa.

A forma narrativa do filme engana o espectador na medida em que conserva sobre a escuridão a grande revelação do filme: que “Jack” e Tyler Durden são a mesma pessoa. Entretanto, ao longo do filme são dadas pistas cinematográficas e narrativas que revelam, de forma abstrata, o seu mistério. Quando “Jack” briga consigo mesmo na frente de seu chefe, a cena para e a narração de “Jack” diz: “não sei por que me lembrei da primeira briga que tive com Tyler”. Essa é uma pista. Um outro exemplo, agora de recurso cinematográfico, são os *flashes* nos quais Tyler aparece no início do filme. Esse é um ponto muito a favor do filme, porque consegue trabalhar com dois opostos, ao mesmo tempo em que revela, esconde.

A mensagem subliminar é um recurso de que o diretor lança mão a fim de enriquecer e complementar a trama do filme. Aqui, as mensagens subliminares são utilizadas em duas funções: por um lado, representam a própria ação de Tyler como projetorista. É um exercício de meta-linguagem, utilizado como um mecanismo de interação entre personagem e espectador. Por outro lado, contribui para o desenvolvimento da trama do filme, ao apresentar *flashes* de Tyler em momentos estratégicos.

Um elemento muito importante do filme é a sua estrutura temporal. O filme tem início no final da história de “Jack”. A narração de Jack representa o presente do filme, ela é os três minutos através dos quais essa personagem conta a sua história, até chegar a última cena do filme. O que assistimos na maior parte do filme se passa no passado. É tudo que aconteceu até chegar ao seu desfecho. Portanto concluímos que o filme se passa em dois tempos, o presente e passado, de forma simultânea.

A crítica ao mundo moderno e o conceito de Zona Autônoma Temporária: Organizamos logo abaixo, em tópicos, as nossas principais percepções acerca da temática principal de nosso artigo. Cada tópico traz uma leitura específica, representada pelas falas contidas no filme.

Crítica à satisfação pessoal através do material:

“Eu tinha tudo. Um aparelho de som legal. Uma coleção de roupas respeitável. Eu estava próximo de me sentir completo.”

Visão pessimista sobre o mundo contemporâneo:

“Somos os filhos do meio da história, sem propósito ou lugar. Não temos uma Grande Guerra, nem uma Grande Depressão. Nossa guerra é a espiritual. Nossa Depressão são nossas vidas...”

Discurso anti-consumista e crítica à apatia social:

“Nós somos consumistas. Somos subprodutos da obsessão por um estilo de vida. Assassinato, crime, pobreza. Nada disso me diz respeito. O que me interessa são revistas de celebridade, televisão com 500 canais, o nome de um cara na minha cueca”.

A violência como solução:

No clube, a luta não trata de um conflito contra o oponente, mas sim contra si mesmo, num ato de auto-punição pela própria passividade diante dos sintomas da modernidade. Isso se configura na expressão dos atores, no momento do combate. A violência não é, naquele momento, uma atitude perversa de um sujeito contra o outro, mas sim um pacto de liberdade, através da qual deixam para trás os vícios do mundo moderno. Por isso que as personagens sorriem, porque se curam da sua doença. É por isso também que os efeitos sonoros, mais especificamente musica, são alegres, não representa tensão e medo como acontece tradicionalmente nos filmes.

A idéia de Zona Autônoma Temporária⁴⁰⁸ (TAZ) foi cunhada por Hakim Bey, um filósofo do pensamento anarquista. O conceito de TAZ pode ser usado para fazer uma analogia com o filme “Clube da Luta”, pois em diversos momentos percebe-se que os exemplos do livro se encaixam com o Clube da Luta formado por Tyler Durden, que posteriormente foi transformado em Projeto Caos.

Quando o Clube é fundado, nós o identificamos como uma TAZ. Em primeiro lugar porque é um momento onde todos os indivíduos presentes no lugar de sua realização estavam plenamente livres. Segundo Hakim Bey, uma das condições para que a TAZ ocorra é a “liberação psicológica”, momento em que o indivíduo

⁴⁰⁸ BEY, Hakim. *TAZ: Zona Autônoma Temporária*. 2º ed. São Paulo: Conrad Editora, 2004.

torna a liberdade existente: “Devemos saber de que maneiras somos de fato oprimidos, e também de que maneiras nos auto-reprimimos ou estamos presos em fantasias onde idéias nos oprimem.”⁴⁰⁹

O autor também fala de três inspirações positivas para o surgimento da TAZ: 1) Antropologia natural da TAZ: o modelo paleolítico do bando em oposição à família nuclear, que é a unidade básica da sociedade de consenso. O bando é mais primário e radical, não pertence a uma hierarquia maior e é parte de um padrão horizontalizado de costumes, alianças, etc. No filme, o Projeto Caos é formado por um bando no sentido dado por Hakim Bey; 2) a TAZ como festival: seria o modelo das antigas festas pagãs, onde os valores eram invertidos, as pessoas não seguiam nenhum padrão de hierarquias, as pessoas se sentem felizes e plenas, como no filme, em algumas cenas que logo após lutarem as personagens sentem-se felizes; 3) nomadismo psíquico: é uma forma citada pelo autor, na qual as pessoas não se prendem a nenhum padrão imposto pela sociedade. O tempo inteiro buscam novas formas de experiência para as suas vidas, seria o que “Jack” faz ao tentar dar um novo sentido para sua vida.

O Projeto Caos foi identificado como uma TAZ com o objetivo real de instauração da anarquia na sociedade. Ele é um levante no sentido que Hakim Bey dá ao termo. Ao opor os conceitos de revolução e levante em seu livro, o autor argumenta que o segundo é uma possibilidade muito mais interessante do ponto de vista de uma psicologia da libertação. O levante é uma experiência de pico, não conquista permanência. O autor não acredita no termo revolução pois nenhuma trouxe o fim do Estado e a realização do sonho anarquista. O Projeto Caos é uma TAZ pois tem esta característica de ser um levante. Para o autor:

“A TAZ é uma espécie de rebelião que não confronta o Estado diretamente, uma operação de guerrilha que libera uma área (de terra, de tempo, de imaginação) e se dissolve para se

⁴⁰⁹ *Ibid.*, p. 71.

refazer em outro lugar e outro momento, antes que o Estado possa esmagá-la”.⁴¹⁰

Outras características do Projeto Caos como uma TAZ são as táticas citadas por Hakim Bey e que podem ser identificadas no filme. Invisibilidade – o clube e o projeto são invisíveis à percepção do Estado; ataque e fuga – meio pelo qual os participantes do projeto realizam suas ações; Rede de informações; Desaparecimento – pequenos atos individuais de negação do Estado e da sociedade estabelecida, sem confrontar o Estado diretamente; Terrorismo Poético e Arte-Sabotagem.

O terrorismo poético:

Ao descrever o que é o terrorismo poético, devemos esquecer a idéia de uma violência que destrói. O sentido dessa ação, é justamente o contrário, é criar algo novo na vida de uma pessoa. Não há sentido no terrorismo poético se ele for usado para a destruição.

No filme o terrorismo poético é usado em um momento, na cena em que Tyler Durden faz com que um balconista não desista de ser um veterinário. Mesmo apelando para o extremismo, o sentido da ação era fazer com que ele fosse em busca daquilo que queria, ao invés de passar sua vida inteira atrás de um balcão atendendo pessoas. Diz Hakim Bey:

“A reação do público ou o choque estético produzido pelo TP tem de ser uma emoção pelo menos tão forte quanto o terror – profunda repugnância, tesão sexual, temor supersticioso, súbitas revelações intuitivas, angustia dadaísta – não importa se o TP é dirigido a apenas uma ou várias pessoas, se ele é assinado ou anônimo: se não mudar a vida de alguém (além da do artista), ele falhou.”⁴¹¹

A arte-sabotagem:

⁴¹⁰ *Ibid.*, p. 17.

⁴¹¹ BEY, Hakim. *Caos: terrorismo poético e outros crimes exemplares*. São Paulo: Conrad Editora, 2003. p. 14.

A arte-sabotagem é contrária ao terrorismo poético, ela visa à criação através da destruição. É uma forma de ataque direto, ela serve à consciência, a percepção e atenção, enquanto que o terrorismo poético pode seguir-se de uma mensagem subjetiva.

No filme o momento de realização da arte-sabotagem é vista quando o projeto Caos é posto na prática, como a explosão da vitrine da loja de computadores ou os pombos sujando os carros. A idéia aqui é justamente fazer para que as pessoas fiquem atentas ao que o projeto pretende.

Conclusão:

A relação entre crítica ao capitalismo e produção denominada “hollywoodiana” é algo bem pertinente ao filme “Clube da Luta”, na medida em que este é extremamente crítico em relação ao sistema capitalista e faz uso de efeitos rebuscados que somente uma indústria cinematográfica moderna proporciona.

Queremos ressaltar a relação existente entre filme e mercadoria. Na produção de um filme, o interesse financeiro é muito relevante, ou seja, ele é feito para ser vendido. “Clube da Luta” não foge a essa regra. Foram utilizados diversos subterfúgios comerciais, por exemplo, Tyler Duden ser interpretado pelo galã Brad Pitt; suas imagens sugerem a violência, etc; ao mesmo tempo em que o filme faz um discurso anti-consumista. Isto pode parecer paradoxal, mas se encaixa na lógica da sociedade capitalista, que tem o poder de transformar tudo o que é subversivo em mercadoria.

Bibliografia:

BEY, Hakim. *Caos: terrorismo poético e outros crimes exemplares*. São Paulo: Conrad Editora, 2003.

BREA, Joana. *Cinema e construção de subjetividades: a análise do discurso em Clube da Luta*. I Congresso de Estudantes de Pós-graduação em Comunicação do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006

FINCHE, David. *Fifth Club. 1999. Hollywood*.

A VIOLÊNCIA E O CONGRESSO NACIONAL

José Cleyton Vasconcelos Monte
Mestrando em sociologia/UFC
cleytonufc@hotmail.com

As discussões na Câmara dos Deputados acerca da violência urbana concorrem essencialmente para a definição e delimitação do tema da pesquisa, a qual, tendo como enfoque a atual legislatura parlamentar – a 53ª –, subsidiará a análise dos caminhos e descaminhos que permeiam a discussão de um tema tão polêmico e presente na sociedade brasileira contemporânea.

Com esse cenário de aumento da violência nas grandes cidades, cabe perguntar como realmente ocorrem as discussões legislativas e o que emerge na tribuna quando se trata de criminalidade nos grandes centros urbanos?

Assinale-se, por ser necessário, que tais indagações persistem, adquirindo maior intensidade e ganhando forma, à medida que se acompanham os debates na tribuna da Câmara Federal, mormente quando o tema é redução da maioria penal e, mais especialmente quando o centro da celeuma é, por exemplo, o assassinato do garoto João Hélio Fernandes, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, em 2007, e repercutido nacionalmente pelos órgãos de comunicação de massa.

A pesquisa que norteia e embasa este trabalho acadêmico aborda a cobertura desse trágico acontecimento e, por via de consequência, a importância da imprensa como instrumento formador de opiniões (BARREIRA, 2007; BORTOLOTTI, 1990) cotidianamente utilizado pelos legisladores brasileiros para subsidiar pronunciamentos sobre diversas questões nacionais (RODRIGUES, 2002; MÁXIMO 2007).

Apesar das graves crises éticas que acometem atualmente o legislativo brasileiro e tomam conta do imaginário da população, levando a instituição ao descrédito, deve-se refletir sobre o que realmente os parlamentares discutem e aprovam acerca da violência urbana e como essas atitudes refletem nos seus trabalhos legislativos,

tendo em vista que cabe a eles, também, a função de elaborar projetos de lei e emendas constitucionais que irão repercutir na vida dos cidadãos, cobrando inclusive ações efetivas do Governo Federal (CINTRA & LACOMBE, 2007).

Impõem-se, ainda, a compreensão dos limites e avanços do sistema representativo brasileiro, mediante o acompanhamento da discussão da violência urbana no Congresso Nacional, e a apreciação crítica dos discursos, apresentados pelos deputados nas tribunas, que abordem a criminalidade na sociedade brasileira (FRADE, 2007). Em síntese, há que se avaliar o papel do parlamento como cenário de debates.

Aduza-se que se constituem os principais objetivos da pesquisa, especificamente:

- a) Discutir a presença constante da imprensa como instrumento de exposição e repercussão das imagens de um crime, amplificando para todo o país os acontecimentos sobre determinado assunto e pautando as ações do legislativo;
- b) Identificar o perfil do parlamentar que, fazendo uso desse material da mídia, participa das discussões, além do seu posicionamento sobre questões de segurança pública e a relação da temática com sua biografia e partido;
- c) Verificar o caráter e o processo de aprovação dos projetos de lei que foram desengavetados no período da tragédia, destacando o retorno da polêmica redução da maioridade penal.

O que pode realmente emergir de seus pronunciamentos como homens públicos? Qual a eficácia (resultado) dos debates ocorridos no Congresso Nacional para a aprovação de dispositivos jurídicos que possam servir de alguma forma para a redução de crimes violentos nas grandes cidades brasileiras? São estas algumas das indagações que este trabalho aborda.

Verificou-se, inicialmente, o acompanhamento dado ao caso João Hélio pelas principais empresas de comunicação do país (jornais O Globo, Folha de S.Paulo e revista Veja), disponíveis nos portais de notícias *on line*, constatando que o tratamento dispensado ao fato variava de intensidade em torno de um mês.

Com base nesses dados, empreendeu-se uma pesquisa no setor de taquigrafia da Câmara dos Deputados, departamento responsável pelo registro dos pronunciamentos parlamentares, também disponível na *internet*, para saber o tipo de movimentação realizada naquele período.

Mostraram-se perceptíveis duas frentes de atuação, com a primeira consistindo na elaboração e aprovação de medidas que visavam tipificar novos crimes e ampliar o rigor da pena dos já existentes. Essa ação a imprensa denominou de *segundo pacote de segurança*, pois o primeiro havia sido discutido no Senado em 2006, após os ataques do esquema marginal conhecido como Primeiro Comando da Capital – ou simplesmente PCC – em São Paulo, com a ousadia dos criminosos deixando atônitas as autoridades em segurança daquele Estado.

Paralela à aprovação dos projetos de lei, urgentemente desengavetados, percebeu-se a intensa manifestação dos parlamentares na tribuna da casa, sendo possível compilar 39 pronunciamentos, recuperáveis por meio dos indexadores *crime*, *violência urbana* e *João Hélio*, facilmente extraídos no sítio da Câmara Federal.

Com essas colocações, atesta-se a extrema importância da *internet* para o desenvolvimento deste trabalho acadêmico (MONTEIRO, 2001). Desde a cobertura jornalística até os discursos aqui analisados, o meio virtual se constituiu importante instrumento para análise, sendo responsável por grande parte das fontes citadas no decorrer do texto.

É importante frisar que os debates sobre violência urbana apresentam uma agenda constante no legislativo. Contudo, destacam-se adiante as relações entre a propagação de uma notícia chocante e suas conseqüências na opinião pública, bem como os efeitos no atuar dos atores políticos que compõem o parlamento.

Como prova dessa rotina de diálogos, tem-se a realização de audiência pública no dia 21 de maio de 2007, com a presença do pai de João Hélio, de especialistas na área e de líderes dos movimentos sociais, para tratar da redução da maioria penal (ARAÚJO,

2009), assunto já praticamente esquecido pela imprensa, devido ao seu *esfriamento* na opinião pública.

Para a compreensão das diversas formas de análise de um discurso, aplicam-se aqui alguns conceitos e percepções importantes, como a formação do *Ethos* de Patrick Charaudeau (2006), tratando das imagens que os atores políticos constroem para lograr a adesão dos cidadãos e dos seus pares e auxiliando nas distinções entre os participantes da cena política, em face da relação dialética que se configura entre os campos aqui estudados, um conflito constante entre a instância *cidadão*, o lugar de reivindicação, a instância política, a arena de decisão marcada pelo poder de fazer, e a instância midiática, que une as duas por meio da informação.

Outra referência usada é a de Michael Foucault (1996), que apresenta inicialmente o discurso como uma prática social, suscetível de ser problematizado, desenvolvendo um questionamento incessante das construções discursivas, duvidando dos enunciados que parecem óbvios e certos, pondo em dúvida vários tipos de pronunciamentos oficiais e analisando aqueles que são considerados excluídos ou limitados da sociedade. Sua idéia de *ritual* muito bem contextualiza todo o processo – detalhadamente exposto no regimento interno da casa – que enfrenta um deputado para expressar sua opinião.

Os inúmeros termos técnicos consistiram, sem dúvida, numa das maiores dificuldades encontradas pelo pesquisador no decurso da pesquisa. Percorrendo os artigos que compõem o código orientador das atividades da Câmara Federal – o Regimento Interno –, visualizou-se mais claramente a movimentação parlamentar, quanto à análise das leis. O uso de vários comentários, por sinal bem didáticos, de advogados que examinaram as recentes modificações do Código Processual Penal brasileiro, também concorreu para o adequado encaminhamento de toda esta produção acadêmica.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Kléber Martins. **A redução da maioria penal.** Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/625>>. Acesso em: 8/5/2009.

BAAKLINI, Abdo I. **O Congresso e o sistema político do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BARREIRA, César; BATISTA, Élcio. **Violência e conflito social**. Curso: Segurança, violência e direitos. Jornal O Povo, Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, n. 1, jul/2007. 13p.

_____. **Cotidiano despedaçado**: cenas de uma violência difusa. 1.ed. São Paulo: Pontes Editora, 2008. v. 1. 112p.

_____. **Violência na contemporaneidade**. Série Debates sobre Conjuntura. Fortaleza, 1º. ago/2007.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BORTOLOTI, Marcelo. **Sem limites para a barbárie**. Revista Veja. São Paulo: Editora Abril. Ed. 1995. Ano 40. Nº 6, 14.fev/2007.p.46-51.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira, 4ª edição. São Paulo: Saraiva, 1990. (Série Legislação Brasileira).

CAMARGO, Renata. **Congresso deixa de lado pacote de segurança**. Disponível em: <http://congressoemfoco.ig.com.br/noticia.asp?cod_canal=21&cod_publicacao=27432>. Acesso em: 1º/4/2009.

CARVALHO, Nelson Rojas. **E no início eram as bases**: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Rivan, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.

CINTRA, Antônio Octávio; LACOMBE, Marcelo Barroso. **A Câmara dos Deputados na Nova República**: a visão da ciência política (cap. 6): Sistema político brasileiro: Uma introdução. Lúcia Avelar e Antônio Octávio Cintra (Orgs). São Paulo: Editora UNESP, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FRADE, Laura. **O que o Congresso Nacional brasileiro pensa sobre a criminalidade**. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia (Universidade de Brasília)). Brasília, mar/2007.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MIGUEL, L. F. **Os meios de comunicação e a prática política**. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 56, p. 155-184, 2002.

MÁXIMO, Helena. **A mídia no discurso parlamentar**: outra interface de poder entre mídia e política. Trabalho apresentado ao grupo de trabalho “Comunicação e Política”, XVI encontro da Compôs. Curitiba, 2007.

MONTEIRO, Luiz. **A internet como meio de comunicação**. Trabalho apresentado no XXIV Congresso Brasileiro de Comunicação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação-Intercom. set/2001.

RONDELLI, Elizabeth. **Imagens da violência**: práticas discursivas. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 145-157, 1998.

REGIMENTO INTERNO. **Câmara dos Deputados** (1989). Disponível em: <www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/regimentointerno.html>. Acesso em: 2/6/2009.

RODRIGUES, Malena Rihbein. **Imprensa e Congresso ou como a mídia pauta a política**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

INVENTÁRIOS *POST-MORTEM* NA (RE)CONSTRUÇÃO DO CLERO SECULAR DE MARIANA: O USO DE FONTES OFICIAIS, DESCRITIVAS E OBJETIVAS NA RELEITURA DE EMOÇÕES, DESEJOS E PENSAMENTOS DE PADRES – 1800 A 1850.

Josimar Faria Duarte ⁴¹²

Introdução:

Um objeto de trabalho, de uso pessoal ou de devoção pode revelar muito sobre determinado passado. Cada objeto está de alguma forma ligada à história de vida, a valores e a princípios que se definem na sociedade que os utiliza. Por isso, a cultura material é para o historiador mais uma possibilidade para o estudo do passado e é Lucien Febve (1942) ⁴¹³ que nos incita enquanto pesquisadores a ampliarmos a nossa noção de objeto e a expandirmos o nosso conceito de documento, para que se possa escrever a História como a ciências dos homens no tempo (BLOCH, 1963). ⁴¹⁴ Portanto, quaisquer vestígios do fazer humano deve se tornar uma ferramenta na dinâmica de construção e desconstrução do conhecimento histórico. ⁴¹⁵

Dessa forma, lançar luz sobre os bens descritos nos processos de inventários *post-mortem* nos possibilita analisar as relações de poder, os aspectos econômicos e sociais de uma sociedade do passado. Sendo importantes materiais de pesquisa, passíveis de seriação e quantificação, nos possibilitando evidenciar a

⁴¹² Graduando em História pela UFV; Contato: josimar.duarte@ufv.br. Agradeço a Prof. Dra Karla Denise Martins pela orientação.

⁴¹³ FEBVRE, Lucien. **O Problema da Incredulidade no século XVI: A Religião de Rabelais**. São Paulo: Cia das Letras, 2009, p. 10

⁴¹⁴ BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador** Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro: 2002.

⁴¹⁵ LE GOFF, Jaques; NORA, Pierre. **História novos problemas**. São Paulo: Francisco Alves, 1979, p.13

ação do sujeito individual e em grupo, assim como perceber estas ações se desenrolando no tempo e no espaço.⁴¹⁶

Nas últimas décadas, cresceu na historiografia brasileira o número de trabalhos que tem como fontes privilegiadas de pesquisa os inventários *post-mortem* dos séculos XVIII e XIX. Lançando mão de metodologias amplamente utilizadas por historiadores europeus, tais como Giovani Levi, Carlo Ginzburg e Jacques Revel,⁴¹⁷ estes estudos têm dedicado especial atenção ao comportamento demográfico, a organização da vida doméstica, aos sistemas familiares e de herança, nas mais variadas regiões do Brasil.⁴¹⁸ Para a história econômica e social de Minas, os inventários se tornaram peças fundamentais no entendimento do período pós-auge-minerador. Dando ênfase à agricultura, a criação de um mercado interno, a pecuária e ao escravismo, estes estudos tem apresentado ao público leitor uma efetiva revisão historiográfica do período.⁴¹⁹

Na busca de construção de um modelo interpretativo historicamente adequado as realidades do clero secular da cidade de Mariana, para o período de 1800 a 1850, temos percebido como os inventários, do Arquivo Histórico Casa Setecentista de Mariana, podem ser mais uma importante peça no entendimento da Igreja Católica em Minas. Principalmente na (re)construção das trajetórias

⁴¹⁶ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁴¹⁷ OLIVEIRA, M. R. de. Reflexões teóricas-metodológicas sobre a história da família no Antigo Regime. In: ALMEIDA, C. M. C. de (Org.) ; OLIVEIRA, M. R. (Org.) . **Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social**. 1. ed. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006, p.181-183.

⁴¹⁸ SCOTT, Ana Silva Volpi. **Aproximando a Metrópole da Colônia: família, concubinato e ilegitimidade no Noroeste Português (Séculos XVIII e XIX)**. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, de 4 a 8 de novembro de 2002, p. 2.

⁴¹⁹ Estes estudos tentam relativizar as formulações de Caio Prado Junior e Celso Furtado, ou seja, que houve após o boom minerador do século XVIII, uma “decadência” e “estagnação” das Minas. Estes estudos são representados principalmente por Alcir Lenharo e Roberto Martins (1980). In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alteração na unidade produtiva mineira: Mariana – 1750-1850**. Niterói, UFF, 1994, p. 14 (dissertação de mestrado).

individuais dos homens ordenados padres e na formação de redes sócio-culturais que imprimiam mudanças naquela sociedade. Será o objetivo desta comunicação apresentar tais perspectivas. Metodologicamente, procuraremos mostrar que os inventários podem trazer algumas contribuições para os estudos da História da Igreja Católica de Minas, apesar de não serem estas fontes as mais apropriadas para os estudos que tem como objeto um tema religioso.

Os inventários são documentos oficiais, descritivos e objetivos, depositados em arquivos públicos e privados. Nestes documentos não está registrado pensamentos, emoções, desejos e motivações, mas isto não impede ao historiador de buscá-los, basta que este não os aborde de forma limitada. Este projeto se encontra em andamento, por isso, aqui propomos uma reflexão teórica-metodológicas, na qual buscamos suscitar novos questionamentos, e esclareça as formas de pensamento e os modos de inserção social do clero naquele período, que tencione as formas de se escrever a história.

Inventários *post-mortem*: uma breve investigação historiográfica.

Autores como Carla Maria Carvalho de Almeida,⁴²⁰ Mônica Ribeiro de Oliveira⁴²¹ e Silvia Maria Jardim Brugger,⁴²² são unânimes em destacar a importância do uso de informações de bancos de dados composto primordialmente por inventários, testamentos, listas nominativas e registros paroquiais, no entendimento da economia e sociedade mineira nos séculos XVIII e XIX. Para um melhor entendimento dos postulados destes autores, cabe aqui, fazermos algumas considerações sobre as fontes privilegiadas destes estudos: Os inventários *post-mortem*.

⁴²⁰ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Op cit.1994, p. 14.

⁴²¹ OLIVEIRA, M. R.. **Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira 1780-1870.** 1 a.. Ed. Bauru: Editora do sagrado Coração - EDUSC, 2005.

⁴²² BRUGGER, Silva M. Jardim. **Minas Patriarcal – Família e sociedade em São João Del Rei, Séculos XVIII e XIX .**Niterói: UFF, 2002. (Tese de Doutorado)

Os inventários são documentos oficiais, descritivos e objetivos, depositados em arquivos públicos e privados. Feitos para divisão de bens de um indivíduo. A sua feitura já estava prescrito nas “*Ordenações Filipinas*”, que determinava que se fizessem inventários somente na existência de herdeiros legítimos menores de idade. Abrindo um parêntese a esse respeito, existem vários inventários da época de pessoas solteiras, sem herdeiros menores, com o sem testamento, com o sem bens para serem avaliados. Neste sentido, Sônia Maria de Souza esclarece que os autos custo pago pelo selo da Coroa, obrigatório para início de um processo de inventario, fez com que fazer inventários tornasse uma *práxis* social. Por isso, muitos viúvos(as) para recasarem tinham que fazer inventários dos falecidos, declarando que este era tão pobre que nada tinha de seu.⁴²³

Em geral, os inventários dos séculos XVIII e XIX têm a mesma estrutura e texto. Há na pagina de rosto a identificação do falecido, dia do falecimento, a existência ou não de testamento e herdeiros menores. Depois segue no “*Auto de inventario*”, onde se apresenta o pagamento do selo, para dar início ao processo. Na “*Nomeação de Louvados*”, temos os nomes dos homens que vão avaliar os bens deixados. No “*Título de herdeiros*”, temos os nomes dos familiares legítimos e algumas vezes ilegítimos. Na “*Descrição de bens*”, estão descritos e avaliados os bens deixados. Posteriormente vamos ter as “*Juntadas*”, “*Citações*” e “*Licitações*”, que resumem o andamento do processo e por fim temos a “*Aceitação da herança*” e a “*Partilha*”, onde se tem a divisão do patrimônio deixado.

Os padres nos inventários: uma proposta metodológica para o uso de fontes oficiais, descritivas e objetivas nos estudos da sociologia da religião.

Na década de 70, do século passado, impulsionado pelo projeto Cehila, o professor do instituto teológico do Recife (ITER):

⁴²³ SOUZA, Sônia Maria de. Parentesco e relações familiares na sociedade camponesa. In: ALMEIDA, C. M. Carvalho de (Org.); OLIVEIRA, M. R. (Org.). *Op. cit.* 2006, p

Eduardo Hoonart iniciou a escrita da História da Igreja no Brasil.⁴²⁴ Juntamente com Riolando Azzi, estes estudos deram especial atenção às relações entre a igreja e o estado. Para eles, tivemos na Colônia uma igreja autoritária, no Primeiro Reinado um projeto de igreja liberal, no Segundo Reinado uma igreja conservadora, na República Velha um igreja ultramontana e no Estado Novo uma igreja restauradora.⁴²⁵

Na década de 80, a historiografia brasileira passou a abordar os temas ligados a sociologia da religião. Laura de Melo e Souza⁴²⁶ deu especial atenção as práticas de feitiçaria em Minas, para entender a “*Religiosidade Colonial*”. Ronaldo Vainfas, Francisco Vidal, Iraci Del Nero da Costa, Caio César Boschi e Luciano Raposa Figueiredo também estudaram o papel que a igreja católica exerceu, na constante vigilância, que conduzia à vida laica, enfatizando as repressões da igreja para as condutas “pecaminosas”.

Os trabalhos acima citados construíram seus argumentos a partir de documentações eclesiásticas, em especial as Devassas. Fontes que evidenciam condutas e pensamentos. Metodologicamente, Laura de Melo explica como estas fontes são ricas em informações, permitindo ao pesquisador (re)construir as mentalidades de uma sociedade do passado.

No entanto, existe no Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, um conjunto de documentação oficial, descritivos e objetivos. Em especial os inventários *post-mortem*, que nos auxilia também na (re)construção de desejos, pensamentos e emoções, como já afirmamos anteriormente, os inventários trazem várias contribuições para a sociologia da religião em especial para a trajetória individual dos homens ordenados padres. Permitindo-nos evidenciar como estes homens viviam materialmente e

⁴²⁴ HOORNAERT, Eduardo. Cehila: memória da primeira década (1973-1984). In: LAMPE, Armando (org) *Ética e Filosofia da libertação – festchrift Dussel*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 205-206

⁴²⁵ AZZI, Riolando. *A cristandade Colonial: um projeto autoritário: pensamento católico no Brasil*. VI. 1. São Paulo: Paulos, 1987.

⁴²⁶ SOUZA, L. M. e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

culturalmente. Uma roupa, uma arma, um objeto de devoção, pode revelar o cotidiano destes homens, principalmente as diferenças e similitudes entre as formas de sobrevivências destes e os demais daquela sociedade. E também os bens que estes homens alcançaram e a forma de construção de seus patrimônios, sejam elas por herança, doações ou trabalho.

No inventário de Padre Alexandre Gomes Carneiro⁴²⁷, falecido em 1807 em Mariana, percebemos na descrição de seus bens vários traços da vida material destes homens, em especial quando analisamos os seus livros. Padre Alexandre possuía uma biblioteca de 23 exemplares, entre manual do confessor a poesias, revelando uma das preocupações destes homens, que eram de ter muitos livros, algo que não condiz com os demais homens daquela sociedade que desejavam ter escravos. Já em seu testamento, o seu desejo era que a celebração de seu sepultamento não fosse pomposa, revelando todo um desejo de humildade. Em outro inventário do Padre João⁴²⁸ Nepomuceno Carneiro, falecido em 1823, encontramos o contrário, apesar de ter somente um escravo, ele deixa vários processos de posses de escravos e poucos livros, o seu desejo de sepultamento era que tivesse muitos padres amigos, parentes e tudo o mais que fosse pomposo.

Os exemplos, acima citados, revelam a divergência entre os desejos destes homens, um buscava manter os padrões de comportamento da sociedade vigente o outro não. Buscando uma vida de maior distinção pela fé, ser reconhecido como homens santos, bem preparados teologicamente. Padre Alexandre ainda nos chama a atenção pelo local de sua residência que era nos fundos do Seminário de N. S. de Boa Morte. Talvez, este homem tenha alcançado uma maior colocação na hierarquia eclesiástica.

⁴²⁷ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN Códice: 23 Auto: 613 1º Ofício.

⁴²⁸ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/IPHAN Códice: 49 Auto: 1126 2º Ofício.

NO PALCO DA CIDADE ENTRAM EM CENA AS RELAÇÕES DE URBANO E RURAL ENTRE COMPLEMENTOS E ESTRANHAMENTOS

Jucilane de Sousa Carlos⁴²⁹

A mecanização do território brasileiro vem desde os fins do século XVIII, porém numa intensa modificação do espaço urbano na segunda metade do século XX, prendendo aqui nossa atenção e arrematando assim o recorte de estudo. É em conformidade com Santos (2009) que verifica a organização espacial brasileira a partir do meio técnico, científico e informacional, onde a integração de lugares dantes imagináveis mediante estradas de ferro e abertura de rodagens está proporcional à relação com a industrialização, comercialização e informatização.

A fase em questão do funcionamento das cidades é norteadas pela dinâmica na divisão do trabalho, com níveis de intensidade individuais, característica que atua sobre o país. Em áreas menos densas ao invés de especialização teremos a acumulação de funções, como exemplo citamos o Nordeste diante de cada cidade e seu campo.

Há singular importância da micro-história em apoiar essa discussão, perspectiva historiográfica abordando análises centradas em um tema específico, não necessariamente marginal, mas voltado para discussões teóricas Espig (2006).

É assim que refletimos sobre a cidade como numa teia de distâncias e proximidades das relações vivenciadas no palco urbano, entre o espaço nacional e o local, e percebidas cotidianamente, Certeau (1996).

É no município de Iguatu⁴³⁰ onde especificamente inclinamos à sua área urbana como palco, sem olhares passivos ou

⁴²⁹ Mestranda pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Curso: Mestrado Acadêmico em História. Linha de Pesquisa: Práticas Urbanas. Eixo Temático: Urbanidade e ruralidade: transposições identitárias entre cidade e campo. Orientador: Dr. Erick Assis de Araujo. e-mail: juciguia@hotmail.com

saudosistas, mas sensivelmente atentos aos fios condutores de tensões para a relação urbana rural. Utilizamos nossa frequência ao Sítio⁴³¹ Estrada e vivência na cidade, além da convivência com pessoas entre esses dois espaços, mais os choques destes mesmos pelo seu transitar na área urbana de Iguatu, diante das relações socioespaciais e sociomateriais do rural com o urbano, para atinar a percepção na utilização do espaço urbano por moradores de Sítios.

O estudo de práticas do espaço urbano recebe as contribuições das categorias campo e rural. Relações da cidade com o campo a partir de distintos “eixos: legal, espacial, paisagístico, demográfico, sociocultural, econômico, histórico, entre tantos outros que informam sobre as proximidades e os distanciamentos entre rural e urbano” (ROSA, FERREIRA, 2006, p. 196).

Tratamos com os moradores do Sítio Estrada no gerenciamento de entrevistas Amado (2006), investigação entre passado e presente, memória visitada na intenção “de não confundir a vida atual com a que passou, de reconhecer as lembranças e opô-las às imagens de agora” (BOSI, 1994, p. 81). Práticas de moradores de

⁴³⁰ O Município de Iguatu - distante cerca de 380 a 400 km da capital Fortaleza, no Estado do Ceará, localiza-se na mesorregião centro-sul cearense, limita-se às cidades de Icó, Cedro, Orós, Jucás, Cariús, Quixelô e Acopiara - é composto por zonas urbanas e rurais. Em 2001 apresenta a última divisão territorial em oito distritos: Iguatu, Barreiras, Barro Alto, Baú, Gadelha, José de Alencar, Riacho Vermelho e Suassurana (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2006). O Sítio Estrada, um dos Sítios do Distrito de José de Alencar, é nosso campo de pesquisa focalizado.

⁴³¹ LEMES C., LEMES K. e MATOS (2009) comentando a constituição de 1988, diz que todo município é composto por zonas rurais e urbanas. Fala do trabalho realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, no levantamento do censo, sendo rural toda a população e domicílios fora das áreas urbanas e como urbano a sede do município, a sede do Distrito ou áreas urbanas afastadas. A cidade então seria apenas a sede do município para o Decreto-Lei 311 em vigor ainda de 1938. Já Nogueira (1985) remete a Iguatu, quando de sua ocupação através de datas e sesmarias, por volta do século XVIII ao XIX ser terra propícia para boas fazendas na criação de gado e sítios para o plantio de arroz, milho, feijão e fumo, particularmente, daí porque ainda hoje à zona rural ser remetida o termo Sítio.

sítio que falam das relações e estratégias rurais criadas para lidar com os sentidos de ser urbano.

J. N. A.⁴³² - Por que quê as mulheres de hoje trabalham menos, tem menos filho pra criar e reclamam mais? Antigamente as mulheres trabalhavam mais! Ia pra roça, pilava arroz, milho, lascava uma lenha pra fazer fogo pro mode cozinhar, às vezes até carregava água, tinham uma arruma de filho e não reclamava?

Z. C. L.⁴³³ – Hoje não é como era antes. A mulher não trabalha na roça, mas trabalha na rua, quando chega ainda tem que fazer comida, lavar, limpar. Fazer uma arruma de coisa ai.

M. R. L. S.⁴³⁴ – Olhe esses calos aqui na minha mão são da mão do pilão, do cabo de uma enxada, de tudo eu fazia. Hoje se eu posso comprar, é claro que eu vou comprar. E pra quê ter tantos filhos assim! Tudo é mais difícil! É comprado!

J. N. A. - Só sei que hoje as mulheres reclamam até se compra um arroz e quando vai fazer acha uma escolha dentro. Meu Deus! Sabe o que é lá trabalho não! Uma escolha!

Cidade e Campo saem da moldura de mapas e perde os limites geográficos, reconhecidos através da voz de sujeitos nos espaços de sua história, processo diário que envolve as práticas na produção de espaço.

Ao falarmos de espaço, seja urbano ou rural, é sempre necessário reforçar que este apresenta especificidades, decorrentes de sua construção histórica, e daí ainda que se possa falar de mudanças [...] em uma perspectiva geral, é no plano singular que devemos mostrar as diferenças. Portanto, o que temos são novos elementos que resultam de transformações históricas no processo de produção do espaço. [...] Outro fator quem poderia ser considerado é o tipo de

⁴³² José Nilton Alencar – 64 ANOS DE IDADE – nasceu e mora no Sítio Estrada. Entrevista em maio/2009.

⁴³³ Zildethe Carlos Limeira – 63 ANOS DE IDADE – moradora do Sítio Estrada a mais de 28 anos. Entrevista em setembro/2009.

⁴³⁴ Maria Rodrigues de Lavor Silva – 62 ANOS DE IDADE - moradora do Sítio Estrada. Entrevista em maio/2009.

consumo que se faz em determinado espaço, porque seria importante na definição dos valores priorizados pelos habitantes e mesmo forneceria “pistas” de uma cultura, como conteúdo rural ou urbano mais marcado (SPOSITO, 2006, p. 46 – 47).

A cidade no processo urbano gerencia as relações econômicas, as ruas do centro urbano de Iguatu vão ser os espaços para a comunicação, socialização e relações urbanas e rurais. Ruas que também presenciam o andar sorrateiro a pé, é como se a calçada simplesmente não existisse, não há uma leitura de placas, símbolos ou qualquer outro emblema, apenas anda-se numa direção, num rumo, como nas rodagens do Sítio. É notória a dificuldade dos motoristas de carros que transportam quem vem do Sítio, por não compreender a função social das sinalizações do trânsito, assim como os que utilizam carroça puxada por cavalo ou jumento como vir no próprio animal acabam por serem vítimas do ritmo acelerado possuidor das ruas e avenidas.

Tensão urbana percebida e relacionada ao que o Sítio oferece sentimento de pertença que afasta a possibilidade de ir morar na cidade:

Não vou morar no Iguatu, barulho, coisa fedida, abafada, eu não gosto de lá. [...] Aqui é liberto, a gente fica até tarde na calçada um pouco [...] na rua a gente num pode ficar sentada na calçada [...] É bom a facilidade [da cidade]. Facilidade pra gente comprar uma coisa [...] Lá você tendo o dinheiro você vai no supermercado, compra uma fruta e aqui é muito difícil [...]. Nasci e me criei aqui nesse lugar, muitos anos [...] é a casa da gente, eu me sento aí e tô vendo todo mundo e você sabe que em Iguatu a gente fica presa lá dentro de casa, o dia todinho. [...] Eu acho bom morar é aqui, porque a cidade morar pro caba, ou o caba pobre demais ou muito rico, na cidade. [...] aqui tudo é fácil [...] E na rua tudo é comprado! [...] aqui tudo é calmo [...] Só o barulho da cidade é grande demais! A gente, vê é diferente. (Informações a partir de

entrevistas com: M. R. L. S. - M. V. A.⁴³⁵ - M. S. N.⁴³⁶ - J. N. A.)

A cidade é classificada pelo barulho; vida regida pela ocupação privada de prédios, limitações impostas por ruas, calçadas, trânsito e outros; facilidades que seus ocupantes encontram na oportunidade de comprar, vender, agilidades e praticidades diárias; a possibilidade de ter algo é sempre relativizada pelo poder de compra; sinônimo de insegurança.

Reflexão que incide sobre o campo como espaço de liberdade, espaço físico mais amplo para deslocamento; em outra temporalidade ter comida e bens materiais só era possível através da agricultura ou criação de animais, fora que nem todos os recursos técnicos eram acessíveis; andar e estar na área externa das casas ou pelos terreiros tem maior viabilidade; a relação socioeconômica não chegou ao nível extremo de dependência do poder de compra por isso criar um animal ou plantar grãos ainda consente a seus moradores acesso a alimentos.

Se a agricultura é o motor que punciona a cidade desde seus tempos de Fazenda ou Sítio, Vila até Cidade, Nogueira (1985), as atividades comerciais serão o combustível que distribuem a força para o funcionamento dessa articulação simbiótica entre rural e urbano.

Há um grande fluxo de pessoas transitando pela área urbana de Iguatu nos primeiros dias de cada mês, quer da cidade ou dos Sítios, para a retirada nas agências bancárias do dinheiro de suas aposentadorias além de fazerem suas feiras. Cenário para a cena em que a dificuldade de um casal idoso para atravessar uma rua do centro urbano de Iguatu, reafirmou a existência das tensões entre rural e urbano.

A senhora passou a gritar insistentemente: - Por que todos correm? Fazendo referência aos motoristas em seus carros, além de

⁴³⁵ MARIA VANDA ANDRADE – conhecida como “VANDA” – 50 ANOS DE IDADE - moradora do Sítio Estrada. Entrevista em maio/2009.

⁴³⁶ MARIA SINHÁ NETA – conhecida como “MADRINHA SINHÁ” – 79 ANOS DE IDADE - moradora do Sítio Estrada. Entrevista em maio/2009.

mandarem os carros pararem pare que pudessem finalmente ir para o outro lado da rua, como que não compreendendo o motivo que leva a rapidez dos motoristas nos veículos que naquele momento trafegavam.

Cidade, processo vivo e constante, no caso brasileiro possui traços ligados ao campo e ao rural. Multiplicidade de práticas, novos elementos resultantes da transformação do espaço, ora por uns vistos em sobressalto, mas em contrapartida são capazes de bem receber os ocupantes do espaço.

Finalizamos conscientes que a cortina não pode ser fechada, o espetáculo nunca acaba, renova-se a cada época. Atores que fazem da cidade um espaço vívido e propício a outras encenações. Temáticas que sorratamente perpassam por entre prédios, ruas, casas, comemorações, memórias impedindo assim a mesmice ou a incompreensão das cidades dentre os séculos e o fazer humano.

BIBLIOGRAFIA:

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de M. (org.) **Usos & Abusos da História Oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
BOSSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.

CEARÁ (Estado). **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: Estatísticas do Século XX**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro – 2006.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

ESPIG, Márcia Janete. **Uma poeira de acontecimentos minúsculos: algumas considerações em torno das contribuições teórico-metodológicas da micro-história**. História Unisinos 10(2): 201-213, maio/agosto 2006. © 2006 by Unisinos. Disponível em: < www.unisinos.br/publicacoes.../historiav10n2/art08_espig_historia.pdf > Acesso em: 15 ago. 2009.

LEMES, Carla da Costa; LEMES, Kátia; MATOS, Patrícia Francisca. **Urbano ou Rural? Uma Análise do Distrito de Ubatã – Orizona (GO)**. XI – EREGEO – SIMPÓSIO REGIONAL DE

GEOGRAFIA. A Geografia no centro-oeste brasileiro: passado, presente e futuro. UFG. Campus Jataí - GO. 04 a 07 de setembro de 2009.

NOGUEIRA, Alcântara. **Iguatu: memória sócio – histórico – econômica.** 2ª edição. Fortaleza. 1985.

ROSA, Lucelina Rosseti. FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **As Categorias Rural, Urbano, Campo, Cidade: A perspectiva de um Continuum.** SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. WHITACKER, Arthur Magon. (orgs.) 1ª Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** 5. ed., 2. reimp. –São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL E SUA CRISE- A QUESTÃO CHAPELEIRA NA DÉCADA DE SETENTA DO SÉCULO XIX E SUA REPERCUSSÃO

Jussara França de Azevedo
Mestranda do curso de História Social da UERJ
jussa3348@yahoo.com.br

RESUMO: O presente projeto tem por finalidade abordar a crise, a questão chapeleira ocorrida na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional na década de setenta, tendo em vista sua posição francamente agrícola, e a necessidade de desenvolvimento da indústria fabril no período. Na primeira parte pretendo analisar o pensamento da Instituição e o seu papel, em seguida a posição ambígua quanto à indústria e seus diversos ramos (em especial indústria agrícola e a fabril), e por fim a crise e a sua repercussão.

PALAVRAS-CHAVE: Indústria, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Crise, Estatuto, Chapéus, Associação.

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional atuava como um órgão consultivo ao governo Imperial, sendo regida por um Estatuto que dependia de aprovação do Imperador. Sua função era examinar e emitir pareceres sobre questões econômicas do país. “O objetivo central da sociedade conforme o artigo 1º do Estatuto de 1827 era promover, por todos os meios ao seu alcance, o melhoramento e a prosperidade da indústria do Império do Brasil”⁴³⁷.

“é da obrigação, e positivo dever desta Sociedade a aquisição, arrecadação e conservação de Máquina, Modelos e Inventos adquiridos, de quanto por este meio possa concorrer para aumento e prosperidade da indústria nacional neste Império,

⁴³⁷ Almeida, Ignácio Álvares Pinto. Discurso 19 de outubro, inauguração de SAIN, p11

devendo, porém mandar vir com preferência aquelas máquinas ou modelos que forem mais necessários, e estes a agricultura”⁴³⁸.

Fica claro no Estatuto a necessidade de desenvolver a indústria do Império do Brasil, a idéia que se tinha de indústria não era a moderna, de acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa de 1813 de Antonio de Moraes de Silva: define a palavra indústria: arte, destreza, para granjear a vida; engenho traça, em lavar, e fazer obras mecânicas. Como se pode observar no Brasil ainda não se usava a palavra indústria no sentido moderno, de reprodução extensiva de mercadoria pela máquina. A atividade industrial era vista de forma complementar.

A partir da década de 1860 a SAIN, começa a se reformular quanto ao seu enfoque, aos poucos as indústrias começam a ganhar espaço no período. Não há dúvida que a problemática de defesa esta ligada a realidade industrial brasileira ainda nos primórdios de seu desenvolvimento, só mais tarde que se desenvolve consequente posição prática e teórica a favor da indústria. Com o tempo, afirmação se acentua, mas não impede que a preocupação da SAIN continue voltada para a agricultura.

O fato de o país depender da exportação de produtos primários, açúcar, algodão e café. Como produto sustentador da balança comercial, levou a Sociedade Auxiliadora por anos a determinara agricultura como sua “marca”. Ao mesmo tempo a SAIN, nunca deixou de lado a indústria sempre viu como uma fonte de invenção de máquinas e artefatos, só que para a agricultura. Essa posição ambígua acontecia no interior da Sociedade. Essa por vezes aparecia nos discursos de seus membros, e na edição do periódico O Auxiliador da Indústria Nacional, a favor da manutenção da agricultura colocando a indústria em segundo plano, como forma complementar.

⁴³⁸ Almeida, Ignácio Álvares Pinto. Estatuto da SAIN em 1824, p12

A partir do final da década de 1870, a história da SAIN, caracterizou-se por modificações substanciais nos princípios que até então vinham norteando a sua conduta. Nesse momento sua esfera de atividades voltadas desde a fundação para os problemas da agricultura, ampliou-se consideravelmente. Os primeiros sintomas desse novo quadro delinearam-se em 1877, quando profundas divergências marcaram as discussões, internas em torno da determinação de uma linha de ação específica em defesa da indústria manufatureira. A explicação para essas mudanças pode ser procurada na própria estrutura econômica e social brasileira. O surgimento dos primeiros sinais da crise da lavoura cafeeira escravista, associada à eliminação gradativa do trabalho escravo e a expansão econômica em curso no país, traçaram novos rumos para o desenvolvimento da indústria manufatureira.

“No ano de 1877 que a sociedade se volta para a questão polêmica, que provoca o aprofundamento da problemática tarifária. Em requerimento, o consócio Dr. Pereira Rego Filho, na sessão de 21 de julho de 1876, pergunta o que deve ser feito para favorecer à agricultura e alguns dos ramos da indústria fabril; e para resolver esta questão, quais os artigos da tarifa que deveriam ser modificadas. Em um novo requerimento, os fabricantes de chapéus pedem para aumentar consideravelmente os direitos dos chapéus importados, e diminuir os da matéria prima de que a fabricação carece de estrangeiro, em seguida, os direitos de importação de carapuças para os chapéus de lebre, etc.”⁴³⁹(3)

São os comerciantes que protestam contra os desejos dos fabricantes. Nasce assim no seio da Sociedade Auxiliadora um debate vivo entre industriais e comerciantes de chapéus, que vai repercutir na sociedade carioca da época. Foi o primeiro movimento industrial efetivo e organizado pela indústria de chapéus, que

⁴³⁹ Carone, Edgar. O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua Importante Participação na Economia Nacional(1827-1977) RJ Cerj/Cádetra 1978 p.54

sofrendo forte concorrência estrangeira, passou a advogar tarifas alfandegárias protetoras . Essa questão acabou por repercutir no interior da SAIN, provocando uma cisão interna na entidade. De um lado colocou-se a seção industrial, defendendo os chapeleiros e a necessidade do estabelecimento de tarifas protencionistas: e de outro a seção comercial, defendendo o liberalismo econômico.

São os comerciantes que protestam contra os desejos dos fabricantes. Nasce assim no seio da Sociedade Auxiliadora um debate vivo entre industriais e comerciantes de chapéus, que vai repercutir na sociedade carioca da época. Foi o primeiro movimento industrial efetivo e organizado pela indústria de chapéus, que sofrendo forte concorrência estrangeira, passou a advogar tarifas alfandegárias protetoras . Essa questão acabou por repercutir no interior da SAIN, provocando uma cisão interna na entidade. De um lado colocou-se a seção industrial, defendendo os chapeleiros e a necessidade do estabelecimento de tarifas protencionistas: e de outro a seção comercial, defendendo o liberalismo econômico.

Na reunião de 05 de julho de 1877 aprova a Representação do Conselho Administrativo de SAIN dirigida ao governo, onde resume as conclusões dos debates dos últimos meses. As reivindicações essenciais explanadas para que o governo pudesse então tomar conhecimento da atual situação, das necessidades das indústrias do país:

1ºpropaganda do agrícola e industrial; 2º desenvolvimento das vias de comunicação fluvial, vias férreas e estradas ordinárias; 3º redução das tarifas de estradas de ferroe telégrafos; 4º aumentar o número de caixas econômicas e de socorros mútuos; 5º estatísticas agrícolas e industriais; 6º diminuição de direitos para a importação da matéria prima não produzida no pai e destinada à indústria estabelecida; 7º proteção razoável à indústria que não existem, mas necessárias para o país;8º isenção absoluta de direitos de exportação para os produtos da indústria nacional que possam concorrer,no mercado mundial;9º organização do crédito agrícola e industrial;10º reforma das leis relativas à locação de serviços agrícola e industriais;11º para os fornecimentos públicos, os governos

central, provincial ou municipal devem dar preferência ao produto industrial brasileiro; 12º instalação do prédio próprio para as exposições nacionais; 13º prêmios nacionais para os melhores livros sobre o ensino agrícola e industrial.⁴⁴⁰

O conflito foi contornado através da adoção de uma posição conciliatória. O então Presidente da instituição Visconde do Rio Branco, ouvido o Conselho, propôs o envio de uma representação ao governo, reivindicando apoio para a indústria nacional. No entanto o documento, focalizando problemas gerais da indústria, acabou por esvaziar o problema específico da indústria dos chapéus, que desse modo não foi atendida nas suas reivindicações. Apesar do esvaziamento da questão dos chapéus, foi um momento em que os industriais puderam se reunir e avaliar a situação da indústria e explanar suas necessidades e seus objetivos em defesa dos interesses dos industriais.⁴⁴¹

Nos primeiros anos da década de 1880 a questão da indústria ressurgiu com maior intensidade. A organização do movimento promovido pelos industriais, e a criação da Associação Industrial do Rio de Janeiro e a posterior realização da Exposição de 1881 exigiram da SAIN uma tomada de posição, que não ocorreu de forma favorável aos industriais.

A Associação industrial foi criada para defender os interesses da classe industrial e, para isso, contou com um dos maiores industrialistas, árduo defensor da indústria no Congresso Nacional Antonio Felício dos Santos. Sua argumentação era de que através da industrialização o Brasil não só obteria a independência econômica, mas resolveria outros problemas prementes da economia brasileira, atraindo braços e capitais estrangeiros para o país, ocupando a população urbana desocupada e livrando o país da vulnerabilidade de uma economia monocultora.

Seguindo as idéias de Felício dos Santos começaram a se destacar na defesa da indústria: Amaro Cavalcante, Alcindo

⁴⁴⁰ O Auxiliador da Industria Nacional, 1877, p.342/353

⁴⁴¹ Luz, Nícia Villela. Aspectos do nacionalismo econômico brasileiro (II): esforços em prol da industrialização, in: Revista de história, n. 33, Janeiro-março, 1958, p. 34

Guanabara, Barata Ribeiro e muitos outros ao longo do final do século XIX.

A crise ocorrida na SAIN pela chamada questão chapeleira, repercutiu de maneira favorável, pois pode identificar a situação ambígua em que se encontrava a instituição e com o rompimento da seção fabril desencadeou a organização da indústria manufatureira no país, através da criação da Associação Industrial do Rio de Janeiro.

Referências

Fontes

Almeida, Ignácio Álvares Pinto. Discurso 19 de outubro, inauguração de SAIN

Almeida, Ignácio Álvares Pinto. Estatuto da SAIN em 1824

O Auxiliador da Industria Nacional,1877

Bibliografia

Beauchair, Geraldo. A Construção Inacabada. A economia brasileira 1822-1860 RJ, Vício de Leitura 2001

Carone, Edgard. O pensamento Industrial do Brasil1880-1945.1977

Leopoldi, Maria Antonieta P. Política e Interesses na Industrialização Brasileira. As Associações dos Industriais a política Econômica e o Estado. 1º Ed. SP Paz e Terra 2000.

Luz,Nícia Villela. Aspectos do nacionalismo econômico brasileiro (II):esforços em prol da industrialização,in: Revista de história,n 33,Janeiro-março.1958

Luz, Nícia Villela. A Luta pela Industrialização do Brasil. SP, Alfa-ômega, 1975

Silva, José Luis Werneck. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional de 1827 á 1904. Niterói UFF

1979.Suzigan,Wilson.Industria Brasileira Origem e Desenvolvimento.Ed brasiliense 1986.

O ESPÍRITO SANTO PERDIDO - A CONSTRUÇÃO DE UM ESQUEMA ICONOGRÁFICO ATRAVÉS DA CULTURA IMPRESSA. SÃO JOÃO DEL REI – 1793 – 1818.

Kellen Cristina Silva
Mestranda em História pela UFSJ

Resumo: O trabalho tem a finalidade de demonstrar como o pintor Venâncio José do Espírito Santo, que atuou na região da cidade de São João Del Rei, se utilizou de fontes impressas, como missais e emblemas, para criar a iconografia de sua pintura de forro na igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar.

Introdução

Encontrar registros de Venâncio José do Espírito Santo vem sendo uma incansável busca pela identidade de um dos grandes pintores atuantes em Minas que aparece em pouquíssimas obras sobre artistas e artífices que atuaram na região de Minas Gerais, sobretudo São João Del Rei, durante o final do século XVIII e início do século XIX. Nosso encontro com o “Espírito Santo perdido” se deu com o trabalho de Catalogação Sistemática para a informatização do Patrimônio Histórico- Artístico de São João Del Rei, onde realizamos uma pesquisa iconográfica sobre o forro da Matriz de Nossa Senhora do Pilar. O nome de Venâncio sempre foi apontado pelos historiadores que se aventuravam a escrever sobre a história da igreja matriz, porém, nenhum registro documental comprovava a pintura do forro como obra do dito pintor.

Durante a pesquisa documental em busca pelo artista, nos deparamos com um registro de extrema importância para a construção de sua biografia e sobretudo, das possíveis fontes iconográficas utilizadas: O inventário do casal Venâncio e Bernardina. Foi a partir da leitura desse inventário e de seu cruzamento com outros documentos e de análises formais das obras que identificamos como o pintor que atuou em São João Del Rei e possivelmente nas cidades que a circundam, e principalmente, os materiais e os modelos que utilizava para compor suas obras.

O “Espírito Santo perdido” e suas fontes

Venâncio foi casado com Bernardina Antônia de Vasconcellos, com quem teve oito filhos, muitos dos quais seguiram sua carreira como artista e artífice. Sobre sua atuação nas irmandades presentes no interior da matriz de N. S. do Pilar, como a Irmandade de São Miguel e Almas e da Boa Morte, que aceitavam membros que realizavam trabalhos manuais, não encontramos registro, nem como membro nem como artista. O primeiro relato sobre o pintor se deu na tinta do viajante inglês John Luccock, que esteve na região em 1818. Luccock nos apresenta Venâncio da seguinte maneira:

“O moço, que assim demonstrou sua habilidade, é natural do país e nunca viu uma pintura a óleo, com exceção apenas das que a própria igreja de São João contêm; não deve, portanto, sua obra ser examinada com a severidade da crítica; os contornos e expressões são bons, o traço é rude e falta relevo às figuras; seus tributos, como bem se pode esperar, por vezes são incorretos e demonstram ausência de critério, bom gosto e instrução. Tal como tantos outros homens de talento, ele é pobre, pinta por preços vis e, se aqui permanecer, não deixará nunca de viver em miserável dependência.”⁴⁴²

Devemos tomar certo cuidado com as palavras de Luccock, impregnadas do eurocentrismo do período, pois se tivéssemos tomado como verdade o relato do viajante, que esteve provavelmente na presença do pintor, não teríamos encontrado o Inventário de Venâncio, o que nos impossibilitaria de conhecer um pouco mais do universo dos artistas que atuavam nos séculos XVIII e XIX.

A historiografia afirma a circulação de inúmeras gravuras e emblemas no interior da colônia. Hanna Levy afirma que “*é fora de dúvida que grande número de pintores nacionais se utilizou de*

⁴⁴² *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*”. (Trad. Milton da Silva Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; S. Paulo: Edusp, 1975. p. 302).

modelos da arte européia”⁴⁴³ Levy afirma também que apenas os melhores artistas nacionais conseguiam utilizar as inúmeras referências pictográficas e dar um contorno original aos exemplos que pululavam na colônia.

Certo é que nosso pintor conhecia várias ilustrações e livros, entre eles a *Letanía Lauretana* que muito provavelmente foi utilizada na construção da imagem de N. S. do Pilar. Fora essa quase certeza do conhecimento de Venâncio, existia na colônia durante aquele período outra fonte importantíssima para a construção do repertório visual dos artistas coloniais: os missais. Além de servirem como exemplos iconográficos para os pintores, os missais também eram uma forma de os ditames da Igreja Tridentina se fazerem chegar ao Novo Mundo.

Alex Bohrer supõe que os missais eram muito difundidos, que as ilustrações eram reconhecidas com uma maior facilidade pelos fiéis e que, por isso, muitos dos comitentes se inspiravam em algumas dessas alegorias para serem realizadas em tamanho maior no interior das ermidas ou simplesmente para sua apreciação.⁴⁴⁴

Assim, a pintura de perspectiva chegou a Minas Gerais na segunda metade do século XVIII e durante as primeiras décadas do século XIX. O entorno da pintura será readaptado pelos artistas, como acontece na pintura do forro do Pilar. Começam a surgir tramas arquitetônicas, com a presença das colunas, tribunas, rocalhas e florais. No caso da pintura de N. S. do Pilar, a revoada angelical abrindo-se no meio do forro também passa a ser comum em outras representações.

Os artistas se inspiravam, e muito, nas imagens em circulação, mas as readaptavam ao seu ambiente, como uma forma também de aproximar o sagrado do cotidiano colonial. Mas como as imagens que chegavam da Europa muitas vezes eram as mesmas que chegavam a comarcas diferentes, os artistas, mesmo sem saírem de

⁴⁴³ LEVY, Hanna. *Modelos europeus na arte colonial*. Reedição. Hanna Levy. p. 49.

⁴⁴⁴ BOHRER, Alex Fernandes. *Um repertório em reinvenção*. Apropriação e uso de fontes iconográficas na pintura colonial mineira. *Barroco*, Belo Horizonte, v.19, 2005.

suas cidades, produziam obras semelhantes no que se refere aos motivos iconográficos, o que não faz com que se perca a especificidade de cada obra.

Um exemplo de como os motivos iconográficos podem ser moldados e modificados se encontra no próprio interior da Matriz. Venâncio, ao produzir a iconografia dos evangelistas pode ter se inspirado em gravuras em circulação ou simplesmente ter ido à sacristia e admirado a pintura do forro realizada por José da Natividade. As composições, com seus símbolos e cores, demonstram que a forma que Venâncio construiu seu conjunto dos evangelistas é muito semelhante à de Natividade, mas de modo algum pode ser considerada apenas uma cópia, pois há ali muito do próprio olhar, do gesto, do pincel, conjunto das coisas que denominamos estilo, e da intencionalidade do pintor.

Voltemo-nos agora para Venâncio José do Espírito Santo. Nas palavras de Luccock, ele pintava por preços vis e era pobre. Quando analisamos seu inventário, descobrimos que Venâncio podia até não ser rico, mas também não era *tão* pobre. A maior parte dos seus bens está ligada ao seu ofício de artista. Ali encontramos a menção de objetos que demonstram como o pintor se dedicava ao trabalho que fazia e que possuía fontes próprias de inspiração, como “*pequenas estampas*” para suas pinturas.

Além dos bens relacionados ao ofício de pintor, constam da lista de bens arrolados objetos pessoais, móveis, além de dois escravos. Deixou também para os filhos uma casa coberta de telhas, com pátio e quintal, situada no Morro do Bomfim, e partes em uma outra casa localizada na mesma rua.

Para os padrões da época, Venâncio parecia viver muito bem. Em seu inventário é referido sempre como *Capitão*. Mello cita em seu livro que “*Aqueles que além de pertencerem às altas patentes nos corpos de ordenança também eram lavradores de fabricas tanto de rossas quanto de mineração (...)*”⁴⁴⁵ Os capitães eram aqueles

⁴⁴⁵ MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Forças militares no Brasil Colonial: corpos de auxiliares de ordenanças na segunda metade do século XVIII*. Rio de Janeiro, E-papers, 2009. p. 211.

que existiam em maior número e em todas as localidades, possuindo assim uma maior rotatividade.

Conclusão

O inventário do pintor do Pilar revela outras questões interessantes para o estudo da pintura colonial. São arrolados, por exemplo, o material que usava para as pinturas, como *cola da Bahia*, óleos, verniz e outros elementos utilizados em seu ofício. Certo é que realmente o ofício foi passado para seus filhos, pois encontramos um, Sebastião José do Espírito Santo, atuando como carpinteiro e pedreiro. Sebastião, além de herdar o ofício do pai, também herdou a casa da rua do Bomfim, que posteriormente legou à sua família. Além de Manoel Venâncio do Espírito Santo, que também possuía elementos voltados para o ofício de artista, além de outros bens arrolados.

Rara aparição do Espírito Santo perdido. Seu encontro foi demorado, mas propiciou descortinar um pouco da vida do artista. Nossa análise também lança luz sobre um nome desconhecido, ou esquecido, da arte mineira. Seu nome não aparece nem no *Dicionário de Artistas e Artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*, de Judith Martins, nem em outros trabalhos referentes à pintura colonial. Assim, saído da penumbra, Venâncio pode agora vislumbrar seu nome e sua obra em meio a de tantos bons artistas que são lembrados e relembrados nas pesquisas historiográficas sobre o tema atualmente.

Bibliografia

BAXANDALL, Michel. *Padrões de Intenção: a explicação histórica dos quadros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BOHRER, Alex Fernandes. *Um repertório em Reinvenção. Apropriação e uso de fontes iconográficas na pintura colonial mineira*. Barroco, Belo Horizonte, v. 19, 2005

COSTA, Ana Paula Pereira Costa. “Homens de qualidade”: uma análise do perfil social das chefias militares dos corpos de ordenança em Minas colonial”. In. Usos do Passado – XII Encontro Regional de História – ANPUH-RJ 2006

LEVY, Hanna. *Modelos europeus na arte colonial*. Reedição. Hanna Levy. p. 49.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Forças militares no Brasil Colonial: corpos de auxiliares de ordenanças na segunda metade do século XVIII*. Rio de Janeiro, E-papers, 2009

Fontes manuscritas

Inventário e partilha amigável dos bens do Capitão Venâncio José do Espírito Santo e de sua esposa Dona Bernardina Antônia de Vasconcelos. IPHAN – 13ª Superintendência Regional – São João Del Rei.

CIDADE, POLÍTICA E DOMINAÇÃO: HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA EM PERSPECTIVA

Leandro Amauri Vieira Ribeiro
Graduando em História UFV

O interesse contemporâneo pelo estudo das cidades constituiu-se nas ramificações de uma enorme gama de temas e abordagens. As cidades deixaram de ser analisadas simplesmente como construções humanas estáticas, simples locais com função de moradia. Passaram a ser analisadas a partir das relações dinâmicas e tensões sociais de seus habitantes. Ganharam proporções diferentes na medida em que alargavam os conceitos de patrimônio e espaço. Com isso as cidades passaram a ser pensadas a partir da relação de seus cidadãos com sua estrutura física, abrangendo assim, os campos da história política, social e cultural. Assim, nesta pequena análise das abordagens historiográficas do tema cidade, procuramos estabelecer a relação entre o espaço urbano, a política e a dominação entre os séculos XVI e XIX.

Neste sentido, quando abordamos a obra de Sergio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, podemos perceber, segundo sua análise que a fundação das cidades no período colonial (séculos XVI e XVII), é antes de tudo um instrumento de dominação. Dominação esta que se apresenta de duas formas. A primeira vista se tem a dominação da natureza, “*a habitação em cidades é essencialmente antinatural, associa-se a manifestações do espírito e da vontade...*”⁴⁴⁶. Vontade, sobretudo de transformar e vencer frente à natureza tida como selvagem. Assim a dominação deste meio tem como pressuposto o que Brescianni apresentou como sendo um “*plano coletivo a proteção e segurança.*”⁴⁴⁷ Ou seja, um lugar onde os homens reconhecem-se como propriamente seu.

⁴⁴⁶ HOLANDA, Sergio Buarque de. O Semeador e o Ladrilhador. In. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 1985. p. 95

⁴⁴⁷ BRESCIANNI, Maria Stella M.. História e Historiografia as Cidades, um Percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar(org). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 240

Em segundo plano podemos perceber na abordagem de Holanda, as cidades como tentativa de dominação política e social na medida em que o autor apresenta quadros comparativos entre a urbanização da América espanhola e a portuguesa. Neste sentido o traçado retilíneo do xadrez hispano-americano é analisado como o ideal de urbanização e dominação do espaço e das gentes que lá habitam, sendo que:

“A fúria centralizadora de Castela, que tem sua expressão mais nítida no gosto dos regulamentos meticulosos – capaz de exercer-se, conforme já se acentua, até sobre o traçado das cidades coloniais – vem de um povo internamente desunido e sob permanente ameaça de desagregação.”⁴⁴⁸

Contrapondo a ótica centralizadora de Castela, Holanda apresenta um Portugal seguro de sua unificação como Estado nacional e possuidor de vasto território colonial, não apresentando assim uma legislação específica para a fundação de cidades nas suas colônias. Neste sentido: “*A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem*”⁴⁴⁹. É essencialmente fruto de um espírito aventureiro e de um certo desleixo, a colônia é muito mais um local de passagem e enriquecimento, do que de estadia. “É a ordem do semeador, não a do ladrilhador.”

Continuando nesta perspectiva de análise o trabalho de Caio Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, apresenta uma ótica diferenciada de Holanda. Para ele a fundação de cidades representa parte da tentativa da Coroa portuguesa de povoar, dominar e administrar um vasto território. Assim, segundo Prado Jr. afirma que todo o corpo administrativo da colônia era mais ou menos cópia da administração centralizadora da Coroa portuguesa. Neste sentido:

⁴⁴⁸ HOLANDA, Sergio Buarque de. *op. cit.* P. 116

⁴⁴⁹ *op. cit.* p. 110

“Foi o de centralizar o poder e concentrar as autoridades: reuni-las todas nas capitanias e sedes, deixando o resto do território praticamente desgovernado e a centenas de léguas muitas vezes da autoridade mais próxima. Naturalmente a extensão do país, a dispersão do povoamento, a deficiência de recursos tornariam difícil a solução de fazer chegar a administração numa forma eficiente a todos os recantos de tão vastos território.”⁴⁵⁰

Dito isso, entende-se que para haver vilas e cidades pressupõe-se que haja antes todo um aparelho administrativo colonial como afirma Prado Jr.: “*Ou se tratava de uma vila, então todas aquelas autoridades deviam estar presente, ou não era vila e não tinha nada.*”⁴⁵¹ Ou seja, neste caso a Estado precede a iniciativa particular na fundação de cidades.

O que não ocorre de maneira semelhante no século XVIII e o movimento de interiorização da colônia. Neste sentido a ocupação do atual território do Estado de Minas Gerais, foi pontuada por uma dinâmica específica. As gentes que para lá foram tentar a sorte da mineração, chegaram e povoaram muitos antes que a Coroa pudesse tomar alguma medida. Neste caso analisa-se que a urbanização do sertão mineiro deu-se de forma “espontânea”, a partir da iniciativa privada, Como afirma Laura de Mello e Souza:

“A situação das Minas era, de fato, grave. A região se povoara rapidamente: os primeiros descobertos oficiais datavam de 1694, as primeiras vilas de 1710, o primeiro bispado de 1745. Antes que o controle português da região completasse um século de existência, o numero dos habitantes, originários de diferentes partes do Império, era estimado em pouco menos de 380 mil.”⁴⁵²

⁴⁵⁰ PRADO Jr. Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense. s/d. p. 302

⁴⁵¹ *op. cit.* p. 303

⁴⁵² SOUZA, Laura de Mello e. Nobreza de Sangue, Nobreza de Costume. In: *O Sol e a Sombra: política e administração na America portuguesa do século XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 2006. p. 154

Disso se tem todo o testemunho de uma época em associar, como fez em 1720 o Conde de Assumar, “*a idéia de que a geografia acidentada das minas encontrava correspondência numa geografia de vícios responsável pela maldade e rebeldia dos mineiros.*”⁴⁵³

As cidades mineiras surgem, portanto, como uma contradição e oposição ao nordeste agrícola, rústico, de sociedade rígida nos costumes e “obediente” ao Império português. Essa perspectiva de transgressão da regra, ou da falta de dominação administrativa pode ser mais bem percebida quando analisando a obra de Marco Antonio Silveira.

Segundo seus estudos, em um primeiro momento, o espaço urbano das Minas, foi percebido pela população, como pelos administradores de maneira positiva, “*perpassava o desejo de superar a aparência rústica de um mundo erigido no sertão.*”⁴⁵⁴ Mesmo apesar de toda uma aparente urbanização, o autor afirma ter ficado uma imagem de um trabalho inacabado, exatamente porque essas conquistas erram constantemente associadas às irregularidades físicas das cidades, como também as irregularidades morais de seus cidadãos.

Isto é melhor percebido quando Silveira faz a análise das narrativas do meio urbano que fizeram os viajantes que por lá passaram, assim:

“percebe-se, nestas descrições, que a região mineira apresentava irregularidades imanentes e imutáveis; o tortuoso registrava-se tanto no sentido horizontal – graças a sinuosidade das ruas das ruas -, como no vertical – por conta dos sob e desce dos morros.”⁴⁵⁵

⁴⁵³ *op. cit.* p. 158

⁴⁵⁴ SILVEIRA, Marco Antonio. As “Minas Cadavericas” e os “Habitantes do Universo”. In: *O Universo do Indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735 – 1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1997. p.59

⁴⁵⁵ *op. cit.* p.62

Análise das irregularidades que se estende também à população:

“na visão de funcionários e memorialistas, ele (a irregularidade do meio urbano) se encontrava na própria gente da capitania: o desrespeito as regras legais e de bom comportamento parecia vincular intimamente com a realidade mineira, caracterizando sua sociedade desde das origens.”⁴⁵⁶

Assim, no século XVIII as cidades das minas apresentam-se como lugares de transgressão da dominação e da administração colonial.

A chegada da família real em 1808, junto ao movimento de independência que se seguiu a isso, trouxe ao Brasil o sentimento da modernidade. Modernidade essa que começa a ser pensada na intervenção das estruturas urbanas. Passa-se a serem privilegiadas a arte e a técnica, na construção e modificação das cidades oitocentistas. E como nos explica Maria Stella Brescianni:

“É no interior deste marco teórico que se constitui a questão urbana na primeira metade do século passado: questão sanitária, onde a técnica a serviço da finalidade de modificar melhorando o ambiente urbano compõem o meio formado do bom trabalhador e do bom cidadão tanto física como

Nesta perspectiva, quando analisamos as “operações de guerra” contra os cortiços na corte imperial em meados do século XIX, podemos perceber a relação intrínseca entre os “saberes médicos”, a cidade, a moradia e o estilo de vida dos pobres, como nos mostra a análise de Sidney Chalhoub: “*As classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam perigo de contágio.*”⁴⁵⁷ Contágio não apenas do estilo de vida “ocioso”, mas também ofereciam perigo de contágio no sentido literal.

⁴⁵⁶ *op. cit.* p. 63

⁴⁵⁷ CHALHOUB, Sidney. *A Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 25

Sobre isso, os “intelectuais-médicos” dos oitocentos gostavam de teorizar e diagnosticar e foi assim que:

“Houve então o diagnóstico de que o hábito de moradia dos pobres eram nocivos a sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos”⁴⁵⁸

A dominação do espaço é apresentada aqui como tentativa de dominar o traçado da própria cidade. Vão serem tomadas assim, políticas públicas para a abertura de vias, criação de parques para a respiração da cidade. Percebe-se o domínio da linha reta e do xadrez urbano, as cidades passam a ser projetadas no sentido dos “saberes engenheiros e médicos”, colocando quase sempre o ideal acima do real. Estende-se a dominação aos costumes, são criadas novas regras de etiquetas para o bem viver nas cidades, afinal elas são frutos do que melhor a civilização ocidental pode oferecer.

Bibliografia:

BRESCIANNI, Maria Stella. Cidade, Cidadania e Imaginário. In: SOUZA, Celia Ferraz de; PASAVENTO, Sandra Jatahy. *Imagens Urbanas: Os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, s/d.

BRESCIANNI, Maria Stella M.. História e Historiografia as Cidades, um Percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar(org). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *A Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 1985.

⁴⁵⁸ *loc. cit.*

PRADO Jr. Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense. s/d.

SILVEIRA, Marco Antonio. *O Universo do Indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735 – 1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1997

SOUZA, Laura de Mello e. Nobreza de Sangue, Nobreza de Costume. In: *O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

ENTRE A LEI E A PRÁTICA FRENTE O SACRAMENTO DO MATRIMÔNIO EM GUARAPIRANGA NOS SÉCULOS XVIII E XIX

Léo Gomes de Moraes Neto⁴⁵⁹

O presente artigo tem como objetivo identificar as principais divergências entre a legislação canônica, a legislação civil e a prática cotidiana dos indivíduos em Guarapiranga nos séculos XVIII e XIX.⁴⁶⁰ Para isso utilizaremos, principalmente, as dispensas eclesíásticas, documentos pelos quais dois oradores por uma série de justificativas pedem a Igreja isenção de algum impedimento para contraírem o sacramento do matrimônio. Os impedimentos são restrições, as quais visavam além de defender a doutrina cristã, evitar casamentos previstos como de “maus resultados”. Estes poderiam ser os mais variados possíveis, desde abortos, advindos de um incesto, até a simples desconfiança de uma esposa, devido a uma antiga promessa de casamento não desfeita de seu marido.

Segundo a legislação eclesíástica há duas grandes categorias de impedimentos: os impedientes e os dirimentes. Os primeiros diziam respeito: a proibição tanto do estado eclesíástico como dos indivíduos que fizeram votos simples de religião ou castidade de obterem o sacramento do matrimônio, além da proibição de promessas de casamento por parte dos cônjuges a outras pessoas que não seus futuros parceiros. Já a lista dos segundos é maior compondo se por 14 diferentes proibições descritas a seguir, a partir de uma

⁴⁵⁹ Graduando em História na UFV, bolsista de iniciação científica pela PROBIC/FAPEMIG.

⁴⁶⁰ Todas as dispensas e os dois processos utilizados neste artigo pertencem à freguesia de Guarapiranga, exceto uma dispensa a de Francisco de Paula Carneiro e Valerina Cândida dos Reis da freguesia de São Caetano do Furquim, tal dispensa é essencial a nossa análise e proveio a partir da investigação das dispensas e processos matrimoniais, para todos os membros, ou todos os possíveis membros de uma família importante em Guarapiranga, a família Carneiro, encabeçada por Antonio Januário Carneiro (1732-1799).

sistematização de Maria Beatriz Nizza da Silva das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*:

- 1- **Erro de Pessoa:** “como se algum dos contraentes quer receber o outro, cuidando que é tal pessoa certa, e foi outra diferente.”
- 2- **Condição:** “se algum dos contraentes é cativo e o outro não o sabe, antes trata de casar com ele, tendo por si que é livre”.
- 3- **Voto:** quando se trata de votos solenes
- 4- **Cognação**
- 5- **Crime:** sendo varias situações possíveis:
“Se um dos contraentes maquinou com efeito a morte da mulher ou do marido com quem era verdadeiramente casado, ou a do outro cúmplice com ânimo de contrair matrimonio com ele, tendo cometido adultério sabido, conhecido por ambos”;“ou se ambos os contraentes maquinaram a morte do defunto ou da defunta casada para se casarem ambos, ainda que não tivessem adulterado”;“ou quando os contraentes sendo um deles casados, cometeram adultério, e se fizeram externa promessa de casar, se a mulher ou marido do contraente morresse primeiro”;“ou se casaram de fato sendo ela viva”.
- 6- **Disparidade de religião:** nenhum infiel pode contrair matrimonio com pessoa fiel.
- 7- **Força ou medo:** “quando os contraentes, ou algum deles, foi constrangido a casar.”
- 8- **Ordem:** mesmo que seja apenas de subdiácono.
- 9- **Ligame:** “se algum dos contraentes é casado por palavras de presente com outra mulher, ou marido, ainda que o matrimônio seja somente de fato, e não consumado, vivendo o tal marido ou mulher”.
- 10- **Pública honestidade:** “se algum dos contraentes tinha celebrado válidos desposórios de futuro com o irmão, ou irmã, filho, ou filha daquela pessoa, com quem quer se casar, ainda que sejam falecidos, ou lhe remitissem a obrigação, não podem casar com seu pai, ou mãe, irmão, ou irmã.
- 11- **Afinidade** “O marido pelo matrimônio consumado contrai afinidade com todos os consangüíneos de sua mulher até o quarto grau.”[...]“Também a contrai aquele que teve cópula ilícita perfeita, e natural com alguma mulher, ou mulher com varão; e por esta causa não pode contrair matrimonio com parente do outro por consangüinidade dentro do segundo grau.”
- 12- **Impotência:** “quando algum dos contraentes, já antes de contrair matrimônio, não era capaz de geração por falta ou improporção dos

instrumentos de cópula, ou a falta provenha da natureza, arte ou enfermidade, contanto que seja perpétua.”

13- Rapto: distinguem se dois casos, um quando “alguém furta alguma mulher contra a sua vontade”, e o outro mesmo que ela consinta, é contra a vontade dos pais e tutores “O tal roubador não pode casar com a mulher roubada, enquanto a tem em seu poder.”

14- Ausência do pároco e duas testemunhas.⁴⁶¹

Nas duas categorias as infrações são tidas como pecados mortais para os contraentes, mas só as infrações dirimentes anulavam a validade do matrimônio. É válido ressaltar aqui relevância do impedimento de cogação, popularmente, conhecido como incesto. Para muitos clérigos e pensadores da época o incesto era o que diferenciava a civilização da barbárie, por isso era alvo também da legislação civil. Conforme o título XVII do livro V das Ordenações Filipinas devia se aplicar pena de fogo para os que cometiam incesto com ascendente ou descendente; morte natural com irmã, nora, sogra madrastra, ou enteada; degredo de dez anos para África com tia, ou prima, ou outras parentes em graus mais remotos; degredo para o Brasil por dez anos com cunhada em primeiro grau de afinidade, se em segundo degredo de cinco anos para África, ou de dois anos, para terceiro ou quarto grau.⁴⁶²

Na teoria a posição da Igreja Católica quanto á concessão de dispensas era muito restrita. Segundo o capítulo V do Decreto de Reformulação do Matrimônio:

[...] As regards marriages to be contracted, either no dispensation at all shall be granted, or rarely, and then for a cause, and gratuitously. A dispensation shall never be granted in the second degree, except between great princes, and for a public cause.⁴⁶³

⁴⁶¹ SILVA, Maria Beatriz da. *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*. T.A. Queiroz: EDUSP, 1984. p.129-130.

⁴⁶² *Ordenações Filipinas*, Livro V, Título XVII. Disponível em: <http://www.iuslusitaniae.fesh.unl.pt/>. Acesso em 26/04/10.

⁴⁶³ “Quanto a contratação do casamento, ou não se conceda dispensa alguma, ou raramente, e esta com causa e gratuitamente. Uma dispensa nunca deve ser

Já na prática, não é bem isso que podemos observar, varias dispensas são concedidas, sem mencionar as taxas cobradas pela Igreja por elas. Na nossa investigação encontramos 13 dispensas com 17 impedimentos dirimentes. Enquanto aos impedimentos impedientes, encontramos apenas casos relativos a esponsais, no entanto, tais impedimentos não exigiam uma dispensa, somente um testemunho da mulher, ou do homem, com quem um dos cônjuges se comprometeu, alegando que eles de comum acordo desfizeram o compromisso.⁴⁶⁴

Tabela – Impedimentos que motivaram pedidos de dispensa⁴⁶⁵

Impedimentos	n° de casos	%
Consangüinidade em 2° grau atingente a 1° grau	2	11,76
Consangüinidade em 2° grau igual	7	41,17
Consangüinidade em 3° grau igual	2	11,76
Consangüinidade em 4° grau igual	1	5,88
Consangüinidade em 5° grau atingente a 4° grau	1	5,88
Afinidade	2	11,76
Força ou medo	1	5,88
Pública honestidade	1	5,88
Total	17	100

Fonte: *Dispensas matrimoniais catalogadas no Arquivo da Cúria de Mariana.*

Pela tabela vemos que dos 17 impedimentos 13 referem se a problemas relacionados á cognação natural (e entre eles pelo menos nove estão ligados ao 2° grau), 2 á afinidade, 1 á força, e 1 á pública

concedida no segundo grau, exceto entre grandes príncipes, e por uma causa pública.” *Decree on the Reformation of Marriage*. Disponível em: <http://history.hanover.edu/texts/trent/ct24.html>. Acesso em: 26/04/2010.

⁴⁶⁴ Estes últimos impedimentos não apresentarem muita complexidade nem trazerem contratos com a legislação civil, por isso não os analisaremos neste simples ensaio.

⁴⁶⁵ Não inserimos aqui os impedimentos da dispensa de Francisco de Paula Carneiro e Valerina Cândida, de São Caetano do Furquim, apenas os da freguesia de Guarapiranga, apesar das duas freguesias fazerem parte do mesmo bispado, o bispado de Mariana.

honestidade. Assim, apesar da nossa pequena amostra percebemos que como na Capitania de São Paulo no período colonial em Guarapiranga nos séculos XVIII e XIX a principal razão dos pedidos de dispensas eram as uniões consanguíneas.⁴⁶⁶

Quanto a esse tipo de união, mesmo não sendo de Guarapiranga, vale a pena analisar o caso de Francisco de Paula Carneiro⁴⁶⁷ e Valerina Cândida, dos Reis em 1881.

Dizem os ouradores Francisco de Paula Carneiro e Valerina Candida dos Reis da Freguesia de São Caetano do Furquim que se achão juntos e contratados para se casarem, lhos obsta lhes o impedimento da consanguinedade em segundo grau altinuante a primeiro de linha lateral, por que a mãe da ouradora he filha do pai do ouradour. Os ouradores alegam as causas seguintes amor forte entre eles, o casamento já contraído; e dessidido, residirem sobre o mesmo tecto, perigo de sedução da ouradora, [?] familiaridades dos ouradores e diposição do ourador de raptar a ouradora imprudentemente . Desejando os ouradores efectuarem este casamento vem humildemente pedir a Vossa Excelentíssima a dispensa do referido impedimento, também dos proclamos offerecendo seis mil reis para as obras pias por serem pobres.⁴⁶⁸

⁴⁶⁶ Dos treze impedimentos de cognação natural encontrados, pelo menos oito referem se a membros de duas das grandes famílias de Guarapiranga no século XIX, a família *Carneiro* e a família *Teixeira Guimarães*. Mas, isso não invalida a relevância dos impedimentos de consanguinidade, pois se contarmos apenas os cinco que encontramos aleatoriamente, o número desses ainda suplanta o número dos demais tipos de impedimentos. Para a comparação com São Paulo colonial ver: CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Casamento e família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos*. SP: Paz e Terra, 2003, p.151.

⁴⁶⁷ Apesar do sobrenome Carneiro, não sabemos, efetivamente, se ele pertencia á dita família Carneiro.

⁴⁶⁸ *Dispensa matrimonial de Francisco de Paula Carneiro e Valerina Cândida dos Reis*. Arquivo da Cúria de Mariana. Registro 83892; Armário 34; Pasta 8390.

A dispensa acima é valiosíssima, ela relata um rapto e um caso de consangüinidade de 2º grau atingente a 1º. Porém, não é só isso, através dela inferimos uma séria divergência entre a legislação civil e a legislação eclesiástica. Esta rechaçava qualquer tipo de casamento clandestino e punia rigorosamente a infração do concubinato.⁴⁶⁹ Já, aquela validava casamentos por “pública fama”, isto é, bastava o reconhecimento público de que um homem e uma mulher dividiam a mesma mesa e o mesmo leito para que a união fosse considerada legal.⁴⁷⁰ Neste episódio, o reverendo passa por cima das normas católicas e ratifica o casamento. Há aqui também a alegação dos contraentes serem pobres, todavia, não temos como argumentar a favor ou contra tal declaração, pois não possuímos o inventário *post-mortem* do casal, entretanto, pela análise do conjunto das dispensas notamos que o casamento com parentes era uma saída plausível para as mulheres que não tinham bens, ou que perderam seus pais.

Outro episódio muito representativo para nossa investigação é o de Antonio Soares Ferreira e Maria Clara Teixeira em 1802, estes dois contraentes, filhos de duas irmãs (ou seja, primos) tiveram uma cópula ilícita. Por conseguinte os irmãos da futura contraente coagem o dito Antonio Soares a se casar. O próprio Antonio declara que teve relação ilícita com Maria Clara Teixeira, mas não para constituir uma família.

Ao terceiro, dice que elle orador por fragilidade humana teve copulla carnal com a oradora, e em razão de frequentar a caza desta se acha a mesma infamada e que a dita cópulla nam foi com animo de facilitar a dispensa, por que nam tinha

⁴⁶⁹ O capítulo I do Decreto de Reformulação do Matrimonio do Concilio Trento considerava nulo os casamentos sem a presença de um pároco e de duas testemunhas. Já o capítulo V punia os casos de concubinatos. Os homens solteiros ou casados se depois de avisados três vezes continuassem a incorrer no crime seriam excomungados. Já as mulheres solteiras ou casadas que continuassem a incidir nesse crime depois de avisadas as mesmas três vezes poderiam ser expulsas da diocese ou mesmo da cidade. Ver: *Decree on the Reformation of Marriage. Op. cit.*

⁴⁷⁰ *Ordenações Filipinas*, Livro V, Titulo XXVI. In: *Op. cit.*

pençamento de se cazar com ella dita oradora. [...] = Ao oito, dice que nam se efectuando este cazamento correrá risco de vida do orador pelos irmaons da oradora já o haverem dito e o ameaçado a varias pessoas e sam capazes de porem em execução, e perder o orador a sua vida, e mais nam dice.⁴⁷¹

Tanto o auto da dispensa como todos os depoimentos inclusive o da própria oradora confirmam a ameaça de morte ao orador, e em toda a dispensa não há nenhuma intervenção do pároco a esse respeito, isso evidência o quão sério era o assunto da virgindade da mulher em Guarapiranga. Com isso, depois de dispensados dos impedimentos de cogação natural e de força no meio do processo matrimonial o orador é acusado e, realmente, confessa ter tido relações sexuais com Leocádia prima de Maria Clara Teixeira (ou seja, ele é acusado do impedimento de afinidade), mas ele supplica ao pároco que dispense o casal desta restrição, o pároco aceita tal supplica, mas não sem cobrar mais dez mil réis e exigir algumas penitências.

Por fim, temos uma dispensa com o impedimento de pública honestidade, do qual não achamos referência empírica nos trabalhos de Maria Beatriz Nizza da Silva e Alzira Lobo de Arruda Campus sobre São Paulo colonial. Nesta ocorrência Gertrudes Bernarda Rosa deseja unir se a Antonio Pereira dos Santos em 1751, mas obsta lhe esse impedimento por ter noivado com Manuel Pereira da Silva, irmão do contraente.

[...] assim dice que sabe que o orador muitas vezes tem hido a casa de Manoel Jorge cunhado da oradora em cuja companhia assistia ella na ditta caza tem comido alguns dias tem dormido algumas noites, o que sabe elle testemunha por assim lho a verem dito e certificado além de que quando o orador foi huma cuja [?] [?] [?] [?], onde esteve onze dias, disso deu elle parte a elle testemunha, como irmam mais mosso, e que vive junto com elle dizendo que hia a fazer huas obras pello officio de

⁴⁷¹ *Dispensa e processo matrimonial de Antonio Soares Ferreira e Maria Clara Teixeira.* Arquivo da Cúria de Mariana. Registro 81542; Armário 33; Pasta 8154.

Alfaiate na dita casa retro. Assim disse que sabe pello ver que os oradores sam moços e que sabe como couza certa por muitas circunstancias que os oradores se amam muito donde facilmente poderão julgar muitos que elles tenham tido algum ocelos, amplexos e tocamentos ao menos. [...] Ao terceiro item disse que sabe pello grau de conhecimento que tem da oradora que he ella pobre e que he tam pobre que nenhuma escrava tem de seu e que he necessário que o orador lhe de roupas para o dia de seu noivado retro. [...] Ao quarto item disse que sabe por haver a sentença que os esponsais entre a oradora e elle testemunha Manoel Pereyra da Silva já estavam dissolvidos.

472

O depoimento acima do próprio Manoel Pereira da Silva evidência que os esponsais tidos outrora já estão dissolvidos. É salutar ver novamente aqui a preocupação com a virgindade da mulher, mas diferente do relato anterior, observamos agora uma preocupação maior com o parecer virgem do que propriamente com o ser.

Logo, podemos concluir que há varias divergências entre as normas e o que de fato ocorre em relação ao matrimonio em Guarapiranga nos séculos XVIII e XIX. Concebemos, tais divergências não apenas como meros desvios, mas também como particularidades do catolicismo brasileiro. Ademais, percebemos que o casamento entre parentes não é um mero estratagema econômico das famílias de elite.

⁴⁷² *Processo matrimonial de Antonio Pereira dos Santos e Gertrudes Bernarda Rosa.* Arquivo da Cúria de Mariana. Registro 1032; Armário 1; Pasta 104.

O AFRICANO SOB A ÓTICA DE VIAJANTES DA ÉPOCA MODERNA (SÉC. XV AO XVII)

Letícia C. F. Destro
Mestranda (UFRJ)

O presente trabalho é parte integrante de um projeto de mestrado ainda em seu início. Nessas linhas esboçamos as primeiras indagações a respeito do tema e suas particularidades que serão desenvolvidas ao longo de dois anos. As principais fontes que viabilizam nossa proposta de pesquisa se constituem da chamada literatura de viagens⁴⁷³ que davam as fascinantes notícias das atividades marítimas. Recorreremos aos relatos com o vivo intuito de delinear o longo percurso de assimilação e recepção do novo, traçando também um documento do imaginário de época.⁴⁷⁴ Dessa forma, Nosso principal objetivo é entender como se deu a “invenção” do africano no período em que se estende (séculos XV ao XVII).

O termo “invenção” aqui utilizado é pensado em consonância com o trabalho *A invenção da América* de Edmundo O’Gorman, que demonstrou a inutilidade da designação de que o continente americano fora descoberto por Colombo no ano de 1492. Como Colombo descobriu a América se ele nem sequer tinha a idéia de sua existência? A América não tinha esse nome e nem os significados que ele representa, ela teria se tornado tal a partir do momento em que se atribuiu a ela essa significação, enquadrando-a numa forma de dar sentido ao mundo.

⁴⁷³ Utilizamos este conceito tal como José da Silva Horta, [...] no seu sentido mais corrente, abarcando um conjunto de discursos heterogêneos reunidos a partir de um referente extra-verbal comum: a viagem física que directa ou indirectamente, conduz à produção de um discurso (entendida aqui “literatura” como sinónimo de *escrita* ou *texto*) (HORTA, 1991: 212).

⁴⁷⁴ A tipologia das fontes ainda está em desenvolvimento, alguns cronistas já foram selecionados como Gomes Eanes Zurara (XV), Alvise Cadamosto (XV), Valentim Fernandes (XVI), André Álvares de Almada (XVI), André Donelha (XVII) e Antonio de Oliveira Cadornega (XVII).

Assim sendo, a proposta fundamental do autor é a de uma “invenção” do pensamento ocidental e não um descobrimento meramente físico. A opção pelo termo é de todo modo sugestiva, ora perpassa toda uma visão de uma América mítica e legendária; ora remete a uma construção racional. Enfim, nas palavras de O’Gorman:

[...] a chave para resolver o problema do aparecimento histórico da América estava em considerar esse acontecimento como o resultado de uma invenção do pensamento ocidental e não como o de um descobrimento meramente físico, realizado, além do mais, por causalidade (O’GORMAN, 1992: 18).

A proposta de O’Gorman, salvo as diferenças contextuais, nos leva então a pensar o significado conceitual do Africano, a construção do termo pautado no imaginário de época. Apesar de não estarmos lidando com um total desconhecido do europeu tal como os americanos ou ameríndios – por causa das antigas trocas comerciais entre o norte africano e a Europa - os subsaarianos eram povos ainda muito ocultado pelas lendas medievais, o próprio termo Africano, a princípio, surge em meio a tais noções eurocêntricas, mas que, acreditamos, se modificou ao longo do tempo apesar de não perder seu caráter de negativo.

Nesse sentido, estamos considerando que no discurso a respeito do “outro” memórias são construídas e dadas a ler, muitas vezes de acordo com os interesses sociais de quem escreve e daqueles que provavelmente lerão. A compreensão dessa reflexão nos leva ao trabalho *A conquista da América* de Tzvetan Todorov a respeito da alteridade⁴⁷⁵ e identidade. Segundo o autor a linguagem participa de maneira essencial na construção do outro, sendo possível pensar em como os europeus constroem os americanos. A alteridade

⁴⁷⁵ De acordo com Clara Vitorino a “alteridade é um conceito relativo que necessita de um ponto de referência preciso: de quem ou de quem é que se distingue. Observar a diferença implica uma “irritação” ou “estranheza”, portanto em certa medida um conflito ou superposição de testemunhos/perspectivas que entram em diálogo” (FALCÃO; NASCIMENTO; LEAL (org), 1997; 52).

aqui toma contornos ainda mais densos, entendida por Todorov em três eixos: julgamento de valor (axiológico), aproximação ou distanciamento (praxiológico) e conhecimento e ignorância com relação a identidade do outro (epistemológico) (TODOROV, 2003: 269). Os três planos mantem relações e afinidades, mas não dependem rigorosamente um do outro. Um interessante exemplo se dá na seguinte passagem:

A atitude de Colombo para com os índios decorre da percepção que se tem deles. [...]. Ou ele pensa que os índios (apesar de não utilizar estes termos) são seres completamente humanos com os mesmos direitos que ele, e aí considera-os não somente iguais, mas idênticos, e este comportamento desemboca no assimilacionismo, na projeção de seus próprios valores sobre os outros, ou então parte da diferença, que é imediatamente traduzida em termos de superioridade e inferioridade [...] (TODOROV, 2003: 58).

Nesse momento, Todorov nos desperta para uma questão significativa: as construções se dão partindo do pressuposto de que o lugar do enunciado representa o ponto de vista superior a partir do qual o outro é o inferior. Foi nessa perspectiva que a produção cultural européia construiu o novo continente e seus habitantes, incluindo os próprios africanos.

Focando-nos, agora, na importância do conceito antropológico de cultura na história e vice-versa trazemos para a discussão a obra *História e cultura* de Marshall Sahlins. Como estamos tratando de outra cultura, “[...] descobri-la requer, então, alguma antropologia – o que sempre significa alguma comparação cultural” (SAHLINS, 2006: 10). Discutindo com a clássica obra de Tucídides *A história da Guerra do Peloponeso*, Sahlins demonstra a inexistência de círculos regulares de acontecimentos e considera que a cultura gera a si mesma e confere a vida humana um significado. As diferenças estruturais, para o autor, possuem valor histórico - são significativas no tempo e para os povos em questão:

[...] as celebradas diferenças de temperamento coletivo entre os atenienses e os espartanos são motivadas por diferenças entre suas ordens culturais, enquanto as diferenças entre suas ordens culturais são motivadas uma pela outra (SAHLINS, 2006: 54).

Dessa forma, o autor demonstra que não existiam atenienses sem espartanos e vice-versa, porque mais do que oposição, ambos eram complementares. Da mesma maneira, pensar o africano requer entender o europeu e o contrário, pois um se formou em uma diferença interdependente do outro.

A partir de alguns relatos de viajantes representativos acreditamos ser possível refletir, com base no arcabouço teórico-metodológico aqui exposto, sobre o encontro entre o novo e o velho mundo, sendo uma fonte preciosa no reconhecimento desses outros e no como os europeus os descobriram, os inventaram e classificaram.

Bibliografia

APPIAH, Kwame A.. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1998.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

HORTA, José da Silva. A representação do africano na literatura de viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453-1508). In: *Mare Liberum*. n° 2, 1991.

KI-ZERBO, Joseph (org.). *História Geral da África I. Metodologia e Pré-História da África*. São Paulo: Ática/UNESCO, 1980.

O'GORMAN, Edmundo. *A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu dever*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SAHLINS, Marshall. *História e cultura: apologias a Tucídides*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

THORNTON, John. A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: A questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VITORINO, Clara. A busca da identidade na alteridade. In: FALCÃO, Ana M., NASCIMENTO, Maria T., LEAL, Maria L. (org) *Literatura de viagem: narrativa, história, mito*. Lisboa : Ed. Cosmos, 1997.

PODEROSOS DO SÉCULO E AGENTES DA FÉ: O “JOGO” DE CONFLITOS E INTERESSES NAS ENTRELINHAS DA INQUISIÇÃO

Lidiane Vicentina dos Santos⁴⁷⁶

“(…) havia nele um dos fomentadores das superstições e abomináveis opiniões que detestavelmente infestam estes sertões e terras tão distantes...”⁴⁷⁷, assim referia-se o Comissário Antônio Joaquim de Souza Correia e Mello, Provisor e Vigário Geral da Comarca da Manga ao réu, José Fernandes da Costa, que se encontrava na cadeia pública do arraial de São Luís e Santa Ana, em Minas do Paracatu no ano de 1780.

Muito embora o Brasil não tenha tido instalado um Tribunal da Santa Inquisição, como o tiveram os vice-reinos da América Espanhola, não significou, em absoluto, que a colônia estivesse livre da repressão inquisitorial, seus tentáculos alçaram a América Portuguesa em suas três visitas: no século XVI (1591-1595), na Bahia e Pernambuco; século XVII (1618-1620), na Bahia e no século XVIII (1763-1769), no Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro.

Embora o rigor não fosse mais o mesmo de outrora, a atuação do Tribunal não se restringiu somente aos períodos das Visitas, mas sobretudo, nos investimentos em mecanismos intimidatórios permanentes⁴⁷⁸, se valendo dos Familiares, Comissários e Funcionários do Santo Ofício que atuaram sistematicamente na colônia.

Apoiados pelo clero regular e secular, pelas Visitas Episcopais e Diocesanas, o trabalho dos “funcionários” do Tribunal alçaram os lugares mais remotos, circunscrevendo todo o território. Os Familiares, oficiais leigos do aparelho inquisitorial, que dentre

⁴⁷⁶ Graduando em História, Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)

⁴⁷⁷ ANTT, IL, Processo 6240. Auto sumário contra José Fernandes da Costa (1780)

⁴⁷⁸ CALAINHO, Daniela Buono – *Agentes da Fé: familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial*. Bauru, SP: Edusc, 2006, p.137

variadas funções: espionavam, delatavam e aprisionavam suspeitos; formava juntamente com os Comissários, uma “milícia” de “agentes da fé”, vasculhando as vilas e lugarejos, auxiliando na vigilância e controle sobre a fé, o comportamento e os costumes da população.

Em Minas do Paracatu não seria diferente. No ano de 1780, por ordem do Juiz Ordinário Guilherme da Silva Pereira, achava-se preso por blasfêmia e proposição escandalosa, o pardo José Fernandes da Costa, que sem nenhum sentimento temerário falava a todos na prisão que:

(...) não cria em Deus nem com ele queria negócio, que antes viesse uma legião de diabos e o levassem por ser ele todo já do diabo e de Deus nada, que se lhe fizesse alguma coisa, ainda sendo Cristo Senhor Nosso, haveria de pagar; que não cria nem tinha fé nas imagens do Senhor crucificado por serem feitas de pau e que não deviam ser adoradas pelo verdadeiro Deus, e que este verdadeiro Deus estava em carne no Império e se assim o quisessem experimentar e acreditar açoitassem uma imagem do senhor crucificado e as dos santos que estavam na igreja e viriam no conhecimento da verdade.
(ANTT, Processo 6240)

Como não era da alçada eclesiástica o caso foi encaminhado ao comissário Antônio Joaquim de Souza Correia e Mello, Provisor e Vigário da vara, que agindo de acordo com o protocolo encaminhou o caso à Mesa da Inquisição em Lisboa, que solicitou o arrolamento das testemunhas, e o envio do réu aos cárceres secretos caso o delito fosse comprovado.

Cumprindo o que lhe fora pedido pela Mesa inquisitorial em Lisboa, Antônio Joaquim passa arrolar as testemunhas para tornar judiciais seus depoimentos, o que veio a confirmar as “faltas” do acusado e seus crimes de idolatria e blasfêmia. Contudo o comissário conseguiu coletar somente os depoimentos de algumas testemunhas, visto que as outras já não se encontravam mais na mesma freguesia, morando cerca de 40 a 150 léguas de distância, o que dificultava a ação do mesmo comissário.

Ainda assim, e com o que tinha em mãos, Antônio Joaquim, a fim de cumprir seu dever, recorre ao auxílio do familiar João de Mello Franco, morador na mesma Paracatu, para que este conduzisse o réu ao Rio de Janeiro, cumprindo desta forma a solicitação da Mesa de que comprovando-se que o réu estava em perfeito juízo no ato em que praticou tão horrendos atos, fosse o mesmo remetido para os cárceres secretos da Inquisição. Contudo, ao fazer essa solicitação ao familiar tirou dali um “mortal inimigo”, João de Mello Franco negou-se a cumprir o pedido do comissário Antônio Joaquim.

Se a Reforma Pombalina – que submeteu a Inquisição ao poder real - pretendia reforçar o poder do Estado na colônia valendo-se da Santa Inquisição e do novo Regimento (1774) que estava em vigor⁴⁷⁹, naquele momento, tal poder achava-se “abalado” em Minas do Paracatu, pois Antônio Joaquim não encontrou o apoio esperado daquele membro do Santo Ofício.

Inconformado com a situação, o provisor acaba encaminhando uma carta aos inquisidores, desabafando que “os familiares parece só terem essa honra para sua própria utilidade”, ou seja, que estão interessados somente nos ganhos “temporais” que o cargo poderia lhes oferecer; não desempenhando com responsabilidade o papel a eles confiado. Visto que, ser Familiar do Santo Ofício era um dos cargos mais cobiçados do aparelho inquisitorial, uma vez que as pessoas que detinham este cargo gozavam de um grande status social, sendo símbolo de honra, poder e conduta irreprovável, devendo ser o Familiar um dos “braços” mais fortes da Inquisição no Brasil.⁴⁸⁰

Além de ver-se desamparado, sem o apoio do familiar - que gozava do cargo para este fim - o Comissário lamentava ao dizer sobre o réu que “não há para cá um ataque e destruição particular, há poderosos do século que os defendem”⁴⁸¹, e que além do dito réu não

⁴⁷⁹ CAMPOS, Pedro Marcelo Pasche de. *Inquisição, Magia e Sociedade. Belém, 1763-1769*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, 1995.

⁴⁸⁰ CALAINHO, Daniela Buono – *Agentes da Fé: familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial*. Bauru, SP: Edusc, 2006, p. 45

⁴⁸¹ ANTT, IL, Processo 6240.

de haver outros que tiveram patronos pois “juízes e justiças não o queriam guardar na cadeia” pedindo que lhe saísse sem a culpa.

Ainda em carta, Antônio Joaquim diz que as terras do sertão eram cheias de negros, mestiços, tapuias, pardos e cabras que:

(...) com natureza quase pagã tem uma fé fria, cheia de defeitos, morta e ... Deus sabe. Destes os piores usam de mil danças diabólicas, de feitiços, quase todos urdidos e compostos de raízes venenosas com que matam, de orações dignas só de se queimarem e mais seus autores, e porque invocam aos astros, aos demônios, a quanto querem para lhe dar fortuna, mulheres, forças, intrepidez e se tornarem impenetráveis as balas, ao ferro (...) e por tais orações e coisas semelhantes dão até mesmo a alma. (ANTT, IL, Processo 6240)

Completa dizendo que naqueles sertões o clero é muito raro, além de ser, em sua maioria, quase todos “neófitos”, sendo talvez, esta ausência do clero e zelo religioso, um dos motivos pelos quais os sertões estivessem impregnados de superstições, sendo o réu, José Fernandes da Costa, um dos fomentadores de abomináveis opiniões e blasfêmias.

Com intuito de encontrar as outras testemunhas, o Comissário Antônio Joaquim ainda busca o auxílio do capitão Tenente Tomé de Araújo, que diz que não tinha condições para realizar tal viagem; recorre então a Manoel Francisco Pereira, que se desculpou por estar velho e doente; recebendo algum auxílio de Antônio Ribeiro de Freitas, que foi até Pitangui procurar uma das testemunhas à sua custa, porém sem êxito.

Depois de tantos embates e dificuldades, a frustração – no ano de 1784 - sem êxito nas diligências e sem o apoio dos membros do Santo Ofício e do Estado, o réu veio a falecer, e nem depois de morto se teve notícias das testemunhas.

A máquina inquisitorial mostrara ali seu desfalecimento, era à sombra do que fora outrora - quando enfatizava um sistema central de valores, agindo com rigor e destreza. O Estado interessava-se em usar o Santo Ofício - submetido ao poder régio - a seu rogo, da

maneira que melhor lhe conviesse, em contrapartida - como mostra este caso passado em Minas do Paracatu - os “funcionários” da Inquisição interessavam-se no status social e benefícios que o cargo lhes conferia, pouco se importando em desempenhar seus papéis; além de alguns seculares, que ao invés de se preocuparem com o zelo da religião, defendiam os heréticos, como o réu José Fernandes da Costa.

À Igreja restava a impotência para combater efetivamente os inimigos da fé, que se alastravam pelos sertões com suas danças, superstições e blasfêmias; e talvez um último desvelo, representado naqueles que ainda acreditavam no Santo Ofício como meio de coerção e castigo exemplar dos transgressores.

FONTE MANUSCRITA:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Inquisição de Lisboa)

Processo 6240, contra José Fernandes da Costa

FONTE IMPRESSA:

FRANCO, José Eduardo, ASSUNÇÃO, Paulo de. *As Metamorfoses de um polvo: religião e política nos Regimentos da Inquisição Portuguesa (Séc. XVI - XIX)*. Lisboa, Ed. Prefácio, 2004

BIBLIOGRAFIA:

BETHENCOURT, Francisco – *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – séc. XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CALAINHO, Daniela Buono – *Agentes da Fé: familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial*. Bauru, SP: Edusc, 2006.

PIERONI, Geraldo. *Os excluídos do Reino: a Inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil Colônia*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2006.

NOGUEIRA, André. *Da trama: práticas mágicas/feitiçaria como espelho das relações sociais – Minas Gerais, século XVIII*. Mneme – Revista Virtual de Humanidades, n. 11, v. 5, jul./set.2004. (pdf)

MATTOS, Yllan. *A última Inquisição: os meios de ação e funcionamento da Inquisição no Grão-Pará pombalino (1763-1769)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, 2009.

RODRIGUES, Aldair Carlos. *Sociedade e Inquisição em Minas Colonial: os familiares do Santo Ofício (1711-1808)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2007.

CAMPOS, Pedro Marcelo Pasche de. *Inquisição, Magia e sociedade. Belém, 1763-1769*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, 1995.

SIQUEIRA, Sônia. *O poder da Inquisição e a Inquisição como poder*. Revista Brasileira de História das Religiões, Ano 1 n. 1. (pdf)

MATHIAS DA CUNHA: CARREIRA, TRAJETÓRIA E GOVERNAÇÃO

Lindiamara J. G de Azevedo⁴⁸²

Mathias da Cunha, foi governador geral do Estado do Brasil entre os anos de 1687 e 1688, neste trabalho pretendemos dimensionar sua trajetória sócio-política, os poderes régios, as ações de governo e desta forma demonstrar quais eram as atribuições transferidas para o ofício do governador geral na América Lusitana.

Este trabalho incorpora as novas concepções da História política, do estudo das culturas políticas e das trajetórias sociais, com isto demonstramos a importância política e social dos que eram enviados pela Coroa Portuguesa para esta parte do seu Império Ultramarino, pois

Num Império ultramarino marcado pela magnitude dos espaços, a dinâmica e a variedade de situações exigiram decisões pragmáticas. Os portugueses adotaram nas suas conquistas vários modelos administrativos, adaptados às diversas realidades, de acordo com as intenções e oportunidades de ocupação que se colocavam. O resultado foi a construção de uma estrutura imperial que se caracterizou pela pluralidade, pela polivalência e pela maleabilidade.⁴⁸³

Pesquisar os governadores gerais sob esta perspectiva permite perceber a lógica administrativa e política em esferas da monarquia que estão abaixo do Rei, visando o papel destes indivíduos que serviam as Coroa portuguesa nas possessões ultramarinas, caracterizando uma relevante contribuição para a

⁴⁸² Estudante de graduação em História pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e bolsista de iniciação científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
lindiamara_azevedo@yahoo.com.br

⁴⁸³ COSENTINO, Francisco Carlos Cardoso. *Governadores Gerais do Estado do Brasil (séculos XVI – XVII). Ofício, regimentos, governação e trajetórias*. 1º ed. São Paulo: Annablume, 2009.p 65

compreensão desta administração e superando as simplificações e ausências de um assunto ainda pouco estudado pela historiografia.

Os estudos pioneiros sobre os governos gerais contavam apenas com obras de caráter positivista que, embora não tenham sua importância diminuída, trabalhos como os de Conde de Campo Belo, Pedro Calmon e Francisco Varnhagen do século XIX ou dos anos 50 do XX destacam ação do governo português submetida a uma lógica centralizadora e absolutista que não permite compreender a dinâmica dessa estrutura administrativa, e que de forma simplificada atribui ao governo geral à característica de ser consequência da centralização administrativa de Portugal.

Como proposto, vamos analisar a trajetória pouco conhecida de Mathias da Cunha que era um fidalgo declarado com presença no Conselho de Guerra. Foi Capitão de Companhia de Cavalos arcabuzeiros, Capitão Couraças, governador da cavalaria de Campo Maior, Comissário geral da Cavalaria, Mestre de Campo do terço da Armada, general de artilharia da província de Entre Douro e Minho, governador de Entre Douro e Minho. No Estado do Brasil foi Governador da Capitania do Rio de Janeiro (1675 - 1679) e governador geral (1687 – 1688) abaixo temos parte do registro geral de mercês que nos aponta um pouco sobre sua origem:

D. Pedro etc faço saber aos q. esta minha carta de padram virem q' tendo respeito aos serviços q' Matias da Cunha filho de Tistam da Cunha e natural desta c^{de} feitos desde soldado capitam de cavallos arcabuzeiros e de capitam de cavallos de couraças e de comissario geral da cavallaria e Mestre de campo do Terço da Armada real desde o anno de 658 te o de 667 achandose a principio na provincia do Minho nos exercitos q' se fizeram oposiçam ao inimigo em vario recontros e nos socorros q' se meteram em Monçam e Salvaterra por entre o exercito contrario e se achar na Baatalha de Telheiras, na campanha de Sylves sendo hum dos 17 soldados q' valerozamente na peleja rebateram (...) do inimigo a passagem de huns cavallos em q' recebeo huma ferida junto da garganta correndo sua vida muito risco tornando o inimigo com 14 (...) infantes e 18 batalhões de cavalaria pelear com

elle perto de 3 horas com muito valor passando Alentejo se achar em varias occazioes particularmente nas campanhas de 661, 662 e no de 663 no recontro do (...) batalha do Amexial e recuoperaçam de Evora, procedendo em tudo como devia o anno de 664 se achar na toma do castello de mayorga nas fautoes de Sam Vicente e Valença de Alcanterâ e finalmente o anno de 665 na batalha de Montes Claros (...)18 de dezembro de 1669.⁴⁸⁴

Mathias da Cunha foi nomeado governador geral do Estado do Brasil por carta patente de D. Pedro onde estava dito

Faço saber aos q' esta minha Carta patente virem q' respeitando a qualidade e merecimentos q'concorrem em Mathias da Cunha [...].Hey por bem, e me pras de [lhe faser] merce do Cargo de Govor e Cappitam g.l do Estado do Brasil para que sirva por tempo de tres annos, e o mais em quanto lhe na[m] mandar successor; e que haja com elle o ordenado, proes, e precalços q'lhe sam assinalados por provisoens e Regimentos, e usará da jurisdição e alçada, poderes, preheminiencias, liberdades, prerrogativas, e tudo o mais que por rasam do dito cargo lhe tocarem, e tiveram os Governadores q' foram daquelle Estado seus antecessores.⁴⁸⁵

Na mesma carta patente encontramos a menagem⁴⁸⁶ de Mathias da Cunha

Aos dez[as]ete dias do mes de Março de mil e seis centos e oitenta e sete, nos Paços de Mag.e em sua Rl presença deu

⁴⁸⁴ Registro Geral de Mercês, Ordens, Livro 7, fl. 393v.

⁴⁸⁵ Códice da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ – Seção de Manuscritos - 1, 2, 5)

⁴⁸⁶ Sobre a nomeação dos governadores gerais, ver mais em: COSENTINO, Francisco Carlos Cardoso. “Preito & Menagem: nomeação e posse dos governadores gerais do Estado do Brasil”. In: COSENTINO, Francisco Carlos Cardoso. *Governadores Gerais do Estado do Brasil (séculos XVI – XVII). Ofício, regimentos, governação e trajetórias*. 1º ed. São Paulo: Annablume, 2009.p 65

menagem em suas reais maos Mathias da Cunha pello Governo, e Capitania gl do Estado do Brasil, sendo presentes como testemunhas segundo ordenança Dom Manuel de Sousa, e Tristam da Cunha, e eu Mendo de Foyos Pereira do Conselho de S. Mage e Secret.rio de Estado q' a dita menagem e juramento tomei sobs[crevy], e asinei, de que passey esta Certidam para constar do referido. Lxa a 20 do mesmo mes de Março de dito anno asima referido. /.Mendo de Foyos Pereira⁴⁸⁷

Era fundamental estabelecer as relações entre Coroa e os seus oficiais, e os meios utilizados pela monarquia para conservar os serviços prestados na administração de seu Império no Ultramar. E o oferecimento de recompensas foi o modo encontrado pela Coroa Portuguesa para a administração de suas conquistas como podemos perceber no trecho da sua cata patente: “E por esperar delle Mathias da Cunha q'em tudo o deq' o encarregar me servirá com aquella satisfação e bom procedimento com q' ate agora o tem feito”.⁴⁸⁸

O exercício do ofício de governador geral é um claro exemplo deste sistema de recompensas comprovando a vasta trajetória⁴⁸⁹ de serviços dos que eram nomeados governadores. Portanto a nomeação para um cargo significava distinção e representava a remuneração típica e própria da dinâmica administrativa do Império Ultramarino Português.⁴⁹⁰

⁴⁸⁷ Códice da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ – Seção de Manuscritos - 1, 2, 5)

⁴⁸⁸ *Idem*

⁴⁸⁹ Encontramos um exemplo de trajetória pelo Ultramar no trabalho de Virgínia Rau em: RAU, Virgínia. *Estudos sobre a História Econômica e Social do Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

No qual ela traz a vida e a carreira de Antonio Teles da Silva que, por meio de mercês régias, foi conselheiro de guerra e depois elevado no cargo de governador e capitão-geral do Estado do Brasil.

⁴⁹⁰ Nos cargos e jurisdições dentro da administração portuguesa, conforme assinalam Nuno Gonçalo Monteiro e Mafalda Soares da Cunha. O reconhecimento da existência de uma hierarquização dos territórios constitutivos do império português fica ainda patente em outros indicadores como o dos ordenados ou nos referentes à remuneração de serviços estabelecida pela monarquia. MONTEIRO,

No governo geral do Estado do Brasil, Mathias da Cunha vivenciou o cenário da Guerra dos Bárbaros, Pedro Puntoni diz que esta

Mais se aproximou de uma série heterogênea de conflitos que foram o resultado de diversas situações criadas ao longo da segunda metade do século XVII, no quadro das transformações do desenvolvimento do mundo colonial, do que um movimento unificado de resistência. Estes conflitos envolveram índios, moradores, soldados, missionários e agentes da Coroa portuguesa, e tiveram lugar na ampla região do sertão norte: atual Nordeste interior do Brasil. 491

Neste contexto, Mathias da Cunha tomou inúmeras decisões, onde percebemos a sua relação com os demais oficiais das capitanias especialmente os da região nordeste, a ação de seu governo e o impacto desta guerra no contexto. Assim, percebemos que o governador continua decidindo sobre o restante das necessidades do governo, e que ele também realiza a viabilização da guerra, envia tropas e negocia com os governadores capitanias.

Varnhagem nos afirma que

Na vereação de 2 de dezembro de 1687, ponderando os oficiais da Câmara de Natal que os índios estavam senhores das ribeiras de Açú e do Apodi, [...] Ainda no mesmo mês dando conhecimento ao governador-geral da situação aflitiva em que se encontravam, diziam que não se podia contar com a vida, por isso que os índios rebelados estavam nas próprias

Nuno Gonçalves, CUNHA, Mafalda Soares. Governadores e capitães-mores do Império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In: CARDIM, Pedro, MONTEIRO, Nuno Gonçalves, CUNHA, Mafalda Soares. *Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 206.

491 PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650 – 1720*. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 13.

imediações da cidade. Não demoraram as providências de Matias da Cunha, governador geral.⁴⁹²

Com isso, percebemos na documentação as recorrentes relações do governador com outros oficiais, transparecendo nitidamente a postura elevada deste no meio administrativo como demonstra a correspondência enviada a para o Governador de Pernambuco João da Cunha Sotto Maior em que ele diz mandar duas Companhias do Terço do Camarão e Henrique Dias para Capitania do Rio Grande por causa da Guerra dos Bárbaros.

Vossa Senhoria me deu conta do aperto em que se achava a Capitania do Rio Grande, com a Guerra dos Barbaros, e que ficava para lhe mandar de socorro duas Companhias dos Terços do Camarão e Henrique Dias. Bem supponho que haverá Vossa Senhoria feito com aquella brevidade que a importancia de lhe chegar quanto antes estava pedindo. Se Vossa Senhoria o não tem feito ainda, no mesmo ponto que receber esta o mande, escolhendo os melhores Capitães e Soldados de ambas as côres, que uns, e outros são os que nella mais se desejam pelos moradores, a cujo perigo se deve acudir mui promptamente pois não é justo que o padeçam tendo tão vizinho a Vossa Senhoria e não podendo elles sós resistir ao poder de um inimigo que tanto os afflige, e lhes destroe as fazendas. De Vossa Senhoria o haver feito me dará conta para me ver livre do cuidado que me estão dando aquelles moradores digo aquelles pobres homens. Guarde Deus a Vossa Senhoria. Bahia 15 de Setembro de 1687.⁴⁹³

Além da Guerra, o governador atuava e decidia em outros campos no Estado do Brasil como demonstra o seguinte documento, em que Mathias da Cunha escreve ao rei acerca do requerimento dos

⁴⁹² VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil. Antes da sua separação e independência de Portugal*. 8º ed. Tomo terceiro. São Paulo: Melhoramentos, 1975. p. 275.

⁴⁹³ *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - Volume X*, Rio de Janeiro: Augusto Porto & Cia, 1929, série VIII, p. 247-248

oficiais da Câmara da Bahia, que pedem provisão na forma de lei para que os moradores do Recôncavo plantem 500 covas de mandioca

Informando me desta matéria a ley [...] justa ley que o senado pretende sobre a planta das mandiocas; porque com esta providencia ficara o povo abundante de farinhas próprias sem a dependência das que vem de [...] em fora das três villas; e não só terá mantimento seguro e barato para o tempo da paz, mas a praça os que por terra lhe podem vir nas occasioens que se o offerecem de guerra e estará sempre a cidade livre da fome, que ornariamante introdus a industria dos mestres dos barcos e moradores daquellas villas⁴⁹⁴

Mathias da Cunha vem a falecer durante seu governo em outubro de 1688, por carta para os oficiais da Câmara da Vila de São Paulo sobre os Paulistas na Guerra dos Bárbaros do Rio Grande o Frei e Arcebispo afirma que “Sucedendo eu por morte do sr. Mathias da Cunha no logar que occupava de Governador, e Capitão Geral do Estado”⁴⁹⁵

Em síntese a finalidade deste estudo é a de constituir como se estabelecia a administração de um governador geral no Estado do Brasil, demonstramos o caráter elevado deste officio através da necessidade de fidalguia para administrar um território de importância singular ao Império Ultramarino Português. Mathias da Cunha como demonstrou este trabalho possui características da formação desta dinâmica administrativa através da prestação de serviços e a busca de títulos nobiliárquicos. Portanto, buscamos demonstrar uma categorização política no Estado do Brasil e suas peculiaridades também recorrentes em Portugal.

Bibliografia

⁴⁹⁴ AHU- Luisa da Fonseca- Cx 28, doc. 3421

⁴⁹⁵ *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* - Volume XI, Rio de Janeiro: Augusto Porto & Cia, 1929, p. 142

- COSENTINO, Francisco Carlos Cardoso. *Governadores Gerais do Estado do Brasil (séculos XVI – XVII). Ofício, regimentos, governação e trajetórias*. 1º ed. São Paulo: Annablume, 2009.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, CUNHA, Mafalda Soares. Governadores e capitães-mores do Império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In: CARDIM, Pedro, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, CUNHA, Mafalda Soares. *Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650 – 1720*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- RAU, Virgínia. *Estudos sobre a História Econômica e Social do Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Presença, 1984.
- VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil. Antes da sua separação e independência de Portugal*. 8º ed. Tomo terceiro. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

SOBERANIA NO MUNDO ATLÂNTICO: TRÁFICO DE ESCRAVOS E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL NO BRASIL MONÁRQUICO (1831– 1850)⁴⁹⁶

Lívia Beatriz da Conceição
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em
História Social – UFRJ

Há muito já debatido pela literatura dedicada ao assunto, o tema dos últimos anos do comércio atlântico de escravos para o Brasil será recuperado neste trabalho. Assim como alguns estudos que entendem o comércio negreiro como uma empresa “afro-americana”⁴⁹⁷, defendemos a idéia de que a abolição do tráfico de escravos para o Brasil esteve diretamente relacionada às questões

⁴⁹⁶Este trabalho é fruto de minha dissertação de mestrado defendida no ano de 2004 pela Universidade Federal Fluminense. Ver a respeito em CONCEIÇÃO, Lívia Beatriz da. **Soberania no mundo atlântico: tráfico de escravos e a construção do Estado nacional no Brasil monárquico (1831–1850)**. Dissertação de mestrado – Departamento de História da UFF, Niterói, 2004, Mimeo.

⁴⁹⁷Idéia construída por Manolo Florentino. In: FLORENTINO, Garcia Florentino. **Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. Segundo esses estudos, as respostas para o fim do tráfico estão vinculadas aos vários fatores internos que então se processavam no período, seja no próprio Império do Brasil, seja mesmo no continente africano, como o exemplo explorado por Roquinaldo Amaral da repressão feita em Angola. In: AMARAL, Roquinaldo do. **Brasil e Angola no Tráfico Ilegal de Escravos, 1830 – 1860**. In: Selma Pantoja, José Flávio Sombra Saraiva (Orgs.). **Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. De grande negócio se transmutaria em infame comércio, praticado por piratas indignos e transgressores da lei, argumentação elaborada por Luciano Raposo e, sobretudo, por Jaime Rodrigues. In: RAPOSO, Luciano. **Marcas de Escravos: lista de escravos emancipados vindos a bordo de navios negreiros (1839 – 1841)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, CNPq, 1990 e RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800 – 1850)**. Campinas, S.P.: Editora da UNICAMP/CECULT, 2000. Gradativamente foi sendo construído um sólido consenso ideológico no interior da elite política imperial que levaria ao erradicação dessa atividade comercial, no qual também esteve presente a própria pressão inglesa.

internas que então se processavam no período, em especial nos anos finais da década de 1840, momento particular de formação de um Estado imperial no Brasil.

No dia 7 de novembro de 1831, foi aprovada pela Câmara dos Deputados do Brasil a primeira “lei nacional” que declarava em seu primeiro artigo que ficariam livres todos os escravos desembarcados nos portos do Império a partir daquela data. Caberia ao ministro da justiça publicá-la e levá-la ao conhecimento das autoridades competentes, fazendo-a cumprir. Assinaram a nova lei antinegreira os deputados Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz. Recebeu o nome de Lei Feijó porque este então ocupava a pasta da justiça, sendo o responsável por referendar a nova legislação.

Aos que lutaram pela sua aprovação, parecia que a partir daquele momento o comércio de escravos, já ilícito desde 13 de março de 1830⁴⁹⁸, findaria. Houve, logo após a sua promulgação, uma significativa diminuição desse empreendimento, mas não a ponto de se por um ponto final⁴⁹⁹. Ajudaria também nessa diminuição o ar anti-absolutista que então reinava após os acontecimentos de 7 de abril de 1831. E fora nesse contexto específico que a referida legislação foi constituída e promulgada. O projeto passou pela discussão no Senado e chegou à Câmara em agosto. Foi posto em debate durante este mês e no de outubro, sendo já no seguinte transformado em lei.

Momento reconhecidamente liberal, contrário aos ideais considerados como conservadores e autoritários, assim como era entendida nesse momento a questão do tráfico, os anos iniciais do tempo das regências permitiram a elaboração de uma lei que pelo menos no papel era extremamente severa, já que na prática a nova legislação acabou se tornando ineficaz. Ao manter a forma de julgamento por júri, garantia a impunidade dos infratores. Ao mesmo

⁴⁹⁸Prazo estipulado pelo tratado assinado entre Inglaterra e Brasil em 1826. Sobre o tratado ver CONCEIÇÃO, Livia Beatriz da. *Op.Cit.*

⁴⁹⁹Ver a respeito CONRAD, Robert Edgar. **Tumbeiros:** o tráfico de escravos para o Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

tempo, era um instrumento legal que freava as imposições inglesas. Ao fim e ao cabo, a dita “lei nacional”, por ter sido construída pela Assembléia Legislativa, mais ajudou ao tráfico do que o atrapalhou, pois, além da garantia da impunidade, calava aos britânicos, desejosos de uma legislação nesse sentido. Apaziguava também o legislativo, que não aceitava a interferência inglesa em assuntos estritamente nacionais, tendo em vista que o projeto partira dos homens do governo imperial. Não podemos deixar de acrescentar que serviria também a outro problema: aquela opinião liberal antitráfico. Entendemos, com isso, que a aprovação da lei de 1831 pode ser interpretada tanto como uma satisfação à essa corrente liberal⁵⁰⁰, quanto como, principalmente, pelo desejo da não interferência inglesa nos assuntos que, segundo defendiam, cabia ao governo imperial resolver⁵⁰¹.

A década de 1840 foi marcada por duas grandes e principais questões em que estiveram envolvidos os encarregados do governo imperial e da política britânica na resolução dessa significativa contenda diplomática: o *bill Aberdeen*, decretado em 1845, e a construção de uma nova lei para a abolição desse comércio, promulgada em 1850. Com a “maioridade nominal” de D. Pedro II, e a conseqüente subida dos liberais ao poder ministerial, os representantes ingleses encarregados da tarefa de encontrar soluções para a questão do comércio de escravos, que continuava se

⁵⁰⁰ Aos ideais de homens como Evaristo da Veiga, aliado político de Diogo Feijó na sua candidatura à Regência. Líder “moderado” de grande influência e que, durante as transformações que se processaram em sua facção no de 1835, se aproximou dos ideais “progressistas”. Assim como Manuel Alves Branco, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Antônio Paulino Limpo de Abreu, Teófilo Benedito Ottoni e tantos outros. Podemos encontrar essas argumentações também no texto de Paula Beiguelman “o encaminhamento político do problema da escravidão no Império. HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II, 2 vol., 4ª edição, 1978.

⁵⁰¹ Exemplo dessa posição foram as palavras do Deputado Holanda Cavalcanti: “eu sou um daqueles que quer que ela [a escravidão] se extinga com a maior brevidade possível, mas por uma lei nossa, e não por tratado com o estrangeiro”. **Anais da Câmara dos Deputados**, 14 de maio de 1827, I, p. 85. Citado em Jaime Rodrigues. *Op.Cit.*, p. 103.

realizando apesar de ilícito, viram-se estimulados em insistir junto ao Império do Brasil na busca de uma resolução definitiva.

Durante os anos trinta, os liberais, digamos mais “progressistas”, teriam fornecido algumas evidências de que estavam dispostos a cooperar com a armada britânica em sua função antinegreira, pelo menos assim pensavam aqueles encarregados ingleses. Tanto que a tomada do poder pelos “regressistas”, em finais dos anos trinta, foi vista por esses homens como um retrocesso em sua política contrária ao tráfico de escravos. Os empecilhos para a definitiva resolução desse problema, ainda em tempos “progressistas”, foram criados pela Câmara dos Deputados, de maioria conservadora e adepta ao comércio negreiro. Os “novos anos”, assim, ao mesmo tempo em que traziam os liberais de volta ao poder freavam a possibilidade de ação da Câmara, já que a lei regencial de 14 junho de 1831 foi abolida com a maioria. Motivo direto para a renovação dos anseios britânicos.

Mas os cálculos não se processaram de forma tão simplista. Os liberais no poder embarreiraram os objetivos ingleses. Nesse contexto, iniciou-se na Inglaterra a construção de um projeto unilateral sobre o tráfico de escravos para o Brasil, que fora promulgado em 8 de agosto de 1845 e ficou conhecido como *bill Aberdeen*. Em torno da nova lei inglesa processaram-se calorosas discussões entre os representantes do governo imperial. Alguma atitude deveria ser tomada frente à vultosa e ilegal intromissão dos britânicos nos assuntos brasileiros, através de uma lei que subjugava diretamente a soberania do Império⁵⁰².

Durante a década de trinta, o Executivo imperial, pelo menos até a subida dos “regressistas” ao poder em 1837, ligava a essa idéia de soberania que então se constituía à convicção de que caberia ao governo imperial decidir como e quando acabar com o tráfico de escravos. Isso não significa afirmar que os “liberais

⁵⁰² Nota de protesto do governo imperial contra a promulgação do *bill Aberdeen*. “Nota de 22 de outubro de 1845”. In: OLIVEIRA, José Manoel Cardoso de. **Actos Diplomáticos do Brasil**: tratados do período colonial e vários documentos desde 1493. Brasília: Senado Federal, 1997, p. 149.

moderados” mais “progressistas” fossem a favor da manutenção do comércio negreiro, associando-o à idéia de soberania, como fazia a forte Câmara conservadora nesse momento. Para esses homens de gabinete, a idéia de *Soberania Nacional* frente à questão negreira significava afirmar que cabia ao Império do Brasil assumir as rédeas da situação, através de uma “lei nacional”, como era entendida a lei de 7 de novembro de 1831, construída pelos deputados imperiais, e não imposta pelo governo britânico. Esses ideais antinegrieros “progressistas” esbarraram na força política da Câmara regencial, que ligava a garantia da soberania brasileira à continuação do comércio de africanos, convicção compartilhada pelo “regresso” político de finais desse período. E exatamente a partir desse momento maiores empecilhos foram criados para o combate ao tráfico ilícito, tendo em vista o firme propósito de manutenção da mão-de-obra escrava pelos dois poderes.

Pelo menos até finais dos anos quarenta, com os liberais se apropriando quase que ininterruptamente dos cargos ministeriais, a questão a ser enfrentada era a falta de união dentro desse grupo político. A questão do tráfico inseriu-se nesse problema maior – a desunião entre os “luzias”. Uma maioria reformista liberal era contrária ao comércio de africanos⁵⁰³, mas seus membros se divergiam em como agir para se chegar a esse objetivo, prevalecendo um “provincianismo partidário”. A noção de soberania em construção continuava sendo associada ao propósito de que caberia ao Império do Brasil os rumos dessa política antinegreira, e não aos representantes britânicos. Mas como chegar a esse fim?

Essa idéia foi tomada de empréstimo pelos conservadores, quando da sua volta ao poder em 1848. Se durante sua rápida

⁵⁰³Segundo José Murilo de Carvalho, esses reformistas originaram-se “(...)em primeiro lugar de profissionais liberais, em particular de advogados e jornalistas. Em segundo lugar, este apoio provinha de magistrados que se tinham tornado liberais após filiação inicial ao Partido Conservador”. Quanto à região de origem, eles viriam “(...)de províncias do norte e da cidade do Rio de Janeiro”. CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial; **Teatro de sombras**: a política imperial. 2º edição, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume – Dumará, 1996, p. 203.

passagem pelas pastas ministeriais, durante os anos quarenta, esses políticos se voltaram para o firme propósito de continuar com aquela atividade ilícita, em finais desse período o contexto era outro. Na tentativa de se firmarem no poder, e diante da existência perigosa do *bill Aberdeen*, a idéia de soberania ligada à permanência do tráfico de africanos foi revista. Tomando o discurso liberal como seu, os conservadores no poder voltaram-se, sob a liderança dos magistrados e com o apoio das bancadas nortistas, para o firme propósito de extinção do comércio de homens. Se antes para eles a questão da soberania estava associada à permanência do comércio de africanos, agora a dignidade da “nação” brasileira em formação estava ameaçada pelas agressões abertas da marinha britânica em costas imperiais. A base do discurso era a mesma, preservar a *Soberania Nacional* brasileira, mas uma nova leitura foi sendo constituída⁵⁰⁴.

O tráfico passou a ser negativamente avaliado, juntamente com seus viabilizadores. De grande serviço, praticado por industriais brasileiros, em injusto comércio, realizado por piratas indignos. Um consenso cada vez maior foi se estruturando no interior da elite política brasileira sobre o tema, e entre ela e o governo, através de um longo e tortuoso processo de identificação dos “males” sociais atribuídos aos africanos, que corrompiam os costumes e tornavam possível a materialização do medo haitiano⁵⁰⁵. O fim do tráfico seria a resolução para esse problema, pintado como fora com as cores do medo⁵⁰⁶.

⁵⁰⁴De acordo com Paula Beiguelman, a “(...)existência de um partido disposto a eliminar a principal fonte de dificuldades nacionais criava por sua vez, para o Partido Conservador, a necessidade de recomendar-se à Coroa para a execução do mesmo programa”. Neste sentido, as disputas políticas internas, empreendidas entre os “partidos” políticos imperiais, levaram à construção de uma lei de extinção do tráfico, algo mais do que naquele momento pressionavam os ingleses. A Lei de 1850 foi estruturada nessa conjuntura específica, de tentativa por parte dos conservadores de se firmarem no poder. BEIGUELMAN, Paula. *Op.Cit.*

⁵⁰⁵Jaime Rodrigues. *Op.Cit.*

⁵⁰⁶A este respeito ver, por exemplo, AZEVEDO, Célia M. M. de. **Onda negra, medo branco.** O negro no imaginário das elites: século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas:** mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo

Em torno dessa questão do tráfico, desta forma, foi se construindo um conceito específico de *Soberania Nacional*. Apesar das diferenças, liberais e conservadores tiveram seus conflitos minorados frente à idéia de uma *Soberania Nacional* que então se constituía nas contendas estabelecidas com o governo britânico relativas ao comércio de escravos⁵⁰⁷. O tráfico passou a ser encarado como um mal, e o africano como o estrangeiro indesejado, um ser que pertencia à África, além de, assim como os ataques da armada inglesa, colocar em risco a própria *dignidade nacional*.

Em um momento singular de construção de uma “comunidade política imaginada”⁵⁰⁸, de identificação de quem se reconhecia enquanto “brasileiro”, o comércio negreiro se mostrava cada vez mais fora de ordem, constituindo-se em um perigo para a própria sobrevivência da jovem nação. A abolição do tráfico de escravos esteve inserida nesse contexto histórico específico de formação de um Estado nacional no Brasil monárquico, sendo um possível instrumento de leitura desse processo.

Defendemos a idéia, assim, de que o fim do tráfico de escravos para o Brasil inscreve-se neste processo de “State building”

Nacional, 1995; CHALHOUB, Sidney. “Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio”. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, volume 8, número 16, mar./ago. 1988; DEAN, Warren. **Rio claro: um sistema brasileiro de grande lavoura; 1820-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, especialmente o capítulo 5. Especificamente no que diz respeito ao período das regências temos GONÇAVES, Márcia de Almeida. **Ânimos Temoratos: uma leitura dos medos sociais na Corte no tempo das Regências**. 1995. 145 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Idéias) – departamento de História da UFF, Niterói, 1995. Mimeo. Em relação à utilização do medo para o entendimento histórico temos DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300 – 1800, uma cidade sitiada**. Tradução Maria Lúcia Machado, tradução das notas Heloísa John. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁵⁰⁷Não podemos esquecer que apesar das diferenças partidárias, liberais e conservadores tinham em comum o fato de pertencerem à *boa sociedade* imperial. Terminologia de época utilizada por Francisco de Paula Ferreira de Rezende. **Minhas recordações**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988. Ver a este respeito CONCEIÇÃO, Lúvia Beatriz da. *Op.Cit.*

⁵⁰⁸ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora Ática, 1989.

brasileiro, engendrando uma noção de *Soberania Nacional* que permitiu uma sobrevida ao tráfico e determinou a forma de sua extinção. Conceito esse forjado no bojo da luta do Império do Brasil por ver respeitada uma decisão sua de como e quando acabar com o comércio negreiro. Decisão que se tornou coesa em fins da década de quarenta, possibilitando uma ação comum efetiva nesse sentido. A pressão do governo inglês não pode ser explicação direta e única para o fim desse comércio. Fatores internos, como vimos, levaram a essa abolição, sem deixarmos de lado a importância das ações dos representantes britânicos nos palacetes diplomáticos e de sua marinha em mares atlânticos e águas pertencentes ao novo Império americano.

A ORGANIZAÇÃO DA EXPOSIÇÃO ‘PRESENÇA DO INVISÍVEL’ NO NOVO CENÁRIO MUSEOLÓGICO DO SÉCULO XXI

Livia da Silva Nascente⁵⁰⁹

As exposições museológicas funcionam como canais de divulgação de uma ideologia e um aparato para o reconhecimento identitário. Quando um grupo está excluído das narrativas oficiais ou subjugado a outro este será a condição real do grupo em questão na dinâmica social presente. As perspectivas históricas, justiça social, normas, crenças e definição de indivíduo são conceitos que estão sempre sendo contestados, negociados nas exposições museológicas.

A exposição ‘A presença do invisível’ foi construída em um período de novos modelos e paradigmas tanto na antropologia quanto na museologia, pois os grupos que antes eram objetos de estudo e tinham suas narrativas construídas por terceiros, nas instituições de memória, passam a construir seus próprios museus e narrativas. Este novo panorama de representação cultural é importante ser destacado, pois este processo também está presente entre as comunidades do Oiapoque.

Devido à necessidade da afirmação identitária para conseguirem a legalização de suas terras e a permanência de sua posse. Para tal foi criado a Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (APIO), como mecanismo de unir os grupos para lutarem pela legalização da terra. A homologação ocorreu em 1992, porém ainda era necessário manter este direito, assim a união dos membros da comunidade através do auto-reconhecimento como índios e o incentivo da preservação e práticas culturais, também se tornaram objetivos da Associação. Em 1998 foi inaugurado o Museu Kuahi, para a reunião e preservação de artefatos e saberes destes índios. O museu foi criado pelos índios e é gerido pelos mesmos, e mantido pelo governo do Amapá.

A diversidade de tipos de indivíduos e grupos, que

⁵⁰⁹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO

participaram do mesmo acontecimento ou viveram uma mesma ação, cria conflitos entre estas memórias, pois todas querem emergir e ter visibilidade. No campo de disputas por legitimidade, o patrimônio funciona como um referencial, que garante o sentimento de pertencimento e cria um elo entre os indivíduos e a história do grupo. Através de bens tangíveis e intangíveis (monumentos, artefatos, festas, música, danças etc.) são criados elos de pertencimento entre os indivíduos e o passado, presente e futuro, garantindo a continuidade das práticas e unidade social. A noção de patrimônio é inerente a todas as sociedades humanas, com a função de demarcar domínio e estabelecer o sentimento de proprietário e propriedade (em relação aos bens culturais).

A noção de patrimônio, assim como toda a construção simbólica dos grupos sociais, é relativa, pois varia de grupo para grupo e do contexto social presente. O que tem grande valor para a memória coletiva em uma geração pode perder seu valor para as gerações futuras, assim como o que é importante para um grupo não tem a menor importância para outro. Estas diferentes formas de categorizar um determinado bem em patrimônio também é observado ao representar determinada cultura nos museus, pois há uma reclassificação dos objetos e as formas de narrativas, conferindo-lhe um outro sentido.

A luta pelo reconhecimento cultural está pautada nas necessidades presentes dos grupos que reclamam visibilidade e visam à mudança das relações de forças, enquanto as instituições oficiais tentam manter e impor estas relações, através do discurso sobre o desenvolvimento. O direito à propriedade de terra, saúde e educação e estabilidade econômica são alguns dos fatores que levam alguns grupos a questionem sua etnia, como forma de garantir estes direitos.

As subculturas ao formarem associação para fortalecer o grupo e ter maiores possibilidades de conquistar seus interesses, utilizam os dispositivos vigentes para alcançar tais objetivos. O aumento do número dos indivíduos que se autodefinem como índios, ou o crescimento do número de quilombolas, assim como as diversas associações que unem diferentes comunidades a partir de suas

atividades econômicas (a exemplo das associações de pescadores, quebradeiras de coco de babaçu etc.) representa a utilização da construção identitária para garantir o reconhecimento social e político.

Os povos indígenas que vivem na região vivem no norte do estado do Amapá, que faz fronteira com a Guiana Francesa, atualmente, possuem uma história de grandes mobilidades físicas e conflitos e uniões entre si, consequência, em grande parte, do processo de formação do estado nacional brasileiro. Os projetos de inclusão destas comunidades na nação brasileira através de processos de catequese e “civilidade”, para a formação de uma mão-de-obra para servir ao Brasil. O difícil acesso a região fez com que os povos que por diferentes motivos passaram a viver na região, conseguissem preservar uma tradição cultural, a pesar da catequização, escravidão e vários tipos de invasão.

O

projeto de demarcação territorial e definição das fronteiras do Brasil, a partir dos anos 1930 e 1940, fizeram com que os povos, que viviam no Oiapoque (local de fronteira com a Guiana Francesa), fossem incluídos como pertencentes à nação brasileira. Nesta época, a expedição chefiada pelo Marechal Rondon colocou os povos da região sob a tutela do SPI (Serviço de Proteção aos Índios). O reconhecimento de sua etnia neste processo de era uma forma de controlar estes grupos.

Os povos que vivem na região do Oiapoque apresentam trajetórias históricas próprias e traços culturais distintos entre si. A imagem que estes grupos construíram para caracterizá-los para o exterior apresenta um conjunto simbólico que pode ser tido como representações inerentes a todos estes povos – traços e heranças que são comuns a todos.

As transformações que levaram a criação de museus voltados para as comunidades, ao qual está inserido, foi um processo lento e só ganhou força no século XX. Até este momento as instituições museológicas estavam voltadas para defender os interesses elitistas e os diferentes aparatos culturais expostos nos museus nacionais e etnográficos tinham o intuito de estabelecer

hierarquias que valorizasse a cultura européia em relação às demais, justificando as campanhas imperialistas e colonialistas.

A criação de novos lugares de memória pelas próprias comunidades foi uma forma encontrada por elas, para divulgar suas perspectivas dos fatos tanto para os indivíduos da comunidade, como para as esferas externas, saindo dos locais com esquemas representativos já estabelecidos, em que tais comunidades não têm o poder de revisar as histórias divulgadas. O museu comunitário pode ser visto como o produto de uma demanda social, a partir da necessidade de diferentes grupos em criar uma identidade própria e atender as suas questões internas. Os denominados ecomuseus surgem de uma necessidade de unir o homem e o meio ambiente. O museu neste sentido, se expande, ultrapassando, na maioria das vezes, o edifício em que abriga suas coleções e engloba uma região, parques naturais, a comunidade e seus moradores (incluindo suas casas).

Esta reestruturação da área museológica converge com as lutas dos movimentos sociais em criar um espaço em que fossem divulgadas outras formas de narrativas diferentes das perspectivas burguesas e coloniais, como era até então, havendo inclusive um diagnóstico, por parte de uma linha de pensamento, de que o museu estava condenado ao desaparecimento (os rumores de extinção das instituições museológicas, entre as décadas de 1960 e 1970, estavam direcionados em acabar com as formas de comando autoritária). A Nova Museologia surge, de acordo com Soares, da necessidade de criar um quadro epistêmico contemporâneo para a museologia que convergisse à nova proposta de ação, em que suas atividades fossem direcionadas para a sociedade – funcionando como um mecanismo de resistência e luta de grupos minoritários contra uma situação de dominação.

A exposição ‘A presença do invisível: vida cotidiana e ritual entre os povos indígenas do Oiapoque’ - pertencente e aberta à visitação no Museu do Índio - foi inaugurada em 28 de maio de 2007. A inauguração da exposição marcou a reabertura do Museu do Índio, após reformas, fazendo parte do projeto “Museu do Índio de cara nova: instalação de uma exposição de longa duração e

implantação de um sistema de proteção patrimonial”, com novos recursos tecnológicos de multimídia, incluindo vídeos, fotografias e ambientações cinematográficas. A exposição ‘A presença do invisível’ foi montada no prédio principal do Museu, ocupando todo o segundo andar e dividindo o ambiente em 12 ambientes temáticos.

A maior parte das peças foi fabricada pelos índios artesões do Oiapoque, que participavam das oficinas desenvolvidas pela Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (APIO), encomendadas especialmente para a exposição. Também foram utilizadas algumas peças, dos povos do Oiapoque, que já pertenciam ao Museu do Índio (recolhidas durante as expedições do SPI). Este grupo de objetos foi selecionado, para compor a exposição, com o objetivo de fazer um contraponto com as novas peças, podendo, assim, observar as mudanças e continuidades culturais no Uaçá.

A exposição apresenta características culturais dos povos do Oiapoque a partir do ritual do Turé, em que cada elemento simbólico material e imaterial vão sendo explorados ao longo do percurso expositivo, terminando na representação da casa, focando, assim, em dois ambientes importantes das atividades destas comunidades indígenas. A água também é muito explorada na exposição, tendo em vista que é um elemento muito importante na vida destes indivíduos – é da água que retiram a principal fonte de alimento, o peixe, além de ser considerada o abrigo dos espíritos, de acordo com a mitologia da região.

A proposta curatorial da exposição foi a de apresentar a riqueza cultural dos índios do baixo Oiapoque, desmistificando a imagem de culturas pobres – que ainda prevalece no imaginário de muitos indivíduos ‘não-índios’. A exposição, assim, apresenta uma rica gama simbólica dos ritos, mitos, cosmologia e arte dos quatro grupos Karipuna, Galibi Kali’na, Galibi-Marworno e Palikur. O museu, neste caso, representa mais que um espaço para a preservação do patrimônio material e a possibilidade de visibilidade do grupo diante da sociedade, pois também se torna um espaço para a revitalização cultural.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Tal antropologia, qual museu?. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (Orgs). **Museus, coleções e patrimônio: narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p.138-178.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006. p.21-87.

BRITTO GRACÍA, Luiz. Cultura e contracultura. In: _____. **El império contracultural: del rock a la postmodernidad**. La Habana, Cuba: Editora Arte y Literatura, 2005.

CHAGAS, Mário. A radiosa aventura dos museus. In: E o patrimônio?. Rio de Janeiro: Contra Capa/ Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2008. p.113-123.

CLIFFORD, J. Colecionando arte-cultura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23, p.69-89, 1994.

ELIAS, Norbert. Mudanças na balança nós-eu (1987). In: _____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, c1987, 1998.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais; o problema dos patrimônios culturais. **Estudos históricos**, n.2, p.264-275, 1988.

HALBWACHS, M. **Les Cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Albin Michel, C1925, 1994.

HALBWACHS, M. **La Mémoire collective**. Paris: Albin Michel, c1950, 1997.

KARP, Ivan. Introduction: museums and communities: the politics of public culture. *In*: LAVINE, S; KARP, I.; KREAMER, C. M. (ed.) **Museums and communities**: the politics of public culture. [S.l.]: Smithsonian Institution, 1992, p.1-17.

LÖFGREN, O. The Nationalization of culture. **Ethnologia Europaea**, n.19, p.5-24, 1989.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

SOARES, Bruno; SCHEINER, Tereza. A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios ‘comuns’: um ensaio sobre a casa. [S.l.]: [S.n.], [200-?]

VIDAL, Lux Boelitz. O modelo e a marca, ou o estilo dos “misturados”: cosmologia, história e estética entre os povos indígenas do Uaçá. **Revista de Antropologia**, v.42, n.1-2, 1999.

AS FOTOGRAFIAS DA MARÉ E DE SAN AGUSTÍN: OS TRABALHOS CRIATIVOS DA MEMÓRIA EM ESPAÇOS DE CONFLITO

Lorena Best Urday
Mestranda em Memória Social PPGMS/UNIRIO

*É necessário usar a realidade até o ponto em que,
através dela, se possa ver o dia. Imaginar é dar ao
imaginário um pedaço de real para roer.*

Jean-Paul Sartre

Quando decidi voltar para a fotografia, desta vez não só atuando como fotógrafa, mais também como uma espécie de promotora da fotografia, não imaginava o horizonte dessa experiência, como também não imaginava seus desdobramentos, seus alcances e o nível de envolvimento e compromisso que essa prática exigiria de mim. Assim mesmo não imaginava a redimensão, resignificações e os múltiplos sentidos que a fotografia ia adquirir para mim nessa experiência. Neste sentido, a fotografia se converte em ató, discurso, corpo, fala, lembrança, esquecimento, encontro, estranhamento, ocultamento, evidência, incompletude, universo, relação já estabelecida, relações por se estabelecer; assim mesmo a fotografia passa a ser um desafio temporal, uma nova disposição espacial e se constitui em fragmentos de memórias que se constroem, refazem e transformam permanentemente. Memórias que procuram a sua legitimidade, memórias que procuram a sua voz, memórias certamente em disputa.

Neste ponto me pergunto: cómo construir um objeto de estudo sobre a construção da memória na fotografia? É do meu interesse construir um objeto de estudo específico –poderíamos dizer que se trata das fotografias como narrativas visuais e seus desdobramentos interpretativos no contexto da construção da memória de um determinado tempo e lugar-, porém esta especificidade é chamada para a complexidade pois se trata de uma

fotografia feita em contextos sociais em conflito, assim o traço destas fotografias como um ato social é nitido e seu engajamento também.

As fotografias gostam de caçar na escuridão de nossas memórias. São infinitamente menos capazes de nos mostrar o mundo do que oferecê-lo ao nosso pensamento.

Etienne Samain

Os percursos fotográficos

Em San Agustín, crianças que fotografam um lugar que vai desaparecer

San Agustín fica à costa do aeroporto Internacional Jorge Chávez no El Callao, Lima. San Agustín tem uma complexa história que se remonta aos inícios do século XX, quando ainda era uma fazenda os donos dessa terra cederam parte do seu território para a construção do aeroporto internacional, na década de 1950. Desde essa data, os moradores de San Agustín passaram a ter a condição de “erradicáveis”, é dizer eles nunca foram proprietários dos lugares onde moravam, pois nestas terras se ampliaria o aeroporto. Já na década de 2000, quando se aprova definitivamente o projeto de ampliação do aeroporto e os moradores de San Agustín passam a viver na iminência de um futuro e incerto despejo se inicia o longo processo na justiça, onde os moradores e proprietários das terras de San Agustín reivindicam um preço justo pago pelo Estado na venda das terras e uma reubicação e moradia dignas para a população. Neste ponto é importante salientar que San Agustín, seja pela sua história, seja pela sua localização geográfica, seja porque continua sendo uma terra agrícola, seja porque a sua configuração urbana quase não mudou desde a época da fazenda, é um lugar quase desconhecido para a maioria dos habitantes de Lima (e que paradoxalmente fica as costas do aeroporto). Além disso é um lugar onde a precariedade das condições básicas de infraestrutura e serviços, em soma de vida, demonstram o descaso do Estado, amparado na eterna história da reubicação da população.

Desde o 2008 inicie a oficina fotográfica *A Punto de despegar*⁵¹⁰ com crianças e jovens moradores de San Agustín, Susan (19 anos e coordenadora da oficina), Chelsy (15 anos), Yaré (12 anos), Alexis (12 anos) e Kelly (10 anos). A proposta desde o início foi realizar percursos livres pelo lugar e fotografar com a câmara digital aquilo que nos chamasse a atenção: seja porque se estava realizando uma actividade especial, porque tinha uma pessoa importante, porque o lugar guardava histórias, porque o consideramos “bonito” ou agradável, seja porque é um lugar de preferência, etc. E os lugares se misturam com as pessoas, e as pessoas com os personagens, e os acontecimentos com as atividades do cotidiano, e os lugares são públicos e privados, e os lugares passam a ser histórias e as histórias precisam dos retratos das pessoas que as viveram o que as contam, etc. Assim criamos um importante banco de fotografias do cotidiano de San Agustín entre o 2008 e o 2010. Nas próprias fotografias poderíamos identificar alguns momentos nos que aconteceu o engajamento da criança fotografa com a sua realidade, com a ideia de fotografar um lugar que vai desaparecer e que para muitos nunca existiu. Assim várias das fotografias tem essa força discursiva que as coloca num patamar para pensar na fotografia como um fato social e como um ato da memória (ideias centrais na presente pesquisa).

Na Maré, o fotógrafo que fotografa para transformar

Conheci ao fotógrafo Bira Carvalho quando estava iniciando a sua formação de fotógrafo na oficina de fotografia do CEASM na Maré (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré), naquele então eu trabalhava na mesma instituição no projeto Maré de Histórias. Passaram anos para que reencontrasse o Bira e a Maré, desta vez como acompanhante do Bira fotógrafo, desta vez não só enxergaria a Maré por mim mesma mais também agora sou convidada a olhar a complexa, contraditória e conflitiva realidade da Maré desde o olhar fotográfico do Bira.

Nesta parte não desenvolverei uma apresentação maior do contexto da favela da Maré, porque é um contexto de rescente

⁵¹⁰ Despegar = decolar.

aproximação. O que sim é necessário especificar é que o lugar onde se centrará a minha pesquisa é na Nova Holanda, um dos setores mais conflituos por causa do tráfico na favela da Maré. Bira Carvalho é morador da Nova Holanda e sua história está atravessada, superposta, quebrada, removida, morrida e renascida como a história da favela. Poderia afirmar que Bira é que tem se proposto “revelar transformações”, usando o termo revelar pensando no ato de revelar uma fotografia, no momento da revelação: quando a imagem não só se faz visível e sim também adquire nova forma, se transforma.

Ainda conheço pouco da história de Bira Cavalho, mais sei por ele que a fotografia chegou na sua vida como uma esperança para passar a se converter no seu linguagem, no seu jeito de olhar, se expressar, se comunicar, de agir e de transformar a sua realidade. Nas palavras do próprio Bira, ele me contou que já foi bandido e que num assalto recebeu um tiro e ficou paraplégico, hoje ele anda de cadeira de rodas, e justamente este novo estado é o que o aproximou da fotografia. Na atualidade, ele é um dos fotógrafos mais conhecidos da Maré. Sobre a sua trajetória, cabe mencionar que Bira faz parte do intenso movimento de inclusão do olhar, fotografia popular ou de democratização de olhar que vêm acontecendo faz décadas em distintos contextos do Brasil, assim Bira, que teve seus inícios no CEASM, foi aluno e também promotor no projeto Imagens do Povo do Observatório das Favelas na Maré e atualmente desenvolve projetos fotográficos autônomos.

Quando Bira fala da fotografia o faz olhando para as suas imagens, e ele menciona que o que procura é a “alma” da favela, que cada uma das suas fotos tenha algo de essa alma. Ele acredita que fotografar é um ato de criação e de antecipação da realidade, e que essas duas características são as que fazem possíveis que a fotografia possa gerar interpretações e discursos capazes de transformar a vida das pessoas, pois novos imaginários se abrem. Essas são algumas das ideias que consigo resgatar dos meus primeiros encontros com Bira e que novamente me reafirmam na ideia de pensar a fotografia como fato social e como ato de memória, um ato criativo.

Nesta altura considero necessário pontuar alguns aspectos que deveram ser tomados em conta na abordagem da futura análise ou na interpretação das fotografias e seus discursos visuais:

- O fato dos fotógrafos serem crianças. O estatuto da imagem fotográfica feita por uma criança. A transformação que opera a fotografia nos próprios fotógrafos. Seu encontro e a sua procura da fotografia. A visão de se mesmos enquanto fotógrafos.
- O desenvolvimento da estética nas fotografias (que tem a ver com o particular processo de descobertas, mudanças, preferências, identificações, questionamentos e a urgência de comunicar ou não dos fotógrafos).
- A necessidade de contar histórias com as suas fotografias: “*para que la historia de San Agustín no se pierda*” ou “*para que todos conozcan este pueblo que alguna vez existió*” ou “*revelar a alma da favela*”.
- A fotografia como ato criativo em situações de conflito social e de exclusão (o descasso do Estado, a futura reubicção ou remoção e o conflito do tráfico e suas consequências sociais). A fotografia da emergência e da urgência.
- A fotografia acontece as margens, seja em lugares, em situações margináis –pensando em margem como limite, como ato de quebra e lugar de interferências.
- A fotografia como um ato comunicativo, mais sobretudo como ato reivindicativo para a criação da nossa própria memória, na forma da imagem: um conteúdo estético, um conteúdo social, um conteúdo espaço-temporal, um discurso aberto a novas ressignificações, discurso que gera autonomia no sentido da auto representação.

A fotografia como fato social e ato da memória: possíveis desdobramentos

Com o objetivo de lançar os primeiros derroteiros interpretativos vou me apoiar nas reflexões do sociólogo e fotógrafo

José de Souza Martins (2008), ele afirma *que o “ato fotográfico” envolve múltiplas relações e a muitos: o fotógrafo, o fotografado, um terceiro, o observador eventual da imagem revelada, sem que possa comunicar um único sentido ou um que ao menos prevaleça sobre todos os outros. Por meio daquele, o homem comum pode ficcionalizar-se a si mesmo como recurso à autoidentificação (...)* É assim como podemos pensar na fotografia como maneira de ver, pensar, dizer e interpretar o mundo e (de Souza Martins:2008) *fazendo da fotografia assim chamada “estética”, e não a documental, objeto de representação de imaginários socialmente partilhados.*

Só esta ideia a da fotografia como fato social já abre um vasto universo interpretativo que ainda pretendo tecer com a segunda ideia, a da fotografia como ato da memória. Penso na fotografia como um ato de criação de memória (conceito que precisa ser ainda delinhado, para o que me basearé nas reflexões de Rolan Barthes, Gisele Freund, Susan Sontang e Pierre Bordieu entre outros). Memórias éstas que precisaram ser trabalhadas –pois emergem de um contexto social em conflito- e é neste momento que me aproximo do enfoque “dos trabalhos da memória” da socióloga argentina Elizabeth Jelin, embora Jelin esboçe a sua proposta a partir da visão da memória nos contextos de repressão, acho importante não perder de vista a situação de conflito social em que está memórias-fotografias surgem. Nesse sentido podemos recuperar a ideia de uma memória ativa que trabalha – e pelo tanto é criativa- e trabalha para a transformação social e na procura de uma vida mais justa e com maiores oportunidades. Poderia dizer que estes são os pontos de partida para a análise que é objeto da minha pesquisa. Já quase no final, é irónico falar de fotografia e não mostrar nenhuma imagem, e para não continuar em falta lhes convido a visitar o site <http://apuntodedespegarsanagustin.blogspot.com/> com a experiência de San Agustín.

Finalmente, tanto a experiência das crianças fotógrafas de San Agustín como a do fotógrafo Bira Carvalho me remetem a ideia da autonomia pelo alimento do sonho, pelo aumento da imaginação, e quando penso neles me veem uma frase de Mário Quintana no seu

livro “Lili inventa o mundo”: *As pessoas sem imaginação podem ter tido as mais imprevistas aventuras, podem ter visitado as terras mais estranhas. Nada lhes ficou. Nada lhes sobrou. Uma vida não basta apenas ser vivida: também precisa ser sonhada.*

BIBLIOGRAFIA

BARTHES, Roland. *La cámara lúcida*. Barcelona: Paidós, 1989.

DE SOUZA MARTINS, José. *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Contexto, 2008.

FREUND, Gisele. *La fotografía como acto social*. Gustavo Gili, 2002.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid-Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2002.

JELIN, Elizabeth. VILA, Pablo. *Podría ser yo: los sectores populares urbanos en imagen y palabra*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1987.

LINO, Elizabeth, BEST, Kristel, GONZÁLES, María, HERNÁNDEZ, Alejandro. *Oía Mentar la Hacienda San Agustín*. Bogotá: Convenio Andrés Bello, 2007.

MARTINS, Raimundo. Narrativas visuais: imagens, visualidades e experiência educativa. *VIS: Imagens em deslocamento, educação e visualidade (Revista del programa de Pós Graduação em Artes Visuais da Universidade de Brasilia)*, v.8, n.1, jan.-jun. 2009.

REZENDE de, Maria José. A globalização e os desafios da ação política num contexto de concentração de riqueza e de poder: as reflexões de Zygmunt Bauman e as de Celso Furtado. *Estudios Sociales*, v. 16, n. 30, jul.-dez. 2007.

SAMAIN, Etienne (org.). *O Fotográfico*. 2ª edição. São Paulo: Hucitec/Editora Senac, 2005.

SANCHES JUSTO, Carmen. *Os meninos fotógrafos e os educadores: viver na rua e no projeto Casa*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

BELO HORIZONTE EM EXPOSIÇÃO: FOTOGRAFIA AMADORA E PODER PÚBLICO UNIDOS NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA CAPITAL MINEIRA EM 1953

Lucas Mendes Menezes
(Mestrando em História Social da Cultura – Programa de
Pós Graduação em História/UFMG)

Esta comunicação tem como objetivo evidenciar alguns aspectos significativos do desenvolvimento da prática fotográfica em Belo Horizonte, mediada pela dinâmica dos usos e funções que a fotografia assumiu no espaço da cidade. Tomamos como ponto de partida a realização, em 1953, da “Primeira Exposição Fotográfica de Motivos Belorizontinos” resultado da iniciativa de alguns fotógrafos amadores (membros do Foto Clube de Minas Gerais - FCMG) e patrocinada pela prefeitura da cidade.

Desde a sua construção, na última década do século XIX, não faltaram iniciativas para equiparar a capital mineira aos grandes centros do Brasil do ponto de vista cultural. Nos anos 1940 e 1950 essas iniciativas se renovaram principalmente sob a atuação da figura de Juscelino Kubitschek, primeiro como prefeito de Belo Horizonte e depois como governador do estado de Minas Gerais. A construção do Complexo Arquitetônico da Pampulha, projetado por Oscar Niemeyer, a realização da polêmica Exposição de Arte Moderna em 1944 e a criação da “Escola do Parque”, que tinha à sua frente o artista Alberto da Veiga Guignard com sua pedagogia que pregava a liberdade de criação, são representativas desse contexto.

Todas essas medidas atestam um amadurecimento do relacionamento entre a cultura e a política no seio das iniciativas do poder público na cidade. Belo Horizonte busca seu espaço no cenário político nacional e internacional e a atenção dada à cultura – erudita, sobretudo – faz parte de um projeto maior de desenvolvimento e projeção da moderna capital mineira. Desta forma, coube também à fotografia, em larga medida, dar a sua contribuição na construção desta imagem.

Na realidade belo-horizontina, a fotografia integra a história da cidade mesmo antes da sua fundação. O gabinete fotográfico da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) foi responsável pela documentação da construção e pela divulgação das imagens da nova capital de Minas Gerais entre os anos de 1894 e 1897. Em 1939, quando da realização do I Salão Municipal de Belas Artes (os salões eram organizados pela Sociedade Mineira de Belas Artes desde 1920), primeiro a contar com o patrocínio da prefeitura, três fotógrafos foram convidados a apresentar seus trabalhos. Segundo Wilson Baptista, que na ocasião era funcionário da prefeitura e foi um dos fotógrafos que participaram do salão, teria sido seu chefe, José Carlos Lisboa, quem havia forçado a entrada das fotografias no salão. Baptista, que vai ser um dos fundadores do FCMG em 1951, apresentou seis trabalhos. Tratavam-se de seis painéis que contrastavam imagens da “Belo Horizonte moderna na época”, com a “Ouro Preto antiga”, segundo ele mesmo revelou em entrevista cedida em 2006. A construção proposta pelo fotógrafo amador justificava o intento das autoridades de trazer a fotografia para dentro do salão: a republicana Belo Horizonte era moderna, sobretudo através do paralelo com sua antecessora, a colonial Ouro Preto.

Nesta medida, interessa-nos, ao dirigir nosso olhar para mostra realizada em 1953, entender em que medida e de que maneira essa iniciativa estava ligada aos interesses das autoridades públicas da cidade. A exposição promovida pelo FCMG não deixa de possuir o tom documental da iniciativa da CCNC, nem o tom didático das imagens propostas por Baptista. Contudo, ela apresenta peculiaridades que demandam uma análise detida.

Composta por mais de 150 imagens, a mostra, que se dedicou exclusivamente ao gênero da fotografia, recebeu mais de cinco mil visitantes em apenas doze dias de abertura ao público. Ela foi realizada no salão do comercial Edifício Dantés – um dos pontos mais centrais da cidade – onde também funcionava a sede provisória do Foto Clube. As imagens são produzidas para serem expostas, documentam; mas também são arte e buscam ser reconhecidas como tal. Nesta medida, nossa leitura deve se orientar não apenas para o

contexto de sua produção, mas também para o de sua circulação e recepção.

A trajetória do FCMG não se dá de forma isolada; o clube mineiro estava filiado a uma comunidade já consolidada, da qual faziam parte outras sociedades das principais cidades do país e do mundo. Essas sociedades se encontravam em permanente intercâmbio de imagens, através da realização regular de concursos e salões. Seus membros, assim como no caso do clube mineiro, eram figuras representativas nos cenários político, econômico, social e cultural de suas respectivas cidades.

Ao reconhecer as potencialidades desse intercâmbio, as autoridades municipais estimularam os membros do FCMG a enviar as fotografias de Belo Horizonte para outras capitais brasileiras e mesmo algumas cidades dos Estados Unidos. Eles tinham acesso a uma nova rede de difusão de informação, eficiente, porque contava com uma gama de contatos já estruturada e com baixo custo, já que caberia aos membros do clube o envio dos trabalhos.

O catálogo da exposição é composto por reproduções das fotografias dos membros do clube e se constitui numa narrativa peculiar sobre Belo Horizonte. Sua materialidade surge em oposição à efemeridade da exposição, garantindo um novo e imensurável espaço de circulação. Patrocinado pela prefeitura, o catálogo se constitui num veículo publicitário, recheado por textos e dados estatísticos que atestam o desenvolvimento da cidade. As fotografias reproduzidas na publicação estimulam uma leitura direta, seus aspectos simbólicos são oferecidos ao leitor sem grandes esforços; a temática principal gira em torno da ascensão histórica, política, econômica e urbanística da cidade, de sua renovação arquitetônica e sua conseqüente verticalização e da convivência pacífica entre a modernidade, natureza e tradição.

Com o foco mais limitado, as imagens que contribuem para a narrativa proposta pelo catálogo recorrem inclusive a motivos semelhantes. Das quinze imagens impressas, sete são fotografias compostas a partir do complexo arquitetônico da Pampulha. Estas imagens, para além de atestarem a admiração dos fotógrafos amadores pelo complexo, são úteis na medida em que se conformam

enquanto registros de uma das maiores iniciativas operadas pelo prefeito Juscelino Kubitschek, na ocasião da mostra, governador de Minas Gerais. Essas fotografias contribuíram, à sua maneira, para a circulação e assimilação desse conjunto de construções em torno da represa da Pampulha como traço da modernidade mineira.

Duas outras fotografias possuem como referente o “Monumento à Terra Mineira”, erguido na Praça da Estação em 1930 e referência principal para aqueles que desembarcavam na cidade. Este monumento, carregado de símbolos que tratam da tradição e do destino do povo mineiro, é apropriado de maneiras diferentes pelos fotógrafos, o que resulta em imagens de caráter distinto. As demais imagens que compõem o catálogo vão buscar outros referentes na cidade: o Parque Municipal, o Palácio da Liberdade, a Câmara Municipal, a Praça Sete de Setembro e duas tomadas panorâmicas de pontos diferentes da cidade. A leitura empreendida a partir dessas fotografias, em primeira instância, será mediada por seu papel na composição do catálogo, ou seja, de que maneira elas são apropriadas e dispostas para servir a propagação de uma mensagem unívoca.

Contudo, esta narrativa proposta pelo catálogo não condiz em sua totalidade com a concepção orquestrada pelos organizadores da exposição. Antes de entendê-la como estritamente regida por interesses políticos – percurso que o catálogo nos induz a fazer – é preciso perceber as outras dimensões das quais esta mostra é representativa.

A prática fotográfica é uma leitura do mundo, resultado de escolhas, de apropriações e interpretações das realidades que cercam o fotógrafo. Eles não se prestam ao registro orientado somente pelos interesses do poder público; produzem imagens de suas próprias experiências no espaço da cidade.

Interessado na maneira como a cidade é apreendida de forma diferenciada por seus habitantes, Michel de Certeau atribui à “caminhada” o lugar de uma “prática de espaço”, pois ela surge como consequência das escolhas e recortes empreendidos pelo sujeito no contato com a cidade, como resultado de uma apropriação do espaço. A maneira pela qual os fotógrafos mineiros vão apropriar

Belo Horizonte na construção de suas imagens vai variar de acordo não só com os interesses dos seus patrocinadores, mas, sobretudo, através da carga de experiências apreendidas e de pretensões que são próprias do seu grupo social. Eles não são fotógrafos profissionais que dependem da sua produção para se sustentar, não trabalham em estúdios e muito menos como fotógrafos de imprensa; são amadores que se dedicam à fotografia de maneira diferenciada e, desta maneira, produzem também imagens diferenciadas.

Uma imagem em especial parece indicar os caminhos para as propostas feitas até o momento. Ela não está presente no catálogo, mas teve boa repercussão entre a crítica e nos salões que participaria posteriormente. A fotografia realizada por José Pinheiro Silva, a partir de um prédio refletido num capô de um carro, não é uma documentação direta, informativa, mas uma construção simbólica empreendida através do contato do fotógrafo artista com a realidade da cidade. Resultado dos percursos e escolhas do seu autor, ela é um traço, um índice, da apropriação empreendida por este.

Outro tipo de “caminhada” realizada para a exposição não se deu propriamente no espaço da cidade, mas dirigiu seu olhar sobre sua superfície. Foram expostas, juntamente com as fotografias dos membros do clube, um conjunto de fotografias aéreas da capital realizadas pelos fotógrafos Pedro Albuquerque e Câncio de Oliveira, sob encomenda da prefeitura. Exemplar dos usos que a fotografia se prestou nas sociedades urbanas desde sua invenção, estas imagens desvelam um interesse em apreender as dimensões do crescimento da cidade, não só dos seus contornos, mas também de sua expansão vertical.

O tom crítico que alguns fotógrafos resolveram adotar em suas imagens é outro elemento que aponta para um descompasso entre o que foi impresso no catálogo e o que foi mostrado na exposição. Segundo um contingente significativo de notas e reportagens de imprensa da época, algumas das imagens expostas se dirigiram para o “lado feio de Belo Horizonte” ou procuraram explorar as coisas que ainda faltavam na cidade.

Movida por interesses diversos a “Primeira Exposição Fotográfica de Motivos Belorizontinos” se revela um referente

importante para se pensar de que maneira a fotografia foi apropriada e produzida na capital mineira. Apesar de não ter tido sequência – ela é a primeira, mas também a última exposição com o tema promovida pelo FCMG – a relação entre o clube e o patronato público não se encerra nela.

A pesquisa ainda se encontra em curso e muitas das questões exploradas de forma superficial no presente texto serão melhor trabalhadas posteriormente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes documentais:

“Primeira Exposição Fotográfica de Motivos Belorizontinos – promovida pelo Foto Clube de Minas Gerais sob o patrocínio da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte”, Belo Horizonte, 1953. (Catálogo - Acervo pessoal Wilson Baptista)

Jornais “Diário”, “Diário de Minas” e “Estado de Minas” (edições de setembro de 1953)

BORGES, Maria Eliza Linhares. FRANÇA, Tibério. Entrevista com o Sr. Wilson Baptista. Acervo do Programa de História Oral da UFMG, 2006.

Livros:

BOURDIEU, Pierre (org.). *Un art moyen – essai sur les usages de la photographie*. Paris. Les Éditions de Minuit, 1965.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Petropolis , RJ: Vozes, 1998

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações* Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

MAUAD, Ana Maria. *Sob o Signo da Imagem: A Produção da Fotografia e o Controle dos Códigos de representação Social da Classe Dominante, no Rio de Janeiro, na Primeira Metade do Século XX*. Niterói, RJ, 1990. (tese de doutoramento)

RATZINGER OU BENTO XVI, QUEM COMANDA O VATICANO? UM BALANÇO DE 5 ANOS DO PAPADO

Lucelmo Lacerda de Brito
PUC-SP

Joseph Alois Ratzinger era um progressista, os anos 60, porém, o abalaram profundamente, a efervescência contestatória dos estudantes o deixou extremamente perturbado, rumando para uma posição conservadora. (TORNIELLI, 2007, pág. 80)

Na Igreja, os anos seguintes à realização do Concílio Vaticano II foram denominados de *Primavera da Igreja*, devido ao florescimento de diversas expressões renovadoras de teologia e espiritualidade no interior do catolicismo. Ilustrando essa primavera, basta lembrar que tal período pariu expressões tão distintas quanto a Teologia da Libertação - TL e a Renovação Carismática. (LACERDA, 2008)

Mas em 1978 a Igreja elegia João Paulo II, que centrou-se no “Retorno à Grande Disciplina”, um esforço monumental para empreender o controle da Igreja Católica em âmbito universal em três vieses: o controle dos representantes de Deus, o controle do governo da Igreja e o controle das idéias (LACERDA, 2009, pág. 35).

João Paulo II era, contudo, relativamente teologicamente (BETTO, 2010) e, em 1981, soma Ratzinger em sua cúpula, que assumiria a Congregação para a Doutrina da Fé - CDF, e daria os contornos da ação de normalização empreendida por João Paulo II.

A pergunta que nos fazemos é se o atual papado é, na verdade, um governo em comunhão com o que desde há muito pensa o Cardeal Joseph Ratzinger, ou se houve uma abertura teológica de seu papado para a recepção da contraditória realidade da Igreja, isto é, se há uma modificação do trabalho de Ratzinger à frente do papado.

Um papado de controle: A visita de Bento XVI ao Brasil em 2007 recolocou a TL nos termos da Guerra Fria. Antes de sua

vinda, o teólogo salvadorenho Jon Sobrino, adepto da TL, foi censurado pelo Vaticano, como um recado de que a visita tinha como principal função o alinhamento de qualquer dissonância à ordem vaticana. Os discursos papais foram particularmente duros, demonstrando uma preocupação atual com a TL, voltando a criticá-la, na visita *ad limina* dos bispos da região sul do Brasil (DW-WORLD.DE, 2010).

Contudo, não houve uma onda de condenações a teólogos, pois a dissonância já fora, em parte, silenciada nos tempos de Ratzinger na CDF e em parte porque o novo papa deseja demonstrar que não é um grande inquisidor, como já se pronunciou.

Ecumenismo: Ratzinger acreditou, desde o fim dos anos 60, que o pluralismo era uma ameaça à Igreja (LERNOUX; 1992, pág. 21) como cardeal, sabotou a discussão entre teólogos católicos e episcopais a ponto destes cancelarem as discussões alegando que precisavam “de mais tempo para pensar antes de correr o risco de termos um Cardeal Joseph Ratzinger agindo em nosso meio” (*Apud* LERNOUX; *op.cit.*, pág. 98). Mesmo o biógrafo “oficial” de Ratzinger, Andrea Tornielli, afirma que o atual papa era considerado “congelante” nos círculos ecumênicos (TORNIELLI, 2006, pág. 101).

O Concílio Vaticano II (1962-1965) se encerrou em *Primavera da Igreja* e a leitura hegemônica dos documentos era feita pela ala progressista e se tornaria o alvo privilegiado de João Paulo II e Ratzinger, nas palavras de Karl Rahner “Depois de viver o espírito primaveril do Concílio Vaticano II, a Igreja Católica mergulhou, nos anos 80, num rigoroso inverno que reforçou a disciplina interna e a centralização” (*apud* BEOZZO, 1993, pág. 290). Emblemático é o conflito acerca da Igreja de Cristo e a Igreja Católica.

O documento preparatório do Concílio afirmava que “a Igreja Católica é [*est*] a Igreja de Cristo”, o que foi mudado no documento final por “a Igreja de Cristo subsiste na [*subsistit in*] Igreja Católica”. *subsistit in* é tomado por Ratzinger como sinônimo de *est*, cuja troca seria motivada pela amenidade do novo termo. Para ele, as organizações protestantes formam comunidades eclesiais, mas não igrejas. A discordância nesse ponto foi um dos elementos da

condenação do livro *Igreja: Carisma e Poder*, de Leonardo Boff. Seu inquiridor, Ratzinger, voltou à questão no documento *Dominus Jesus* em 2000 e como Bento XVI em *Respostas a algumas perguntas sobre certos aspectos da doutrina sobre a Igreja* em 10/07/2007, em ambos, Boff foi congratulado com uma nota como exemplo de que teologia não se fazer. (LACERDA, 2009, pág. 103).

Bento XVI ainda rebaixou o *status* do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, englobando-o no Conselho para a Cultura, reativou a missa em latim, criando sério atrito com o mundo judaico, posto que tal rito contém uma oração pela conversão dos judeus (FOLHA ONLINE, 2007). Afastou os anglicanos, com uma normativa para sua conversão. Não obstante, criou grave atrito com o mundo islâmico desde a desastrada citação do monarca católico que ofendia os muçulmanos. Não se trata de um ato isolado ou mal planejado, o novo papa elegeu o combate ao islamismo como um dos principais motes de seu papado. Em seu brasão já anuncia tal desejo ao adotar a capa beneditina, fazendo menção direta (conforme própria explicação do Vaticano sobre o brasão), à resistência católica em face dos muçulmanos durante a Idade Média.

Direita, volver: É notório também um movimento de aproximação com o nazi-fascismo. Bento XVI beatificou 498 religiosos mortos na Guerra Civil Espanhola nas hostes fascistas e, a despeito dos protestos da comunidade internacional, acelerou o processo de canonização de Pio XII, que se omitiu diante do massacre dos judeus.

Houve também a recepção na Igreja dos partidários de Lefévre. Um deles, Richard Williamsom é um veemente propagandista da tese de que não houve holocausto durante a Segunda Guerra. Tal atitude ensejou uma forte atitude da Chanceler alemã Ângela Merkel, que pediu que o papa esclarecesse sua posição sobre o holocausto.

Lembre-mos que Ratzinger fora membro da Juventude Nazista e soldado de Hitler na Segunda Guerra. Quanto à sua filiação à juventude nazista, sempre afirmara que fora compulsória (TORNIELLI, 2007, pág. 46), no entanto, David Yallop discorda e afirma que a mesma fora voluntária (2007, pág. 549). Nenhum dos

dois apresentam provas conclusivas, nem tampouco parece esse ponto ser especialmente relevante, pois parece razoável que com a máquina de propaganda nazista em pleno vapor, é de se supor que a juventude se empolgue. Esse fato só ganha relevância, contudo, diante do atual e inesperado movimento de reabilitação do nazi-fascismo operado pelo papa alemão.

Podemos entender essas atitudes não como desagravos a movimentos derrotados na história com os quais o papado atual supostamente comunga alguns princípios ou mantém uma determinada relação, mas sim como um aceno à direita européia, cujo *leitmotiv* contemporâneo é a xenofobia, de caráter violento e que está engajada no projeto de construção de um estado autoritário, especialmente no enfrentamento à violência urbana, associada, nesse imaginário, aos imigrantes. Essa direita é cada vez mais forte e flerta sensivelmente não somente com os princípios nazi-fascistas, mas também com seu legado.

Abuso contra crianças e adolescentes: Documentos comprovam que Bento XVI, enquanto arcebispo de Munique e Freising, em 1980, sua diocese recebeu um padre pedófilo advindo de outra diocese, que continuou a praticar crimes até sua condenação em 1986 (FOLHA ONLINE, 2010a). Além disso, optou por acobertar as denúncias contra o padre Lawrence Murphy de abusos a mais de 200 crianças surdas no John's School, em Milwaukee (FOLHA ONLINE, 2010b). Também não revogou o documento secreto da década de 60, *Crimen Sollicitationis*, que previa que quem denunciasse qualquer caso de abuso a menores por parte de sacerdotes seria excomungado.

Não obstante, seu irmão Georg Ratzinger, também está comprometido em denúncias de abusos contra adolescentes. O coral de Resensburgo, que esteve sob seu comando entre 1964 e 1994, foi um dos lugares em que os adolescentes sofreram abusos sexuais. O Vaticano informou que o período em que tais abusos se deram são anteriores à administração do irmão do papa. Georg, por sua vez, reiterou a negativa de abuso sexual, mas confessou desferir golpes nos rostos dos menores (Idem, pág. 47).

Pesquisas demonstram que, nos EUA, a desaprovação do Papa saltou de 1% para 24%, na Alemanha, 25% dos católicos consideram abandonar a Igreja devido aos escândalos de pedofilia e a casa onde o papa nasceu amanheceu em 13 de abril de 2010, pichada com acusações ao mesmo relacionadas ao tema da pedofilia (UOL, 2010).

O porta-voz do Vaticano, Federico Lombardi, afirmou que os "ataques midiáticos" aos padres pedófilos causaram um grande prejuízo à Igreja. Ora, o que causou o dano à Igreja não foi o que chama de "ataques midiáticos" (FOLHA ONLINE, 2010a), mas a extensa lista de casos de pedofilia existentes na Igreja sem respostas, gerando um clima de impunidade e reiterando o círculo vicioso da pedofilia.

O atual papado não havia ainda conseguido compreender a extensão do problema da pedofilia, preferindo a retórica vitimista. Mas ao que tudo indica, no exato momento da comemoração dos 5 anos de papado, parece que Bento XVI compreendeu que precisa disputar a hegemonia na opinião pública no tema.

Primeiro utilizou-se da estratégia de angariar apoios públicos. Tal estratégia se mostrou desastrosa, pois continuava a negar o que grassa no senso comum, que os casos de abusos são reais e que o papa não os combate, foram 24 anos a frente da CDF, mais de 140 teólogos admoestados e nunca, nem um só pedófilo condenado.

A segunda estratégia adotada parece encontrar mais ressonância na opinião pública, Ratzinger se encontrou com vítimas de abuso, "chorou" ao ouvir os relatos, fez e postou na internet uma instrução que orienta os bispos a denunciarem à polícia casos de abuso sexual, enfim, estabeleceu-se uma política comunicacional agressiva no tema.

Conclusão: Os cinco anos de papado demonstram que Ratzinger permanece firme em seus já antigos propósitos. Se sob o papado de João Paulo II influenciou decisivamente o campo da doutrina, com comando completo da Igreja a desveste do populismo polonês para afastar-se dos espetáculos, mas também das acomodações. Bento XVI rejeita qualquer movimento de conciliação

que não seja estritamente dentro dos marcos de seu pensamento, se afasta da perspectiva ecumênica que ganhou força no Vaticano II e caminha em direção a uma sólida aliança com a direita xenófoba européia.

Na maior crise da Igreja Católica dos últimos anos, o escândalo da pedofilia, Bento XVI começa a empreender uma nova estratégia comunicacional, mas muito mais do que um bom publicitário é preciso para reabilitar a Igreja no plano público.

Também não se dispõe, o papa, a dialogar de maneira aberta com o mundo pós-moderno, democrático, pluralista. Prefere, antes, buscar o caminho que leva inevitavelmente a sectarização. Bento XVI não admite que se chamem “igrejas” as confissões protestantes, mas será ele próprio chefe de uma seita, caso se trilhe os próximos anos à semelhança dos primeiros!

BIBLIOGRAFIA

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo**. Petrópolis-RJ: Vozes. 1993; (Coleção Igreja do Brasil)

BETTO, Frei. Entrevista concedida ao autor em 27 de janeiro de 2010.

BOURDIEU, Pierre; **A Economia das Trocas Simbólicas**; Tradução de Sérgio Miceli *et all*; São Paulo: Perspectiva; 2003;

CARTA CAPITAL, **O Pecado da Omissão**, Assinado por Cynara Menezes, Ano XV, número 588, de 24 de março de 2010.

DW-WORLD.DE. Papa representa cristianismo conservador e reacionário, diz teólogo Boff.

www.dw-world.de/dw/article/0,,5479914,00.html. 18 de abril de 2010.

FOLHA ONLINE. **Ninguém fez tanto contra pedofilia quanto Bento 16, afirma Vaticano**. disponível em www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u712963.shtml. 27 de março de 2010a.

_____, **Atuação do papa pode ter ajudado a encobrir casos de abuso, diz “NYT”**, disponível em

www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u712554.shtml, 26 de março de 2010b.

_____, **Vaticano apresenta documento que facilita missa em latim.** disponível em

www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2007/visitadopapaaobrasil.shtml. 07 de julho de 2007.

LACERDA, Lucelmo, **Uma análise da polêmica em torno do livro "Igreja: carisma e poder", de Leonardo Boff, na Arquidiocese do Rio de Janeiro;** Dissertação de Mestrado defendida na PUC-SP, para a obtenção do título de Mestre no Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social; disponível em:

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetaileObraDownload.do?select_action=&co_obra=135917&co_midia=2

_____, ***Compromisso Coletivo na Igreja Católica. Teologia da Libertação e Renovação Carismática;*** REVISTA *ESPAÇO DA SOPHIA* - Nº 10 – JANEIRO/2008 – MENSAL – ANO I. disponível em

http://www.espacodasophia.com.br/colaboradores/lucelmo_lacerda_compromisso_coletivo_na_igreja_catolica.pdf

LERNOUX, Penny. **A Barca de Pedro, nos bastidores da Igreja.** São Paulo: Ática, 1992.

LIBÂNIO, João Batista; “Apresentação didática”; In: CELAM; **III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, Conclusões de Puebla, a Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina;** São Paulo: Edições Loyola; 1979; pág. 55-80;

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Líder anglicano diz que igreja irlandesa perdeu credibilidade.** Assinado por Tim Castle.

Disponível em

<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,lider-anglicano-diz-que-igreja-irlandesa-perdeu-credibilidade,533181,0.htm>. 03 de abril de 2010.

TORNIELLI, Andrea. **Bento XVI: Guardiã da fé.** São Paulo: Record. 2007.

UOL, **Casa onde o papa nasceu amanhece pichada**, disponível em www.noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2010/04/13/casa-onde-o-papa-nasceu-amanhece-pichada, 04 de abril de 2010.

YALLOP, David. **O Poder e a Glória: o lado negro do Vaticano de João Paulo II**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil. 2007

O CORPO: IMAGENS E EXAGEROS NA CULTURA IMPRESSA

Luciana Machado de Freitas⁵¹¹

Resumo:

O corpo é uma imagem, sendo um dos itens mais divulgados pela cultura impressa, que encarrega de criar estereótipos muitas das vezes inalcançáveis. O objetivo deste artigo é utilizar a revista semanal “Veja”, para sustentar as mudanças ocorridas em relação à cultura impressa e a sociedade a partir da década de 90. E como o corpo como mercadoria de consumo passa a ser retratado diante das imagens e utilizado como fonte para historiografia contemporânea.

Palavras-chave: Cultura Impressa, Corpo, Imagem, Exageros, Cultura do Consumo

Abstract:

The body is an image, one of the most publicized items of print culture, which requires creating stereotypes often unattainable. The aim of this paper is to use the weekly magazine "Veja", to sustain the changes in relation to print culture and society from the 90s. And as the body as a commodity for which shall be depicted on the images and used as a source for contemporary historiography.

Keywords: Print Culture, Body, Image, Hype, Consumer Culture

A sociedade, por sua vez, nunca é algo abstrato e universal. Ela só nos é acessível através da cultura que a caracteriza. A cultura está para sociedade assim como o rosto está para o homem. Tudo o que constitui aquilo que a denominamos cultura são círculos construídos para responder a necessidades fundamentalmente dadas pelo corpo.⁵¹²

INTRODUÇÃO

⁵¹¹ Luciana Machado de Freitas. Cursa o 4º ano em Licenciatura em História, pela UEG, Unidade Formosa-Go.

⁵¹² ALVES, Rubem Azevedo. Capítulo VII; A Ressurreição do Corpo. In: **O suspiro dos oprimidos**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984, p. 171-180.

A revista *Veja* é de fácil acesso, tanto pelo seu arquivo digital, quanto pela acessibilidade em encontrá-las em bibliotecas públicas e escolas em geral. E muitas das vezes usada por professores como um meio mais fácil e viável para pesquisas escolares. Propagando não apenas as notícias mais “relevantes”, mais um manual completo de dietas milagrosas, de corpos exuberantes, do que pode e não pode em relação à moda e as maiores evoluções dentro dos meios estéticos.

Sendo assim uma das grandes divulgadoras impressas da “cultura de consumo”, da supremacia da aparência, na sociedade brasileira contemporânea. A revista *Veja*, se torna um manual completo de imagens e narrativas relacionadas ao corpo, incentivando o seu culto, comércio e exposição. Tornando-se fonte histórica para se entender a construção indenitária na contemporaneidade passa a utilizando destarte de notícias relacionadas à moda e a aparência, do que a década anterior. Legitimando que a cultura da aparência estética, encontra-se no auge do consumo exagerado, que tem como grande incentivador a cultura impressa.

O corpo e suas Imagens na Cultura Impressa

Ao analisar as revistas “*Veja*” em muita das suas edições semanais, a partir da década de 90, as informações contidas deixam claro, que o corpo torna-se alvo de ataques consumistas. Trazendo destarte impressos um novo olhar para o corpo: corpo até então não divulgado de forma tão acentuada pela cultura impressa no Brasil, idealizando o consumo, criando desejos, reforçando imagens, padronizando medidas, reforçando assim os estereótipos de beleza quase que inatingíveis dando ênfase ao “Capital Erótico”⁵¹³. A

⁵¹³SANCHES, Mônica. **Capital Erótico pode garantir mais sucesso na vida**. Edição do dia 30/03/2010, Rio de Janeiro. Disponível em:<<http://g1.globo.com/jornaldaglobo/CAPITAL+EROTICO+PODE+GARANTIR+MAIS+SUCESO+NA+VIDA.html>>. Acesso em: 28/04/2010 às10: 38.

imagem corporal, ganha diversos contornos. Encontra-se produto de beleza e correções estéticas para todos os gostos e preços. A revista nessa década muda seu véis de publicidade e reportagens, o que antes deveria ser escondido da sociedade agora é exposto, para todo o público. A revista deixa de ser voltada apenas aos homens executivos em busca do resumo dos acontecimentos nacionais e internacionais, passando a englobar matérias que inserem toda a sociedade em um meio até então masculino.

A cultura impressa torna-se fundamental nesse processo de mudança de comportamento, pois para Aduino Novaes as “culturas convivem com tendências e pensamentos que se ignoravam, crenças incompatíveis foram postas lado a lado e estéticas nunca pensadas são reveladas, tudo isso medidas pelas imagens”.⁵¹⁴

Indubitavelmente o avanço da medicina estética e o declínio da censura depois da ditadura abrem novos; espaços de experiências e horizontes de expectativas⁵¹⁵ para os leitores. Sendo assim a revista impressa e acessível em todo o território brasileiro, ganhando uma nova roupagem e a “cultura de consumo” eleva seu status, dando prioridade à imagem do corpo idealizado pela sociedade,

O termo “**capital erótico**” é recente e foi definido pela pesquisadora Catherine Hakim, da *London School of Economics*. O seu estudo foi publicado na *European Sociological Review*, no qual descreve o capital erótico como o quarto capital que todos os profissionais devem utilizar depois do capital econômico, cultural e social. O capital erótico é composto pela atratividade física e social que permite que um homem e uma mulher sejam considerados uma companhia satisfatória e atrativa para os demais.

⁵¹⁴ NOVAES, Aduino (org). Muito Além do Espetáculo. São Paulo: Editora Senac SP, 2005

⁵¹⁵ Termo utilizado por **Reinhart Koselleck** que é um dos mais importantes nomes associados à chamada história dos conceitos. Entende-se por espaço de experiência o passado tornado atual, na perspectiva de que no espaço do presente convivem simultaneamente diversos tempos anteriores preservados na memória e incorporados no cotidiano. Já o horizonte de expectativa é o que no presente é voltado para o futuro. São cálculos, esperanças e angústias voltadas para o que ainda não foi vivido, para as experiências que ainda não podem ser observadas. O tempo histórico seria então, fruto da tensão entre experiências e expectativas; tensão essa que pode ser analisada através da relação histórica entre passado e futuro.

consumido o que lhe é exposto a fim de se tornarem semelhantes às celebridades. Isso influencia a construção das identidades, pois a vida social que é mediada pelas propagandas, imagens da mídia dentro da cultura impressa nos interliga globalmente com varias culturas como o próprio Stuart Hall salienta: “As identidade parecem “flutuar livremente”, e foi à difusão do consumismo , seja como realidade, seja como sonho, que contribuiu para esse efeito de “supermercado cultural”.”⁵¹⁶

Por vender a idéia de que é possível ter o corpo dos sonhos, o rosto perfeito, a cirurgia plástica é uma das áreas mais lucrativas da medicina. Isso é bom porque favorece o desenvolvimento constante de novas tecnologias. E os avanços tornaram os procedimentos acessíveis a uma quantidade enorme de pessoas. O lado sombrio é que a busca por um ideal de beleza inatingível e pela eterna juventude alcançou proporções preocupantes. Como a própria revista *Veja* destaca:

Não há nada de errado em querer consertar uma falta de acabamento congênito, melhorar a silhueta castigada pelo excesso de comida e pelo sedentarismo ou atenuar as marcas do tempo. É uma forma perfeitamente compreensível e legítima de conservar (ou restaurar) a auto-estima. Um nariz menos adunco, uma ruguinha cancelada, uns quilinhos aspirados – e eis que a beleza deixa de ser apenas a promessa de felicidade, para citar a frase do escritor francês Stendhal. A questão é quando se exagera na dose. Tem-se aí uma patologia. Pessoas que não se cansam de encontrar defeitos ao espelho (na maioria das vezes, inexistentes) e, para corrigi-los, perseguem compulsivamente um padrão estético inatingível sofrem do que os médicos chamam de transtorno dismórfico corporal.⁵¹⁷

⁵¹⁶ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*; tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro: Rio de Janeiro: DP&A, 1998, p. 75.

⁵¹⁷ BUCALHA, Anna Paula. Quando o belo ganha a máscara plástica. *Veja*. In: **Os limites do Estica e Puxa**. Edição 2067, 02 de julho de 2008, p 110-121.

São tantas imagens divulgadas pela cultura impressa, destarte o uso de imagens como evidência histórica, torna-se a priori acessível para o historiador, pois na contemporaneidade, a historiografia abre um leque de oportunidades para essas novas evidências. E começam a ganhar destaques ao lado de outras fontes. Que segundo Peter Burke:

Nos últimos tempos, os historiadores têm ampliado consideravelmente seus interesses para incluir não apenas eventos políticos, tendências econômicas e estruturas sociais, mas também a história das mentalidades, a história da vida cotidiana, a história da cultura material, a história do corpo, etc.⁵¹⁸

A história contemporânea adota uma posição, e o corpo torna-se objeto de investigação, na qual revistas, teses a própria literatura se consagram, pois segundo a historiadora Mary Del Priore:

Simultaneamente, o corpo enquanto objeto Histórico cria um “mal estar”: é assim designado como sombra, como subterrâneo, ou como quer a etnologia, como “terreno”. É preciso encarar esta fascinação ambígua (...). É preciso pensar essa solerte inquietação, essa relação tensa e hesitante entre o corpo, vida e morte, pois ela representa interrogações que podem ser respondidas pelo historiador.⁵¹⁹

Ao analisar as edições da revista *Veja* a partir da década de 90, são nítidos os contornos, que o corpo ganha se tornando frequentemente, capa, contra capa e matérias que antes tinham um pequeno espaço ganham paginas e artigos, espaços para propagandas de todos os modelos e gostos, ganham decotes, músculos e tudo a que se tem direito de divulgar. Ou seja, o corpo inserido dentro da “cultura de consumo” e divulgado pela “cultura

⁵¹⁸ BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: EDUSC, 2004. Pag. 11-24

⁵¹⁹ DEL PRIORE, Mary Lucy Murray. A história do corpo e a Nova História: uma autópsia. *Revista da USP*, São Paulo, SD. pp. 49 - 55.

impressa” divulgando, que o corpo na contemporaneidade é uma imagem e que essa assume representações simbólicas, e que essas representações e construções do corpo são modificadas no contexto cultural e social em que cada indivíduo está inserido. “Pois antes de qualquer coisa a existência é corporal.⁵²⁰” sendo assim as reflexões em torno do corpo adquirem maior relevância se contemplado as evidências disponíveis na cultura impressa aqui representada pela revista *Veja*, com sua crescente preocupação e obsessão pelo corpo na contemporaneidade, um corpo manipulado, fabricado, reconstruído, que apresenta a beleza e saúde perfeita como metas a serem alcançadas, ganhando assim espaços significantes nos meios impressos e na sociedade.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Rubem Azevedo. Capítulo VII; A Ressurreição do Corpo. In: **O suspiro dos oprimidos**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984, p. 171-180.

BAUDRILLARD, J. **Sociedade de consumo**. Lisboa, Edições 70.

BUCALHA, Anna Paula. Quando o belo ganha a máscara plástica. *Veja*. In: **Os limites do Estica e Puxa**. Edição 2067, 02 de julho de 2008, p 110-121.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: EDUSC, 2004. Pag. 11-24.

DEL PRIORE, Mary Lucy Murray. **A história do corpo e a Nova História: uma autópsia**. *Revista da USP*, São Paulo, SD. pp. 49 - 55.

FOUCAULT, M. (1985) **História da Sexualidade**, Vol 3, "o cuidado de si". Rio de Janeiro, Graal. 1985.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**; tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro: Rio de Janeiro: DP&A, 1998, p. 75.

JAMESON, F. (1995) **Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo, Ática.

⁵²⁰ LE BRETON, D. *A Sociologia do corpo*, Petrópolis/RJ. 2006, p7.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas. IN: KOSELLECK, R. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. PUC/RIO, 2006, p. 305-327.

LE BRETON, D. **A Sociologia do corpo**, Petrópolis/RJ. 2006, p7.

NOVAES, Adauto (org). A Imagem e o Espetáculo. In: **Muito Além do Espetáculo**. São Paulo: Editora Senac SP, 2005,p. 8-15

NAPOLITANO, Marcos. “Fontes audiovisuais: a história depois do papel” IN: PINSKY, Carla (org). *Fontes históricas*. São Paulo, Contexto, 2005.p.240.

REVISTA VEJA. *A vitória sobre o espelho*. Agosto de 1995.

SANCHES, Mônica. **Capital Erótico pode garantir mais sucesso na vida**. Edição do dia 30/03/2010, Rio de Janeiro. Disponível em:<<http://g1.globo.com/jornaldaglobo/CAPITAL+EROTICO+PODE+GARANTIR+MAIS+SUCESO+NA+VIDA.html>>. Acesso em: 28/04/2010 às 10: 38.

DAI GRAÇAS, QUE HÁ CURA: O PERCURSO DE UM “ULTRAMONTANO POPULAR” PADRE ANTÔNIO RIBEIRO PINTO, 1947-1963.

Luciano Conrado Oliveira⁵²¹

Não é de hoje que as pesquisas desenvolvidas pelos historiadores tem como objeto de estudo os eventos relacionados ao universo religioso. No caso dos estudos relacionados ao ultramontanismo, percebemos que as pesquisas procuram concentrar-se nos acontecimentos da segunda metade do século XIX e quando muito no início do século XX, sem preocupar-se muito com formas de ultramontanismo existentes na metade do século XX, período esse de mudanças no catolicismo.

Dessa forma, procuramos desenvolver em nossas pesquisas, uma busca pelo entendimento de uma forma peculiar de ultramontanismo, através da análise das ações empreendidas pelo Padre Antônio Ribeiro Pinto, no período de 1947-1963. De acordo com Thales de Azevedo os temas relacionados com a vida religiosa merecem receber tratamento científico por parte dos pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais. O autor apresenta como possível tema de pesquisa a história de Padre Antônio, de Urucânia: “...dos surtos de fanatismo e de misticismo em torno de líderes carismáticos, de ‘taumaturgos’ e até de sacerdotes católicos como o Padre Cícero e o Padre Antônio, de Urucânia.” (AZEVEDO, 2007, p. 21).

Nosso objetivo é identificar na documentação analisada, traços de uma orientação ultramontana, nas ações de padre Antônio Ribeiro Pinto, no período que compreende os anos de 1947 e 1963, na pequena vila de Urucânia – MG. É importante destacarmos que os traços do ultramontanismo que procuramos identificar na figura de

⁵²¹ Graduando em História pela UFV e bolsista pelo CNPq no projeto de pesquisa “D. Viçoso e a romanização da Diocese de Mariana (1844-1875)”, projeto esse financiado pela FAPEMIG e coordenado pela Dr^a. Karla D. Martins.

Padre Pinto, estavam revestidos de elementos místicos, relacionados às bênçãos que o mesmo dava aos devotos e às curas que os fiéis diziam alcançar.

Em nossa pesquisa apresentamos Padre Antônio Ribeiro Pinto como sendo um ultramontano e desta forma entendemos ser importante relacionar as ações do mesmo às características desse movimento em voga no Brasil da segunda metade do século XIX ao início do século XX. Procuramos partir nossa análise do conceito de ultramontano, apresentado por Riolando Azzi, qual seja:

Na realidade, não é possível analisar a característica da catolicidade desvinculando-a da romanidade. Como a partir de meados do século XVIII, parte expressiva do clero francês aderira à ideologia liberal, veiculada pelos enciclopedistas, o grupo fiel à Santa Sé passou a ser designado como ultramontano, ou seja, aquele que se alinhava ao lado do Pontífice Romano, o qual residia, a partir da ótica francesa, além dos Alpes, ou seja, ultra-montes (AZZI, 1992, p. 109).

Podemos perceber que o conceito apresentado por Azzi coloca em destaque o respeito à hierarquia da Igreja Católica, como sendo uma característica marcante dos clérigos seguidores de uma orientação ultramontana. Também são encontradas nas regras ultramontanas outras características, como por exemplo, a obediência ao Papa, a moralização do clero, a observância do celibato e o exercício litúrgico acima de qualquer atividade etc. Segundo Alípio Casali, o ultramontanismo pode ser entendido da seguinte forma:

Tratava-se de um movimento ‘Tridentino’ porque o espírito da reforma do Concílio de Trento não havia ainda sido introduzido no Brasil. Romanista porque defendia uma obediência direta e incondicional ao Papa, restaurando-se o caráter universal da Igreja e sua unidade doutrinal e disciplinar. Defendia o fim do Padroado Régio e a conseqüente autonomia espiritual da Igreja frente ao Governo. ‘Episcopal’ e ‘clerical’ porque são bispos e padres que a

projetam e implantam. As duas últimas características determinaram uma das metas do projeto, que era a reforma do clero (CASALI, 1995, p.60).

As características apresentadas anteriormente nos dão conta de que os ideias ultramontanos estavam diretamente ligados à constituição de um corpo eclesiástico bem formado e obediente à hierarquia eclesiástica, que tinha no topo da pirâmide a figura do Sumo Pontífice. Isso parece óbvio, senão fosse a discussão à época sobre o Padroado no Brasil que colocava o poder decisório nas mãos do Estado mesmo em questões de fundo religioso. Riolando Azzi nos escreve sobre a importância dada à fidelidade ao Sumo Pontífice: “A reforma do catolicismo brasileiro é propugnada pelos bispos em nome da fidelidade ao pontífice de Roma. E é sob a orientação da Cúria Romana que se opera, a partir de então, a reorganização da Igreja do Brasil.”(AZZI, 1992, p. 35).

No Brasil, o ultramontanismo teve como um dos seus principais centros difusores, o Seminário de Mariana, sob a orientação de D. Antônio Ferreira Viçoso e posteriormente de D. Antônio Maria Corrêa de Sá e Benevides e D. Silvério Gomes Pimenta⁵²². O último foi afilhado de crisma de D. Viçoso e desempenhou vários cargos na Diocese de Mariana, até sua sagração como Arcebispo de Mariana em 31 de agosto de 1890.⁵²³ E foi sob as orientações de D. Silvério, que Padre Antônio Ribeiro Pinto estudou e ordenou-se padre, para atuar na então Arquidiocese de Mariana.

⁵²² Segundo Camello, ao referir-se à postura ultramontana de D. Silvério: “São os expoentes do clero tridentino e romanizado, que se responsabilizarão, em grande parte, pela transição da Igreja brasileira do regime monárquico para o republicano, dotados de elevada estatura moral, mas nem sempre abertos às novas condições políticas e culturais que comporão a realidade brasileira do final do século XIX e das duas primeiras décadas do século XX. De todos eles, D. Silvério Gomes Pimenta, que veio a suceder a seu padrinho e mestre no sôlio marianense, será talvez o protótipo mais acabado dessa postura eclesiástica.” In: CAMELLO, Maurílio José de Oliveira. *D. Antônio Ferreira Viçoso e a reforma do clero em Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: USP, 1986.

⁵²³ BIOGRAFIA de D. Silvério. Disponível em: <http://www.academia.org.br/>. Acessado em: 27/04/2010.

Nos trabalhos que envolvem de certa forma, uma análise de trajetórias individuais, se faz necessário o entendimento de uma série de pontos referentes aos estudos biográficos. Benito Bisso Schmidt apresenta-nos uma característica marcante dos estudos biográficos mais recentes: “Já os trabalhos recentes procuram fugir deste viés apologético, encarando seus personagens como vias de acesso para a compreensão de questões e/ou contextos mais amplos.”(SCHMIDT,1998). De acordo com Schmidt, a partir da análise de trajetórias individuais, os historiadores podem compreender melhor aspectos de uma determinada sociedade. Nosso texto, no entanto, aponta para a compreensão de questões, a partir da análise das ações de Padre Antônio, relacionando-as a uma forma de ultramontanismo eivado de características próprias e relacionadas a aspectos da cultura popular.⁵²⁴

A origem humilde de Padre Antônio, filho de uma mãe solteira e pobre, não o impediu de alcançar os postos clericais. Sobre essa origem apresentamos as informações contidas no livro de Margarida Drumond de Assis. Segundo a autora: “Em sua inocência de criança, mas, de certa forma na presença da mãe, que vivia em meio às dificuldades de um modesto lar e sob a discriminação por ser filha de escravos e mãe solteira, crescia o pequeno Antônio” (ASSIS, 2004, p. 20).

A formação clerical de Padre Antônio ocorreu de modo bastante conturbado, levando-se em consideração as dificuldades econômicas pelas quais o seminarista enfrentou para concluir seus estudos. Segundo Margarida Drumond de Assis: “Com a orientação

⁵²⁴ Sobre a ideia de cultura popular, entendemos como Roger Chartier: “Compreender ‘cultura popular’ significa, então, situar neste espaço de enfrentamentos as relações que unem dois conjuntos de dispositivos: de uma lado, os mecanismos da dominação simbólica, cujo objetivo é tornar aceitáveis, pelos próprios dominados, as representações e os modos de consumo que, precisamente, qualificam (ou antes desqualificam) sua cultura como inferior e ilegítima, e, de outro lado, as lógicas específicas em funcionamento nos usos e nos modos de apropriação do que é imposto.” In: CHARTIER, Roger. “Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico.” Disponível em:

<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2005/1144> Acessado em: 27/04/2010.

permanente de Dom Silvério, o seminarista piracicabense continua seus estudos, apesar de todas as dificuldades, tanto devido a fatores de ordem financeira quanto à sua humilde origem.”(ASSIS, 2004, p. 31).

No seminário Padre Antônio teve aulas de Latim, Grego, Português, Teologia, Direito Canônico, entre outras, e tudo aprendido de modo a respeitar a obediência e hierarquia da Igreja (MARTINS, 2000, p.17-31). Segundo Sergio Miceli os párocos ordenados no início do século XX, receberam a influência de bispos ligados a uma orientação de moralização e organização clerical (MICELI, 1986). O autor também destaca características da rotina dos seminaristas: “Horários rígidos para refeições, estudos, aulas, exercícios físicos, orações.”(MICELI, 1986). Padre Antônio passou por essa formação e como veremos manteve-se ligado aos preceitos de uma orientação ultramontana, principalmente no que se refere à obediência à hierarquia eclesiástica.

A atuação de Padre Antônio na então vila de Urucânia teve início no ano de 1947. Porém antes mesmo da ida de Padre Antônio para a vila, o mesmo já apresentava os traços de respeito à hierarquia católica. Carolina Boechat Martins destaca a postura de Padre Antônio em relação à obediência hierárquica: “Durante toda sua vida, Padre Antônio foi fiel cumpridor de todas as ordens emanadas da Arquidiocese de Mariana.”(MARTINS, 2000, p. 147). A autora também apresenta parte de um documento que demonstra a obediência hierárquica do padre: “Aos 19 dias do mez de março de 1938 pelo Reverendíssimo Padre Antônio Ribeiro Pinto, foi fundado nesta Parochia de Santo Antônio do Grama a Congregação Marianna para os moços, com a devida auctorização da Auctoridade Ecclesiastica...”⁵²⁵

Em carta recebida por Padre Antônio do então Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Mariana, D. Daniel Baeta Neves, também é possível observarmos o forte respeito do pároco de

⁵²⁵ PARÓQUIA de Santo Antônio do Grama. Tombo I. p. 236. In: MARTINS, Carolina Boechat. *Pro populo – vida e obra de Padre Antônio Ribeiro Pinto*. Editora: N/consta. Rio de Janeiro, 2000. p. 143.

Urucânia, pelos preceitos de obediência à hierarquia católica. Na carta o Bispo Auxiliar de Mariana agradece a mensagem enviada por Padre Antônio e também dispensa o pároco de Urucânia da recitação do Santo Breviário, em virtude de sua impossibilidade física.⁵²⁶ Em outra carta encontramos mais um elemento que demonstra o respeito de padre Antônio respeitava a hierarquia católica, um dos predicados do ultramontanismo, ao ser dispensado da recitação do Santo Breviário, depois de pedido feito em carta, ao Bispo auxiliar.

A aproximação de Padre Antônio com o povo, já se evidenciava a partir de sua ordenação, pois o pároco não seguiu a orientação de buscar os altos cargos eclesiásticos, indo realizar o pastoreio de seus rebanhos em várias paróquias. Segundo Miceli o trabalho pastoral era desvalorizado pelos recém ordenados:

Como veremos adiante, são raros os prelados cuja experiência anterior à consagração tenha se limitado apenas ao trabalho pastoral, na época bastante desvalorizado e, no mais das vezes, tomado como sinal de relegação na hierarquia eclesiástica. Ali mesmo no seminário, os postulantes logo se davam conta de que a trajetória docente e intelectual constituía então a via mais segura e prestigiosa de acesso aos altos escalões hierárquicos (MICELI, 1986).

Após informarmos sobre a vida de um sacerdote com fortes traços característicos do ultramontanismo, o que faz de Padre Antônio um pároco diferente? Sua proximidade com o povo o distanciou do ideal ultramontano? Bem, essas e outras questões deverão figurar como orientação da pesquisa.

Margarida Drumond Assis destaca a participação de Padre Antônio e o gosto do mesmo pelas festas populares: “Pude ver também que ele era um homem que gostava de futebol e de festas religiosas, sendo o Congado a que lhe chamava bastante atenção.”(ASSIS, 2004, p. 28). A ideia de que o mesmo era responsável por empreender curas naqueles que necessitavam de

⁵²⁶ D. DANIEL Baeta Neves. Carta enviada a Padre Antônio Ribeiro Pinto. 27 de agosto de 1954. Museu Padre Antônio Ribeiro Pinto, Urucânia – MG.

ajuda envolveu padre Antônio de uma áurea mística, que em parte o distanciava das orientações de sua formação, apesar de que o mesmo sempre destacou realizar tudo de acordo com a Santa Igreja.

BIBLIOGRAFIA

ASSIS, Margarida Drumond de. *Padre Antônio de Urucânia, a sua bênção*. Brasília: Petry, 2004.

AZEVEDO, Thales de. *O catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social*. Salvador: EDUFBA, 2007.

AZZI, Riolando. *O altar unido ao trono: um projeto conservador*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

BIOGRAFIA de D. Silvério. Disponível em: <http://www.academia.org.br/>. Acessado em: 27/04/2010.

CAMELLO, Maurílio José de Oliveira. *D. Antônio Ferreira Viçoso e a reforma do clero em Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: USP, 1986.

CASALI, Alípio. *Elite intelectual e restauração da Igreja*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

CHARTIER, Roger. “Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico.” Disponível em:

<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2005/1144>

Acessado em: 27/04/2010

MARTINS, Carolina Boechat. *Pro populo – vida e obra de Padre Antônio Ribeiro Pinto*. Editora: N/consta. Rio de Janeiro, 2000.

MICELI, Sergio. “A produção organizacional dos prelados na República Velha”. Disponível

em:http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_08.htm Acessado em: 27/04/2010.

SCHMIDT, Benito Bisso. “Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema.” Disponível em:

<http://www.fortunecity.com/meltingpot/peacock/1000/gt01/98gt0114.doc>. Acessado em: 09 de abril de 2010.

PROCESSOS SUCESSÓRIOS E FAMÍLIA ESCRAVA NA REGIÃO DE GUARAPIRANGA (1782-1839)

Lucilene Macedo da Costa
Graduanda em História pela UFV

1- Introdução:

A demografia histórica e a quantificação são métodos importantes para a reconstituição de redes familiares. O cruzamento de dados entre as listas nominativas e os inventários pode nos possibilitar a reconstituição de redes de relações entre os indivíduos de uma comunidade e entre os plantéis desses personagens (AMORIM, 2003).

Nas Listas Nominativas podemos encontrar a relação de cada fogo de uma comunidade, com informações como nome de todos os indivíduos pertencentes ao núcleo familiar, agregados e escravos; condição social; estado matrimonial; idade; e, por vezes, ocupação. Nos Inventários, além de outros dados, encontramos uma listagem dos bens, inclusive os escravos, e a transferência desses, através dos processos sucessórios.

O que propomos aqui é uma comparação entre as listas nominativas da região de Guarapiranga (dos anos de 1832 e 1838) e os inventários de Feliciano Isabel Maria de Oliveira (1782), Antonio Gomes Sande (1807), Francisca Candida de Oliveira Sande (1820), Francisca Clara Umbelina de Jesus (1833) e Antonio Pedro Vidigal de Barros (1839).

2- Demografia Histórica e Família Escrava:

A demografia histórica, através de uma ampliação das fontes e uma nova maneira de explorá-las, viabilizou a constatação de distintas formas familiares, inclusive a cativa, proporcionando assim um desenvolvimento nos estudos da família escrava no Brasil.

Podemos tomar como referência as obras de Manolo Florentino, José Roberto Góes e Robert Slenes.

O livro *A paz das senzalas*, aborda a família escrava detendo-se, sobretudo, em suas relações entre o tráfico atlântico, vendo as uniões matrimoniais ou mesmo consensuais como um elemento pacificador das senzalas (FLORENTINO E GÓES, 1997).

A obra *Na Senzala uma Flor*, resgata a capacidade dos cativos em construir famílias conjugais, extensas e intergeracionais, e de agirem conjuntamente com seus companheiros para definir projetos em comum. E ainda, analisa as razões práticas e simbólicas que os levaram a valorizar os laços de parentesco, consanguíneos e afins. O autor “procura descobrir a ‘flor’ na senzala – as ‘esperanças’ e as ‘recordações’ criadas pelos escravos a partir de sua experiência e de sua herança cultural (...)” (SLENES, 1999, p.28).

3- Análise das Fontes:

Os inventários escolhidos estão relacionados entre si por laços de parentesco entre os inventariados e através deles poderemos constatar a presença de famílias escravas e como essas foram passando de um plantel para outro, conforme ocorria a partilha de bens.

Feliciana Isabel Maria de Oliveira era mãe de Francisca Clara Umbelina de Jesus, que se casou com Antonio Gomes Sande e entre vários outros filhos, tiveram Francisca Candida de Oliveira. Essa contraiu laços matrimoniais com Antonio Pedro Vidigal de Barros, mas faleceu aos vinte oito anos. Então, o viúvo, potencializando sua ligação com a família Sande, casou-se novamente com outra filha, Theresa Altina Sande de Barros.

O plantel de Feliciana era composto ao todo por 102 escravos, sendo que haviam 14 núcleos familiares, dos quais 8 eram compostos por pai, mãe e filhos; 3 só faziam referência a um dos cônjuges e aos seus filhos e outros 3 eram compostos apenas por casais. As famílias nucleares apresentavam um significativo número de filhos por casal, sendo que, as duas maiores, possuíam 6 e 5 filhos. Assim, podemos inferir que a procriação era um interesse no plantel de Feliciana, pois além de apresentar um grande número de

famílias e uma alta taxa de masculinidade (70,5%), havia poucas cativas solteiras.

Além das mulheres representarem uma minoria nesse plantel, 40% delas eram casadas e 26,6% estavam entre 1 a 15 anos de idade. As mulheres eram relativamente mais novas que os homens, as mais velhas do plantel tinham em torno de 40 anos. Mas, mesmo o número de cativas sendo menor, 2 dos núcleos familiares que fazem referência apenas a um dos cônjuges, são compostos por mãe e filhos, o que pode indicar a presença de relações consensuais.

Quando Feliciano faleceu, Francisca C. U. de Jesus tinha 22 anos de idade. Porém, no inventário de sua mãe não há informações do seu estado civil. E apesar, dela ter recebido um grande número de escravos como herança, não conseguimos identificar muitos desses no plantel de seu marido. No entanto, ela recebeu 13 dos 14 núcleos familiares identificados no plantel de sua mãe, dos quais apenas dois sofreram algum tipo de separação no momento da partilha.

Antonio Gomes Sande possuía 59 escravos e entre esses podemos identificar 6 famílias cativas. Das quais, 5 eram compostas apenas pelos casais e podemos pressupor que, apesar de não estar explícito, quase todos esses tinham filhos ou haviam mães sem referência aos cônjuges que não foram citadas. Pois é possível a identificação de oito crianças cuja idade varia de 0 a 13 anos. Além disso, um dos casais encontrados nessa fonte, Jerônimo e Emericianna, estavam presentes no primeiro plantel analisado, mas ainda não eram casados em 1782.

A diferença de idade entre cônjuges era uma característica desse plantel, e, esse fato era expressivo em dois casais, João Benguella com Apolonea Crioula e Salvador Congo junto à Theodosia Crioula, os homens apresentam uma diferença de 20 e 27 anos de idade, respectivamente.

Ao morrer, Antonio Gomes Sande deixa quase todos seus escravos para sua mulher Francisca C. U. de Jesus. No inventário de sua filha Francisca Candida de Oliveira Sande (1820) conseguimos identificar apenas um escravo que fora seu. Além do escravo herdado de seu pai, ela possuía mais 5 escravos, dos quais apenas uma era

mulher. E por ser um plantel pequeno, não conseguimos identificar possíveis relações familiares.

Encabeçando a lista nominativa de 1832 temos o Cirurgião Mor Antonio Pedro Vidigal de Barros. Sua sogra, Francisca C. U. de Jesus, aparece como uma agregada ao seu fogo, nos possibilitando a explicação da presença de dois casais, e, ainda, a presença de outro escravo (que agora fazia parte de um dos casais do novo plantel) de Antonio Gomes Sande.

Também é possível a identificação de alguns casais e cativos que repetiram-se no decorrer dos anos de partilhas. No inventário de Francisca C. U. de Jesus identificamos dois casais em momentos posteriores: Salvador Congo e Theodosia Crioula que conseguimos identificar tanto no inventário de Antonio Gomes Sande quanto no plantel de Antonio Pedro Vidigal; João Crioulo e Placida Rebola, que temos referência ao João no inventário de Antonio Sande e ambos encontram-se no plantel de Antonio de Barros já casados.

Assim, podemos induzir que havia uma preocupação com a manutenção das famílias e também com a formação de novos laços de parentesco dentro dos plantéis.

Na escravaria de Francisca C. U. de Jesus, temos a repetição de vários escravos, tanto dos de seu falecido marido como dos que constavam no plantel de seu genro na lista nominativa de 1832. Porém, a família escrava aparece muito timidamente, tendo-se apenas presença de casais ou de um dos cônjuges sem a identificação de possíveis filhos.

Comparando as listas nominativas de 1832 e 1838 vimos que o plantel de 44 escravos de Antonio de Barros sofre um aumento de 4 cativos. Porém, o que conseguimos perceber é uma grande renovação do plantel, pois apesar da repetição de alguns cativos, não se nota nenhum núcleo familiar antes identificado. Além disso, alguns dos mesmos escravos que na lista nominativa de 1838 aparecem como solteiros, logo depois, no ano de 1839, em seu inventário são identificados como casados.

No plantel de Antonio de Barros identificamos 4 casais sem referência aos possíveis filhos e outro casal, Thomaz Moçambique e

Anna Rita, que a cativa não aparece como uma integrante do plantel, mas só na partilha de bens. Além disso, a cativa Placida, que era casada com João Crioulo e constava na lista nominativa de 1832 como integrante do plantel de Antonio de Barros e posteriormente no inventário de Francisca C. U. de Jesus, aparece sozinha.

Contudo, o que podemos notar através da análise dos inventários e das listas nominativas é que as famílias escravas foram se tornando cada vez menores. Feliciano foi a detentora do maior número de escravos e núcleos familiares cativos. Talvez a explicação para o desaparecimento das famílias nucleares de cativos e redução dos demais grupos dentro dos plantéis, possam ser explicados pelas características de seus componentes, como, sexo e idade.

A taxa de masculinidade nos plantéis sempre foi alta desde Feliciano. Porém, seu plantel era maior e possibilitava a presença de relações conjugais mesmo tendo um número maior de homens do que de mulheres. Já os outros planteis, mesmo apresentando um número menor de escravos tinham uma taxa de masculinidade bem elevada.

Outro indicador significativo é a proporção de crianças entre a escravaria. Em alguns dos plantéis, tivemos referência apenas dos casais. Mas ao mesmo tempo, a fonte indicava crianças nascidas na própria escravaria, o que nos leva à hipótese da presença de significativa reprodução natural no interior dos plantéis, assim como de relações consensuais como estratégia dos escravos para formar laços de parentesco.

3- Conclusão:

O estabelecimento de laços de parentesco poderia dar forças ao escravo para suportar o peso da escravidão. E segundo Florentino e Góes, ao fim do tráfico, iriam possibilitar ao senhor um aumento de seu plantel através da reprodução natural e uma maior estabilidade na vida dos cativos no momento das partilhas de bens. A família escrava também pode ser vista como uma estratégia dos cativos de reconstruírem o seu universo cultural, a flor na senzala como nos diria Slenes.

Portanto, o cruzamento de dados torna possível a identificação das famílias senhoriais e de seus cativos, assim como algumas informações desses. No entanto, este trabalho é apenas um exemplo do que podemos encontrar nos inventários referentes a região de Guarapiranga e um modelo ou método de análise da família escrava nessas fontes. Mas ao analisarmos um número maior de inventários poderemos obter uma grande rede de relações entre os senhores escravistas e talvez realizar o acompanhamento de famílias cativas.

BIBLIOGRAFIA:

AMORIM, Maria Noberta, DURÃES, Margarida e FERREIRA, Antero. Bases de dados genealógicas e História da Família em Portugal. Análises comparativas (do Antigo Regime à Contemporaneidade). In: *La História de la Famille em la Península Ibérica (ss.XVI-XIX). Balance y Perspectivas*. UCLM, Albacete, 2003. pp. 1-30.

FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A Paz nas Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

SLENES, Robert W. *Na Senzala uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

O CINEMA NOVO E O FUTEBOL: *GARRINCHA, ALEGRIA DO POVO* (1963) E AS MARCAS DE UMA RELAÇÃO CONTRADITÓRIA

Luís Fernando Amâncio Santos
Mestrando em História UFMG

A idéia de realizar um filme sobre o jogador Garrincha não partiu do diretor Joaquim Pedro. *Garrincha, Alegria do Povo* (1963) foi idealizado, antes da Copa do Mundo de 1962, pelos amigos Luiz Carlos Barreto, fotógrafo da revista *O Cruzeiro* e de cinema, e o jornalista Armando Nogueira. O futebol já havia aparecido como tema cinematográfico em produções anteriores, mas o momento era de grande destaque acerca do esporte⁵²⁷. O Brasil acabara de conquistar o bicampeonato mundial na modalidade e o feito era alçado como uma redenção, tanto por fracassos em campeonatos anteriores como uma afirmação da grandeza nacional.

O convite a Joaquim Pedro para que dirigisse o documentário se deu pela boa repercussão de seu filme anterior, o curta *Couro de Gato* (1961), e por sua experiência de quase dois anos estudando no exterior, passando por Paris, Londres e Nova York. Nessa última cidade, o cineasta estagiou na produtora de Albert e David Maysles, referências fundamentais do *cinema verdade* norte-americano. Como o nome indica, esse estilo de documentário propunha-se como o mais próximo de um fiel retrato da realidade, trabalhando com equipamentos leves que proporcionassem registros autênticos desta. Os próprios diretores preferem chamar suas produções de *cine reportagens*, tomando uma postura de tentar ser invisíveis junto de suas câmeras.

A tendência observacional substitui a função de “tratamento criativo da realidade” por um objetivismo extremado tentativa idealista de comunicar “a vida como ela é vivida”: “É a vida

⁵²⁷ Em décadas anteriores foram produzidos, por exemplo, “Campeão de Futebol” (1931), de Genésio Arruda; “Alma e Corpo de uma Raça” (1938), de Milton Rodrigues; e “Gol da Vitória” ((1946), de José Carlos Burle.

observada pela câmera e não, como no caso de muitos documentaristas, a vida recriada para a câmera”.⁵²⁸

Essa experiência de Joaquim Pedro com o *cinema verdade* gerou grande expectativa de que esse documentário, o primeiro de longa metragem feito pelo Cinema Novo, encontrar-se-ia dentro dos parâmetros deste estilo. Assim ele foi anunciado na campanha publicitária, no seu *trailer* e por seus produtores, como na entrevista concedida à *Revista de Cultura Cinematográfica*.⁵²⁹ O título da reportagem, “O Cinema-Verdade”, já indica essa operação, e as perguntas direcionadas a Joaquim Pedro de Andrade, Mário Carneiro e Luiz Carlos Barreto giram em torno de aspectos desse estilo de documentário e da produção de *Garrincha*. Por isso, além do interesse que o tema, por si só, mobilizava, foi grande a expectativa pela transposição do *cinema verdade* ao Brasil. A idéia de colocar a realidade nas telas era bem cara às discussões do Cinema Novo e o documentário poderia representar um importante passo nesse sentido.

Todavia, toda essa expectativa é frustrada. *Garrincha, Alegria do Povo* esbarra em problemas técnicos que inviabilizam a fidelidade às premissas básicas do *cinema verdade*. A produção não teve acesso aos equipamentos necessários para o registro “do real”, como câmeras mais leves e gravadores simultâneos de som. Este último foi obtido, por empréstimo, para um único dia de filmagens, no Maracanã. De tal forma que o cineasta abusou da montagem na constituição do documentário, algo bem contrário ao *cinema verdade*. As entrevistas, feitas em estúdio, prejudicam a espontaneidade almejada, como no relato claramente constrangido de *Garrincha*.

A decepção acerca do filme, porém, não se resume ao não seguimento da cartilha do *cinema verdade*. Parte da crítica, e principalmente o grande público, estranharam o tom pessimista do

⁵²⁸ DA-RIN, 2006, p. 138.

⁵²⁹ “O Cinema-Verdade”. *Revista de Cultura Cinematográfica*, Maio-Agosto/1963.

documentário. Esperava-se algo mais otimista, exultante do bom momento do futebol brasileiro e das qualidades do jogador botafoguense. Dizem que os próprios patrocinadores da película se decepcionaram⁵³⁰.

Afinal, mesmo que valorize a mobilização em torno do esporte, as conquistas e o futebol de Garrincha, o filme posiciona-se criticamente sobre o lugar desta prática na sociedade. É “alegria do povo”, mas não deixa de ser um instrumento para políticos, como sugerem as várias fotos em que políticos posam ao lado de jogadores, aproveitando do carisma da seleção; ou no comentário do narrador, sobre o fenômeno que é a afluência de candidatos à casa de Garrincha nos tempos de eleição. Além disso, o futebol é apresentado como fonte de alienação, um ópio para a população descarregar suas energias de um cotidiano de dificuldades. Preocupados com o destino da bola, os torcedores encontram a fuga de uma vida que passa longe do destino glorioso do escrete nacional.

Interessa-nos nesse trabalho pensar essa representação negativa do futebol, num tempo em que o óbvio seria a sua exaltação. O momento era de euforia no esporte, afinal, para pensar com Nelson Rodrigues, o Brasil superava o “complexo de vira-latas” em campo, o que só indicava a grandeza do “homem brasileiro”⁵³¹. Então, por que *Garrincha, Alegria do Povo* é melancólico ao falar de futebol? Será que, como escreve o crítico Cláudio Mello e Souza, “Joaquim Pedro adora cinema: mas na certa detesta futebol”⁵³²?

A resposta que sugerimos não é encontrada no gosto futebolístico de nenhum dos envolvidos. Por sinal, Joaquim Pedro de Andrade gostava, sim, de futebol, era torcedor do Fluminense, enquanto, é bom lembrar, um dos roteiristas do filme é Armando

⁵³⁰ Assim Mário Carneiro, fotógrafo do filme, resume as críticas: “Fizessem um filme para cima, que mostrasse que o futebol é uma coisa lúdica, que baliza as diferenças sociais, que é uma arte popular generosa” (Apud: BENTES, 1996 p.43).

⁵³¹ Sobre as crônicas de Nelson Rodrigues sobre futebol, ver ANTUNES, 2004, p. 200-206.

⁵³² Apud: ARAUJO, *op. cit.*, p. 157. Nessa tese, encontra-se uma análise bastante cuidadosa da recepção na crítica e de aspectos estéticos do filme.

Nogueira, notório cronista esportivo. Mais interessante é pensar a visão do filme sobre o futebol à luz da produção do Cinema Novo sobre a cultura popular.

Com toda uma preocupação estética em seus filmes, dialogando com influências européias como o Neo-Realismo italiano e a *Nouvelle Vague* francesa, esses então jovens cineastas pensavam na inserção política e social de seus filmes. Eles eram motivados por produzir filmes críticos, que levantassem questões polêmicas. Eram as desigualdades, a degradação social, a dura realidade de miséria que assolava setores do país que eles queriam abordar – de tal maneira que muitos dos filmes produzidos durante esses anos são profundas reflexões acerca do Brasil moderno. Era um encontro legítimo com a cultura popular o que eles buscavam:

[O diálogo com a literatura] expressou uma conexão mais funda que fez o Cinema Novo, no próprio impulso de sua militância política, trazer o debate para certos temas de uma ciência social brasileira, ligados à questão da identidade e às interpretações do Brasil como formação social.⁵³³

Mas esse contato com a cultura popular foi um ponto contraditório na trajetória cinemanovista. Por um lado, ela foi bem marcada, nas temáticas dos filmes que exploravam o sertão, a favela, o folclore e, no nosso caso, o futebol. Houve essa preocupação em apreender a sociedade brasileira em aspectos viscerais, não só usando do nacional como pano de fundo. Todavia, a aproximação não se dava efetivamente. Primeiramente, por uma questão de entendimento. A linguagem do Cinema Novo afastava o grande público, era complicada. Os cineastas não abriam mão disso, insistiam que os expectadores deviam libertar-se do formato tradicional, simples e pouco crítico.

O Cinema Novo tinha na pesquisa formal uma das suas metas. A busca de uma linguagem própria para o cinema nacional associava-se a constante preocupação de adequação de forma e

⁵³³ XAVIER, 2006, p.19

conteúdo: a um conteúdo novo deve corresponder uma nova forma.⁵³⁴

Essa fossa entre grande público e Cinema Novo nunca foi eliminada e, posteriormente, é apontada como uma deficiência por críticos e cineastas⁵³⁵.

E, acima de tudo, essa aproximação com a cultura popular é, de certa forma, um dilema. Pois, se o movimento afirma-se no povo para produzir um projeto para o Brasil (tanto político como estético), esse mesmo povo é negado nele. Afinal, é mostrado como alienado, preso a práticas tradicionais e longe do que se espera como ideal.

Havia, de um lado, a idéia de que certas práticas tipicamente nacionais eram formas de alienação; de outro, havia certo zelo por estas mesmas práticas culturais que derivava de uma vivência direta destes traços de cultura e, por outro lado, da falta de confiança no processo de modernização técnico-econômica tal como ocorria⁵³⁶.

Em suma, o “povo” continua sendo um outro.

Portanto, podemos pensar que a representação do futebol em *Garrincha, Alegria do Povo* nos diz bem mais do que uma simples adaptação do esporte para o cinema. A escolha por inverter a ordem cronológica das Copas, falando primeiro de 1962 e 1958, e finalizando com 1950, por exemplo, nos indica uma preocupação: não tratar do futebol apenas como espetáculo de glórias, mas afirmar também o seu lado dramático. Ao entrar no estádio de futebol, o Cinema Novo reconhece seu caráter popular, mas o entende menos como uma prática fundamental para a identidade brasileira do que como sujeito alienante. Afinal, eram os anos 1960 e esperava-se uma revolução popular. Enquanto os torcedores voltassem suas atenções para as quatro linhas do campo, isso estaria longe de acontecer.

⁵³⁴ GALVÃO; BERNADET. 1983, p.158.

⁵³⁵ Ibidem, p.247.

⁵³⁶ XAVIER, op. cit., p.21

BIBLIOGRAFIA:

ANTUNES, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. “*Com brasileiro não há quem possa!*”: Futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

ARAÚJO, Luciana Correia de. *Primeiros Tempos* (tese de doutorado). São Paulo: USP, setembro de 1999.

BENTES, Ivana. *Joaquim Pedro de Andrade* (Perfis do Rio, nº11). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

DA-RIN, Silvio. *Espelho partido: tradição e transformação do documentário*. 3.ed. Rio de Janeiro: Azougue, 2006.

GALVÃO, Maria Rita Eliezer; BERNARDET, Jean-Claude. *Cinema: o nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MONTEIRO, Marialva P.; MONTEIRO, Ronaldo F. O Cinema-Verdade. *Revista de Cultura Cinematográfica*, Belo Horizonte, Maio – Agosto/ 1963.

RODRIGUES, Nelson. “À sombra das chuteiras imortais”. *O Globo*, 19/ junho/ 1963.

XAVIER, Ismail. *Cinema Brasileiro moderno*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.

**A TIRANIA DOS BRAGANÇA:
CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO TIRÂNICA DA
MONARQUIA BRASILEIRA NOS JORNAIS COMO PARTE
DA DEFESA DA REPÚBLICA (BRASIL, 1870/1889)
– NOTAS DE PESQUISA**

Luiz Arnaut
Professor UFMG
Mestre História Social USP
Doutorando História e Culturas Políticas UFMG
Pesquisador GETHL

A difusão da idéia de república no Brasil assumiu muitas formas: partidos, clubes e congressos. Sua propagação motivou a produção de muitos discursos, brochuras, ensaios, livros, e jornais. A partir dos anos 1870, confunde se confunde e se mistura com a grande onda de idéias que marcou esta geração no Brasil. De todos os textos produzidos elogiando e propondo a república como forma de governo para o Brasil, interessa-nos particularmente um tipo: poemas publicados em jornais. Ou seja, estamos falando de *poemas* que *defendem e/ou propagam a república* e que vieram a público *nos jornais* da segunda metade do século XIX.

O jornal era, por excelência, o meio de comunicação do século XIX. Na ausência de outros meios que pudessem lhe fazer concorrência, estes tratavam de tudo um pouco. Traziam matérias sobre diversos assuntos: política internacional, reforma da política imperial, partidos políticos, ciências, críticas à monarquia, instrução da mulher e popular, “conferências populares”, traduções, literatura, crítica, folhetim, notas policiais, movimento do porto, avisos de correspondência, divulgação científica, saúde etc. O jornal era uma imensa miscelânea de assuntos e formas textuais, seus subtítulos são esclarecedores do amplo espectro de assuntos e interesses a que se dedicava a imprensa.

Mais do que a presença de assuntos diferentes e diversos nos jornais, o que chama a atenção é que a imprensa periódica constituía suporte e veículo para as grandes questões. Talvez esteja

nesse ponto a explicação para o fato de a maioria dos jornais trazer em suas páginas textos de diferentes tipos e formatos. Não só todos os assuntos aparecem nos periódicos, mas um mesmo jornal muitas vezes tratava de todos os assuntos. Nesse caso, a explicação pode estar na falta de definição dos campos, na ausência de uma profissionalização do jornalismo, bem como da ausência de um mercado/público leitor suficiente, que justificasse e sustentasse uma imprensa especializada.

Em todo caso, quer nos parecer, que os jornais eram primordialmente veículos de opinião e não informativos e noticiosos como hoje em dia. No século XIX, constituíam instrumentos de visibilidade, fóruns de discussão e tribunas.

Os jornais, no século XIX, eram, portanto, importantes veículos para debate político e circulação das idéias. Estes eram responsáveis pela definição dos termos de um debate, pela circulação de um repertório temático de questões que mereciam ser discutidas, dos instrumentos e procedimentos para esta discussão, bem como dos valores e interlocutores envolvidos no debate. Os jornais na sua pluralidade constituíam, neste caso, algo próximo ao campo. Jornais e jornalistas partilham e instituem as regras do jornalismo ao praticarem o jornalismo. Definem uma agenda de temas “obrigatórios”, um *index* dos proibidos, uma forma de abordá-los, uma hierarquia e um *ethos* “profissional”.

O resultado prático da circulação destes poemas é a criação de um temário, de um universo de idéias, argumentos, imagens, propostas, proposições, etc que agiam como balizadores da avaliação política. Assim, a política era valorizada, o Império era questionado e denunciado, e a república era valorizada e proposta.

Se assim for, o conceito de campo deve ser utilizado com certa liberdade. Este conceito sugere uma unidade de visão de mundo definido pelas verdades axiomáticas aceitas pelos participantes do mesmo.

“Cada campo se caracteriza (...) pela busca de uma finalidade específica, capaz de favorecer investimentos igualmente absolutos por parte de os que (...) possuem as disposições requeridas (...).

Participar da *illusio*, científica, literária, filosófica ou qualquer outra, é o mesmo que levar a sério (...) os móveis desta competição os quais, nascidos da lógica do próprio jogo, conferem seriedade ao jogo (...).” (BOURDIEU, 2001, p. 21)

Cada campo possui sua “lei fundamental”, seu *nomos*, “palavra que se traduz em geral por ‘lei’ e que seria preferível verter por ‘constituição’, que lembra melhor o ato de instituição arbitrária, ou por ‘princípio de visão e de divisão’” (BOURDIEU, 2001, p. 117). O *nomos* atuaria então como definidor do razoável e do absurdo, do lógico e do erro, da validade intelectual e moral, dos modos válidos e condenáveis, etc. Mais do que uma coerção externa, o campo traduz estas interdições em adesões voluntárias.

“As estruturas do pensamento do filósofo, do escritor, do artista ou do erudito, bem como os limites do que lhes impõe como pensável e/ou impensável, são sempre dependentes, em certa medida, das estruturas de seu campo, portanto da história das posições constituídas desse campo e das disposições nele favorecidas.” (BOURDIEU, 2001, p. 120)

Isto porque, ao participar de um campo, os indivíduos aceitam, tal como num jogo, as regras, definições e valores nos quais ele se baseia, mas que também fundamenta. Isto porque, ao propor o conceito, Bourdieu insiste em desconsiderar a separação clássica entre sujeito e objeto. Por isso, seu texto está carregado de construções como o “regador regado”, “pensar o pensamento”, “teorizar a teoria”, esquecer o esquecimento”, “crítica da crítica”, etc. Mais do que um jogo de palavras, ou falta de elegância da escrita (ou da tradução), estamos diante de uma idéia que percebe uma instituição que se institui, que faz a si própria, criando seus móveis. “Como o campo artístico, cada universo erudito possui sua *doxa* específica, conjunto de pressupostos inseparavelmente cognitivos e avaliativos cuja aceitação é inerente à sua própria pertinência.”(BOURDIEU, 2001, p. 122).

“O campo é o lugar de um regime de racionalidade instituído sob a forma de constrangimentos racionais os quais, objetivados e manifestados numa certa estrutura de troca social, encontram a cumplicidade imediata das disposições adquiridas pelos pesquisadores, em ampla medida por conta da experiência das disciplinas da cidadela científica.”(BOURDIEU, 2001, p. 137).

Se o conceito é útil e eficaz para pensarmos as atividades próprias em torno das quais os campos se justificam (literária, científica, estética, etc), o autor insiste em não perder de vista a dimensão política, de disputa de poder que os campos também instituem e são palcos. “Campos constituem mundos sociais idênticos aos demais, com concentração de poder e de capital, monopólios, relações de força, interesses egoístas, conflitos etc.” (BOURDIEU, 2001, p. 133).

Desta forma, os jornais eram também responsáveis pela ampliação do debate político. Através da imprensa periódica, ampliava-se o público participante dos debates políticos para além dos estreitos limites institucionais da Câmara e do Senado. O universo intelectual podia assim ser expandido para além da elite política, abrindo espaços para sua manifestação. Houve, desta feita, uma ampliação daqueles que queriam participar do jogo. A elite presente nas duas câmaras perdia o monopólio do debate em torno de temas e questões, embora não perdesse sua prerrogativa de legislar e decidir (ALONSO, 2002, p. 87-104).

Entre as diferentes temáticas a que se dedicavam os poetas, encontramos expressiva produção a que chamaremos de “social e política”. Esta versa sobre temas como liberdade, escravidão, justiça, organização política, corrupção, representação, crítica política e social, etc. Tratava de aspectos próprios da vida organizada em sociedade que estão além da esfera individual e privada. Esta prática ou característica não constituiu em invenção do século XIX, muito menos de poetas “engajados” nas campanhas abolicionista e republicana.

A palavra manifesta e torna evidente para os que a ouvem (ou lêem) o útil e o nocivo, a virtude e o vício, o justo e o injusto

(RANCIÈRE, 1996, p. 17). Ao nomear o inominado, a palavra altera o mundo, confere objetivação a experiências difusas, tornando-as comuns e comunicáveis, sensatas e socialmente aceitas (BOURDIEU, 1998, p. 119). Assim, os poemas estabeleciam temas e termos para o debate no mercado das idéias. Os poetas dos jornais, tal como os gregos, atuavam como árbitros do louvor e da censura, marcavam o que deveria ser lembrado e silenciavam sobre o que deveria ser esquecido. Estabeleciam quais personagens deviam-se ou não ser imitados, e quais enunciados convinham ou não àquilo que deveria ser a sociedade (RANCIÈRE, 1995, p. 107). Atuavam diretamente sobre a moeda de troca do “comércio da palavra [que] é o laço de toda a sociedade doméstica e civil” (ARISTÓTELES, 2000, p. 5).

Por outro lado, davam concretude às abstrações políticas e filosóficas que justificavam a abolição e a república. Os conceitos absolutos como liberdade, justiça, direito, eram atualizados e ganhavam significados em linguagem próxima da população não intelectualizada. Esses conceitos e suas implicações eram transpostos para a experiência do cotidiano desta população. Mais do que simples tradução operava-se uma transformação das idéias. Em outras palavras, não havia preocupação em manter fidelidade absoluta com o universo conceitual, filosófico ou teórico do discurso republicano. Os poemas acrescentavam (ou modificavam) aspectos, noções, idéias, justificativas, valores, personagens linguagens, etc. deste universo. Assim, mais do que nos tratados de teoria política, nos poemas é que se definiu, para o grande público, o que se pretendia com as reformas e seus limites.

Os poemas representavam ainda a subversão cognitiva que necessária à subversão política. A ação política só é possível se os sujeitos acreditarem na legitimidade de sua iniciativa e na possibilidade de sua eficácia, assim não há ação ou mudança política que não seja acompanhada de uma subversão herética.

A subversão herética explora a possibilidade de mudar o mundo social modificando a representação desse mundo que contribui para sua realidade, ou melhor, opondo uma pré-visão paradoxal

(...) à visão comum que apreende o mundo social como mundo natural. (...) Contribui praticamente para a realidade do que anuncia pelo fato de enunciá-lo, de prevê-lo e de fazê-lo prever; por torná-lo concebível e sobretudo crível, criando assim a representação e a vontade coletivas em condições de contribuir para produzi-lo. (BOURDIEU, 1998, p 118).

Os poemas transformavam o significado e o valor simbólico da escravidão e da monarquia. Ambas eram apresentadas como a falta de liberdade, atraso, injustas, fruto do privilégio, etc, como manifestações da mesma carência, como dois lados da mesma moeda. Assim, um senso comum que as tinha como naturais e morais estava sendo solapado por outro que as tinha como decisões e opções políticas e indefensáveis moralmente. Os poemas então são responsáveis pela significação e circulação da idéia de república e do ser republicano, do abolicionista e da abolição para a grande parte da população do Império e da Corte.

A república é apresentada como ideal e forma de organização social justa, baseada na igualdade e na liberdade; e aparece como panacéia para todos os males, e muitas vezes como sinônimo de democracia. Assim, é contraposta às formas “tirânicas” do poder, entendendo-se por estas todas as formas de monarquias, no sentido etimológico da palavra. Ou seja, o poder de todos (república) é contraposto ao poder de um só (monarquia). Nos poemas, todas as formas monárquicas são tratadas como tirânicas, não havendo gradação nem distinções entre autocracia, monarquia, reino, realeza, império, a presença ou ausência de constituição e/ou parlamento, etc. Todas as coroas são jogadas na vala comum do arbítrio e do despotismo.

Tendes o manto, e nós sentimos frio!
Tendes um cetro, e nós... nem um bordão!
Tendes na testa um diadema de ouro;
Nós... uma chaga só no coração!

Ah! Chaga que se chama fome, sede

De justiça e de pão. Por sobre o império
– Suprema afronta ao céu e à humanidade –
vê-se estendida a púrp'ra de Tibério.

E vós dais beija-mão! Baixeza extrema
Em que a Roma dos césaes não cabe;
Cena burlesca em que o senhor se mostra
– Lobo feito pastor... não há reis pai.
(V. *A República*. Rio de Janeiro. 13 junho 1871)

Ao publicarem poemas, podemos supor que os autores objetivavam mobilizar a população do Império, solapando a autoridade moral e política da família real. Como já foi dito, os poemas são peças relativamente curtas, de fácil memorização. Estes não comportam desenvolvimento de grandes idéias, nem defesas de teses, não são ensaios de política. O máximo que conseguem, e daí sua força, é lançar uma idéia sob a forma de rimas e métricas, provocar um impacto emocional mais do que racional, difundir imagens e situações mais do que argumentos lógicos.

Referências

- ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento* – A geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Martin Claret, 2001. (trad. Torrieri Guimarães).
- BOURDIEU, Pierre. “Descrever e prescrever”. *Economia das trocas Lingüísticas* São Paulo: Edusp, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da Escrita*. São Paulo: Edit. 34, 1995.
- RANCIÈRE, Jacques. *O Desentendimento*. São Paulo: Edit. 34, 1996.

O PROTESTANTISMO SOB UM NOVO OLHAR: ASPECTOS DA HISTORIOGRAFIA PROTESTANTE NO BRASIL

Marcela Pimentel da Silva *

Introdução

Durante o século XIX os estudos da religião e religiosidade começaram a apresentar sinais de transição, deixando de ser exclusivamente objeto de análise da teologia. Assim no final do século XIX e início do XX a religião e a religiosidade passaram a ser produzidas majoritariamente à luz das ciências. De acordo com Hermann, a inserção da religião no campo das ciências sociais, deu-se como um desdobramento da modernidade em consequência a um contexto de ruptura da unidade cristã vivenciada até o século XVI (HERMANN, 2003: 329).

Ao ser inserida no campo sociológico, a religião passou a ser vista sob um aspecto pragmático e social. Dentre os trabalhos de sociólogos podemos citar a produção de Émile Durkheim e Max Weber. Estes autores buscaram uma relação entre a sociologia e a religião, o primeiro com um caráter observador, entendendo os fatos sociais como autônomo e que sua análise deveria ser feita como respostas coletivas, e Weber, com a aplicação do seu método denominado “sociologia compressiva”. Tais autores fizeram uma releitura das experiências religiosas aplicando a elas uma cientificidade e as compreendendo como respostas coletivas.

Segundo Mircea Eliade, a religião como fonte de interesse histórico é antiga e sua primeira manifestação pode ser compreendida na Grécia antiga, sobretudo no século V (ELIADE, 1992: 6). Porém a configuração da religião como objeto de estudo histórico pode ser compreendida apenas no início do século XX como um desdobramento das ciências da religião. Assim, a história da religião

se diferencia das ciências da religião uma vez que não se volta à religião em si, mas procura analisar os acontecimentos religiosos em diferentes épocas e contextos, tendo como necessidade a reflexão constante quanto aos métodos aplicados na análise (GOMES, 2002:13, 14).

A análise histórica da religião e religiosidade, como é entendida nos dias de hoje, pode ser compreendida como um desdobramento da Nova História. A partir da terceira geração da Escola dos *Annales*, não mais se privilegiava fontes e fatos e sim abria-se espaço para novos objetos, crescendo então a possibilidade de trabalho com outros tipos de fontes. Assim a religião e a religiosidade ganharam espaço neste contexto, se mostrando um campo fértil para trabalhos devido à diversidade de formas religiosas possíveis de se encontrar e trabalhar.

Marc Bloch e Lucien Febvre são exemplos de historiadores envolvidos nessas mudanças. Engajados em uma história das mentalidades rejeitaram uma história marcada pela presença dos grandes homens, em grandes acontecimentos políticos, e que ao se depararem com o homem comum os inseriu em seus estudos em uma perspectiva política e religiosa.

Defensores de uma história abrangente e totalizante rejeitaram as premissas de uma história política marcada pelos feitos dos grandes homens em momentos de guerra ou decisões político-institucionais. Ao redescobrirem o “homem comum” como elemento fundamental no desencadeamento de transformações históricas, tanto na curta quanto na longa duração, propuseram uma abordagem problematizada dos processos históricos globais (HERMANN, 2003:341).

Vários outros exemplos poderiam ser citados aqui para pensar a nova configuração da produção histórica sobre a religião e a religiosidade, tais como Jean Delumeu, Jacques Le Goff, George Duby, assim como tantos outros que a partir das mudanças empreendidas em suas análises, serviram como inspiração para os historiadores brasileiros

que a partir de 1980 voltaram seus olhares para a religião e a religiosidade como objeto de estudo histórico.

Nest e sentido, o nosso objetivo neste trabalho é pensar as tendências históricas que têm permitido a mudança do local de produção dos trabalhos sobre a Igreja. Mais especificamente, teremos como foco a análise voltada para os estudos do Protestantismo no Brasil, principalmente no que se refere às denominações históricas, compreendida por aqueles grupos originados a partir do trabalho dos missionários enviados ao Brasil no início da segunda metade do século XIX. Dentre os agentes motivadores que tem permitido essa mudança acerca da escrita do Protestantismo, compreendemos que os principais são: a configuração da Nova História, como já foi visto anteriormente, uma vez que estas mudanças permitiram que a religião fosse vista a luz das ciências e conseqüentemente o Protestantismo também; a mudança do campo religioso brasileiro, com a inserção de outras crenças e diferentes formas de culto e por fim o desejo do ser humano de conhecer suas práticas e sentimentos.

No segundo momento, desejamos compreender os novos objetos incorporados aos trabalhos sobre o Protestantismo brasileiro, tais como a política, a mídia, a educação, a música, enfim, o cotidiano do fiel de um modo geral.

A nova configuração do campo religioso brasileiro

Co mo ponto de partida para compreendermos as mudanças no cenário religioso brasileiro, devemos ter em mente o que seria este campo. Segundo Weber, o espaço religioso seria o local onde os fiéis lutam pela legitimação da sua religião e de suas ações. Assim, este local seria o cenário da busca da definição da religiosidade e de suas práticas (WEBER, 1991).

Até o início do século XIX o país era predominantemente Católico. Sendo a colonização do Brasil uma ação conjunta do Estado e da Igreja, desde os primórdios houve a preocupação em

manter afastados os protestantes (MATOS, 18). Assim as primeiras tentativas de inserção do Protestantismo em terras brasileiras fracassaram ficando inativas durante um longo período.

Nest e sentido, convencionou-se a falar sobre o Protestantismo no Brasil a partir de 1810 com a assinatura do Tratado de Comércio e Navegação que teve como objetivo atrair imigrantes para fortalecer a economia e atrair a mão de obra. Neste tratado era garantido aos imigrantes à liberdade religiosa, porém com algumas restrições. Mais tarde essa liberdade de culto foi estendida aos brasileiros, porém o Catolicismo ainda continuava como a religião oficial do Estado e os Protestantes conviviam com várias restrições tais como o direito de utilizar os cemitérios públicos e a legitimação do casamento civil (RIBEIRO, 1973: 77).

Apesar da inserção do Protestantismo, o trabalho Protestante só começou a ter notoriedade com a chegada dos primeiros missionários, devido às próprias dificuldades e restrições que os imigrantes sofriam. Assim o esforço proselitista começou a ter vigor a partir da segunda metade do século XIX quando um significativo número de missionários, principalmente dos Estados Unidos, foram enviados para o Brasil. Apesar das dificuldades que os missionários encontraram, aos poucos eles conseguiram ganhar notoriedade e devido às tensões encontradas no contexto político - religioso, a religião Católica foi perdendo seu espaço deixando de ser a religião oficial do Estado (VIEIRA, 1980).

A partir deste contexto, os Protestantes cada vez mais ganharam notoriedade e conquistaram espaço e direito na sociedade. Antônio Gouveia Mendonça ao escrever o livro “O celeste porvir: a inserção do Protestantismo no Brasil” mencionou que os protestantes não possuíam muito destaque na sociedade, porém quando analisamos alguns dados estatísticos percebemos que cada vez mais os membros de diversas denominações estão inseridos em diversos espaços da sociedade, tal como o cenário político que conta com um significativo número de Protestantes (MENDONÇA, 1995). Outro ponto que deve ser enfatizado é o número de Igrejas existentes no

país, tornando assim cada vez mais clara a configuração do campo religioso do Brasil.

O desejo de reconhecimento

Uma das explicações para as mudanças no local de produção dos trabalhos acerca do Protestantismo brasileiro é também o desejo de reconhecimento de suas práticas e sentimentos. Philippe Ariès ao pensar as justificativas para a história das mentalidades discorre a partir de um apelo inconsciente e coletivo. Para pensar a mudança epistêmica nos trabalhos sobre o Protestantismo, podemos utilizar uma das motivações enfatizada por ele, como:

Talvez os homens de hoje sintam a necessidade de trazer para a superfície da consciência os sentimentos de outrora, enterrados numa memória coletiva profunda. Pesquisa subterrânea das sabedorias anônimas: não sabedoria ou verdade atemporal, mas sabedorias empíricas que regem as relações familiares entre as coletividades humanas e cada indivíduo, a natureza, a vida, a morte, Deus e o além (In: LE GOFF & NORA, 1995: 175).

Assim uma das justificativas seria esta, o desejo do ser humano de se conhecer e conhecer suas práticas e sentimentos. Neste sentido, estes desejos rompem as barreiras acadêmicas e são lançados novos olhares às experiências e práticas antes renegadas.

Breve análise das produções sobre o Protestantismo brasileiro e as novas tendências

Ao analisar algumas obras sobre o Protestantismo brasileiro nos deparamos com duas formas de produção: escritos teológicos e análises historiográficas. Grande parte dos trabalhos sobre o Protestantismo ainda possuem uma ligação com a teologia, muitos

deles mesmo com a inserção de uma problemática e de uma possível solução, ainda estão inseridas nos moldes apologéticos.

As produções idealizadas por instituições religiosas e escrita por um *métie* não acadêmico possuem em sua maioria um caráter biográfico e memorialista. As obras possuem como objetivo descrever a inserção da denominação religiosa no cenário nacional e com isso traz uma narrativa sobre os conflitos encontrados e o sucesso de cada uma dessas Igrejas. Assim estes trabalhos possuem em sua abordagem um esforço proselitista de querer apresentar a sua denominação como vitoriosa, demonstrando na maioria das vezes, seus idealizadores como figuras heróicas.

É preciso destacar que uma quantidade significativa dos trabalhos sobre o Protestantismo brasileiro ainda é feita por teólogos e muitas das vezes é financiada por instituições religiosas. Não queremos e nem devemos assim negar a participação destes na produção dos trabalhos que se referem ao protestantismo. Porém deve-se ter em mente, que é necessário reformular os métodos e abordagens, estes devem ser “*menos centrado na história da Igreja e mais voltado para uma história do campo religioso*” (WIRTH, 2001: 23)

A obra de Émile Leonard é considerada um marco na produção dos trabalhos sobre o Protestantismo, pois apesar de estar inserido no campo teológico, o autor conseguiu se diferenciar de muitos outros autores que reproduziam às características já mencionadas. Assim, a obra “O Protestantismo brasileiro – um estudo da eclesiologia e história social” se diferencia da maioria, pois deixou de lado os embates entre o Protestantismo e o Catolicismo e se dedicou a análise do corpo de membros da Igreja (LÉONARD, 2002).

Atualmente o número de trabalhos sobre o Protestantismo feito em instituições acadêmicas é bem significativo e deixam de lado os estudos sobre a relação entre o Catolicismo e o Protestantismo, dando espaço a novos enfoques e novas abordagens. Ao buscar novos estudos sobre o tema, encontramos trabalhos enfocando

diversos aspectos como: a educação Protestante, o papel da mídia evangélica, a mulher, a política, dentre outros.

Assim, percebemos que a incorporação de novas temáticas tem sido cada vez mais possível ao tema da religião e religiosidade e a interdisciplinaridade é um fator que tem corroborado para tais mudanças. O trabalho de historiadores, antropólogos, filósofos e teólogos têm permitido a multiplicação dos trabalhos sobre o Protestantismo brasileiro que antes tinha como característica ser produzido apenas para o próprio público religioso.

Considerações finais

Tivemos como proposta pensar a inserção da religião como uma nova abordagem para a pesquisa histórica. Com este objetivo, buscamos de maneira breve discorrer sobre o percurso da religião ao campo acadêmico. Para compreender a inclusão do Protestantismo nos trabalhos históricos traçamos uma nova configuração do campo religioso, pensando a inserção de novas denominações, dando ênfase àquelas advindas com os missionários a partir da segunda metade do século XIX. Por fim, pensamos os principais aspectos das obras apologéticas e as novas tendências históricas que tem dado luz a novos trabalhos sobre o Protestantismo brasileiro.

Bibliografia

ALVES, Rubem. *Protestantismo e repressão*. São Paulo: Ática, 1982

ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: 1995

BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio: França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002

CÉSAR, Elben M. Lenz. *História da evangelização do Brasil: dos Jesuítas aos neopentecostais*. Viçosa: Ultimato, 2000

COLLISON, Patrick. *A Reforma*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006

DELUMEU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989

_____ *A civilização do Renascimento*. Lisboa: Edição 70, 2004

_____ *A confissão e o pecado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991

DUNCAN, Alexandre Reily, *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE, 1993

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes,

GARGANI, Aldo. *A experiência religiosa como evento e interpretação*. In: *A Religião – O seminário de Capri*. São Paulo: Estação liberdade, 2000

GOMES, Francisco José Silva. *A religião como objeto da História*. In: LIMA, Lana L. da Gama at alli. *História & Religião*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002

HAHN, Carl Joseph. *História do culto protestante no Brasil*. São Paulo: ASTE, 1989

HAUCK, João Fagundes. *História da Igreja no Brasil – Segunda época*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

HOORNAERT, Eduardo (org). *História da Igreja na Amazonia*. Comissão de Estudos da Igreja na América Latina, CEHILA. Petrópolis: Vozes, 1992

JULIA, Dominique. História religiosa. In: LE GOFF, J. (org.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995

LÉONARD, Émile G. *O protestantismo brasileiro: Estudo da Eclesiologia e história social*. São Paulo: ASTE, 2002

MATOS, Alderi de Souza. Disponível em www.mackenzie.br/historia_igreja Acesso em 19/03/2009

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *O Celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Pendão Real, ASTE, Ciências da Religião, 1995

RIBEIRO, Boanerges, *Protestantismo no Brasil monárquico*. São Paulo: Pioneira, 1973

VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão religiosa no Brasil*. Brasília: UNB, 1980

WIRTH, Lauri Emilio. Novas metodologias para a história do cristianismo: em busca da experiência religiosa dos sujeitos religiosos. In: COUTINHO, Sérgio Ricardo. *Religiosidades, misticismo e história no Brasil Central*. Brasília: Universa Editora,

Quero ressaltar que nos documentos analisados - registros de polícia, relatórios provinciais - foram muitas e muitas as solicitações para *exterminar* os ajuntamentos de negros fugitivos escondidos na Província. Desde o século 18, os presidentes da Província de Mato Grosso sentiam-se impotentes diante de tantas fugas de cativos, inclusive para a Bolívia, onde acreditavam existir quilombos. Salvo engano, esse é um campo de pesquisa bem pouco explorado, ao menos pela historiografia brasileira.

A REPRESENTAÇÃO DOS NEGROS NA OBRA *A CABANA DO PAI TOMÁS*

Marcelle D.C. Braga
Graduanda em História/UFOP

I- Considerações sobre o livro, a autora e o contexto dos Estados Unidos oitocentista

Nossa proposta é analisar a obra literária *A Cabana do Pai Tomás*, de Harriet Beecher Stowe, uma das publicações mais vendidas nos EUA desde 1851, quando foi lançada na forma de folhetim e, posteriormente, em 1852, na forma de livro. A autora teria vindo de família bastante religiosa, e tornar-se-ia educadora de moral já aos 14 anos. Diante da aprovação da Lei dos Escravos Fugitivos de 1850 (que proibia o oferecimento de ajuda ou refúgio de escravos fugidos) e de uma cena de flagelação de um escravo presenciado por ela, escreverá o romance.

A obra tem como figura central o escravo Tomás, chamado de *pai*⁵³⁷ como demonstração do afeto que todos sentem por ele. A estrutura do romance passa por três momentos ao longo da narrativa. O primeiro seria na fazenda do Sr. e Sra. Shelby, um casal branco apresentado como bons senhores, muito religiosos, e que prezam pelo “bom” tratamento de seus escravos. Porém, Sr. Shelby se encontra envolto em dívidas com um traficante de escravos e deve pagar uma grande quantia, sendo sua única saída a venda de seu cativo mais valioso, Tomás. Aceitando seu destino, se recusa a fugir, e segue seu destino com o traficante por um barco a vapor que desce o rio Ohio.

⁵³⁷ Originalmente a obra se intitula *Uncle Tom's Cabin* traduzida para o português como *A cabana do pai Tomás*, em lugar de *A Cabana do tio Tomás*, isso se decorreu tendo em vista que para o Brasil o significado de *pai/painho* se assemelha mais à figura de *tio*, no sentido de tratamento de afeto, não de parentesco, associado à palavra *Uncle*, como vocabulário específico do mundo dos escravos.

No próprio barco é vendido para uma segunda família, os St. Clare. Assim inicia-se o segundo momento, no qual Tomás vai para uma casa dividida: a Sra. St. Clare é a favor das práticas de castigo e de tratamento mais severos para com os cativos, em oposição ao seu esposo e filha, ainda criança, além de uma prima de seu marido, que são favoráveis a um tratamento mais brando e humano. Contudo, o Sr. St. Clare e a filha Evangelina morrem.

O que leva ao terceiro momento, o qual todos os escravos desta casa são vendidos, e Tomás segue para uma fazenda no Sul dos Estados Unidos, de plantação de algodão para comercialização. Neste novo ambiente é cobrado dele uma posição de aplicador dos castigos aos escravos, além de algumas condutas que vão contra seus princípios, que têm por base a religião. Ele se nega a realizar tais ordens, é espancado e passa dias agonizando. Acaba morrendo nos braços do filho de seu primeiro senhor, que havia se direcionado para a nova moradia do cativo a fim de comprá-lo de volta.

Além da compreensão do enredo da obra e de quem é a autora, se faz importante explicar qual é o momento histórico dos EUA no qual essa publicação foi lançada, uma vez que conseguiu se difundir em tamanha proporção. É um período no qual o Sul se encontra em grande desenvolvimento econômico com as culturas de tabaco e algodão movidas pelas novas invenções tecnológicas e com a mão-de-obra escrava. Já os estados do norte incentivam o trabalho livre, especialmente, nos setores industriais em crescimento. Todo esse contexto gerará uma forte tensão entre norte e sul, abraçado pela política e pela sociedade, levando à Guerra Civil (1861-1865), uma das mais sangrentas da América.

Além disso, aquele era o momento no qual o movimento romântico se difundia, com ideais que valorizam as qualidades emocionais e intuitivas, em detrimento à visão mecânica do momento Iluminista, no que tange o mundo natural e a ênfase no intelecto. Esse movimento gera um ambiente de revisão religiosa, que provoca uma ânsia de “benevolência desinteressada”, termo

criado por Charles Finney⁵³⁸, onde as pessoas acreditam que ajudar os demais possa levar a uma ascensão espiritual. Essas reflexões atingem intelectuais, literários, políticos, legisladores, educadores, mulheres, etc.

Dessa forma, é possível compreender o modo como essa obra foi recebida pela população e porque foi tão largamente aceita. É uma publicação que deixa clara a humanidade do negro, e que era desconsiderada e questionada por muitos, dando margem às idéias liberais, mas sem colocá-lo numa posição de equivalência com os brancos; enfatiza a corrente religiosa que deslegitima o sistema escravista violento; relembra sutilmente a carta de independência, quanto ao trecho que defende que “Todos os homens são livres e iguais”, dentre outros diversos pontos. São assuntos tratados no romance, mas vistos na realidade, que ora deslegitima a escravidão (porém não defende a abolição) ora defende a escravidão, sem, assim, a autora se posicionar de forma parcial por excelência, além de mostrar a complexidade desta sociedade na qual há nortistas a favor da escravidão e sulistas contra.

II) A representação da figura dos negros

Agora, é possível buscar compreender alguns dos elementos que representam a visão sobre os escravos na obra, de que forma a representação da figura dos negros é construída pela autora, e observar as visões dicotômicas, divergentes e, muitas vezes contraditórias presentes no texto.

Os cativos do livro podem ser divididos em dois grupos, um que enquadraria os *bons* e outro que abarcaria os *maus*, ambos

⁵³⁸ Charles SELLERS, Henry MAY e Neil McMILLEN,. *Uma Reavaliação da história dos Estados Unidos: De Colônia a Potência Imperial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990, p. 154. Charles Finney foi um dos maiores marcos do movimento renascentista ou de reavivamento (*Revival*) e do trabalho missionário no Oeste. Fazia um misto de fervor emocional e novas técnicas, utilizando-se de sessões em casa particulares e participação de mulheres. Seus métodos causaram uma explosão de religiosidade de base emocional que consolidou o “presbiterianismo” nas áreas do Oeste.

criados sobre a mesma égide da submissão. O maior exemplo de bom escravo é Tomás, que assume uma posição de subordinação, passando por todas as dificuldades, sem se rebelar ou sequer negar este sistema – ou buscar consolo junto à bebida alcoólica, como é comum entre muitos escravos e entre a sociedade como um todo – sempre embasado por sua religiosidade fervorosa, negando a possibilidade de violência como forma de resistência, perdendo e ajudando a todos, mesmo àqueles que perpetraram ações que se voltam contra ele. As mulheres escravas separadas da família e que não aderem a nenhuma forma de insubordinação, também se enquadram nesta categoria, aceitando sua posição dentro da casa e do sistema escravista, enquanto cativas que devem obedecer e aceitar as ordens de seus donos.

Logo, percebe-se que os que se adaptam ao sistema e vivem em harmonia com seu senhor, sem se rebelar, estabelecendo uma relação de respeito, e, sobretudo, de subordinação frente aos donos, são os considerados *bons escravos*, dignos de uma descrição afetuosa e angelical pela autora. Sendo interessante observar que, mesmo os *bons escravos*, são, na interpretação que se pode fazer da autora, inferiores aos brancos necessitando da bondade e dos cuidados deles, pois sozinhos não terão vida tão boa quanto comparada com a qual o senhor pode oferecer.

Os escravos que se utilizam da fuga, da bebedeira, da violência, da resistência a doutrinação, enfim, das formas de insubordinação aos brancos são os considerados *maus escravos* e estes devem ser doutrinados, segundo a visão dos senhores que pregam pela não utilização da violência, ou então castigados, de acordo com os que defendem o uso da violência severa, a fim de tornarem-se *bons escravos*.

III) A representação da figura dos brancos

Agora é importante pensarmos a representação da figura dos brancos, pois eles estão na mesma lógica discursiva da doutrinação religiosa e do discurso do *bem* e do *mal*. A autora considera que os negros tomam determinadas atitudes ou são como são em resposta às

ações dos brancos, como forma de se encaixar no sistema imposto por estes, portanto, não seriam *bons* ou *maus* por natureza. Quem seriam os agentes, tanto no caso da formação de um *bom* quanto de um *mau* escravo, desta forma, seriam os brancos e não os negros. Assim sendo, existirão senhores *bons* e *senhores maus*, de acordo com o tratamento que dão aos escravos. Os *senhores bons* serão aqueles que não utilizam de violência; que concedem certos privilégios, como a possibilidade de acumular algum pecúlio, deixam que seus escravos se casem; que não vendem e sequer os separam; enfim, que alimentam e fornecem alguma estabilidade. Já os *maus senhores* são aqueles que não mantêm essas práticas, não fornecem o mínimo de estabilidade, além de fazerem uso desmesurado da violência.

Portanto, podemos entender a obra como uma justificativa de uma escravidão branda, onde os senhores ofereceriam os cuidados necessários aos negros, sem os quais não conseguiriam viver, ou viveriam de forma muito miserável, recebendo toda a doutrinação e instrução dos primeiros, sem o uso da violência, onde os escravos seriam submissos às ordens dos brancos. Além de podermos compreendê-la como uma obra anti-escravista, mas não abolicionista, lembrando que os negros são considerados seres inferiores e que necessitam desse sistema para haver uma sociedade em harmonia. A venda é uma das maiores representações neste discurso da defesa da escravidão nestes termos, uma vez que, para a autora, seria “um dos piores males da escravidão”, pois o cativo se adapta e se apega a casa e quando ele é vendido tudo que foi construído pode ser perdido. Logo, interpreta-se que se este indivíduo se afeiçoa, é porque de alguma forma aquele ambiente o deixa feliz, e por isso seria uma grande crueldade vendê-lo.

IV- Conclusão

A recepção da obra nos Estados Unidos foi sem dúvida significativa, porém cabe indagarmos os motivos deste sucesso. Considerando que a sociedade norte-americana oitocentista era racista e puritana podemos perceber o quanto as concepções da obra

e as representações de negros e brancos nela fazem parte deste ambiente. Ao mesmo tempo em que os negros são representados de modo a ter alma, sentimentos e afetos, ou seja, são apresentados como seres humanos – o que se encaixa bastante no ideal puritano e anti-escravista – isso não faz deles seres iguais aos brancos. Pelo contrário, seriam seres inferiores, que precisariam dos cuidados e instruções que só brancos (bons) poderiam oferecer.

A autora não toma um posicionamento radical abolicionista no romance, mas sim esse anti-escravismo brando e de proteção ao “bom negro” e condenação moral do “mau branco”. À medida que isso ocorre dá abertura a interpretações diferentes, e até divergentes, e essa possibilidade múltipla de interpretações certamente ampliou seu público leitor. Uma vez sendo um contexto de muitas tensões, essa subjetividade foi acolhida de modos variados, possibilitando mais leituras simpáticas, mesmo entre aqueles contrários à abolição. Tanto o senhor que se utiliza de violência pode ler e se considerar um *bom senhor*, sendo que faz esse uso somente com *maus escravos*, como o senhor que não faz uso da violência e por isso se considera um *bom senhor*.

Outro fator importante é que essa publicação circula para além dos senhores de escravos, chegando entre os populares nortistas e sulistas. Essa divulgação é facilitada pela própria forma como é lançado o texto, que seria o folhetim. Acrescido com a fácil escrita por parte da autora, que utiliza de vocabulário acessível a qualquer público.

Assim faz-se possível compreender porque o livro vendeu dez mil exemplares somente na primeira semana de vendas nos Estados Unidos⁵³⁹. Sendo uma obra aberta a interpretações, de modo algum radical ou abolicionista por excelência, que incorpora os

⁵³⁹ MALHEIROS, José Victor. *O livro que levou ao fim da escravatura americana, de Harriet Beecher Stowe*. In: Coleção Geração: Livros que ajudam a crescer. 2005. IN: <http://static.publico.clix.pt/sites/colecaojuvenil/livros/33.cabanapaitomas/texto3.htm>, dia de acesso: 30-04-2010.

valores desta sociedade, enfim, por estes ditos caminhos conseguiu se configurar numa leitura universalista, logo, muito bem recebida.

Referências Bibliográficas:

STOWE, Harriet Beecher. *Cabana do Pai Tomás*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966.

FERNANDES, Luiz E. O., & MORAIS, Marcus V.. Os EUA no século XIX. IN: KARNAL, L. Et al. *História dos Estados Unidos*. São Paulo: Contexto, 2007.

MARQUESE, Rafael. *Feitores do corpo, Missionários da Mente: Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MALHEIROS, José Victor. *O livro que levou ao fim da escravatura americana, de Harriet Beecher Stowe*. In: Coleção Geração: Livros que ajudam a crescer. 2005. IN: <http://static.publico.clix.pt/sites/colecaojuvenil/livros/33.cabanapaitomas/texto3.htm>, dia de acesso: 30-04-2010.

SELLERS, Charles. MAY, Henry. McMILLEN, Neil. *Uma Reavaliação da história dos Estados Unidos: De Colônia a Potência Imperial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.

DIABOLUS, DAEMON, DIABO. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA FIGURA DEMONÍACA PELA IGREJA CATÓLICA: PERCEPÇÕES DO MUNDO CONTEMPORÂNEO.

Marcus Vinícius Reis⁵⁴⁰

“Il Diavolo abita anche in Vaticano”⁵⁴¹. Tal declaração poderia ser encarada de forma natural ou mesmo passando por despercebida, caso fosse pronunciada por algum cristão mais radical ou mesmo por um padre de alguma diocese correspondente à Igreja Católica. No entanto, trata-se de uma declaração feita pelo atual chefe maior dos exorcismos no Vaticano, Padre Gabriele Amorth, no dia 10 de março de 2010, em entrevista exclusiva para o jornal italiano *La Repubblica*. Em tradução literal, a então declaração do Pe Gabriele Amorth se resume em chamar a atenção para a cristandade do fato de que o principal alvo das ações do maior inimigo da Igreja – o Diabo – reside no centro maior das ações do catolicismo, o Vaticano. Diante de escândalos que tomam as primeiras páginas de inúmeros jornais ao redor do mundo acerca dos casos de pedofilia supostamente acobertados pela Igreja, inclusive pelo papa Joseph Ratzinger, a assertiva de Gabriele Amorth pode ser inserida na tentativa do próprio clero em se encontrar justificativas para os inúmeros ataques que o catolicismo vem sofrendo atualmente⁵⁴².

Longe de entrarmos na questão polêmica acerca de tais notícias, acreditamos que é nesse sentido que o Diabo se torna o “bode expiatório”, ou seja, o responsável pelas mais variadas

⁵⁴⁰ Graduando do 7º período de História, pela Universidade Federal de Viçosa. mv.historia@gmail.com.

⁵⁴¹ Tradução literal: O Diabo abita o Vaticano. Cf: ANSALDO, Marco. Il Diavolo abita anche in Vaticano. *La Repubblica*, Roma, 10 marc. 2010.

Disponível

em:<

<http://ricerca.repubblica.it/repubblica/archivio/repubblica/2010/03/10/il-diavolo-abita-anche-in-vaticano.html>>

Acesso em: 03 Abril. 2010.

⁵⁴² *Idem*.

tentações que o clero vem sofrendo nos últimos tempos. Trata-se de um instrumento para se explicar uma crise nas consciências, ou o que Jean Delumeau denomina de *“reações coletivas de temor”*(DELUMEAU,2009:p.28). Em outras palavras, o que se percebe na declaração do Pe Gabriele Amorth pode ser resultante de uma série de temores que se passam pela Igreja Católica no sentido da instituição se ver ameaçada por algum inimigo maior que possa ser capaz de ameaçar suas estruturas tanto clericais como também seu posicionamento diante da sociedade atual. O Diabo, dessa forma, é encarado como exteriorização de tais temores, de tais medos, já que *“é impossível conservar o equilíbrio interno afrontando por muito tempo uma angústia incerta, infinita e indefinida, [sendo] necessário ao homem transformá-la e fragmentá-la em medos precisos de alguma coisa ou de alguém”*(DELUMEAU,2009:p.35.).

Mas não seria a primeira vez que a figura demoníaca se tornaria o centro das atenções para a Igreja Católica diante de um acontecimento que pudesse ameaçar a cristandade e o catolicismo como um todo. Dessa forma, o objetivo central do presente artigo reside na proposta de uma breve análise acerca do modo como o Diabo ao longo dos séculos de existência do catolicismo serviu de modelo explicativo para a Igreja diante de fatos que eram apontados pelo clero como sendo de gravidade tamanha de modo que pudessem ameaçar a existência do catolicismo e da própria cristandade referente a este.

Fazer uma história do Diabo não é simplesmente encerrar sua análise como um fenômeno estritamente de campo religioso e supersticioso - como já mencionava Robert Muchembled em obra específica (MUCHEMBLED,2001:18). O Diabo encarnado como grande inimigo da Igreja Católica fora e continua sendo interpretado como grande divisor, no qual tanto forças políticas, religiosas e sociais se tornaram vítimas das ações do maligno. Sob tais interpretações é que se torna inviável inserir o fenômeno que envolveu a presença de Satã no Ocidente como sendo resultante de um simples mito religioso. O medo de si, de ser punido por Deus ou ser torturado por Satã acabam por acelerar uma mudança de comportamento frente aos acontecimentos do mundo

(MUCHEMBLEND,2001:47). Desse modo, falar da história do Diabo é adentrar num emaranhado e complexo contexto com variáveis inúmeras que não ficaram restritas aos muros das Igrejas, mas também ressaltando o fato de que cada sociedade em seu espaço e tempo buscou na figura do Diabo diferentes modelos explicativos para determinado acontecimento, onde tal mudança de comportamento acabou por adquirir caracteres singulares a cada sociedade. É nesse sentido que tal temática se torna ainda atual a partir do momento em que vemos diversos setores da sociedade, principalmente a Igreja Católica⁵⁴³, buscando na figura demoníaca a explicação mais plausível para se tornar coerente com determinados acontecimentos resultantes de temores e angústias vividas pela sociedade.

O Demônio enquanto oposição e inimigo maior da Igreja Católica passaria a ser encarado como tal a partir do momento em que era necessário mostrar à sociedade o verdadeiro culpado dos variados infortúnios nos quais a sociedade se tornara vítima desde finais do medievo – como a peste e as inúmeras guerras das quais a Europa fora palco constante. Diante de um mundo no qual a presença diabólica tomava proporções assustadoras e ameaçadoras - capazes de guiar até os mais estudiosos da religião a um pensamento finalista acerca da humanidade - o pensamento europeu acabaria por se tornar vítima do mal no cotidiano da sociedade, tendo em Satã o principal causador dos malefícios terrenos (DELUMEAU,1989:240-242). A tentativa de se identificar o grande inimigo do mundo é muito bem sintetizada por Carlo Roberto Nogueira, onde o autor afirma que a “[...] construção pela elite dirigente de uma mitologia satânica ao longo do Cristianismo, implicou em um monumental esforço de reconhecimento do Inimigo, de suas formas e possibilidades de atuação, em paralelo à pia tarefa de identificação de seus agentes [...]” (NOGUEIRA,2ª Ed.2002: p.12.). Entretanto, tal esforço para se unificar e reconhecer na figura do Diabo a principal ameaça para a vida mundana acabou por se tornar um processo longo e complexo

⁵⁴³ O que não fugiu muito à regra em outras temporalidades e espaços determinados.

que não se situou apenas em determinado período, mas que faz parte de uma longa duração onde elementos variados contribuíram – e ainda contribuem – para a constituição de Satã. Como aponta Muchemblend, divergências teológicas que demonstravam a dificuldade em se unificar os elementos que tornariam Satã o principal inimigo da humanidade, além de um emaranhado de crenças e saberes que permeavam o âmbito popular e que contribuíam para a ridicularização dos poderes do Diabo, acabaram por se tornarem características principais entre os séculos XI e XIV europeu.

O que não significa dizer que o Diabo não tenha alcançado uma interpretação coerente, tornando-se modelo único de interpretação para a Igreja Católica e para a sociedade vivente. De acordo com Jean Delumeau, caberia ao desenvolvimento da imprensa o elemento final para que uma verdadeira demonologia se desenvolvesse, deixando de lado uma interpretação por vezes teatral e incoerente acerca do Diabo, para inaugurar uma verdadeira fase de medo e temores ao longo da Europa, tornando Satã o príncipe do mundo (DELUMEAU, 1989, p.247-249). A presença do Diabo se faria intensamente presente no discurso católico, de modo que a verdade cristã fosse legitimada como única capaz de combater as ações do maligno. A publicação do famoso *Malleus Maleficarum*, de Kramer e Sprenger, é exemplo maior de que a imprensa adquiriu importante papel na difusão da ameaça diabólica por grande parte da Europa. Trata-se de um poderoso manual acerca dos poderes do Diabo e de suas principais agentes, as feiticeiras, que tinha por objetivo revelar a todos o modo como a sociedade se via ameaçada diante dos inúmeros males que eram causas diretas da presença de Satã no mundo. Assim, o que restava à humanidade era se aproximar o quanto antes de Deus de modo que as ameaças do maligno fossem evitadas, embora esta fosse considerada por ambos os autores como perdida em meio a pecados mundanos (KRAMER; SPRENGER, 1991: pp.161-163)

Mas estaria o Diabo entrando no esquecimento do Ocidente Cristão? Não é o que podemos afirmar diante das tentativas da Igreja católica em se confirmar a vitória diante do maligno e de difundir

para a sociedade os meios de se combater a ameaça demoníaca presente atualmente. Exemplo maior pode ser apontado nos estudos que foram promovidos ao longo de 15 anos e que resultaram no chamado “Ritual de exorcismo e outras súplicas”. Promulgado em 1998 pelo então papa João Paulo II, tal ritual pode ser considerado como marco importante para se pensar o modo como o Diabo e as forças malignas atuantes no mundo sofreram mudanças significativas na sua interpretação por parte da Igreja Católica, de modo a superar “*duas tendências opostas, ambas errôneas e muito frequentes entre [os] fiéis*”(IGREJA CATÓLICA,2008:pp.7). Assim, acreditamos que o ponto que merece destaque acerca da reinterpretção católica acerca da presença do Diabo refere-se ao objetivo de desmistificar a idéia de uma psicose do medo, onde Satã estaria presente em toda parte, em todos os momentos da vida do homem.

Nota-se, a princípio, uma mudança considerável de interpretação acerca da atuação do Diabo no mundo, onde este não mais toma proporções ameaçadoras, condenando à sociedade uma eterna vigilância de seus pecados de modo a não cair em tentações provenientes do maligno. O medo no ocidente já não é utilizado como instrumento para se alcançar as consciências e, assim, tornar a presença da Igreja Católica como única e infalível arma capaz de combater as ameaças diabólicas. Pelo contrário, a chamada psicose do medo é descartada pelo Ritual a partir do momento em que se busca uma afirmação do exorcismo não como uma prática supersticiosa ou mágica, mas como algo empírico, baseado em estudos ancorados em análises de caráter científico. A preocupação maior reside em um possível sentimento satanista, que poderia prejudicar as ações da Igreja diante dos verdadeiros casos de presença do Diabo, já que a ciência, segundo a própria, “*tem demonstrado que, dos casos tidos como possessão diabólica, no passado, apenas 3% podem ser levados a sério*”(IGREJA CATÓLICA,2008:6); o que demonstra a cautela excessiva por parte do clero em se afirmar verdadeiramente um caso de possessão demoníaca.

Entretanto, as declarações proferidas por Pe Gabriele Amorth revelam, mais do que um temor diante dos atuais escândalos

que envolvem a Igreja, o interesse de delegar novamente ao Diabo o papel de “bode expiatório”, aquele responsável por causar as maiores fissuras em uma sociedade – nesse caso, a fissura maior se insere no próprio Vaticano. Dessa forma, por mais que o Diabo não seja mais considerado como o príncipe do mundo - onde encarna todo o tipo de mal e o dissemina pelo mundo –, mas sim como indivíduo e agente pessoal que causa tais males (IGREJA CATÓLICA,2008:pp.7), a figura demoníaca acaba por apresentar um caráter de continuidade nos dias de hoje em relação à períodos anteriores, a partir do momento em que Satã é utilizado pela Igreja como instrumento de justificativa para eventuais males ou ameaças que possam colocar em risco o modelo de cristandade defendido pelo clero como um todo. O Diabo está cada vez mais contemporâneo.

Referências Bibliográficas

DELUMEAU, Jean.*História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo,Companhia das Letras,2009.

IGREJA CATÓLICA.*Ritual de exorcismos e outras súplicas*.2ª edição.São Paulo:Editora Paulus,2008.

KRAMER,Heinrich;SPRENGER,James.*O martelo das feiticeiras.Malleus Maleficarum*. Tradução de Paulo Fróes.Rio de Janeiro,Editora Rosa dos Tempos,1991

MUCHEMBLEND, Robert.*Uma história do Diabo*. Rio de Janeiro,Bom texto, 2001.

NOGUEIRA,Carlos Roberto.*O Diabo no imaginário cristão...*

A ATUAÇÃO POLÍTICA DA ELITE NO INTERIOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI (1808-1822)

Maria Elisa Ribeiro Delfim
Mestranda na Universidade Federal de São João del Rei

O foco do artigo consiste no diálogo entre política, sociedade e sua dinâmica na região de São João del Rei, Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais no período de 1808 até 1822, compreendido neste trabalho como o processo de Independência.

A chegada da Família Real no Brasil em 1808 propiciou às esferas política, econômica e social novas articulações imbricadas. Elencar cada redirecionamento ocorrido no universo destes campos seria um árduo trabalho, pois sem dúvida são incontáveis modificações, além de suas posteriores consequências.⁵⁴⁴ No entanto, cabe mencionar algumas alterações no tocante a administração e governo do Brasil no início do século XIX, importantes no entendimento da construção do Estado Nacional e da Independência como um processo.⁵⁴⁵

A transferência da Corte compete ao Brasil o papel de sede administrativa de um Reino, formalizado apenas em 1815 com a passagem do mesmo para Reino Unido de Portugal e Algarves, deixando de ocupar apenas o mero papel de colônia. Com toda certeza o Rio de Janeiro sentiu a mais visível transformação devido ao número de habitantes instalados na cidade após a vinda de D. João VI e toda sua Corte.⁵⁴⁶ A historiografia se apresenta parca no que

⁵⁴⁴ Sobre o assunto ver Andréa Slemian e João Paulo Garrido Pimenta. *O nascimento político do Brasil* : as origens do Estado e da nação (1808-1825). Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003; Alcir Lenharo. *As tropas da moderação* : o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842). São Paulo: Edições Símbolo, 1979.

⁵⁴⁵ Andréa Slemian e João Paulo Garrido Pimenta . *A corte e o mundo*. Uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil. São Paulo: Alameda, 2008.

⁵⁴⁶ Andréa Slemian. *Vida política em tempo de crise*: Rio de Janeiro (1808-1824). São Paulo: Hucitec, 2006; Maria Fernanda Baptista Bicalho. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira*

concerne as mudanças vividas pós 1808 na região de Minas Gerais, especificamente na Comarca do Rio das Mortes, uma localidade tão importante como abastecedora alimentícia do Rio de Janeiro.⁵⁴⁷

A maior necessidade de abastecimento de gêneros alimentícios devido ao aumento da população e o consequente aumento da demanda obriga o governo a aumentar seu encargo frente à cobrança de impostos sobre os alimentos. Neste processo a esfera política no Brasil redimensiona suas funções e ganha uma maior responsabilidade e importância na administração metrópole/colônia. As instituições administrativas como as Câmaras Municipais, se tornam mais rígidas quanto suas obrigações, o que pode ser visto como uma maior burocratização do governo. Funções antes concentradas nas mãos de um cargo são distribuídas entre outros funcionários, como por exemplo o cargo de almotacel que acumulava várias funções e passou a ter apenas a de cobrança de impostos, na intenção de manter o funcionário concentrado em um serviço para que o mesmo seja bem realizado. Como foi afirmado por Alcir Lenharo, “a fiscalização da Câmara se fazia agora intensa ao contrário do período colonial em, que as próprias autoridades barganhavam com os contratantes.”⁵⁴⁸

Neste contexto acreditamos que há uma crença por parte dos indivíduos ocupantes de cargos públicos administrativos, como no caso os camarários, e suas responsabilidades adquiridas após 1808 com a maior burocratização da Câmara, o reconhecimento de um cargo efetivamente político, capaz de alterações estruturais na sociedade, de legislar e executar para o povo.

de História, São Paulo, Vol. 18, nº 36, 1998; Maria de Fátima Silva Gouvêa. “Redes de poder na América Portuguesa: O caso dos homens bons do Rio de Janeiro, ca. (1790-1822).” In: *Revista Brasileira de História*. Volume 18. n. 16. São Paulo, 1998.

⁵⁴⁷ Afonso de Alencastro Graça Filho. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*: São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

⁵⁴⁸ Alcir Lenharo. *As tropas da moderação* : o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842). São Paulo: Edições Símbolo, 1979. p. 53.

Vale ressaltar que a chegada das ‘*luzes*’, as informações através da imprensa, concomitante a burocratização foi um fator influenciador para que a população passasse a reconhecer os cargos políticos como caminho para política de fato, e não apenas como um cargo para lhes garantir *status* social.⁵⁴⁹

No período colonial os cargos camarários eram vistos como nobiliárquicos dotados de um poder simbólico frente à sociedade. Para fazer parte da Câmara Municipal, segundo a legislação vigente, era obrigado a ser um ‘homem bom’⁵⁵⁰, compor uma sociedade com características do Antigo Regime, segundo Moura:

[...] essencial era manter um estilo de vida nobre, como não exercer ofícios mecânicos, servir-se com criado, andar a cavalo, portar armas de fogo ou ponta, estampar patente militar ou formas de tratamento específicas – Dom, Senhorio, Excelência, etc -, usufruir de graça ou mercê concedida pela vontade do rei.⁵⁵¹

Além de incumbir a tais indivíduos o papel de administrador político, representante do governo central e governo local simultaneamente. Sendo, portanto pessoas de suma importância dentro do espaço político e social, com certeza “as pessoas de melhor qualidade se reuniam na Câmara”.⁵⁵²

A aproximação com a realeza gera uma maior possibilidade de nobilitação para os indivíduos, bem como a ocupação de um cargo

6 Andréa Slemian. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006;

⁵⁵⁰ Na perspectiva de Ilmar Rohloff de Mattos, considera-se como a ‘*boa sociedade*’ a junção entre as elites política, social e econômica e segundo a provisão de 1705 regente na colônia, os ‘*homens bons*’ eram os únicos que poderiam ocupar cargos políticos administrativos na época. In: Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Editora Hucited, 2004.

⁵⁵¹ Denise Aparecida Soares de Moura. Poder local e o funcionamento do comércio vicinal na cidade de São Paulo (1750-1822). *História*. São Paulo, v.24, p. 261-290, 2005. p.266.

⁵⁵² João Luiz Ribeiro Fragoço. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 41-70. 2002.

político. Alguns enxergam a situação como a chance para ser um nobre e adquirir benesses, outros como forma de adquirir uma função efetivamente política, capaz de alterações estruturais no ambiente social, ou ainda a acumulação de tais poderes. Para tanto se utilizam de estratégias como a formação de redes de sociabilidade para uma aproximação com os nobres.

No caso do Rio de Janeiro os comerciantes que estavam em ascensão devido a todo contexto, enxergam na nova situação uma maior possibilidade de adentrar na política, assim como adquirir um *status* de nobilitação. Ainda no período colonial os comerciantes fluminenses buscaram através da formação de redes, como casamentos e compadrios sua inserção no espaço político na tentativa de adquirir um cargo de nobreza.⁵⁵³

Em São João del Rei acreditamos ter existido uma situação diferente da ocorrida no Rio de Janeiro, pois como a região sempre foi composta por negociantes, presumi-se que a elite nobiliárquica da vila, aquela que possui características para ocupação de cargos públicos, fosse exatamente a que detinha poder financeiro, e conseqüente destaque social, seria uma confluência entre as elites política, social e econômica.

Nesta perspectiva entende-se que os comerciantes não começam ocupar a Câmara Municipal após a chegada da Corte como membros, verificou-se que os mesmos detinham desde o período colonial cargos efetivos. Até o presente momento pudemos confirmar redes de sociabilidade entre indivíduos com diversas finalidades, entre elas a entrada no setor de negócios como agricultura e comércio local.⁵⁵⁴ Um dos objetivos deste trabalho consiste em verificar até

⁵⁵³ João Luiz Ribeiro Fragoso. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. *Tempo*, Niterói, v. 8, n. 15, p. 11-35. 2003.

⁵⁵⁴ Em projetos de iniciação científica desenvolvido sob o financiamento da FAPEMIG pudemos verificar redes tecidas através de casamentos e batismos por Jerônimo José Rodrigues e Caetano José de Almeida, ambos ocupantes de cargos camarários no período de 1808-1822. Para maiores detalhes verificar artigo em Maria Elisa Ribeiro Delfim *A Formação das redes de sociabilidade no oitocentos: uma investigação das elites sanjoanenses*. In: II Colóquio do LAHES, 2008, Juiz

que ponto tais redes influenciam na entrada dos mesmos indivíduos na Câmara Municipal.

Entender a troca de valores que o cargo camarário sofreu após 1808 acarreta em entender como a chegada da Corte e das ‘*luzes*’ propiciou aos habitantes, tanto do Rio de Janeiro quanto de São João Del Rei uma maior percepção de suas funções frente à sociedade como um membro da Câmara, o que claramente se percebe na segunda metade do século XIX, com alguns ex-membros da Câmara Municipal de São João Del Rei como Limpo de Abreu, que ocupou cargo no Conselho de Estado, ou mesmo a criação de periódicos sendo realizado por políticos de destaque, como o caso de Batista Caetano de Almeida.⁵⁵⁵

Neste contexto pretendemos fazer um levantamento prosopográfico da elite sanjoanense que compuseram a Câmara Municipal no período referente a 1808 -1822, e verificar a atuação de cada indivíduo frente sua postura com outros membros e sua atuação política na sociedade, principalmente entendendo esse período como fundamental para realização de um processo de independência, vivido de fato em 1822 e apoiado fielmente pelos componentes da Câmara de São João del Rei, fato este já confirmado em alguns estudos.⁵⁵⁶

Referência Bibliográfica

de Fora. Anais do II Colóquio do LAHES: Micro História e Os Caminhos Da História Social. Juiz de Fora : Clio Edições, 2008.

⁵⁵⁵ Limpo de Abreu e Batista Caetano de Almeida foram importantes cidadãos de São João del Rei que se destacaram politicamente apresentando uma brilhante carreira política. Limpo de Abreu chega a ocupar o cargo de Ministro do governo. Sobre o mesmo pode-se consultar Maria Fernanda Vieira Martins. *A velha arte de governar*: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

⁵⁵⁶ Helvécio Pinto do Nascimento. *Em defesa de "nossos sagrados direitos"*: a inserção das vilas de São João del Rei, São José Del Rei e campanha no processo de Independência. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998, p. 251-280.

DELFIN, Maria Elisa Ribeiro. *A Formação das redes de sociabilidade no oitocentos: uma investigação das elites sanjoanenses*. In: II Colóquio do LAHES, 2008, Juiz de Fora. Anais do II Colóquio do LAHES: Micro História e Os Caminhos Da História Social. Juiz de Fora : Clio Edições, 2008.

FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 41-70. 2002.

FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. *Tempo*, Niterói, v. 8, n. 15, p. 11-35. 2003.

GRAÇA Filho, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Redes de poder na América portuguesa: o caso dos homens bons do Rio de Janeiro, (1790-1822). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 18, n.16, p. 96-137, 1998. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010201881998000200013&script=sci_abstract&tlng=en>. Acesso em: 21 set. 2008.

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. Poder local e o funcionamento do comércio vicinal na cidade de São Paulo (1750-1822). *História*. São Paulo, v.24, p. 261-290, 2005.

NASCIMENTO, Helvécio Pinto do. *Em defesa de "nossos sagrados direitos": a inserção das vilas de São João del Rei, São José Del Rei*

e campanha no processo de Independência. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

SLEMIAN, Andréa . *Vida política em tempo de crise*. Rio de Janeiro(1808-1824). São Paulo: Hucitec, 2006.

_____ ; PIMENTA, João Paulo Garrido. *O nascimento político do Brasil* : as origens do Estado e da nação (1808-1825). Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

_____ ; PIMENTA, João Paulo Garrido. *A corte e o mundo*. Uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil. São Paulo: Alameda, 2008.

ENTRE AS LEIS E OS COSTUMES: A JUSTIÇA E A VIOLÊNCIA EM MINAS GERAIS DO SÉCULO XVIII

Maria Gabriela Souza de Oliveira*
Álvaro de Araújo Antunes**

*Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq UFF
(mgabi.oliveira@gmail.com)

**Professor da Universidade Federal de Viçosa

Segundo Carla Anastasia, “as tentativas de controle e de impedir os atos de violência sempre esbarravam na ausência de instrumentos eficazes que permitissem tornar as Minas uma região onde prevalecesse a ordem”.⁵⁵⁷ Laura de Mello e Souza afirma que a justiça foi uma das facetas do poder que contribuiu de forma decisiva para a manutenção do sistema colonial, tendo a violência, a coerção e a arbitrariedade presentes na definição do tipo de aplicação das práticas judiciais nas minas, o que determinou pactos e especificidades em diferentes escalas dentro desta sociedade.⁵⁵⁸

Os anos de 1707 e 1740 foram um período extremamente crítico para o governo das Minas.⁵⁵⁹ O movimento urbanizador acabou por aproximar a população, favorecendo o surgimento de conflitos. Por outra via, foram criadas as condições para o funcionamento das instituições administrativas dentro desses centros urbanos, viabilizando medidas punitivas mais eficazes.⁵⁶⁰

⁵⁵⁷ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A Geografia do crime: violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 14.

⁵⁵⁸ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos e rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998. p. 20.

⁵⁵⁹ SOUZA, Laura de Melo e. Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: Ed UFMG, 1999. p.90.

⁵⁶⁰ SILVA, Edna Mara Ferreira da, *A ação da Justiça e as transgressões da moral em Minas Gerais*. Uma análise dos processos criminais da cidade de Mariana, 1747-1820. 2007. 182p. Dissertação (Mestrado em História) - UFJF, Juiz de Fora - MG, 2007. p. 91.

Marco Antonio Silveira argumenta que nas manifestações cotidianas da violência em Minas, os costumes integravam os chamados códigos ideológicos que organizavam os discursos jurídicos da época moderna e as vivências sociais.

*Os inúmeros conflitos diários multiplicavam - se em agressões e assassinatos; casas eram com frequência, violadas; armavam-se tocaias por vingança; mulheres sofriam constantes surras de seus parceiros; soldados abusavam livremente de sua autoridade. O conjunto destes crimes em sua maioria cometidos nas perigosíssimas noites do mundo mineiro desvendava uma realidade em que a violência tornava-se uma linguagem fundamental.*⁵⁶¹

Conforme Silveira, “muitos crimes refletiam o embate entre a importância da palavra e sua fragilidade em meio à conturbada sociedade mineira. O rompimento da palavra podia se configurar em delito”.⁵⁶² Desta forma, violência, honra e vingança eram elementos valorativos e regiam comportamentos na sociedade mineira do século XVIII.

Estes valores e noções de justiça existentes e os jogos de forças que se estabeleciam no interior do campo judiciário é tema de uma discussão historiográfica de suma importância para entender o conceito de *justiça dos rústicos* apresentado por Antonio Manuel Hespanha.⁵⁶³ A definição, segundo Hespanha, “surge na literatura clássica do direito comum e desde a Baixa Idade Média possui uma conotação nitidamente pejorativa nitidamente grosseira, na qual

⁵⁶¹ SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 143.

⁵⁶² SILVEIRA, Marco Antonio apud SILVA, Edna Mara Ferreira da. O lugar e as transgressões morais: violência interpessoal em Mariana (1747-1820). *I Simpósio de História Impérios e Lugares no Brasil - Território, Conflito e Identidade, UFOP, ICHS - Mariana – MG, 2007*.p.5.

⁵⁶³ HESPANHA, A. M. *Sábios e Rústicos*. A violência doce da razão jurídica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 25/26, 1988.

contrapunha a um ideal de cultura literária que vinha se impondo”.⁵⁶⁴ Baseado na oralidade, os rústicos tinham um código próprio de conduta, normas difundidas pela tradição e pelos costumes da comunidade local. O rompimento das regras de conduta levariam a situações de tensão e/ou de conflitos pautados pela violência e por uma concepção de justiça direta, feita pelo agente ou grupo considerado lesado, isto é, a justiça feita pelas “próprias mãos” resolvendo as ofensas e restabelecendo o equilíbrio social.

Nos processos criminais analisados nesta comunicação, a prática da justiça frente às relações cotidianas dos habitantes da cidade de Mariana e seu termo é o foco da proposta. Acredita-se que estes processos dão a possibilidade de detectar valores e comportamentos de uma justiça paralela em que o Estado e o Direito oficial não são considerados.

Em um processo criminal de 1746, a parda forra Páscoa Ferreira do Couto foi chamada à justiça, para responder pelo assassinato do mercador Domingos Marques.⁵⁶⁵ Consta no auto que no dia 1º de agosto do referido ano, o mercador Domingos Marques fora até a casa de Páscoa e seu marido a fim de lhe cobrarem uma dívida. Luis Ferreira Mendes, ao chegar a sua residência e lá encontrar o dito mercador, deu-lhe seis facadas, pois entendeu que este lá estava *a fim de adular com a suplente*.⁵⁶⁶ Não satisfeito com a morte causada ao mercador, Luis Ferreira Mendes tentou também matar a ré, que correu até o engenho mais próximo pertencente ao Capitão Dionísio. O assassinato, que ocorreu na verdade em 1745 no arraial de Pinheiro, só chegou aos ouvidos da Justiça um ano depois, resultando numa devassa. A presença do engenho do capitão nas proximidades da casa da ré impediu que seu marido a alcançasse e assim se protegeu de também ser assassinada pelo seu marido.

⁵⁶⁴ HESPANHA, A. M. *Sábios e Rústicos*. A violência doce da razão jurídica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 25/26, 1988. p. 41.

⁵⁶⁵ ACSM (Arquivo da Casa Setecentista de Mariana) – 2º Ofício, Códice 221, Auto 5506

⁵⁶⁶ ACSM – 2º Ofício, Códice 221, Auto 5506

As terras deste Capitão Dionísio⁵⁶⁷ podem ser entendidas como um *Território de Mando*, conceito utilizado por Célia Nonata da Silva⁵⁶⁸ e Carla Anastasia⁵⁶⁹, ao entenderem que nas regiões sertanejas havia poderes locais que exerciam de certa maneira a ordem, mesmo que esta entrasse por vezes em conflito com o Estado. As tentativas da Coroa em estabelecer a ordem fracassaram nas áreas mais distantes e acabaram por criar áreas de mando em que a justiça costumeira era a alternativa para a resolução dos conflitos.⁵⁷⁰

De modo geral, os testemunhos analisados são depoimentos que demonstram os dramas individuais de sujeitos que tentaram resolver seus impasses sem a mediação do Estado, mas cujas repercussões de suas atitudes, especialmente quando violentas, foram julgadas pelas estruturas ordenadoras da justiça oficial. Foi o que aconteceu em 1752 no arraial do Inficionado. Severino Roiz Lima⁵⁷¹, pardo forro, fora chamado pela Justiça em 1755, pelos ferimentos causados a Manoel Rodrigues Coelho. Os ferimentos foram resultado das tensões existentes entre as duas partes por causa de dívidas que Severino possuía com Manoel Rodrigues Coelho que o réu ia ter com juiz de vintena, caso a dívida não fosse paga. Severino argumentava que

ele não ele não devia coisa alguma ao vintena mas sim, a ele dito Coelho. E rogando – lhe repetidas vezes ele, 'réu, não mandasse citar, pois não queria nada de justiça e que logo pagaria o resto, não só não quis aceitar o ouro que o réu lhe

⁵⁶⁷ Há uma Carta de Sesmaria em nome de Dionísio da Silva Correia, capitão, sesmeiro datada de 06 de dezembro de 1740. Esta descreve não só grandes extensões de terra pertencentes a este Capitão bem como a faz referência a posse de escravos. Este documento está transcrito no volume 2 da Revista do Archivo Público Mineiro disponível em CD ROM.

⁵⁶⁸ SILVA, Célia Nonata. *Territórios de Mando: Banditismo em Minas Gerais*, século XVIII. Belo Horizonte, Crisálida, 2007. p. 37.

⁵⁶⁹ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A Geografia do crime: violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p.38.

⁵⁷⁰ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A Geografia do crime: violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 42.

⁵⁷¹ ACSM – 2º Ofício, Códice 213, Auto 5307

*dava a conta da soma dividida, mas entrou a descompor de cachorro e outras palavras injuriosas como juraram as testemunhas, dizendo justamente que lhe havia depor um bacalhão [sic] no corpo, tanto assim que, que vendo-se o réu estimulado com palavras tão afrontosas, lhe disse o Manoel R. Coelho que o bacalhão [sic] que lhe prometia era para seus negros e não para ele, réu pois era forro, e voltando se o referido Manoel para dentro de sua loja, pegou um pau e se virou contra o réu, e lhe atirou uma bordoadada que por sorte não quebrou um braço, e virando-se o réu; que ele senão satisfaria com isso mas continuava em lhe ir dando mais, quando da sua catana, que traria para sua defesa, e procurou defender-se desde processo o dar deferidas cutiladas no dito Coelho, sem dúvida a não matar-lhe; ficaria maltratado.*⁵⁷²

Nas regras do Direito Natural, não se deveria fazer “a outro aquilo que não gostaria que fizesse com você”⁵⁷³, abrindo espaço para ações como a de Severino, que, ao agir em defesa própria de uma violência iniciada pelas agressões verbais e bordoadas do Manoel Rodrigues Coelho, acabou por responder também com violência ao lhe dar cutiladas.⁵⁷⁴ O advogado de defesa deixa este direito de defesa e, de certa forma tenta justificar a ação do réu com o seguinte argumento:

*Provará que o réu sempre foi muito quieto, e pacífico, sem que nunca tivesse semelhantes pendências, e se ser [?] se trata foi por ele provocado primeiro o ofenderem, em defesa sua o que por Direito é permitido, pois se conta que cada um é obrigado a defender a sua vida; e por isso se deve ser absolvido de culpa e pena no que é imputado.*⁵⁷⁵

⁵⁷² ACSM – 2º Ofício, Códice 213, Auto 5307 – Folha 9v

⁵⁷³ ANTUNES, Álvaro de Araujo de. Em meio às cutiladas e triagas: leis e justiça dos sábios e dos rústicos em Vila Rica e Mariana (1750-1808). In: *Simpósio de História Impérios e Lugares no Brasil - Território, Conflito e Identidade*, I. 2007. Mariana-MG – ICHS/UFOP, 2007 (CD ROM). p. 8.

⁵⁷⁴ ACSM – 2º Ofício, Códice 213, Auto 5307

⁵⁷⁵ ACSM – 2º Ofício, Códice 213, Auto 5307 – Folha 10.

Este processo, que está incompleto e por isso não é possível saber o destino final do réu Severino Roiz Lima, sabe-se que ele possuía uma Carta de Seguro e, desta forma não podia ser preso. O que é importante frisar neste processo é que a dívida desencadeou as injúrias e bordoadas feitas por Manoel a Severino, mas a sua resposta violenta o levou a sofrer a devassa. A justificativa para que Severino tenha sido chamado ao invés de Manoel são, de acordo com o processo, pelo porte da arma e o agravante do crime ter ocorrido à noite.

Supondo, portanto a existência desse mundo “extra-oficial” baseado na defesa da honra e nas manifestações de violência como forma de resolução de conflitos, demandou do Estado uma ação impositiva das autoridades e órgãos oficiais ⁵⁷⁶ a fim de estabelecer controle e normatizar a sociedade, é o que se observa nos processos aqui analisados. Os dois processos têm como autor a “*Justiça e Seu Promotor*”, justificando a idéia de uma atuação efetiva da Justiça na sociedade mineira. O avanço progressivo dos mecanismos internos e externos do autocontrole dos impulsos violentos a partir de uma *civilização dos costumes*, fez surgir de acordo com Norbert Elias ⁵⁷⁷, uma nova configuração social a partir da imposição do Estado e à constituição do monopólio da violência da força física implicando num maior controle individual das pulsões pela subordinação às regras e leis.

Bibliografia

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A Geografia do crime: violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos e rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

⁵⁷⁶ ANTUNES, Álvaro de Araújo. Em meio às cutiladas e triagas: leis e justiça dos sábios e dos rústicos em Vila Rica e Mariana (1750-1808). In: *Simpósio de História Impérios e Lugares no Brasil - Território, Conflito e Identidade*, I. 2007. Mariana-MG – ICHS/UFOP, 2007 p.4. (CD ROM).

⁵⁷⁷ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. p. 197-198.

- ANTUNES, Álvaro de Araujo de. Em meio às cutiladas e triagas: leis e justiça dos sábios e dos rústicos em Vila Rica e Mariana (1750-1808). In: *Simpósio de História Impérios e Lugares no Brasil - Território, Conflito e Identidade, I*. 2007. Mariana-MG – ICHS/UFOP, 2007 (CD ROM).
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- HESPANHA, A. M. *Sábios e Rústicos*. A violência doce da razão jurídica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 25/26, 1988.
- SILVA, Célia Nonata. *Territórios de Mando: Banditismo em Minas Gerais, século XVIII*. Belo Horizonte, Crisálida, 2007.
- SILVA, Edna Mara Ferreira da. O lugar e as transgressões morais: violência interpessoal em Mariana (1747-1820). *I Simpósio de História Impérios e Lugares no Brasil - Território, Conflito e Identidade, UFOP, ICHS - Mariana – MG*, 2007.
- SILVA, Edna Mara Ferreira da. *A ação da Justiça e as transgressões da moral em Minas Gerais: Uma análise dos processos criminais da cidade de Mariana, 1747-1820*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas – UFJF, Juiz de Fora.
- SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal. 2004.
- _____. *Norma e Conflito: Aspectos da História de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- VELLASCO, Ivan. *As Seduções da Ordem*. Violência, criminalidade e administração da justiça – Minas Gerais século XIX. Bauru - SP: EDUSC/ ANPOCS, 2004.

O CASTRIOTO LUSITANO E A GUERRA DA LIBERDADE DIVINA: ENCÔMIO E TIRANIA NO PERNAMBUCO “HOLANDÊS”

Mário Sérgio Pollastri de Castro e Almeida.
Mestrando em História e Culturas Políticas UFMG.
Pesquisador GETHL- Departamento História/Faculdade de
Letras UFMG.

Os anos de 1580 a 1640 são de capital importância para o reino português e suas colônias ultramarinas. Data desta época a submissão da coroa portuguesa e de toda a sua política diplomática à coroa espanhola – União Ibérica. Este estudo pretende analisar a sociedade do nordeste colonial que, em razão da submissão de Portugal à Espanha, ver-se-á invadida por “hereges”, em razão da luta travada pelos Países Baixos e Espanha - Guerra dos Oitenta Anos.

A invasão holandesa à Pernambuco nos possibilita o estudo não só daquela sociedade colonial, mas também da relação que estabelecia com a coroa portuguesa do período da Restauração, 1640. Usaremos o livro *O Castrioto Lusitano, ou, Historia da guerra entre o Brazil e a Hollanda, durante os annos de 1624 a 1654*, de 1679, para estudarmos essas relações entre a sociedade colonial e a coroa que então se firmava. A obra do Frei Rafael de Jesus narra a expulsão dos holandeses do nordeste colonial. Contudo, encomendada por João Fernandes Vieira ao frei, a História será contada pela ótica de seu financiador, chamado no livro de Capitão da Liberdade Divina. Assim, o *Castrioto*, pertencente ao gênero *exortativo*, segundo a divisão genérica proposta por Aristóteles, traz também os objetivos políticos intrínsecos ao gênero e subgênero com os quais podemos classificá-lo, objetivos esses que se ligam à luta pela memória e ascensão social no seio de uma sociedade colonial que traz marcas da Sociedade de Corte.

Obediente às regras típicas do seiscentos no tocante à escrita de encômios, a História do *Castrioto Lusitano* trará as concepções neo-escolásticas (Torgal, 1982), assumindo-se como um exemplo

daquele revigoramento do pensamento tomista.

A influência da escolástica medieval no Portugal de quinhentos e seiscentos foi decisiva na constituição de pensamentos políticos e sociais. A visão que esta formação escolástica tinha sobre as imagens da sociedade e da política é importante para se compreender o que embasava o discurso de Rafael de Jesus bem como as ações de João Fernandes Vieira. Para a concepção escolástica, tributária direta de São Tomás de Aquino, o poder político seria legítimo e encontraria em Deus sua fonte última.

A história era a realização dos desígnios divinos pelos homens, ou seja, a ação política implicava a manutenção da ordem existente no mundo, ou um retorno à boa ordem, à ordem divinamente estabelecida. Disso decorria o papel do poder político. O afastamento das leis naturais (momentos de tirania ou revolução) constitui exceção; a constituição natural sempre retorna.

E, tomando-se a organização social e a instituição do poder como advindos da lei divina, são os desígnios indecifráveis de Deus que explicam as situações que se passam, cabendo ao homem enxergá-los e segui-los. Por isso, momentos como a submissão do reino português ao trono espanhol – União Ibérica; a invasão dos holandeses ao nordeste e a Restauração de 1640 são lidos como conduzidos pela Providência Divina, seja quando castigos, seja quando retorno à ordem natural. Esse aspecto é fundamental, pois o discurso político teológico passava por sua legitimação histórica através da explicação providencial da história.

Dessa forma, a justificação jurídica e política do governo e mesmo a concepção da sociedade passam também pela construção da própria história portuguesa, construção essa que é derivada de uma interpretação providencialista, em aliança com a imagem da sociedade como ordenada por Deus. No entanto, tal interpretação é matizada na obra em questão. Rafael de Jesus tende a ver a invasão holandesa mais como “castigo do céu que de impulso da terra” (JESUS,1848, pp.17-19) todavia ver os “pecados e vícios dos moradores” como grito por demais alto que, chegando ao céu obrigaria a divina justiça a declarar-lhes castigos é se afastar temerariamente da concepção segundo a qual a Providência Divina

governa o mundo, deixando as causas segundas seguirem seu curso e, somente em ocasiões excepcionais, atua diretamente.

Por se tratar de uma História, o *Castrioto Lusitano*, segundo a distinção genérica proposta por Aristóteles, e seguida por Rafael de Jesus, pertence ao gênero epidítico, mais especificamente ao subgênero laudatório, que se propõe a apresentar algo ou feitos dignos de louvor, com o objetivo de convencimento. Ao narrar a História daquela guerra, Rafael de Jesus nos mostra, portanto, o testemunho da interseção entre política e retórica (entendida aqui como escritura, ou ato de escrever). Relação essa quase óbvia, se pensarmos que, do jogo, raramente inocente da memória e do esquecimento, a escrita é garantia de manutenção de uma memória, que, seletiva, (seleciona somente aqueles cuja condição de vida se prestam ao encômio) atende às injunções do poder político, no nosso caso de um Estado pós-restauração que procura se legitimar (XAVIER,1998, p.42).

Como é típico da representação seiscentista da experiência humana no grande teatro do mundo, em que a hierarquia define uma máscara social para cada um, João Fernandes Vieira lança mão do recurso poético como forma de legar à posteridade seus feitos, e de garantir, junto ao rei e a todos os que lessem o *Castrioto Lusitano*, a sua boa imagem. Essa imagem, positivada pela ação sempre irrepreensível de João Fernandes Vieira, conforme nos apresenta seu panegirista, Rafael de Jesus, é a do indivíduo que luta pelo *Bem Comum*, a saber, a insurreição contra os hereges, na defesa da fé, e contra uma situação de tirania, cujos tiranos, ainda faziam

gala de ofender a Deus. Os pedaços das imagens sagradas, as pedras dos templos destruídos, os corpos dos católicos despedaçados, os agravos dos sacerdotes escarnecidos, que são senão armas, que o céu nos dá para destruir estes hereges? Puxando pela vingança estão tão escandalosos sacrilégios; execute-se nosso braço com aquele vigor que nos aconselha nossa fé. Neste encontro consiste nossa liberdade e nossa salvação; porque se a desprezamos, passamos da fortuna de cativos á miséria de apóstatas; que não deixará o inimigo de introduzir a heresia em ânimos que sujeita a vileza; e ficarão

nossos filhos herdeiros de nossa condenação e de nossa miséria (JESUS,op.cit.,p.245).

Ao vivificar os feitos de João Fernandes Vieira, Rafael de Jesus os imortaliza, cinzela-os com a pena, e ratifica o poder daquele Estado que aceita o encômio, e aceitando o encômio, os feitos, as ações de Vieira, são recompensadas. Ao reunir os aspectos de defesa da honra de um povo, defesa da fé e do reino, pensamos que, além do caráter de panegírico, talvez possamos ver *O Castrioto Lusitano* como uma composição na qual a celebração da glória de Deus se dá pelos feitos dos homens, já que Deus pelos atos admiráveis de sua criação manifesta sua intenção.

Fonte:

JESUS, Rafael de. *Castrioto Lusitano*, ou, *Historia da guerra entre o Brazil e a Hollanda, durante os annos de 1624 a 1654, terminada pela gloriosa restauração de Pernambuco e das capitánias confinates*; Obra em que se descrevem os heróicos feitos do illustre João F. Nova edição segundo a de 1679, impressa em Lisbo Pariz: J. P. Aillaud, 1844.

Bibliografia:

AQUINO, Santo Tomás de. *Escritos Políticos de Santo Tomás de Aquino*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

ARENDDT, Hannah. O conceito de história – Antigo e Moderno. In: *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BARBOSA, João Morais & SOUZA, José Antônio de C. R de. *O Reino de Deus e o Reino dos homens: As Relações Entre os Poderes Espiritual e Temporal na Baixa Idade Média*, v. 58. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In.: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 13-36.

- BOXER, C. R. *O Império Marítimo Português (1415-1825)*. 2ª ed. Lisboa: Edições 70, 1981.
- BURKE, Peter. *Varieties of História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria. Literatura e senso comum*. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2003.
- GONSALVES DE MELLO, J. A. *João Fernandes Vieira*, 2 vols., Recife, 1956.
- HESPANHA, António Manuel. *História das Instituições: Épocas medieval e moderna*. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.
- _____. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, J.; BICALHO, M.F.B.; GOUVÊA, M.F.S. (orgs.): *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (Séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- JASMIN, Marcelo Gantus. *Racionalidade e História na Teoria Política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2ª edição, 1998.
- _____. *A Ferida de Narciso: ensaio de história regional*. São Paulo: Editora Senac. 2001.
- _____. *O Nome e o Sangue: Uma Parábola Familiar no Nordeste Colonial*. Rio de Janeiro. Topbooks. 2000.
- _____. *A Fronda dos Mazombos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- _____. *Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
- _____. *Rubro Veio; O Imaginário da Restauração Pernambucana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- MOREIRA, Marcello. As armas e os barões assinalados: poesia laudatória e política em Camões. *Camonianiana*, Bauru, s. 3, v. 16, p. 129-166, 2004.
- SEHELLART, Michel. *As Artes de Governar: Do regime medieval ao conceito moderno*. São Paulo: Editora 34, Coleção Trans, 2006.

- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A historiografia portuguesa: doutrina e crítica* (Século XVII). Vol.2, Lisboa: Verbo, 1973.
- SILVA, Ana Cristina Nogueira; HESPANHA, António Manuel. A identidade portuguesa. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 19, vol. 4, p.19-37.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2006.
- SOUZA, Jose Antonio de C. R (org.). *O Reino e o Sacerdócio: o pensamento político na Alta Idade Média*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- TORGAL, Luís Reis. *Ideologia política e teoria do estado na restauração*. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1982. 2 v.
- XAVIER, Ângela Barreto. “*El Rei aonde póde, & não aonde quér*”: razões da política no Portugal seiscentista. Lisboa: Colibri, 1998.
- XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 19, vol. 4.

HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DOS INVENTÁRIOS *POST-MORTEM*: FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE GUARAPIRANGA SÉCULOS XVII E XIX

Mateus Rezende de Andrade
Graduando em História pela Universidade Federal de Viçosa

Introdução

“As portas começaram a ser abertas para a historiografia da alimentação com a divulgação de duas obras pioneiras: *A fisiologia do gosto*, de Brillat-Savarin, escrita em 1825, que trata do homem e da comida, pois não se constitui num livro de culinária, mas sim de gastronomia; e o trabalho do botânico polonês Adam Maurizio, intitulado *História da alimentação vegetal de pré-história aos nossos dias*, publicado em Paris em 1932, no qual o autor procurou estabelecer um elo entre a história dos vegetais e a história das civilizações.”⁵⁷⁸ Entretanto, o tema ganhou voz no campo da pesquisa histórica com Fernand Braudel, ao cunhar o termo cultura material, a partir do qual irá abranger temas do cotidiano, imediatos a sobrevivência humana: a comida, habitação e vestuário.

Por ser um campo de pesquisa muito abrangente, as possibilidades de estudos são diversas. Dessa forma, destacam-se três grandes vias: psico-sociologia, macroeconômica, e estudos que contemplem o valor nutritivo e das carências alimentares.⁵⁷⁹ Dentro destas, há ainda cinco enfoques predominantes: biológico, econômico, social, cultural e filosófico; os quais mudam a natureza do objeto.⁵⁸⁰

No que concerne à produção historiográfica brasileira acerca da alimentação, destaco como referência, estudos clássicos de

⁵⁷⁸ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A Alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa. *História: Questões e Debates*, Curitiba, n.42, p.11-31, 2005. Editora UFPR. p.13

⁵⁷⁹ AYMARD, Maurice. “Pour l’histoire de l’alimentation : quelques remarques de méthode”.

⁵⁸⁰ MENEZES, Ulpiano T. Bezerra; CARNEIRO, Henrique. *Anais do Museu Paulista*.

autores como Luís da Câmara Cascudo, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, que respectivamente estudaram o tema (ainda que não fosse o objeto central de suas teses) do ponto de vista folclórico, cultural, social e econômico.⁵⁸¹ Posteriormente, surgiram vários estudos que contemplassem direta ou indiretamente o tema da História da Alimentação, os quais não serão aqui apresentados, por não ser um balanço historiográfico o objeto deste trabalho.

No entanto, cabem aqui os dizeres de Henrique Carneiro, referência hoje para estudos que intentem este vasto campo de pesquisa. Ele afirma que a história da alimentação propõe “... mais do que a história dos alimentos, de sua produção, distribuição, preparo e consumo. O que se come é tão importante quanto quando se come, onde se come, como se come e com quem se come. As mudanças dos hábitos alimentares e dos contextos que cercam tais hábitos é um tema intrincado que envolve a correlação de inúmeros fatores.”⁵⁸² Sendo assim a alimentação é “um fato da cultura material, da infra-estrutura da sociedade; um fato da troca e do comércio, da história econômica e social, ou seja, parte da estrutura produtiva da sociedade. Mas também é um fato ideológico, das representações da sociedade – religiosas, artísticas e morais – ou seja, um objeto histórico complexo, para o qual a abordagem científica deve ser multifacetada.”⁵⁸³

Os Inventários *post-mortem*

⁵⁸¹ Ver (1) CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Alimentação do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Global, 2004. (2) FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006. (3) HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. (4) PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

⁵⁸² CARNEIRO, Henrique. *Comida e Sociedade: uma história da alimentação*. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p.2

⁵⁸³ *Ibid*, p.166

“Os inventários são documentos processuais que tratam, fundamentalmente, do arrolamento da acumulação da fortuna de todo o ciclo de vida de um indivíduo (o inventariado tem seus bens contabilizados depois de morto), o que fundamenta a partilha de seu patrimônio entre seus herdeiros.”⁵⁸⁴ A estrutura do documento é composta por folha de rosto e intróito, folha de contas e folha de contas cartoriais. Nos primeiros, estão a notificação do juiz para que se faça o inventário, as declarações, identificação do inventariante e das testemunhas, além da publicação dos herdeiros. Ainda nesta parte, está a descrição dos bens e arrolamento de dívidas. Na folha de contas está calculado o monte-mor, que é o valor da totalidade dos bens e das dívidas a receber, com especificação das dívidas a se pagar. É também nesta parte do processo que há a partilha dos bens ou a divisão do monte-mor entre os beneficiários. Por fim, nas folha de contas cartoriais, são relatados os valores que se deve pagar pelo processo cível realizado.

Os inventários são admiráveis documentos para estudo da cultura-material. Em todos os inventários pesquisados até o momento, que são 79, compreendidos entre os anos de 1772-1841, há um importante nível de detalhamento que nos permitem mensurar características socioeconômicas da Freguesia de Guarapiranga, pertencente ao Termo de Mariana.

Quem já esteve em contato com inventários *post-mortem* sabe do teor riquíssimo das informações que esta documentação nos fornece. As possibilidades de pesquisa são inúmeras, contudo, o intuito é trazer apontamentos para possíveis pesquisas que tem como tema a História da Alimentação.

A Freguesia de Guarapiranga

⁵⁸⁴ SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira T. *História e Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p.91

A freguesia de Guarapiranga pertence ao Termo de Mariana e localiza-se em região ao sul da “Leal Cidade”⁵⁸⁵, na região da Zona da Mata mineira. A freguesia, abrangia várias aplicações, distritos e localidades como Tapera, São Caetano do Chopotó, São José do Chopotó, Melo, Santana dos Ferros, Oliveira, Brás Pires e Calambau.⁵⁸⁶

De acordo com o Mapa de Rendimento Trienal dos Reais dízimos da Capitania de Minas Gerais do ano de 1768⁵⁸⁷, Guarapiranga possui 253 roças com um rendimento de 9:067\$000, inferior apenas à freguesia de Congonhas do Campo. Estes valores são referentes a período anterior a queda da atividade de extração aurífera e mostra Guarapiranga como importante pólo produtor de gêneros alimentícios. Pode-se supor que após a queda do ouro e conseqüentemente com a expansão das fronteiras para áreas agricolamente cultiváveis, tenham aumentado os números de unidades produtivas e produção em Guarapiranga.

A partir desta documentação podemos levantar hipóteses e informações acerca dos modos de produção quando nos deparamos com os seguintes elementos:

huma fazenda de roça cita / no retiro Piranga com suas matas virgens e capoeiras e terras / minerais aguas [?] e por [?] / que tem suas ses marias huma dellas / a parte[haquem?] do rio e outra a / parte [hasim?] do rio com suas casas / de sobrado de vivenda cobertas de / telhas com um engenho de Piloens de / fazer farinha e hum escavador de fazer mellado; com seu moinho cor/rente e moente com suas [?] / cobertas de capim, com seu bananal / e [?] com seu quartel / de cana com huma roda [rotória?] / e caixão assentado corrente e moente com todos os seus pertences / que rio acima rio asima com a

⁵⁸⁵ Terminação conforme consta nos inventários *post-mortem*.

⁵⁸⁶ No século XVIII e no XIX, as divisões geográficas não eram estáticas, por isso, a simples enumeração dos distritos pertencentes a freguesia de Guarapiranga pode ter caráter dúbio, em vista que ora algumas localidades aparecem como ligadas juridicamente a Guarapiranga, ora a outras freguesias e termos.

⁵⁸⁷ Este documento está presente em: OLIVEIRA, Taquínio J. B. Análise e organização do Erário Régio de Francisco A. Rebelo, 1768. Brasília-ESAF. 1976.

fazenda do Padre / Francisco Leite de Britto, e rio abai/xo com
 terras dos herdeiros delles / tenho de restos que [?] e para /
 dentro com terras do Padre Basi/lho de Mendonça, e com
 quem ma/is [?] de partir 3:600.000 reis⁵⁸⁸
 Huma [pouca?] de cana que se acha plantada na mesma rossa
 que se acha madura e pequena repartida em quarto quortes
 1:000.000 reis⁵⁸⁹ Tresentos alqueires de milho
 112.500 reis⁵⁹⁰ Dês alqueires de feijão 3.000 reis⁵⁹¹

Não é raro nesta documentação encontrarmos elementos acerca
 dos utensílios profissionais, que nos permitem perceber e
 compreender de forma mais completa a estrutura produtiva de
 gêneros alimentícios, nos permitindo formular modelos explicativos
 para a economia ali existente.

É extremamente detalhada a descrição da indumentária da casa e
 dos utensílios domésticos, a partir dos quais se entende ou se
 esclarece os modo de consumo alimentar, ou mesmo a importância
 dada a estes, tendo-se em vista os valores atribuídos.

Quatro colheres e sette garfos / de prata velhos com o peso de noventa e quatro oitavas	9.400 reis ⁵⁹²
Huá Mesa tosca	600 reis ⁵⁹³
Duos copos de vidro hum maior outro menor	600 reis ⁵⁹⁴
Hum mesa lisa com feixadura de e xaves	1.000 reis ⁵⁹⁵
Seis gamelas	450 reis ⁵⁹⁶

⁵⁸⁸ Inventários dos bens de Antonio José Carneiro, ano de 1778, Arquivo da Casa Setecentista de Mariana.

⁵⁸⁹ Inventário dos bens de Feliciano Isabel Maria de Oliveira, ano de 1782, Arquivo da Casa Setecentista de Mariana.

⁵⁹⁰ Inventário dos bens de José Alves Moreira, ano de 1804, Arquivo da Casa Setecentista de Mariana.

⁵⁹¹ *Ibid.*

⁵⁹² Inventários dos bens de Quitéria Pires Farinho, ano de 1805, Arquivo da Casa Setecentista de Mariana.

⁵⁹³ *Ibid.*

⁵⁹⁴ Inventários dos bens de Marianna Angélica Gonçalves, anos de 1813, Arquivo da Casa Setecentista de Mariana.

⁵⁹⁵ *Ibid.*

Oito enxadas	4.800 reis ⁵⁹⁷
Sete foices pequenas	4.200 reis ⁵⁹⁸
Dous machados	1.200 reis ⁵⁹⁹
Huma cavadeira	150 reis ⁶⁰⁰
Huma taxa grande de cobre com o peso de vinte e sette libras	8.100 reis ⁶⁰¹

Nesta seção da documentação também é possível trabalhar com a idéia de luxo, notificando-se a presença de objetos do estrangeiro, percebendo ali a existência de dados que são frutos da necessidade de se manter um status social, consequência direta de uma sociedade escravista e estratificada.

A presença de animais também é um forte indicativo para conhecermos a produção e o consumo de alimentos. Há na documentação informações a respeito da presença de rebanhos caprinos e bovinos, que nos permitem levantar hipóteses de uma produção e consumo de leite. Há também importante presença de suínos, o que pode indicar o consumo desta carne. Além disso, em alguns inventários há enormes rebanhos de eqüinos (mulas, cavalos e éguas), o que indicam a possível existência de um comércio com outras localidades, que à época eram feitos majoritariamente por “mulas de carga”.

Hum cavallo escuro novo	36.000 reis ⁶⁰²
Huma mulla Prahiba	24.000 reis ⁶⁰³
Huma dita Cabrinha arreada	30.000 reis ⁶⁰⁴
Hum Macho Queimado novo e arreado	30.000 reis ⁶⁰⁵

⁵⁹⁶ *Ibid.*

⁵⁹⁷ Inventários dos bens de Bento José Pereira, ano de 1817, Arquivo da Casa Setecentista de Mariana.

⁵⁹⁸ *Ibid.*

⁵⁹⁹ *Ibid.*

⁶⁰⁰ *Ibid.*

⁶⁰¹ *Ibid.*

⁶⁰² Inventário dos bens de Francisca Cândida de Oliveira Sande, ano de 1820, Arquivo da Casa Setecentista de Mariana.

⁶⁰³ *Ibid.*

⁶⁰⁴ *Ibid.*

Considerações Finais

Já foi supracitado, mas cabe reafirmar aqui, que o inventário *post-mortem* é uma rica documentação para estudos da História, engloba – ainda que alguns mais empiricamente do que outros – todos os vieses da pesquisa histórica (Social, Político, Cultural e Econômico).

No trabalho aqui em questão, o objetivo foi apenas mostrar apontamentos para pesquisas que tentam pelo campo da História da Alimentação, mostrando as possibilidades que o inventário *post-mortem* traz. Todavia, este tipo de documentação também permite pesquisas que se pretendem a estudos de práticas e representações sociais. O pesquisador ao se focar num estudo da cultura-material, tem a seu dispor toda uma base de dados seriais, que, se devidamente trabalhados trazem importantes constatações acerca da sociedade em questão. Por exemplo, é possível constatar uma maior presença de roupas e móveis a partir da vinda da Família Real para o Brasil. Eduardo Schnoor e Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez, são exemplos magníficos de trabalhos que abarcaram cultura material e a mentalidade, as ideologias e a política da sociedade em questão.⁶⁰⁶

É possível também, através de inventários e softwares especializados, remontar o espaço do Arraial de Piranga (obviamente que com lacunas). Diversos inventários trazem informações como a seguinte:

huma morada de casas cober/tas de telhas sita na rua Nova des/ta cidade que partem de huma parte com casas do Reverendo Cônego / Domingos Fernandes de Barros e com / casas em que mora João Marques / Pimenta com todos os seus

⁶⁰⁵ Ibid.

⁶⁰⁶ Ver SCHNOOR, Eduardo. Das casas de morada à casa de vivenda. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. MARTINEZ, Claudia Eliane Parreiras Marques. *Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX – Bonfim do Paraopeba/MG*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

pertences / que foi vista e avaliada pelos mes/mos louvados na
quantia de du/zentos mil reis⁶⁰⁷

Enfim, há uma gama de estudos possíveis a partir de inventários *post-mortem*, que dependem da criatividade e empenho do historiador.

⁶⁰⁷ Inventário dos bens de Bernardo José Carneiro, ano de 1774, Arquivo da Casa Setecentista de Mariana.

EM NOME DA MÃE: O ARQUÉTIPO DA DEUSA NAS RELIGIÕES AFRODESCENDENTES

Maurício Borges

“Reafirmar a subjetividade feminina na cultura e na religião é abrir espaços para a consideração igualitária de produção de valores e símbolos públicos.”

Ivone Geabra

Hoje é possível, estabelecer-se inúmeras generalizações sobre a História da cultura ocidental. No entanto a mais óbvia é o fato de ter sido composta por eventos avassaladoramente masculinos, nestes se apóiam os grandes nomes que revolucionaram as perspectivas científicas, culturais e religiosas da humanidade. Platão, Sócrates, Paulo, Agostinho, Lutero, Tomás de Aquino, Copérnico, Galileu, Darwin, Marx, Nietzsche e Freud. A tradição cultural do Ocidente tem sido produzida e de certa maneira canonizada por homens, constituída por tanto á partir de pontos de vista masculinos. O fator de a História Ocidental se forjar predominantemente masculina pode ser atribuído ao âmago da formação cultural ocidental, é um problema além da *restrição social*, é algo mais profundo, algo *arquétipo*, como define Jung :

“(…) os arquétipos são fatores e temas que agruparam os elementos psíquicos em determinadas imagens (que determinamos arquetípicos) mas de um modo que só pode ser conhecidos pelos seus efeitos . Os arquétipos são anteriores á consciência e provavelmente, são eles as dominantes estruturais da psique, em geral assemelhando-se ao sistema axial dos cristais que existem em potência na água-mãe, mas não é diretamente perceptível pela observação (...)” (JUNG, 1999. p. 36)

Essa hegemonia do masculino na formulação da cultura ocidental, tem sido ponto latente não só nos homens como nas

mulheres, afetando assim, todos os aspectos da cultura do Ocidente, determinando suas concepções mais elementares e afastando o “homem ocidental” de um gozo mais pleno de sua existência. A tratada masculinização da cultura ocidental tem conduzido o homem a forjar um ego humano racional, autônomo, afastando-o assim da unidade arcaica primordial da Natureza. Todas as suas perspectivas, culturais, religiosas, científicas e filosóficas foram influenciadas por essa decisiva masculinidade. O ego masculino, que pode ser apontado com grande propulsor do desenvolvimento da cultura ocidental moderna, reprimiu a perspectiva feminina, como nos mostra Tarnas:

“(…) a cultura masculina reprimiu a feminina. Quer se constate na antiga subjugação dos gregos e na revisão das mitologias matrifocais pré-helênicas, quer na negação judaico-cristã da Grande Deusa Mãe ou na exaltação do ego racional friamente consciente de si mesmo e radicalmente separado de uma natureza exterior desencantada, a evolução da cultura ocidental baseou-se na repressão do feminino... uma progressiva negação da alma mundi , da alma do mundo , da comunicação do ser, do onipresente, do mistério e da ambigüidade, da imaginação, da criatividade, emoção, instinto , Natureza, mulher.” (TARNAS 2.001, p. 468)

Essa separação entre homem e Natureza causou reações que em nosso tempo voltam a ordem do dia, provocam o anseio da busca pelo que foi perdido, do que é arcaico, tribal, animalesco. A busca por essa unidade primordial acentua-se ainda mais quando uma crise assola o pensamento ocidental colocando em cheque seus paradigmas, o homem moderno é acometido por uma crise, e ousa dizer por uma crise masculina. Assim, o pensamento ocidental volta-se às raízes, reincorporando o primitivo, o arcaico, o matriarcal, todas estas, características ascendentes no período pós-moderno.

Podemos dizer que a sociedade contemporânea vive um tempo de intensas transformações. Com o surgimento do pensamento pós-moderno, muitos paradigmas da sociedade moderna foram abalados. Devido à emergência de novos conceitos, a crise que se

abate sobre a sociedade moderna e a necessidade de uma nova forma de interpretar a sociedade que se transformava, o pensamento pós-moderno foi se construindo, gerando uma situação intelectual profundamente complexa e ambígua, que dá vazão à compreensão de novas perspectivas, em que o místico, o exótico, o híbrido, o excluído, entre outras categorias, voltam a reivindicar seu local de fala e, arrisco-me a assinalar, que com maior êxito do que em qualquer período anterior ao que experimentamos. Pode-se considerar o,

“espírito pós-moderno como sendo um conjunto de atitudes abertas e indeterminadas que foi moldado por uma grande diversidade de correntes intelectuais e culturais: pragmatismo, existencialismo, marxismo, psicanálise, feminismo, hermenêutica, desconstrução e a filosofia pós-empirista da Ciência... Deste turbilhão de tendências e impulsos desenvolvidos, muitas vezes divergentes, emergiram alguns princípios funcionais compartilhados pela maioria deles.” (TARNAS 2.001, p.422)

O Brasil se distingue como uma terra fértil, capaz de dar vazão a essas novas compreensões. Os brasileiros, um povo propício às transformações conduzidas por este novo tempo, que em nossos dias resplandece. A aurora da pós-modernidade pode ser percebida em nosso povo e em suas manifestações culturais, mas principalmente em nossas religiões. As religiões afrodescendentes vão ao encontro dessa perspectiva de análise. Os Candomblés, o Tambor de Mina, a Umbanda, a Quimbanda, o Terecô, entre outros cultos são exemplos de como o hibridismo permeia nosso povo e nossa religiosidade. As religiões brasileiras são construídas ainda em nossos dias a partir da mistura de elementos oriundos de culturas anteriormente existentes ao povoamento de nossas terras. Culturas essas., que ao adentrarem nas terras hoje brasileiras, assumiram características próprias de nossa terra. É o arcaico sendo reinventado por nosso povo a partir dos elementos oferecidos por nosso presente. Dentre essas percepções dos elementos arcaicos contidos em nosso presente, pode-se destacar o retorno da liderança matrifocal, própria

das religiões pré-modernas, como nos cultos pagãos da Europa e principalmente nas sociedades africanas que desenvolvem o culto Lessé Orixá, onde as mulheres ocupam privilegiado local nos ritos litúrgicos, pois são as representantes das conhecidas Iyámís, Mães Ancestrais, ora temidas, ora veneradas.

Essas mulheres que lideram os cultos africanos trazem em seu comportamento, que se reflete na ordem social estabelecida, características que subvertem a noção masculina ocidental das mulheres enquanto sexo frágil. Acomodam em sua mentalidade o arquétipo de mulheres portadoras das armas indispensáveis à consumação dos atos mágicos. A magia, a intuição e a fertilidade são elementos comumente agraciados nos ritos africanos, delegando, assim, os poderes destes elementos às figuras femininas, sejam elas sacerdotisas humanas ou entes sobre-humanos.

Este arquétipo que remonta uma figura feminina independente, forte e poderosa, está expresso também nas divindades conhecidas como Orixás, ou Iyábás, que cultuados em África eram uma espécie de fragmentação desta ancestral primordial chamada Iyámí. Assim, as Iyábás, cultuadas na África e posteriormente no Brasil, são uma relativização do poder feminino universal, que na África é representado por Iyámí, logo toda Iyábá é uma Iyámí e toda mulher é uma Iyábá. Na cosmologia iorubana as Iyábás são entendidas como manifestações das forças da Natureza, possuem caráter essencialmente feminino. Estas divindades também são associadas a elementos da vida cotidiana, ao desenvolvimento das capacidades mentais e a eventos sociais. Dentre estes entes-sobre humanos cultuados na África e no Brasil podemos destacar as Iyábás que tem lugar nos Candomblés de diversas matrizes, dos quais podemos citar: o candomblé de Angola composto por povos Bantus, os candomblés formados por povos Iorubanos e Nagôs, denominado Ketu, e os constituídos por povos Daomeanos conhecidos como Jêje.

Todas essas matrizes possuem representações através de divindades e sacerdotisas que expressam este arquétipo do feminino vitalizado pelo sagrado, que colocam em cheque a construção feita pelo Ocidente responsável por fragilizar o sexo feminino e o retratar com caráter submisso, pecaminoso e maléfico. Dentre as divindades

cultuadas por tais matrizes religiosas podemos citar, Oxum que é o Orixá das águas doces, senhora da beleza e vaidade, possui poderes ligados ao sacerdócio dedicado às Grandes Mães Iyámís, correspondendo a um modelo arquetípico de mulheres que exercem domínio sobre as artes mágicas, causando medo aos homens. Oyá, senhora das tempestades, mulher independente e corajosa, esta divindade é associada às convulsões sociais, fomentando o arquétipo da mulher que segue a guerra e se revela capaz de lutar como um homem, também é considerada a protetora das minorias, principalmente os homossexuais. Obá, retratada com a hábil caçadora, revela também o arquétipo da mulher forte, que não depende dos homens para comer, possui uma forte associação com o culto a Iyámí. Iemanjá, cultuada no Brasil, não só nos cultos do Candomblé mas como na grande maioria das manifestações da fé afrodescendente, como Umbanda e Terecô. Senhora do mar, não é sua principal interpretação dentro da cosmologia do Candomblé no Brasil, esta é diretamente ligada à razão humana, que na compreensão do Ocidente é uma razão masculina; não coincidentemente, nos Candomblés é associada a Iemanjá, que é cultuada como Iyá Orí, a mãe de todas as cabeças: problemas de ordem mental, ou pedidos que envolvem a racionalidade ou a habilidade do raciocínio são delegados a este Orixá. Iewá, divindade virgem, na mitologia africana não aceita a subjugação sexual dos homens derrotando o Orixá, rei de Oyó, Xangô através de artifícios mágicos. Iewá recomenda, com destacada pujança o arquétipo das Grandes Mães Ancestrais. Nanã, é considerada a personificação da morte, cultuada em pântanos, portadora da chave do desconhecido, do segredo da vida e da morte, e da passagem entre as duas etapas (terrena e ancestral). Nanã, amedrontou os homens com seus artifícios ligados a Egun, que na cosmovisão iorubana é a forma espiritual não evoluída dos homens, após o desencarne. Vale lembrar que os nomes utilizados nas representações dessas divindades femininas são próprios do Candomblé Ketu. Nas demais nações antes mencionadas, como Jêje e Angola, as divindades assumem por força das especificidades lingüísticas grafias diversas.

Nas religiões mais “abrasileiradas”, - partindo do pressuposto de que o Candomblé em si faz muito esforço para conservar as tradições africanas, o que não é comum na Umbanda e outros cultos – estão presentes além dos arquétipos das divindades citadas, outros que também são associados ao arquétipo de Iyámí, como no caso da entidade amplamente difundida no Brasil em diversos cultos como Umbanda e Quimbanda denominada Pombagira, que representa a queda da “prisão sexual” que o Ocidente construiu sobre o corpo e o sexo feminino, ilustra a mulher pobre, muitas vezes mãe solteira, dona de sua própria vida e que não se submete aos desmandos de um marido, outro arquétipo da Grande Mãe que não é insubmissa as ordenações masculinas.

Em religiões de origem afro-maranhense, como o Terecô e Tambor de Mina , são cultuadas entidades que também subvertem a lógica de um feminino dependente do masculino, estas entidades possuem características que remontam desde as grandes personalidades femininas, como é o caso das Princesas, até das mulheres da lavoura, conhecedora das ervas e escravas que resistiram, como nas entidades da Família Léguas Bogí Boá, amplamente cultuada na região do Maranhão onde situam-se as principais referências desta tradição. Os arquétipos destas entidades aludem a mulher independente, que trabalha, por tanto se vê livre da ação masculina direcionada a seu sustento, prática que tipifica muitas vezes a mulher do nordeste, arquétipo comum nas mulheres do interior , conhecedora das ervas e dos remédios. Essa pode ser vista como outra faceta da Grande Mãe Ancestral, que não necessita da sabedoria masculina para se tratar e de sua iniciativa para se manter.

Os conteúdos arquétipos acima referenciados se vêm igualmente identificados nas sacerdotisas das diversas religiões abordadas, estão presentes em seu cotidiano, e precisam fazer parte do mesmo para sua afirmação enquanto líderes religiosas, em uma sociedade predominantemente cristã, na qual sacerdócio masculino desfruta de um prestígio destacado. Tais manifestações arquétípicas, se fazem presentes não só pela realidade, ou pelo momento histórico que propicia a ascensão destas características, mas pelo fato de estas lideranças religiosas assumirem como referência os mesmos

arquétipos dos entes sobre-humanos categorizados: Orixás, Pombas-giras e Encantadas. Os ânímos arquétipos e seus conteúdos característicos de Orixás, Pomba-giras, Caboclas, Pretas-velhas e Encantadas são uma comum no comportamento das sacerdotisas dos cultos afrodescendentes.

Tais arquétipos em nossos dias ganham força, as mulheres devido ao longo processo histórico, por meio do qual afirmaram-se enquanto sujeitos independentes do marido ou do pai, voltam ao centro das discussões. O período pós-moderno, a partir da compreensão de que vivemos uma sociedade que remonta o arcaísmo, uma sociedade onde há um intenso movimento de retorno às coisas da Terra, onde o *anima mundi* volta a ordem do dia, as intuições, as percepções holísticas e o signo do místico ganham força, conseqüentemente as mulheres enquanto lideranças religiosas emergem uma vez mais.

O Brasil é um grande palco para que esses arquétipos, que se fazem manifestar por meio dessas deidades e de suas sacerdotisas. Desde os primórdios da construção da religiosidade afrodescendente no Brasil, esta foi liderada por mulheres que carregavam, em si, traços arquétipos dessas deidades, e foram capazes de subverter a lógica moderna da dominação masculina, branca e cristã no sacerdócio. Atualmente as matriarcas das religiões afrodescendentes ganharam espaço, são tidas como referência, o Estado passou a reconhecê-las. Mas esta luta ainda não foi vencida, e tão pouco começou em nossos dias. Trazidas da África como dolorosos frutos da Diáspora Negra, chegaram em uma terra onde eram escravas, e tiveram a força que calçadas, em medida variável pelos arquétipos em tela fizeram com que se afirmassem na sociedade brasileira. E mais que isso, atualmente, com a pós-modernidade que se radica, ganham mais força, materializam e estabelecem seus cultos fazendo-os crescer, são reconhecidas enquanto sacerdotisas de uma religião nova, que nasceu sob o signo do hibridismo, seguidoras fiéis de uma religiosidade que não é a hegemônica. As religiões lideradas por estas mulheres se expandem em terras brasileiras, não mais ocupam as periferias, e não mais são consideradas como religiões onde abrigam ignorantes e pobres, e isso pode ser creditado na força com que estes arquétipos se manifestam, em divindades e entidades

cultuadas, mas principalmente na manifestação destes nas mulheres que dirigiram no passado e até os nossos dias dirigem as religiões de matriz afrodescendentes no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- BERNARDO, Teresinha. *O Candomblé e o Poder Feminino*. Revista de Estudos da Religião, nº 2, 2005, pp. 1-21.
- BAZÁN, Francisco García. *Aspectos incommuns do sagrado*, trad.: Ivo Stomiolo, São Paulo:Paulus, 2002.
- HALL, Stuart. Tomaz Tadeu da Silva (org.). *Identidade e diferença: perspectivas dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- _____. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- JUNG, Carl Gustav. *Interpretação Psicológica do Dogma da Trindade*. 5º ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MAFFESOLI, Michel. *A contemplação do mundo*, trad.: Francisco Franke Settineri, Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.
- _____. *O Instante eterno: O retorno do trágico nas sociedades pós-modernas*, trad.: Rogério de Almeida, Alexandre Dias, São Paulo: Zouk, 2003.
- _____. *Sobre o nomadismo: Vagabundagens pós-modernas*, trad.: Marcos de Castro, Rio de Janeiro: Record, 2001.
- PERROT, Michele. *Os Excluídos da História*. Operários, mulheres, prisioneiros. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PRANDI, Reginaldo. *Herdeiras do Axé*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- RIBEIRO, Ronilda. *Mãe-Negra: o significado iorubá da maternidade*. São Paulo: Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1995.
- TARNAS, Richard. *A Epopéia do Pensamento Ocidental*, trad.: Beatriz Sidou, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

ROBLES, Martha. *Mulheres, Mitos e Deusas* □ *O feminino através dos tempos*. Tradução de William Lagos e Débora Dutra Vieira. São Paulo: Aleph, 2006.

SICUTERI, Roberto. *Lilith* □ *A Lua Negra*. Tradução de Norma Telles e J. Adolpho S.Gordo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

TERRORISMO E MÍDIA EM *V DE VINGANÇA*: O TERRORISTA E SUA REPRESENTAÇÃO NO CINEMA CONTEMPORÂNEO

Michele Aparecida Evangelista
Graduanda em História UFV

O intuito desta comunicação é analisar as representações sobre os terroristas e a abordagem sobre a relação entre Terrorismo e mídia, presentes no filme *V de Vingança* (*V for Vendetta*, James McTeigue, 2006). Com tal análise, pretendemos contribuir para a compreensão do Terrorismo, apresentando-o como um fenômeno complexo, heterogêneo e de acordo com diferentes conjunturas sociais, e dos terroristas, percebendo-os como grupos distintos e inseridos em relações sócio-políticas e culturais diversas. Finalmente, interessa-nos ressaltar a importância dos filmes de ficção como fonte histórica.

O longa-metragem *V de Vingança* é baseado na História em Quadrinhos (*Graphic Novel*) publicada por volta de 1988 e 1989 (Alan Moore & David Lloyd. *V for Vendetta*. DC Comics). A versão cinematográfica lançada em 2006 pela Warner Bros, foi dirigida por James McTeigue, tendo como produtores os irmãos Wachowski.⁶⁰⁸ Na película, o diretor opta por uma representação acerca dos terroristas distinta da geralmente difundida pela mídia. Assim, embora tenha uma trama voltada para o futuro, em seu conteúdo percebe-se um forte caráter político de crítica ao Estado norte-americano e a sociedade contemporânea.

Dessa forma, a análise de *V de Vingança* reforça a importância dos filmes de ficção como fonte histórica, imprescindível para a compreensão do imaginário e das relações sócio-culturais e políticas de uma determinada sociedade e época.

⁶⁰⁸ FRAGOSO, Edo Galvão & MARCONDES, Vinícius de Paula. *V de Vingança a HQ e o filme: Contribuições para uma visão de Terrorismo*. In: *Contemporâneos*. Disponível em: revistacontemporaneos.com.br

Trata-se de uma obra fictícia que contém implícitas várias questões da contemporaneidade, dentre elas, o Terrorismo.

O filme conta a história de Evey, uma jovem, que é salva por um enigmático homem mascarado de codinome V, que almeja explodir o Parlamento inglês, o fim do regime autoritário vigente e a instauração de uma nova sociedade. Prestando contas com o seu passado, inicia a sua *Vendetta* assassinando todos que outrora lhe causou algum mal. Desse modo, a versão cinematográfica centra-se na relação entre V e Evey e como ela o percebe (ênfase no homem, V, em detrimento à idéia), no qual, a história parte de uma temporalidade futura, em que a trama antecedente é posta nos anos 90, sendo desenvolvida em um momento posterior ao ano 2000.

Já o contexto de produção do filme se deu durante o período do governo nos Estados Unidos sob a presidência de George W. Bush, em que foram estabelecidas no país, no pós-ataque terrorista em 11 de setembro de 2001, leis consideradas como autoritárias por baterem de frente aos direitos civis, limitando-os.

Os personagens principais são: “V” – herói do filme, considerado pelo governo um terrorista e pela população um herói, tem suas ações movidas por um sentimento de vingança e busca o fim do regime fascista vigente; e Evey – Garota comum que tomada pelo medo, possuía uma atitude passiva diante dos problemas de sua realidade, mas que consegue se libertar.

No longa-metragem, V – que possui claros os seus objetivos – age sobre um local determinado na Inglaterra, tem como alvos os membros do governo, militares e alguns indivíduos envolvidos com o seu passado, e, portanto, há em sua ação uma delimitação quanto ao território e os alvos. Nesta assertiva, as ações terroristas cometidas pelo personagem se assemelham às estratégias terroristas na realidade, de grupos inseridos no que, muitos historiadores chamam de **Terrorismo clássico** (em voga até o século XXI) e que teria dentre outras características: os territórios e alvos definidos e um

menor número de vítimas civis se comparado às novas estratégias terroristas.⁶⁰⁹

Em vários momentos presentes em *V de Vingança*, percebemos a forte influência do governo na mídia, e a utilização desta como instrumento político. Nele, ao explicar a relação entre a ascensão do Alto-chanceler e o atentado terrorista à Saint Mary com a explícita colaboração dos meios de comunicação, o diretor apresenta algumas estratégias comuns ao **Neoterrorismo** – nova tática terrorista que atua em âmbito internacional (em voga a partir do século XXI)⁶¹⁰: busca-se o impacto e um maior número de vítimas, com o território e alvos indefinidos. Além disso, esta cena aborda a relação entre Estado, Terrorismo e Mídia, percebe-se nela uma crítica explícita ao governo norte-americano (o Estado é visto por V como terrorista) e à imprensa em geral.

Não obstante, a versão cinematográfica discute também a relação entre os terroristas e a mídia: primeiramente, V utiliza-se dos meios de comunicação afim de difundir os seus ideais e objetivos, estabelece críticas incisivas ao Estado e propõe uma reunião no dia 5 de Novembro do ano seguinte em frente ao Parlamento.

Na cena próxima ao clímax da película, referente ao desmantelamento das estruturas governamentais, no qual os conflitos internos e o caos gerado pelas ações de V e do próprio governo na cidade se tornam nítidos, percebemos que o cineasta a partir da metáfora dos dominós e do efeito-cadeia que leva o desmoronamento destes, oferece condições para representar as implicações dos atos do governo e de V: cada peça derrubada simboliza uma parte do sistema a ruir e no final, a sua idéia prevalece (representada pelo seu símbolo).

Desse modo, os produtores trazem uma reflexão sobre quais as possíveis conseqüências na sociedade, quando o Estado extrapola

⁶⁰⁹ Grupo de Acompanhamento e Análise do Terrorismo Internacional – GAATI. 11 de Setembro: 6 anos. In: Rio de Janeiro: **Revista Eletrônica Boletim do TEMPO**. Disponível em: http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&task=view&id=2856&Itemid=147

⁶¹⁰ *Ibidem*.

os seus limites e discutem a utilização pelos grupos terroristas da mídia. Apesar de a desordem se dá não pelo resultado de um atentado, mas pela repressão pelo Estado, V faz uso da televisão para difundir os seus ideais e, em seguida, aproveita do medo e do Terror disseminado e ampliado pela mídia para alcançar os seus objetivos.

Essa abordagem vai de encontro com a concepção de Eric Hobsbawn; para este historiador, com a influencia da mídia no mundo moderno, fez com que as ações terroristas buscassem “o máximo impacto na divulgação.”⁶¹¹; desse modo, os meios de comunicação, contribui para a realização da principal tática empregada pelos grupos terroristas: a disseminação do Terror propagado pelas manchetes. Sobre os terroristas, é comum na mídia, a representação simplificada destes como pessoas fanáticas vestidas com trajes típicos dos países muçumanos na tentativa de associar Islamismo e Terrorismo, o que reforça a concepção de todo muçulmano como um terrorista ou vice-versa – e que não passa de um equívoco, já que se trata de grupos distintos que não se restringe aos povos adeptos ao Islamismo, agindo em diversos países.

Em

V de Vingança, o diretor elege uma representação distinta de como estes são geralmente representados pelos meios de comunicação: V é um inglês (na história, um país predominante católico e não muçumano). Por trás de sua agressividade e frieza em relação aos seus inimigos, também mostra ser um homem erudito, com sentimentos e angústias e, portanto, não se trata de apenas um fanático.

Este

personagem se utiliza de instrumentos simbólicos que representam as suas concepções, trazem indícios de quem ele é, apresenta a ambigüidade presente em sua personalidade, e em última instância, o caracteriza como um herói. São eles: o símbolo de V, a máscara e a rosa – e simbolizam, respectivamente: o anarquismo; a ênfase no ideal sobre o físico e, por outro lado, oculta o seu lado humano; o

⁶¹¹ HOBBSAWN, Eric. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. Trad. De José Viegas. São Paulo: Cia das Letras, 2007. p.131.

sentimento e, concomitante, a sua frieza e a marca da vitória sobre os seus inimigos. Percebe-se na personalidade do personagem uma dubiedade, um homem que tem como característica marcante, a contradição, como por exemplo o antagonismo entre o seu ideal político e a Vingança.

Desse modo, V não se vê apenas como um homem, mas uma idéia; suas ações correspondem e são movidas por um ideal, que, em sua concepção, são necessárias para a concretização deste. Além disso, para ele, os fins justificam-se os meios, o que, para Hobsbawn seria uma idéia comum aos terroristas na realidade, no qual, a concepção de “Terror” como mal necessário para a realização de um intuito considerado superior teria se iniciado por volta de 1798, sendo difundida e intensificada a partir de 1914.⁶¹²

O Parlamento seria a síntese do regime fascista que V almeja destruir, e a sua destruição denotaria a extinção do mesmo; portanto, a seleção de um monumento, implica na escolha de um símbolo a ser destruído pelo terrorista.

Na cena considerada o momento de revelação de Evey, a personagem perde o medo – visto por V como um obstáculo à liberdade plena – em prol de uma causa considerada por ela como superior, libertando-se. A partir daí, a mesma se torna como ele: com coragem para defender a sua posição – política ou não – acima de qualquer coisa. Além disso remete aos significados das ações de V e a sua compreensão sobre liberdade: a sobreposição dos valores simbólicos, a defesa de seus ideais em detrimento à Vida.

Estes elementos também se encontram presentes na ação dos grupos terroristas atuais, no qual, o caráter ideológico é mais relevante do que a própria sobrevivência; portanto, as relações sócio-culturais e políticas traçadas em sua sociedade são fatores importantes na lógica destes indivíduos.⁶¹³

⁶¹² HOBBSAWN, Eric. *Op.cit.* P. 127.

⁶¹³ FRAGOSO, Edo Galvão & MARCONDES, Vinícius de Paula. *Op.cit.* CARDOSO, Silvia Helena & SABBATINI, Renato M.E. **A Mente do Terrorista Suicida.** Disponível em: <http://www.cerebromente.org.br/n13/terrorist8.html>

Enfim, acreditamos que através da narrativa construída, das ações e caracterização dos personagens centrais (V e Evey), o filme *V de Vingança* contribui significativamente para a construção de uma compreensão crítica e diversa do que é veiculado na mídia acerca do Terrorismo. Além disso, percebe-se a partir deste, a relevância dos filmes de ficção como fonte histórica, pois, embora sejam criados a partir da imaginação de seus idealizadores, contém implícitas as concepções de quem as criou e as demandas de seu tempo e sociedade.

Referencias bibliográficas:

CARDOSO, Silvia Helena & SABBATINI, Renato M.E. **A Mente do Terrorista Suicida.** Disponível em: <http://www.cerebromente.org.br/n13/terrorist8.html>

FRAGOSO, Edo Galvão & MARCONDES, Vinícius de Paula. V de Vingança a HQ e o filme: Contribuições para uma visão de Terrorismo. *In: Contemporâneos.* Disponível em: revistacontemporaneos.com.br

GAATI – Grupo de Acompanhamento e Análise do Terrorismo Internacional. 11 de Setembro: 6 anos. *In: Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Boletim do TEMPO.* Disponível em: http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&task=view&id=2856&Itemid=147

HOBSBAWN, Eric. **Globalização, Democracia e Terrorismo.** Trad. De José Viegas. São Paulo: Cia das Letras, 2007. p.131.

FORJANDO STATUS E CONSTRUINDO AUTORIDADES: PERFIL DOS HOMENS BONS E FORMAÇÃO DA PRIMEIRA ELITE SOCIAL EM VILA DO CARMO (1711-36)

Michelle Cardoso Brandão
UFJF

O trabalho que realizamos teve por base o pressuposto de que os *homens bons* de Vila do Carmo só o foram por agregarem em si determinadas características, a saber: atuação na conquista (e/ou povoamento), isto é, na defesa dos interesses do Império e o conseqüente acesso às mercês régias, acesso às patentes militares o que de fato atestaria sua autoridade, a presença na administração régia (seja câmara ou outra instituição). Deste modo, dotados de (alguns) destes predicados, tornavam-se homens da melhor qualidade, aos quais cabia tanto a gerência do governo da cidade, quanto a decisão dos rumos da própria economia local. Tais aspectos eram gerais nas sociedades de Antigo Regime, mas eram os costumes locais que delimitavam e definiam de fato os contornos daquilo que cada localidade entendia enquanto “qualidade”.

Fazer parte do rol de oficiais camaristas era, portanto, uma forma de distinção e, ao mesmo tempo, de reconhecimento da situação social proeminente do indivíduo. Deste modo, a listagem de oficiais de uma Câmara pode nos fornecer uma radiografia das elites, permitindo-nos verificar quem eram de fato os indivíduos que as compunham e suas características sócio-econômicas nos diversos contextos locais; ao passo que a qualificação de determinado indivíduo enquanto *homem bom* se dava, sobretudo, a partir de quesitos considerados importantes do ponto de vista da localidade, como ressaltado acima.

Muito embora a legislação portuguesa zelasse para que se reservassem os ofícios da Câmara aos *principais da terra*, o significado destes, era em boa medida, configurado a partir da realidade verificada no nível local. Isto é, na base do recrutamento dos oficiais prevaleciam os usos de cada terra e as relações de força ali existentes, determinando, assim, o perfil da nobreza camarária.

Ao passo que o perfil destes *homens bons* era variável de lugar para lugar, os indivíduos pertencentes a tal contexto, de acordo com seus recursos, articulavam-se para tornarem-se distintos e aptos ao ofício. E desta forma, encontravam vários caminhos e opções cuja finalidade primeira era a obtenção de distinção social; o que explica o fato de entre as diversas trajetórias que analisamos existirem aquelas que foram muito bem sucedidas e outras que nem tanto.

Diante disto, é inevitável dizer que nas centenas de municípios existentes desde o reino ao ultramar, as *elites camarárias* não se constituíam num grupo social uniforme, sendo consenso que embora recrutados em meio à *elite social*, o perfil destes indivíduos era bastante variado⁶¹⁴, podendo diferir entre si desde os aspectos econômicos, à natureza do cabedal social.

A caracterização do indivíduo enquanto um homem de qualidade estava intrinsecamente ligada à realização de serviços prestados à Sua Majestade e à obtenção de benesses e mercês neste contexto. Dito isto, as mercês reais tornam-se fundamentais na configuração do panorama acerca da identificação da elite local; pois se por um lado nas *conquistas* (as mercês) produziam súditos mediante a geração de laços de lealdade, por outro, gerava condições para a reprodução de uma elite local com interesses próprios, denominados “*melhores da terra*”⁶¹⁵.

É importante salientar que em sociedades de Antigo Regime a “qualidade” de determinado indivíduo era observada sob o prisma da experiência de vida e de percepção de mundo baseadas em uma “ordem natural das coisas”, em que a sociedade era altamente hierarquizada e as pessoas, conforme sua qualidade social ou natural,

⁶¹⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Sociologia das elites locais (séculos XVII-XVIII). Uma breve reflexão historiográfica. In: CUNHA, Mafalda Soares da e FONSECA, Teresa (Orgs.). *Os municípios no Portugal Moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais*. Lisboa: Edições Colibri e CIDEHUS – EU, 2005, p. 71-72.

⁶¹⁵ FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (sécs. XVI e XVII). In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVEIA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos...*, p. 50.

ocupavam lugares distintos e desiguais na sociedade. Não obstante, na América, esta visão se reforçou pelo ideário da *conquista*, pelas lutas contra o gentio e ainda, pela escravidão. Todos estes elementos abriram possibilidades para o alargamento do cabedal econômico, político e simbólico dos coloniais, e, por conseguinte, para a aquisição ou aumento de suas qualidades⁶¹⁶. E é justamente em busca das qualidades específicas do *homem bom* do Carmo que direcionaremos nosso olhar.

Para tanto, o ponto de partida é uma listagem⁶¹⁷ contendo os nomes de todos oficiais camaristas que estiveram nos postos de Vereador, Juiz e Procurador do Senado do Carmo no recorte temporal em questão. E com base na reunião de informações neste sentido, perfilamos o grupo que denominamos elite local de Vila do Carmo.

Para a visualização destas questões nos respaldamos na análise crítica e aprofundada de informações obtidas em diversas fontes e depositadas num banco de dados. Ademais, a reconstituição de trajetórias emblemáticas, neste contexto, permitiu-nos ratificar o perfil de inserção sócio-econômica do indivíduo, possibilitando a visualização de traços básicos e comuns ao grupo, muito embora as estratégias e recursos individuais tenham se diferido, por vezes, neste contexto.

Os documentos cartoriais foram fundamentais no desenvolvimento da análise apresentada, assim, inventários e testamentos foram nossas fontes principais e, embora algumas vezes como, será assinalado oportunamente, não tenham sido as mais adequadas, foram *sine qua nón* para o norteamento de nossa pesquisa. Paralelas a estas, outras fontes possibilitaram a complementação dos dados, e para tanto nos apoiamos em obras de

⁶¹⁶ FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVEIA, Maria de Fátima. Introdução. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVEIA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos... Op. cit.*, p. 24.

⁶¹⁷ A lista composta de 102 nomes referentes aos oficiais camaristas do Carmo entre os anos de 1711 e 1736 foi elaborada a partir de dados encontrados nos Acórdãos e Termos de Vereança da Câmara Municipal de Mariana disponível em microfilme no Arquivo Público Mineiro. APM. CMM 02, 05 e 06.

referência como dicionários e historiografia clássica, além de diversos outros estudos bibliográficos e da documentação avulsa presente no Arquivo Histórico Ultramarino disponível em mídia digital.

Partamos, pois, à apresentação do perfil da elite local presente numa das mais importantes regiões da Comarca de Vila Rica, tendo por base o tratamento sistemático das seguintes variáveis: naturalidade, permanência e rotatividade nos ofícios da Câmara, posse de patentes, presença no processo de povoamento e conquista da região; bem como as que se referem aos níveis de riqueza, formas de investimento e atividades econômicas desempenhadas, além do número de escravos e da posse de patentes militares.

Diante de todas estas variáveis, iremos nos atentar por hora, àquelas que mais são significativas no contexto analisado. Assim, a primeira conclusão que nos saltou à vista é que, antecedendo a qualquer outra coisa, era a “qualidade” que justificava e legitimava a presença de determinado indivíduo no Senado do Carmo; e mesmo se tratando de uma localidade ainda em formação, era necessário no mínimo alguma distinção para ocupar quaisquer ofícios na Câmara; seja procurador, vereador ou juiz. Ainda, por outro lado, a presença na Câmara ratificava a distinção do indivíduo, afinal apenas os melhores compunham o cenário do mundo camarista.

Ora, em que então consistia o termo “qualidade” em Vila do Carmo? Tal designação pareceu-nos estar intrinsecamente ligada à antiguidade do indivíduo na região - seja através de sua atuação na conquista ou no povoamento daquela terra -, ao desempenho de ações em prol da Coroa - como a atuação em guerras ou conquistas em qualquer parte do Império português e a conseqüente obtenção de mercês régias, patentes militares e, claro, à presença no Senado camarista. Seja como for, constatamos que a riqueza não era fator essencial no rol de distinções do indivíduo em Vila do Carmo, tendo apenas um valor secundário visto que se configurava num meio de se ostentar o luxo e não numa característica primordial. Deste modo, o *homem bom* utilizaria de seu cabedal econômico (quando o tivesse) para mostrar-se à sociedade enquanto um indivíduo capaz de “viver à

lei da nobreza”, desfrutando do fino trato e das virtudes que lhe fossem cabíveis, numa sociedade em que o mostrar-se tinha um imensurável valor, visto que as pessoas eram reconhecidas pelas suas “qualidades”.

Outra questão importante é que a peculiaridade da região do Carmo por ter sido reconhecida pelo rei enquanto Leal Vila, provendo os oficiais de sua Câmara do foro de fidalgo, possibilitando entre outros privilégios a posse de armas, fazia com que tais indivíduos tornassem mais respaldados em suas solicitações de mercês à Coroa, sempre lembrando da sua atuação no momento da Guerra dos Emboabas, momento em que somente a região do Carmo permaneceu leal à Coroa.

Não obstante a autoridade e o poder de mando adquiridos ao longo do tempo e das realizações e investidas dos indivíduos em nome de “Sua Majestade” utilizando de seu “sangue e fazendas” como fiéis vassalos; tornou tais indivíduos essenciais à Coroa, sobretudo, no que referenda à aplicação das políticas reais no ultramar. Ao mesmo tempo ampliava-se a margem de negociação da elite local para com o centro, atuando ambas visando cada uma sua “maximização de ganhos”⁶¹⁸ num regime de “autoridades negociadas”⁶¹⁹.

A consolidação do poder da elite local, não fazia-se apenas em função de suas ações políticas, isto é, da gerência do governo local, mas ainda através da possibilidade de interferir e definir os rumos da economia local. O fato dos oficiais da Câmara gerenciarem os recursos financeiros da Vila possibilitava-lhes tomarem para si parte do dinheiro público, incrementando então, sua fortuna pessoal.

Ademais, era nas Câmaras que o poder da elite local se institucionalizava e era reconhecido e autorizado pela Coroa, basta lembrar que este era um *locus* de negociação entre centro e periferia.

Sendo assim, os camaristas do Carmo, ao colocarem-se a serviço do rei na manutenção da governabilidade régia, obtendo graças

⁶¹⁸ Para mais sobre o assunto ver: BARTH, Fredrik. *Process and form in social life*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981, especialmente os capítulos 1 e 2. Ver também: ROSENTAL, Paul-André. Fredrik Barth e a Microhistória. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁶¹⁹ BICALHO, Maria Fernanda. Cidades e elites coloniais: redes de poder e negociação. In: *Vária História*, nº 29, p. 17 – 39. Belo Horizonte, 2003, p.37.

e mercês, além das patentes militares que efetivavam seu poder de mando, forjavam *status* e construíam sua autoridade diante de uma sociedade onde apenas os mais distintos do ponto de vista social eram capazes à governança da terra; formatando assim a elite local, isto é, aquela diminuta parcela daquela sociedade que por seus dons, sua competência e a boa utilização de seus recursos detinha o poder dirigindo a maioria e sendo, então, reconhecidos como *homens bons*.

Referências Bibliográficas:

BARTH, Fredrik. *Process and form in social life*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

BICALHO, Maria Fernanda. Cidades e elites coloniais: redes de poder e negociação. In:

Vária História, nº 29, p. 17 – 39. Belo Horizonte, 2003, p.37.

FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (sécs. XVI e XVII). In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVEIA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séc. XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Sociologia das elites locais (séculos XVII-XVIII). Uma breve reflexão historiográfica. In: CUNHA, Mafalda Soares da e FONSECA, Teresa (Orgs.). *Os municípios no Portugal Moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais*. Lisboa: Edições Colibri e CIDEHUS – EU, 2005.

ROSENTAL, Paul-André. Fredrik Barth e a Microhistória. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

O TROPICALISMO ATRAVÉS DA MUSICALIDADE, HISTORICIDADE E A INOVAÇÃO COMPORTAMENTAL DE MODA ATRAVÉS DA CANÇÃO *JECA TOTAL* - INTERPRETADA POR GILBERTO GIL - E AS CARACTERÍSTICAS DE UM “JECA TATU TOTAL”⁶²⁰

Orientadora Prof. Dra. Mara Rúbia Sant’Anna⁶²¹
Monike Meurer⁶²²

RESUMO

Os Tropicalistas surgem como um movimento de contracultura, por inovações comportamentais, acompanhada pela diversificação de elementos capazes de criarem o seu próprio estilo. Idealizada por uma juventude que ansiava mudança, e trazia diversas maneiras de resistir ao rigor da censura durante o golpe militar. Gilberto Gil, membro da Tropicália, sofre com a censura imposta e passa a ser exilado do país, contudo ao regressar para o Brasil, manifesta seus ideais contestadores por meio da canção *Jeca Total*, de 1975, relatando a história de um ingênuo nordestino que consegue alcançar o poder político no Senado. Entretanto vive alienado diante das modernidades da vida urbana, e não consegue estabelecer diante do governo a busca de recurso a quem chama de “seu povo”, que lá estão sofrendo com a miséria. Manifestações de revoltas dos Tropicalistas estavam além das canções, o seu visual era composto por um caráter de resgatar elemento pertencente ao trópico, onde as cores vivas refletem esta antimoda de protesto por eles adquiridos, combinando tudo aquilo que o Movimento promovia em seu discurso. Renovando e fortalecendo principalmente a cultura baiana, considerado como subdesenvolvidos pelo resto do Brasil. Buscavam uma maior libertação feita para chocar a sociedade, bem como as produções musicais. Vestimentas com florais além de diversos adereços e grandes quantidades de cores vibrantes nas

⁶²⁰ Projeto de pesquisa Brasil por suas Aparências, Centro de Artes- CEART, Universidade Estadual de Santa Catarina- UDESC, orientado pela Prof. Dra. Mara Rúbia Sant’Anna, em que participam as acadêmicas Kárittha Bernardo de Macedo, Monike Meurer, e Sany Poelking.

⁶²¹ Prof. Dra. Mara Rúbia Sant’Anna, docente do curso de Moda com habilitação em Estilismo da Universidade do Estado de Santa Catarina- UDESC, Centro de Artes- CEART, coordenadora e orientadora do projeto de iniciação científica Brasil por suas Aparências.

⁶²² Monike Meurer, graduanda em Moda pela Universidade do Estado de Santa Catarina- UDESC, Centro de Artes- CEART, bolsista PROBIC, membro do projeto de iniciação científica Brasil por suas Aparências.

roupas, refletindo um visual carregado que também fazia partes das capas dos vinis, em apresentações musicais e no cenário dos palcos.

PALAVRAS CHAVE: Tropicália, Música e Moda

Introdução:

O Movimento Tropicalista ou Tropicália emerge no Festival de Música Popular, de 1967, realizado pela emissora Rede Record de Televisão. Constituída principalmente, por artistas baianos e com um objetivo de criar uma nova musicalidade a partir de inovações ainda não conhecida no Brasil. Uma diversificação de elementos capaz de criar o seu próprio estilo, produzindo, além disso, uma nova postura comportamental. Um movimento de grande expressão cultural, não restrito somente ao estilo musical, mas alcançando suas manifestações nas artes visuais, no cinema e especialmente na moda. Liderado pelo artista Caetano Veloso, além de vários outros, hoje, grandes artistas nacionais como Gilberto Gil, Tom Zé e o grupo Os Mutantes, com Rita Lee.

A Tropicália brota entre as manifestações da contracultura, que questionaram os valores instituídos nesse período no Brasil. O ano de 1964 é marcado pelo mergulho do governo em um longo regime ditatorial, com grande repressão e censura, restringindo qualquer tipo de manifestação contra o governo. Um sistema imposto que abalou o país, protestado, principalmente, pela juventude da época, que tentava coibir as diversas maneiras do rigor estabelecido pela censura.

Gilberto Gil fortaleceu a ideologia Tropicalista com a canção “Jeca Total”, lançada em 1975, possuindo um excelente arranjo musical, e uma letra que expressa a triste realidade brasileira. Além de canções com forte crítica social, a Tropicália manifestava sua irreverência a partir de suas vestimentas. Roupas com cores vibrantes e uma mistura inusitadas de panos nos trajes, produzia uma estética forte que revalorização as vestimentas utilizadas nos

trópicos, renovando e resgatando os elementos principalmente baianos.

Analisando a Jeca Totalidade Nacional

A canção *Jeca Total* é 5ª faixa do disco álbum Refazenda, incluída na trilha sonora da Telenovela Saramandaia, de Dias Gomes, transmitida no ano de 1976, pela Rede Globo de Televisão. A canção possui um grande efeito semântico manifesta pela vibrante voz de Gil, uma projeção similar ao se recitar uma obra literária ou promover um discurso político, na mesma melodia do ritmo da canção. Com uma pronúncia clara das palavras e uma linguagem mais coloquial, entretanto de fácil compreensão. Narrando a história de um nordestino que consegue obter um poder político, trabalhando no Senado, porém não arranja meios para amparar “seu povo” que ainda sofrem constantemente com o descaso político do Nordeste. Uma vida urbana que, por conseguinte contribui a alienação do “jeca tatu total”. Gil ainda produz um grande diálogo, intertextualizado com a obra de Monteiro Lobato, *Jeca Tatu*. A história de um homem simples, enfermo que vive em torno da pobreza do sertão, sem condições de alimentar sua própria família. Sobressaltando os elementos que transmitem o universo interiorano do caipira nordestino e suas dificuldades sociais e culturais.

Um ingênuo que está refletindo o progresso emancipatório no Brasil dos anos 70. (*“Jeca Total deve ser Jeca Tatu/ Presente, passado/ Representante da gente no senado/ Em plena sessão/ Defendendo um projeto/ Que eleva o teto/ Salarial no sertão”*). Uma pessoa humilde do sertão brasileiro que consegue alcançar o poder político, saindo do ambiente rural e vivendo na “cidade grande”, sem conseguir compreender tudo que passa ao seu redor devido à simplicidade da sua origem. Considerado como atrasado perante a “modernidade” a ele apresentada, chamada de “progresso”. Ele é um homem que ainda busca uma ajuda financeira para aqueles que estão tentando sobreviver no sertão nordestino, que chama de “seu mundo”. Um mundo nunca lembrado pela elite política brasileira, somente em períodos eleitorais, para conseguir votos por meio de promessas nunca cumpridas.

O *Jeca Total* de Gilberto Gil é considerado um brasileiro rotulado de caipira universal, que vivencia o progresso, e assimilou a sua maneira de viver a miséria dentro da própria sessão do Senado, um “Jeca” que alcançou a política na capital federal. Mas que fica vagando no tempo e espaço da sociedade brasileira. (SANCHES, 2000; 93). O personagem descrito de *Jeca Total* por Gil aborda esse brasileiro marcado pela simplicidade e, portanto, aquele que tudo aceita, e ainda continua a viver com dificuldades. Não conseguindo ser reconhecido na atuação política, mas que sonha com esta possibilidade. Porém está alienado aos “progressos” que a vida urbana lhe ofereceu, como estar diante da televisão, completamente seduzido por ela.

(“*Decorrer da história/ Glória, decadência, memória/ Era de Aquarius/ Ou mera ilusão*”). Para o autor Pedro Sanches (2003), o universal e o particular passam a se consagrarem, em torno do interior e o sertão brasileiro, proposto por Gil, de maneira a criar uma odisséia entre esse interior e suas vontades individualizadas. O *Jeca Total* está vivenciando tal progresso, mas que passa a sofrer dores na emancipação; Gil não se preocupa em querer colocar os defeitos com transformações, seria apenas a aceitação de tudo que ocorre. Um rumo que não deixa de estar ligado à era de Aquário, mas juntamente da sua ilusão. (SANCHES, 2003) Conforme a ilusão que permanece na humildade do povo nordestino, Gil utiliza a Era de Aquário para provocar um grande anseio de mudança social, e uma intelectualidade gerada por esta “nova era”, superando as grandes divergências sociais e efetuar grandes mudanças na ideologia do planeta. Mas quando ele afirma “Ou mera ilusão” transcorre que nada disso pode acontecer de fato, pois pode fazer parte do discurso iludido da possível mudança.

Logo o “milagre econômico” que o Brasil passou na ditadura, começa a declinar nesse período, que originou uma revolução e um forte crescimento econômico no país, pois materializou um novo padrão e estilo de vida, gerando uma esperança e desenvolvimento na área rural. O interesse dos governantes era o crescimento e expansão em todas as regiões do país, sendo que ainda havia uma parcela da população vivendo ou

envolvidas com o setor agrícola. (NAVARRO, 2001). Um progresso que ainda não alcançou uma grande parcela da população brasileira.

Vestimentas Inovadoras resgatadas dos trópicos

Mas o “moderno” Tropicalista nasce com objetivo de romper paradigmas comportamentais, um vanguardismo que resgata elementos do seu passado; universalizando a regionalidade brasileira, e projetando um futuro de estilo. Manifestada por trajes considerados inovadores para a época, porém tudo fazia parte de uma mistura de muitos elementos referentes ao estilo de vida interiorano, por conseguinte, vindos da Bahia, além de empregarem peças produzidas pelo artista Hélio Oiticica, chamada de *parangolés*. Uma composição que formulou um novo estilo de aparência, além disso, utilizavam “batas indianas” e subsídios da cultura hippie, uma inovação que chamava muito a atenção do público e não exclusivamente por suas letras das canções.

“O vestuário proporciona o exercício da moda, e essa atua no campo do imaginário, dos significantes; é parte integrante da cultura.” (SANTANNA, 2007; 74). A moda está vinculada ao comportamento social que interatua e atribui as identificações de linguagens constituídas pela presença do indivíduo, um vestuário com significações e interagido dentro do artefato cultural. Uma identidade criada por um discurso inovador que se ajustava à “modernização” manifestada pela economia e política do período, e a conexão do “modernismo” implantado na cultura e na arte, exteriorizado nos costumes comportamentais, nos aspectos morais e sociais. Até os dias de hoje, a moda tropicalista serve de referência e inspiração na criação de releituras do período.

Considerações Finais

Um Movimento que estava envolvido na atmosfera de mudança impulsionada pelo modelo econômico vigente, consolidado pela elite durante o governo de Kubitschek, que impulsionou a tomada de poder do militares em 1964. Os artistas lançam seu movimento em meio à proposta anárquica vigente em Maio de 68 na França: “É proibido proibir”, mesmo com a ditadura no país.

(TINHORÃO, 1998) Um movimento que conseguiu manifestar sua crítica de maneira criativa, mesmo durante o forte poder da censura, que influenciava a produção cifrada. Gil dá voz a uma canção que relata a vida de um sertanejo do interior que vive a precariedade do ambiente rural e busca um novo estilo de vida na “cidade grande”. Além das representações simbólicas da sua revolta ditatorial caracterizada como antimoda, que buscavam uma maior libertação expressiva feita para chocar a sociedade, bem como as produções musicais.

Referências Bibliográficas:

CALADO, Carlos. **Tropicália. A História de uma Revolução Musical**. São Paulo: Editora 34, 1997.

FAVARETTO, Celso. Tropicália: política e cultura. In: DUARTE, Paulo Duarte; NAVES, Santuza Cambraia (org). **Do Samba-canção à Tropicália**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003.

GIL, Gilberto. **Jeca Total**. Disponível em:

<http://letras.terra.com.br/gilberto-gil/556780/>. Acessado em 18/09/2009.

NAVARRO, Zandar. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estud. av. vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001. Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142001000300009&script=sci_arttex. Acessado em: 21/09/2009.

SANCHES, Pedro Alexandre. **Tropicalismo decadência bonita do samba**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

SANT'ANNA, Mara Rúbia. *Teoria da moda: sociedade, imagem e consumo*. Barueri: Estação das Letras, 2007.

TINHORÃO, José Ramos. **História Social da Música Popular Brasileira**. São Paulo: Editora 34, 1998.

VARELA, Dailor. Da Tropicália ao Lamê. In: **Sociologia da Moda**. Revista de Cultura Vozes, ano1966, Volume LXVI, abril de 1972, nº 03.

CAIM: OS CONFLITOS RELIGIOSOS DO HOMEM CONTEMPORÂNEO NA NOVA NARRATIVA SARAMAGUIANA

Nagib Pereira da Rocha⁶²³

“Disse Deus: façamos o homem à nossa imagem, como nossa
semelhança.” (Gen. I, 26)

A viragem do século XX para o Século XXI ficou marcada, para muitos, de maneira surpreendente, pela contraditoriedade que o sagrado causou nas profecias racionalistas que vaticinavam sobre o fim do numinoso. Aos diversos discursos sobre o fim da era religiosa em detrimento a um admirável mundo novo conduzido pela Grande Mãe razão, o sagrado confirma-se nesse início de novo milênio como uma realidade fundamentalmente configuradora do humano. Pensar o século que se inicia é pensar, sobretudo, a presença da religiosidade na vida humana, religiosidade que se vê reconfigurada e em muitos casos, moldada tal qual às exigências e apelos do cotidiano.

Se não podemos negar a presença do místico na constituição humana hodierna, podemos, contudo, afirmar que esse misticismo, essa espiritualidade passa por um processo de reestruturação que se encaixa adequadamente no que tem sido chamado de mudanças de paradigmas. De fato, instalou-se no seio das *narrativas-mestras*, dos discursos dominantes, um contra-discurso que contesta e problematiza visões de mundo concebidas e seguidas segundo suas antigas e cristalizadas orientações. Podemos encontrar pistas que nos ajudam a entender essa *crise da legitimação* no que vem sendo chamado de Pós-Modernismo.

Na tentativa de apreensão conceitual desse novo “ismo”, Linda Hutcheon (1991), afirma que ele desafia as instituições

⁶²³ Aluno do Programa de Pós-graduação Mestrado em Letras – Estudos Literários da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

estabelecendo desse modo uma investigação sobre elas. Mas, estranhamente,

a cultura pós-moderna tem um relacionamento contraditório com aquilo que costumamos classificar como nossa cultura dominante, o humanismo liberal. Ela não o nega, conforme disseram alguns autores, (...) em vez disso, contesta-o a partir do interior de seus próprios pressupostos. (HUTCHEON, 1991, p. 23).

Estendendo esse tipo de relacionamento contraditório à sua prática religiosa, o homem contemporâneo, e aqui privilegiamos uma abordagem do cristão, ou ainda, do homem ocidental que inapelavelmente tem sua mentalidade configurada na cultura cristã, esse caracteriza-se então por uma busca que contesta e não mais se satisfaz com a(s) figura(s) divina(s) apresentada(s) até recentemente. Os discursos representativos do sagrado, suas narrativas-mestras estão sob forte questionamento, porém, ressaltamos, não sob ameaça de destruição.

O sociólogo e antropólogo Roger Bastide deixando-nos entreler a sua estupefação diante dessa capacidade inata da humanidade de fabricar para si a divindade, de construir discursos que preenchem o lacunar espaço reservado para os deuses (BASTIDE, 2006), registra, contudo, em tom de lamento, no seu artigo *O homem, essa máquina de fabricar deuses*, a

admirável [...] força da Igreja que canaliza todas essas forças ocultas, serve-se de todas essas máquinas de criar mitos, mas para dirigir suas engrenagens, fazer convergir seus rendimentos e forçar-nos a ir desses deuses todos para Deus. (BASTIDE, 2006, p. 94).

Sempre fabricamos novos deuses, porém, os mesmos foram subjugados pelo deus do discurso hegemônico. O que vemos surgir com o pós-modernismo, então, é justamente o romper das cadeias que prendiam os “deuses menores”. Ao contestar as narrativas-

mestras da religião vemos o surgimento de outros discursos, de outras formas de contemplação e outras possibilidades de adoração até mesmo do Deus cristão. Hoje temos visto o surgimento de adoradores que sacrilegamente escavam seus altares em busca de seu deus verdadeiro. Vemos a escavação de antigos ritos na busca de uma prática religiosa que corresponda realmente aos anseios da fé pessoal de cada crente. Enfim, o sagrado não mais corresponde ao predomínio de um só discurso, à doutrina de um só catecismo.

É precisamente aí que encontramos a narrativa do escritor José Saramago. Fazendo uso de um modo de narrar onde os relatos privilegiam as vozes silenciadas, ou outras vozes donas de uma narração sob outra perspectiva, o modo de narrar saramaguiano pode ser inserido na “estratégia, um pouco diferente, da metaficção historiográfica [que] subverte, mas apenas por meio da ironia, e não da rejeição. A problematização substitui a demolição.” (HUTCHEON, 1991, p. 15).

Inserindo-se como um autor que traz como marca esse pára-discurso instaurador da problematização no seio mesmo do discurso-mestre, a narrativa dessacralizadora do divino em Saramago no seu novo romance *Caim* retoma a passagem bíblica do filho que por inveja assassina seu irmão mais novo em virtude de ver rejeitada a sua oferenda por Deus em detrimento à oferta daquele irmão. Aqui é interessante anotarmos que a presença de Deus como viés temático do escritor português é uma constante que perspassa, de uma maneira geral, o conjunto de sua obra. Mesmo declarando-se ateu, o escritor reconhece que sua formação humana deu-se no ambiente cultural do ocidente que, por conseguinte, foi moldado pela cultura e fé cristã. Logo, o escritor, justificando o porquê de sua constante temática nos diz em entrevista que:

Todos nós não temos mais remédio do que ter Deus. Acho que não existe ninguém que não tenha Deus. O único ser que não teria Deus seria aquele que tivesse nascido e vivido numa sociedade onde, desde sempre, qualquer sentido de transcendência fosse desconhecido... Por isso, eu, às vezes, digo que, no *plano da mentalidade*, sou um cristão, e não

posso ser outra coisa. (...) Todos começamos por ter Deus e conservamo-nos assim. (BASTOS, apud FERRAZ, 2003, p. 15, grifo do autor).

Fazendo a recolha das marcas do eterno presentes nas obras do escritor, a professora Salma Ferraz identificou quatro perfis divinos delineados por Saramago em quatro de seus romances: o perfil do Deus de Eva, que perpassa o romance *Terra do Pecado*; o perfil do Deus da Igreja Católica, que perpassa o romance *Memorial do Convento*; o perfil do Deus das guerras religiosas que compõe o romance *História do cerco de Lisboa*, e finalmente, o perfil do Deus cruel presente na obra *O evangelho segundo Jesus Cristo*.

Acreditamos que *Caim* nos possibilita entender um pouco mais da intrincada maneira de como esse autor trata o objeto temático Deus e como, por conseguinte, o homem da contemporaneidade relaciona-se com esse velho Pai. Assim, pois, percebemos que se em seus romances anteriores a figura divina foi identificada como guerreira, condenadora e cruel, *Caim* nos revela a figura de um Deus que o autor agora reconhece no plano ficcional como Pai. Mas não nos enganemos, esse Pai não possui o que comumente atribuímos à paternidade humana, ou seja, a relação estabelecida na obra entre ele e a humanidade é lida pelo autor ora através da autoridade e da violência:

a este senhor terá de chamar-se um dia deus dos exércitos, não lhe vejo outra utilidade, pensou caim, e não se enganava. É bem possível que o pacto de aliança que alguns afirmam existir entre Deus e os homens não contenha mais do que dois artigos, a saber, tu serves-nos a nós, vocês servem-me a mim. (SARAMAGO, 2009, p⁶²⁴).

⁶²⁴ A ausência de página na referência decorre da mesma ter sido consultada na sua versão *on line* onde a obra não possui paginação. Acesso em: <<http://letrasupdownload.wordpress.com/category/jose-saramago/>>.

Ora na maneira de relacionamento onde o Pai, mau educador, é criticado pelo o autor quando esse relata os queixumes de Josué, líder responsável para conduzir o povo escolhido:

Que o senhor educou mal esta gente desde o princípio, vê-se pelas implorações, pelas queixas, pelas perguntas de Josué, Por que nos fizeste atravessar o Jordão, foi para nos entregares nas mãos dos amorreus e nos destruíres, melhor seria que tivéssemos ficado do outro lado do rio. (SARAMAGO, 2009.)

E ainda, quando vemos a presença de um Pai sendo acusado por Caim de insanidade:

Não sei se fui escolhido, mas algo sei, sim, algo devo ter aprendido, Quê, Que o nosso deus, o criador do céu e da terra, está rematadamente louco, Como te atreves dizer que o senhor deus está louco, Porquê só um louco sem consciência dos seus actos admitiria ser o culpado directo da morte de centenas de milhares de pessoas e comportar-se depois como se nada tivesse sucedido, salvo, afinal, que não se trate de loucura, o involuntária, a autêntica, mas de pura e simples maldade, Deus nunca poderia ser mau ou não seria deus, para mau temos o diabo, O que não pode ser bom é um deus que dá ordem a um pai para que mate e queime na fogueira o seu próprio filho só para provar a sua fé, isso nem o mais maligno dos demônios o mandaria fazer. (SARAMAGO, 2009).

Embora o Nobel de literatura negue veementemente a possibilidade de encontrarmos em sua crítica a Deus, ainda que no mais profundo dela, a presença de uma crença; embora ele negue, uma vez que ignora, que esta guerra contra Deus seja fruto de uma presença nele da qual quer ver-se livre, fica-nos, contudo a impressão, apesar de toda essa negação, que na verdade o *Caim* de Saramago é a realização ficcional de uma vontade real, a vontade do escritor de matar também esse Pai que ele quer negar: “matei Abel porque não podia matar-te a ti, pela intenção estás morto.” (SARAMAGO, 2009.). Se o romance é realmente tal como o entende Saramago, “uma máscara que esconde e, ao mesmo tempo, revela traços do romancista” (SARAMAGO apud ARNAUT, 2008, p. 88), se

podemos perceber nesse romance “o sinal de uma pessoa” tal como o deseja próprio escritor (REIS, 1998, p. 71), pensamos que, nesse caso, a nossa leitura na qual o ficcional ajuda a compreender o real não ultrapassa aqui o ponto até qual podemos especular sobre vida e obra do autor.

Produtor de um discurso problematizador, que instaura a crítica em função de novos discursos e novas perspectivas que não mais contemplem o centro, a voz hegemônica, mas ao contrário, de lugar à manifestação das margens, ao falar das vozes silenciadas, José Saramago insere-se como um dos grandes escritores da atualidade. Divergindo do discurso religioso corrente e estabelecendo paralelamente um outro discurso que desestabiliza o discurso primeiro, que foi sua fonte, o escritor, arduamente, contesta as afirmações e ideologias desse tipo de narrativa-mestra, dessa narrativa religiosa em conserva onde o que predomina é um *sagrado doméstico*.

Enfim, vemos no desejo parricida do Caim de Saramago a realização individual do fenômeno atual da coletividade humana: o desejo de matar esse Pai, de sepultar velhas crenças, em fazer ressuscitar em si mesmo o(s) seu(s) mito(s), o seu deus(s), a sua *religião viva*, o seu *sagrado selvagem*. Foi certamente na busca de preencher para si o trono então vazio do deus que matou que Nietzsche compôs o belíssimo poema com o qual fechamos nossa fala:

*Antes de prosseguir em meu caminho e lançar o meu olhar
para a frente uma vez mais, elevo só, minhas mãos a Ti na
direção de quem eu fujo.*

*A Ti, das profundezas de meu coração, tenho dedicado altares
festivos para que, em cada momento, Tua voz me pudesse
chamar.*

*Sobre esses altares estão gravadas em fogo estas palavras:
“Ao Deus desconhecido”.*

*Seu sou eu, embora até o presente tenha me associado aos
sacrílegos.*

*Seu sou eu, não obstante os laços que me puxam para o
abismo.*

Mesmo querendo fugir, sinto-me forçado a servi-Lo.

Eu quero Te conhecer, desconhecido.

*Tu, que me penetras a alma e, qual turbilhão, invades a minha
vida.*

Tu, o incompreensível, mas meu semelhante, quero Te conhecer, quero servir só a Ti. (NIETZSCHE apud BOFF, 2000, p. 84-85, grifo do autor.)

Referências bibliográficas:

- ARNAUT, Ana Paula. **José Saramago**. Coimbra: Edições 70, 2008.
- BOFF, Leonardo. **Tempo de transcendência**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- BASTIDE, Roger. **O sagrado selvagem e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- FERRAZ, Salma. **As faces de Deus na obra de um ateu – José Saramago**. Juiz de Fora: UFJF; Blumenau: EDIFURB, 2003.
- HUTCHEON, Linda. **Poética do Pós-modernismo: história, teoria e ficção**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- REIS, Carlos. **Diálogos com José Saramago**. Lisboa: Caminho, 1998. Disponível em: <<http://www.josesaramago.org>>. Acesso em: 15/07/2009.
- SARAMAGO, José. **Caim**. [Lisboa]: Caminho, 2009. Disponível em: <http://letrasmusdownload.wordpress.com/category/jose-saramago/>

Nota: para a Bíblia ver: **A Bíblia de Jerusalém**. Paulus: São Paulo, 2000.

OS LARANJAIS DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU: TESTEMUNHOS FOTOGRÁFICOS DE UMA TRANSFORMAÇÃO URBANA 1930-1940

Natalia Azevedo Crivello
Mestranda do PPG História Social do território UERJ-FFP
Orientador: Gelsom Rozentino de Almeida

As cidades guardam uma experiência visual, lugar impregnado de significações acumuladas através do tempo, uma produção social sempre referida a algumas de suas formas de inserção topográfica ou particularidades arquitetônicas. Uma das representações simbólicas mais antigas que tem-se, a casa, sua antecessora a caverna, considerados lugares de refúgio e conforto: a cidade, um conglomerado dessas unidades, ampliando o plano do coletivo, a proteção e a segurança.

Descrições a respeito de cidades, referências a certos lugares, a transformações urbanas estão sempre presentes nos escritos de viajantes, nos relatos de memorialistas e em textos de literatos. Essas descrições são pontos de referência para estudiosos, mas principalmente, fazem da materialidade dos núcleos urbanos suporte à memória e à formação de identidades locais. (Brescianni, 2003)

Nesse sentido, nossa pesquisa analisa as transformações sociais e econômicas ocorridas na cidade de Nova *Iguassú*⁶²⁵, município citricultor do Recôncavo da Baía da Guanabara, estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1940. A forte produção de laranja da região a tornou em principal fornecedor do produto à Argentina e Europa, fato esse abrandado com a crise de 1929 e interrompido com o início da Segunda Guerra Mundial. Esta interrupção acentuou o destino - observado anterior a 1930 - dos recursos originários 'da laranja'; para investir na região com objetivo

⁶²⁵ Optamos pela grafia do nome '*Iguassú*', com dois 's', em decorrência de a mesma ter mudado apenas em 1943, como consequência da reforma ortográfica pela qual passou a Língua Portuguesa.

de transformar o grande celeiro rural em espaço urbano, necessitava-se encontrar alternativas que viessem substituir, com as devidas proporções, os retornos financeiros que se escassearam ao início da Segunda Guerra.

A pesquisa, quanto aos desdobramentos que se observam em Nova *Iguassú*, pode ser testemunhada a partir das inúmeras fontes fotográficas. A documentação fotográfica utilizada como fonte em nossa pesquisa, nos revela as mudanças ocasionadas em Nova *Iguassú* no período analisado: transformações urbanas, em decorrência do investimento das finanças geradas pela citricultura; transformações sociais e de costumes, que no período vinham contagiando todo o país. Nesta pesquisa a fotografia se insere auxiliando no processo de reconstrução de memórias e identidades. Na condição de reveladora implícita de fatos não ditos, ela nos desafia a desvendar algumas vicissitudes do cotidiano, bem como manipulações ideológicas que passariam despercebidas por olhares leigos.

O território hoje conhecido como Nova Iguaçu, teve sua gênese numa aglomeração populacional às margens do Rio *Iguassú*, região localizada no recôncavo da Baía da Guanabara, Rio de Esse território teve seu auge econômico no segundo quartel do século XIX, em decorrência da construção da Estrada do Comércio⁶²⁶, que foi “*a primeira estrada brasileira para o café passar*” (Barros, 2004, p.). Este caminho, em conexão com os portos construídos na Povoação de *Iguassú*, atendia a exportação do café advindo do interior da Província do Rio de Janeiro e que era escoado ao litoral pelo porto do povoado. Também era utilizado no transporte dos produtos importados da Inglaterra. A construção deste Caminho do Comércio foi vetor importante na conquista da autonomia municipal, o que ocorreu em 15 de janeiro de 1833.

⁶²⁶ Com sua construção sugerida pela Junta Real do Comércio e efetivada entre 1811 e 1822, a Estrada Real do Comércio tinha início na povoação de Iguassú, cortava o povoado de Sant’Anna das Palmeiras, subia a serra do Tinguá, atingia Pati do Alferes, atravessava o rio Paraíba do Sul e chegava até Ouro Preto.

A partir de 1858, a região de *Iguassú* demonstra efetivos sinais de decadência, sobretudo com a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II. Essa deslocou o eixo de transporte do café e de outros produtos da Estrada do Comércio para seus trilhos, que passavam por Maxambomba, um território localizado no sopé do Maciço do Gericinó⁶²⁷, distante das áreas alagadiças e impalúdicas de *Iguassú*. A decadência da Vila desencadeou um processo de reordenamento da ocupação espacial, o que fez surgir outra centralidade populacional em decorrência da expansão ferroviária: em 1891, a sede do Município é transferida das margens do Rio Iguassú para o Engenho de Maxambomba.

Em finais do século XIX, iniciou-se o cultivo de laranjais no território de Maxambomba, em decorrência da “*existência de condições naturais próprias na região, tais como: clima quente e úmido, terrenos férteis em colinas, em morros e em planícies livres de alagamento, aliados a presença de uma ferrovia e estação*” (Soares, 2007, p.121). O cultivo das laranjas é viabilizado quando as primeiras obras de saneamento (Soares, 2007, p.120) surtem efeito na região eliminando brejos e áreas alagadiças e retilinizando rios. Isso favoreceu a substituição de culturas de subsistência, como mandioca e feijão, e tradicionais, como cana-de-açúcar e café, pelo cultivo das laranjeiras.

Juntamente com a nova cultura, nasce uma nova elite da terra. Esta se intitula responsável pela inserção dos elementos modernizantes na região dos laranjais, por estar intimamente relacionada às técnicas modernas utilizadas no cultivo das laranjas⁶²⁸, ao trabalho livre e assalariado, e principalmente à ferrovia, símbolo de progresso e evolução da localidade. A nova elite citricultora contrapunha-se à antiga elite da cana e do café, escravista, e considerada arcaica e atrasada, dos barões. Esse antagonismo é

⁶²⁷ O Maciço do Gericinó-Mendanha abrange as serras de Madureira, Marapicu, Gericinó e Mendanha e localiza-se na atual região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, nos atuais Municípios do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu e Mesquita.

⁶²⁸ O cultivo de laranjas exige frequentes tratamentos culturais e acompanhamentos constantes da plantação, com grande quantidade de mão-de-obra.

percebido quando da mudança do nome do município, que em 1916 de Maxambomba passa a Nova *Iguassú* (Pereira, 1916, p. 35).

Entre os anos de 1930 e 1940, Nova *Iguassú* passa por transformações consideráveis, entre elas a inauguração de catorze novas estradas, a tração elétrica da Estrada de Ferro D. Pedro II, a criação do serviço de saneamento da Baixada Fluminense, a instalação da indústria secundária da citricultura, a construção de um hospital, a fundação das primeiras entidades de classe, a instalação de estabelecimentos bancários e industriais, a assinatura de contrato com o município para fornecimento de energia elétrica e a existência de cinco cartórios no município, em 1935. Nesse mesmo período, a convite da Associação de fruticultores, o município recebe a visita de representantes dos governos federal e estadual, entre eles o chefe do governo provisório Getúlio Vargas, e o ministro da agricultura Odilon Braga.

Ao propormos um estudo regional – Nova *Iguassú* e os laranjais – e o uso de fotografias como fontes, pretendemos contribuir com um diferenciado enfoque, e método de pesquisa, aos temas que se voltam a compreender questões regionais. Nesta proposta de estudo, a fotografia é utilizada tanto como mecanismo modernizador a captar as transformações que se configuram nos espaços geográficos de Nova *Iguassú*, quanto novidade tecnológica que legitime os registros das transformações urbanas, sociais, e econômicas.

As fotografias são consideradas materialização de experiências vividas, lembranças do passado, memórias armazenadas em papel fotográfico através de um processo quase de alquimia do qual surgem imagens reveladas que ganham significados de acordo com os olhos de quem fotografou e com os olhos que as vêem. A câmara fotográfica registra as diversidades humanas, as várias paisagens transformadas por homens. O fotógrafo atrás da câmara fotográfica apreende desde imagens de famílias em estúdios fechados bem como que faz do mundo o seu grande estúdio enquanto capta desde imagens de conflitos armados até implantação de estradas de ferro.

Por conseguinte, para amparar o historiador na análise histórica a exemplo da interdisciplinaridade proposta pelos *Annales*, encontramos teorias de análise de fotografias. Nossa intenção é apresentar a fotografia como “mensagem que se elabora através do tempo tanto como imagem/monumento quanto como imagem/documento, sendo testemunho direto como indireto do passado” (Mauad, 1996, p. 1). Segundo Le Goff (1985), a fotografia é uma imagem/ monumento quando é considerada um índice, uma espécie de vestígio de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado. Enquanto uma imagem/documento a fotografia é considerada um símbolo, que no passado a sociedade estabeleceu como imagem a ser lembrada posteriormente.

Fundamental, quando abordamos teorias fotográficas é que durante o século XIX as imagens fotográficas eram consideradas como fontes de “*absoluta exatidão material*” (Mauad, 1996, *op cit*), , como prova irrefutável. A fotografia pode “*se constituir em arma temível*” (Kossoy, 1981, p.47) no momento em que seus receptores a vêem apenas como a “*expressão da verdade*” (Kossoy, 1981, p.47). Como objeto produzido em um tempo em que a técnica e as máquinas eram exaltadas, sacralizadas, o caráter testemunhal da fotografia foi supervalorizado.

Em face dos habitantes da Baixada Fluminense não possuem vínculo à localidade em que vivem - em decorrência do passado recente de violências e carência econômica da região - pretendemos estimular o resgate social, cultural e político que este tema propiciará à consolidação da identidade e dos sentimentos de pertencimento a procedimentos históricos que privilegie os espaços locais e as diversas demandas que se desenvolvem na região.

Referências Bibliográficas

ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003.

- ANDRADE, Ana Maria Mauad de S. *Através da imagem: fotografia e história interfaces*. Revista Tempo, Rio de Janeiro: UFF, v. 1, n. 2, 1996.
- BRESCIANNI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades: um percurso. Freitas, Marcos César de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. 5 ed. SP: Contexto, 2003
- BRITTO, Miridam. *História Regional: conceitos, métodos e problemas*. Revista do IHGRJ, Rio de Janeiro: 2001
- CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. *História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 5ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CERTEAU, Michel. *A operação histórica*. In: *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves editora, 1976.
- KOSSOY, Boris. *A Fotografia como fonte histórica: introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado*. SP: SICCT, 1983.
- PEREIRA, Waldick. *A mudança da vila*. Nova Iguaçu: IHGNI, 1970
- _____. *Cana, café e laranja: história econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGC/SEEC, 1977
- SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na baixada fluminense*. Mesquita: Entorno, 2007.
- SOARES, M. T. S. *Nova Iguaçu: a absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro*. Revista Brasileira de geografia. Vol 24, n. 2, abr/jun, 1962
- SONTAG, Susan. *Ensaio sobre fotografia*. Lisboa: Dom Quixote, 1986
- TORRES, Gênesis (org). *Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política*. São João de Meriti: IPAHB, 2004.
- LE GOFF, Jacques. *Memória - História*. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Casa da Moeda-Imprensa Nacional, 1985. Vol. I

RECEITAS DE BOLO. UM ESTUDO DA ATUAÇÃO DO CATOLICISMO EM SÃO PAULO DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985)

Ney de Souza⁶²⁹

A pesquisa apresentará a relação “Política-Religião” durante a Ditadura Militar em São Paulo (1964-1985). O binômio Ditadura Militar - Religião é um importante tema de estudo para se entender alguns dos desdobramentos das práticas militares da tortura e da negação dos direitos humanos. Este texto vai questionar e oferecer algumas respostas para a questão da postura do catolicismo diante do regime militar: conivência ou contestação? Anuência com o repressor ou busca de liberdade?

Este estudo é resultado de uma ampla pesquisa sobre o catolicismo e a censura imposta ao jornal O SÃO PAULO, órgão informativo da Igreja católica na cidade de São Paulo. Jornal fundado pelo cardeal Motta em 1956. Durante o regime militar, 89 artigos e, parte de artigos, foram censurados pelo governo. Uma parte dos artigos é referente á tortura, causa operária e vários outros temas. As colunas onde seriam publicados os textos apareciam em branco. Como o governo percebeu que até isso seria motivo de reflexão crítica e por que alguns padres explicavam a seus fieis nas missas o motivo de paginas em branco, o regime impôs novamente. No lugar dos textos censurados deveriam ser publicados anúncios do jornal, salmos e até **receitas de bolo**.

O recrudescimento do processo político brasileiro iniciou-se com o golpe militar de 1964. Durante as duas décadas em que vigorou, o regime impôs à sociedade práticas totalitárias que objetivavam o controle de grupos a ela inerentes.

Em relação à instituição eclesiástica católica, esse controle foi responsável, inicialmente, por uma divisão interna no Episcopado

⁶²⁹Doutor em Historia pela Pontifícia Universidade Gregoriana, Itália e registro em Historia Social, USP. Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC SP.

brasileiro, o que evidenciou as contradições na cúpula da Igreja. Enquanto alguns bispos e sacerdotes, sob a influência do Concílio Vaticano II (1962-1965), optaram pelo apoio às lutas por mudanças nas estruturas sociais, boa parte da hierarquia posicionou-se a favor dos militares. O Concílio criou condições para a observância de uma série de transformações no Catolicismo, uma vez que promoveu discussões que objetivavam, principalmente, a exposição da doutrina católica, a abertura da Igreja às questões do mundo contemporâneo e reformas internas. Os reflexos desta gama de discussões foram notórios no âmbito social, pois se observou, nos anos posteriores ao Concílio, um ativismo por parte da instituição eclesiástica, sobretudo através das pastorais e dos movimentos leigos coordenados pelo Catolicismo.

No Brasil, a repercussão do Concílio Vaticano II foi traduzida pela preocupação de alguns segmentos do clero em fornecer respostas às conjunturas que se apresentavam à sociedade, o que acabou implicando, em determinados momentos, no apoio daqueles segmentos aos movimentos de caráter social.

Uma parte da Igreja Católica no Brasil lutou contra as arbitrariedades do regime militar. O conceito da Igreja “*unidade na diversidade*” tornou-se ambíguo no seio da própria Igreja nestes tempos difíceis. Foi uma minoria do colegiado episcopal que se uniu para defender o direito do povo contra a opressão do regime.

A partir de 1968 a cúpula da Igreja Católica começou a distanciar-se das autoridades políticas. Os principais acontecimentos deste ano (AI - 5, primeiras experiências de constituição das Comunidades Eclesiais de Base e Conferência de Medellín) motivaram essa virada no comportamento da hierarquia eclesiástica. Suas preocupações sociais passaram, então, a sofrer uma constante evolução, cujo ponto culminante foi o posicionamento crítico assumido por bispos e outras autoridades religiosas frente ao governo ditatorial. A defesa severa dos direitos humanos enquadra-se neste contexto. As relações com o Estado tornaram-se, assim, bastante problemáticas. A instauração de processos, prisões de sacerdotes e freiras, torturas, assassinatos, cerco a conventos, invasões de templos e vigilância contra bispos passaram a ser a resposta do governo.

Doze dos quinze processos dirigidos exclusivamente contra membros da Igreja Católica, processos estes resumidamente retratados na obra *Brasil: Nunca Mais* (1985,149-154) teve início em 1968 e anos seguintes, o que comprova que o clima entre os poderes civil e eclesiástico era bastante conturbado no período assinalado.

A postura observada entre os membros da cúpula do Catolicismo brasileiro, durante a vigência do militarismo, não foi uniforme. O espírito combativo adotado pela hierarquia no momento em que se verificou o enrijecimento do regime contrasta com o comportamento observado entre boa parte das autoridades eclesiásticas, nos primeiros anos após o golpe. Segundo consta, em tal período, alguns prelados chegaram a acolher denúncias contra padres.

A questão relativa aos direitos humanos foi uma das maiores preocupações dos membros da hierarquia eclesiástica. A violência inerente à ditadura provocava constantemente a violação de tais direitos. A injustiça social, conseqüência imediata da política econômica adotada pelos militares, provocou igualmente inquietação entre os membros do clero. Com o intuito de amenizar esta questão e tantas outras oriundas das estruturas vigentes, a cúpula do Catolicismo brasileiro passou a orientar suas ações a partir de instituições como as Comissões Justiça e Paz, a Comissão Pastoral da Terra e o Conselho Indigenista Missionário.

Este comportamento chocou-se com o idealizado pelos militares, segundo o qual caberia à Igreja apenas a formação das consciências no foro íntimo, sendo-lhe, portanto, vetado qualquer tipo de intervenção ou ingerência em questões de justiça e de solidariedade humana.

A perseguição à imprensa, neste contexto da ditadura, se intensificou. O progresso tão alardeado no país produziu um ônus que está sendo pago até hoje. A riqueza de uma minoria foi construída sobre a miséria e a ignorância da maioria da população. Educação e consciência pra quê? Uma população ignorante e sem senso crítico seria mais fácil de manipular. E foi isto que aconteceu. E foi por isso que tantas vidas se perderam. E foi por isso que

jornalistas que queriam informar foram perseguidos. Os jornais e revistas foram censurados, rádios e televisões amordaçadas.

O jornal *O SÃO PAULO* foi um veículo de comunicação importantíssimo para a Igreja de São Paulo e para o Brasil. Mesmo com toda perseguição, a luta pela liberdade aconteceu na arquidiocese. Qualquer artigo destinado a conscientizar a população era censurado. Em poucas oportunidades no período do regime militar a imprensa nacional conseguiu uma chance para se posicionar em relação às arbitrariedades cometidas contra a população brasileira

A imprensa católica da arquidiocese de São Paulo juntamente com seu bispo D. Paulo Evaristo Arns foram perseguidos e difamados. O jornal *O São Paulo*, criado em 1956, foi censurado inúmeras vezes. As notícias censuradas foram substituídas por anúncios do próprio jornal e, muitas vezes, por salmos e até receitas de bolo. A censura prévia foi baseada em leis impostas aos meios de comunicação e a população sem direito de manifestação. Reivindicar foi insubordinação grave reprimida com a violência própria do regime.

O Presidente Médici confirmou a censura prévia que foi publicada no *Diário Oficial da União* no dia 20 de junho de 1973. O MDB tentou convocar o Ministro Alfredo Buzaid para falar sobre a censura. A tentativa foi obstruída na Câmara dos deputados pela ARENA que rejeitou o pedido. O líder da Arena, Geraldo Freire se pronunciou sobre a legalidade do ato presidencial. Alegou ele que era um ato que defendia os ideais da Revolução.

Estavam liberadas as matérias que contrariamente a verdade praticada na arquidiocese de São Paulo invertia os fatos demonizando suas ações. Assim fez o jornalista Salomão Jorge na *Seção Livre* do dia 9 de abril de 1972 do jornal *O Estado de São Paulo*. A matéria foi publicada com o título *A Cúria Metropolitana e a Imprensa*. É uma matéria extensa e cheia de citações do Magistério da Igreja e dos Evangelhos. Mas deturpando a realidade e utilizando comentários de um bispo que foi conivente com regime militar. Esta matéria elencou uma diversidade de assuntos comentados na época como divórcio, celibato. Mas nela o tom desmoralizador se endereçou a pessoa de D. Paulo e ao semanário da arquidiocese *O*

São Paulo que já incomodava o regime militar. A ação da Igreja Católica que passou a tomar partido dos oprimidos precisava cessar.

Todos os textos censurados foram encontrados através desta pesquisa. A grande maioria trata da temática operária. Após a total organização e análise crítica dos artigos o pesquisador pretende publica-los como ato de devolução a todos os cidadãos que tem o direito de ler e refletir sobre este período de ausência da democracia no Estado brasileiro. Narrativas que ficaram ausentes devido a censura que voltaram como novas receitas de bolo. Receitas para uma contribuição neste permanecer democrático.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1985)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

AQUINO, Maria Aparecida et alii. *Dossiês DEOPS/SP: Radiografia do Autoritarismo Republicano Brasileiro*. v. 3. São Paulo: AESP - Imprensa Oficial do Estado. 2002.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais – Um relato para a historia*. Petrópolis: Vozes, 1985.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Minorias Silenciadas: Historia da Censura no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial.

FESTER, Antonio Carlos Ribeiro. *Justiça e Paz Memórias da Comissão de São Paulo*. São Paulo: Loyola, 2005.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada – Escancarada – Derrotada - Encurralada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002-2003-2004, v.1, 2, 3, 4.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1987.

PRANDINI, F. – PETRUCCI, V. A. – DALE, R. *As relações Igreja-Estado no Brasil*. São Paulo: (CPV)/Loyola, 1986. 6 vols.

REIS, Daniel Aarão. *Igreja e Ditadura*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra*. Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

SOUZA, Ney. *Catolicismo em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 2004.

_____. Entre a Contestação e a Convivência. Censura ao Jornal 'O São Paulo' Durante o Regime Militar (1964-1985). *História e Ética: XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – ANPUH/CD-Rom, 2009.

O CONFLITO DE GERAÇÃO E O CONFLITO POLÍTICO NA OBRA *RASGA CORAÇÃO* DE VIANNINHA

Pâmela Peregrino da Cruz
Mestranda UFF

1 - Introdução:

Partindo da problematização do esteriótipo que associa juventude à rebeldia esse trabalho analisa o conflito de gerações presente no texto teatral *Rasga Coração* de Oduvaldo Vianna Filho (1936-1974). Busco verificar: qual é a juventude apresentada por Vianninha? É uma força de transformação ou de continuidade? Qual a substância, qual o conflito social mais profundo, que subjaz o conflito de gerações da obra?

Rasga Coração foi escrita pouco após a explosão estudantil de 1968 e, segundo o próprio Vianninha, tinha como objetivo refletir sobre a questão do novo e do revolucionário. O enredo se sustenta no conflito de geração entre pai e filho, incluindo ainda as memórias do pai quanto a geração anterior. Para realizar uma análise mais profunda da peça e do conflito de gerações apresentado é importante primeiro estabelecer mais claramente o significado de cada conceito.

2 – O Conceito de Juventude e o conflito de gerações

Segundo Pierre Bourdieu, as divisões entre as idades são arbitrárias (BOURDIEU, 1983:112), portanto não são naturais, mas sociais. Sendo assim, não é possível considerar juventude como um conceito dado e óbvio, inclusive porque “nem sempre se pensou o jovem como adolescente ou atribui-se a ele um peso social como vemos no presente século”(CAVALCANTE, 1981:11). Mas, “somente do século XIX em diante é que formou-se uma consciência e uma preocupação específica com a juventude, enquanto parcela mais nova da população”(IDEM). Cavalcante evidencia que a juventude é um conceito histórico e não estático, que se desenvolve e pode, em cada contexto específico, possuir um conteúdo social distinto.

Segundo Bourdieu, a juventude, assim como o seu duplo, a velhice, “não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos” (BOURDIEU, 183:113). Luta que se realiza pelo poder, Bourdieu afirma que a divisão entre jovens e velhos é uma divisão de poderes (IDEM: 112), manter os filhos em um estado de juventude, no sentido de irresponsabilidade, teria sido uma forma de atrasar a pretensão à sucessão, enquanto, da mesma forma, atribuir aos pais o estado de velhice teria sido uma forma de acelerar a pretensão à sucessão. Esta lógica que Bourdieu extrai de Georges Duby tem sua origem na análise da nobreza medieval, entretanto, embora não da mesma forma, esclarece aspectos da dicotomia jovem-velho ainda nos dias de hoje.

Estes limites e estes papéis sociais definidos para os jovens ou velhos não são os mesmos para todos os jovens e todos os velhos. É necessário reconhecer que existem várias juventudes distintas das quais se pode falar, assim como várias velhices. Bourdieu vai mais a frente e afirma que considerando que não é possível falar em uma única juventude, mas várias, falar dos jovens como um grupo definido com interesses comuns é uma forma de manipulação. O divisão mínima que é necessária de ser feita é em duas juventudes: a burguesa e a operária. Assim como Bourdieu, Cavalcante também considera um problema a análise que se baseia somente na oposição jovens-velhos, devido ao “caráter altamente abstrato da mesma, pois pode ocasionar um empobrecimento da análise ao equalizar indivíduos a partir de critério etário”(CAVALCANTE, 1987:14). Portanto, pensar o conflito de gerações tendo o critério etário como central constitui um problema, uma vez que cada geração não é homogênea, mas, de acordo com Bourdieu, no mínimo duas. Não podemos falar do conflito entre a classe média mais velha e a juventude proletária, ou vice-versa, como um mero conflito de gerações ignorando a questão de classe. E para a classe proletária, classe a qual pertencem os protagonistas da peça de Vianninha, é interessante ter em mente a que, segundo Bourdieu “muitos conflitos de geração são conflitos entre sistemas de aspiração constituídos em épocas diferentes. Aquilo que para a geração 1 foi uma conquista de

toda uma vida, é dado imediatamente, desde o nascimento, para a geração 2.” (BOUDIEU, 1983:118)

Muitas famílias esperam de seus filhos mais do que o que realmente está em seu alcance, pois pensam a importância que os títulos possuíam em sua época, e não na época de seus filhos. E neste ponto cabe uma importante advertência de Cavalcante

O ‘conflito de gerações’ é um ponto de referência complicado. Contém, por um lado, um elemento fortemente psicológico de interpretação por atribuir à juventude uma rebeldia de origem psicogênica: por outro lado, tem uma componente histórica que nos faz entendê-lo como uma experiência social datada (CAVALCANTE, 1987:15).

Portanto, não podemos nunca analisar um conflito de gerações simplesmente como um conflito etário. É preciso perceber que cada conflito de gerações é histórico, devendo ser analisado de acordo com determinados contextos históricos, em determinada formação social, em determinada classe social. Não podemos presumir um elemento psicológico a-histórico eterno, como se a juventude fosse rebelde em qualquer sociedade, em todos os períodos e classes sociais.

3 – O Conflito de Gerações em *Rasga Coração*

A peça *Rasga Coração* gira em torno dos conflitos entre Manguari Pistolão, militante comunista que trabalha em uma repartição pública, nascido na década de 1910, e seu filho Luís Carlos (notar a expectativa política do pai frente ao filho, ao dar-lhe o mesmo nome de Prestes) mais frequentemente chamado de Luca, nascido em 1954 e estudante, no ano do vestibular. Ao mesmo tempo, a peça tem como pano de fundo a década de 30, com os conflitos entre Manguari e seu pai (chamado de 666 por ser seu número como fiscal do Serviço de Saneamento do Rio de Janeiro), que encontra o integralismo ao mesmo tempo em que o primeiro inicia sua militância comunista.

A peça foi escrita em 1974 no Rio de Janeiro, mas se passa em 1971 na mesma cidade. É interessante notar que Vianninha foge dos esteriótipos, Luca não se encaixa nos extremos apresentados por Bourdieu, não é nem a imagem do jovem proletário que sofre a pressão do mundo do trabalho (mesmo que indiretamente) e nem o jovem burguês de vida fácil. É um jovem proletário, sua família conta cada centavo das compras, vive em apartamento alugado e não tem dinheiro para fazer as reformas necessárias. Porém, apesar de todas as dificuldades financeiras, Manguari quer que o filho estude e tenha toda a liberdade que seu pai não lhe permitiu. Portanto Luca não precisa trabalhar e pode fazer o seu caminho.

Na peça, a juventude não é utilizada como uma forma de manter o filho no lugar (embora a relação pai-filho seja usada, tanto por 666 quanto por Manguari, como recurso de autoridade para o filho responder ou obedecer), pois Manguari quer respeitar a juventude do filho de uma forma que não foi respeitado por 666. Entretanto, a dimensão de luta da qual fala Bourdieu se faz presente no discurso de Luca, que usa diversas vezes do conceito de "velhice" para qualificar Manguari como ultrapassado.

Rasga Coração foi escrita no contexto pós maio de 1968 e adota um prisma essencialmente político. O conflito de gerações na peça entre Manguari e Luca é, de certa forma, uma radicalização do conflito entre a geração de militantes anterior à maio de 68 e a geração que constituiu o movimento estudantil desse momento (e os chamados novos movimentos sociais deste então). A peça pode inclusive, em certa medida, ser considerada uma resposta à esta geração do movimento estudantil.

Manguari é um representante da velha guarda do movimento comunista brasileiro e seu discurso se funda em ações políticas coletivas ao longo de toda sua vida, sempre buscando a transformação social. O pai de Manguari, da mesma forma, mas em um sentido oposto, encontra o integralismo como forma de também promover uma ação política, mas que, em certo sentido, é voltada para o passado, para a manutenção da moral e contra as transformações sociais em curso durante o governo de Getúlio Vargas. Já Luca, não desenvolve o potencial político crítico esperado

por Manguari, mas sim uma vertente isolacionista e, em certa medida já pós-modernista (apesar de ainda estarmos em 1974 na vida real e 1971 na peça). Luca não se volta para a transformação social, mas para um estilo de vida, uma transformação de seus próprios comportamentos, que se funda mais no passado do que no futuro, na rejeição da modernidade, da ciência, da civilização e até da razão. O conflito de geração Luca-Manguari é o conflito entre estas novas perspectivas de críticas sociais e o marxismo/comunismo. Por isso Vianninha afirma: “quis fazer uma peça que estudasse as diferenças que existem entre o ‘novo’ e o ‘revolucionário’. O ‘revolucionário’ nem sempre é novo absolutamente e o novo nem sempre é revolucionário” (VIANNA FILHO, 1980). O marxismo não é absolutamente novo, sua origem remonta ao século XIX. Mas é importante perceber que Vianninha não diz que o marxismo não é novo, mas que não é *absolutamente* novo, ou seja, enquanto ainda vivermos em uma sociedade capitalista o marxismo e o comunismo sempre serão, em certa medida, novos, pois sempre poderão oferecer uma crítica social voltada para a transformação e construção de uma nova sociedade. E o novo, estas novas perspectivas críticas, não são necessariamente revolucionárias por serem novos. Podem mesmo assim exercer efeitos conservadores. Mas isto não significa que este novo não-revolucionário não tenha nada para apresentar. Segundo Vianninha, estes movimentos “apesar de apresentar soluções antigas, percebe, detecta problemas novos, que os sistemas revolucionários organizados têm dificuldade em absorver, principalmente quando atravessam fases de subestimação da teoria e criação da consciência humana” (IDEM). Ou seja, os novos movimentos apresentam questões que as vulgares concepções dogmáticas do marxismo não são capazes de responder porque se fossilizaram em um quadro conceitual estático e não-dialético, perdendo a característica de método de investigação do real. Ou como Camargo Moço, jovem comunista que, de certa forma, é o personagem a apresentar a perspectiva de Vianninha na peça, afirma para Manguari Pistolão:

Vocês descobriram uma verdade luminosa, a
luta de classes, e pronto, pensam que ela

basta para explicar tudo... A tarefa nossa não é esperar que uma verdade aconteça, nossa tarefa é descobrir novas verdades, todos os dias... Acho que vocês perderam a arma principal: a dúvida (IDEM: 67).

O conflito se desenvolve através de vários climáx e conciliações até a explosão final que põe fim à peça. Nos primeiros conflitos, Manguari sempre banca a liberdade de escolha do filho por não querer ser como seu pai. O conflito central começa se erguer com a notícia que o diretor da escola o (ex?) integralista Castro Cott proibiu a entrada de alunos do sexo masculino com cabelo grande e a união de Manguari e Luca para lutar para reverter esta situação (com a esperança de Manguari que, a partir deste momento, Luca passe a se interessar mais por política). Mas as coisas não vão tão bem quanto o desejado e Manguari - após tentar soluções individuais, que são sempre rejeitadas por Luca - estrutura um plano de luta para derrubar a proibição. Em torno do plano de luta estabelece-se o conflito final. A princípio Luca apoia o plano de Manguari, mas a partir da crítica feita a este plano por Milena (que representa o lado mais politizado desta novas perspectivas políticas) muda de ideia e a apoia com suas propostas de ação direta. Mas os planos de sua namorada não dão certo e eles são expulsos da escola. A partir daí se torna evidente que não há como haver conciliação entre as posições de Manguari e Luca, que radicalizam suas diferenças com Manguari percebendo cada vez mais o conservadorismo da posição de Luca. Este passa inclusive a ir na porta das fábricas denunciar aos trabalhadores o quão nocivo ao meio ambiente é o produto que produzem e exigir que larguem seus empregos! Ao mesmo tempo, Luca passa a ver o pai cada vez mais como um fóssil do passado e decide não mais fazer vestibular, universidade e nem trabalhar, sugerindo inclusive que o pai faça o mesmo.

A solução do conflito central da peça gira exatamente em torno desta questão: o trabalho. Não aguentando mais ser visto como um morto, Manguari põe Luca para fora de casa diante de sua recusa de estudar, momento em que fica claro a impossibilidade material da

proposta de Luca e o quanto o emprego público de Manguari, emprego que ele tanto desprezava e sugeria que este largasse, era justamente o que permitia e sustentava o seu estilo de vida. Ele que tanto bradou contra o trabalho passa agora a precisar trabalhar, pois não pode mais viver do trabalho do pai e entra em desespero, percebendo que não tem mais para onde ir.

4 – Conclusão

Agora, após a análise da peça podemos retomar as questões do início do trabalho. Primeiramente, qual é a juventude apresentada por Vianninha? É representada por Luca, o estudante secundarista proletário que se comporta como burguês e sua namorada, Milena, esta sim efetivamente de classe média. É curioso que a politizada é a personagem da classe média, enquanto o proletário rejeita a proposta política do pai e segue a política da namorada sem muita reflexão. Como se Vianninha quisesse dizer que estas novas perspectivas críticas que estouraram no movimento estudantil fossem contestatórias do capitalismo somente na aparência, mas seu substrato fosse burguês. Isto nos traz a segunda questão formulada inicialmente: essa juventude específica é apresentada como uma força de transformação ou de continuidade? Na peça a juventude tanto através de Luca, quanto de Milena é apresentada como, apesar de sua dimensão contestatória (ou talvez justamente por sua dimensão contestatória), uma força de continuidade e não de transformação. Embora isso se refira a maioria da juventude, mas não toda. Camargo Moço, o jovem comunista, é apresentado como uma espécie de síntese entre o comunismo da geração anterior e as novas questões colocadas pela nova geração. Apesar de não ser muito presente na peça possui um papel fundamental, tanto por apresentar uma alternativa, quanto por tirar o foco do simples conflito de gerações ao responder à Manguari:

Não saco muito conflito de gerações, sabe? Pra mim, o importante não é o conflito de gerações, é a luta que cada geração trava dentro de si mesmo... Eu sou da geração de seu filho, pô, mas sou outra pessoa (IDEM: 67).

Portanto, Camargo Moço coloca que a questão central não é faixa etária, mas uma questão política (colocação com a qual Vianninha devia concordar). Dessa forma alcançamos a terceira questão: qual a substância, qual o conflito social mais profundo, que subjaz o conflito de gerações da obra? Creio que esta questão já foi respondida ao longo da análise, o prisma segundo o qual Vianninha analisa o conflito de gerações é o prisma político. A questão que o motiva a escrever a peça é uma questão política. Este substrato é o conflito entre o marxismo/comunismo e as novas perspectivas críticas, concluindo a peça em defesa do primeiro.

5 - Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. “A juventude é apenas uma palavra”. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. “O Mito da Rebeldia da Juventude: uma abordagem sociológica”. In: *Educação em Debate*, Fort, 13 (1): jan/jun, 1987, p. 11-23.

MANNHEIN, Karl. *Diagnóstico de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

VIANNA FILHO, Oduvaldo. *Rasga Coração*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, 1980.

A JURISDIÇÃO EPISCOPAL NO TRIBUNAL E CLESIÁSTICO DE MARIANA: ALGUNS ELEMENTOS ESTRUTURAIS E CONJUNTURAIS DA ATUAÇÃO DOS JUÍZES ECLESIASTICOS NO SÉCULO XVIII

Patrícia Ferreira dos Santos⁶³⁰
Mestre em História Social -USP
psantos@usp.br

A jurisdição da Igreja sobre os crimes no século XVIII sofreu a influência de alguns elementos estruturais, que conformaram o exercício da jurisdição no mundo europeu defrontado às potencialidades das conquistas. O século XVI é um marco importante na compreensão da constituição gradativa de um arcabouço jurídico para orientar a manutenção da ordem metropolitana implantada na América Portuguesa. As concordatas originadas, a partir daquela centúria, das negociações entre sucessivos papas e monarcas lusitanos influenciariam a configuração de forças e o panorama normativo dos Setecentos.

Nesta comunicação consideramos este cenário estrutural de negociações e conflitos entre a realeza de Portugal e o papado, para observar a sua aplicação local: a ação dos agentes judiciários que buscaram ora ampliar, ora manter a sua jurisdição, não sem prescindir de estratégias. Estas circunstâncias conjunturais são detectáveis a partir da análise da documentação gerada pelos representantes episcopais em sua faina judiciária no tribunal eclesiástico de Mariana no século XVIII.

Tomando por foco a jurisdição episcopal sobre os crimes, defrontamos um dos mais célebres corolários do conjunto de direitos e prerrogativas reais sobre os negócios eclesiásticos: os conflitos entre os agentes da justiça, eventos que perduram no tempo, e têm muito a nos revelar sobre as práticas judiciárias e o exercício da jurisdição sobre os crimes nas circunscrições da América Portuguesa.

⁶³⁰ Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, a Fapesp, o apoio financeiro que garante a continuidade desta pesquisa.

1. Instituições modernas e elementos estruturais nas relações entre a Igreja e o Estado

A configuração de forças observada no âmbito judiciário da sociedade setecentista deve muito às ações implementadas no século XVI, quando o resultado de algumas negociações da diplomacia lusitana junto à Santa Sé passaram a orientar a autoridade dos reis sobre as dioceses fundadas nos novos espaços de colonização. Esta nova ordem tocava diretamente a jurisdição da Igreja sobre os crimes, e, desta forma, o exercício do poder episcopal nas localidades das conquistas americanas.

Nas vilas que nos novos territórios se fundava, houve uma intensa atuação da Companhia de Jesus, com uma função catequizadora e reafirmadora do pacto entre o Estado e a Igreja. Esta ordem religiosa foi criada quase à mesma altura em que a autoridade episcopal era exaltada no influente concílio de Trento, estreitamente ligado à Reforma Católica. As deliberações canônicas deste concílio, realizado entre 1545 e 1563 expunham a crise da Igreja. A Santa Sé se via pressionada ante desafios como o protestantismo, que avançava agressivo pela Europa, a proliferação das heresias e as críticas do humanistas cristãos, sem falar na constante luta contra os muçulmanos e o judaísmo. O real padroado, um conjunto de direitos e prerrogativas de grande valor jurídico concedido ao rei de Portugal pelo papado, atingiu um apogeu nesta época, mediante intenso trabalho da diplomacia portuguesa, com dispendiosas negociações que visavam sobretudo o cobiçado direito de apresentação dos bispos nas dioceses do ultramar.⁶³¹

Aponta-se que o papado, insatisfeito com a forma como vigoravam as concordatas acerca dos negócios eclesiásticos, esboçou tentativas de atenuar a melindrosa situação. A *Propaganda Fidei*, criada em 1622, era um movimento missionário ligado aos cardeais

⁶³¹ KANTOR, Íris. *Pacto festivo em Minas Colonial: a Entrada Triunfal do primeiro bispo na Sé de Mariana*. São Paulo: 1996. (Dissertação de Mestrado). FFLCH/USP, pp. 52-53; “O Padroado e as missões católicas”. In: Charles Ralph Boxer. *O Império Marítimo Português: 1415-1825*. Trad. Anna O.B. Barreto. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 242ss. KUHNEN, Alceu. *As origens da Igreja no Brasil: 1500 a 1552*. Bauru: Edusc, 2005, pp. 15-27; 67-95; 240-263. FARINHA, A. D. O Norte da África. In: BETHENCOURT, F; CHAUDHURI, K. *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p.118.

da Santa Sé, propiciando o envio, a algumas regiões africanas e asiáticas, de missionários não lusitanos, e não subordinados ao rei de Portugal. Houve, nesse sentido, episódios de tensão e rupturas diplomáticas entre a coroa lusitana e o papa.⁶³²

Em 1748, a conquista do Título de Fidelíssimo para Dom João V e seus antecessores, selava um novo acordo, finalmente equiparando a realeza de Portugal à da Espanha e da França. Esta década, no entanto, fez-se acompanhar de reveses administrativos, financeiros, institucionais no Reino. A chegada maciça do ouro das Minas ao Reino foi um fator de imenso peso econômico e social. Trouxe facilidades à coroa portuguesa nos planos financeiro e político e foi administrada de forma diferenciada pelos reis Dom João V e seu filho e sucessor, Dom José I. O fausto barroco foi associado à época joanina. Dom João V incorporava uma manifestação fulgurante de absolutismo, diferente do exercido no reinado josefino entre 1750-1777. O reinado joanino, imbuído de um caráter mais pragmático, não apresentou grande preocupação com a doutrina, mas sem excluir a manutenção dos privilégios do Reino.⁶³³

Para administrar o império crescente, uma espécie de armadura ministerial, conforme apontou Raimundo Faoro, se aglutinava em torno do rei: o conselho de Estado – por ele presidido; e colégios, tribunais e mesas, teriam as competências traçadas pelo soberano. Com essa organização colegiada, não era raro que se retardassem ou distorcessem decisões. O sistema era arrimado, em sua base, pelos privilégios, distribuídos entre a fidalguia, os letrados e o clero.⁶³⁴

Nos diferentes lugares da conquista, não eram raros os desentendimentos entre as autoridades locais. A diocese de Mariana não fugiu a tais tendências. O auditório eclesiástico provocava

⁶³² KANTOR, Iris. Op. Cit., p. 53; AZEVEDO, T. *Igreja e Estado em Tensão e Crise: a conquista espiritual e o Padroado na Bahia*. São Paulo: Ática, 1978, p. 18.

⁶³³ ALMEIDA, L. F. de. “O absolutismo de Dom João V”. In: _____. (org.). *Páginas dispersas: estudos de história moderna de Portugal*. Coimbra: Instituto de História Econômica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995, pp. 189-191.

⁶³⁴ FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2004, vol.1, p. 179-180.

conflitos entre as autoridades judiciárias e seculares. Em 1751, Dom Frei Manuel da Cruz relatava a Dom João V que o vigário da vara da comarca de Vila Rica queixava que o ouvidor de Vila Rica, Caetano da Costa Matoso, prendera um porteiro provido pelo bispo no juízo eclesiástico “tendo-o preso na enxovia perto de quarenta dias sem lhe formar culpa”. Ao substituí-lo, “por um rapaz na falta de porteiro para apregoar uma ou duas vezes na audiência, o mandara também prender sem lhe formar culpa”, e também “o tivera preso na enxovia mais de quarenta dias, de que resulta estar aquele juízo eclesiástico sem porteiro até o presente e a jurisdição eclesiástica nesta parte, oprimida e ofendida”. Asseverava o bispo que punha a questão na “real presença de Vossa Majestade, representando juntamente seja servido mandar dar providência pronta”, evitando “padeça a jurisdição eclesiástica violências, e os vassallos de Vossa Majestade, vexações, sendo presos, e retidos na cadeia tanto tempo sem culpas”⁶³⁵

Da mesma forma constituiu farto material para extensos processos julgados no auditório episcopal os debates travados entre a Mitra diocesana e alguns cônegos do cabido de Mariana e párocos colados da diocese. Com motivações bastante simples, à superfície, as demandas entre aqueles eclesiásticos originaram enormes e dispendiosos processos tramitados no juízo episcopal, e sobre os quais não raro, interveio a coroa, através das juntas de justiça composta pelo governador da capitania, o provedor da Fazenda e o próprio ouvidor da comarca de Vila Rica.

O conflito entre as autoridades não passou despercebido aos estudiosos da administração. Raimundo Faoro acusava o parasitismo do estamento burocrático na América Portuguesa. Parasitismo ou consumo improdutivo que transmitia prestígio, um instrumento de poder entre os pares e o Príncipe, e sobre as massas. Imbuídos de poder e representando o rei, os oficiais pretendiam exercer fiscalização sobre o clero. Neste caso,

⁶³⁵ COPIADOR de cartas particulares do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. Frei Manoel da Cruz, Bispo do Maranhão e de Mariana (1739-1762), fl.128-128v. Transcrição, organização e notas de Aldo Luiz Leoni, do Códice custodiado pelo Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, fl. 139. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2003.

como compreender as contestações dos párocos e do cabido à autoridade episcopal? Para Fernando Torres-Londoño, a fragilidade econômica remetia o clero, já atrelado à rede de poderes, a certas alianças que o levavam a, por vezes, escapar ao controle do bispo. Os padres situavam-se em meio a pressões institucionais da Igreja e do Estado.⁶³⁶

A farta documentação pública, particular e escriturária dos bispos de Mariana, evidencia que a justiça foi, a um só tempo, um trunfo destes dignitários e um ponto fraco, por ser também uma arma de controle do governo episcopal. Muitas vezes, em oposição aos agentes reais, erguiam-se figuras chave no governo episcopal: o vigário geral, juiz responsável pelo juízo eclesiástico. A administração episcopal englobava essa dinâmica de diplomacia e conflitos com poderes locais, agentes reais, corte e conselho Ultramarino. O governo episcopal pressupunha, além da função evangelizadora, a administração da justiça e das culpas⁶³⁷. A função judiciária era rendosa e prestigiosa. Propiciou ao Tribunal Eclesiástico a arrecadação de ricos montantes, e cabedal de cargos eclesiásticos para serem providos pelo bispo, para favorecer seu devido funcionamento e ministério.

A coroa, ao mesmo tempo em que possuía interesse direto no funcionamento eficaz deste sistema, vivia ressabiada da influência do chamado “Estado eclesiástico”. Suas suspeitas eram alimentadas pelas constantes representações dos edis dignitários, e párocos colados, forçando sucessivos bispos a elaborarem também as suas estratégias para exercer alguma autoridade em meio aos diversos poderes coloniais.

BIBLIOGRAFIA

COPIADOR de cartas particulares do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. Frei Manoel da Cruz, Bispo do Maranhão e de Mariana (1739-1762), fl.128-128v. Transcrição, organização e notas de Aldo Luiz Leoni, do Códice custodiado pelo Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, fl. 139. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2003.

⁶³⁶ “Paróquia e comunidade na representação do sagrado na colônia”. In: TORRES-LONDOÑO, Fernando. (Org.) *Paróquia e Comunidade no Brasil: Perspectiva histórica*. São Paulo: Paulus, 1997, p. 84-87.

⁶³⁷ SANTOS, Patrícia Ferreira dos. *Poder e palavra: discursos, contendas e direito de padroado em Mariana (1748-1764)*. Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Capítulo 1.

- ALMEIDA, L. F. de. “O absolutismo de Dom João V”. In: _____ . (org.). *Páginas dispersas: estudos de história moderna de Portugal*. Coimbra: Instituto de História Econômica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995.
- AZEVEDO, T. *Igreja e Estado em Tensão e Crise: a conquista espiritual e o Padroado na Bahia*. São Paulo: Ática, 1978, p. 18.
- BOXER, Charles Ralph. *O Império Marítimo Português: 1415-1825*. Trad. Anna O.B. Barreto. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2004, vol.1, p. 179-180.
- FARINHA, A. D. O Norte da África. In: BETHENCOURT, F; CHAUDHURI, K. *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p.118.
- KANTOR, Íris. *Pacto festivo em Minas Colonial: a Entrada Triunfal do primeiro bispo na Sé de Mariana*. São Paulo: 1996. (Dissertação de Mestrado). FFLCH/USP.
- KUHNEN, Alceu. *As origens da Igreja no Brasil: 1500 a 1552*. Bauru: Edusc, 2005.
- SANTOS, Patrícia Ferreira dos. *Poder e palavra: discursos, contendas e direito de padroado em Mariana (1748-1764)*. Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- TORRES-LONDOÑO, Fernando. (Org.) *Paróquia e Comunidade no Brasil: Perspectiva histórica*. São Paulo: Paulus, 1997.

CLÉRIGOS, LIVROS E VIDA MATERIAL NAS MINAS GERAIS OITOCENTISTAS

Paulo Vinicius Silva de Santana
Mestrando em História Social da Cultura UFMG
Financiado pelo CAPES
Orientadora: Doutora Adalgisa Arantes Campos

Os estudos que tem a problemática da posse de livros no Brasil ganharam fôlego nos últimos anos. A alternativa encontrada pelos historiadores, na maioria das vezes, foi a análise quantitativa das obras que tinham sua posse e circulação registradas de alguma forma na documentação das diferentes épocas.

No campo internacional estes autores se destacam no que diz respeito à produção de obras que versam à respeito do mesmo tema. Chartier tem volumosa produção nesta temática, destacando-se pelo seu *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*⁶³⁸, mas o autor é principalmente lembrado pelo seu *História Cultural: Entre práticas e representações*⁶³⁹, em que ele além do tema da leitura trata de uma gama maior de outras questões. Robert Darnton em seu *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*⁶⁴⁰ trabalha a questão dos livros dentro da ótica do “círculo de leitura”. A importância de tal estrutura é avaliada pelo autor da seguinte forma⁶⁴¹

Nossa pesquisa utiliza métodos quantitativos para analisar as posses materiais, e mais detidamente os livros. Os inventários *post mortem* são nossas fontes principais. Devemos sempre deixar claro que o que analisamos aqui são os “instantâneos” da morte, com pouco acesso a outros tipos de fonte. Mesmo assim, podemos

638 CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. Trad. Álvaro Loencini. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

639 CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

640 DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

641 *Ibidem*, p. 131.

concluir, até este ponto, que diferente do que Eduardo Frieiro constatou nos livros do seu cônego o inconfidente Luis Vieira da Silva.⁶⁴² em nossa análise entraremos no universo da natureza das obras presentes dentro de cada biblioteca.

Os sujeitos do nosso estudo, os padres, são um grupo representativo desses possuintes de livros, a partir do momento em que seu ofício estava intimamente ligado à cultura escrita, numa situação em que tanto sua formação filosófica quanto teológica partiam de pressupostos ligados a encadeamentos de vastas séries de tratados e manuais de conduta e procedimentos clericais. O século XIX por sua vez é uma época pertinente para o estudo da posse de livros devido a sua peculiaridade do ponto de vista de transições das mais diversas formas. Tanto do ponto de vista da produção de livros nacionais, quanto do ponto de vista de um mercado consumidor mais urbano centrado na sede da Coroa, além de transformações profundas do ponto de vista político e econômico. Nossa estratégia para o desenvolvimento da pesquisa é a associação entre a posse de livros, o perfil econômico dos possuintes, o entendimento dos mesmos dentro da instituição da igreja católica e finalmente a produção de uma teoria geral explicativa da relação entre essas variantes.

Nesse sentido nossas conclusões preliminares são as seguintes:

Os padres ligados aos setores agropecuários obteriam seus livros de forma mais fácil do que se comparado aos clérigos do primeiro grupo e por pertencerem a uma categoria de certa forma “emergente” demonstrariam que dentro dos livros que adquiriam demonstrariam uma liberdade maior. Desta forma temos estas duas classes de atuação econômica como chave para se entender o contexto em que aconteciam as trocas e de que maneira acontecia essa conformidade entre fatores econômicos e sócio-culturais. Tal grupo representa a nossa classe dos detentores dos meios de produção vinculados ao abastecimento tanto do importante mercado interno da capitania de Minas quanto a manutenção das outras

642 FRIEIRO, Eduardo. *Op. Cit.*, p. 20.

capitanias, notoriamente a do Rio de Janeiro, principalmente no século XIX.

Em nossa amostra de estudo, referente à região de Mariana, percebemos também, que com o passar dos anos e com o desenvolvimento de diferentes atividades econômicas que iam desde as vinculadas a relativamente decadente mineração, os vinculados as atividades agropecuaristas, aumenta a presença de um grupo que tem muito a ver com a sofisticação do mercado mineiro. Aparecem em um número mais consistente os padres que desenvolvem as atividades pecuniárias. Um volume que se ressalta mais pelo número de pessoas que se vinculavam a essas pessoas do que pelo volume de dinheiro emprestado.

Mas qual seria a relação desta série de dados com o lugar dos livros dentro do monte-mor? Esta questão é válida ao nos voltarmos para os números relativos aos livros nos acervos pessoais dos padres. Numa escala de quantidade de itens os padres de nossa demonstração são muito diferentes. Joaquim detinha 106 livros no momento de sua morte.⁶⁴³ De longe é o com o maior número de publicações em suas mãos, se formos pensar essa diferenciação talvez a explicação resida no fato de a natureza de seus bens estarem em uma base mais flutuante. Comparando-o com o outro padre que tem um perfil econômico parecido (Padre Manuel) percebemos que o número reduzido de livros (7) acaba por salientar seu diferencial que é o valor médio maior.⁶⁴⁴ O motivo seria que devido a pouca possibilidade de se ter uma vasta biblioteca forçasse aos padres mais pobres a adquirirem apenas as obras de maior valor de mercado⁶⁴⁵ devido a sua maior procura pelos leitores.

Podemos traçar então um paralelo entre a tão falada rede clientelar e a influência da mesma nas variantes de posses de livros. Desta forma onde há aparentemente um simples determinismo

643 CSM, códice 49, Auto 1109 1º Ofício.

644 Média de Manuel= 1885,714 reis, Média de Joaquim: 911,6 reis. CSM, códice 121, Auto: 2534 1º Ofício. CSM, códice 49, Auto 1109 1º Ofício.

645 Entende-se por valor de mercado aquele que é estabelecido por meio da relação entre oferta e procura. Neste sentido um livro com melhor valor de mercado seria aquele que combina escassez de oferta e alta procura.

econômico, na nossa concepção aflora um veio pertinente para a análise das relações sociais e por meio dessas a possibilidade de entendimento de parte de uma história cultural pouco obscura. Sendo assim algumas colocações referentes tanto a posse de bibliotecas, quanto ao desenvolvimento de certas redes que tornavam possível o acesso a este ou aquele tipo de obra são uma excelente contribuição para a discussão de uma história que busca a inclusão das temáticas, principalmente pelas novas abordagens teórico-metodológicas.

O texto de Antonio Manuel Hespanha e Ângela Chavier⁶⁴⁶ não trata especificamente do assunto da posse de livros. Na verdade sequer trata de algo próximo do assunto, no entanto certas estruturas que estavam presentes em séculos anteriores continuavam presentes, mesmo desprovidas da mesma clareza. Neste sentido não se trata de enxergar as redes clientelares em locais e épocas num período extremamente extenso, mas sim, por outro lado compreender as permanências em certos mecanismos sociais de uma determinada época a existência de características que surgiram já a algum tempo, mas que, apesar disso, conservaram-se devido a sobrevivências de necessidades similares as que as manterem operantes no passado, ou que, devido a outras instituições socialmente instauradas posteriormente utilizaram como metodologia de disseminação e permanência do seu poder.

Finalmente quanto aos livros religiosos constatamos brevemente que:

Os Livros Religiosos foram subdivididos em livros de ofício religioso, que são os livros ligados diretamente ao ofício de padre (**LRR**), como exemplo podemos citar os sermões e os livros de teologia. A segunda subcategoria são os livros de oração (**LRO**), aqueles que têm como função ritos de “reza” durante o dia. Incluem-se aí os breviários, horas e demais textos que sigam o mesmo sentido.

646 XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. In: HESPANHA, António Manuel. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

Já os livros Não-Religiosos são divididos em três subcategorias. A primeira corresponde a livros de Retórica e Discurso (**LNR**), que são aqui considerados os livros ligados à produção do discurso e escrita, indispensáveis para a execução dos serviços de padre. Posteriormente temos os livros de que intitulamos de Livros de Ofícios Anexos (**LNO**). Neles estão incluídos os livros de práticas médico-curativas, livros de leis (constituições, por exemplo) e demais livros que não sejam os relacionados com o discurso nem com a escrita. Temos ainda os livros que não se relacionam com nenhuma das classificações acima. São livros de literatura, enciclopédias, história e demais temas variados (**LND**). Temos ainda os livros que ou devido à grafia do escrivão, ou a nossas limitações de conhecimento não puderam ser classificados (**LNI**).

Muito diferente do que afirma Leila Algranti em *Livros de devoção, atos de censura*⁶⁴⁷ nos casos estudados aqui, as bibliotecas dos religiosos eram notadamente religiosas. Excetuando o caso do **Padre Joaquim**, pois a quantidade de livros não identificados é de quase 30%⁶⁴⁸, impossibilitando assim uma classificação mais precisa, todos os outros clérigos tem, reservado aos impressos não religiosos, uma presença pouco expressiva.⁶⁴⁹

Outro fator preponderante é a quantidade de livros que classificamos aqui como sendo os livros de ofício religioso (**LRR**). São os que têm a maioria dentro do grupo de livros religiosos, percebe-se, desta forma, o caráter pragmático das bibliotecas dos padres, do mesmo modo que demonstra um caráter menos contemplativo, ou seja, que adota mais obras relacionadas à prática religiosa, do que com as atividades de oração.

Um exemplo significativo é a presença em todas as coleções de livros que tem como objetivo servir de manual para o exercício de

647 ALGRANTI, Leila Mezan. "Circulação e posse de livros religiosos no Rio de Janeiro, 1808-1821". In: *Livros de devoção, atos de censura*. Ensaios de História do livro e da leitura na América Portuguesa (1750-1821). São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2004, p. 172.

648 CSM, Códice 49, Auto 1109 1º Ofício.

649Manoel 14%, Joaquim 30%, João 16%, Jacinto 10%.

confessor.⁶⁵⁰ Outros seriam os ligados à teologia, que serviriam de manuais para a pregação da fé dentro da doutrina Católica Apostólica Romana.⁶⁵¹

A comparação feita com os bens e a representatividade econômica dos livros dentro do inventário foi um profícuo território para se obter um panorama de cada clérigo, no sentido de entender a importância e a relação de suas possibilidades financeiras com os livros que adquiriam. Nesta ótica, a expansão que agora iremos realizar vai, para além disso, buscar a relação da constituição não-econômica, ou seja, da constituição “literária” da livraria de cada padre com sua configuração econômica.

Padre Manuel é aquele cuja quantidade de livros é a menor. Percebe-se que ele tem a maior concentração de livros na categoria ofício religioso assim, sua biblioteca seria aquela com menos possibilidade de variabilidade, tanto de títulos, quanto de temática. Dento de um mísero total de 7 livros não há espaço para livros de retórica ou discurso, nem para os livros de temas diversos, dentre eles os de história e de literatura.

Padre Joaquim é o padre com o maior número de livros, é o segundo em valor de bens descritos, e o que tem proporcionalmente o maior número de obras não religiosas, levando em conta claro o já mencionado problema das obras não classificadas. O que nos chama a atenção é o número de obras de natureza diversa. Isto talvez recorra do perfil de bens do padre. Percebemos que ele, como já mencionado e com certas ressalvas, é uma espécie de investidor em sua época. Muito provavelmente esta atividade lhe permitiu ter em mãos contatos e uma gama maior de capital, possibilitando esta diversidade de sua biblioteca.

650 Dentre os livros de Joaquim encontra-se *Conduca de Confessoens, Pratica de Penitencia*(CSM, Códice 49, Auto 1109 1º Ofício).

651 Padre Manuel, *Theologia Dogmática e Moral* (CSM, Códice 121, Auto: 2534 1º Ofício); Padre Joaquim, *Pensamento Theologico* (CSM, Códice 49, Auto 1109 1º Ofício); Padre João Alves, *Lamaga Theologia* (CSM, Códice 23, Auto: 613 1º Ofício); Padre Jacinto, *Patuzzi Theologia* (CSM, Códice 23, Auto 609 1º Ofício) dentre outros diversos exemplos.

Diversidade encontrada na livraria do Padre João. Era o com o menor monte-mor, mas que dentre os seus 19 livros havia 3 livros de literatura não religiosos. Isso é significativo da vontade pessoal e da trajetória precedente. O padre não obrigatoriamente tinha que ter uma biblioteca unicamente religiosa, e mesmo com recursos parcos era-lhe permitida alguma regalia. No entanto seus livros não religiosos tinham uma característica rígida, tratavam todos eles da moral. Não especificam claramente em seus títulos o tema da moral católica, mas devido à atmosfera religiosa da época não deviam fugir muito deste tema.⁶⁵²

Padre Jacinto era o que tinha em mãos o maior monte-mor no momento de sua morte, no entanto era o que tinha a biblioteca que pode ser considerado a mais prática no que diz respeito ao exercício de seu ofício religioso. Era também o com menor porcentagem de livros não religiosos, apenas 10% do total. E é aqui que percebemos a principal lacuna de nossa tentativa de explicação. Apesar do número elevado de obras, não encontramos neles variedade. Uma incursão na vida religiosa propriamente dita do cônego talvez confirmasse nossa desconfiança de que se tratasse de um padre mais tradicionalista que os outros.

Retomando a maneira como tratamos o tema da livraria dos clérigos aqui podemos concluir que o fator econômico era um ponto a ser considerado, mas que não é o único que interfere na escolhas dos religiosos. Poderíamos ter nos enveredado para dentro da organização familiar dos indivíduos, no entanto, pensar na tríade **perfil econômico-redes de comunicação e influência-tipificação das bibliotecas** torna, em nossa visão, devido à dinâmica que permeia seus constituintes, caminhos analíticos pertinentes para se pensar a posse de livro no Brasil.

652 Dentre estes livros podemos citar o *Mecilania Moral* que talvez se tratasse de uma obra de conteúdo variado, e da qual não encontramos registro algum (CSM, Códice 23, Auto: 613 1º Ofício).

ENTRANDO E SAINDO DA MODERNIDADE: JORGE LUIS BORGES E A SUA PRODUÇÃO LITERÁRIA VANGUARDISTA (1923-1929)

Pedro Demenech
Estudante do PPGHIS-UFES

Neste trabalho, vamos nos deter na temática do espaço urbano, pois é através dela que podemos enxergar de forma mais clara a visão da história nas poesias criadas por Borges ao longo da década de 1920. É no espaço urbano que Borges vai pensar e produzir sua obra e, ao privilegiarmos esse enfoque, não excluimos outros temas relevantes na obra borgeana. Pelo contrário, utilizamos delas para projetar melhor a relação de nosso autor com o espaço onde projeta e realiza sua obra – neste caso, a cidade de Buenos Aires, a capital da Argentina⁶⁵³.

Taxado de autor *a-histórico*, Borges foi visto como um indivíduo alheio à realidade e ao mundo que o cercava. Esta atribuição deu-se, em parte, à sua cegueira (desde os anos de 1950 a doença começaria a agravar-se⁶⁵⁴). Devido a isso, certos críticos de

⁶⁵³ Nesse período, Buenos Aires estava afetada pela idéia de progresso e desenvolvimento. A sua expansão, o surgimento dos transportes e outras técnicas que aceleram o ritmo de vida, somada à federalização, consolidaram os planos políticos do século XIX. Devido a isso, criou-se uma mentalidade de que a capital havia vencido o mundo rural e que a imigração junto com o desenvolvimento econômico proporcionaria uma nova realidade. Ver: _____. *Modernidad y mezcla cultural. El caso de Buenos Aires*. In: BELLUZZO, Ana M. de Moraes (org.). *Modernidade: vanguardas artísticas na América Latina*. São Paulo: Memorial: UNESP. p. 31-44.

⁶⁵⁴ Para uma visão mais ampla da vida de Borges, ver: BORGES, Jorge Luis. *Autobiografía 1899-1970*. Buenos Aires: El Ateneo, 1999. Nosso autor nasceu em Buenos Aires (1899), onde viveu até os quinze anos. Devido à cegueira de seu pai, Borges e sua família mudam-se para Suíça – em busca de um tratamento para a doença paterna. Logo após a sua chegada, começa a 1ª Grande Guerra (1914-1918) e pela situação são forçados a permanecerem naquele país até o final do conflito. Depois, a família muda-se para Espanha e é nesse país que Borges entrará em contato com o movimento de vanguarda espanhola. Engajado nesse grupo, ao retornar para a Argentina em 1921, Borges trazia para Buenos Aires suas idéias e a

sua obra formularam a hipótese de que o interesse de Borges pela realidade era nulo, pois o escritor além de não enxergar, vivia isolado em um mundo feito de ficção, memória e seres imaginários. Borges, também, ganhou – em parte - a antipatia de muitos intelectuais latino-americanos da época. Somando sua doença à falta de interesse pela “política” ou engajamento por alguma causa social, Borges passou a ser visto como um indivíduo que ficava enfiado em bibliotecas, rodeado por livros – isso contribuiu para consolidar a sua imagem de autor *a-histórico*. Além disso, nas diversas entrevistas que deu ironizava a sua própria imagem criada pelos críticos, alegando que eles conheciam mais de sua obra do que ele próprio.⁶⁵⁵

Porém, existe uma outra parte da crítica que começa a ver Borges como um autor, que ao invés de ser desinteressado pela realidade, utiliza-se da ficção para recriá-la. Podemos citar o trabalho de Davi Arrigucci Jr., que recupera a historicidade da obra de Borges na medida em que a relaciona com a experiência de vida do autor.⁶⁵⁶

partir de então seria um dos principiantes do movimento de vanguarda argentina. É interessante aqui citar o artigo de Sérgio Miceli, que faz alusão à vida familiar de Borges; são poucos os estudos nessa área pois o escritor desejou apagar essas marcas de sua obra. Sobre esse assunto ver: MICELI, Sérgio. Jorge Luis Borges: História Social de um escritor nato. *Novos estudos*, n. 77, São Paulo, p. 155-182, mar. de 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.com>>. Acessado em: 16 abril 2010.

⁶⁵⁵ Não temos o objetivo de relatar sobre a crítica em torno de Borges, desejamos estudá-lo de forma que se insira na história. Para um debate sobre tal situação recomendamos o excelente trabalho de MIRANDA, Breno Anderson Souza de. *As rosas de (R)osas*. Exílio, utopia e imaginação urbana nas “margens”: *Facundo e Borges*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007 e um edição especial dedicada unicamente a Borges, ver: Jorge Luis Borges. *Entreclássicos*, São Paulo, s/v, n. 10, 2009.

⁶⁵⁶ ARRIGUCCI JR., Davi. Da fama e da infâmia: Borges no contexto literário latino-americano. In: _____. *Enigma e comentário. Ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. p. 193-226; ver também SCHWARTZ, Jorge (org.). *Borges no Brasil*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001. Nesse há a preocupação de reunir os textos sobre Borges produzidos no Brasil, mostrando como ele é interpretado em nosso país, resgatando o caráter de um autor que não vive desligado de sua realidade.

Arriguicci afirma que a imagem do Borges cego contribui para “[...] nos dar hoje uma impressão de universalidade absoluta, desprendida das circunstâncias históricas, da experiência cotidiana, das amarras e impurezas do mundo”.⁶⁵⁷ Dessa forma, ao analisarmos as obras de Borges pelo contexto que foram criadas, é possível que as trabalhemos através da história.

Sendo assim, a opção de estudar a relação entre história e cidade na obra de Borges não é arbitrária. Havia uma lacuna quando se tratava de estudar este autor e seus escritos iniciais, na década de 1920 – período no qual o autor começa sua produção e se insere no movimento da vanguarda artística argentina. Isso ocorre, principalmente, por dois motivos: 1) Borges consolidou sua fama como autor com a publicação de dois livros de contos, *Ficções* e *O Aleph*⁶⁵⁸, ambos lançados na década de 1940 ; 2) o próprio autor fez questão de assumir que tinha vergonha de seus primeiros escritos, reescrevendo-os e reeditando as primeiras obras, sempre que teve a oportunidade.⁶⁵⁹

Nesse sentido, a nossa justificativa se pauta pelo interesse em fazer uma análise voltada para a “primeira fase” do autor – período em que ele inseriu-se nas vanguardas e produziu de maneira intensa seus escritos. Um estudo mais profundo entre o “Borges vanguardista” e o “Borges maduro”, pode contribuir para melhor entender as representações do ambiente de Buenos Aires contidas em sua obra, pois o próprio autor se torna crítico daquilo que produziu.⁶⁶⁰ Sendo assim, cabe focar nos estudos que servem de

⁶⁵⁷ ARRIGUICCI JR., Davi, 1987, *apud* PINTO, Júlio Pimentel. *Uma memória do mundo: ficção, memória e história em Jorge Luis Borges*. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998. p. 243.

⁶⁵⁸ BORGES, Jorge Luis. *O Aleph*. Trad. de Flávio José Cardoso. 9ª ed. São Paulo: Ed. Globo, 1995.

⁶⁵⁹ Em sua autobiografia, Borges coloca que: “*Para resumir este período de mi vida [os anos que o autor começou a escrever], me siento en total desacuerdo con el joven pedante y un tanto dogmático que fui*”. In: BORGES, Jorge Luis. *Autobiografía 1899-1970*. Buenos Aires: El Ateneo, 1999, p. 92.

⁶⁶⁰ *Ibid.*, p. 95. Se obtivermos acesso às primeiras edições dos livros, publicadas nos anos de 1920, é possível formular um fecundo estudo, comparando as edições

referência e ponto de partida para a formulação da hipótese deste projeto.

No Brasil, a referência para se estudar, pela história, a obra de Borges é o livro *Uma memória do mundo*, do professor Júlio Pimentel do departamento de História da Universidade de São Paulo (USP). Nele, o historiador vai analisar a obra borgeana como um todo, desenvolvendo temas pertinentes para se pensar a história partindo da literatura. Dentro deste contexto, existe um outro estudo sobre Borges, que serve de referência para a pesquisa de Pimentel. Estamos falando do livro *Borges, un escritor en las orillas*⁶⁶¹, de Beatriz Sarlo – professora da Universidade de Buenos Aires.

Neste livro, Sarlo intenta estudar como Borges conseguiu fazer literatura em um país marginal, que é a Argentina, tornando-se um dos maiores escritores da literatura ocidental contemporânea, sendo muitas vezes destituído de sua nacionalidade e do local que é referência em sua obra: a cidade de Buenos Aires.

A autora afirma que ao destituir Borges de seu contexto, comete-se um ato de justiça que tem, ao mesmo tempo, um reconhecimento e uma perda. A primeira questão, positiva, seria considerá-lo como um autor universal que está entre os grandes nomes da literatura ocidental. Já a segunda questão tem uma implicância negativa:

“(…) porque Borges ha ganado lo que siempre consideró suyo, la prerrogativa de los latinoamericanos de trabajar dentro de todas tradiciones, y ha perdido, aunque sólo sea parcialmente, lo que también consideró como un dato inescindible de su mundo, el lazo que lo unía a las tradiciones culturales rioplatenses y al siglo XIX argentino.”⁶⁶²

e focar, ainda mais, a participação de Borges na vanguarda argentina. Quando teve a oportunidade de editar suas obras, Borges além de tirar certos poema

⁶⁶¹ SARLO, Beatriz. *Borges, un escritor en las orillas*. 2 ed. Buenos Aires: Seix Barral, 2007.

⁶⁶² *Ibid.*, p. 9.

Dessa forma, ao enxergamos que Borges faz parte de um contexto maior, que é o de haver alcançado o seu lugar na literatura ocidental e tornar-se um autor cosmopolita, destituído de nacionalidade, devemos fazer uma relação dele com o contexto no qual produziu a sua obra e com as tradições que influenciaram a sua criação. É no período inicial de produção que o autor cria aquilo que viria a ser seu projeto literário, e, é através de Buenos Aires que Borges funda e consolida sua literatura e, sendo assim, transforma-se em um escritor que é tanto nacional quanto cosmopolita. Dessa forma, passamos para o contexto em que o autor começou a produzir.

A Argentina, nos primeiros decênios do século XX, crescia enquanto nação, desenvolvendo-se nos planos da política e da economia. Desse modo, viu as suas reminiscências coloniais transformarem-se em outra conjuntura: o país, predominantemente rural, passou a enxergar o florescimento de uma nova sociedade na qual o espaço urbano e o aumento populacional (devido ao elevado número de imigrantes) contrastariam com o cenário do século XIX.⁶⁶³

⁶⁶³ Ao proclamar sua independência da Espanha, em 1810, a Argentina viu-se fragmentada por lutas intestinas entre os caudilhos e os centralistas de Buenos Aires. Por conta desses conflitos, o país estava enfraquecido política e economicamente, a sociedade rural predominava sobre a urbana e a população do país era muito pequena para povoar o território. No início do século XX, o cenário era contrário: houve uma modernização econômica, o país havia recebido uma grande quantidade de imigrantes, as instituições políticas se solidificaram e obtinha uma centralidade política – uma capital política que predominava sobre as outras regiões. Podemos citar, também, as primeiras eleições democráticas do país, ocorridas em 1916, que geraram grandes expectativas e elegeram para o cargo de presidente Hipólito Yrigoyen. Para se aprofundar neste assunto, ver: ALTAMIRANO, Carlos e SARLO, Beatriz. *La Argentina del Centenario: campo intelectual, vida literária y temas ideológicos. Ensayos argentinos*. De Sarmiento a la vanguardia. 2ª ed. Buenos Aires: Ariel, 1997; MARTINS, Gerald. *A literatura, a música e a arte da América Latina, 1870-1930*. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2002. (volume IV) e PINTO, Júlio Pimentel, *Uma memória do mundo: ficção, memória e história em Jorge Luis Borges*. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998. p. 48-55.

O primeiro livro publicado de Borges foi *Fervor de Buenos Aires*⁶⁶⁴, no ano de 1923. Nesse momento, a Argentina passava por um período de crescimento. O novo cenário urbano e o aumento da população, pela grande quantidade de imigrantes, transformaram Buenos Aires em um ambiente propício para o surgimento de novos grupos sociais.⁶⁶⁵ Neste período, surge no cenário argentino o movimento de vanguarda artística⁶⁶⁶ do qual Borges fez parte.

As vanguardas artísticas eram movimentos que tinham por projeto renovar as artes e redefinir a nacionalidade em um ambiente estritamente urbano⁶⁶⁷. Segundo Pimentel, a Buenos Aires dos anos

⁶⁶⁴ No Brasil, é fácil de achar os poemas de Borges publicados em português, existem as obras completas – publicadas pela editora Globo - e um livro lançado pela Companhia das Letras (em edição bilíngüe), com os três primeiros livros de poemas de Borges – *Fervor de Buenos Aires* (1923), *Lua defronte* (1925) e *Caderno San Martín* (1929). Ver: BORGES, Jorge Luis. *Obras completas*. Vários tradutores. São Paulo: 1998-1999. (vols. 1,2,3 e 4) e _____. *Primeira poesia*. Tradução de Josely Vianna Baptista. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

⁶⁶⁵ Sobre esse assunto, ver: ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Tradução de Edmundo Barreiros. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2006. E, para compreender melhor o crescimento urbano, no caso específico de Buenos Aires, ver: SARLO, Beatriz. Buenos Aires, cidade moderna. In: _____. *Paisagens Imaginárias: Intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: EDUSP, 1997.

⁶⁶⁶ Durante os dois primeiros decênios do século XX, os movimentos de vanguardas surgiram em diversos países da América Latina. Sobre esse assunto, ver: SCHWARTZ, Jorge. *Vanguardas latino-americanas: Polêmicas, manifestos e textos críticos*. São Paulo: Iluminuras: EDUSP: FAPESP, 1995. O autor realiza uma pesquisa profunda desses movimentos, coletando os manifestos e as revistas do período que continham os projetos estéticos de seus participantes.

⁶⁶⁷ Durante o início do século XX surgem na América Latina uma série de movimentos artísticos e políticos, envolvidos com o processo de modernização pelo qual o continente passava. De caráter estritamente urbano, esses grupos envolveram-se em discussões que envolviam questões como “nacionalismo x cosmopolitismo”, “arte engajada x arte pela arte” e o papel que a literatura deveria assumir, opondo-se ao que havia sido produzido no século XIX. No Brasil, encabeçaram esse movimento figuras como Oswald de Andrade e Mario de Andrade, que em seus manifestos defendiam a renovação da arte e um novo modo de se pensar o Brasil, partindo das origens de nossa história. Ver: SCHWARTZ, *op. cit.*, p. 117. No caso do modernismo brasileiro, indicamos: MORAES, Eduardo Jardim de. *Modernismo Revisitado, Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2,

de 1920 estava passando pelas rotas de modernização e, era este fenômeno que a vanguarda argentina desejava captar⁶⁶⁸. Borges funda o movimento *ultraísta* objetivando, segundo Jorge Schwartz, mudar o panorama literário de seu país.⁶⁶⁹

Eis aqui, porém, um fato inusitado: Borges, fundador de um dos movimentos mais expressivos da vanguarda argentina de 1920, acaba por afastar-se dele. O autor abdicaria de suas posições *ultraístas* e, segundo Schwartz, tornaria-se um vanguardista “antivanguardista”⁶⁷⁰. Dessa forma, fica claro que, ao se afastar das vanguardas, Borges vai optar por um outro caminho, que não seja o

1988, p. 220-238. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista>. Acessado em: 16 abril 2010.

⁶⁶⁸ PINTO, Júlio Pimentel, *Uma memória do mundo: ficção, memória e história* em Jorge Luis Borges. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998. p. 115-126. O autor explica que se baseando no processo de urbanização de cidades como Paris ou Inglaterra, Buenos Aires se redefine espacialmente. A região central da cidade vai tomando uma forma que se opõe ao modelo da cidade colonial. O processo de modernização afeta o tempo e a vida dentro da urbe se acelera. Nesse caso, para um aprofundamento sobre as mudanças urbanas ocorridas na América Latina entre o final do século XIX e início do XX, ver: ROMERO, José Luis. *América Latina: as cidades e as idéias*. Tradução de Bella Josef. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004. pp. 283-252 e SCOBIE, James R. O crescimento das cidades latino-americanas, 1870-1930. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2002. (volume IV). Sobre o processo de modernização, recomendamos a obra de: BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: Marx, modernismo e modernização. In: _____. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. 2ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2005. p. 99-147.

⁶⁶⁹ Quando volta da Europa para Buenos Aires, Borges está influenciado pelo ultraísmo espanhol (que havia sido fundado por Rafael Casinos-Asséns, em 1918). Em 1921, ele e outros poetas fundam o ultraísmo argentino, que adiante será o que irá impulsionar a vanguarda na Argentina. Esse se difere do espanhol, na medida em que trata estritamente de questões que envolvem o dilema nacional argentino, como a busca pela formação de uma literatura nacional independente de influencias externas. Em seu manifesto sobre o ultraísmo, Borges destaca que deve haver uma ruptura com o antigo simbolismo, praticado pela literatura do século XIX. Há a necessidade de que uma nova juventude literária assuma a função de renovar e buscar um novo paradigma estético. Ao invés de complexo, o poema ultraísta deve ser simples e capaz de se renovar com o avanço do tempo. VER: BORGES, Jorge Luis. Ultraísmo (1921). In: SCHWARTZ, *op. cit.*, p. 108-112.

⁶⁷⁰ *Ibid.*, p. 60.

de exaltação à modernização pela qual passava Buenos Aires. Dessa forma,

A decisão de Borges é clara: abandonar o centro pelos arrabaldes, a sincronia pela diacronia. *Volta-se então para o discurso da história, porém uma história mítica da cidade*, em que o néon é substituído pela penumbra dos ícones detidos no tempo.⁶⁷¹(grifo meu)

Na contramão das vanguardas, Borges não quer exaltar o novo. Pelo contrário, o autor deseja preservar o passado, reformulá-lo. Se o local em que o desenvolvimento fica aparente é o centro da urbe, são nos arrabaldes (bairros), nas partes isoladas da cidade, que Borges encontrará matéria para seus escritos e, assim criar sua história.

A partir do estudo feito por Sarlo, vemos que Borges é um autor que busca fazer história, preservar a tradição de seu país e recriar, pelo artifício da memória, o espaço urbano. O autor preocupa-se com as *orillas*⁶⁷², como nos mostra Sarlo:

Colocado en los límites (entre géneros literarios, entre lenguas, entre culturas), Borges es el escritor de “las orillas”, un marginal en el centro, un cosmopolita en los márgenes; alguien que confía a la potencia del procedimiento y la voluntad de forma, las dudas nunca clausuradas sobre la dimensión, filosófica y moral de nuestras vidas; alguien que parodójicamente, construye su originalidad en la afirmación de la cita, de la copia, de la reescritura de textos ajenos, porque piensa, desde un principio, en la fundación de la escritura desde la lectura, y

⁶⁷¹ *Ibid.*, p. 61.

⁶⁷² O termo “*orillas*” traduzido para o português pode significar “periferia” ou “margem”. Para Sarlo, as “*orillas*” tornam-se o espaço onde é possível escrever e imaginar a literatura.

desconfía, desde un principio, de la posibilidad de representación de lo real.⁶⁷³

Dessa forma, acreditamos que ao estudar as representações de Buenos Aires, pela ótica histórica na obra de Borges, estaremos contribuindo para a formulação de uma reflexão profunda acerca da relação entre o campo histórico e o literário. É na busca de construir uma identidade para sua cidade, que Borges opta por criar uma história que lide com o que ficou parado no tempo.

⁶⁷³ SARLO, Beatriz, *op. cit.*, p. 16-17.

O TERRITÓRIO DO PODER: SEPARATISMO E RELAÇÕES DE FRONTEIRA ENTRE MINAS GERAIS E SÃO PAULO NOS SÉCULOS XVIII E XIX

Pérola Maria Goldfeder e Castro
Mestranda em História Social – UFOP
perolagold@yahoo.com.br

A história das relações de fronteiras entre Minas Gerais e São Paulo é, por excelência, o campo da disputa, da violência e da usurpação mútua. Nele estão em jogo os interesses de duas potências estaduais, não apenas pela propriedade de um território geográfico, mas também pelo domínio econômico, político e jurisdicional sobre uma determinada região.

Os conflitos entre paulistas e mineiros pela definição dos limites de seus territórios foi problema que perpassou os séculos XVIII e XIX, tendo se estendido até as primeiras décadas do século XX, em uma série de disputas judiciais. Embora os interesses econômicos e políticos de ambas as partes conflitantes tenham se transformado ao longo do tempo, a posse da região sul-mineira permaneceu sendo o mote principal da questão, o que possibilita a percepção das relações de fronteira sobre o prisma da longa duração histórica.

O estudo sobre a questão limítrofe entre Minas Gerais e São Paulo pressupõem uma discussão teórica sobre as categorias de análise *espaço* e *região*. Para isto, faz-se necessária referência a leituras variadas e um tanto heterogêneas, uma vez que a temática circunscreve-se a diversas áreas do conhecimento, como história, geografia, política e ciências sociais.

Com relação à categoria *espaço*, esta é concebida como a unidade elementar sobre a qual se estruturam organizações mais amplas e sofisticadas como região, estado e país. Longe de ser apenas uma realidade geográfica, o espaço é uma construção historicamente determinada, fruto de relações de poder e produção.

A segunda categoria de análise – *região* – deve ser

entendida não apenas em seu sentido fisiográfico ou econômico, mas principalmente em seu aspecto ideológico. Tal como afirma Rogata Del Gaudio Longhi, uma região possui especificidades territoriais e econômicas mas é, sobretudo, produto de construções ideológicas elaboradas e reelaboradas historicamente. Neste sentido, portanto, região é uma realidade fisiográfica e econômica, sendo que a apropriação simbólico-ideológica é o fator que a diferencia e singulariza frente aos demais espaços (LONGHI, 1997, p.122).

O processo de territorialização das regiões auríferas no interior do Brasil iniciou-se com os bandeirantes paulistas nos séculos XVI e XVII, tendo sido implementado por uma série de esforços humanos, tais como a mineração, a urbanização, a abertura caminhos e o estabelecimento de uma rede de abastecimento interno, tudo cimentado pela ação enérgica da administração metropolitana. Não obstante isto, a topografia do território mineiro permaneceu pouco conhecida até finais do século XVIII, o que corroborou para que as fronteiras entre Minas Gerais e São Paulo fossem constantemente contestadas e redefinidas.

Sobre a definição da região de disputa, esta situa-se entre os rios Sapucaí, Pardo e Grande, sendo atualmente denominada Sul de Minas Gerais. Pode-se dividi-la em duas sub-regiões distintas, quais sejam o Alto Sapucaí, com limites marcados entre as margens dos rios Grande e Sapucaí, e o Baixo Sapucaí, situado entre aquele mesmo rio e o Pardo. Cada uma destas sub-regiões possui dinâmicas políticas e econômicas próprias que necessitam ser analisadas sob a óptica de suas especificidades históricas.

Até meados do século XVIII, a região compreendida à margem direita do Rio Sapucaí, onde está assentada a atual cidade da Campanha, era conhecida pela vaga denominação de Minas do Rio Verde. Alguns autores, como Alfredo Valladão, apontam evidências de que desbravadores paulistas já transitavam por aquela região desde o último decênio do século XVI, a exemplo da bandeira organizada por Martim de Sá em 1597 (VALLADÃO, 1937, p.40).

Em virtude dos interesses econômicos de seus habitantes ou mesmo pela ausência de identidade de pertencimento ao território mineiro, o certo é que as Minas do Rio Verde permaneceram na

clandestinidade até que, em 2 de outubro de 1737, adveio a elas Cipriano José da Rocha, ouvidor da Comarca do Rio das Mortes. Os principais objetivos de sua expedição eram o reconhecimento oficial das ditas minas, a prospecção de novas terras para mineração e a sujeição dos habitantes da região ao poder da Coroa Portuguesa. Ainda vale lembrar que, após 1720, Minas Gerais já se constituía em Capitania independente de São Paulo, sendo, portanto, necessário assegurar as fronteiras austrais de seu território.

Ao adentrar nas Minas do Rio Verde, Cipriano José da Rocha maravilhou-se com a dimensão e riqueza das terras, como se infere da leitura a carta de 9 de Dezembro de 1737, na qual ele descreve a topografia da região ao então governador das Minas Gerais, Martinho de Mendonça de Piña e de Proença:

As terras das Minas é uma dilatada Campanha do Rio Lambary para dentro, exceto uma serra que tem o seu principio no mesmo rio e se dilata por espaço de uma légua, toda coberta de matas, por onde vem a estrada, que mandei abrir e achei muito capaz. [...]. (VALLADÃO, 1937, p.249).

Em resposta a esta carta, o governador mineiro felicitava o ouvidor pelo descobrimento, ponderando-lhe que “[...] quando não estão reconhecidos os limites, sabe V.M. muito bem que vale mais a posse que a razão.” (ANASTASIA, 1998, p.115). Na oportunidade, solicitava a Cipriano José da Rocha que redigisse um sumário do qual constasse terem sido as Minas do Rio Verde descobertas e povoadas por gente exclusivamente mineira, “[...] em que nunca teve atos possessórios outra jurisdição.”. Assim, acreditava assegurar em suas mãos a exclusividade de posse da região sul-mineira e evitar problemas de fronteira com São Paulo.

Naquele mesmo ano, estabelecido o Arraial de Santo Antonio da Campanha do Rio Verde, Cipriano José da Rocha ordenou que ali se construíssem uma capela e uma casa de intendência, como garantia do domínio administrativo da Vila de São

João Del Rey sobre aquela região. Malgrado tais iniciativas, habitantes de Taubaté e Guaratinguetá continuaram a adentrar na região, realizando atividades comerciais com os habitantes daquela localidade.

Durante a década de 1740, os conflitos entre paulistas e mineiros pela posse da região sita entre os rios Grande, Pardo e Sapucaí se intensificaram no episódio conhecido por Motim das Minas do Rio Verde, cujos acontecimentos foram analisados por Carta Anastásia em *Vassalos e Rebeldes*. Neste livro, a autora reafirma a tese de que a indefinição dos limites de jurisdição foi um dos principais motivos dos litígios e violências coletivas corridas entre São Paulo e Minas Gerais ao longo do século XVIII.

Embora não se trate de um contexto de separação propriamente dito, mas sim de soberania fragmentada, pode-se identificar no episódio relatado o gérmen do separatismo sul-mineiro, posto que aquela região acabasse por não obedecer nem à jurisdição de Minas Gerais, nem à de São Paulo, criando condições propícias para a instituição de um poder local.

A primeira menção ao desmembramento territorial de Minas Gerais foi feita em sessão legislativa da Câmara dos Deputados, em 29 de abril de 1843. Nela, o conselheiro Bernardo Jacinto da Veiga apresentou a proposta de provincialização do Sul de Minas, contrariando as opiniões daqueles que persistiam em anexar a região a São Paulo.

Vale observar que, no contexto posterior ao Movimento Liberal de 1842, muitos políticos da Corte temiam que Minas Gerais, grande território e com numerosa população e capacidade de polarizar recursos nacionais, viesse a desestabilizar a ordem conservadora recém instituída no país. Ademais, sendo esta província um reduto de muitos liberais, seu desmembramento territorial soava como retaliação ao Império pelos danos ocorridos em 1842.

Por ocasião da criação da província do Paraná em 1853, reacenderam-se as discussões sobre a divisão de Minas Gerais e a provincialização de sua região sul. Um ano depois, em 1854, o deputado pelo Distrito Neutro, Conselheiro Francisco Octaviano, apresentou à Câmara projeto de lei que estipulava as seguintes

decisões:

Art. 1º As Comarcas do Sapucaí, Rio Verde e Três Pontas, e o município de Lavras, pertencentes à província de Minas, formarão uma nova província. Tendo por capital provisória o lugar que o governo designe, até definitiva resolução da assembleia provincial respectiva.

Art. 2º Os limites atuais daqueles pontos em relação às outras províncias, depois de verificados administrativamente, serão os limites da nova província (ALMANACH SUL-MINEIRO, 1874, p. 82).

Observa-se pelo teor dos artigos que o projeto separatista de 1854 não primava pelo detalhamento das disposições, tendo sido rejeitado por insuficiência de aprovações.

Um segundo projeto de separação do Sul de Minas Gerais foi apresentado pelo deputado Evaristo Ferreira da Veiga, em Assembleia Geral de 03 de agosto de 1862. Em matéria de detalhamento e forma, o projeto de Evaristo da Veiga significou uma evolução das idéias separatistas esboçadas no projeto de 1854. Nele estão apontados com precisão os limites da nova província, a capital provisória, o número de representantes na Assembleia Provincial, na Câmara dos Deputados e no Senado, além dos distritos eleitorais e seus respectivos municípios apuradores.

Estes foram, pois, os principais Projetos de Lei apresentados em âmbito parlamentar com o objetivo de separação e provincialização da região sul-mineira. Todos tinham em comum, além do fim a que se destinavam, o fato de serem de autoria de políticos locais majoritariamente da sub-região do Alto Sapucaí.

A causa separatista, todavia, enfrentou a oposição daqueles municípios que, por localizarem-se na margem esquerda do Rio Sapucaí e serem limítrofes à província de São Paulo, não viam necessidade em constituírem jurisdição independente, tal era a facilidade com que comercializavam com o porto de Santos e demais regiões paulistas.

Outra hipótese para a resistência do Baixo Sapucaí em comungar com os ideais separatistas é de ordem geopolítica: pressionados pela articulação do separatismo na cidade da Campanha, os habitantes de Pouso Alegre e adjacências viam na anexação à São Paulo a única alternativa para remediar a descontinuidade territorial que se instauraria na região caso os projetos separatistas lograssem êxito. Pode-se, também, especular se a “paulistofilia” do Baixo Sapucaí seria tão acentuada caso o separatismo sul-mineiro não fosse uma realidade política regional. O certo é que a conturbada relação de fronteiras entre Minas Gerais e São Paulo ao longo dos séculos XVIII e XIX criou condições propícias para indefinição jurisdicional, clivagens internas e projetos separatistas na região sul-mineira.

FONTES IMPRESSAS:

DERBY, Orville. *Documentos interessantes sobre a questão de limites entre São Paulo e Minas*. v. XI São Paulo: Imprensa Oficial, s/d.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul Mineiro*. Campanha: Thyphographia do Monitor Sul Mineiro, 1874.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANASTASIA, Carla Maria Juno. *Vassalos rebeldes*. Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A Invenção das Minas Gerais: Empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LONGHI, Rogata Soares Del Gaudio. *Unidade e Fragmentação: o movimento separatista do Triângulo Mineiro*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 1997.

VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princesa*. v.1. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1937.

A INFLUÊNCIA DOS VALORES FRANCESES NA CORTE DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX

Phelipe Pereira do Prado Gouveia*

1. INTRODUÇÃO

Para tratarmos a questão do estilo de comportamento da corte carioca do século XIX na cidade do Rio de Janeiro, precisamos voltar ao início do século, período marcado pela chegada da Família Real portuguesa ao Brasil.

“A transferência da corte trouxe para a América portuguesa a família real e o governo da metrópole. Trouxe também, e sobretudo, boa parte do aparato administrativo português. Personalidades diversas, funcionários régios continuaram embarcando para o Brasil atrás da corte, dos seus empregos e dos seus parentes, após o ano de 1808. Concretamente, além da família real, 276 fidalgos e dignitários régios recebiam verba anual de custeio e representação, paga em moeda de ouro e prata retirada do Tesouro Real do Rio de Janeiro”⁶⁷⁴.

A cidade, que outrora foi marcada por um certo desleixo de urbanização, teria a partir de então ruas pavimentadas, escolas, Banco do Brasil, Biblioteca Nacional, Imprensa Régia, Jardim Botânico e teatros. Artistas e intelectuais também vieram da Europa. “Destá maneira, a corte portuguesa vai buscar os meios que transformassem essa realidade, trazendo ao país ares mais civilizados”⁶⁷⁵. Surge, então, a valorização de certos comportamentos considerados civilizados. “Tendo em vista tais objetivos, que os

⁶⁷⁴ Alexandre J. de MELLO MORAES, *Corographia histórica, cronographica, genealógica, nobiliarquicha e política do Império*, apud: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Vida Privada e ordem Privada no Império”. In: NOVAES, Fernando (org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo, Cia. das Letras, 1997.

⁶⁷⁵ SILVA, Francini Medeiros da. *Código de Bom-Tom: Os manuais de etiqueta e a formação de uma “boa sociedade” nos trópicos*. (Rio de Janeiro, 1840-1850). Obra extraída: www.anpuhsp.org.br/Acesso em 10/11/2009.

manuais de etiqueta serão amplamente divulgados e sua civilização, pela nobreza incentivada. Os padrões de comportamento e conduta contidos nesses manuais servirão de guia tanto no espaço público quanto no espaço privado”⁶⁷⁶.

A obra de Macedo, apesar de tratar-se de uma obra de crônicas, tem uma interessante perspectiva histórica, na medida em que lança mão de relatos e documentos para compor seus escritos e, por isso, tentar levar ao máximo possível certo nível de “veracidade”. No contexto de um Brasil independente e imperial, é nosso objetivo apresentar três perspectivas possíveis a partir de uma leitura crítica da obra *Memórias da Rua do Ouvidor (1878)*, de Joaquim Manuel de Macedo. Vamos à primeira.

2. PROCESSO DE CIVILIZAÇÃO A PARTIR DE VALORES FRANCESES

A Rua do Ouvidor era marcada pela presença de lojas de artigos de luxo, modistas e cabeleireiras francesas, que buscavam comercializar os produtos vindo de Paris. Assim sendo, notamos que Macedo busca em sua obra mostrar como o Rio de Janeiro foi tomado por tal tendência importada e apresenta esses novos costumes contando casos protagonizados na movimentada Rua do Ouvidor. Em certa parte, vários prédios e residências são de pessoas francesas, principalmente os pontos de comércio mais abastados. A Rua do Ouvidor não só era composta por vários negociantes franceses como eles também obtinham bastante êxito em suas atividades. Suas mercadorias eram vendidas por preços altos se comparadas aos mesmos produtos de lojistas brasileiros, ou mesmo de comerciantes estrangeiros não franceses. Em diversos casos, esposas e filhas exigiam que o marido ou pai, ou seja, os chefes de família, na hora de comprar os artigos para as mulheres, dessem preferência às modistas e comerciantes originados da França. “*As senhoras fluminenses entusiasmasam-se pela Rua do Ouvidor, e foram*

⁶⁷⁶ Ibidem.

* Graduando em História pela Universidade Federal de Viçosa.

*intransigentes na exclusiva adoção da tesoura francesa. Nem uma desde 1822 se prestou mais a ir a saraus, a casamentos, a batizados, a festas e reuniões sem levar vestido cortado e feito por modista francesa da Rua do Ouvidor. Houve revolução econômica: os pais e os maridos viram subir a cinquenta por cento mais a verba das despesas com os vestidos e os enfeites das filhas e das esposas”.*⁶⁷⁷

Nosso intuito não é resumir a obra de Macedo, mas sim levantar determinadas questões. Entretanto não podemos deixar de brevemente citar alguns personagens de suas crônicas que, em um tom de romance, mostram como Macedo dirige suas críticas. Um curioso caso é o de uma costureira de uma modista francesa *Mlle. Lucy*, que Macedo a apresenta como protagonista de um romance com um negociante inglês, chamado de *Mr. Williams*. Inicialmente o comerciante inglês, estabelecido na Rua do Ouvidor, cultivaria um intenso ódio pela costureira francesa em razão do desprezo que os ingleses tinham pelo imperador Napoleão Bonaparte, mas posteriormente não resistiria aos seus encantos e por ela se apaixonaria. Nesse caso, Macedo apresenta o Rio de Janeiro como um lugar neutro que aproximaria uma francesa de um inglês, sucumbindo toda a rivalidade histórica existente entre Inglaterra e França.

Vários são os personagens franceses apresentados nas obras de Macedo. Temos a *Mme Josephine*, *Mr. Saisset*, *Mr. Wallerstein* e *Mr. Masset*, todos eles proprietários de lojas que comercializavam as últimas modas vindas da França.

Contudo, o que notamos é que Macedo apresenta os protagonistas e conta casos e romances buscando sempre evidenciar as mudanças que aconteciam na corte carioca que agora buscava em hábitos franceses tornar-se mais civilizada e requintada.

3. CONTRADIÇÕES DA MODERNIZAÇÃO

⁶⁷⁷ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Brasília: Senado Federal: Conselho Editorial, 2005.p.107.

Nosso segundo item visa mostrar que em meio a um contexto de modernização e novos hábitos civilizadores, ainda é possível notar permanências de origens coloniais dentro da corte imperial. Nesse caso concordamos com a proposta de Jean Luiz Neves de Abreu ao considerar que “Macedo revelaria desapontamento maior ao mostrar que hábitos civilizadores conviviam com a ruas estreitas, mal pavimentadas e locais que ainda não haviam sido objeto das reformas tão esperadas”⁶⁷⁸. Assim sendo, notamos que Macedo, ao produzir sua obra perpassando as várias etapas até a Rua do Ouvidor se tornar fidalga, dá-nos a impressão de que concomitantemente aos novos hábitos também se via muito do que eram traços antigos e mal vistos pela sociedade da época. “*A Praça do Mercado está longe de ser condigna da capital do Império: acanhadíssima, úmida, malpoliciada, às vezes toda cheiro de maresia, de aves amontoadas e de hortaliças já deterioradas, é lugar desagradável em vez de ser atrativo. O peixe expõe-se em tabuleiros sobre ruazinha sempre alagada, e pequenos tanques de peixes vivos faltam absolutamente*”⁶⁷⁹. Sobre essa questão, tentamos explicá-la considerando que muitas vezes esses novos hábitos civilizados, além de não terem grande eficiência no que diz respeito aos espaços públicos, também ficam muitas vezes restritos à burguesia ostentosa. Aparentemente, mesmo que os costumes civilizadores buscassem abranger a corte como um todo, constituía-se também como um mecanismo de distinção social, na medida em que os manuais de etiquetas não atingiam, por exemplo, os profissionais livres e a classe pobre, quem dirá os negros coitados que desfilavam com bacias nas cabeças cheias de detritos domésticos a serem jogados no mar.

4-AUSÊNCIA DE COR LOCAL

⁶⁷⁸ ABREU, Jean Luiz Neves. *Dialética das memórias: uma análise da obra Memórias da Rua do Ouvidor de Joaquim Manoel de Macedo*. Extraído: www.ichs.ufop.br/semanadeletras/viii/arquivos/trab/d46.doc. Acesso em: 22/04/2010.

⁶⁷⁹ MACEDO, Joaquim Manuel. *Op. Cit.*p.111.

Buscaremos agora apresentar nossa última perspectiva apreciada dentro da obra macediana. Falamos em novos hábitos de civilização, bem como nas contradições causadas pelo mesmo. O que não está explícito nas *Memórias da Rua do Ouvidor*, procuramos apresentar aqui. Muito foi dito por Macedo sobre moda, vestidos, salões, festas e romances. Nossa visão parte de uma presença pela ausência. Não é vista na obra uma dedicação, por exemplo, aos negros e sua cultura, nem mesmo aos indígenas, bem como nada a respeito da mistura de ambos com o homem branco. O que fica para nós sobre tais *Memórias* é a crítica de Macedo à ausência do elemento genuinamente brasileiro dentro da Rua do Ouvidor.

Contextualmente falando, a pomposa corte do Rio de Janeiro se distinguia radicalmente das demais cidades do Império do Brasil. As festas nos salões, o requinte das damas e dos cavalheiros, os desfiles de ternos e gravatas pela requintada Rua do Ouvidor é claramente uma contradição ao que formava a história do Brasil até então: a presença do elemento negro e índio e propriamente do homem branco tenha ele qual for sua origem na Europa. Contudo, o que se vê na obra de Macedo seria uma análise cronológica da Rua do Ouvidor, que passa dos valores colônias portuguesas aos novos hábitos e costumes franceses, não ficando evidente nada que poderíamos considerar como cor local, comportamento ou cultura brasileira. Se por razão Macedo apresenta o elemento negro em sua obra, não foi com o intuito de apresentar suas qualidades na dança da capoeira, mas sim de mostrá-lo subjugado pelo homem branco. Se o negro desfilava na ostentosa Rua do Ouvidor, era descalço e vestido aos farrapos, levando baldes de dejetos em suas cabeças e tendo os mesmo derramados em seus corpos, fazendo-os manchados, daí serem denominados *tigres*. Quando Macedo apresenta uma bela negrinha, não é para ressaltar seus dotes culinários ou suas cantigas na cozinha, mas sim para evidenciar a forma com a qual os homens brancos queriam possuí-la sexualmente, a mulher negra submissa às vontades de seu senhor. Logo, o que consideramos a partir das crônicas de Macedo, é que o autor não se ausentou quanto às belezas e qualidades genuinamente brasileiras por não acreditar nelas. Pelo contrário. Macedo como membro do IHGB sabe bem das qualidades

e escreve as *Memórias da Rua do Ouvidor* mostrando o quanto elas configuram-se ausentemente dentro da corte carioca que buscava *glamour* e requintes franceses. Por isso é que denominamos o artigo a partir de uma análise do Rio de Janeiro, cidade que se destoava em relação às demais cidades brasileiras chegando até a sugerir a sensação de estar em outra nação, tamanha a disparidade em relação às demais cidades e vilas brasileiras.

5. CONCLUSÃO

Ao considerarmos as peculiaridades da corte carioca no século XIX, não deixamos de evidenciar as contradições dentro de uma mesma paisagem, composta por salões, lojas de moda, desfiles de ostentosas vestimentas e manuais de etiqueta. Também ficam evidentes, no período, o descaso para com as mazelas sociais formadas pela escravatura e até mesmo às condições sanitárias e vias urbanas dentro da corte. Ao mesmo tempo em que se busca ostentar e evidenciar novos hábitos e comportamentos vindos da França, esquece-se que o chão em que se pisa é marcado pelo desleixo das autoridades públicas e pela escravatura. Mas isso não passa despercebido aos olhos de Joaquim Manuel de Macedo, que as evidencia em suas crônicas. Portanto, nosso artigo buscou não apenas citar três perspectivas de análise, mas também discorrer sobre elas. A conclusão que chegamos é que a junção das três formas de análise constitui um olhar amplo sobre o século XIX no Brasil a partir da Literatura. Ao mesmo tempo em que cada uma das análises feitas tem sua peculiaridade, todas elas formam o que podemos considerar como propriamente a conjuntura em que a obra de Macedo foi escrita e a forma com a qual ele buscou, de um modo bem humorado e romântico, denunciar as contradições vividas no Brasil. Mostramos também que muitas vezes essa importação de valores europeus acaba corroborando imagens eurocênicas. Assim, acreditamos que sua primordial intenção era fazer com que, ainda em sua época, os brasileiros tomassem outro olhar em relação a sua própria cultura e vissem que, enquanto importavam outra, acabavam por encobrir a sua.

Outras referências:

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *ESTUDOS HISTÓRICOS*, Rio de Janeiro, no 1, 1988.

ELIAS, Nobert. *O Processo Civilizador*. Editora: Jorge Zahar. Volume 2. Trad:Ruy Jungmann. Rio de Janeiro.

A INFLUÊNCIA DO POSITIVISMO NOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA

A militância de um movimento idealista; e sua proposta de uma ditadura para a formação de um novo Estado Republicano

Rafael Reis Pereira Bandeira de Mello
Mestrando UERJ

O positivismo foi uma doutrina filosófica surgida no século XIX, e teve como mentor o francês Augusto Comte. Este filósofo nascido em Montpellier formulou este pensamento social e filosófico com o intuito de valorizar a humanidade. O positivismo é considerado um dos precursores para construção da sociologia. Outra característica marcante é o fato de valorizar os fatos perante o pensamento crítico, a doutrina comteana valoriza o científico priorizando as ciências exatas, pois, para Comte “contra os fatos naturais não há argumentos”. O pensamento dividia a humanidade em três estados: teológico, metafísico e positivo. O Estado Positivo seria o estágio final do progresso da humanidade.

Numa segunda fase, a reflexão de Comte se altera devido ao encontro com a sua musa inspiradora Clotilde de Vaux. O filósofo passa a ressaltar o lado sentimental da humanidade e o pensamento adquire caráter religioso. A religião positivista, baseando-se no conhecimento do mundo, pretendia concorrer para o aperfeiçoamento moral e intelectual do homem. Na humanidade de Comte, o homem tinha como destino moral a valorização da própria humanidade para satisfazer a necessidade real de um Deus.

Tanto na França quanto no Brasil, as duas fases do pensamento comteano causaram uma divisão entre “Positivistas Heterodoxos” e “Positivistas Ortodoxos”, os primeiros seguiam o momento mais racional do pensamento, enquanto, os segundos o momento mais religioso. As primeiras manifestações do positivismo no Brasil datam de 1850, quando Manuel Joaquim Pereira de Sá apresentou tese de doutoramento em ciências físicas e naturais, na Escola Militar do Rio de Janeiro.

Dentre as obras consultadas, observou-se pontos de convergência e de divergência. Um dos pontos em comum é o de que foi nos setores médios e no meio intelectual que a doutrina encontrou um espaço considerável no Brasil. Nos setores populares isso não aconteceu com apontou Carvalho, (1990) no seguinte trecho do livro “*A Formação das almas*”: “Mas nos casos em que sua ação política encontrou apoio nas tradições populares, cabe-lhe apenas o mérito de ter contribuído de maneira substantiva para a construção do pouco que subsistiu de imaginário republicano”.

Outro ponto indubitavelmente comum entre as obras consultadas, diz respeito a Bandeira Republicana, como uma criação positivista e idealizada por Raimundo Teixeira Mendes. O idealizador ao utilizar a divisa “Ordem e Progresso” baseou-se na ideologia Comteana para a transformação da sociedade: Amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim.

O rápido crescimento da chamada religião da humanidade ao longo da segunda metade do século XIX é citado em alguns livros. No livro “História do Positivismo no Brasil”(LINS,1967), o autor fala das festividades comemorativas do centenário da morte do Marques de Pombal, que consistiu em uma grande regata, na Baía de Guanabara onde figurava um barco com o nome de Augusto Comte que enfrentou outro barco Jesuíta, alusivo a luta que Pombal travou com a Companhia de Jesus, com grandes aplausos da assistência o barco de Augusto Comte derrotou o jesuíta”.

A presença de seguidores da doutrina, em cargos políticos e de prestígio, como por exemplo: Benjamin Constant, criou uma dialética entre os dois grupos de positivistas existentes. Fragale (1998) ao falar do positivismo ortodoxo, lembra de Miguel Lemos que defendeu a incorporação do proletariado na sociedade e ressaltava que o primeiro compromisso de um “Positivista Ortodoxo” é o de não ocupar cargos públicos.

Como todo o movimento novo que consegue seguidores os positivistas encontraram desafetos. Um polêmico depoimento de José Veríssimo acerca da ascensão do positivismo analisa o movimento caracterizado por compor uma minoria, porém, forte e unida, disciplinada, hierarquizada, sabendo o que quer.

O positivismo para José Veríssimo era, sobretudo, uma religião que colocava o ponto de vista moral acima de todos os outros, dando aos fiéis um critério único, impondo o mesmo dogma e sujeitando-os à mesma disciplina.

Os positivistas também tiveram desavenças com membros do catolicismo, que não concordavam com o lado agnóstico da doutrina. No documento “O Catolicismo e o Positivismo” escrito por Teixeira Mendes (1910), fica bem claro que entre os positivistas existia uma percepção de que muitos membros da Igreja Católica resistiam a qualquer possibilidade de crescimento do Positivismo na cidade.

Como todo o movimento novo que consegue seguidores os positivistas encontraram desafetos. Um polêmico depoimento de José Veríssimo acerca da ascensão do positivismo analisa o movimento caracterizado por compor uma minoria, porém, forte e unida, disciplinada, hierarquizada, sabendo o que quer.

O positivismo para José Veríssimo era, sobretudo, uma religião que colocava o ponto de vista moral acima de todos os outros, dando aos fiéis um critério único, impondo o mesmo dogma e sujeitando-os à mesma disciplina.

Os positivistas também tiveram desavenças com membros do catolicismo, que não concordavam com o lado agnóstico da doutrina. No documento “O Catolicismo e o Positivismo” escrito por Teixeira Mendes (1910), fica bem claro que entre os positivistas existia uma percepção de que muitos membros da Igreja Católica resistiam a qualquer possibilidade de crescimento do Positivismo na cidade.

“A acusação atual feita aos positivistas é tanto mais estranhável, quanto a difusão do positivismo, quer no ocidente em geral, quer especialmente no Brasil, já basta para que uma porção considerável do público, tanto católicos, como acatólicos reconheça o descabimento de tal acusação . Toda essa parte do público sabe, pois, que a atitude de SS.Ecs. Revms. Importa assim apenas em um esforço cego contra o restabelecimento da harmonia social, gerando ou alimentando,

na massa dos católicos que desconhecem ou só conhecem de nome o positivismo, prevenções e ódios injustificáveis”. (MENDES,1910)

Este trecho é parte de um discurso de defesa de um dos fundadores da Igreja Positivista, contra a publicação dos bispos de Minas Gerais de que grupos religiosos dentre eles os positivistas estariam tentando denegrir a imagem da igreja católica por meios subterfúgios.

A Igreja Positivista fundada no ano de 1881 por Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos, era um local antes de tudo onde se cultuava e debatia o Positivismo. Localizada no Bairro da Glória na rua Benjamin Constant, ela permanece até os dias de hoje tendo seus rituais aos domingos, porém, com muito menos adeptos e envolvimento com as relações de poder do que no período proposto no presente projeto de pesquisa.

Existia indubitavelmente, uma distinção de postura que dividia os positivistas brasileiros em dois grupos: os Ortodoxos e os Heterodoxos. Entre esses grupos haviam atritos referentes ao pensamento de Comte, que se diferenciou em dois momentos, antes e depois do encontro de Comte com Clotilde de Vaux.

O grupo “Heterodoxo” baseava-se no cientificismo, enquanto os “Ortodoxos”, com o intuito de tornar o grupo mais homogêneo e disciplinado incluía práticas religiosas ao pensamento.

Os “Positivistas Ortodoxos” liderados por Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, eram considerados fanáticos religiosos pelo excesso de rituais simbólicos que praticavam, principalmente pela grande idolatria a Clotilde de Vaux que para Comte foi a responsável pela sua própria regeneração moral, como também, pela regeneração moral da doutrina.

Miguel Lemos pertencente ao grupo dos “ortodoxos” tinha intermináveis preocupações, como a da aceitação de cargos públicos entre os positivistas o que poderia gerar falha na incorporação do proletariado à sociedade, que é um objetivo supremo da doutrina. Era nos pensamentos de Pierre Lafitte (1825-1903) sucessor de Comte

que estava o conteúdo do positivismo que Lemos e Teixeira Mendes resolveram seguir.

Proclamada a República os positivistas que pregavam a “ética absoluta” tiveram de encarar como grande corrente ideológica dominante do momento, a chamada “ética das responsabilidades”, do liberalismo triunfante. (LESSA, 1988)

No chamado “Governo Provisório” (1889-1891), do Marechal Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant ocupou os ministérios da guerra e da instrução pública, a sua atuação destacada na implantação do regime republicano lhe rendeu numa reunião da assembléia nacional constituinte o título de “Fundador da República”, menção presente em um dos artigos da primeira constituição republicana de 1891.

Silvio Romero, em sua obra de crítica ao positivismo, (ROMERO,1894) ressaltou que o “Governo Provisório” estava rodeado de oficiais de gabinete secretários ou auxiliares simpatizantes do positivismo, muitos, segundo ele, doutrinados pelas aulas de Benjamin Constant na Escola Militar.

Conclui-se, portanto, que a Proclamação da República suscitou nos “Positivistas Ortodoxos” a esperança do início da uma ditadura republicana nos moldes preferidos por Augusto Comte. Um exemplo claro foi a exoneração dos cargos de trabalho, dos líderes do postulado positivista Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos. Essas exonerações foram justificadas, com a explicação de uma necessidade em servir ao momento que ambos acreditavam crucial da transição da fase metafísica para a positiva. Apesar das utopias esse grupo através de sua militância acabou conquistando mais influência do que muitos esperavam.

FONTES DE PESQUISA

LEMOS, M; MENDES R. T. *A mistificação democrática e a regeneração social*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1906. n. 236. Fonte primária

LEMOS, M. *A obrigatoriedade do ensino*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1890. Fonte primária

_____ *Carta a Lopes Trovão*, Rio de Janeiro: 03/08/1889. Fonte primária.

MENDES, R. Teixeira. *O catolicismo e o positivismo*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1910. n. 293. Fonte primária

_____ *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. Fonte primária

_____ *A Bandeira Nacional*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1890. Fonte primária.

_____ *Pela Liberdade de Imprensa*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1890. Fonte primária.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ALONSO, A. Idéias em movimento: a geração. 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo, Paz e Terra, 2002. 392 p

BATALHA, C. O movimento operário na primeira república. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, 78p.

BENOIT, Lelita Oliveira. *Sociologia Comteana : gênese e devir.* São Paulo : Discurso, 1999.

CARVALHO, J. M. A formação das almas: O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, 166p.

_____. Artigo os positivistas. *Revista da Biblioteca Nacional*, n. 1, p.68-72, 2005.

COMTE, A. Discurso sobre espírito positivo.In: **COMTE, A. Os pensadores.** São Paulo:Abril cultural, 1978, p.42-115.Tradução de texto produzido em 1844

CRUZ, C. O positivismo na república. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956, 203p.

DIACON, T. A. Perfis brasileiros Rondon. São Paulo: Companhia das letras, 2004, 219p.

FRAGALE, F. R. A Aventura Política Positivista: um projeto republicano de tutela. São Paulo: Editora LTr, 1998. 143 p.

JUNIOR, J. R. O que é positivismo. São Paulo: Editora brasiliense, 1987, 77p.

LINS, I. História do positivismo no Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1964.

PERRONE-MOISÉS, Leyla (Org.). *Do Positivismo à Desconstrução: Idéias*

Francesas na América. São Paulo: Edusp, 2004

ROMERO, S. *Introdução a doutrina contra doutrina*. São Paulo: Editora companhia das letras, 1894.

WILTTER, J. S. *Partido republicano federal, (1893- 1897)*. São paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BARRAVENTO(S): UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE ROTEIROS

Raquel Nunes
PUC-RJ

A proposta desse trabalho é trazer para o público um pouco da minha pesquisa de mestrado, a fim de poder trocar impressões e opiniões sobre o tema com demais pesquisadores da área.

Minha dissertação tem como objeto o filme *Barravento* (1961), primeiro longa-metragem de Glauber Rocha, realizado no contexto do Ciclo de Cinema Bahiano, movimento precursor do Cinema Novo.

O filme aborda a vida de uma comunidade de pescadores na praia de Buraquinho (na época, distante e isolada da cidade de Salvador), retratando o cotidiano de seus moradores, predominantemente negros, com a rotina de ida ao mar, preparação para a pesca, rituais religiosos do candomblé, rodas de capoeira e de samba. A chegada de Firmino, antigo morador da aldeia que mudara-se para a cidade, é o mote do filme, uma vez que sua presença dentro do grupo cria situações de discórdia que nortearão a obra até seu desfecho.

É possível vislumbrar o contorno de dois grandes pólos de tensão no filme: a esfera do trabalho e a esfera da religião, polos que, por sua vez, estão intrinsecamente vinculados. Os pescadores trabalham para o dono da rede, capitalista que os explora. Sem lhes dar condições mínimas de trabalho, deles exige o máximo de produção. Para resolver o problema da falta de peixes, os pescadores recorrem a Iemanjá, rainha das águas no candomblé. Se algo de errado acontece à comunidade foi porque Iemanjá se irritou e deseja castigá-los. Os pescadores no filme colocam as forças do candomblé como responsáveis pela paz e pelo equilíbrio da comunidade.

Firmino, diferentemente, credita o controle da vida às ações dos homens e não às dos orixás, plantando, dessa forma, o conflito entre os ideais religiosos e “conformistas” do grupo de pescadores com o ideal moderno de mudança através da ação.

Para além da história do filme em si, há também os acontecimentos que envolveram sua realização. O filme dirigido por Glauber na verdade fora primeiramente dirigido por Luiz Paulino dos Santos, criador do argumento e do roteiro original. No entanto, devido a diferenças de ordem ideológica, entre outros problemas, com o restante da equipe do filme, Luiz Paulino se retirou das filmagens, deixando a direção nas mãos de Glauber Rocha, que até então fizera parte da produção. O que interessa nessa disputa são justamente os conflitos de pensamento que acabaram resultando na mudança brusca da direção do filme.

Para pensar o *Barravento* de Luiz Paulino, temos ao alcance seu roteiro e entrevistas recentemente dadas. Meu trabalho se apoiará basicamente no roteiro, principalmente pelo fato de os depoimentos atuais terem passado pelo crivo da memória, artifício nebuloso e cheio de filtros, como já sabido por todos que conhecem um pouco de história oral.

Neste roteiro, a presença da cultura negra não está somente no argumento da história, mas também na própria linguagem do roteiro e na construção dos personagens. As referências ao universo do candomblé são diretas e míticas, como no trecho

"Do céu desaba a chuva, explodem os trovões. São as forças de Xangô que se manifestam, todos sabem. Faíscam, no meio da tempestade, os raios de Iansã. O pescador é levado para o mais fundo abismo de encantamento. Como se imagina poeticamente, foi para os braços de Iemanjá, rainha do reino encantado de Aiucá, nas profundezas do oceano. Dormirá na fundura do leito de Nanã Buruku".

Ou quando as falas de Vó Lenda ("voz da sabedoria" do grupo) são grafadas de maneira muito distinta do português formal, como em "Cuma Iemanjá é um Inkici, tinha lá dia, hum, qui cisrimava iri puxava raperna di irinêgo, hum, lá prás profundas darágua... Ri, ri, ri... Duma irivez puxou uns cinco... Ri, ri, ri...".

O personagem de Firmino é apresentado no roteiro como encarnação de Exu, orixá do movimento, da comunicação, que,

como tudo no universo, possui dois lados: um positivo e outro negativo⁶⁸⁰. Luiz Paulino acentua o lado mal do personagem e faz dele o vilão da história, aquele que trabalha para que coisas ruins aconteçam ao grupo de pescadores, com o objetivo de fazê-los perceber que não devem deixar a religião aliená-los.

Interessante notar que, com a intenção de fazer um bem - sem entrar aqui no mérito de para quem era esse bem - Firmino comete maldades, como rasgar a rede dos pescadores com canivete e fazer feitiço para a morte de Aruã, futuro líder da comunidade e homem considerado casto e santo por todos da aldeia.

No roteiro de Paulino, os acontecimentos ocorrem ao bel prazer do poder dos orixás. A força de Firmino, de início, consegue gerar barravento - entendido aqui como virada de vento, de mar, de batuque - e desestabilizar a vida dos pescadores, provocando até mortes. No entanto, o poder do candomblé, representado pela mãe de santo da aldeia, supera a potência de Exu e amarra através de feitiço a maldade de Firmino, que vai embora escurraçado de Buraquinho.

Do *Barravento* de Glauber Rocha temos, além de seu roteiro, o próprio filme, que chegou a ganhar prêmio em festival na Tchecoslováquia. Na versão de Glauber, o discurso e as ações de Firmino, assim como na versão de Paulino, vão minando o grupo de pescadores e atrapalhando a vida deles. Também há mortes, mas, diferentemente do roteiro de Paulino, a mãe de santo do pescadores do filme de Glauber não consegue amarrar o Exu.

Talvez a característica mais marcante da versão de Glauber seja o discurso contra a alienação religiosa. O filme contém, já na abertura, uma cartela explicativa que define a cultura negra como atrasada e causadora da alienação dos pescadores em relação à exploração de sua mão de obra. Este discurso é reafirmado ao longo do filme através da fala de Firmino, que mais de uma vez é enquadrado em *closes*, proferindo discursos incisivos e panfletários.

O filme termina em uma cena dúbia: Aruã (futuro líder do grupo) vai para a cidade, lugar que Firmino tanto defendera como

680Por isso, muitas vezes Exu foi associado, mesmo que erroneamente, à figura do diabo.

ideal, afirmando, no entanto, que vai embora trabalhar e comprar uma rede nova para, então, voltar à comunidade. Glauber favorece a visão de Firmino, de que a cidade é o lugar para se viver, ganhar dinheiro e ter as coisas; confirma a idéia de que viver na aldeia de pescadores sem rede é morrer de fome. Mas também não faz desfalecer por completo os ideais de Aruã, que parte com a intenção de voltar.

Fora esse significado duplo explícito no próprio texto do filme, Glauber Rocha também deu espaço à cultura negra em termos visuais. Há inúmeras cenas belíssimas dos pescadores trabalhando, do transe religioso, da música e do mar revolto, quase que uma estética do candomblé e do popular.

A partir de todas essas questões cinematográficas, parto da idéia de que tanto o olhar sobre o popular de Glauber quanto o de Paulino dialogam com as concepções e tensões presentes no ambiente cultural brasileiro, particularmente o da Bahia, em fins da década de 1950 e início dos anos 60.

Minha **primeira hipótese** é que as divergências existentes durante a realização de *Barravento* estão relacionados aos conflitos e disputas ideológicas dentro da esquerda, na época e local em que o filme foi produzido. Podemos, de alguma maneira, associar a visão de Glauber - com discursos incisivos sobre a alienação - com o ideal de educar as massas do CPC da UNE, órgão que se formava mais ou menos naquela época. Da mesma forma, podemos aproximar o roteiro de Paulino a uma visão que privilegiava a cultura negra na formação da identidade nacional, ideal, de certa maneira, próximo dos folcloristas e do ISEB.

Minha **segunda hipótese** diz respeito à complexidade existente entre as relações que se estabelecem entre os indivíduos e o momento histórico em que eles vivem, uma vez que cada ser humano busca, a seu modo, captar o que há de interessante e conveniente para si no pensamento de seu tempo e, com isso, construir sua própria visão de mundo - que raramente coincide com somente uma escola de pensamento. O filme de Glauber, por mais que tenha um discurso explícito contra a alienação do candomblé, se afinando com o discurso cepecista, possui em si elementos que negam essa fala,

assim como a visão de Paulino, que apesar de também dialogar com o contexto da época, não é igualmente idêntica aos ideais de um grupo ou de outro - que por sua vez não eram homogêneos internamente.

BIBLIOGRAFIA

AMENGUAL, Barthélémy; GARDIES, René; GERBER, Raquel; GOMES, Paulo Emílio Salles; MAGALHÃES, Maria Rosa A.; STAM, Robert & ROPARS-WUILLEUMIER, Marie-Claire. *Glauber Rocha*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

AVELLAR, José Carlos. “O Negro no Cinema Brasileiro”. In: *Revista Filme Cultura*, nº 40, ago/out de 1982, ano XV.

BARCELLOS, Jalusa. *CPC: uma história de paixão e consciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

BASTIDE, Roger. *O Candomblé da Bahia*. São Paulo: Nacional, 1978.

BERNARDET, Jean-Claude & GALVÃO, Maria Rita. *O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira: Cinema*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GATTI, José. *Barravento: a Estréia de Glauber*. Santa Catarina: Editora da UFSC, 1987.

GOMES, Ângela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 1991.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de & GONÇALVES, Marcos. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

KORNIS, Mônica. *Cinema, televisão e história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do Povo Brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RISÉRIO, Antônio. *Avant-Garde na Bahia*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardí, 1995.

ROCHA, Glauber. *Revisão Crítica do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

_____. *Revolução do Cinema Novo*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

SCHWARTZMAN, Simon (sel. e introd.). *O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”*. Brasília: UNB/Câmara dos Deputados, [1981?] (Biblioteca do pensamento político republicano).

SENNÁ, Orlando (org.). *Roteiros do Terceyro Mundo*. Rio de Janeiro: Alhambra, 1985.

VANOYE, Francis & GOLIOT-LÉTÉ, Anne. *Ensaio sobre a análise fílmica*. 3ª ed. Campinas: Papyrus, 2005.

XAVIER, Ismail. *Sertão mar: Glauber Rocha e a Estética da Fome*. 2ª ed. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

MURILO MENDES POR FLÁVIO DE CARVALHO: O MODERNISMO REVISITADO PELO RETRATO

Renata Oliveira⁶⁸¹

Um desenho ou pintura podem ter muitos significados. Na maioria das vezes, o olhar do artista capta o que acontece no seu entorno e transforma, criando uma nova realidade, uma nova imagem, a partir daquilo que a gerou. No caso de um retrato muitas possibilidades estão envolvidas em sua confecção. O presente texto visa analisar a importância de Flávio de Carvalho e Murilo Mendes através da observação de duas obras específicas: um desenho e uma pintura, ambos do mesmo artista retratando o poeta. Atualmente elas fazem parte de diferentes acervos: o desenho - “*Cabeça do Poeta Murilo Mendes*” de 1951, acervo do Museu de Arte Moderna Murilo Mendes em Juiz de Fora e a pintura - “*Retrato de Murilo Mendes*” de 1951, pertencente à Coleção Gilberto Chateaubriand MAM/RJ no Rio de Janeiro. Porém, elas continuam guardando em si a essência de um olhar, de uma presença e possivelmente de um encontro.

Muito se fala sobre o artista brasileiro Flávio de Carvalho (1899-1973) quando diz respeito ao pioneirismo na atuação artística experimental, o caráter agitador ou até mesmo sobre sua dispersão e olhar multidisciplinar. Trata-se de um artista que construiu uma obra diferenciada num período em que a sociedade brasileira ainda se encontrava em processo de assimilação da produção de arte moderna no país. Apesar da grande movimentação, comentários e crítica que a sua obra gerava nesse contexto, observa-se o recorrente interesse pelo indivíduo como maior objeto e objetivo de seus trabalhos. Isto ocorria tanto em uma esfera ampla como, por exemplo, nas suas *experiências*, onde ele intervém/ afronta a sociedade, como também em esferas mais particulares, através da produção de desenhos e retratos.

⁶⁸¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora

O artista nasceu em uma rica família e pôde ter educação européia. Mesmo estudando engenharia, paralelamente se inteirou do que acontecia artisticamente na Europa, estudando desenho e pintura em cursos noturnos na King Edward VII School of Fine Arts na Inglaterra. Retornando ao Brasil logo após a semana de 22, integra-se ao grupo de pessoas que produzem e discutem a arte brasileira abandonando aos poucos a influência inicial do Art Nouveau e se voltando para a produção pautada pelo Expressionismo, movimento que segundo Argan, “[...] diante da realidade, manifesta atitude *volitiva*, por vezes até agressiva. [...] ele se põe como antítese de Impressionismo, mas o pressupõe: são movimentos que exigem a *dedicação* do artista à realidade, mesmo que o primeiro o resolva no plano do conhecimento e o segundo no plano da ação.”⁶⁸² Dessa forma pode ser “tomado como um compromisso e um gesto de afirmação do artista diante da realidade e da possível transformação dessa realidade – tanto do ponto de vista social como individual.”⁶⁸³ Isto pode explicar porque seus retratos, tanto em desenho quanto em pintura, concentram-se na figura humana e em suas particularidades. Com uma singular capacidade de adentrar o universo da personalidade de seus retratados de forma expressiva e peculiar, ele crê e quer se aprofundar cada vez mais na materialidade do indivíduo, expondo-o de maneira única e muitas vezes de forma que o próprio retratado busca não mostrar.

Em relação a Murilo Mendes, ambos os retratos apresentam uma dinâmica inquietante que demonstram o olhar aguçado do artista para a mente do poeta que não parava, pois o olho buscava na visualidade elementos que eram impreterivelmente transformados em poesia. Acredita-se que o desenho não seja um esboço propriamente dito, pois, segundo Sangirardi Jr, Flávio de Carvalho “era um grande desenhista. Jamais (o) vi traçar qualquer esboço prévio, a lápis ou carvão: o pincel ia direto da paleta para o quadro.”⁶⁸⁴ Desenho e

² Argan, Giulio Carlo. **Arte Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. P. 227.

⁶⁸³ Osório, Luís Camilo. Op. Cit. P. 12.

⁶⁸⁴ Sangirardi Júnior. **Flávio de Carvalho: o Revolucionário Romântico**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985. P. 77

pintura podem ser entendidas enquanto obras autônomas que apresentam o poeta em particularidades, mas também com diferenças: o gesto do desenho, construído em linhas rápidas que conformam uma imagem dinâmica de movimento frenético e inquieto, como feixes que podem se desfazer a qualquer momento. Já a pintura se constitui em sua mais ampla materialidade sendo poeta e fundo conjugados no mesmo espaço plano da tela. Massas de cores que se interpenetram e ao mesmo tempo em que se delimitam, se fundem formando um corpo/aura de presença e cores. Em comum, ambas apresentam uma ênfase inegável no olhar, que ao mesmo tempo penetra e distancia: seria essa a tradução visual - e proposital - para o “olhar armado” do poeta?

É importante lembrar que após o primeiro momento moderno no Brasil, tendo manifestações na década de 20, “[...] ocorre no início da década de 30, (um segundo momento) quando o movimento vai se adaptar às necessidades de uma temática social.”⁶⁸⁵ Flávio de Carvalho acaba transitando por este espaço de construção sempre buscando além de produzir, fomentar as discussões sobre a produção de arte no Brasil. Foi membro fundador do *Clube de Arte Moderna* (CAM) de São Paulo na década de 30. Este possivelmente era o espaço de contato, não só com artistas plásticos, mas também com pessoas que atuavam pela cultura do país, tais quais poetas, escritores, atores, dentre outros. As relações de amizade geradas pela convivência deste ambiente cultural são base de vários retratos sinalizando uma vasta rede de relações.

Através delas, talvez tenham surgido os retratos de Murilo Mendes, outro personagem determinante para o modernismo no Brasil. Segundo Raimundo Carvalho “o século XX [...] representa o momento de culminância de uma tradição poética no país, cuja afirmação se dá com a eclosão da modernidade. [...] sob o signo dessa modernidade e da consciência de sua identidade brasileira emerge a poesia de Murilo Mendes.”⁶⁸⁶ Nascido em Juiz de Fora

5 Zílio, Carlos. Op. Cit. Pg. 17.

6 Carvalho, Raimundo. **Murilo Mendes: o olhar vertical**. Vitória: Edufes, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2001. Pg. 11

(1901-1975), estudou no Rio de Janeiro para onde se mudou definitivamente em 1920. Desde jovem sentia que a poesia lhe aparecia através da visualidade:

O prazer, a sabedoria de ver, chegavam a justificar minha existência. Uma curiosidade inextinguível pelas formas me assaltava e assalta sempre. Ver as coisas, ver as pessoas na sua diversidade, ver, rever, ver, rever. O olho armado me dava e continua a me dar força para a vida. (Murilo Mendes *Apud* DAIBERT, 1995, p. 104)

O poeta teve uma vasta e importante produção, pautada não só pela liberdade criativa, mas também pela riqueza de seu universo gerado pelo diálogo intenso com outros poetas e artistas, com quem muitas vezes estabeleceu relações intelectuais, mas também, de afetividade. Dentre os amigos mais próximos estava Ismael Nery, com que teve um forte laço de amizade interrompido pela morte precoce do artista, mas, que não o impediu de mostrar ao poeta a importância das vanguardas artísticas que aconteciam no momento em que se conheceram e conviveram.

A atuação como professor de Cultura Brasileira na Universidade de Roma e posteriormente na Universidade de Pisa na Itália, somente reforça como sua criação poética está intimamente ligada com o profundo conhecimento do ambiente cultural de nosso país. Segundo o próprio poeta, atraia-lhe “a variedade das coisas, a migração das ideias, o giro das imagens, a pluralidade no sentido de qualquer fato, a diversidade dos caracteres e temperamentos, as dissonâncias da história.” (Murilo Mendes *Apud* DAIBERT, 1995, p. 107) Tudo o que transitava pela ‘*cabeça do poeta Murilo Mendes*’ gerou inúmeros poemas, livros e textos que tiveram aproximação com diversos movimentos das artes visuais, como antropofagia, característica dos primeiros passos do modernismo no Brasil, ou Surrealismo, fruto da convivência com André Breton e Magritte. Suas publicações são conhecidas não só no Brasil como também no exterior. Na França, por exemplo, teve o livro *Janela do caos*, publicado em edição especial com litografias de Francis Picabia,

dentro de um conceito de livro de artista, amplamente utilizado na época. Essa busca de inúmeros poetas do período pela convivência e aprofundamento no universo das artes visuais, faz surgir belos encontros registrados em poesias, desenhos, quadros e esculturas que chegam para nós como um testemunho não só de relações pessoais, mas também de importantes recortes históricos.

Apesar de o encontro intelectual desses dois personagens ainda não ser efetivamente comprovado, existem vários indicativos que poderiam fazer supor essa possibilidade. Ambos trabalharam intensamente em prol do pensamento moderno no Brasil. Apesar de terem exercido suas funções em cidades diferentes, sabe-se que as redes de relações eram amplas e que existia uma generosa troca de informações e diálogos entre a intelectualidade de Rio de Janeiro e São Paulo. No período em que Flávio de Carvalho encaminhava seus projetos e trabalhos em vários âmbitos - travando embates com e entre artistas, críticos e a sociedade paulista que tentava entender a complexidade de sua obra e obviamente bastante diminuída no período - Murilo atuou de forma intensa no Rio de Janeiro. Segundo Arlindo Daibert, entre 1946 e 1951 o poeta “publica no suplemento *Letras e Artes* do jornal *A Manhã* uma coluna de crítica dedicada à literatura, música e artes. Torna-se amigo de artistas Di Cavalcanti, Portinari, Flávio de Carvalho, Guignard [...]”⁶⁸⁷ dentre outros. Do círculo de amizades em comum pode ter surgido o contato, já que 1951 - ano anterior à viagem de Murilo para o exterior - é a data do desenho e da tela.

Essas duas obras, mais do que retratos são verdadeiros relatos da intensidade que é presente no artista e no poeta e que quando se encontram não poderia gerar resultados diferentes. Obviamente não está em jogo somente as particularidades da expressão e personalidade do poeta, assim como a explosão do traço, formas e cores do artista. Antes de tudo estas obras representam um ponto de encontro entre a história de Juiz de Fora e o exercício da modernidade no Brasil.

⁶⁸⁷Guimarães, Júlio Castañon. **Caderno de Escritos/ Arlindo Daibert**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995. Pg. 104.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

ARGAN, G. C. **Arte Moderna**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2004. 709 pgs.

_____. **História da Arte Como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 280 pgs.

ARNHEIM, R. **Intuição e Intelecto na Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 343 pgs.

BRITTO, R. O Moderno e o Contemporâneo (O Novo e o Outro Novo). In: BASBAUM, R.(org.) **Arte Contemporânea Brasileira**; Texturas, Dicções, Ficções, Estratégias. Rio de Janeiro; Rios Ambiciosos, 2001. Pgs 203 a 215.

CARVALHO, R. **Murilo Mendes: o olhar vertical**. Vitória: Edufes, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2001. 118 pgs

CRISTÓFARO, V. (Org.). **Patrimônio Vivo: UFJF 45 anos**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005. 216 pgs.

GUIMARÃES, Júlio Castañon. **Caderno de Escritos/ Arlindo Daibert**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995. 188 pgs.

GOMBRICH, E. H. **História da Arte**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1999.688 pgs.

HAUSER, A.**História Social da Arte e da Literatura**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003. 1032 pgs.

HUYSSSEN, A. Introdução. In: HUYSSSEN, A. **Memórias do Modernismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. Pgs.: 7-21.

MORAES, A. C. **Flávio de Carvalho: O Performático Precoce**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986. 88 pgs.

OSÓRIO, L. C. **Espaço da Arte Brasileira**; Flávio de Carvalho. São Paulo: Cosac&Naify Edições, 2000. 118 pgs.

PANOFSKY, E. **Significado nas Artes Visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2009. 439 pgs.

PICCHIO, L. S. (org). **L'occhio armado del poeta**. Roma: Gangemi Editore, 2001. 205 pgs.

SANGIRARDI, Júnior. **Flávio de Carvalho: o Revolucionário Romântico**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985. 108 PGS.

STANGOS, N. **Conceitos da Arte Moderna**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Editor, 1991. 306 pgs.

ZÍLIO, C. **A Querela do Brasil – A questão da identidade da arte brasileira: a obra de Tarsila, Di Cavalcanti e Portinari/1922-1945**. Rio de Janeiro: Edição Funarte, 1982. 139 pgs.

OS EMBATES SOCIAIS E IDEOLÓGICOS QUE MARCARAM O INÍCIO DOS ANOS 1960 NO BRASIL

Renato João de Souza
Graduado pela Funedi/Uemg e Mestrando na UFJF

Após o fim da Segunda Guerra Mundial várias idéias de liberdade povoaram o pensamento e a política ocidental. No Brasil, o período entre o fim do Estado Novo (1945) e o Golpe Civil Militar de 1964 foi marcado por intensas conturbações sociais. Pois, nesse contexto os diferentes projetos de Brasil se confrontaram e mediram forças no campo da experiência social e democrática do pós 1945.

Esta mobilização alcançou seu cume nos anos de 1963 e 1964, quando as disputas entre os diversos atores sociais do período chegaram às diversas esferas da sociedade. Se no congresso as propostas reformistas eram discutidas nas ruas, grupos radicais começaram a pedi-las “na lei ou na marra”, como era o lema das ligas camponesas em relação à reforma agrária. Isso assustou os setores conservadores que também saíram às ruas com importantes manifestações, como, a passeata conhecida como “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” que contou com mais de 500 mil participantes somente em São Paulo.

Minas Gerais não ficou alheio neste contexto assim como em boa parte do Brasil, ocorreu a tentativa de se ampliar os espaços de participação popular, e cresceu a consciência de que o povo deveria atuar de modo mais ativo nos espaços sociais e políticos do país. No entanto, a pressão dos grupos conservadores, manifesta nos variados discursos disseminados nos mais diversos meios culturais e informativos do período, juntamente com ações policiais e políticas fizeram com que este processo fosse subjugado.

Aqui procuramos analisar como as disputas sociais presentes em todo Brasil e especialmente em Minas Gerais neste contexto foram representadas nos discursos da época. Para isso trabalhamos com o jornal “Estado de Minas” e “Binômio” a cerca deste contexto. Por serem de origem ideológica e política distinta,

estes jornais parecem dar materialidade às disputas presentes nos discursos àquela época.

Como já colocamos os embates no campo social ocorreram também no campo simbólico, onde os diferentes grupos em disputa buscaram legitimidade para suas ações e assim os discursos deste período são carregados das lutas pelo poder presentes na sociedade.

Embora este período venha despertando o interesse de grandes historiadores ao longo dos últimos anos ainda há poucos trabalhos que abordam esta questão a partir dos informativos do período. Entre as obras que tratam desta questão está o livro de Rodrigo Pato Sá Motta, “Jango e o Golpe Militar de 1964 na Caricatura”⁶⁸⁸, esse discute como nos principais jornais do país caracterizaram através de caricaturas os principais nomes da época e identificando políticos como Carlos Lacerda enquanto corvo e dependendo da tendência do jornal apresentando Goulart hora como conspirador hora como um grande líder democrático. Assim este livro nos ajuda a pensar as várias representações criadas a cerca deste período na imprensa. Outra importante obra é a de Maria Rosa Duarte de Oliveira. “João Goulart na Imprensa: de personalidade a personagem”, na qual a autora busca analisar as representações dos principais jornais paulistas do início dos anos sessenta sobre o então presidente Goulart. Sua obra busca através dos jornais. “O Estado de São Paulo”, a “Folha de São Paulo” e o “Última Hora”, jornais com posicionamento políticos diferenciados, entender como estes periódicos disseminaram uma imagem bastante distinta de Goulart criando e difundindo uma imagem deste que ia desde um “líder democrático” a um “demagogo fraco e incapaz”⁶⁸⁹. Esta obra nos leva a pensar a importância destes jornais na circulação e formação dos discursos da época.

Acreditamos que também em Minas Gerais os jornais os quais nos propomos a estudar, jornais com posicionamentos

⁶⁸⁸ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. Jango e o golpe de 1964 na caricatura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

⁶⁸⁹ OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. João Goulart na Imprensa: de personalidade a personagem. SP, Annablume, 1983.

distintos, nos ajudarão a compreender melhor os elementos simbólicos que permearam os embates do período. Embates que vinham de uma sociedade que buscava maior participação social e política, mas que tiveram de enfrentar ações repressivas e violentas como a repressão de greves e de outras manifestações populares, quanto com a implantação de um aparelho ideológico⁶⁹⁰, que ia desde a confecção de panfletos até anúncios em grandes jornais do Estado, sempre buscando tanto a desmobilização popular quanto a legitimação do movimento golpista.

Estas medidas adotadas no campo ideológico tinham por objetivo movimentar a sociedade contra Goulart e o grupo reformista. Ligando seu nome ao comunismo e mostrando-o como incapaz de resolver a crise pela qual passava o país. Neste processo é relevante a participação de diversos meios de comunicação, especialmente importantes jornais da imprensa escrita como o Jornal “Estado de Minas” o que podemos perceber em seu editorial de 2 de abril de 1964

Multidões em júbilo na Praça da Liberdade. Ovationados o governador do estado e chefes militares. O ponto culminante das comemorações que ontem fizeram em Belo Horizonte, pela vitória do movimento pela paz e pela democracia foi, sem dúvida, a concentração popular defronte ao Palácio da Liberdade. Toda área localizada em frente à sede do governo mineiro foi totalmente tomada por enorme multidão, que ali ocorreu para festejar o êxito da campanha deflagrada em Minas (...), formando uma das maiores massas humanas já vistas na cidade⁶⁹¹

Assim, editoriais propagandistas do movimento e posteriormente do golpe e a manipulação de matérias políticas tornaram alguns desses jornais imprescindíveis meios de divulgação das idéias dos grupos detentores do poder que buscavam manter o

⁶⁹⁰Sobre as características deste instrumento seus membros e montagem Ver: STARLING Maria Heloisa Murgel, *op cit*, pp. 94 – 100.

⁶⁹¹(O Estado de Minas - Belo Horizonte - 2 de abril de 1964)

controle no Estado, impondo seu modo de ver e fazer política. Utilizando inclusive da força para silenciar jornais de oposição como o “Binômio” fechado e destruído logo após o golpe. Por ter tentado representar nos últimos anos uma oposição que ganhava as ruas, desencadeava greves e buscava se engajar nas lutas nacionais.

A história deste jornal sempre foi muito conturbada, chegando a ponto de ser depredado por militares em 1961. Desde sua fundação se propôs a uma análise crítica da sociedade. Fez história enfrentando o empresariado e políticos importantes da época. Enquanto jornais conservadores se colocaram contra Goulart e sua plataforma reformista este jornal conseguiu ser uma voz contrária a este projeto. Denunciando arbitrariedades cometidas pelo alto escalão de exército e desde 1963 alertando para a ameaça golpista. Acreditamos que estes dois jornais, “Estado de Minas” e “Binômio”, representaram em boa medida no campo simbólico uma disputa social que mobilizava todo país.

Quanto ao conteúdo destes jornais ainda precisamos avançar nas pesquisas, mas sabemos que o “Estado de Minas” com suas relações com o IPES e com os vários setores conservadores da época acabaram por apresentar e representar os setores engajados nas disputas por reformas como comunista e mais criando e difundindo um imaginário no qual o país sobre a liderança de Jango marchava para o socialismo ateu e degenerado.

Quanto ao “Binômio”, embora se possa encontrar alguns traços conservadores, principalmente em setores ligados a igreja este parece ter desafiado os grandes meios de comunicação da época e realizando importantes denúncias sociais como a venda de imigrantes e a denúncia de empresários, ainda atuava no campo político, denunciando políticos corruptos e incapazes e atentando para a eminência de um golpe de Estado desde meados de 1963.

Neste sentido Minas integrou-se ao sistema golpista que envolveu todo país e que utilizando todas as armas acabou sufocando a experiência democrática do período, e legitimando um golpe que deixaria marcas na sociedade brasileira ainda hoje para o amadurecimento das estruturas democráticas no país.

REFERÊNCIAS:

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania No Brasil o Longo Caminho*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

FERREIRA, Jorge. *A democratização de 1945 e o movimento queremista*. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves, Ferreira Jorge (org). *O tempo da Experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; V. 3).

FERREIRA, Jorge. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves, Ferreira Jorge (org). *O tempo da Experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; V. 3).

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: Jorge Ferreira; Lucilia de Almeida Neves Delgado. (Org.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rev. Bras. Hist., 2004, vol.24, no.47, p.29-60. ISSN 0102-0188.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas a crise política*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FREDERICO, Celso. *40 anos depois*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanexe. *Fontes Históricas*: São Paulo: Contexto, 2005.

MONTENEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Fernando Teixeira. *Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)*. in: DELGADO, Lucília de Almeida Neves, Ferreira Jorge (org). *O tempo da Experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; V. 3).

MOTTA, Rodrigo Pato Sá . *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

RABÊLO, José Maria. *Binômio. Edição histórica. O jornal que virou Minas de cabeça para baixo*. Belo Horizonte: Barlavento, 1997.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Pato Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis: Editoras Vozes.

OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. *João Goulart na Imprensa: de personalidade a personagem*. SP, Annablume, 1983.

FONTES:

Jornais: Estado De Minas e Binômio.

O ESTUDO DA *ILUSTRAÇÃO* A PARTIR DOS ROMANCES: UMA ALTERNATIVA POSSÍVEL?

Renato Sena Marques⁶⁹²

Richard MORSE, em entrevista concedida à Helena Maria Bousquet BOMENY, afirmou, em determinado momento, a validade da literatura enquanto fonte histórica possível. Para Morse, citando Frank TANNENBAUM, “(...) se você quer entender a revolução mexicana precisa ler os romancistas (...)”.⁶⁹³ Morse, portanto, atribuiu um peso significativo à literatura enquanto fonte histórica. Algo ainda raro. Existe, ainda hoje, uma separação entre diferentes áreas do conhecimento. É o que Morse chamou por “Ilhas Feudais”. Seriam as “especializações”. O conhecimento compartimentado. A ausência de uma interdisciplinaridade. As “ilhas feudais”, na visão de Morse, seriam, em boa medida, a incomunicabilidade entre diferentes áreas do conhecimento que, uma vez reunidas, poderiam exercer uma ajuda mútua.

É assim que vejo a relação entre os romances e os estudos sobre a *Ilustração*. Não é possível, a meu ver, pensar este movimento tomando como fontes apenas os tratados filosóficos. Como bem lembrou Franklin de MATOS, “(...) no século XVIII, a filosofia se acomoda não apenas ao tratado rigoroso, mas também ao diálogo, ao romance, ao conto, à carta, ao ensaio, à peça de teatro, ao verbete de dicionário. Tal diversificação exprime a certeza de que filosofia não deve ser uma controvérsia entre especialistas, mas intervenção nos destinos da cidade, na vida e na felicidade dos homens.”.⁶⁹⁴

O que proponho, então, é apresentar alguns exemplos de importantes estudiosos que não consideraram, a contento, os romances enquanto fontes históricas possíveis para a compreensão do movimento Ilustrado. Início por BAKHTIN.

⁶⁹² Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

⁶⁹³ BOMENY, Helena Maria Bousquet. *Uma Entrevista com Richard Morse*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p.77-93.

⁶⁹⁴ MATOS, Franklin de. *O Filósofo e o comediante*. Ensaios sobre literatura e filosofia na Ilustração. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, pp.196-197.

A crítica do lingüista russo sobre a má compreensão da obra de RABELAIS é, de fato, bastante pertinente. No entanto, ao pensar a relação da filosofia das *Luzes* com as criações rabelaisianas, Bakhtin generaliza e não faz o percurso inverso. Para ser mais preciso: Bakhtin afirma: “O século XVIII foi o que menos soube ler a obra de Rabelais” (aqui, a propósito, já existe uma nítida generalização), mas, todavia, não se pergunta o porquê desta má leitura. Entendo que Bakhtin acerta no fato. Mas errou na generalização (utiliza, por exemplo, as opiniões de VOLTAIRE, sobre François Rabelais, como algo que, pretensamente, corresponderia a toda uma visão do movimento Ilustrado) e, principalmente, por não buscar explicações possíveis para sua constatação. E aqui entram os romances. Em que medidas estes poderiam enriquecer a análise de Bakhtin?

Acredito que os romances demonstrariam toda uma aversão, do século XVIII, sobre qualquer literatura não fundada na observação racional. Afinal, os setecentos foi herdeiro de uma transformação na forma de ser ver o mundo. Gradativamente, ainda no século XVII, a escolástica, como todos os seus pressupostos estabelecidos, perdia terreno para os sentidos enquanto fonte segura na compreensão do “real”. Como bem lembrou CHAUNU, uma conjuntura que se iniciou em DESCARTES (1596-1650), chegando na estética empirista de NEWTON (1642-1727), acarretando, por fim, em uma “literatura de sensação”, de John LOCKE (1632-1704).

Assim, como imaginar Voltaire, (um deísta, diga-se de passagem), admirando uma “natureza imperfeita”, tal como, à primeira vista, se apresentava a obra de Rabelais? Bakhtin afirma: “é preciso ler a obra de Rabelais com um olhar não anacrônico. De fato. Mas o mesmo deve ser aplicado nas opiniões de Voltaire sobre o autor de *Gargântua e Pantagruel*. Voltaire estava inserido em um ambiente literário que Jonathan SWIFT (1667-1745), em seu romance *As Viagens de Gulliver* (1726; *Gulliver's Travels*), bem exemplificou: “(...) de todo o meu coração desejaria que fosse decretado por lei que, antes de qualquer viajante publicar a relação das suas viagens, jurasse em presença do grã-chanceler que tudo o que mandasse imprimir, fosse exatamente verdadeiro, ou, pelo

menos, que assim o julgasse. O mundo não seria enganado como é todos os dias.”⁶⁹⁵

Não está em questão, aqui, se a “verdade” na obra de Rabelais aparece de uma maneira cifrada. O que discuto é, entretanto, a ausência, em Bakhtin, daquilo que ele próprio pede a Voltaire: um julgamento não anacrônico. Voltaire, tal como outros *ilustrados* (não todos, porém), viam a natureza enquanto algo que possuía leis perfeitas, capazes, inclusive (e até certo ponto) de serem compreendidas pelos sentidos humanos. É uma característica própria à *Ilustração*. Seria crível, portanto, que um filósofo, pensando de tal maneira, criasse uma narrativa onde tudo contrariasse a perfeição das leis naturais?

SCHORSKE, em seu trabalho,⁶⁹⁶ faz uma interessante análise da visão iluminista sobre as cidades. Prudente, antecipa que o máximo que iria conseguir é “(...) apresentar algumas linhas de pensamento.”⁶⁹⁷ No entanto, o autor, ao criar modelos, acaba por generalizar. Em sua opinião, a cidade, para o século XVIII, seria vista como o *locus* da virtude. Para Schorske, “O século XVIII desenvolveu, a partir da filosofia do Iluminismo, a visão da cidade como virtude (...)”.⁶⁹⁸ Contraponho a esta afirmação de Schorske a imagem da cidade nos romances “Moll Flanders” (1722; *Moll Flanders*), de Daniel DEFOE (1660-1731) e em “Júlia ou A Nova Heloísa” (1761; *Julie ou La nouvelle Heloise*), de Jean Jacques ROUSSEAU (1712-1778).

Em “Moll Flanders”, a narrativa se desenvolve em Londres. Cidade tida, por muitos filósofos, como o exemplo da aplicação dos preceitos defendidos pelas *Luzes*. Seria de se esperar, portanto, que “Moll Flanders” confirmasse o modelo pensado por Schorske. Todavia, neste romance, o que se vê na maioria das ações foram,

⁶⁹⁵ SWIFT, Jonathan. *Viagens de Gulliver*. São Paulo: Editora Brasileira, 1950, p. 334.

⁶⁹⁶ SCHORSKE, Carl E. *Pensando com a História*. Indagações na passagem para o modernismo. (Tradução de Pedro Maia Soares). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁶⁹⁷ *Ibidem*, p. 53.

⁶⁹⁸ *Ibidem*, p. 54.

principalmente, roubos, prostituição e abortos. Sobre este último, a propósito, Flanders afirma que se trata de um “Estranho testemunho do vício crescente da época, que me chocou profundamente, por mais depravada que eu mesma tivesse sido.”⁶⁹⁹

A própria protagonista, como já se subtende, é uma pessoa depravada. Trata-se, exatamente, de uma ladra, ex-prostituta e mãe que abandona seus quatro filhos. Flanders não é a única na cidade. Suas ações se inserem, como lembra WATT, dentro de uma conjuntura em que aflorou “(...) uma das instituições características da moderna civilização urbana: uma classe criminosa bem definida (...)”.⁷⁰⁰ Onde residiu, então, a virtude nesta cidade? Se Schorske considerasse o romance enquanto uma fonte possível para se entender a *Ilustração* poderia ter relativizado o seu modelo. E que fique claro que o romance de Defoe fala sobre a propalada Londres.

Penso agora em Rousseau. Em seu romance, “Júlia ou A Nova Heloísa”, o genebrino faz constantes considerações sobre a vida no campo. O protagonista, Saint-Preux, a propósito, ficara escandalizado com os costumes das mulheres em Paris. Ora, em assim sendo, de qual virtude Schorske fala que as cidades, durante a *Ilustração*, estariam impregnadas? Seria, acaso, uma “virtude” nos comportamentos? Não parece ser o caso.

Em “Cândido ou O Otimismo” (1759; *Candide ou l'Optimisme*), Voltaire faz o seu protagonista visitar Lisboa. Lá, é observado um auto-de-fê com vistas a aplacar a “fúria divina” após o terremoto que teria destruído a cidade em 1755. “Após o tremor de terra que destruíra três quartos de Lisboa, não descobriram os sábios do país melhor recurso para prevenir a ruína total do que oferecer ao povo um belo auto-de-fê; decidira a Universidade de Coimbra que o espetáculo de algumas criaturas queimadas a fogo lento, em grande

⁶⁹⁹ DEFOE, Daniel. *Moll Flanders*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1980, p. 181.

⁷⁰⁰ WATT, Ian. *A ascensão do romance*. Estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. (Tradução de Hildegard Feist). São Paulo: Companhia das letras, 1990, p.86.

cerimônia, é segredo infalível para impedir a terra de tremer.”⁷⁰¹ Superstição, fanatismo, ausência da razão, exagero nas paixões, desprezo pela ciência. Seria Lisboa, de fato, uma cidade onde imperava a virtude?

Poderia prosseguir nesta contraposição. Todavia, acredito que os exemplos citados já foram suficientes. O que pretendi demonstrar foi, principalmente, que em muitos casos a análise sobre a *Ilustração* se mostra incompleta. Qualquer tentativa do estudioso em silenciar o intenso debate que existiu na dinâmica das *Luzes*, em favor de uma ânsia para se criar “modelos inteligíveis”, empobrecem um movimento que, por suas próprias características, se mostrou bastante complexo. A *Ilustração* viveu dos debates e das disputas entre idéias. Um movimento pouco propenso, pois, a se enquadrar em modelos. Como bem lembrou CASSIRER,

o pensamento iluminista consegue sempre extravasar do quadro rígido do sistema e libertar-se, justamente nos espíritos mais fecundos e mais originais, da sua estrita disciplina. Não é nas doutrinas particulares, nos axiomas e teoremas em que ele acaba por fixar-se que esse pensamento manifesta com maior clareza a sua estrutura e a sua orientação característica, mas quando se deixa empolgar no próprio devir de sua elaboração, quando duvida e averigua, quando derruba e constrói. A totalidade desse movimento incansavelmente flutuante, em permanente fluxo, não poderia reduzir-se a uma simples soma de opiniões individuais.⁷⁰²

Dessa forma, Schorske erra ao tentar englobar um conceito (“virtude”) dentro de um objeto de análise (“cidades”). Não definiu o que seria o primeiro. Não olhou, de certo, os romances, quando generalizou o segundo. Tanto um, quanto outro, tiveram diferentes

⁷⁰¹ VOLTAIRE, François - Marie Arouet. *Cândido ou O Otimismo*. (Tradução de Miécio Táci). Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1998, p.24.

⁷⁰² CASSIRER, Ernst. *A Filosofia do Iluminismo*. (Tradução: Álvaro Cabral). Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 12.

visões dentro da *Ilustração*. Os romances ajudariam, sobremaneira, a demonstrar isso.

Sim. Os romances são fontes possíveis para uma boa compreensão do movimento Ilustrado. Desconsiderá-los é estar aberto a uma análise incompleta, superficial e restrita da *Ilustração*. Para ilustrar tal assertiva, trago o exemplo da análise realizada por Franco VENTURI.

Este autor nega a existência da *Ilustração* na Inglaterra. Em seu parecer, as questões que movimentaram os protestos dos filósofos ilustrados, em outras partes da Europa, teriam sido solucionadas, ainda no século XVII, dentro da ilha. Destarte, não havia questões a serem pensadas. Segundo Venturi, (...) na Inglaterra a ausência de um “parti des philosophes”, ou do que se pode também chamar de “alienação dos intelectuais”, deve-se precisamente ao fato desse fenômeno ter ocorrido antes no país e de ter justamente provocado a Revolução Puritana a qual, por sua vez, propiciou a liberdade política que substituiu o absolutismo no qual cresce e se alimenta a intelligentsia.”⁷⁰³

Venturi parece desconhecer os romances ingleses. Acaso as obras de Daniel Defoe, por exemplo, não teriam se inserido dentro de um debate ilustrado? As novelas inglesas de RICHARDSON (1689-1761) trouxeram uma narrativa “alienada” e desconexa com o movimento da *Ilustração*? Venturi parou nas obras de Locke e Newton. Esqueceu que as criações artísticas, das quais, obviamente, fizeram parte os romances, colocaram a Inglaterra em uma posição de destaque durante o período das *Luzes*. Para Venturi, diante do fato de que o autor renega as *Luzes* inglesas, também não teria existido uma “Ilustração econômica” na Inglaterra. Do que, então, falava “Robinson Crusoé” (1719; *Robinson Crusoe*)? Será que o individualismo das obras de Defoe não se direcionava a um conjunto de transformações, típicas do “Iluminismo econômico” inglês?

Faltou a Venturi a leitura de romances. Assim, sua análise está relacionada a uma visão unilateral da *Ilustração*. Os romances

⁷⁰³ VENTURI, Franco. *Utopia e Reforma no Iluminismo*. Bauru: Edusc, 2003, p.23.

ingleses movimentaram e ampliaram o debate entre os ilustrados. Fonte, portanto, primordial para não se realizar, tal como fez Venturi, uma análise incompleta do Movimento Ilustrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. (Tradução de Yara Frateschi Vieira). São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- BOMENY, Helena Maria Bousquet. *Uma Entrevista com Richard Morse*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.
- CASSIRER, Ernst. *A Filosofia do Iluminismo*. (Tradução: Álvaro Cabral). Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- DEFOE, Daniel. *Moll Flanders*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1980.
- MATOS, Franklin de. *O Filósofo e o comediante*. Ensaios sobre literatura e filosofia na Ilustração. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- SCHORSKE, Carl E. *Pensando com a História*. Indagações na passagem para o modernismo. (Tradução de Pedro Maia Soares). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SWIFT, Jonathan. *Viagens de Gulliver*. São Paulo: Editora Brasileira, 1950.
- VENTURI, Franco. *Utopia e Reforma no Iluminismo*. Bauru: Edusc, 2003
- VOLTAIRE, François - Marie Arouet. *Cândido ou O Otimismo*. (Tradução de Miécio Táci). Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1998.
- WATT, Ian. *A ascensão do romance*. Estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. (Tradução de Hildegard Feist). São Paulo: Companhia das letras, 1990.

A IMPRENSA SOTEROPOLITANA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: AS REPRESENTAÇÕES PARTIDÁRIAS NOS JORNAIS DA CIDADE DO SALVADOR (1910/1912).

Hugo Santiago Mendes⁷⁰⁴

Resumo

Este trabalho busca refletir o papel da imprensa soteropolitana nos primeiros anos do regime republicano, mais precisamente na década de 10, como uma das principais representantes dos grupos políticos da época que lutavam intensamente pelo poder na capital do Estado da Bahia. Assim periódicos como Diário de Notícias, Gazeta do Povo e Diário da Tarde são analisados como parte integrante e de grande relevância dos partidos políticos do período, jornais que utilizando-se da sua principal função, a transmissão da informação, buscava enfatizar ao leitor a importância para o Estado dos líderes partidários, reverenciando – os e / ou combatendo – os de acordo com as alianças partidárias, travando assim uma verdadeira “batalha” acerca de qual veículo de informação transmitia a população soteropolitana os fatos de forma imparcial e verídica. Visando retratar esse papel político desenvolvido pela imprensa da época o presente artigo busca analisar uma inquestionável “filiação” partidária dos três jornais acima citados e os posicionamentos distintos que os mesmos tiveram acerca de dois fatos relevantes para a luta pelo poder na cidade do Salvador: as eleições para a Intendência Municipal ocorrida no ano de 1911, e ao Governo do Estado em 1912.

Palavras – chaves: Imprensa. Informação. Grupos Políticos. Poder.

Apesar de toda revolução que o movimento dos Annales trouxe para a historiografia mundial, no que tange aos métodos historiográficos, a importância da interdisciplinaridade, assim como o olhar para novas fontes que não se limitassem aos documentos e

⁷⁰⁴ Pós – graduando em História Social e Econômica do Brasil pela Faculdade São Bento da Bahia

registros oficiais, levando alguns historiadores a criticar arduamente algumas tipologias da fonte escrita, a mesma ainda tem destaque nas produções historiográficas contemporâneas, proporcionando que através de revistas, jornais e até diários oficiais, o historiador possa refletir a dimensão social e política do contexto estudado, ficando atento não só aos grandes líderes, mas também aos que por muito tempo foram excluídos da história.

Nessa pesquisa procuro analisar o papel da imprensa⁷⁰⁵ frente aos embates políticos que eram travados na cidade do Salvador nas primeiras décadas da República. Periódicos que detinham uma dimensão partidária tão enraizada, que através do seu principal dever, a transmissão da informação, detalhavam ou simplesmente negavam os fatos de acordo com os interesses dos grupos políticos a qual representavam.

Num contexto político protagonizado pela política das salvaçãoes⁷⁰⁶, enquanto as oligarquias tradicionais soteropolitanas, representadas por políticos como, Severino Vieira, José Marcelino de Souza e Luiz Vianna, buscavam conservar seu poder frente à capital e ao Estado, o presidente da república em exercício, o Marechal Hermes da Fonseca, deixava claro seu apoio ao novo grupo político em ascensão: o Partido Democrata, chefiado por José Joaquim Seabra. É neste contexto conturbado de remodelação política que dois eventos de extrema importância aconteceram e modificaram completamente o cotidiano da cidade do Salvador: as disputas pela Intendência Municipal e pelo Governo do Estado, tendo este último protagonizado o bombardeio da cidade.

⁷⁰⁵ O termo imprensa é utilizado visando compreender o conjunto dos meios de comunicação de massa, os jornais.

⁷⁰⁶ Foi denominada de “política das salvaçãoes”, o fenômeno político realizado na década de 10 pelo então presidente, Marechal Hermes da Fonseca, que pretendia erradicar o poder das oligarquias frente o regime republicano. Esta pretensão levou a utilização efetiva dos três poderes – judiciário, legislativo e executivo - e da violência, para derrubar os governos locais. Esta política será aplicada a todos os Estados do Norte e também na Bahia, fato que influenciou no incidente de 1912 na cidade do Salvador

Em novembro de 1911 é realizada a votação para o cargo de prefeito da cidade do Salvador, constatando-se o jogo de interesses característicos nas indicações dos candidatos; enquanto coube a ala seabrista a indicação de Júlio Brandão, coube aos governistas a nomeação do candidato João Santos. Com a apuração dos votos realizada no dia 22 de dezembro, sagrou-se vencedor os governistas, o que provou uma instabilidade no município. Como de costume nas eleições realizadas no período, quando um grupo político não tinha seus interesses atendidos no processo eleitoral, ocorria a duplicata dos resultados, levando cada grupo proclama-se vitoriosos. Descontentes com o resultado e ciente do total apoio que detinha do governo federal, os seabristas entraram com um habeas – corpus para empossar o candidato opositor, criticando os políticos vencedores de adotar métodos desonestos no processo eleitoral.

E' um facto incontestado que no pleito municipal desbaratamos nas urnas a Colligação Cívica, elegendo o intendente desta cidade e dez conselheiros. Para apparentar uma Victoria não alcançada, o governo recorreu a meios ignoráveis, falsificando grosseiramente diversas actas, arranjando duplicatas vergonhosas, violentando a consciência de uma junta constituída propositadamente de elementos incapazes de reagir contra as affrontas governamentais. Dentro da lei, da qual jamais nos afastamos, conseguimos esbandurrar-lhe o plano. Mui legitimamente foram reconhecidos o nosso candidato á intendência e dois terços dos membros de conselho, ficando os nossos adversários com o restante (Gazeta do Povo, 02/01/1912).

A citação acima explicita o uso da imprensa com fins inteiramente partidários, já que o Jornal Gazeta do Povo era um órgão que muito além de informar a população letrada, se preocupava em defender os interesses de J. J. Sebara. Eram produzidas pro este veiculo de informação notícias e matérias que tinham como principal função criticar seus adversários políticos. Neste período o alvo das criticas era o governador do Estado, Araújo

Pinho, que havia solicitado a presença da Força Policial para impedir que o grupo oposicionista tomasse posse do poder municipal

Tamanha, porém, era a certeza da sua impopularidade, da sua falta de apoio na opinião, da desmoralização em que caíu, que, para manter o seu acto, alastrou a cidade de soldados de policia, completamente municiados, de jagunços importados diariamente em bandos e até, segundo fomos informados, dos reclusos na Penitenciaria, isto é, dos criminosos em cumprimento de sentença! (Gazeta do Povo, 02/01/1912).

Contando com o apoio federal Seabra e seus correligionários além de garantirem o controle da Intendência Municipal, chegaram ao poder máximo local, ao poder do Governo do Estado. As eleições estaduais de 1912, proporcionou numa verdadeira guerra pelo poder travada pelas oligarquias baianas, chegando ao ponto do embate físico entre a Força Policial que representava a oligarquia situacionista e o Exército que defendia os interesses da ala seabrista. A eleição para o governo do Estado da Bahia acarretou no bombardeio da primeira capital do Brasil pelos fortes que um dia foram responsáveis pela sua defesa, um crime político que culminou em diversas mortes, principalmente de civis.

Novamente a imprensa terá papel fundamental no desenvolvimento dos fatos. Destacam-se além do periódico, Gazeta do Povo, os jornais Diário da Tarde, órgão severinista, e o Diário de Noticias, periódico que auto intitulava-se apertadário, comprometido apenas com o povo. Enquanto coube ao jornal seabrista procurar ao máximo defender seu líder das acusações de principal culpado pelo incidente, coube aos outros periódicos realizar um detalhamento ainda não presenciado dos fatos. Retravava o órgão severinista, *“Ouvimos que durante o bombardeio de ante- hontem foram disparados contra esta capital 78 tiros de peças e canhões, sendo 6 do Forte de S. Pedro, 32 do Barbalho e 40 do São Marcello”*. (Diário da Tarde, 12/01/1912). A batalha central pela verdade sobre os incidentes do dia 10 de janeiro de 1912 entre os jornais proporcionou uma grande confusão ao leitor, que não sabia mais quem eram os

culpados pelas inúmeras mortes e destruições da cidade. Cada grupo político defendia-se como podia

O povo sensato da Bahia, homens que pensam, reflectem e ponderam, os amigos da Lei e da Razão, estiveram e estão ao lado dos exms, srs drs. José Marcelino de Souza e Aurélio Vianna, por verem nestes dois ilustres estadistas os verdadeiros defensores da autonomia do Estado (Diário da Tarde, 12/01/1912)

Grande parte das acusações foram remetidas ao político J.J. Seabra, que segundo seus opositores, não refletiu sobre as conseqüências que o seu projeto poderia trazer para a autonomia política do seu Estado de origem, além de não se preocupar com o povo ao qual dizia defender

O sr. Seabra desmascara-se, afinal S. ex. revela por fim seu grande amor à terra que lhe foi o berço. Quer subir, quer ser governador da Bahia, e como as portas da lei estão fechadas para sua ambição, manda encharcar de sangue as ruas da cidade natal, pelo assassinio covarde e pelas agressões miseráveis. Adiante, sr. ministro! (...). Adiante Seabra! Além do coveiro, das Instituições, tereis a gloria de ser o coveiro dos irmãos que ao vosso nome se assassina... (Diário da Tarde, 9/01/1912)

Assim como fez o Diário da Tarde na defesa da situação, coube ao Gazeta do Povo defender com veemência seu candidato ao posto de governador, idealizando-o como um político a frente de seu tempo, preocupado em conquistar o melhor para seu Estado que se encontrava em ruínas com a administração política naquele momento.

Os próceres do Partido Republicano Conservador prestam o mais dedicado apoio à benemérita candidatura do sr. Seabra, ao mesmo tempo que reprovam in lumine as arbitrariedades que aqui estão sendo commetidas pelo governo do sr. Aurélio

Vianna, assessorado pela liga marcello – severino. (Gazeta do Povo 10/01/1912)

Coube ao jornal Gazeta do Povo, procurar minimizar ao máximo os incidentes ocorridos, chegando ao ponto de insinuar que a maioria das mortes e depredações ocorridas até a data do bombardeio, foi de inteira responsabilidade da Força Policial.

A força federal, para manter o prestígio da lei, teve, muito a seu contra gosto de recorrer a meios energicos. Limitou-se, porem, com o fim de poupar o maior numero de vidas e estragos materiaes atacar exclusivamente os pontos fortificados que eram edificios onde funcionavam a assembléa geral e a secretaria do governo, transformados em quartéis de policia. Os disparos foram os mais certos possiveis, attingindo somente o alvo e causando a mínima destruição material e sendo imediatamente interrompida a acção, assim que evacuados foram os edificios (Gazeta do Povo, 11/01/1912)

A manipulação das informações proporciona numa tamanha confusão acerca dos culpados, produzindo assim vilões e heróis

O fogo do Palacio não foi causado por balas do exercito, que não têm o poder de produzir incendio. O distinto sr. 1º tenente dr. João Propicio da Fontoura Menna Barreto, num acto de verdadeira bravura, foi quem primeiro transpoz o largo da Praça, em um automovel, para verificar o incendio que se manifestava no edificio do Palacio, sendo entusiasticamente aclamado pelo povo (Gazeta do Povo, 11/01/1912)

Quem buscava sintetizar a realidade política baiana, sem supostas preocupações partidárias era o Diário de Noticias que sintetizava a situação política com as seguintes palavras,

O egoísmo criminoso de uns; não querendo respeitar a soberania popular; a ambição natural, embora ilimitada de outros; a falta de patriotismo, por falta de

compreensão das coisas; a teimosia, a vaidade dos nossos homens publicos, arrastaram a Bahia... ,a triste condição que seu povo chora actualmente lagrimas de sangue..(Diário de Noticias, 11/01/1912)

Seguindo uma linha cronológica dos fatos, procuro analisar o posicionamento dos jornais soteropolitanos frente às decisões políticas locais, uma imprensa que no período só conseguia sobreviver visto a sua união partidária.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

DIÁRIO DA BAHIA. Salvador. Bahia. 12/01/1912. p.1.
DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Salvador. Bahia. 10/01/1912. p.1.
DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Salvador. Bahia. 12/01/1912. p.1.
DIÁRIO DA TARDE. Salvador. Bahia. 09/01/1912. p.1.
DIÁRIO DA TARDE. Salvador. Bahia. 12/01/1912. p.1.
DIÁRIO DA TARDE. Salvador. Bahia. 13/01/1912. p.1.
GAZETA DO POVO. Salvador. Bahia. 10/01/1912. p.1.
GAZETA DO POVO. Salvador. Bahia. 11/01/1912. p.1.

Bibliografia

BELO, José Maria. **História da República: síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira (1889 – 1954)**. 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
PANG, Eul – Soo. **Coronelismo e oligarquias: a Bahia na primeira República brasileira, 1889 – 1943**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979
SANTOS, José Weliton Aragão dos. **Formação da Grande Imprensa na Bahia**. 1985. 113 f. il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal da Bahia, Salvador. 1985.
SÁ, José de. **O bombardeio da Bahia e seus efeitos**. Bahia: Diário da Bahia, 1918.
TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. 10. ed. Salvador: EDUFBA, 2001.

ÉPOCAS DISTINTAS, MODERNIDADE EM COMUM. TRÊS ESCRITORES NORTE-AMERICANOS E A DESCONSTRUÇÃO DE UM SONHO.

Ricardo Fernandes di Bernardi

Século XX; décadas de 50 e 60. Guerra, corrupção política, drogas, etc. O *establishment*⁷⁰⁷ estava contaminado. Amplificada progressivamente pelas mãos da juventude, as reformas, forçadas ou não, apunhalavam as costas do tradicionalismo, que temia ao menos considerar as necessidades de adaptações arrastadas por décadas⁷⁰⁸. Matriculados no sistema de educação básica, aos futuros contestadores imputou-se mecanismos de redes educacionais mantidas por completa hegemonia dos processos tecnológicos e nas doutrinas acerca da segurança nacional. A energia desprendida das armas nucleares e inumeráveis conquistas técnicas influíram na educação e, do ponto de vista religioso, o comunismo modelava-se como referência direta ao “nefasto” ateísmo. Os valores se confundiam, pois a idéia de que a sociedade estava ameaçada elevou as qualidades dos aspectos ditos tradicionais.

A contracultura rachou alguns de seus alicerces, mas nunca se desvinculou totalmente de alguma espécie de desejo contido pela ocasião que, inevitavelmente, guiava o inconsciente de formas humanas inconstantes e violentas, com papel e pena traçando sulcos

⁷⁰⁷ Ordem política, ideológica, moral e econômica que rege a vida numa sociedade e os objetivos do Estado.

⁷⁰⁸ A geração era bastante dividida. Desde 1960 grupos se envolveram na defesa dos direitos civis dos negros e pela democracia, em ações de propaganda direta e em lutas mais radicais (*Students for a Democratic Societ*, por exemplo), promovendo passeatas e articulando a Nova Esquerda por todos os campi universitários e cidades dos Estados Unidos. A *Women's Lib* ou Movimento de Libertação das Mulheres se articulou em questões de gênero no mercado de trabalho, seu papel social e nos efeitos acumulados da submissão paternalista. Corresponderam a segunda geração de feministas mobilizadas contra a discriminação e a limitação de seu “papel tradicional”. São vários agrupamentos que não convém aqui serem mencionados.

de testemunhos e apreensões de experiência. Os filhos da classe combalida desejavam além das circunstâncias consumadas.

Os homens a que trataremos venderam-se àqueles que repudiavam, na medida de sua absorção pela sociedade hegemônica. Em tempos remotos os valores artificialmente construídos trabalhados em redes sócio-econômicas progressivamente adquiririam características naturais. Embora se insurjam na medida em que acreditam serem transgressores da ordem, sobretudo em suas manifestações de resistência urbana através de buscas por algo restrito à um termo de vago significado, restaram frustrações contra um sistema de alienação profissional do qual insistem em não fazer parte, por mais que suas existências estejam envolvidas.

A utopia política já neste tempo perdia sua validade em nome de uma revolução pessoal, no interior de cada indivíduo, independente da classe ou qualquer outro fator de distinção. O comportamento desses escritores é semelhante ao dos *baby boomers*⁷⁰⁹ que transcendiam partidos políticos e ideologias intransigentes subordinadas à agendas institucionais. A diferença reside em serem eles de uma faixa etária na altura da dos pais da geração seguinte, ou no mínimo na de um irmãos mais velho, além dos escritores representarem um legado de testemunhos totalmente distinto mergulhado na energia da modernidade que os possibilitou tratá-la em seu sentido inverso.

As aspirações cotidianas armavam-se contra o tédio e contra a angústia em ao menos pensar na reprodução do conservadorismo familiar. Os comentários de Eric Hobsbawn sobre as barricadas

⁷⁰⁹ Os Primeiros *Boomers* são as pessoas nascidas na explosão demográfica entre 1946 e 1954. Durante a Guerra do Vietnã estavam com idade suficiente para se alistar e combater no sudeste asiático. Muitos deles foram, outros resistiram e enfrentaram as conseqüências. Foram a primeira geração a sofrer influência predominante da televisão durante a infância, o que proporcionou uma ligação entre todos eles sustentada no compartilhamento das mesmas informações quase que de modo simultâneo. Eram idealistas em meio a cultura de massa e pela primeira vez gozaram o aumento do espaço de tempo entre a infância e a idade adulta.

francesas em 1968 nos mostra claramente esses desejos compreendidos no contexto mundial:

“O inimigo (destes revolucionários franceses), por definição, não tem rosto e nem sequer é uma coisa ou uma instituição, mas um programa de relações humanas, um processo de despersonalização, não a exploração que envolve exploradores, mas a alienação” (HOBSBAWN 1985, p.242).

Após a diminuta apresentação do contexto em que analisamos esses autores o intuito seguinte consiste na possibilidade de apontar comparações caminhando em direção a um ponto inteligível, em que a substancia abstrata de seus relatos e romances encontrem a tentativa de compreender a mentalidade de homens que levaram ao extremo as responsabilidades sociais do seu tempo. Esses homens eram os milhões da geração *boomer* e, sobretudo, os próprios escritores em sua individualidade usada de referencia para os poucos modernistas da década de 50 procurando respostas literalmente no meio da rua. As palavras de Berman sintetizam uma espécie de catarse na existência desses últimos:

“...a sensação de estar aprisionado numa vertigem em que todos os fatos e valores sofrem sucessivamente um processo de emaranhamento, explosão, decomposição, recombinação; uma fundamental incerteza sobre o que é básico, o que é válido, até mesmo o que é real; a combustão das esperanças mais radicais, em meio à sua radical negação”(BERMAN 2007, p.147).

De forma mais clara os três escritores apresentados logo abaixo fugiram da ordem do dia nos anos 50, época em que alguns autores como Peter Cleack (CLEACK 1985) definem como a origem da contracultura massificada nas décadas seguintes. Com a passagem do tempo e o aumento da idade viram-se imersos nas convenções que repudiavam. Mesmo estando em conformidade com seus vínculos ainda foram apropriados pela rebeldia da geração seguinte. Os textos tratados serão *Big Sur*(primeira edição em 1962), de Jack Kerouac; *Fear and Loathing in Las Vegas*(1970), de Hunter S. Thompson e

Hollywood(1989. Nesse caso o autor apresenta revelações feitas durante as décadas em que escrevia e sobre o momento em que o “sistema” o cogitou como aliado), de Charles Bukowski.

Os poucos livros analisados são protagonizados por alteregos⁷¹⁰, característica que acirra ainda mais a discussão sobre influências nas idéias de um dado contexto na produção literária. O autor e o texto fundem-se explorando as percepções colhidas. Não se fecham em suas sinapses. Vale ressaltar o simples prazer pela escrita e a conseqüente não pretensão de elaborar registros sóbrios para a posteridade. A inconseqüência da maioria dos atos dos principais personagens é fruto da turbulência daqueles meados do século passado, por isso a imaginação poética virtualmente dissociada dos valores éticos e morais foi na verdade induzida por eles. Há um compromisso em enfrentar o mundo material e seus disfarces equilibrados buscando o mundo fora dessa simulação. Então é nesse aparente caos que procuramos compreender o objetivo de ultrapassar uma época condensada no pensamento humano. Portanto não vemos os três autores somente nas obras consideradas, procedimento no mínimo com o intuito de reduzir a transição entre constantes desconstruções e construções das percepções de mundo.

Caímos então no debates entre literatura e história, mas, apesar de ser ou não ficção, exploramos o lado que acredito ser de maior interesse com o intuito de compreender exemplos da visão humana diante da cidade, da inconstância, do fluxo de consciência mimética, da modernidade e da influencia particular dos três literatos nos intelectuais em formação.

A *mimesis* é latente. Captando o sentido dos textos e fincando a percepção na atualidade, o próprio modo de escrever, a articulação das palavras, a ordenação dos parágrafos constitui-se a própria *mimesis*, e não num único objetivo supostamente contido no

⁷¹⁰ Jack Duluoz é o personagem criado por Jack Kerouac. Henry Chinaski é o anti-herói protagonista de cinco livros de Bukowsky. É a representação biográfica do autor nos relatos baseados em experiências de vida. Hunter S Thompson assume várias identidades, pois suas estadias em hotéis caros e problemas com a polícia exigem certa versatilidade.

interior da mensagem do texto. O procedimento possibilita articular no texto os valores, usos e costumes de uma dada época.

Edward Said (SAID 2003, P.211) evoca Vico quando este defende a idéia acerca da unidade do tempo histórico e os meios de representar a realidade. Alcançam também o sentido artístico da História com o intuito de alcançar a essência de um dado período projetando sublimemente o eu no passado histórico. No entanto optei em citar Hunter S. Thompson quando num monólogo tenta explicar como ocorrerá a possível compreensão daquele contexto e a posterior captação de sua essência. Essa relação construída entre o historiador empenhado em procurar nas obras literárias sentidos para ao menos se aproximar da verdade:

“História é um assunto nebuloso, por todas as merdas que acabam incluídas mais tarde. Mas, mesmo sem podermos ter nenhuma certeza sobre a história, parece bastante sensato imaginar que, vez ou outra, a energia de uma geração inteira atinge seu ápice num instante magnífico e duradouro, por motivos que na época ninguém compreende por inteiro – e que, em retrospecto, nunca explicam o que realmente aconteceu” (THOMPSON 2007, p.73).

A auto-estrada, as ruas, as esquinas. Enfim, elementos dos tempos modernos que recuperam como campo de embate entre a marginalidade e a sobrevivência no interior de uma emaranhado de código e condutas morais. O medo fundamenta seus comportamentos. Bukowsky receoso de ser seu corpo apenas mais um entre tantos ignora o que poderia confirmar suas incertezas. Para eles o contato seria:

“Talvez, a despeito de afirmar nobremente sua irmandade com a universal família de olhos, ele partilhe com ela o desprezível desejo de negar relações com os pobres, de pô-los fora do alcance da visão e do espírito. Talvez ele odeie essa mulher por que os olhos dela olhe revelaram uma parte de si mesmo que ele se recusa a enfrentar. Talvez a maior divisão não se dê

entre o narrador e sua amante, mas dentro do próprio homem”(BERMAN 2007, p.185).

Assim é o amante e seu ser amado. A cidade orgânica, em movimento quase insuportável. Os terceiros que testemunham os olhares concentrados são as famílias em estado de decomposição. Hipnotizadas para o lugar e o estado espiritual para onde levaram a exaltação do sonho americano a que não concebem lucidamente no denso líquido de valores e morais no qual se afogam. A cena mostra a criança inocente ainda capaz de deslumbrar possibilidades reais em se associar à eles. Pode ser vista como o elemento dadaísta desprovido de racionalidade em sua relação com o mundo. Então quando o narrador alterego enxerga no espelho seus exageros, decide transgredir sua emancipação moral para tentar retornar ao conforto da ignorância, pois o sonho abstrato e restrito a imaginação não mostra o que sua materialização mais absurda não é capaz de ser suportada por simples humanos.

Bibliografia:

BUKOWSKY, Charles. **Hollywood**. L&PM Pocket. 1 ed. 1998.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

CLEACK, Peter. **O Movimento dos Anos 60 e o seu Legado Cultural e Político**. In COBEN, Stanley e RATNER, Norman (orgs.). O desenvolvimento da Cultura Norte-Americana. Rio de Janeiro: Anima, 1985.

HOBSBAWN, Eric J. **Maior de 1968. In Revolucionários**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

HUYSSSEN, Andreas; FARIAS, Patrícia. **Memórias do modernismo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

JACOBY, Russell; MARQUES, Clóvis. **O fim da utopia**. Rio de Janeiro: Record, 2001

KEROUAC, Jack. **Big Sur**. L&PM Pocket. 1 ed. 2009.

PAMPLONA, Marco, A; PRADO, Maria Ligia; CAPELATO, Maria Helena. **Reverendo o sonho americano: 1890-1972**. São Paulo: Atual, 1996.

SAID, Edward W.; SOARES, Pedro Maia. **Reflexões sobre o exílio: e outros ensaios.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis: Vozes, 1998.

THOMPSON, Hunter S. **Medo e delírio em Las Vegas: uma jornada selvagem ao coração do sonho americano.** São Paulo: Conrad, 2007.

AS SOCIABILIDADES URBANAS SE DESMANCHAM NO AR: UM DEBATE SOBRE AS RECENTES POLÍTICAS DE URBANIZAÇÃO DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES SOCIAIS NA CIDADE⁷¹¹

Rodrigo Amaro de Carvalho (UFV)
Alysson Faria Costa (UFMG)

Introdução:

O presente artigo tem por objetivo discutir o impacto de alguns projetos urbanísticos promovidos, através de medidas administrativas, pela Prefeitura de Belo Horizonte, que interferem e se inserem no profundo dilema das reformas urbanas e sua intrínseca relação com as distorções da modernidade. A nosso ver, essas modificações na estrutura física da cidade produzem um redimensionamento de distintos e difusos impactos na sociedade, modificando os mecanismos de interação e de identidade dos que vivem na cidade. Assim, investigaremos em específico a temática da sociabilidade urbana na capital mineira e o impacto das recentes modificações urbanísticas. Desse modo, propomos debater as possíveis implicações da obra de duplicação da Av. Antônio Carlos e a proibição de manifestações e eventos culturais, de qualquer natureza, na Praça da Estação. Intentamos com esse direcionamento problematizar, a partir de uma breve apresentação, estas medidas político-administrativas, pensando como estas alterações do espaço da *urbe* interferem diretamente na tessitura das interações sociais impactando profundamente as identidades que se relacionam no cotidiano urbano.

Metrópole e Modernidade: a “dialética fatídica” entre o urbanismo funcionalista e as sociabilidades urbanas

⁷¹¹ **Autor:** Rodrigo Amaro de Carvalho/Graduando em História pela UFV. **Co-autor:** Alysson Faria Costa/Graduando em História pela UFMG.

Ao tratarmos da discussão entre a dualidade existente entre a metrópole e a vida mental de seus habitantes, obrigatoriamente nos deparamos diante da contribuição do pensamento de Georg Simmel. De acordo Simmel, a essência da moderna metrópole européia, as cidades grandes criam as condições psicológicas para a intensificação do aumento da vida nervosa e da vida mental dos indivíduos que nela habitam. Assim, as metrópoles, Simmel ainda ressalta que estas, desde seus primórdios, funcionam como sede da economia monetária.⁷¹² A análise de Simmel que mais contribui para a presente discussão é a que caracteriza a grande cidade como local da *Blasiertheit*, do francês *blasé*⁷¹³, haja vista que nos propomos discutir a temática da sociabilidade urbana⁷¹⁴, ou seja, pensar os mecanismos utilizados para criarem espaços de indiferença e insensibilidade, desertificando as possibilidades de interação humana. Em outras palavras, entre os cidadãos paira um sentimento de desinteresse com aquilo que os cerca. Desse modo, tem aumentado uma mentalidade de que na cidade todos são estrangeiros entre si.

Entrelaçando com as análises de Simmel, mas tratando especificamente das dinâmicas e consequências provocadas pelas medidas urbanísticas, Marshall Berman, no capítulo que trata sobre Nova Iorque, contido na obra *Tudo que é sólido desmancha no ar*, argumenta que “o desenvolvimento da modernidade transformou a própria cidade moderna num elemento antiquado e obsoleto.” Dito de outro modo, Berman aponta para a coexistência de uma “dialética fatídica” entre a modernização das cidades, as suas construções de rodovias que rasgam os interiores urbanos, e as suas inexoráveis consequências para a vivência do espaço público em sua dimensão

⁷¹² SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental”. Trad. Sérgio Marques dos Reis. In: VELHO, Otávio Guilherme. (org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973. p. 15.

⁷¹³ *Ibidem*. p. 17.

⁷¹⁴ Compreendemos como sociabilidade urbana o fenômeno em que a socialização humana, seus propósitos interesses e/ou objetivos são configurados realizados através do ato da interação humana socialmente elaborada e cidadinamente regulada.

humana e não somente do tráfego, tendo em vista que as rodovias não coadunam com as cidades, em sua aceção moderna, pois as obras desertificam as possibilidades de interações públicas, transformando este espaço público em um ambiente hostil.

Nesse sentido, Berman nos leva a pensar que a cidade, neste contexto, passa a ser concebida como “empecilho ao fluxo do tráfego e como depósitos de moradias inferiores e bairros decadentes dos quais os norte-americanos deveriam fazer o possível para fugir.”⁷¹⁵ Diante deste paradoxo, ou nas palavras de Marshall Berman, diante desta “dialética fatídica”, temos a seguinte questão, a saber: opor-se as obras urbanísticas funcionalistas, preconizadas por Haussmann e Le Corbusier, é opor-se à própria modernidade, é o mesmo que “tentar fugir à história e ao progresso”.

Se tomarmos por base, o conceito de modernidade na aceção de Berman, temos que esta é vista como uma experiência arriscada, repleta de dilemas e paradoxos, haja vista que ser moderno é encontrar-se em um ambiente que nos proporciona “aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação, das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos.”⁷¹⁶ Assim, as radicais contradições são as características fundantes da vida moderna. Seu princípio é orientando por esse frenesi da transformação constante, de uma “autodestruição inovadora”⁷¹⁷

E é nesse mundo “onde tudo está impregnado de seu contrário”, que se insere nossa discussão, um mundo onde “tudo que é sólido se desmancha no ar”, assim como as sociabilidades urbanas. Cada vez mais, o espaço urbano tem se tornado um ambiente inóspito, depredado e degradado, e, conseqüentemente, os espaços públicos, outrora habitados, utilizados para intensificar as interações sociais, como por exemplo, as praças públicas e as calçadas das ruas, estão sendo substituídos pelos ambientes privados de sociabilidade

⁷¹⁵ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 360.

⁷¹⁶ *Ibidem*. p. 40.

⁷¹⁷ *Ibidem*. p. 109.

existentes no seio da sociedade, tais como, *shopping centers*, cinemas, teatros, ou até mesmo pelas luxuosas residências enclausuradas nos condomínios fechados.

Dessa maneira, as diferentes interações e os suportes que compõem o espaço urbano vêm se transformando de forma que atenda as quatro diretrizes básicas preconizadas pelo pensamento de Le Corbusier, consideradas como os princípios fundamentais do urbanismo moderno: habitar, trabalhar, circular e o lazer. Refletindo sobre estes quatro princípios básicos, acerca do pensamento urbanístico de Le Corbusier, nos colocamos diante da seguinte questão, parafraseando e transformando a frase afirmativa de Berman: “o caminho aberto, [atualmente], leva à praça pública”?⁷¹⁸

Desse modo, fomos estimulados a pensar na atual redução dos espaços para interação social, pensando que os ambientes para promoção das sociabilidades vêm sofrendo um contundente processo de deslocamento espacial e social. Assim, as manifestações e discussões políticas na cidade têm sofrido um marcante processo de dispersão e limitação por intermédio da ação das autoridades políticas. O espaço público, que configuraria o “Ser” do cidadão no ambiente da *urbe*, está sendo cada vez mais desencorajado nas metrópoles, como poderíamos citar o exemplo recente da atual gestão de Prefeitura de Belo Horizonte que baixou um decreto impede a realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação. Essa medida já propicia um questionamento bem interessante, já que a principal argumentação da prefeitura justificou-se como uma medida que seria necessária para contenção da depredação do patrimônio público.

Também nos colocamos diante da seguinte questão: essa proibição estaria atendendo a demanda de quais grupos político-econômicos da capital? Uma vez que a praça em específico tem por tradição abrigar atividades públicas, bem como também a promoção de constantes eventos que teriam um alcance mais democrático. Deve-se ressaltar que grande parte dos eventos que ocorriam na praça da estação contava com uma ampla presença de público,

⁷¹⁸ *Ibidem.* p. 46.

predominantemente popular, o que produziria uma situação “incômoda” de um espaço que, talvez, estaria fomentando interações de setores populares pelas mais diferenciadas motivações: encontros religiosos, festivais musicais, encontros culturais e manifestações politizadas, dentre outros.

Podemos inferir que cada vez mais os espaços públicos da cidade de Belo Horizonte, vêm se tornando espaços inóspitos e degradados, destinados aos “marginais”. Estes espaços que antes promoviam os encontros entre os diferentes agente sociais, estimulando as várias formas de interação humana que os espaços públicos propiciam, agora priorizam a celeridade de uma sociabilidade automobilística. Nesse momento nos direcionamos para o outro ponto de nosso debate, qual seja, as consequências promovidas pelo processo de duplicação da Avenida Antônio Carlos. Tal obra foi justificada com base na, discutível, necessidade de se modernizar e agilizar o deslocamento da Zona Norte para a região central. Entretanto, assim pretendemos questionar como essa obra produz impactos mais profundos e distorcidos que o apresentado e supostamente previsto na prancheta desse projeto. Um ponto que temos considerado muito interessante para pensarmos Belo Horizonte atualmente está orientado pela pergunta de que antes de pensarmos como estão sendo feitas e tomadas essas medidas, deveríamos pensar em para o interesse de quem ela tem sido promovidas.

Em busca de uma avenida nova, de padrão internacional, que se pretende elo de conexão eficiente entre o centro e a nova área de expansão e de enriquecimento do mercado imobiliário da capital, já que a região Norte ganhou estatuto de força na capital, onde se encontra o estádio em que ocorrerão os jogos da Copa, e, também, local em que se encontra o campus da Universidade Federal de Minas Gerais, atraindo muitos estudantes para suas proximidades. Além disso, nesta mesma região, recentemente, foi inaugurada a nova Sede Administrativa do Estado. No entanto, aquele feito, tomado por muitos como êxito, vem acompanhado de suas distorções, já que uma avenida, mas rápida e maior exige uma desocupação de moradores que possuíam moradias nos espaços que

estão previstos para serem ocupados pela nova avenida, já que casas “velhas” atralhariam a imagem faustica e desenvolvimentista de uma nova e ampla via automobilística.

O impacto dessa ampliação pode ser visto e sentido nos bairros da região da Lagoinha, por exemplo, fortemente impactada por esse projeto, as vias asfálticas tem encoberto com seu piche, esfacelando toda uma tradição de uma vizinhança, bem como as sociabilidades de um dos bairros mais antigos da cidade, que tem suas origens no contexto da construção da capital. Local para onde eram alocados os operários e a população marginalizada da modernidade urbana planejada para a capital.

Considerações Finais

Nosso questionamento orienta-se com o intuito de se analisar alguns dos possíveis custos humanos desse projeto, compreendendo que os impactos de uma obra como essa produz suas distorções em relação ao projeto presumido. Uma via em que produz uma intensificação do fluxo de seus veículos produz também um alto índice de acidentes de pedestres cada vez mais transformados em presas na nossa selva urbana. A nova Avenida Antônio Carlos traz novamente para a pauta de nosso urbanismo o complexo e estimulante debate da modernidade distorcida, do modernismo no mundo subdesenvolvido, que promove uma modernização segregacionista, marginalizadora.

Em suma, essa questão nos guia em um diálogo com o passado em que percebemos no projeto de criação da nova Capital do estado essas premissas modernas. Percebemos, no entanto que essa modernidade vinculou-se com setores conservadores políticos e econômicos preocupados em promover uma modernização dos dispositivos para acumulação de riquezas e reduzindo o máximo possível os espaços que permitam que outros setores sociais possam se organizar e vivenciar arquitetonicamente essa “novo espírito” de inovação. Por fim, inferimos que esse novo movimento urbanístico vivenciado na capital mineira permite novamente trazer para pauta o debate das dimensões existenciais (morais) e físicas (arquitetônicas)

que estão envolvidas nas premissas de construção da cidade moderna. A racionalidade e objetividade pressupostas no dimensionamento e zoneamento do espaço não conseguem suprir a imprevisibilidade e multiplicidade do agente humano que é inserido neste espaço. A tradição urbanística de Minas Gerais permite compreender um pouco essa unilateralidade da política e itinerário da capital, desde seus projetos iniciais a construção da capital visualizou e planejou o progresso, e suas inovações destinadas a setores específicos. Hoje estamos vivenciando afloradamente o legado dessa perniciosa tradição.

DESDOBRAMENTOS DA GUERRA COLONIAL PORTUGUESA E DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS SOB O OLHAR DE ANTÓNIO LOBO ANTUNES NA OBRA *AS NAUS*

Rodrigo Corrêa Martins Machado

Graduando em Letras UFV

Gerson Luiz Roani

Orientador. Doutor em Literatura Comparada UFRGS e professor
adjunto da UFV

A Revolução dos Cravos foi um grande momento histórico-cultural para Portugal, na medida em que este se libertou de um regime opressor – o salazarista -, que obrigava a todos a se submeterem a uma política subversiva, principalmente, porque durante o período caracterizado pelo Salazarismo o Estado e a Igreja - duas entidades caracteristicamente dominadoras – se uniram para controlar todas as esferas da vida portuguesa. Este período, em que se identifica o salazarismo português, foi altamente marcado pela repressão e pela censura. No que diz respeito aos pensadores, filósofos e escritores, não era tolerado nenhum tipo de oposição em relação ao novo governo estabelecido no poder.

A literatura e os meios artísticos em geral sofreram represálias durante o momento relacionado ao governo ditador em Portugal, o historiador Lincoln Secco (2004, p. 95) nos aponta ações relacionadas à censura:

As manifestações de descontentamento, na área da cultura e da política, existiram e exerceram seu impacto na opinião pública. Mas era, essa crítica urbana e diminuta e quase sem nenhum poder de pressão. Quando algum intelectual levantava a voz contra o regime, era severamente punido.(...) É verdade que controlava a Universidade [o governo] e usava o instrumento da censura.

A única saída vista pelos intelectuais para expressarem seu descontentamento com o governo era escrever de forma metafórica,

como ocorria. E mesmo antes da rebelião populacional, os autores lusitanos já manifestavam seu descontentamento em relação ao regime em seus escritos, de forma plurissignificativa e metafórica para obterem a concessão de circulação de seus livros (e idéias), e, para que dessa maneira os leitores pudessem interpretar as idéias implícitas nas obras.

Há um outro agente de inegável importância para que o povo se rebelasse contra o salazarismo: que é o fato dos homens portugueses – inclusive jovens – terem sido obrigados a ir para a África guerrear com as colônias que pertenciam a Portugal, para que estas não obtivessem independência. Estes mesmos homens não entendiam o porquê dessa luta, para eles era uma guerra sem sentido, que visava resguardar interesses do governo do país e não realmente da população. Eunice Cabral (2002, p. 367) afirma que:

Desde o seu início, esta guerra acentua a clivagem entre governantes e governados numa situação em que os primeiros persistem num entendimento anacrônico da revolta africana e os segundos vão percebendo progressivamente que a guerra declarada é um empreendimento voltado ao fracasso porque funciona dentro de uma lógica (a da visão colonialista) que há muito perdeu a legitimidade num contexto mais vasto que o nacional.

A luta com as colônias africanas não possuía propósitos reais e contundentes, o que fez com que não houvesse sentido plausível para esse evento, dessa maneira, os que iam lutar na África tinham como objetivo maior voltar vivos para casa. Esse fato gerou um questionamento em toda a nação portuguesa acerca da guerra e, principalmente, em relação à prostração a que todos haviam se submetido durante todo o período ditatorial. O descontentamento desencadeou um movimento rebelde e contrário ao salazarismo, que alcançou seu clímax no dia 25 de Abril de 1974.

Nesse dia houve uma Revolução, que nasceu inicialmente entre os militares descontentes com o regime em vigor. Nesta perturbação moral dos portugueses em relação ao poder político,

buscava-se a libertação do regime com a possibilidade de mudança político-econômica, fim da guerra inútil empreendida contra as colônias africanas e em relação à censura que era o principal órgão a impedir a livre circulação de idéias pelo país.

Após a Revolução dos Cravos e a queda das amarras antes impostas pelo sistema opressor, os escritores portugueses se empenharam em busca de uma revolução na escrita, que proporcionasse aos artistas demonstrar e discutir todos os erros e acertos da sociedade portuguesa pós-revolução.

Lincoln Secco (2004) postula uma questão, instigante e ao mesmo tempo de sábia reflexão, a Revolução dos Cravos em Portugal, não se iniciou em Lisboa de forma alguma, e sim na África. Caso os rebeldes africanos não tivessem insurgido com armas e lutado por independência, que conseguiram após derrotarem virtualmente os portugueses, os soldados colonialistas não enxergariam problemas nas colônias.

Exatamente o elo mais fraco no Império que desencadeou a crise, além do mais, tal colapso foi responsável por apagar da História do país os elementos até então mais prezados pelos portugueses o Império e o mar. A crise que se instalou em terras lusitanas após a independência de suas últimas colônias se estende até os dias atuais, com reflexos inapagáveis não só na História, como também na economia do país. (SECCO, 2004)

A maioria dos países europeus colonialistas trocou sua dominação direta por algum tipo de ascendência econômica, como apontado por Lincoln Secco (2004), e isso colaborou de alguma maneira para que houvesse dominação de um país antes colonialista em relação a outros mais fracos, e estes ainda que lhe dessem retorno econômico, dessa forma não ficou defasado o principal interesse dos dominadores: o lucro.

O problema maior se deu, porque “Portugal não adotou essa via indireta, embora sua economia já não fosse tão dependente das relações comerciais com as colônias “, e passou a depender economicamente da ajuda de outros países ricos europeus até mesmo para continuar a exploração das colônias que lhe restavam (SECCO, 2004, p. 89). A idéia de Império persistia como um legado histórico,

pelo qual todos deveriam se esforçar por manter, pelo menos na visão dos salazaristas.

A luta armada empreendida pelo governo português com os países dominados por ele, contribuiu para um aumento do déficit comercial em terras lusíadas. Um país agonizante dirigia a maior parte de seu dinheiro para uma guerra, a qual não teve condições de sustentar. Aconteceram inúmeros massacres de portugueses na África, o que só amedrontava cada vez mais a população.

Provavelmente, pela grande fragilidade político-econômica a qual o país enfrentava no momento, não houve muita resistência na queda do governo. Dessa maneira, a Revolução dos Cravos insurgiu como uma forma de reabilitar Portugal, de tratar as saídas necessárias para depois do fim do Império, que antes mesmo de cair oficialmente já agonizava.

A literatura constatou certa falência em relação à História o percurso trilhado pela ficção portuguesa posterior a 1974, é também o percurso, nem sempre isento de indecisões, das tentativas de instaurar estratégias de representação literária adequadas a certa e inevitável confrontação com a História, isso fez com que houvesse um constante diálogo entre elas.

A narrativa buscou se opor aos fatos históricos, aos acontecimentos e fez isso na medida em que desmentia o que a História antes havia postulado como o correto e definitivo. E nos perguntamos por que é que a ficção buscou desmentir a História? Uma resposta plausível e aceitável, a qual António Apolinário Lourenço (1991) se refere, consiste no fato de que as pessoas principiaram a perceber que a História oficial disseminada pela ditadura era passível de uma dura desconstrução. Levando em consideração que o fato histórico passa por meio de mãos e interpretações humanas, que por si só já se caracterizam por serem subjetivas, “aquilo que hoje é interpretado de uma determinada maneira, pode amanhã ser entendido de forma radicalmente distinta”, podemos afirmar que a História portuguesa também sofreu esse processo ficcionalizador por parte de seus historiadores (LOURENÇO, 1991, p. 71). Após abril de 1974 houve necessidade de se buscar uma verdade mais condizente com a realidade daquele

país e que explicasse, de certa forma, todo aquele tempo ao qual os portugueses se subordinaram ao regime salazarista.

Surge após a Revolução de abril, a escrita de *Metaficções Historiográficas* – uma definição criada por Linda Hutcheon (1991) para caracterizar as narrativas de tema histórico nascidas no contexto pós-contemporâneo. A metaficção nasce da junção da literatura e da História, consistindo no ato de repensar o fato histórico e buscar um novo sentido à história anteriormente conhecida.

As *Naus* é uma obra elaborada a partir das possibilidades que o texto ficcional tem de fingir ou de criar uma maneira de lidar com o tempo. Há uma discussão como também questionamentos acerca de determinado período histórico e suas reflexões na época presente. Podemos afirmar que nesta *Metaficção Historiográfica* criada por Lobo Antunes há um processo de exposição crua da realidade e das impotências do povo português que se escondia por trás de fatos heróicos e míticos de uma História passada longínqua. Os romances de Lobo Antunes, segundo Elizabeth Peiruque (2010), na intersecção da entre História e Literatura, constituem documentos de memória elaborados literariamente, o que os caracterizam, dentro de um novo pensamento histórico, como documentos de um passado recente.

As obras Lobo-antunianas pós-74 passaram a ser particularmente “significativas enquanto veículo de divulgação de sentidos ideológicos (REIS, 2005). Ideológicos na medida em que o discurso é portador de sentidos que podem ser lidos histórica e socialmente. Na ficção deste autor, ele “vai, pouco a pouco, fazer emergir um continente, uma realidade que é ao mesmo tempo nossa e uma realidade universal, a partir de uma visão carnal, concreta, que tem o seu apoio no presente e no tempo presente” (LOURENÇO, 2002, p. 350).

Sendo assim, a importância deste romance para a História portuguesa é inegável, pois relata as memórias de um autor que viveu em meio à guerra e pode vislumbrar o sofrimento dos retornados ao desembarcarem em sua terra pátria. Tal fato nos permite afirmar que a leitura desta obra é imprescindível e a será ainda mais no futuro

para aqueles que queiram estudar e conhecer este período trágico pelo qual Portugal e sua população passaram.

Em *As Naus*, praticamente o mar não possui tanta visibilidade como se espera até mesmo pelo próprio título da obra, mas são confrontadas duas terras, a história passada e a contemporânea também são acareadas, o presente desolador recebe reflexões sobre o passado que é responsável por seu acontecer.

Viagem tal vez não seja a palavra que diretamente possa ser relacionada a esta narrativa de viagem, e sim naufrágio. Naufrágio de um país que caiu em decadência, naufrágio de uma História de conquistas. Portugal necessitava de se repensar de visitar seu momento de colonialismo para se reconstruir em meio a entulhos e desolação.

Lobo Antunes apresenta, nesta obra, uma percepção cômica e humorística da situação de Portugal no contexto de independência das colônias africanas e de pós-Revolução dos Cravos, figuras historicamente conhecidas por sua trajetória de grandeza retornam como mais um dentre os demais. A História não foi suficiente para livrar tais seres da decadência que a todos atinge. Essa carnavalização discursiva n'*As Naus* vem de certa forma brincar com uma História triste, e ao mesmo tempo essa brincadeira, aparentemente inocente, consegue atingir o ponto fraco dos portugueses, que seria a identidade imperial perdida.

Referências Bibliográficas:

ANTUNES, António Lobo. *As Naus*. 4ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 2000.

CABRAL, Eunice. Experiências de alteridade (A Guerra Colonial, a Revolução de Abril, o Manicômio e a Família). In:__. CABRAL, Eunice; JORGE, Carlos, J. F; ZURBACH, Christine. (org). *A escrita e o mundo em António Lobo Antunes: actas do Colóquio Internacional António Lobo Antunes da Universidade de Évora*. 1ª ed. Évora. Publicações Dom Quixote: 2002. p.363 – 378.

- LOURENÇO, António Apolinário. História, ficção e ideologia: Representação ideológica e pluridiscursividade em Memorial do Convento. In: Vértice 42/ Setembro 1991, P.71
- REIS, Carlos. História crítica da literatura portuguesa. Do neo-realismo ao Post-modernismo. Lisboa: Verbo, 2005.
- ROANI, Gerson Luiz. *No limiar do texto: Literatura e História em José Saramago*. São Paulo: Annablume, 2002.
- SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos e a Crise do Império colonial português: economias, espaços e tomadas de consciência*. São Paulo: Alameda, 2004.
- SEIXO, Maria Alzira. *Os romances de António Lobo Antunes*. Lisboa: Dom Quixote, 2002.

A IMPRENSA COMO AGENTE HISTÓRICO: DA DIFUSÃO DOS FATOS AO SEU PAPEL ESTRATÉGICO NO JOGO POLÍTICO IMPERIAL

Roger Aníbal Lambert da Silva*

Introdução

Nosso objetivo no presente texto é apreender a atuação da imprensa no jogo político imperial. Concentramo-nos, mais especificamente, na imprensa mineira das últimas décadas do Império, limitando-nos a apresentar algumas hipóteses acerca da imprensa paulista, que serão testadas em outra oportunidade.

A escolha dessa temática decorre de nossa preocupação em relação aos procedimentos metodológicos que envolvem o uso de fontes periódicas. Assim, além de chamar a atenção para alguns cuidados metodológicos no uso da imprensa, analisamos a posição assumida por periódicos em uma situação concreta.

Nesse sentido, consideramos necessário, primeiramente, fazer referência a alguns aspectos metodológicos relevantes no que diz respeito à utilização da imprensa como fonte para a produção do conhecimento histórico. Após estas considerações é que tratamos da situação concreta da atuação da imprensa mineira e levantamos hipótese acerca da imprensa paulista. Cumpre destacar que as observações aqui apresentadas são provisórias e resultam de uma pesquisa ainda em desenvolvimento.

Da imprensa como veículo de informação à imprensa como agente histórico

A utilização da imprensa como fonte para a produção do conhecimento histórico ainda era pequena na década de 1970. Autores como José Honório Rodrigues e Jean Glénisson, já na década de 1960, alertavam para o “uso instrumental e ingênuo que

* Graduando em História pela Universidade Federal de Viçosa.

tomava os periódicos como meros receptáculos de informações a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel prazer do pesquisador”.⁷¹⁹ Ana Maria de Almeida Camargo, por sua vez, chamou a atenção para algumas armadilhas, tais como o “risco de ir buscar num periódico precisamente aquilo que queremos confirmar, o que em geral acontece quando desvinculamos uma palavra, uma linha ou um texto inteiro de uma realidade”.⁷²⁰

Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado afirmaram que “os estudos históricos no Brasil têm dado pouca importância à imprensa como objeto de investigação, utilizando-se dela apenas como fonte confirmadora de análises apoiadas em outros tipos de documentação”. Assim, as autoras se contrapuseram as “perspectivas que a tomam como mero ‘veículo de informações’”, como “nível isolado da realidade político-social na qual se insere”.⁷²¹ Desse modo, a imprensa, que até bem pouco tempo era vista como meio de difusão dos fatos e da verdade, passou, nas últimas décadas do século XX, a ser considerada também como agente histórico que intervém nos processos históricos.⁷²²

Portanto, consideramos necessário problematizar a “identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa”.⁷²³ Assim, chamamos a atenção para o fato de que os discursos veiculados pelas fontes devem ser considerados em seu contexto, para que possamos tentar compreender suas intencionalidades e interesses.

⁷¹⁹ LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p.116.

⁷²⁰ CAMARGO, Ana Maria de Almeida *Apud* LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. *Op. Cit.* p.117.

⁷²¹ CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia LUCA *Apud* Tania Regina de. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. *Op. Cit.* p.118

⁷²² Ver a apresentação do livro: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

⁷²³ LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. *Op. Cit.* p.139.

O papel estratégico da imprensa no jogo político imperial

A imprensa da segunda metade do século XIX se dedicava, dentre outras coisas, “a conexão entre as províncias e o poder central”.⁷²⁴ Em relação a Minas Gerais, Ana Luiza Martins afirmou que nesta “a palavra impressa figurou como instrumento da política e recurso para a propagação de escritos de todo teor”.⁷²⁵

Nessa perspectiva, cumpre ressaltar que a imprensa era “um espaço privilegiado para o exercício de discussões e tomadas de posição frente às questões que surgiam”.⁷²⁶ Tendo isso em vista, consideramos que os jornais “requerem um extremo cuidado ao serem compulsados”. Referimo-nos aos “procedimentos básicos que o pesquisador deve adotar para melhor aproveitar as qualidades do material que dispõe”, dentre os quais destacamos a importância de conhecer a posição política do jornal e de confrontar conteúdos de dois ou mais jornais, principalmente entre jornais vinculados a partidos diferentes.⁷²⁷

O estado financeiro da província de Minas Gerais era considerado, nas décadas finais do Império, a questão mais relevante do momento. A partir da análise dos jornais foi possível perceber que este era um espaço no qual o estado financeiro da província era muito discutido, não havendo, contudo, consenso acerca da questão.

O jornal *Actualidade*, por exemplo, defendeu a administração provincial das críticas sobre o estado financeiro da província, porém responsabilizou seus adversários políticos.⁷²⁸ O

⁷²⁴ MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p.54.

⁷²⁵ *Ibidem*. p. 58.

⁷²⁶ QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Artífices do Próspero Mundo Novo: colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará. (1868-1889)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2005. (Tese de Doutorado). p. 33.

⁷²⁷ QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Da Senzala à República: Tensões Sociais e Disputas Partidárias em São Paulo (1869-1889)*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1995. (Dissertação de Mestrado). p. 10.

⁷²⁸ AS FINANÇAS da Província. *Actualidade*, Ouro Preto. 19/03/1878, seção *Actualidade*, p. 1.

jornal considerou que enquanto as administrações liberais teriam se mantido sempre nos limites da despesa autorizada, a situação conservadora teria sempre gastado as rendas públicas arbitrariamente e sem escrúpulo, não apenas na província de Minas, mas em todo o Império. Assim, para este jornal, o respeito ao orçamento seria um dos pontos em que mais contrastava a norma de proceder dos dois partidos.

Em termos metodológicos, consideramos que os discursos veiculados pelos jornais não se referem apenas ao seu objeto, mas se contrapõe a outros discursos. Dito de outro modo, “o discurso não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência em torno de um dado objeto de enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social”.⁷²⁹ Sendo assim, é interessante observarmos o que outros jornais têm a dizer acerca da situação financeira e da administração provincial.

O Constitucional e *A Província de Minas*, por exemplo, apresentaram outra avaliação da situação liberal. O primeiro criticou a “larga e liberal política do gabinete Sinimbú”,⁷³⁰ considerando que a administração liberal havia sido a “mais estéril em actos proveitosos” aos “verdadeiros interesses” da província. Apenas teria promovido “pequenos arranjos” e “mesquinhas vinganças” ao sabor das “paixões partidárias”. O jornal *A Província de Minas*,⁷³¹ por sua vez, considerou que em seis anos de governo do partido liberal nenhum projeto de melhoramento material teria sido iniciado especialmente para Minas. O ministério de 5 de Janeiro de 1878 teria deixado na história traços unicamente de um desperdício e esbanjamento financeiro nunca visto e nem praticado ainda. Para o redator, o que consolaria era “a esperança de ver em breve” o país

⁷²⁹ BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de Estética*. A teoria do romance. Trad. de Aurora F. Bernadini e outros. 4^a. ed., São Paulo: Editora da Unesp, 1998. p. 86

⁷³⁰ [Sem título]. *O Constitucional*, Ouro Preto, 02/05/1878, seção O Constitucional, p. 1.

⁷³¹ A ADMINISTRAÇÃO liberal de 1878 a 1884. *A Província de Minas*, Ouro Preto. 31/01/1884, seção A Província de Minas, p. 1.

entregue ao partido conservador, que “muitas vezes lhe tem salvado os créditos e restaurado as finanças”.

Como podemos observar, os periódicos apresentavam grande divergência ao avaliarem as administrações, ou seja, criticavam ou apoiavam os administradores dependendo do partido ao qual estavam ligados. Desse modo, percebemos que não havia isenção da parte dos redatores e proprietários dos mesmos, pois - devido aos interesses político-partidários - tendiam a isentar o governo de culpa pelo estado precário das finanças da província quando este pertencia ao mesmo partido pelo qual militavam.

Não obstante a contribuição de alguns estudos para a discussão acerca da situação financeira da província,⁷³² cumpre ressaltar que a imprensa tem sido utilizada meramente como uma fonte de informação, não se procurando fazer uma análise mais cuidadosa do seu papel como agente histórico no debate, no sentido de apreender os conflitos de interesses em suas relações com outros setores da sociedade, particularmente os políticos.

No que se refere à imprensa mineira, é possível perceber que os jornais estavam envolvidos nas disputas político-partidárias, apresentando grande divergência ao avaliarem a atuação das administrações em relação ao tema por eles considerado a “magna questão” em Minas, qual seja, a crise financeira.

Já em São Paulo, a questão da carência de mão-de-obra é que era considerada a “magna questão”.⁷³³ Assim, o debate se concentrou mais na questão do encaminhamento do processo de abolição da escravidão. No que diz respeito a este debate, a partir da década de 1980 alguns autores procuraram deslocar o enfoque - até então concentrado nas estruturas econômicas - para o âmbito das

⁷³² Ver, por exemplo: FREITAS, Ana Paula Ribeiro. *Diversidade Econômica e Interesses Regionais: as Políticas Públicas do Governo Provincial Mineiro (1870-1889)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2009. (Dissertação de Mestrado). A autora contraria afirmações de Iglésias de uma suposta pobreza geral dos cofres públicos, afirmando que o problema das finanças não residiria na pobreza dos cofres públicos, mas no excesso de gastos.

⁷³³ QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Artífices do Próspero Mundo Novo: colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará. (1868-1889)*. *Op. Cit.*

lutas entre senhores e escravos, ou seja, para tais autores o fator determinante neste processo seria a atuação dos escravos exercendo pressão sobre fazendeiros e políticos. Para Célia Azevedo,⁷³⁴ por exemplo, o fator determinante no processo de Abolição foi a atuação dos escravos, que através de suas revoltas teria gerado o “medo branco”. Este medo, é importante observarmos, teria sido alimentado por notícias, ou seja, consideramos que seria importante que se desse uma atenção maior aos interesses envolvidos na disseminação destas.

Do nosso ponto de vista, “os jornais se constituem numa fonte importante para compreendermos as repercussões das atitudes de protesto dos escravos”, no entanto “requerem certos cuidados por tratar-se de empresas organizadas com o objetivo de expressar os interesses e a visão de mundo dos grupos dominantes”.⁷³⁵ Em outras palavras, acreditamos que seria necessário que aqueles estudos que objetivam resgatar a ação dos escravos tivessem um maior cuidado metodológico em relação às fontes que utilizam, tomando os discursos por elas veiculados não simplesmente como fonte de informações para confirmar ou negar uma interpretação anterior, mas como texto para análise.

Desse modo, em relação à imprensa paulista, nossa principal hipótese é a de que havia articulações entre os debates parlamentares e o material publicado nos jornais, de forma a legitimar medidas de controle social da “rebelião escrava”, num momento em que estavam ocorrendo grandes transformações nas relações de trabalho. Em outras palavras, supomos que os discursos veiculados pela imprensa paulista – que foram utilizados por estudos historiográficos para sustentar teses de que os escravos foram os sujeitos históricos da abolição – desempenhavam o papel estratégico de legitimar formas de controle social dos escravos.

A título de conclusão, podemos dizer que os estudos historiográficos que não fazem uma análise mais cuidadosa do papel

⁷³⁴ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: O negro no Imaginário das Elites - Século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

⁷³⁵ QUEIROZ, Jonas Marçal de. Escravidão, crime e poder: a “rebelião negra” e o processo político da abolição, *Revista de História Regional*, 13(2): Inverno, 2008. p 36-37.

desempenhado pela imprensa nos processos históricos no qual está inserida, correm o risco de utilizá-la meramente como um veículo imparcial de transmissão de informações a serem transformadas em teses historiográficas.⁷³⁶ Dito de outro modo, devemos estar atentos para que o conhecimento histórico que produzimos não reproduza apenas uma versão acerca do objeto estudado, ao tomar os artigos publicados em um determinado jornal como um texto meramente informativo. A nosso ver, devemos tentar apreender outros discursos acerca do mesmo objeto, bem como o conflito de interesses nos quais se inserem, tendo em vista a dimensão política dos discursos veiculados na imprensa.

⁷³⁶ Referimo-nos aqui ao risco de uma integração entre o discurso produzido na época e o conhecimento histórico, numa espécie de “diálogo convergente”. Sobre esta questão ver: JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O Diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 121.

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO ESPAÇO VIRTUAL

Rosali Henriques
Doutoranda em Memória Social – Unirio

A internet é um fenômeno novo na história da humanidade e, por consequência, os estudos sobre ela também são recentes. Embora tenha surgido na década de 1960, a internet se popularizou a partir de 1993, quando o governo dos Estados Unidos transferiu sua gestão para a iniciativa privada. A partir daí, o acesso à rede cresceu e tem modificado a forma como as pessoas vêem o mundo. É uma autêntica revolução da tecnologia da informação que pode ser comparada, segundo Castells⁷³⁷, ao que foi o surgimento de novas fontes de energia para a revolução industrial.

A massificação da comunicação que se efetivou de forma irreversível pela internet trouxe uma nova perspectiva: a de que as novas tecnologias servirão para auxiliar as pessoas no seu dia-a-dia. A internet trouxe novos enfoques aos conceitos de tempo e de espaço, pois o processo de comunicação já não é mais unilateral, mas permite interação atemporal e espacial.

O espaço na internet, ou ciberespaço, define as relações entre os indivíduos e o espaço virtual. O ciberespaço é o não-lugar, é a ausência do espaço físico. Segundo Marc Augé⁷³⁸, o termo não-lugar antropológico designa duas realidades complementares, mas distintas. Para Augé, o lugar antropológico possui três características comuns: ele é identitário, relacional e histórico. O ciberespaço é um não-lugar, pois a relação que os indivíduos estabelecem com a internet é transitória, tal como conduzir um carro em uma rodovia ou comprar uma roupa em determinada loja. Assim, as comunidades virtuais também seriam não-lugares, uma vez que permitem a

737 - CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Vol 1: a era da informação: economia, sociedade e cultura. 6ª ed. rev. São Paulo : Paz e Terra, 2002. p. 68.

738 - AUGÉ, Marc - **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da sobremodernidade. 2ª Ed. Venda Nova : Bertrand, 1998. p. 83.

interação entre os seus membros, mas de forma não permanente. No entanto, a internet pode também ser entendida como um lugar, na medida em que cria relações entre as pessoas através de redes, conexões etc. Nesse sentido, as instituições de memória, quando criam laços na rede, podem se transformar em lugares de memória virtuais. A transformação do não-lugar em lugar de memória é possível e cria novas relações de uso da tecnologia.

A internet é também um espaço de autoria. Walter Benjamin⁷³⁹ em sua obra “A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica” já preconizava que a diferença entre o autor e público estava a ponto de desaparecer após o surgimento do cinema. Com a internet esta diferença fica cada vez menor, na medida em que há mais espaços de registro de suas histórias, obras e opiniões. Com o surgimento da web 2.0⁷⁴⁰, o crescimento dos blogs e das comunidades de relacionamentos virtuais (tais como Orkut, My Space e Facebook) e o surgimento de diários virtuais (Twitter) aumentaram as possibilidades de interação na internet. E a discussão está apenas começando. Em contraponto aos ciberotimistas Andrew Keen⁷⁴¹ discute que a internet dificulta o discernimento do que é verdadeiro ou não, pois permite que qualquer pessoa possa postar conteúdo sem fundamento bobagens através do anonimato. Ele discorda de autores que acreditam que a internet incentiva a autoria. Sem discutir aqui os diferentes posicionamentos em relação à Internet podemos dizer, parafraseando Melvin Kranzberg, que a Internet não é nem boa, nem ruim, mas necessária⁷⁴². Vemos que

739 - BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In: **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 184.

740 - O termo Web 2.0 é utilizado para explicar a segunda geração da internet cuja tendência reforça o conceito de troca de informações e colaboração dos internautas com sites e serviços virtuais. Um exemplo é de um site Web 2.0 é Wikipédia, onde qualquer pessoa pode escrever ou editar verbetes dos mais variados assuntos. www.wikipedia.org.

741 - KEEN, Andrew. **O Culto ao Amador**. São Paulo: Nacional, 2009.

742 - Melvin Kranzberg em seu artigo ‘The information age: evolution or revolution?’ publicado no livro de Bruce Guile **Information Technologies and Social Transformation**, em 1985 e citado por CASTELLS, Manuel em A

ela faz parte, cada vez mais, do cotidiano das pessoas, pois a possibilidade de interação é muito maior do que em outros veículos de comunicação.

Para Pierre Lévy⁷⁴³, o surgimento da Internet é tão importante quanto a passagem das culturas orais para a cultura escrita, pois conjuga características das sociedades orais, quando as mensagens eram recebidas no momento exato da emissão, com elementos dos meios de comunicação atuais (escrita, televisão, rádio), permitindo a comunicação mesmo sem o contacto direto com o receptor da mensagem. A internet, no entanto, permite uma interação maior entre emissor, receptor e mensagem. Lévy chama isso de **universalidade sem totalidade**.

As comunidades virtuais, os blogs e os sites de relacionamentos possuem uma linguagem mais próxima da coloquialidade da língua falada do que da língua escrita. Quando do surgimento da internet, muitos especialistas especulavam que a interação das pessoas com este veículo de comunicação traria uma melhoria na forma com as pessoas escrevem. Porém, após mais de uma década de existência da internet, o que vemos é que a comunicação na internet reproduz muitos erros da comunicação verbal e consequentemente muitos erros de ortografia, mas que além disso, criaram uma língua (o internetês⁷⁴⁴) específica para se comunicarem. A relação dos usuários com a internet é uma relação de oralidade e não de escrita. E, portanto, deveria ser trabalhada em sala de aula com objetivo de melhorar o processo de ensino e aprendizagem da língua escrita.

Sociedade em rede. Vol. 1. p. 113., afirma que “*a tecnologia não é nem boa, nem ruim e também não é neutra*”.

743 - LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência:** o futuro do pensamento na era informática. Lisboa: Piaget, 1994. p. 263

744 - Segundo Silvia Marconato o internetês é uma “*forma de expressão grafolingüística [que] explodiu principalmente entre adolescentes que passam horas na frente do computador no Orkut, em chats, blogs e comunicadores instantâneos em busca de interação - e de forma dinâmica.*” In: Revista Língua. Acessado em 31/07/2009.

O uso da internet em sala de aula é um tema importante de estudos para entender como os alunos interagem com as tecnologias no ambiente educacional. O Brasil é o país com maior número de horas de conexão por pessoa⁷⁴⁵ e no ensino fundamental brasileiro já temos milhares de nativos digitais⁷⁴⁶ que têm enorme facilidade com as novas tecnologias. Segundo Prensky ⁷⁴⁷, um dos problemas atuais é que a geração de imigrantes digitais quer ensinar aos nativos digitais como utilizar a internet. Na visão deste autor seria uma incoerência, pois eles mesmos vão encontrar os caminhos dentro do universo da internet. Ao mesmo tempo, entendemos que esta primeira geração de nativos digitais ainda não está madura para a discussão da preservação do patrimônio no ambiente virtual. Nesse sentido, a forma como as novas gerações estão lidando com a internet nos traz questões importantes para a preservação do patrimônio digital⁷⁴⁸. Como o patrimônio digital será preservado por estes nativos digitais que já cresceram num ambiente altamente tecnológico? Qual será o papel das instituições da memória no ambiente virtual? Não se trata somente de discutir a reprodução de acervos no ambiente virtual através de sites e museus virtuais, mas

745- Em torno de 44h59 de navegação no mês de junho de 2009. Estes números foram divulgados pelo Ibope/Nielsen Online no dia 14/07/2009.

746 - É uma expressão criada pelo educador canadense Marc Prensky para definir as pessoas que nasceram após o advento da internet, do celular e do MP3. Quem nasceu anteriormente a este período seria um imigrante digital, pois teve que aprender a lidar com ela em sua fase adulta.

747 - “*Esta distinção é crítica na educação, porque nós estamos em uma época em que todos os nossos alunos são nativos digitais, ao passo que nossos educadores, professores, administradores e planejadores curriculares são imigrantes digitais*” In: PRENSKY, Marc. “Use Their Tools! Speak Their Language!” *Marc Prensky*, March 2004. http://www.marcprensky.com/writing/Prensky-Use_Their_Tools_Speak_Their_Language.pdf. Consultado em 24/07/2009.

748 - Para Vera Dodebei: “ *O conceito em uso de patrimônio digital tangencia a idéia de patrimônio virtual, quer dizer, o patrimônio intangível ou imaterial circulando na web, em contraposição ao conceito de patrimônio edificado, de ‘pedra e cal’*”. DODEBEI, Vera. Patrimônio digital: foco e fragmento no movimento conceitual. In **Proceedings CIFORM - Encontro Nacional de Ciência da Informação VI**, Salvador - Bahia. <http://dici.ibict.br/archive/00000500/01/VeraDodebei.pdf>.

de preservar o que está sendo criado virtualmente. A Pedra de Roseta⁷⁴⁹ permanece preservada nos dias de hoje, mas quem garante o que vai ser preservado e como vai ser preservado o conhecimento e o patrimônio que estão sendo produzidos através da internet? Entendendo que o patrimônio cultural é o resultado da capacidade de criar e refletir e é processo de criação de cultura e transformação da realidade, o que criamos pela internet também é patrimônio. Segundo Lúcia Cavalcante⁷⁵⁰, o patrimônio digital é uma construção social e que é preciso que as respostas às questões apontadas acima não sejam universalizadas, pois nem todos os países têm igual acesso à tecnologia.

É preciso mudar nossa metodologia e nossa forma de ação com o patrimônio em relação às novas gerações de nativos digitais que estão surgindo. Nesse sentido, a memória na internet, o patrimônio digital e a interação do patrimônio com as novas tecnologias são temas ainda muito pouco estudados no âmbito das ciências humanas e sociais. É importante que surjam novos estudos que se aprofundem nessa questão e que possam trazer novas luzes para o entendimento do uso da internet nos processos de preservação da memória social.

Referências bibliográficas

- AUGÉ, Marc - **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da sobremodernidade. 2ª Ed. Venda Nova : Bertrand, 1998. p. 83.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In: **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 184.

749 - Bloco de Granito negro encontrado pelos soldados do Exército de Napoleão no Egito e que foi utilizado por Jean-François Champollion para decifrar o código de escrita do Antigo Egito (hieróglifos).

750 - CAVALCANTE, Ligia. Patrimônio digital e informação: política cultural e diversidade **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n.23, 1º sem. 2007. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewPDFInterstitial/409/401>

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Vol 1: a era da informação: economia, sociedade e cultura. 6ª ed. rev. São Paulo : Paz e Terra, 2002. p. 68.

CAVALCANTE, Ligia. Patrimônio digital e informação: política cultural e diversidade **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n.23, 1º sem. 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewPDFInterstitial/409/401>

DODEBEI, Vera. Patrimônio digital: foco e fragmento no movimento conceitual. In **Proceedings CIFORM - Encontro Nacional de Ciência da Informação VI**, Salvador - Bahia. Disponível em:

<http://dici.ibict.br/archive/00000500/01/VeraDodebei.pdf>.

KEEN, Andrew. **O Culto ao Amador**. São Paulo: Nacional, 2009.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era informática. Lisboa: Piaget, 1994. p. 263

PRENSKY, Marc. “Use Their Tools! Speak Their Language!” *Marc Prensky*, March 2004. Disponível em:

http://www.marcprensky.com/writing/Prensky-Use_Their_Tools_Speak_Their_Language.pdf.

OS ELEMENTOS DA CULTURA BEATNIK EM OS SUBTERRÂNEOS, DE JACK KEROUAC

Sávio Lopes

A Cultura *Beat* é considerada por muitos como um dos primórdios da contracultura, não só nos Estados Unidos, mas em todo o mundo. Como propulsores do movimento hippie, os *beatniks* eram vistos como jovens irreverentes que possuíam um padrão de vida considerado fora do comum. Entre eles, havia o abuso de drogas, uma vida sexual considerada imprópria e a idolatria de artistas do Jazz.

A Geração *Beat* foi uma geração em movimento: ia dos poemas estradas, passando por bares e cafés, festas e drogas, comunidades e qualquer outro palco onde estivesse a vida. Portanto, muito mais do que um grupo de intelectuais reunidos em torno de um projeto estético definido num programa, muito mais que um grupo de acadêmicos estereis tentando salvar o mundo dentro dos confortáveis muros da universidade. (BUENOS e GÓES, 1984, p.10).

Jack Kerouac é o autor de um dos grandes símbolos dessa cultura, o livro *On the Road*. Lançado em 1957, a obra relata a viagem de Sal Paradise (codinome do próprio autor) e Dean Moriarty (codinome do poeta Neal Cassady) pela famosa rota 66, nos Estados Unidos. A irreverência da obra atingiu milhares de jovens na década de 50, causando muita polêmica e fazendo com que vários jovens saíssem de casa e buscassem seus sonhos na estrada, assim como os personagens. Entre eles está o cantor Bob Dylan, que em seu livro *Chronicles Volume One* (2004) cita: “I still loved the breathless, dynamic bop poetry phrases that flowed from Jack's pen” (p.57).

Apesar de *On the Road* ser o livro que obteve maior sucesso de vendas e aclamação do público, é em sua obra *Os Subterrâneos*, de 1958, que Jack Kerouac expõe os hábitos da sua geração. Em *On the Road* não se pode ver muito os costumes

urbanos dos *beatnicks* em seu “habitat”, visto que a história ocorre em sua maior parte na estrada. Já *Os Subterrâneos*, a história ocorre em ambientes *underground* de São Francisco, nas ruas da cidade e na vida noturna. Dessa forma, destaca-se que é no ambiente subterrâneo que é possível observar o famoso trecho de abertura da obra *beatnick* de Allen Ginsberg, *Uivo* (1956): “Eu vi os expoentes da minha geração destruídos pela loucura, morrendo de fome, histéricos, nus” (p.7).

De forma resumida, *Os Subterrâneos* trata do envolvimento de Leo Percepid, pseudônimo de Kerouac, com a exótica Mardou Fox, de nome real desconhecido. A história é autobiográfica e nela ambos se envolvem em um cenário urbano de becos escuros, artistas idealistas e marginalizados, e da apreciação do Jazz, características comuns do movimento *beatnik*. Além disso, o livro aborda os desafios de uma geração tão peculiar e irreverente, além da questão do racismo, visto que Mardou Fox é negra.

JACK KEROUAC

Jean-Louis Lebris de Kerouac (nome completo de Jack), de origem franco-canadense, teve uma infância trabalhadora, sempre ajudando os pais. Foi educado em um colégio jesuíta e trabalhou com o pai em uma fábrica de impressão. Durante a infância, sofreu com a morte de seu irmão Gerard Kerouac, o que chegou a ser relatado posteriormente em seus romances.

Quando jovem, estudou na Universidade de Columbia, em Nova Iorque, onde teve o primeiro contato com escritores que lhe foram de grande influencia, como Tom Wolfe e Jack London. Foi também ao chegar em Nova Iorque que Kerouac fez amizades com jovens “delinqüentes” que se tornariam seus parceiros na “formação” da Cultura *Beat*. Entre eles está William Burroughs, autor de *Almoço Nu*; Neal Cassady, seu companheiro de viagens e personagem central de *On the Road*; e Allen Ginsberg, autor de *Uivo*.

Foi sua intensa relação com Neal Cassady que o inspirou a viajar pelos Estados Unidos pela famosa rota 66, saindo de Nova York rumo a São Francisco. Essa viagem, que durou sete anos, viria

a inspirar Kerouac a escrever, em 1957, *On The Road*, sua obra mais famosa, onde existem laços entre ficção e biografia, sendo seus personagens alusões ao próprio Kerouac e à Cassidy. Desde seus primórdios, sua obra é autobiográfica e funciona, portanto, como um relato dos modos de vida de sua geração.

No ano seguinte, Kerouac escreveria outro romance, *Os Subterrâneos*, também com fortes relações autobiográficas. Sabe-se também que ele era bastante recluso e introvertido, o que possivelmente colaborou para sua apreensão frente ao sucesso e prestígio conquistados com a publicação de *On The Road*.

Na época, Kerouac sentiu-se reprimido com as relações constantemente feitas entre ele e suas personagens. Nesse período, empenhou-se em outros projetos, e passou a se isolar do convívio humano. Em uma de suas publicações posteriores, *Big Sur*, Kerouac registra sua experiência em viver numa cabana isolada, onde frequentemente sofria com alucinações e paranóias.

Em seus últimos anos de vida o escritor mudara radicalmente de opinião. Tornou-se de extrema direita e defendia as ações do governo americano. Inclusive, em 1969 repudiou os movimentos hippies e de contracultura, apoiando a guerra no Vietnã.

Ao longo dos anos, ele se afastaria diametralmente da imagem de *outcast*, de rebelde doidão, deixando de ser um *white negro* para votar em Richard Nixon, encharcar-se de vinho barato, condenar a marijuana e o LSD e romper com todos os ex-companheiros *beats*, tachando-os de “comunistas”. (BUENO, 2004, p.16).

Kerouac viria a falecer em 1969, vítima de uma hemorragia causada pela cirrose - consequência de seu problema cada vez mais grave com alcoolismo. Morreu com 47 anos, em St. Petesburg, na Flórida, ao lado da mãe e de sua terceira esposa, com quem viveu os últimos anos de sua vida.

CARACTERÍSTICAS DA ESCRITA

A literatura *beatnik* tem muitas características peculiares. A irreverência de seus hábitos está presente até mesmo na sua forma de escrita, já que muitos autores seguem a linha da escrita adotada por Kerouac. Uma narração contínua, poucos pontos e vírgulas, parágrafos menos ainda. A divisão por capítulos em muitas obras praticamente não existe. Como exemplo, em *Os Subterrâneos* a página 80 a 86 é composta de somente um parágrafo.

Segundo relatos, a obra inteira de *Os Subterrâneos* foi escrita em três dias e três noites. Com isso, o autor desconsidera as pausas, retratando o fôlego alucinante com o qual o romance foi escrito. Esse ritmo desenfreado tornou-se característico da literatura *beat*, o que é um reflexo não só de um estilo literário, mas de um estilo de vida igualmente ilimitado.

Outra característica muito comum na obra de Jack Kerouac é o uso de codinomes para se referir aos seus amigos poetas e demais personagens de sua vida. Em *Os Subterrâneos*, o próprio Kerouac recebe o nome de Leo Percepeid, seu colega poeta Allen Ginsberg é apelidado de Adam Moorad e William Burroughs é chamado de Frank Cormody. Esse recurso é usado pelos poetas também em suas vidas reais, são todos muito apelidados e seus codinomes se alteram de acordo com suas fases e estados de espírito.

Seus personagens são existentes na vida real, e o protagonista geralmente é ele mesmo. Ou seja, o conteúdo autobiográfico é muito forte, o que faz com que seus romances sejam verdadeiros arquivos históricos da Cultura *Beat*. Essa constante ligação entre realidade e ficção permeou toda a obra não só do autor, mas de toda a geração *beatnik*.

Segundo relato do amigo Allen Ginsberg, Kerouac passava horas ao dia escrevendo, a maioria delas sob efeito de drogas. As drogas também estão presentes em suas ponderações espirituais. Não só Kerouac, mas também diversos outros *beatniks* eram ligados ao espiritualismo e ao budismo. Em *Os Subterrâneos*, Leo Percepeid

(personagem de Kerouac) debate frequentemente com Mardou Fox, sua amante, temas de espiritualidade e introspecção.

É possível notar em muitos trechos de *Os Subterrâneos* o delírio do autor ao escrever, pois ele foge da narração e entra em uma descrição de seus pensamentos mais íntimos e entorpecidos.

(...) também o súbito êxtase de cerveja quando visões de grandes palavras em ordem rítmica tudo num único livro arcanjo avassalam meu cérebro, aí eu fico deitado no escuro vendo ouvindo também o jargão dos mundos futuros – damajehe eleout ekeke dhdkdk dldoud, -d, ekeoue dhhdhkehgyt – melhor não um mais que Ither ehe o macmurphy daquele djardint que cujo estranhamente hás de mdodudltkdiip – baseeaatra – exemplos fracos devido às necessidades mecânicas da datilografia, do fluxo dos sons fluviais, palavras, escuridão, levando ao futuro e explosões de minha mente que abençoada ou desabençoada é nela que cantam as árvores (...)"

(KEROUAC, 1958, p. 58)

O uso de palavras desconexas está também ligado ao Jazz *Bebop*, que fora tendência entre jovens da geração da década de 50. Em muitos momentos de sua obra, o autor tenta reproduzir através de palavras os sons emitidos pelo ritmo do Jazz, para trazer ao leitor a impressão de estar ouvindo a música.

O estilo *Bebop* era conhecido pelo seu ritmo desenfreado, a irreverência, os solos improvisados e foi uma das grandes influências para o reverenciado *Rock'n'Roll* que conhecemos hoje. A história relatada em *Os Subterrâneos* acontece no verão de 1953, poucos anos depois do lançamento de *Birth Of Cool* em 1950, do trompetista Miles Davis. O álbum de Davis revolucionou o estilo eloquente do Jazz e foi influência para os jovens escritores da década.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável a contribuição do movimento *Beatnik* da década de 50 para os movimentos de contracultura que vieram em seguida.

Seus princípios básicos foram seguidos por movimentos das próximas décadas como o *Hippie*, o *Punk*, o *Gótico*, o *Grunge* e o *Indie*.

No campo musical, o movimento foi inspiração para diversos músicos, que, inclusive, fez com que adotassem um estilo de vida que fosse refletido em seus estilos musicais. O *Folk*, o *Rock'n'Roll* e diversas outras manifestações musicais de protesto dificilmente teriam a mesma forma caso não existisse o *beat*.

Difícil imaginar a obra de Sam Shepard, de Bob Dylan, de Charles Bukowski, de Jim Morrison, de Lou Reed, de Tom Wolfe, de Bret Easton Ellis, de Joni Mitchell, de Wim Wenders, de Hunter Thompson, de Neil Young, de Jim Jarmush, de Jay Maclnerney, de Beck, de Bono, de Tom Waits, de Gus Van Sant (...). Todos eles pagam tributo à franqueza fluídica e generosa do católico louco e místico que viu a luz nos trilhos e trilhas da América. (BUENO, 2004, p.17).

Indo contra todo um conjunto de valores que compunham o *American Way of Life* da década de 50, o movimento *beat* chocou os conservadores de sua época. Foram reprimidos e excluídos, muitos de seus hábitos foram e ainda são levados como delinquência. No entanto, trouxeram novos valores aliados à liberdade que estão presentes e são admirados nos dias de hoje.

Como um dos mais polêmicos entre os escritores de sua geração, toda essa revolução deve-se muito a Jack Kerouac. Sua obra *On the Road* é considerado uma bíblia mística para muitos. Além de seu *bestseller*, muitas de suas obras (*Os Subterrâneos*, *Os Vagabundos Iluminados*, *O Livro dos Sonhos* e *Tristessa*) são relatos autênticos do estilo de vida *beatnik*, movimento que marcou a história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUENO, ANDRÉ; GÓES, FRED. **O que é a Geração Beat**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BUENO, EDUARDO. **A longa e tortuosa estrada profética**. Prefácio da versão brasileira de **On the Road**. Porto Alegre. L&PM, 2004.

CORDEIRO, EMILIO. **Quando o homem domina o tempo: a geração beatnik e a gênese de mitos modernos**. PUC São Paulo.

DYLAN, BOB. **Chronicles Volume One**. Simon & Schuster, 2004.

GINSBERG, ALLEN. **Uivo**. Porto Alegre. L&PM, 2ª ed., edição de 2006. 1956

KEROUAC, JACK. **On the road (Pé na Estrada)**. Porto Alegre. L&PM, edição de 2007. 1957

KEROUAC, JACK. **Os subterrâneos**. Porto Alegre. L&PM, edição de 1998. 1958

**AGRADA MAIS, LIMPA MAIS, RENDE MAIS...
A PUBLICIDADE DOS PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL
COMO CONSTRUTORES DE DISCURSOS ATRAVÉS DOS
IMPRESSOS (1940 – 1960)**

Silvia Sasaki
Mestranda em História - UDESC
silsasaki@gmail.com

Diante da História Cultural, a utilização da publicidade como fonte de pesquisa sobre o cotidiano social tem alcançado as mais diversas reflexões. Ilustração das práticas de consumo, as propagandas veiculadas em jornais e revistas disseminam muito mais que as possibilidades de simples aquisição, inculcando gostos, hábitos e discursos em seus leitores através da publicidade.

Os meios impressos sempre tiveram grande influência na construção das representações que permeiam o imaginário social. As possíveis manipulações de interesse veiculadas através da informação são reapropriadas e ressignificadas quando chegam ao leitor, abrindo-se também lacunas para as possíveis subjetividades. De um lado, a produção editorial, que discursa conceitos de civilidade, gostos, legitimando e instituindo padrões. De outro lado, a recepção dos leitores que, embora estruturados em conceitos pré-concebidos, também se encontram abertos aos novos ideais, transitando entre estratégias e práticas cotidianas.

Assim, a proposta é analisar algumas das muitas peças publicitárias de higiene pessoal, veiculadas no periódico *Jornal das Moças*, no período de 1940 a 1960, localizando as representações e idéias de sociabilidades ali veiculadas, através da análise das imagens, ilustrações e textos. Como consumidores dos discursos propostos pela publicidade no impresso, onde a simples aquisição do produto também é promessa de sociabilidades e aceitação social, são oferecidos aos leitores novos modelos que promovem a manutenção de idéias, construídas socioculturalmente, e oferecem outros modelos a serem seguidos.

O Jornal das Moças: O Periódico na Construção do Feminino

Na construção do imaginário social das décadas de 1940 a 1960, as peças publicitárias veiculadas em periódicos como o *Jornal das Moças*, tiveram grande importância na inserção de práticas cotidianas, tanto no âmbito privado quanto no público, focados nos interesses da família nuclear. Através da análise de tais propagandas, é possível investigar as relações de gênero, localizando não somente os estereótipos condutores do papel feminino, mas também a construção do papel masculino no período abordado.

O *Jornal das Moças* teve sua primeira edição publicada no mês de maio de 1914, e a última em dezembro de 1961. Portanto, este periódico semanal é um importante retrato documental das reflexões sociais e suas intensas mudanças por quase meio século. Por serem dirigidas ao público feminino de classe média a alta, estas publicações instauraram estereótipos de modos e comportamentos intensamente seguidos por suas leitoras, que, por sua vez também eram imitados por aquelas que não poderiam adquirir esse tipo de leitura, devido às próprias condições sociais. Mas como o desejo de ser aceita pela própria sociedade, seguir copiosamente esses modos disseminados pelas revistas e jornais femininos, também eram um meio de se constituir uma identidade e ter a possibilidade de alcançar o ideal feminino de casar e ser mãe, instaurado também por esses periódicos, como em um ciclo. Chefiado por homens e poucas mulheres colaboradoras foram integrando-se com o passar dos anos. Os contos e artigos, na grande maioria, eram americanos e disseminava o ideal de felicidade embasada nas convenções estrangeiras, tendo o romance e a boa conduta como centro da vida das mulheres.

Nas décadas de 1940, 1950 e 1960, mudanças significativas em relação à intimidade feminina e a própria condição da mulher na sociedade, ficaram documentadas neste circular. De fato, as concepções que vigoraram na maioria das páginas são de concepção machista, já que a maioria redacional era de homens. Mas, percebe-se uma severa vontade em clarear o novo e importante papel da

mulher, como promissora amante, além do protótipo ideal de mãe e esposa.

Aos poucos, e até como pressão das próprias leitoras, o periódico tomou formas cada vez mais femininas, com inserções de algumas importantes mulheres, seja como autoras de artigos, seja como exemplos através da fama, modelando estereótipos desejosos pela novidade e emancipação, mesmo que demoradamente.

A publicidade no periódico: consumo e instruções de conduta no âmbito público e privado

As peças publicitárias analisadas no periódico em questão apresentam-se como instruções simbólicas que permeiam não somente as questões de consumo das leitoras do jornal, mas também atingem de modo complacente as táticas e gostos das famílias nucleares, no período pesquisado, sendo, portanto, instituidoras de referenciais de condutas tanto nos lares privados quanto nas relações sociais públicas de seus sujeitos. Cada anúncio pesquisado evidencia uma possibilidade de inserção no mundo social aos indivíduos que tais marcas ofertam, trazendo aos olhos de tais consumidoras – e também de suas famílias – um caminho de pertencer ativamente ao meio ao qual se identifica, levando-se em conta faixas etárias e gostos, em um diálogo de trânsito intenso de identidades cada vez mais permeadas pela simples inserção dos produtos publicizados na revista em seus cotidianos.

A partir de uma análise quantitativa, foi possível localizar as marcas e os produtos mais evidenciados pelo periódico, no período contemplado. A marca de absorventes *Tampax* e *Modess* são as peças que mais vezes apareceram nas páginas da revista, seguidas pelas propagandas de cigarros *Hollywood* e, por fim, as de refrigerante e cervejas das indústrias *Brahma*.

No caso das propagandas de absorventes, a publicidade apresentava novos métodos de cuidados ainda não tão disseminados e aceitos pelas próprias mulheres. Durante o período menstrual, principalmente pelas mais tradicionalistas, a “*toalhinha*” era comum. Mas novos produtos como *Modess*, usado com presilhas ou alfinetes,

e o absorvente interno *Tampax* tomaram cada vez mais espaço nas propagandas: “Substitua o desconforto das ‘*toalhinhas*’ comuns pela segurança de *Modess*, da *Johnson&Johnson* - use também cinco *Modess* com presilha ou alfinete de segurança” (*Jornal das Moças*, junho de 1950); “*Tampax*: sem cintos, sem alfinetes, sem almofadas, sem odor” (*Jornal das Moças*, julho de 1950). Assim, a relação das mulheres com seu próprio corpo ficaram ainda mais íntimas. Além disso, os diálogos e os aprendizados passado de mãe para filhas ficaram ainda mais intensos, pois anteriormente não era comum os comentários sobre a puberdade, sexo e menstruação. A maior parte destas informações era adquirida fora de casa, principalmente através de amigas. Agora, até mesmo nas propagandas surge um interesse maior pelo próprio corpo: “Eu prefiro e recomendo *Miss*. Peça grátis o livrinho (...) Dê à sua filha dias inteiros de bem estar”. (*Jornal das Moças*, 07 de Julho de 1955). Já para os adolescentes meninos, era comum a perda da virgindade ainda cedo, até como forma de provar sua virilidade.

A intimidade com o próprio corpo e as preocupações com o bem estar figuraram como condições para uma mulher mais feliz. Além da liberdade e higiene dos novos absorventes - “Goze a liberdade que jamais pensou em alcançar. Comece a viver com *Modess*” (*Jornal das Moças*, 1955) – remédios para as cólicas e indisposições durante o período menstrual foram mais um aparato de independência, mesmo que pequena e subjetiva, dessas mulheres. Agora, o corpo poderia ser condicionado conforme o desejo da dona, permitindo levar uma vida normal, diferentemente dos mitos que cercavam mensalmente suas antecessoras: “*Elixir da Dama*. Prolonga a vida da mulher. Um cálice às refeições regulariza e evita os sofrimentos periódicos” (*Jornal das Moças*, outubro de 1956).

Conclusão

Assim, a publicidade é analisada como mediadora entre os padrões comportamentais, instituídos como desejados pela cultura geral, e a sua aquisição, que ocorre via consumo. O trabalho investigativo a partir de imagens publicitárias de tal periódico, teve

como pressuposto básico, considerar o processo gerativo de sentidos que tais imagens proporcionaram no contexto de sua aparição e apreensão pelo leitor, ou seja, evidenciando-se o processo de recepção. Para tal, a análise da imagem por si só é sempre precária. Tornou-se necessário compreender o entorno da imagem e o conjunto de informações que circulavam ao lado dela.

Pautada no conjunto dos valores e imagens que a revista expõe, nota-se a estereotipização de consumidoras cientes de suas escolhas, mas também singela e pura como esperado pela moral social do período, ciente de seus deveres como mulher, deixando claro que o objetivo discursado socialmente, continua sob o entorno do ideal de esposa e mãe, nutrindo a família, focando suas atenções ao marido, ou em busca de um futuro casamento, não deixando espaço, por exemplo, para um olhar mais preocupado com a individualidade de si mesmas, mas sim sempre sob o prospecto de sua atuação no âmbito social e privado, tendo como referencia principal o(s) outro(s).

Referências

JORNAL DAS MOÇAS. Rio de Janeiro: Editora Jornal das Moças. 1945 – 1965

A MULHER NO BRASIL DO SÉCULO XIX ATRAVÉS DA LITERATURA

Suzi Ellen Lopes Barroso*

O presente trabalho tem por objetivo analisar a mulher no século XIX utilizando como fontes dois romances escritos neste período, *Diva* de José de Alencar e *Inocência* de Visconde de Taunay. Para isso buscaremos desenvolver relação entre a representação de mulher contida em tais romances e a historiografia a cerca da mulher do século XIX.

A personagem principal do romance *Diva* é Emilia, uma jovem da elite burguesa do Rio de Janeiro. Descrita no romance como uma jovem muito educada, sabia ler e lia muito, inclusive romances e “*excedia-se em todos os labores de agulha que são prendas de mulher*”⁷⁵¹. Frequentava jantares e reuniões da alta sociedade e por vezes era descrita por seu amado, Augusto, como tendo gestos castos e graciosos.

Certa vez Emilia marca um encontro noturno com Augusto em um bosque o que deixa o mancebo um tanto surpreso, já que isso estava tão fora dos costumes brasileiros daquela época, tal atitude da moça levou Augusto a concluir “*Ela dava-me a maior prova de confiança (...) arriscava por mim sua reputação*”⁷⁵².

Nas últimas linhas do romance Emilia declara seu amor a Augusto nos seguintes termos:

O que sei é que te amo!... Tu não és só o arbitro supremo de minha alma, és o motor da minha vida, meu pensamento e minha vontade. És tu que deves pensar e querer por mim... Eu?... Eu te pertenço; sou uma coisa tua. Podes conservá-la ou destruí-la; podes fazer dela tua mulher ou tua escrava!... É o

* Graduada em História da Universidade Federal de Viçosa.

⁷⁵¹ ALENCAR, José de. *Diva*. In: **Lucíola Diva Encarnação**. São Paulo: EDIGRAF S. A. p. 154.

⁷⁵² *Ibidem*. p. 195.

teu direito. Só o que tu não podes em mim, é fazer com que eu não te ame!...⁷⁵³.

Pode-se notar neste trecho a entrega e submissão total de Emilia, mulher, a Augusto, homem.

O romance, *Inocência*, escrito em 1872, é um romance regionalista em que Taunay descreve os hábitos, costumes e cenários da vida do sertão, que ele tão bem conheceu nas viagens e campanhas militares. Segundo Carlos Alberto Iannone, os diálogos em *Inocência* reproduzem fielmente a linguagem sertaneja. Aliás, como o próprio Taunay assinalou nas suas “memórias”, os tipos, no romance, são copiados do natural, são baseados em pessoas que o autor conheceu durante suas viagens.⁷⁵⁴

Inocência é filha única do senhor Pereira, vive com o pai nas proximidades da Vila de Sant’Ana do Parnaíba na província do Mato Grosso. O senhor Pereira é um simples homem de poucas posses; possui um rancho onde vive com a filha e mais alguns poucos escravos.

Inocência é uma jovem de dezoito anos, nunca aprendeu a ler ou escrever, porém é uma moça prendada, sabe coser, e por vezes é retratada como sendo uma moça pura e casta. Quando seu pai a viu tomar corpo tratou logo de arranjar-lhe casamento, prometendo-a em casamento a Manecão Doca.

O “médico” Cirino estando hospedado em casa de Pereira e apaixonado pela filha deste, sabendo do casamento da moça com Manecão pergunta a Pereira se sua filha gosta do noivo e este responde: “*Ora se!... Um homemzarrão... desempenado. E, quando não gostasse, é vontade minha, e está cabado. Para felicidade dela e , como boa filha que é, não tem que piar*”⁷⁵⁵. Durante dias Cirino

⁷⁵³ Ibidem. p. 233.

⁷⁵⁴ IANONONE, Carlos Alberto. A obra de Visconde de Taunay. In: TAUNAY, Alfredo d’Escragnoille. **Inocência**. São Paulo: Três Livros e Fascículos, 1984. p. 16.

⁷⁵⁵ TAUNAY, Alfredo d’Escragnoille. **Inocência**. São Paulo: Três Livros e Fascículos, 1984.p. 117.

mesmo estando hospedado na casa da amada ficava sem vê-la e não podia ao menos escrever-lhe um bilhete, já que ela não sabia ler.

À pedido de Inocência, Cirino viaja para a casa de um padrinho da moça, o senhor Antônio Cesário, afim de que este pudesse intervir e impedir o casamento dela com Manecão. Em conversa com Cirino, Cesário expõe sua ideia a respeito das mulheres: *“mulher é para viver muito quietinha perto do tear, tratar dos filhos e cira-los no tempor de Deus; não é nem para parolar-se com ela, nem a respeito dela”*⁷⁵⁶. A esse respeito a historiografia diz que a mulher no século XIX estava presa ao lar, dedicada ao marido e aos filhos cuidando da primeira educação destes.⁷⁵⁷

Enquanto Cirino estava em viagem Manecão aparece na casa da noiva com todos os papéis prontos para o casamento só faltando marcar a data. Então a moça diz não querer casar-se com Manecão ficando seu romance com Cirino descoberto. Pereira e Manecão sentem sua honra ferida. Este resolve ir atrás de Cirino para vingar-se. Cirino então é morto. Inocência que dizia preferir a morte a casar-se com Manecão foi dormir o sono da eternidade junto de seu amado.

O século XIX é marcado por num quadro de famílias patriarcais, a imagem de uma família nuclear, composta pelo marido, a esposa e seus filhos estando à autoridade familiar em mãos masculinas, do pai ou marido. A esposa tinha função precípua na família patriarcal: gerar filhos e educá-los. A mulher da elite passou a marcar presença em cafés, bailes, teatro e certos acontecimentos da vida social, assim estas mulheres passaram a ser vigiadas não só por seus pais ou maridos, mas estavam sob os olhos atentos de toda sociedade.

À mulher cabia ser casta até o matrimônio, mulheres que não se mantinham castas eram mal vistas perdiam sua honra e manchavam o nome da sua família. Essa sociedade estava sob os

⁷⁵⁶ Ibidem.p. 162.

⁷⁵⁷ D'INCÃO, Maria Ângela. Mulher e Família burguesa. In:PRIORE, Mary Del (org); BASSANEZI, Carla (coord. De textos). **História das Mulheres no Brasil**. 2ª. Ed. São Paulo: Contexto, 1997.

alicerces da moral cristã que baniu a sexualidade e erigiu a castidade e a obediência como virtudes máximas⁷⁵⁸ o ideal era manter-se casta como a Virgem Maria e não ser uma transgressora como Eva.

No que se refere à educação, por volta de 1827 foi determinado que se estabelecessem escolas de primeiras letras nos lugares mais populosos do Império. Para as meninas as aulas eram ministradas por professoras, aprendiam a ler, escrever, contar, a doutrina católica, bordado e costura. As meninas das camadas mais baixas geralmente não frequentavam as escolas, pois estavam desde cedo ocupadas com os afazeres domésticos. Geralmente as meninas das camadas mais abastadas tinham os estudos recebidos nas escolas complementados pelo apredizado particular do piano, francês, bordados, culinária entre outras.⁷⁵⁹ Nota-se que as moças eram ensinadas a serem boas esposas.

Diante da estrutura social, das formas de pensamento e moral vigentes no Brasil do século XIX, imaginamos que tais mulheres eram passivas e tudo aceitavam, porém não era isso que acontecia. Segundo June E. Hahner, durante a segunda metade do século XIX, um pequeno grupo pioneiro de feministas manifestou sua insatisfação com os papéis tradicionais atribuídos pelos homens às mulheres, principalmente por meio de jornais editados por mulheres. Muitas manifestavam suas ideias através de jornais, livros, etc. No jornal Sentinela da Liberdade, um ano após a independência, foi impresso um manifesto com assinatura de mais de 120 mulheres paraibanas manifestando apoio ao movimento da independência.⁷⁶⁰

No século XIX houve várias escritoras que através de seu trabalho buscaram manifestar sua insatisfação, visão política e lutaram por seus direitos como Nísia Floresta, Delfina Benigna da Cunha, Ana Eurídice Eufrisina de Barandas, Maria Firmina dos Reis entre outras.

⁷⁵⁸ ALMEIDA, Angela Mendes de. **Mães, esposas, concubinas e prostitutas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRRJ, 1996. p. 22.

⁷⁵⁹ D'INCÃO, Maria Ângela. Op.Cit. p. 229.

⁷⁶⁰ TELLES, Norma. Escritoras, Escritas, Escrituras. In: PRIORE, Mary Del (org); BASSANEZI, Carla (coord. De textos). **História das Mulheres no Brasil**. 2ª. Ed. São Paulo: Contexto, 1997. p.404.

Excluídas de uma participação efetiva na sociedade, nos cargos públicos e de sustentarem-se, as mulheres do século XIX ficavam trancafiadas em casa, “*além disso, estavam enredadas e constringidas pelos enredos da arte e ficção masculina*” na vida e na arte essas mulheres aprendiam a ser tolas e a adequar-se ao perfil de mulher traçado pelos homens. “*as representações literárias não são neutras, são encarnações ‘textuais’ da cultura que as gera*”⁷⁶¹.

A jovem Emilia pertencente à elite, como visto, recebeu boa educação sabia ler e era muito prendada, já Inocência que era uma moça simples também era muito prendada, mas não sabia ler ou escrever. Neste sentido nota-se a consonância existente entre a historiografia e as obras literárias em estudo.

Ambas as heroínas dos romances são por vezes descritas como moças castas, puras e graciosas. Como podemos observar através da análise historiográfica a castidade era um valor para a sociedade do século XIX, arraigada nos valores cristãos. Daí os autores dos romances descreverem suas heroínas como portadoras de tais virtudes. Segundo, Maria D’Incão, as mulheres do século XIX passaram a se autovigiar⁷⁶², talvez tenha sido buscando incutir esse tipo de comportamento em suas leitoras que Alencar descreve Emilia casta e autovigilante em seu encontro noturno com Augusto.

Na declaração de amor de Emilia a Augusto, descrita anteriormente em concordância com a historiografia percebe-se, nesse cenário de uma sociedade patriarcal a submissão da mulher ao homem. Segundo o trabalho de Angela Almeida a relações entre homem e mulher eram de dono e propriedade⁷⁶³. A mulher pertencia ao homem e a ele deveria respeito e obediência. A submissão a que a mulher vivia ora ao pai, ora ao marido pode ser percebida em *Inocência* quando Cirino pergunta a Pereira se Inocência, gosta de Maneção, aquele responde dizendo que é a vontade dele que ela se case com Maneção e que como boa filha deve obedecer.

⁷⁶¹ Ibidem. p. 408.

⁷⁶² D’INCÃO, Maria Ângela. Op. Cit. p. 236.

⁷⁶³ ALMEIDA, Angela Mendes de. Op Cit.p. 15.

É interessante pensar porque romances não trazem como heroínas mulheres que lutavam por seus direitos, escritoras, feministas, etc. Uma resposta para isso pode ser, de acordo com Norma Telles, não serem vistas com bons olhos no século XIX, mulheres envolvidas em ações políticas, revoltas e guerras. Ou também pelo fato da maioria dos romances serem escritos por homens e como se sabe as representações contidas em tais textos não são neutras, mas trazem consigo as percepções de seus autores. Assim, observa-se que os perfis de mulher apresentados pelas obras literárias estão, em geral, baseados nos valores da sociedade daquele período (cristão/ patriarcal).

Deste modo é possível ter em obras literárias uma importante fonte para se estudar a história da mulher, porém não só essa, mas também estudar os hábitos, costumes, valores, etc de outras épocas. No entanto não se pode tomar por verdade única o conteúdo presente nas obras escolhidas como fonte, uma vez que é preciso levar em conta que ali também está presente as concepções do autor sobre o assunto a ser estudado. No caso se tivéssemos tomado os perfis de mulher contidos em *Diva* e em *Inocência*, como únicos, acabaríamos por acreditar que todas as mulheres do século XIX eram submissas e tudo aceitavam sem pestanejar o que não é verdade como podemos perceber ao encontrarmos trabalhos que se referem a lutas, políticas e sociais de algumas mulheres deste século.

AS “MORAIS DA HISTÓRIA”: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CONCEITO DE MORAL NA NOVA HISTORIOGRAFIA DO BRASIL COLÔNIA

Taiane Cristina da Silva

O trabalho foi desenvolvido com o objetivo de contrapor duas vertentes historiográficas que discutem quanto à moral no período colonial. Os primeiros estudos sobre moralidade neste período são tangenciais às investigações acerca da família, da sexualidade e da mulher. A análise terá por base os estudos do sociólogo Gilberto Freyre. Em geral, estes estudos tomam por referência uma concepção de moral cristã e católica. Este modelo homogêneo de moral caracteriza-se, segundo Ronaldo Vainfas, pela apologia ao casamento e condenação do desejo e do prazer⁷⁶⁴. Assim, as condutas exigidas pela sociedade estavam balizadas pelos rigorosos padrões cristãos.

Analisando as particularidades da colonização luso-brasileira, o sociólogo Gilberto Freyre vai explorar a constituição do que ele chama de um padrão duplo de moralidade: ora ligado a relação entre homem e mulher, ora entre mulheres brancas e negras.

Neste parâmetro de conduta, essencialmente ligado ao projeto de colonização traçado pelo Estado português e pela Igreja, à mulher cabia o papel de esposa e mãe responsável pela manutenção do lar e pela educação dos filhos. A moral feminina configurava-se a partir da sexualidade feminina, isto é, a partir do “controle que ela desenvolvia sobre os impulsos e desejos do próprio corpo”⁷⁶⁵. Assim

o chamado padrão duplo de moralidade, [dá] ao homem todas as liberdades de gozo físico do amor e [limitava] o da

⁷⁶⁴ VAINFAS, Ronaldo. *Casamento, amor e desejo no ocidente cristão*. São Paulo: Atica 1986 p. 5

⁷⁶⁵ Idem p. 110

*mulher a ir para a cama com o marido, toda a santa noite que ele estiver disposto a procriar*⁷⁶⁶

Esta é a imagem mito da mulher criada por Freyre, àquela mulher casta, submissa e virtuosa. Sempre obediente e propugnadora da devoção ao marido e aos filhos, à Igreja e à aproximação à figura da Virgem Maria.

Mas dentro da sociedade patriarcal de Freyre é possível verificar uma mudança neste estereótipo de mulher. Pensando nas relações raciais existentes, encontramos outro padrão de conduta moral atribuída às mulheres índias e negras. Essas mulheres eram vistas pelos portugueses com sendo dotadas de uma moral inferior, quando não completamente desprovidas de qualquer tipo de decência moral. Destacavam-se pela depravação, pelo desejo sexual desmesurado, *“por qualquer bugiganga ou caco de espelho estavam se entregando, de pernas abertas aos ‘caraíbas’ gulosos de mulher”*⁷⁶⁷.

Houve uma efervescência urbana que estabelecia uma nova configuração social, com a mudança do eixo econômico, antes localizado no Nordeste, para o Sul. Extrapolando assim, uma relação dual entre senhor e escravo que se dava no ambiente das fazendas de cana de açúcar. A nova estrutura social que se formou construiu novas concepções de moralidade, fugindo do modelo paradigmático freyriano, baseando-se nas especificidades locais, nas peculiaridades regionais, na incorporação dos códigos, leis e regras de conduta.

Nesse sentido, o estudo de Eni Sâmara de Mesquita procura fugir da dualística da moral fixada entre as mulheres brancas e negras. As relações naquele momento passam a ser desenvolvidas dentro de um padrão distinto de moralidade.⁷⁶⁸ A moral abordada por Sâmara em seus estudos ultrapassa aquela estabelecida por Freyre,

⁷⁶⁶ FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos: decadência do patriarca e desenvolvimento do urbano – 15 ed. rev. – São Paulo : Global, 2004 p. 207

⁷⁶⁷ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e senzala a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 29° ed. –Rio de Janeiro: Record, 1994 p. 71

⁷⁶⁸ SÂMARA, Eni de Mesquita. *A família Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

uma vez que toma por parâmetro analítico a questão econômica, não mais a racial. Segundo Mesquita

*as mulheres de posses, (...) deviam ficar circunscrita à vida familiar(...)Aquelas de menor posse, negras e mesmo brancas, viviam menos protegidas e sujeitas à exploração sexual*⁷⁶⁹

Contudo, essa mudança não se desvencilha totalmente da perspectiva apresentada por Freyre, uma vez que a construção fixa e binária continuam enraizadas neste conceito.

Em Minas Gerais, com o desenvolvimento da mineração, a sociedade adquire contornos divergentes daquele de outras áreas coloniais. A diversidade de atividades econômicas que estavam envolvidas no processo extrativista faz com que surgissem novas camadas sociais que necessitavam adaptar-se a esta realidade social. Marco Antonio da Silveira em seu livro *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas Setecentistas, 1735-1808*, ressalta a convivência da mineração com outros setores importantes da economia, diversificada, enfim. Para além de ressaltar a pluralidade da economia, Marco Antonio lança mão do conceito de “sociedade aluvional”, tributário de Sérgio Buarque de Holanda, a fim de caracterizar a complexidade do universo mineiro que se condensava e se diluía ao sabor das forças intestinais e estruturais⁷⁷⁰.

Como é possível perceber, a visão da sociedade agrária enraizada na relação entre senhor e escravo ganha novos elementos, fugindo de uma visão dualista de relações sociais, para deparar-se com um número maior de agentes modificadores do social. Uma estrutura móbil, tal como caracterizada por Marco Antonio, que tinha na adaptação uma força motriz.

Assim, a nova historiografia vem fugindo de modelos prefixados para entender outros agentes formadores desta moral além

⁷⁶⁹ Idem.p. 65

⁷⁷⁰ SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto: estado e sociedade nas Minas Setecentistas, 1735-1808*.São Paulo: Hucitec, 1997 p.90

das instâncias normatizadoras como Estado/Igreja. Como nos afirma Vainfas

as morais cristãs não foram , pois , meras formações discursivas , engrenadas unicamente pelas aflições dos que possuíam o poder e o saber. É sempre preciso ligá-las ao social, remetê-las a seu tempo, decifrar, enfim , a sua história
771

Mas, pensar na constituição histórica de uma moral ou de morais é também refletir sobre as relações de poder estabelecidas no tecido social, ou seja, entre os agentes e/ou suas instâncias normatizadoras.

Pensando nestas relações de poder, Pierre Bourdieu vai explorar o que ele chama de “*dominação simbólica do masculino*” que acabaria por perpetuar uma lógica de dominação baseada em uma visão misógina da sociedade. Tal lógica seria perpetuada e reproduzida por três instâncias constitutivas do social: a Família, a Igreja e a Escola. O autor trata de uma dominação que é incorporada pela sociedade de forma inconsciente, estipulando códigos de padrões morais distintos a partir da diferença biológica entre os sexos.⁷⁷²

A nova historiografia do Brasil colônia tenta dialogar com a problemática da moral esboçada nos estudos de Michel de Foucault. Entendendo por uma ação moral, aquela que respeita os costumes e as tradições estipuladas por determinados códigos , segundo o discernimento da sociedade, suas instâncias e órgãos administrativos e de controle.

Michel de Foucault incorpora ao estudo da moral um elemento antes negligenciado por outros estudiosos, o indivíduo. O conceito de “*modo de sujeição*” visa transparecer um “*modo de ser*

⁷⁷¹ VAINFAS, Ronaldo .Op Cit .p 85

⁷⁷² BORDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 4ª ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2005

*característico do sujeito moral*⁷⁷³. A existência de normas que são mais ou menos incorporadas pelo indivíduo na interpretação e na vivência cotidiana do código de leis civis e/ou eclesiásticas. Outrossim, considera que para fazer uma história da “moral” é necessário levar em conta três diferentes realidades que essa palavra engloba: a ação dos indivíduos, os códigos e a incorporação destes códigos pelo indivíduo.

Nesta linha teórica de estudos, temos uma nova vertente da historiografia brasileira, em que é incorporada uma análise foucaultiana do conceito de moral no período colonial brasileiro.

Repensando o problema da família e da moral, destacam-se os estudos de: Maria Beatriz Nizza da Silva em sua obra *História da família no Brasil*; Mary del Priore nos seus estudos acerca da mulher na sociedade colonial; e Ronaldo Vainfas em *Trópico dos Pecados*.

Compreender a formação da concepção da moralidade ou moralidades no Brasil colônia vai além das proposições binárias de Gilberto Freyre. Uma definição de moralidade estabelecida pelas instituições normatizadoras do social Igreja/Estado e a relação que o sujeito social estabelece com este código de conduta, passa a ser o enfoque da nova historiografia brasileira, pensando o tripé código-cotidiano-costumes na formação deste conceito.

⁷⁷³ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.p.26

O JORNAL *O BRASIL* NA FORMAÇÃO DO ESTADO

Tatiane Rocha de Queiroz*
tatianequeiroz@yahoo.com.br

Resumo O presente trabalho consiste no estudo e na análise de alguns editoriais e reportagens do periódico *O Brasil* fundado no ano de 1840, por Justiniano José da Rocha a pedido do então Ministro da Justiça Paulino Soares de Souza, representante do partido Conservador. O intuito de fundação do *O Brasil* era o de criar um espaço onde os projetos e ideais do Partido pudessem ser explicitados e defendido na arena política, do período. Dessa forma o objetivo maior deste trabalho consiste em verificar de que maneira as falas e os argumentos do partido Conservador foram explicitados e defendidos no *O Brasil*, frente aos demais jornais oposicionistas, tendo em vista que considero o jornal como um espaço de enfrentamento e mediação simbólica dos vários projetos políticos do século XIX.

Palavras-Chave: Imprensa, Estado, Conservadores.

Segundo Werneck Sodré no ano de 1840 com o golpe da Maioridade abriu-se uma nova fase na vida política brasileira, e a imprensa passou a exercer o papel de veículo de passagem do ideário político. Foi um período de forte valorização da imprensa como um verdadeiro elemento de força e ‘civilização’, que se tornou um instrumento de propagação de uma determinada ‘cultura política’. Os jornais, panfletos, folhetos e livros exerceram o papel de guia e censor, e propagador de idéias procurando indicar aos seus leitores e eleitores os inimigos a enfrentar, as forças que deveria apoiar, os perigos que deveriam ser evitados.

O objetivo deste presente trabalho consiste no estudo e na análise de alguns editoriais e reportagens do periódico *O Brasil* fundado no ano de 1840, por Justiniano José da Rocha a pedido do

* Graduada na PUC – RJ. Mestranda, UERJ – FFP. CAPES / CNPq.

então Ministro da Justiça Paulino Soares de Souza, representante do partido Conservador. O ano escolhido para análise será o de 1840 que teve como principal tema, a discussão acerca da Maioridade de D. Pedro II, reconheço este tema, discussão como primordial para entendermos a construção do Estado Imperial Brasileiro.

No dia 16 de junho de 1840, surgia, na Cidade do Rio de Janeiro, o Jornal *O Brasil*, dirigido por Justiniano e Firmino Rodrigues. *O Brasil* era um jornal de formato pequeno, com quatro páginas de texto, que se publicava três vezes por semana (terças, quintas e sábados à tarde), era vendido avulso na loja do costume a 80 rs e também podia ser adquirido por assinatura. As reportagens e editoriais do *O Brasil* não eram assinadas, o que era muito comum na imprensa da época. Os editores do jornal, eram seus principais autores.

Através dos editoriais do jornal podemos pensar como que a imprensa se tornou um representante aglutinador das várias idéias e projetos dos grupos políticos existentes e foi nessa intenção que o jornal foi criado. O seu principal objetivo era o de combater, e dialogar com os jornais da oposição. Ou seja, era preciso divulgar, discutir a possibilidade de ascensão ou não de D. Pedro ao Trono, sem perder de vista que os conservadores não eram contra o príncipe regente, eles não apoiavam a idéia do que eles chamavam de sublevação da ordem – da constituição do império.

A análise empírica do jornal, nos propicia uma reflexão de suma importância na medida em que ela se torne um instrumento de propagação de uma ampla discussão política. Ou seja, estudar o jornal é uma tentativa de se fazer história. Não sei se uma história científica, mas uma sócia-história que reconstitui um espaço, um tempo a fim de definir como esse grupo se relacionavam no interior de uma configuração maior. Considerando o jornal como uma janela na qual posso debruçar, a fim de verificar toda uma discussão política e social construída através do discurso propagado no mesmo.

Todas as reportagens e editoriais indicam uma cultura política específica desse momento de grande discussão em torno de assuntos referentes à construção do Estado imperial e de seus possíveis dirigentes. Ou seja, o jornal passou a fazer parte de uma

nova cultura política, que através dos momentos de instabilidades da regência ampliou os meios de divulgação e propagação dos projetos políticos. Com isso se deu a ampliação dos espaços públicos que por sua vez invadiu o espaço da casa, do privado. O que antes só era discutido na câmara, passou a fazer parte do cotidiano das pessoas.

No primeiro editorial do jornal, os editores do *O Brasil* escreveram que a sua pena sagrada defendia o projeto do Partido Conservador ou Regressista não por amor, que eles consagravam a pátria, mas ao desejo que eles tinham de deixar livres os seus filhos da anarquia. Os editores findaram a reportagem expondo que a causa do *O Brasil* era a política da ordem, que eles habilmente sustentavam.

Partindo do pressuposto de que o jornal é filho de seu tempo, e que ele nada mais é que uma representação possível do passado. Atenho-me aos fatos históricos que foram agentes propiciadores e não determinantes para me ajudarem na compreensão não só da forma do discurso, mas na elucidação da ampla rede política e social que dialogavam no momento de circulação do jornal. Pois, o acirramento das disputas políticas e ideológicas dos Conservadores e Liberais possibilitou a amplificação da disputa política que antes só era travada na rua - Câmara.

O jornal *O Brasil* divulgava em seus editoriais os atos dos liberais de forma combativa, a fim de apontar segundo eles os golpes e artimanhas que estavam sendo articulados pela facção liberal. Os representantes do partido Liberal fomentaram em um primeiro momento uma campanha de cessação do governo da regência, em prol de D. Januária irmã mais velha de D. Pedro II que acabara de completar 18 anos no dia 11 de março de 1840. Eles alegavam que tendo ela completado a maior idade o governo era ilegal. Sendo que de acordo com *O Brasil* era dever daqueles que estavam conscientes dessa possível ilegalidade zelar pela constituição logo que começou a usurpação do poder. E D. Januária não poderia reger em vista que ela tinha 18 anos e não 25 como afirmava o Art. 122. da constituição imperial, portanto, não era ilegal o governo regencial. Esse discurso já era alardeado pelos liberais desde 1836, quando D. Januária

acabara de completar quatorze anos para que esta assumisse o poder no lugar do regente Feijó.

Depois destes acontecimentos o partido liberal começou a desencadear o movimento pela antecipação da maioria de D. Pedro II, tornando a causa popular através de sua imprensa, e especialmente através do jornal o *Despertador*, dirigido por Sales Torres Homem. Para os editores do jornal *O Brasil* a oposição Liberal por conhece a fraqueza de seus recursos e a pouca ou nenhuma aceitação de suas doutrinas e por isso lança mão de todos os meios, os mais desesperados, a fim de suplantar seus adversários.

Os argumentos construídos pelos editores do *O Brasil* para refutarem a campanha da *Maioridade* foram além da constitucionalidade do Art. 121, que marcava a idade em que o príncipe deveria ser declarado maior. Os redatores afirmavam que não iriam mais analisar a constitucionalidade do ato em si, pois a Câmara dos deputados já o estava fazendo. Para os redatores a questão a ser analisada no momento era se “convinha ou não que o S. M. I. fosse declarado maior?”.

De acordo com as reportagens do jornal *O Brasil* mesmo que monarca fosse declarado imperador sem ter dezoito anos, constitucionalmente ele não estaria revestido de nenhuma das atribuições dos poderes Executivos e Moderador, logo qualquer alteração dizia respeito também aos limites desses direitos políticos e individuais. O interessante dessa argumentação é que não se tratava somente da constitucionalidade do Art. 121, mas de toda uma retórica construída em torno das atribuições políticas do poder moderador.

Considerando essa argumentação há de se pensar nas implicações do ato. Não se pode simplesmente declarar D. Pedro maior, modificando um ou dois artigos, pois a questão de acordo com *O Brasil* é bem mais ampla estando diretamente ligada com as atribuições do poder moderador, do poder executivo e dos seus limites. O que estava por trás dessa argumentação é que para os conservadores a monarquia prescindia das prerrogativas do princípio Liberal da imparcialidade e da neutralidade, e para tal tinham que

ser pensadas ou reformuladas leis eficazes que dessem conta dessa questão.

Os editores do *O Brasil* afirmavam que qualquer mudança na ordem social deveria marchar de acordo com os progressos da inteligência e da civilização e para que as reformas fossem duradouras elas deveriam ser operadas lentamente e pelos meios legais. E não da maneira como a “facção liberal” tentava pleitear a reforma do código 121 da constituição do império, a fim de antecipar a maioria de D. Pedro II.

Para os conservadores não interessava a abolição antecipada do regime regencial, pois para eles era a lei que regulava e limitava o exercício do poder Moderador, assegurando a estabilidade e domínio do governo. Para os conservadores, os verdadeiros monarquistas deveriam procurar fortalecer o poder, preparando o país para o que o reinado de D. Pedro II fosse forte e próspero.

Considerando o Jornal *O Brasil* como um instrumento de propagação do ideário político do partido conservador, podemos concluir que para eles não adiantaria simplesmente a ascensão do jovem monarca ao trono. O que solucionaria os problemas políticos e sociais do império seria a promulgação de novas leis ou a reforma das antigas através de reformas. Reforma esta que foi promulgada pelos conservadores no dia 12 de maio de 1840, através da Lei Interpretativa do Ato Adicional. A situação política do país, de acordo com os conservadores, chegou a um alto grau de ‘instabilidade’ e de ‘crise’ que exigiu a conclusão desse debate político acerca da maioria de D. Pedro II. Cumprida acabar com esse estado de incerteza, de dúvida, os representantes do partido liberal ou progressista, liderados por Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, apresentaram a Assembléia Geral no dia 21 de julho de 1840 um projeto de Lei, de artigo único. O S. M. I, o senhor D. Pedro segundo é desde já declarado maior.

Documentação:

Fonte Impressa:

Biblioteca Nacional – Seção de Obras Raras.

ROCHA, J.J da; SILVA, F. R.da. *O Brasil*. Tipografia Americana: Rua da Alfândega, n° 43. RJ, 1840.

Bibliografia:

ARARIPE, T. de A; LEAL, A. *O Golpe Parlamentar da Maioridade*. Brasília: Senado Federal, 1978. (Coleção Bernardo de Vasconcelos).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Direção). ‘‘A Regência’’. IN: *História Geral da Civilização Brasileira – Tomo II, V.2*. Difusão Européia do Livro: São Paulo, 1972. Pg 10- 67.

ROCHA, Justiniano José da. ‘‘Ação; Reação; Transação. Duas Palavras Acerca da Atualidade Política do Brasil’’. IN: *Três Panfletários do Segundo Reinado*. JUNIOR, Raimundo Magalhães (Org). SP, 1965. Pg. 165-218.

MARTINS, Maria Fernanda Ferreira. *A Velha Arte de Governar: O Conselho de Estado no Brasil Imperial*. IN: Revista TOPOI-PPGHS, Volume 7, n° 12. RJ, 2006. Pg.178-221.

MASCARENHAS, Nelson Lage. *Um Jornalista do Império (Firmino Rodrigues Silva)*. Companhia Nacional. São Paulo. 1961.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*, SP: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.

MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. *As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

MOREL, Marco. *Palavra, Imagem e Poder: O Surgimento da Imprensa no século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. *O Período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. (Coleção Descobrimos o Brasil). PUC-SP, N° 17, 1998.

NORA, Pierre. ‘‘Entre memória e História: A Problemática dos Lugares’’. IN: *Revista Projeto História – História e Cultura*. PUC/SP, n° 17, p. 9, 1998.

A CONSTRUÇÃO DA ÁFRICA: CONCEPÇÃO VISUAL DO CONTINENTE AFRICANO NA CARTOGRAFIA DOS SÉCULOS XVI E XVII

Thiago Mota*

África: uma História a ser feita

Desde janeiro de 2003, é lei: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”⁷⁷⁴. Frente tal obrigatoriedade, deparamo-nos com a seguinte questão: quem está preparado para lecionar História e Cultura da África nas escolas brasileiras? Muitos professores de História, Literatura e Educação Artística⁷⁷⁵ não possuem conhecimentos na área visto que poucas são as Instituições de Ensino Superior no Brasil nas quais se ministram disciplinas relacionadas a tal temática. As linhas de pós-graduação em História da África estão se desenvolvendo agora, em decorrência da demanda gerada pela exigência legal no ensino.

Atualmente, no Brasil, a maioria das pesquisas acerca da África decorre das redes de sociabilidades no Atlântico Sul, tendo como referência primordial o tráfico de escravos aplicados às minas e lavouras na América. Como n’*O Trato dos Viventes*, a África não é apreendida enquanto tal, mas sim como parte de um objeto

* Graduando em História pela Universidade Federal de Viçosa. Bolsista de Iniciação Científica financiado pela FAPEMIG.

⁷⁷⁴ BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccj-vil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em 23/04/2010.

⁷⁷⁵ De acordo com o artigo 26A, § 2º da lei 9.394/96, sobre o qual incidiu a lei 10.639/2003, tais professores serão os responsáveis pela concretização da resolução, que se aplicará em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História.

específico: a construção do Brasil através de empreendimentos desenvolvidos por europeus ⁷⁷⁶.

Esse eurocentrismo na análise da História, privilegiando a ação de agentes europeus em detrimento dos demais, não é recente nem se encontra indiscutido ⁷⁷⁷. Para analisá-lo, recorremos a uma de suas mais ricas representações: a elaboração cartográfica europeia durante o período moderno, em especial aquela que trata da África. As concepções culturais europeias permeiam as cartas geográficas a ponto de aplicar-lhes significativos que estão ausentes da realidade representada, permitindo ao historiador analisar, através da justaposição cronológica dos mapas, o desenvolvimento da cartografia e as mudanças no imaginário e nas concepções dos europeus. O que se pensava a respeito do continente negro e o que se conhecia dele pode ser observado nessas fontes visuais, nas sucessões de elementos e informações passíveis de análises.

A cartografia: de Ptolomeu ao período Moderno

Para o desenvolvimento de nossa análise, faz-se necessário definir o que entendemos por cartografia. O termo *cartografia* foi cunhado no século XIX pelo português Visconde de Santarém, iniciando os estudos de História da Cartografia – “uma disciplina de grandes tradições em Portugal” ⁷⁷⁸. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o conceito de cartografia aceito hoje foi definido em 1966 pela Associação Cartográfica Internacional (ACI) e ratificado pela UNESCO no mesmo ano:

⁷⁷⁶ ALENCASTRO, Luis Felipe. *O Trato dos Videntes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

⁷⁷⁷ BARBOSA, Muryatan Santana. Eurocentrismo, História e História da África. In *Sankofa: Revista de História da África e Estudos da Diáspora Africana*. n1, jun.2008. p.46.

⁷⁷⁸ MARQUES, Alfredo Pinheiro. *A cartografia dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: ELO Edições. 1994. p.9.

A Cartografia apresenta-se como o conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, tendo por base os resultados de observações diretas ou da análise de documentação, se voltam para a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão ou representação de objetos, elementos, fenômenos e ambientes físicos e socioeconômicos, bem como a sua utilização⁷⁷⁹.

Conscientes de que o termo tal qual o entendemos decorre de convenção atual, utilizaremos-no por comportar em seus limites as definições que iremos analisar: representação de objetos, preocupações científicas e manifestações artísticas.

De acordo com Antônio Teixeira Neto, o renascimento da cartografia entre o final da Idade Média e o início do período Moderno tem três bases: 1) a redescoberta de Ptolomeu pelos Ocidentais, que ao ter suas obras traduzidas para o latim permitiu rápida difusão do pensamento geográfico; 2) a invenção da imprensa, que permitiu a produção de mapas em larga escala e sua popularização; 3) os grandes descobrimentos, que geravam necessidades de conhecimento da superfície do globo, além de orientação e localização.

O trabalho de Cláudio Ptolomeu, matemático, astrônomo e geográfico do século II d.C. exerceu grande influência sobre os árabes e sobre o pensamento Ocidental. Durante a Idade Média, de acordo com Antônio Teixeira Neto, o desenvolvimento cartográfico mais intenso deu-se entre os árabes e esteve vinculado à expansão do islamismo, que avançou pelo norte da África e sul da Europa. Havia grande preocupação entre os muçulmanos em traduzir os ensinamentos gregos e romanos e adaptá-los à sua cultura, dentre estes a geografia ptolomaica. Ptolomeu preocupou-se em definir o traçado da Terra, acreditando que a melhor forma de se conhecerem as distâncias seria através da observação astronômica. Ele inovou ao representar superfícies curvas em mapas planos, utilizando-se de

⁷⁷⁹ BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoos/introducao.html. Acessado em 23/04/2010.

noções como latitude, longitude, minutos e segundos. Através desse referencial, conseguia situar pontos específicos nos mapas, como cidades importantes e povos distantes⁷⁸⁰.

A imprensa foi responsável pela produção em larga escala de cartas geográficas. A popularização dos mapas acompanhou o desenvolvimento da imprensa nos Países Baixos: dos seis mapas que utilizamos para o período entre 1570-1670, três foram produzidos em Antuérpia e três em Amsterdã.

Teixeira Neto afirma que “somente no século XVI os portugueses deixaram de lado a ‘Geografia’ de Ptolomeu para construírem, em bases mais científicas, seus mapas de navegação. Isso aconteceu no apogeu das grandes descobertas”⁷⁸¹. Os portugueses chegaram ao Brasil no final do século XV, quando já conheciam boa parte da costa da África. A partir desse momento, “a cartografia passa a ser realmente universal”⁷⁸².

A construção da África na cartografia

A expansão portuguesa contornando a costa africana, processo iniciado no século XV, proporcionou aos europeus muitas informações a respeito do litoral africano, mas o interior somente seria desvendado com o passar dos anos. A falta de informações acerca da África levou os cartógrafos (ou, como na época, geógrafos) a buscarem formas alternativas de preencherem seus mapas. Um trocadilho de Jonathan Swift, de 1733, ilustra bem esse processo:

So Geographers in Afric-Maps
With Savage-Pictures fill their Gaps;
And o'er uninhabitable Downs

⁷⁸⁰ TEIXEIRA NETO, Antônio. Geografia da História ou História da Geografia? – Ensaio de geo-história. In: *Boletim Goiano de Geografia*. Publicação anual – Vol.7/8 – n.1/2 – Janeiro/Dezembro – 1987-1988.

⁷⁸¹ *Idem.* p.172.

⁷⁸² *Idem.* p.176.

Aos poucos, as investidas rumo ao interior vão trazendo novas informações acerca das populações africanas e esses dados são notáveis nos mapas. Entretanto, táticas compensatórias devido à falta de informações suficientes ainda estão presentes nas cartas. T. F. Earle e J. P. Lowe, em *Black Africans in Renaissance Europe* afirmam que:

Nos mapas do período, geralmente o cartógrafo compensava a falta de informações geográficas incluindo notas sobre as terras e suas principais características. Já no século XVI, certas áreas da África eram identificadas por seus reis, deixando implícito que o continente era, majoritariamente, ocupado por monarquias centralizadas⁷⁸⁴.

A concepção de que a África é recortada por monarquias centralizadas é latente nos mapas, sobretudo a partir de meados do século XVI. Com o passar dos anos, os “reinos” apresentados nos mapas tornam-se menores e dão lugar a outros “reinos”. Ao observador é difícil conceber outra forma de organização política que não a sua.

Outra característica é a presença de animais nas bordas ou interior dos mapas. Essas referências nas regiões interiores das cartas são mais comuns até meados do século XVI, utilizadas menos para simbolizar alguma coisa que para esconder a falta de conhecimento dos europeus. Earle e Lowe afirmam que:

⁷⁸³ EARLE, Thomas Foster; LOWE, J. P.. *Black Africans in Renaissance Europe*. Cambridge: Cambridge University Press. 2005. p.56. Livre tradução, em prosa, do autor: Muitos geógrafos preenchem as lacunas nos mapas da África com desenhos selvagens. E, sobre velhos espaços inabitados, colocam elefantes, por falta de cidades.

⁷⁸⁴ *Ibidem*. Trecho livremente traduzido pelo autor a partir de: As often the case in maps of the period, the cartographer compensated for the dearth of geographical information including notes on the land and its main features. Well into the sixteenth century, certain areas of Africa were identified by their kings, as it was assumed that the continent was mainly occupied by centralized monarchies

Elefantes eram os animais mais freqüentes nos mapas dos séculos XVI e XVII, assim como camelos e leões. Por algum motivo, os avestruzes perderam sua popularidade medieval, mas ainda eram apresentados com mais freqüência que macacos, rinocerontes e crocodilos, sem mencionar os mais fantásticos dragões.⁷⁸⁵

Posterior a esse período, as referências ficam mais presentes nas bordas dos atlas, caracterizando o imaginário europeu acerca da África. Em um dos mapas que analisamos (de 1660), encontramos a figura de um crocodilo que traz nas costas um negro. Há vários grupos étnicos representados com suas vestimentas e utensílios tradicionais, além de representações de cidades. No interior do continente, há vários reinos e algumas informações acerca do relevo e curso dos rios.

Analisando o desenvolvimento do imaginário europeu, constatamos a difusão de um mundo menos místico e mais empírico. Em mapas mais antigos, como o *Africae Tabula Nova*, de Ortelius (1572), é evidente a presença de monstros nos mares e um reduzido número de embarcações. Já no *Africae Accurata Tabula*, de Visscher (1670), não há monstros e a presença de embarcações é latente. As concepções mítico-medievais e os medos que assombravam os navegantes são substituídos por constatações empíricas. Em vez de monstros, há barcos e homens, com roupas e instrumentos conhecidos a partir do contato intercultural.

Considerações Finais

Notamos que a cartografia do período moderno é permeada por referenciais culturais europeus, utilizados com o intuito de *significar* a África, como a divisão do continente em reinos, deixando implícito o modelo monárquico centralizado europeu. A

⁷⁸⁵ *Ibidem*. Trecho livremente traduzido pelo autor a partir de: Elephants are the most frequently found animals on sixteenth- and seventeenth-century maps, then camels and lions. Ostriches somehow lost their medieval popularity, but were still more frequently shown than monkeys, rhinoceroses and crocodiles, not to mention the more fantastic dragons.

escassez de conhecimentos empíricos também pode ser notada nas estratégias dos cartógrafos: preencher os espaços vazios com ilustrações. Posteriormente, as ilustrações são transferidas para as bordas, e o interior dos mapas reserva-se às informações políticas e geográficas.

As formas de pensar a África sofrem variações em função da mudança no imaginário europeu: os primeiros mapas analisados são permeados por monstros marinhos, enquanto nos últimos predominam embarcações e elementos de constatação empírica. Se tais formas mudam em função do novo imaginário, esse é construído através dos contatos interculturais, sobretudo nas terras subsaarianas.

Por fim, notamos que muitas pesquisas em História da África são realizadas com aporte de fontes produzidas por terceiros, nas quais as impressões são precedidas por filtros culturais, que selecionam o que é importante ao observador, de acordo com suas concepções anteriores. “Do ponto de vista antropológico, porém, é limitante pensar que os textos de missionários e viajantes não nos possam devolver nada além de informações sobre a cultura ocidental que os produziu”⁷⁸⁶. Ressaltamos a importância de considerarmos a emergência dos contatos para que possamos compreender a África, considerando a historicidade dos encontros interculturais como *uma* história de *dois* agentes.

Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luis Felipe. *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

BARBOSA, Muryatan Santana. Eurocentrismo, História e História da África. In *Sankofa: Revista de História da África e Estudos da Diáspora Africana*. n1, jun.2008.

EARLE, Thomas Foster; LOWE, J. P.. *Black Africans in Renaissance Europe*. Cambridge: Cambridge University Press. 2005.

⁷⁸⁶ POMPA, Cristina. *Religião como tradução: Missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial*. São Paulo: Edusc. 2003. p.25.

MARQUES, Alfredo Pinheiro. *A cartografia dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: ELO Edições. 1994.

POMPA, Cristina. *Religião como tradução: Missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial*. São Paulo: Edusc. 2003.

TEIXEIRA NETO, Antônio. Geografia da História ou História da Geografia? – Ensaio de geo-história. In: *Boletim Goiano de Geografia*. Publicação anual – Vol.7/8 – n.1/2 – Janeiro/Dezembro – 1987-1988.

POLÍTICOS E MILITARES NA NOVA REPÚBLICA: OS MINISTROS E O MILITARES. NOTAS PRELIMINARES DE UMA PESQUISA

Tiago Francisco Monteiro
UERJ

A Formação da Nova República e a Aliança Democrática.

O regime ditatorial brasileiro no início da década de 80 perdia vertiginosamente sua legitimidade. Com exceção dos militares, onde a hegemonia da facção castrense *esguiana*, da qual os presidentes Ernesto Geisel e João Figueiredo faziam parte, se acentuava, os demais pólos de apoio ao Bloco Ditatorial divergiam dos rumos do Regime. Empresários industriais e bancários discordavam dos rumos da política econômica, políticos do PDS envolviam-se em casos de corrupção e uma luta fratricida dividia o partido. A crise econômica iniciada nos fins dos anos 70 devido às contradições do Modelo Econômico adotado pela ditadura somada à conjuntura internacional arruinava as condições de vida dos trabalhadores, que respondiam com greves.

As correntes oposicionistas – sobretudo as lideradas pelo PMDB e pelo PT – não apresentavam, até 1984, um programa alternativo capaz de mobilizar as massas e superar o programa de “Abertura Política”. Este era um projeto político pensado pelas lideranças governamentais no início dos anos 70 e era então liderado pelo governo Figueiredo. Visava, entre outros objetivos, perpetuar os interesses sócio-políticos das forças políticas que foram responsáveis pela Ditadura para além de um regime de exceção. Esta realidade se modificou um pouco em 1983. Um deputado do PMDB, Dante de Oliveira, propôs uma emenda constitucional que propunha o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República, para novembro de 1984. A emenda gerou o movimento das “*Diretas Já*”, que mobilizou milhões de brasileiros de diversas tendências políticas.

Os defensores do anteriormente citado projeto de “Abertura Política” entendiam como fundamental o controle da sucessão presidencial e, por esta razão, o governo se opôs às mobilizações sem proibi-las. A eleição da emenda foi realizada em uma capital federal ocupada militarmente e por falta de 22 votos a emenda Dante de Oliveira não foi aprovada.

Tal fato não solucionou a então crise do regime e o partido governista PDS, por não conseguir encontrar um político que aglutinasse suas facções, cindiu em julho do mesmo ano: os que permaneceram no PDS apoiaram Paulo Maluf. Os dissidentes, liderados por José Sarney, Aureliano Chaves e Marco Maciel, organizaram-se na “Frente Liberal” e apoiaram o candidato do opositor PMDB, Tancredo Neves que era o então governador de Minas Gerais. Desta união foi firmado o pacto da “Aliança Democrática”. Seus signatários iniciais eram políticos como:

“(…) pelo PMDB, os senadores Pedro Simon, Afonso Camargo e Humberto Lucena, além dos deputados Ulisses Guimarães e Freitas Nobre; pela Frente Liberal, o vice-presidente Aureliano Chaves, os senadores José Sarney, João Calmon, Jorge Bornhausen, Marco Maciel e Guilherme Palmeira, e os deputados José Lourenço, Fernando Bastos, Saulo Queirós, França Teixeira e Volnei Siqueira; e pela dissidência do PDS, o presidente do diretório regional do Rio de Janeiro, Wellington Moreira Franco⁷⁸⁷”.

O pacto definiu a candidatura de Neves para presidente e Sarney para vice. Esta chapa venceu a eleição indireta em janeiro de 1985. Para diversos setores da sociedade brasileira este foi o marco final do regime imposto com o Golpe de 1964 e o início de uma fase democrática no Brasil: a “Nova República”.

O título do editorial do jornal “Folha de São Paulo” do dia 16 de janeiro de 1985 explicita a afirmação anterior: “acabou o ciclo

⁷⁸⁷ RAMOS, Plínio de Abreu & CAMPOS, Patrícia. “Tancredo Neves”. In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário Histórico-Bibliográfico do Brasil*. Rio de Janeiro. Versão CD-ROM.

autoritário; Tancredo é o 1º presidente civil e de oposição desde 64”⁷⁸⁸. A Revista *Veja* do mesmo dia expôs o seguinte: “Com a eleição de Tancredo Neves, o país vê com tranqüilidade o fim de 21 anos de Regime Militar e o nascimento da *Nova República*”⁷⁸⁹. A memória social coletiva também usa esta data como um divisor no estudo das análises dos regimes políticos existentes na história do Brasil.

Discordo destes postulados. De fato houveram mudanças. O executivo federal deixou de ser exercido por um general eleito por um colegiado de militares graduados e diplomado pelo congresso. Nos meses seguintes alguns partidos comunistas seriam legalizados, os analfabetos receberiam a permissão para votar, as eleições diretas seriam restabelecidas. Todavia, o que existia de essencial no regime ditatorial-militar permaneceria: os militares ainda gozavam de significativo poder e o exerceriam ao longo do governo Sarney. As leis anti-greve, o arrocho salarial, a repressão aos trabalhadores, ainda eram exercidas como forma de controle social. Os dois últimos exemplos passaram a ser exercidos em uma escala menor se comparados ao terrorismo de Estado do governo Médici, por exemplo. Contudo sua ação era semelhante.

Por último, as forças políticas conservadoras que exerceram o poder durante a Ditadura tiveram importância fundamental ao longo de toda a Nova República. Os políticos da antiga ARENA e militares que serviram com as lideranças ditatoriais controlariam o país até, pelo menos, 1989. A Doutrina de Segurança Nacional ainda orientava a política militar. Em síntese: a Nova República era um governo de continuidade. Nasceu da crise de um regime, mais a coalizão resultante assegurou que o projeto de Abertura fosse seguido até a sucessão de 1989.

Dada a complexidade deste assunto, minha pesquisa atual tem como objeto a “definição da Função Constitucional das Forças

⁷⁸⁸ Folha de São Paulo, 16.01.1985. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_16jan1985.htm Consulta em 20 de abril de 2010.

⁷⁸⁹ Revista *Veja*. 16.01.1985; p. 22.

Armadas” neste período. O projeto de Abertura Política idealizado por militares e seus aliados políticos – homens como Roberto Campos, Luís Vianna Filho, Petrônio Portela – ; tinha como um dos postulados a manutenção da possibilidade dos militares permanecerem responsáveis pela segurança interna. Tal termo, “segurança interna”, dizia respeito a ação contra os movimentos populares, que para estes políticos eram um fator que desestabilizava o país.

Como afirmei anteriormente, a “Nova República” foi entendida por muitos como a virada democrática e alguns pensadores que debateram sobre os rumos do processo de democratização do país concordaram que o controle civil das Forças Armadas e o envolvimento exclusivo na defesa da fronteira eram essenciais para o estabelecimento real de uma democracia no Brasil. Este não foi o resultado final. O artigo 142 da atual Constituição faculta aos militares atuar em defesa da “lei e da ordem”, expressão que pode ser interpretada no sentido de convocar uma intervenção militar. Assim aconteceu em Volta Redonda, em novembro de 1988, cujo saldo foram três operários mortos.

Minha perspectiva valoriza a composição política na Nova República para explicar a atual definição da função constitucional militar e demonstrar as continuidades entre o Regime pós-1964 e pós-1985. Não estamos afirmando que o resultado da Assembléia Nacional Constituinte estava decidido três anos antes. Ao longo deste período houve possibilidades de mudanças. O trabalho valoriza a existência de em *tendência política* que iria se impor aos fatos.

O primeiro ministério Tancredo/Sarney.

O ministério inicial de Tancredo Neves e José Sarney era composto por 24 homens. Destes, seis eram militares. Todos foram convidados por Tancredo em diálogo com o restante da liderança da Aliança Democrática. Entre janeiro e março de 1985 os ministros foram anunciados. Vamos analisar a composição dos civis:

“(...) Gabinete Civil, José Hugo Castelo Branco (MG); Justiça, Fernando Lira (PE); Relações Exteriores, Olavo Setúbal (SP);

*Trabalho, Almir Pazzianotto (SP); Indústria e Comércio, Roberto Gusmão (MG); Agricultura, Pedro Simon (RS); Minas e Energia, Aureliano Chaves (MG); Previdência Social, Valdir Pires (BA); Saúde, Carlos Santana (BA); Educação, Marco Maciel (PE); Assuntos Fundiários, Néelson Ribeiro (PA); Administração, Aluísio Alves (RN); Habitação e Saneamento, Flávio Peixoto (GO); Desenvolvimento Regional, Ronaldo Costa Couto (MG); Cultura, José Aparecido de Oliveira (MG); Transportes, Afonso Camargo (PR); Ciência e Tecnologia, Renato Archer (MA); Desburocratização, Paulo Lustosa (CE). (...) Com a nomeação de José Aparecido para o governo de Brasília foi indicado para o Ministério da Cultura o professor Aluísio Pimenta, de Minas Gerais”*⁷⁹⁰

Devido aos limites deste trabalho, utilizarei apenas dois intelectuais para orientar esta análise. Giovanni Levi em seu artigo “Usos da Biografia” nos apresentou diversas possibilidades de trabalhar com a biografia e trajetórias sociais. Entre elas destacou o “Prosopografia”, onde a meta é ilustrar os comportamentos e/ou trajetórias comuns. A esta perspectiva incluiremos a contribuição de Sergio Soares Braga para o qual a análise das trajetórias ajudam a elucidar as correlações de força existentes em dada sociedade⁷⁹¹.

Entre os 19 ministros – analisarei também José Aparecido e Aluísio Pimenta – a primeira vista temos a hegemonia do PMDB. Doze eram filiados ao PMDB e/ou participaram da administração do governo Tancredo. Entre eles: José Hugo Castelo Branco; Fernando Lira, Paulo Lustosa. Apenas 4 eram da Frente Liberal. Como exemplo cito Marco Maciel, Aureliano Chaves. Os demais não eram formalmente de nenhuma agremiação – como Olavo Setúbal, Almir Pazzianoto.

⁷⁹⁰ RAMOS, Plínio de Abreu & CAMPOS, Patrícia. “Tancredo Neves”. *Op. Cit.*

⁷⁹¹ LEVI, Giovanni. “Usos da Biografia”. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.; e BRAGA, Sergio. *Elites políticas e alternativas de desenvolvimento na redemocratização de 1945-1946*. In: *História econômica & história de empresas*. V.2. 2002.

Contudo, a trajetória destes homens aponta outros elementos: entre os doze "trancredistas", sete militaram no Partido Popular (PP). Olavo Setúbal fez parte da mesma agremiação. O PP foi criado como um partido de centro. Um dos ideólogos da Abertura Política, o general Golbery Silva, saudou a existência deste partido em virtude a sua possibilidade de cooperar com o governo e o PDS. O PP foi incorporado ao PMDB em 1981. A Nova República reuniu estas duas tendências: o PP e um setor PDS. Tal arranjo superou qualquer perspectiva dos ideólogos da Abertura Política.

O Ministério e o Alto Comando do Exército.

O setor militar do ministério foi ocupado pelos seguintes oficiais. O general Rubem Bayma Denis assumiu o Gabinete Militar. O general Leônidas Pires Gonçalves o Ministério do Exército. Na pasta da Marinha assumiu o almirante Henrique Sabóia. Na Aeronáutica, ao brigadeiro Júlio Otávio Moreira Lima; no Estado Maior das Forças Armadas, o almirante José Maria Amaral O general Ivan Souza Mendes recebeu a chefia do Serviço Nacional de Informações.

O Alto Comando é formado por 12 generais-de-Exército, o cargo mais alto da hierarquia militar. No início do governo Tancredo era formado por generais como Heraldo Tavares Alves, Sebastião Ramos de Castro, José Magalhães da Silveira, Paulo Campos Paiva, Rubens Mario Brum Medeiros.

O aspecto unificador deste setor era o seu ingresso na Escola Superior de Guerra. Fundada em 1949, a ESG funcionou como uma escola onde militares, empresários e outros setores abastados brasileiros reuniram-se e construíram uma significativa congruência sobre os determinados temas: anticomunismo, integração com as multinacionais estrangeiras, aliança com os Eua na Guerra Fria, visão da democracia como a dos Eua como a melhor forma de governo. Designo os militares que participaram desta experiência como os *Esguianos*. Humberto Castelo Branco, Aureliano de Lyra Tavares, Orlando Geisel, Ernesto Geisel, João Batista Figueiredo foram militares esguianos. Esta corrente militar esteve presente em todos os

momentos do Regime Militar, incluindo o seu movimento com a repressão política⁷⁹².

A continuidade com a Ditadura é expressiva: Leônidas Gonçalves fez o Curso Superior de Guerra em 1977 – junto com o general Paulo Cunha, Sabóia em 1974, Amaral Oliveira em 1967, José Magalhães da Silveira em 1976, Heraldo Tavares também da turma de 1976.

Notas Finais.

Este pequeno trabalho busca contribuir para o problema da continuidade da Nova República. O pacto inicial reunia os *Esguianos* e antigos políticos do PP. O caráter conservador deste pacto se acentuaria ao longo do governo Sarney, o qual sucedeu Tancredo que faleceu em 21 de abril de 1985. O novo aceno do movimento operário e de outras reivindicações de massas seria respondido com o ingresso cada vez maior de políticos do PDS no governo Sarney. A postura de Tancredo Neves e José Sarney não é original, mais expressa uma tendência da Cultura Política brasileira: a permanência de determinados políticos em regimes e conjunturas diferentes. Sarney “que o diga”. Atuou ex-UDN, da Ditadura, fundamental nos governos Fernando H. Cardoso e Luis Lula da Silva.

⁷⁹² O tema dos Esguianos foi tratado por mim com maior detalhe no texto em: MONTEIRO, Tiago. “Revisitando o *Castelismo*: militares e poder – de Castelo à Sarney”. In: *Caderno Universitário de História*. Rio de Janeiro: Nova Edição, ano 5, n. 14, 2009.

COMPOSIÇÃO DEMOGRÁFICA E “CRIOLIZAÇÃO” DOS PLANTÉIS DE ESCRAVOS: GUARAPIRANGA 1780-1810

Tiago Pereira Leal⁷⁹³

1. INTRODUÇÃO

A demografia histórica sustentada pela análise quantitativa torna-se um instrumento indispensável na pesquisa histórica. Essa prática proporciona valorizar os estudos dos indivíduos através dos mais variados documentos por isso está sendo tão difundida entre os historiadores.

A zona da Mata de Minas Gerais carece de estudos sistemáticos sobre demografia histórica. O núcleo da região mineradora foi mais explorado nesse campo, pois se considerava que essa atividade era concentrava a maioria da força de trabalho cativa. No entanto, estudos posteriores vêm demonstrando que, em Minas, nem toda a riqueza provinha somente da atividade mineradora. A agricultura e outras atividades de transformação tinham uma forte presença na economia regional, o que desfaz a noção de que Minas era uma capitania estagnada e de baixa produtividade. Tendo em vista esse quadro de referência, a análise desse trabalho centra-se em uma fase na qual a economia mineira estava em transição, de uma economia centrada na mineração para uma economia articulada pela agricultura mercantil.

A finalidade do presente trabalho é demonstrar, através de análise de inventários *post mortem* que a elite de Guarapiranga possuía plantéis de escravos consideráveis com a mais variada composição demográfica, destacando grande presença de escravos crioulos. Em conseqüência, a reprodução natural emerge como um fator decisivo que proporcionava o aumento da proporção de crioulos nos plantéis.

2. REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A ECONOMIA DE MINAS GERAIS

⁷⁹³ Graduando em História pela UFV, contato: tiago.leal@ufv.br

Nos últimos 30 anos a historiografia mineira e os trabalhos sobre Minas Gerais sofreram um avanço no que diz respeito à pesquisa da demografia escrava. Esse progresso proporcionou um maior aprofundamento no estudo da economia e da sociedade mineira do fim do século XVIII e das primeiras décadas do século XIX.

A historiografia tradicional apontava a economia mineira como estagnada após a decadência da mineração. Essa idéia foi difundida durante muito tempo nos meios acadêmicos, até que na década de 1980 surgiram estudos revisionistas que questionaram essa idéia de decadência.

Alguns dos pioneiros nesse trabalho foram Roberto Borges Martins & Amílcar Filho Martins (1983) e Robert Slenes (1985). A discussão sobre a economia de Minas teve seu auge quando esses estudiosos perceberam que, mesmo depois da estagnação da atividade da mineração, a província continuou sendo grande absorvedora de escravos e, por conseguinte, manteve consideráveis plantéis de escravos.

Os irmãos Martins demonstraram que a população escrava de Minas cresceu de aproximadamente 169.000 pessoas em 1819 para 382.000 em 1873 (MARTINS e MARTINS, 1988). Segundo eles, esse crescimento teria sido gerado pela entrada maciça de cativos africanos na Província. Para esses estudiosos, Minas teria sido o maior importador líquido de escravos do Império.

O problema que decorre da explicação dos Martins é que eles apontam a economia de subsistência como mantedora dessa entrada de africanos. Reconheciam a necessidade de mandar produtos para fora dos domínios mineiros para permitir uma entrada de escravos importados e que mesmo assim esse setor não tinha um peso na produção da economia mineira (SLENES, 1985).

O trabalho dos Martins foi enriquecedor, entretanto, muito questionado. Se a economia mineira não tinha uma forte mercantilização, como poderia manter uma mão de obra cativa e ainda proporcionar uma entrada maciça de escravos?

Em contraposição aos Martins, Slenes defendia as atividades ligadas à exportação que permitiam um sólido tráfico de

escravos e tal exportação constituía o centro dinâmico da economia mineira (Slenes, 1985). Esse dinamismo e seus efeitos multiplicadores sobre o resto da economia proporcionavam a Minas ser, no final do século XVIII e ao longo do XIX, uma das regiões do Brasil com maior número de escravos. A importância dessa discussão no presente trabalho consiste em perceber a grande entrada de escravos em Minas e também refletir sobre a reprodução natural positiva negado pelos Martins.

Sem dúvida existem outros autores com importantes trabalhos sobre a dinâmica da economia Mineira. Essa simples apresentação da discussão que envolve as pesquisa sobre Minas Gerais serve para direcionar e embasar teoricamente a discussão em torno da composição demográfica dos plantéis.

3. COMPOSIÇÃO DEMOGRÁFICA

Através da análise quantitativa pode-se explorar nos inventários a idade, sexo, as características físicas e a forma da posse dos escravos. Esses itens reunidos permitem fazer um estudo minucioso de como se estruturaram os plantéis e avaliar seu peso na economia.

Existem fortes indícios de que o mercado que sustentava os plantéis escravistas de Guarapiranga era proveniente do Rio de Janeiro. Segundo Mary Karasch (2000), a cidade do Rio de Janeiro era o principal mercado de distribuição dos escravos vindos das regiões africanas para as províncias de Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

Os termos usados para se designar alguns cativos, principalmente os nascidos no Brasil merecem destaque, pois eram anotados como crioulos, pardos, cabras preto, ou meramente, escravas de “fulano” (SOARES).

Os termos aqui discutidos são como base na qual Mary Karasch apresentou em seu livro *Vida dos Escravos no Rio de Janeiro 1808-1850* (2000). *Crioulo* designava geralmente o negro nascido no Brasil e, ocasionalmente, a africanos nascidos em colônias portuguesas da África. O termo *pardo* define um mulato filho de pais africanos, cuja designação servia para diferenciá-lo dos crioulos e de outros grupos racialmente mistos. Por sua vez, *preto* é visto como um termo mais neutro para

designar o negro, especialmente nos casos em que a nacionalidade ou *status* de uma pessoa negra era desconhecido. Os *cabras* eram compreendidos como os de raça mista considerados de ambos os sexos e, na maioria das vezes, eram vistos como os de ancestralidade e mistura racial indeterminada.

A tabela abaixo identifica a composição dos plantéis de escravos de Guarapiranga, distinguindo as principais nações africanas encontradas em Guarapiranga no período de 1780 a 1810. Vale ressaltar, que os dados são fruto de uma análise de 23 inventários.

Composição Demográfica dos Plantéis de Guarapiranga de 1780-1810						
Nações	Crioulo	Angola	Benguela	Mina	Outras Nações Africanas	Total
Período						
1780/1790	90	22	24	6	17	161
1791/1800	50	10	33	2	23	118
1801/1810	134	16	49	0	34	233
Total	274	38	106	8	74	512

Fonte: Inventários *Post Mortem* da região de Piranga disponível na Casa Setecentista em Mariana, Minas Gerais. Observação, os dados apresentados são a soma do sexo feminino e masculino.

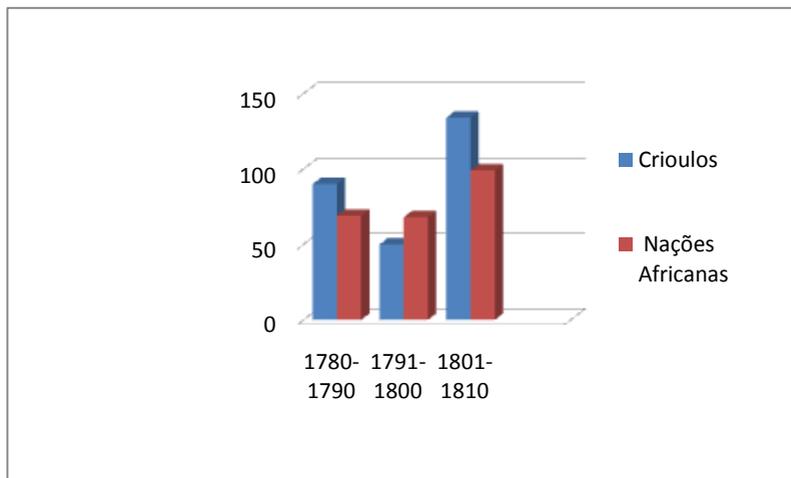
Esses dados nos permitem refletir sobre a composição proporcional das nações africanas em Piranga, e perceber a predominância de escravos vindo da África centro-ocidental, com exceção da nação Mina. Karasch (2000) argumenta que essa região foi a principal fornecedora de escravos para o Rio de Janeiro no século XIX.

Nos inventários os dados sobre escravos aparecem nas descrições de bens, na qual, geralmente, é acompanhado pelo preço, pela idade, por algumas informações familiares, profissão e por alguma doença e/ou deficiência física. O nome de cada escravo é dado,

geralmente, pelo nome cristão acrescido à sua nação de origem. Por exemplo, muito comum encontrar nos inventários: Paulo Benguela, João Angola, Pedro Crioulo e outros demais.

Benguela é uma região ao sul de Angola da qual era detentora de importante do porto, daí talvez a predominância de tantos escravos com essa denominação. Isso não significa dizer que somente escravos dessa região foram embarcados, pois poderia haver escravos capturados em outra região da África e ter embarcado nesse porto. A nação Angola, a segunda em proporção encontrada nos plantéis de Guarapiranga, é a nação que compunham muitas vezes um terço das amostras étnicas do Rio de Janeiro. O termo *Angola* refere-se aos escravos vindos da região central que eram exportados principalmente através do porto de

Luanda (KARASCH, 2000). Os crioulos correspondem à maioria nos plantéis da região de Guarapiranga. As razões para esse número expressivo devem-se ao setor de importação da região juntamente com a reprodução natural. Observe o gráfico abaixo sobre a comparação entre os cativos crioulos e as nações africanas como um todo.



Os dados que reforçam a reprodução natural não estão analisados de forma sistemática, entretanto, posso aludir que os plantéis de Guarapiranga possuíam uma reprodução natural, pois de acordo com os dados da tabela a maioria dos escravos era crioulos, esses não eram adquiridos somente através da importação, mas também através de uma taxa reprodução.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi destacado, esse trabalho é resultado parcial de uma pesquisa que tem como objetivo análise de inventários da região de Guarapiranga. Os resultados até o momento são resultado de uma pequena amostragem de documentos. Entretanto, mesmo nessa pequena amostragem foi catalogado um plantel, que obedece a periodização proposta, de 103 escravos com as mais variadas proporções de nações africanas e com vários crioulos descritos. Por isso, certamente essa região tem importante contribuição na análise do tráfico na zona da Mata Mineira e, por conseguinte, para Minas Gerais.

4. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: Séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

KARASCH, Mary. C. *A vida de escravo no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Tradução: Pedro Maia Soares, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: Tráfico e apego numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos* 13 (1): 181-209 jan./abril. 1983.

PRADO, Caio Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo. Brasiliense, 2000.

SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFHC*, N.º.17. Campinas:- UNICAMP, 1985.

SOARES, Mariza de Carvalho, Mina, Angola e Guiné: Nomes da África no Rio de Janeiro Setecentista. *In: Tempo*, Vol.3 – nº 6, Dezembro de 1998.

DESILUSÕES E LUTAS DOS MORADORES DA FAVELA CAMPO DO FUBÁ NA CIDADE DE PONTA GROSSA – PR⁷⁹⁴

Vanessa Marques Barreto
Mestranda em Geografia na UEPG - PR
vane_historia@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Compreender como os migrantes trabalhadores lutam pelo direito à cidade e vivenciam suas experiências através das lutas e resistências é um fator primordial para entender a dinâmica da cidade. Através da percepção de como os migrantes trabalhadores vivenciam seu cotidiano na (re) produção do espaço urbano em Ponta Grossa (PR), na formação da Favela Campo do Fubá, refletindo no processo de exclusão/inclusão dos indivíduos, suas experiências vividas nas relações sociais e o modo como vivenciam a produção deste espaço na busca pelo direito a cidade, notamos como o sentimento de exclusão surge e, a partir desse sentimento comum, se unem como forma de resistência, lutando pelo direito de ser visto e sentir-se cidadão.

MÉTODOS

Para perceber a relação que os migrantes trabalhadores que formam a Favela Campo do Fubá têm com a cidade e como (re) produzem o espaço urbano, foram utilizadas fontes orais, pois as entrevistas possibilitam compreender como esses migrantes trabalhadores lutam pelo reconhecimento de ser cidadão, lutam pelo direito a cidade que lhes é negada, se tornando participantes das suas

⁷⁹⁴ Este resumo é uma parte da monografia de conclusão do curso de História – Bacharelado, intitulado A CIDADE EM DISPUTA: Trajetórias dos trabalhadores Migrantes da Favela “Campo do Fubá” – Ponta Grossa – PR (1970 – 1990) – 2008 – Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

reivindicações. Para a presente pesquisa foram realizadas seis entrevistas. O critério utilizado para escolha dos entrevistados se deu pelo tempo de moradia dos mesmos na favela.

Os depoimentos permitiram conhecer uma outra cidade: uma cidade ocultada, esquecida e cheia de disputas; uma cidade como espaço “onde são exercidos as práticas sociais consoantes às vidas das pessoas” (SANTOS, 1999, p.12). A escolha em se trabalhar com fontes orais se deu para perceber como ocorrem as disputas pelo espaço urbano, as expectativas que possuíam em relação à Ponta Grossa e suas trajetórias na cidade.

Além das entrevistas, foram utilizados artigos de jornais da década de 1990, especificamente do “Jornal da Manhã”, com a intuição de perceber como o jornal trata as questões relacionadas às favelas na cidade e como as autoridades locais se expressam sobre o problema através do jornal, apontando o crescimento das favelas e as soluções, ou não, para esse fato.

No decorrer da pesquisa, outros documentos foram incorporados ao trabalho, como Álbuns comemorativos, um deles, referente ao segundo aniversário da Administração de Plauto Miró Guimarães frente a Prefeitura (1967-1968) e outro, em comemoração aos 152º Aniversário de Ponta Grossa (1975), os quais permitiram uma 19 análise dos discursos sobre a cidade, o progresso e quem são beneficiados e excluídos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A opção em trabalhar com os migrantes trabalhadores da Favela Campo do Fubá se deu pelo tempo de existência da mesma, em torno de 35 anos, fato que chama a atenção. A partir desse dado procurei outras informações e contatos. Obtive acesso às fichas cadastrais das famílias através do SOS, contendo tempo de moradia na cidade, local de origem, profissão, número de filhos, estado civil, chamando atenção a quantidade de pessoas migrantes das cidades de Cândido de Abreu e Ivaí, predominando sobre as demais.

Na década de 1970 essas pessoas começaram a ocupar uma área pertencente a Flávio Carvalho Guimarães, situada na Vila Boa

Vista. Essa ocupação foi crescendo e hoje se encontram 220 famílias no local. A Favela Campo do Fubá⁷⁹⁵ recebeu esse nome após a formação da Associação dos Moradores em 1989, devido a um senhor que cuidava de um campo de futebol existente na vila. “Uma pessoa negra que tinha um apelido chamado Fubá [...], que cuidava e organizava futebol naquela região né?!”.⁷⁹⁶

Conforme as entrevistas eram realizadas, várias questões surgiam. “Para quem a cidade é feita? Como os migrantes trabalhadores pobres reconstroem a noção de cidade ideal? Como lidam com a exclusão e lutam para se tornar cidadãos?”.

Pensar na trajetória dos moradores da Favela Campo do Fubá é pensar na luta pelo acesso à cidade e nas experiências vividas individual e coletivamente.

Essa trajetória está ligada ao processo de exclusão/inclusão ao qual estão expostos e “remete a uma dinâmica de desigualdades onde o grau de ‘exclusão’ ou de ‘inclusão’ deriva da oferta ou da privação de condições fundamentais para que se possa ter uma vida de qualidade satisfatória”.(NASCIMENTO, 2008, p.36), a qual vai além de suprir as necessidades básicas para sobrevivência.

À medida em que as lembranças das lutas e das dificuldades enfrentadas ao chegarem na cidade, vão se transformando em palavras na fala dos entrevistados, os sentimentos de exclusão são (re)vividos e a construção de cidade ideal dá lugar à divergências e desilusões, mas, também, à conquistas, através das lutas por infra-estruturas deixando expressar orgulho e alegria.

A busca pelo direito à cidade, “a participação numa sociedade de excluídos” (CARLOS, 2001, p.88), se dá a partir do momento em que percebem que só ganharão visibilidade através de manifestações e reivindicações, onde novos valores são incorporados ao cotidiano desses migrantes trabalhadores que buscam ser incluídos na sociedade, não só através dos serviços públicos, mas também como participantes das decisões, fazendo da busca por infra-estrutura uma forma de resistência ao modelo social vigente, pois “os

⁷⁹⁵ Oficialmente Favela Senador Flávio Carvalho Guimarães.

⁷⁹⁶ Vereador Gerveson Tramontin em entrevista concedida no dia 18/03/2008.

direitos não estão automaticamente para serem usufruídos pelas pessoas, eles surgem a partir do momento em que alguém os reivindica ou demonstra a necessidade de novos direitos.” (SILVEIRA, 2002, p.8)

As experiências vividas através das lutas e resistências é um fator primordial para pensar esses movimentos. Através da percepção de como os migrantes trabalhadores vivenciam seu cotidiano, notamos como o sentimento de exclusão surge e, a partir desse sentimento comum, se unem como forma de resistência “às desigualdades impostas aos grupos sociais recém expulsos do campo [...] que lutam pelo direito à cidade” (CÔRREA, 2003, p.30), direito de ser visto e sentir-se cidadão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a elaboração desta pesquisa, as visitas à favela, as conversas com os moradores me fizeram pensar e refletir em quantas famílias passam por esse processo de luta pelo direito de morar, direito de ser reconhecido como cidadão, de ser visto como participante da sociedade, os quais fazem das dificuldades, força para sobreviver em um espaço urbano desigual e cheio de injustiças. Famílias que se deslocam do meio rural com a esperança de uma vida melhor que a cidade possa oferecer, e vão traçando seus caminhos através de lutas, reivindicações, mostrando que fazem parte dessa sociedade que insiste em fazê-los invisíveis. Através das questões levantadas foi possível compreender melhor como se dão às relações dentro da cidade, como as divergências e interesses de cada grupo social contribui para a formação desse espaço urbano e como os moradores da favela se relacionam com o poder local e lutam pelo direito a cidade.

A trajetória desses moradores são exemplos de lutas, de respeito e solidariedade, que juntos lutando pelos mesmos objetivos mostram que é possível mudar o modelo de sociedade vigente, pois através de suas reivindicações se fazem participantes e construtores desse meio de heterogeneidades. As lutas pelo acesso aos serviços

básicos mostram-se não apenas como um alcance de direitos, mas sim como uma forma de se sentirem cidadãos.

Pensar a cidade nos proporciona entender as relações de poder, o processo de exclusão/inclusão que se dá na sua organização, é possível entender como ela vai excluindo e mandando para fora desse espaço as pessoas que não se enquadram no perfil instituído para uma cidade planejada e idealizada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Prof. Ms. Rosângela Petuba pelo conhecimento transmitido, paciência e dedicação com que me orientou no decorrer desta pesquisa. Pessoa, a qual admiro, que muito me fez refletir em suas aulas com as questões que colocava sobre a dinâmica na qual a cidade é construída, contribuindo muito para minha formação acadêmica e pessoal.

REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani A. **A Cidade**. O homem e a cidade, a cidade e o cidadão, de quem é o solo urbano?. Ed.: Contexto, coleção Repensando a Geografia. São Paulo – SP 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano**. São Paulo: Ed.Ática, 2003.

NASCIMENTO, Éderson. **Espaço e Desigualdades**: Mapeamento e Análise da Dinâmica de Exclusão/Inclusão Social na cidade de Ponta Grossa (PR) 2008, 173 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2008.

SANTOS, Antonio César de Almeida. **Memórias e Cidade**: Depoimentos e Transformação Urbana de Curitiba (1930-1990). 2ª ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

SILVEIRA, Gerveson Tramontin. **As Associações de Mutuários e moradores em Terrenos Irregulares de Ponta Grossa**: Uma Experiência de participação Popular (1993-2000) 2002, 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas), 2002 – Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR.

DIFERENTES OLHARES, UMA DITADURA: REPRESENTAÇÕES DA REPRESSÃO MILITAR NO CINEMA BRASILEIRO

Wallace Andrioli Guedes*

Quando, a 31 de março de 1964, o governo do presidente João Goulart foi derrubado pelo golpe civil-militar, o cinema brasileiro vivia o que poderíamos chamar de *ápice*. Dois anos antes, *O pagador de promessas* havia vencido o Festival de Cannes, e o biênio 1963/64 seria marcado pelo lançamento de três obras-primas que definiriam os primeiros anos do Cinema Novo brasileiro: *Vidas secas*, de Nelson Pereira dos Santos, *Os fuzis*, de Ruy Guerra, e *Deus e o diabo na terra do sol*, de Glauber Rocha (a famosa “trilogia do sertão”). Naqueles idos da primeira metade da década de 1960, o Cinema Novo configurava-se como um movimento artístico cada vez mais respeitado internacionalmente – para se ter uma breve ideia, os três filmes supracitados participaram de dois dos maiores festivais de cinema do mundo (*Vidas secas* e *Deus e o diabo* estiveram em Cannes, e *Os fuzis* esteve em Berlim, de onde saiu premiado com o Urso de Prata de direção). Artistas de esquerda, engajados politicamente e preocupados com os rumos do país, os cinemanovistas sentiram duramente o golpe civil-militar. Não foi simplesmente a derrota das esperanças nacionalistas daqueles jovens intelectuais: desmoronava, com a chegada dos militares ao poder – apoiados pelos setores mais conservadores da sociedade brasileira – uma visão de mundo, alicerçada, sobretudo, na certeza da vitória do oprimido sobre os opressores, visão esta que seus filmes buscaram, não de forma didática, reproduzir.

Como cinema essencialmente político que era, o Cinema Novo brasileiro tratou de rapidamente absorver as lições daquela derrota avassaladora, e transformá-las em arte. A dita “segunda fase” da produção cinemanovista foi, então, a exploração desta derrota, de seus efeitos sobre os grupos intelectuais de esquerda do país, e do

* Mestrando em História Social pela Universidade Federal Fluminense

falso papel conscientizador que estes haviam assumido até então. Filmes como *O desafio*, de Paulo César Saraceni – produzido pouco tempo depois dos acontecimentos de 1964 –, *A derrota*, de Mario Fiorani, *O bravo guerreiro*, de Gustavo Dahl, e *Terra em transe*, de Glauber Rocha, tematizaram, de alguma forma, os rumos políticos que o Brasil vinha tomando. Ou seja, desde muito cedo o cinema brasileiro transformou a ditadura civil-militar em assunto para seus filmes. Obviamente, enfrentou problemas sérios com a Censura por isso, algo que intensificou-se imensamente a partir de 1968, com a entrada em vigor, no mês de dezembro, do Ato Institucional nº 5. O cinema brasileiro pós-AI-5 encontrou maiores dificuldades em discutir as questões políticas que envolviam o país – a ditadura passou então a ser tratada no nível das alegorias, das referências implícitas. Filmes como *Brasil ano 2000*, de Walter Lima Jr., e *Macunaima*, de Joaquim Pedro de Andrade, por exemplo, foram ácidos em suas críticas ao Brasil dos militares sem que, para isso, fossem vistos como filmes tradicionalmente políticos. Neste sentido, é patente o caso da censura ao filme de Joaquim Pedro, ocorrida exclusivamente por questões “morais” – que foram muito bem resolvidas, como contava o próprio diretor, com uma boa e persuasiva conversa com agentes do governo.

Por 21 anos o país viveu sob os desígnios do poder dos generais. Quando finalmente veio a redemocratização, na segunda metade da década de 1980, pouco depois o cinema brasileiro sofreria outro duro golpe: o encerramento das atividades da EMBRAFILME, estatal responsável pela maior parte da produção cinematográfica do país, por parte do governo do presidente Fernando Collor de Melo. Em meados da década de 1990, entretanto, com o retorno dos investimentos e incentivos, o cinema brasileiro começaria a caminhar novamente. A produção era retomada. E os tempos da ditadura civil-militar logo seriam também retomados como tema.

Em 1994, num período ainda muito difícil economicamente para a realização de cinema no país, Sergio Rezende lançaria *Lamarca*, com Paulo Betti no papel principal. Filme bastante sóbrio sobre a vida do militar e guerrilheiro, que assumia, entretanto, uma postura claramente exaltativa de seu protagonista – Carlos Lamarca é

visto como um homem extremamente justo, fiel aos seus ideais, bom pai e bom marido, mesmo quando inicia um relacionamento extra-conjugal com outra guerrilheira (na realidade, Iara Iavelberg, que no filme teve seu nome trocado). É verdade que, graças ao grande desempenho de Betti, seu Carlos Lamarca acaba parecendo verossímil.

Três anos depois, Bruno Barreto faria *O que é isso, companheiro?*, inspirado no livro homônimo de Fernando Gabeira, e alcançaria grande sucesso. Seu filme seria indicado ao Oscar de melhor filme estrangeiro e mostraria aos produtores de cinema do Brasil que talvez estivesse ali um verdadeiro filão: o filme sobre a ditadura. Por mais que mostrasse cenas das torturas cometidas pelos agentes do regime, *O que é isso, companheiro?* era um filme um tanto covarde politicamente, especialmente em sua composição quase hagiográfica do embaixador norte-americano Charles Elbrick (interpretado por Alan Arkin), e no retrato do guerrilheiro “Jonas”, comandante da ação do sequestro de tal embaixador, como um sujeito cruel, obcecado, e, por isso, extremamente nocivo.

A partir do filme de Barreto, o “gênero” deslanchou: a ditadura civil-militar apareceria de alguma forma em obras de ficção como *Ação entre amigos* (1998), de Beto Brant, *Dois córregos* (1999), de Carlos Reichenbach, *Araguaya – Conspiração do silêncio* (2004), de Ronaldo Duque, *Quase dois irmãos* (2005), de Lúcia Murat, *Cabra-cega* (2005), de Toni Venturi, *O ano em que meus pais saíram de férias* (2006), de Cao Hamburger, *Zuzu Angel* (2006), de Sergio Rezende, e *Batismo de sangue* (2007), de Helvécio Ratton; e em documentários como *Hércules 56* (2007), de Silvio Da-Rin, *Caparaó* (2007), de Flávio Frederico, *Condor* (2007), de Roberto Mader e *Cidadão Boilesen* (2009), de Chaim Litewski. Em todos esses filmes o governo militar é mostrado, em maior ou menor intensidade, sob um ponto de vista negativo.

Do extremo da repressão de 1968 ao extremo da liberdade das décadas de 1990 e 2000, a ditadura civil-militar esteve presente no cinema brasileiro. Entretanto, há um momento intermediário importante a ser considerado: entre a segunda metade da década de 1970 e a primeira da de 1980, o Brasil viveu um longo e lento

processo de abertura política, onde avanços e retrocessos revezavam-se, nos governos dos generais Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985). Neste período, dois filmes em especial causaram grande polêmica: *Lúcio Flávio, passageiro da agonia* (1978), de Hector Babenco, e *Pra frente, Brasil!* (1982), de Roberto Farias – curiosamente, ambos estrelados por Reginaldo Faria.

Lúcio Flávio não é um filme sobre a ditadura: conta a história do célebre bandido, líder de uma quadrilha que assaltava bancos, que envolveu-se com o “esquadrão da morte” no Rio de Janeiro, e acabou denunciando todos os seus crimes publicamente, em meados dos anos 70 – pouco depois, seria assassinado na prisão. Entretanto, o filme de Babenco ousou ao retratar, com vigor, a brutalidade policial, a crueldade de agentes do Estado que deveriam proteger a população, e não agredi-la, e sofreu, obviamente, alguns problemas com a censura. Tal ousadia teria levado inclusive alguns espectadores que assistiram-no em sessões privadas a não acreditar na liberação do filme, segundo matéria da Revista *Veja* do período. Babenco, entretanto, optou por negociar, ainda antes da realização do filme, com a Censura Federal: não haveria problema na realização de um filme sobre o “esquadrão da morte”, desde que, nas cenas envolvendo tal grupo, “não aparecessem policiais fardados nem a bordo de viaturas oficiais.” Além disso, “a Censura ordenou um tratamento de proteção aos policiais: seu nomes, no filme, são fictícios, mas os de Lúcio e de sua mulher 'Janice' (Ana Maria Magalhães), são verdadeiros. Finalmente, além de impor cortes ('irrelevantes', segundo o diretor), fez com que aparecesse um letreiro onde se informa que todos os policiais ligados ao caso Lúcio Flávio haviam sido expulsos e punidos.”⁷⁹⁷

Quatro anos depois, Roberto Farias, ex-presidente da EMBAFILME, dirigiria *Pra frente, Brasil!*, filme sobre um cidadão comum, de classe média, que por um acidente é confundido com um “terrorista” inimigo do regime militar, é preso, torturado barbaramente e morto, enquanto sua família conduz uma busca

797 Revista *Veja*, 8 de março de 1978. In:
<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>

desesperada, à revelia da falta de cooperação da polícia. A princípio, *Pra frente, Brasil!* seria um filme muito mais político que *Lúcio Flávio*, já que trata claramente da tortura aos inimigos da ditadura, revelando o apoio e participação de grandes empresários na perseguição bárbara aos jovens militantes de esquerda – além de realizar o *link* entre a brutalidade daqueles tempos (1970) com a alienação de um povo perante a participação do Brasil na Copa do Mundo de futebol, no México. *Pra frente, Brasil!* também teve problemas com a censura. Problemas graves, que deixaram-no interdito por um bom tempo. Somente foi liberado com a inserção de um letreiro inicial (assim como foi feito com *Lúcio Flávio*) avisando que aquela história passava-se em um tempo que já havia ficado para trás, e que atrocidades daquele tipo não mais ocorriam no país. Entretanto, o melodramático filme de Farias já era um trabalho cheio de concessões. Como ressaltou o também cineasta Ruy Guerra na época, o único general que aparecia em *Pra frente, Brasil!* era contrário à tortura, e não sabia do que acontecia nos porões do regime. Em entrevista à *Veja*, por ocasião da liberação do longa-metragem em princípios de 1983, Farias assumiu que poderia ter feito um filme mais contundente, “onde a repressão não fosse absolutamente clandestina, (...) colocando nomes e vestindo a roupa certa em cada um.” O diretor, contudo, diz que não faria isso, pois “não tinha vocação para exilado.”⁷⁹⁸

Nem as alegorias do Cinema Novo pós-AI-5, nem a liberdade total do cinema da “Retomada” da década de 1990 e da “pós-Retomada” dos anos 2000. Na época da “distensão lenta, gradual e segura” de Geisel e da “abertura” de Figueiredo, foi assim que o cinema brasileiro conseguiu tematizar a ditadura civil-militar que governava o país: com negociações e concessões.

BIBLIOGRAFIA:

798 Revista *Veja*. 16 de fevereiro de 1983. In: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>

JOHNSON, Randal & STAM, Robert. *Brazilian cinema*. Austin, Texas, University of Texas Press, 1988.

ORICCHIO, Luiz Zanin. *Cinema de Novo: um balance crítico da Retomada*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

VIANY, Alex. *O processo do Cinema Novo*. Org.: AVELLAR, José Carlos. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999.

XAVIER, Ismail. *O cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FONTES:

Acervo digital da Revista *Veja*, disponível no endereço eletrônico <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>

ANARQUISMO E CIDADANIA NO BRASIL DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Walter Barreto

Resumo. Este artigo se propõe a realizar uma reflexão sobre os efeitos da disseminação das idéias anarquistas no Brasil a partir da vinda dos imigrantes europeus no início do século XX sobre o proletariado, principalmente no que se refere as suas relações com o Estado e sobre o processo de construção da cidadania.

Palavras-chave: Anarquismo, Brasil, idéias, Estado, cidadania.

O anarquismo, enquanto filosofia social que visava promover mudanças profundas na estrutura das sociedades modernas, dentre as quais a mais relevante é a abolição do Estado autoritário, tem suas origens na Europa do século XIX. Europa esta que estava passando por uma série de transformações, econômicas, políticas, sociais e culturais promovidas pelo rápido desenvolvimento de suas forças produtivas pela disseminação entre os principais países europeus da forma capitalista-industrial de produção. Além disso, uma série de inovações tecnológicas, como o motor a vapor e o telégrafo permitiram um aumento assombroso do fluxo de produtos, pessoas, capitais e informações.

O desenvolvimento e disseminação de tão poderosas forças produtivas forçaram uma abertura nas antigas estruturas sociais, gerando uma série de revoluções, destruindo as antigas relações sociais de produção que impediam o seu desenvolvimento. O resultado desse processo seria o desenvolvimento de uma nova ordem social a qual as sociedades européias seriam paulatinamente divididas ao longo do século XIX em dois grandes blocos antagônicos: os que possuíam os meios para a realização do trabalho e aqueles que só possuem a sua força de trabalho; os patrões e os trabalhadores modernos.

Foi neste contexto onde os trabalhadores assistiam ao espetáculo do crescimento das fortunas dos patrões na mesma proporção em que assistiam o crescimento de suas misérias que se iniciaram as discussões sobre a construção de modelos alternativos de sociedade que substituíssem o modelo atual, visto como concentrador de riqueza e gerador de miséria. Um desses modelos alternativos era o anarquismo, o outro o comunismo.

Feita esta breve introdução, podemos trabalhar agora com as questões a que nos propusemos discutir. O anarquismo teve profunda penetração entre as classes trabalhadoras no Brasil da Primeira República, sendo a ideologia hegemônica (ou contra-hegemônica) dos trabalhadores durante o período de 1906 a 1922, desde o I Congresso Operário realizado no Rio de Janeiro até a fundação do Partido Comunista Brasileiro (Dulles: 1977). O anarquismo encontrou aqui um terreno fértil para a disseminação de suas idéias tanto pelo quadro de desigualdade e miséria social quanto pelas relações entre o Estado brasileiro e o seu povo.

Com relação ao Estado brasileiro, pelo menos até 1930, este seria marcado pelo poder das oligarquias estaduais e por seu caráter excludente especialmente no que se refere à participação popular.

Ao trabalhar a questão da cidadania no Brasil José Murilo de Carvalho ressalta que o processo de independência do Brasil foi marcado pela ação das elites. “em comparação com outros países da América Latina a independência brasileira foi relativamente pacífica... a principal característica política da independência brasileira foi a negociação entre a elite nacional, a coroa portuguesa e a Inglaterra, tendo como figura mediadora o príncipe D. Pedro I⁷⁹⁹

A participação das elites no processo de independência e na posterior formação do governo teria efeitos de longa duração, no melhor sentido Braudelniano sobre a política brasileira. A expressão última das marcas do poder das elites no Estado brasileiro se deu através do clientelismo e do uso da coerção e violência.

⁷⁹⁹ Carvalho, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2009, p.26.

Sobre a questão do clientelismo no interior do Estado, Grahan nos esclarece que o Estado Brasileiro reproduzia no seu interior as mesmas relações de clientela que eram realizadas no âmbito local pelos chefes locais usando de expediente principalmente a distribuição de cargos públicos. As elites com isso se apoderariam e dividiriam o Estado entre si. Conforme afirma Grahan:

“No início do século XIX os proprietários no Brasil tinham opiniões ambivalentes sobre o governo central. Embora este fosse um instrumento eficaz para manter a subordinação dos pobres, também constituía uma ameaça a sua própria autoridade no interior. Para resolver este dilema, finalmente, os homens de posses asseguraram que eles mesmos, ou amigos seus, ocupassem cargos de poder em todos os níveis do aparato governamental... eles se apropriaram do governo central, contando então com o clientelismo para manter localmente sua dominação”⁸⁰⁰

O Estado, então loteado entre os mandões locais, serviria como instrumento trabalhando a favor do domínio deles e o clientelismo seria a forma pela qual se alcançaria os cargos mais elevados no aparelho estatal. A Medida de um homem era o tamanho de sua clientela e a obediência/gratidão desta se expressava principalmente através do apoio nas eleições.

O processo eleitoral era o campo de batalha das elites. Nenhum dos mandões locais tolerava perder as eleições, pois isso significava perda de prestígio e influência, cargos no governo e até mesmo redução do tamanho de sua clientela.

Essa situação pouco se modificaria com a chegada da República e em alguns aspectos até se agravaria, apesar dos consistentes avanços como, por exemplo, o fim da escravidão em 1888.

O regime Republicano, apesar das grandes expectativas geradas pela sua proclamação pelo velho marechal Deodoro, manteve os mesmos chefes locais no poder através de uma nova “rotina institucional” criada por Campos Sales e que entrou para a

⁸⁰⁰ Grahan, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: editora UFRJ, p. 67.

História como a *Política dos Governadores*. Tal política significou um “congelamento da competição nos Estados da Federação (antigas províncias); os grupos detentores do poder no momento de realização do pacto adquirem condições de “eternização” nos governos estaduais (Lessa: 2001: p. 52). Rui Barbosa critica severamente tal arranjo, como se segue:

“O Governo federal entregava cada um dos Estados à facção que dele se apoderasse. Contanto que se pusesse nas mãos do presidente da República esse grupo de exploradores privilegiados receberia dele a mais ilimitada outorga, para servilizar, corromper e roubar as populações... a hipótese de intervenção federal não o inquietaria nunca mais”⁸⁰¹

A Política dos Governadores se mostrou extremamente eficiente em “eternizar” certos grupos e/ou famílias nos governos estaduais, como os notórios Acioly no Ceará, Nery no Amazonas, Rose e Silva em Pernambuco e os Partidos republicanos Paulista, Mineiro e Riograndense. Era o Paraíso das oligarquias.

O Estado, então, além de loteado tal como no Império seria também monopolizado por determinadas parcelas da classe dominante. Todos os demais seriam excluídos ou teriam participação limitada nos negócios do Estado.

Da análise dessas particularidades do Estado brasileiro podemos chegar a conclusão de que o Estado brasileiro era o campo de ação e de conflito dos grupos dominantes e que o mesmo era praticamente *impermeável* à participação popular, seja pela constituição de mecanismos formais – como a proibição do voto as lheres e aos analfabetos – seja através de mecanismos informais – a coerção e violência dos chefes locais.

A partir do que foi dito e considerando que a construção da cidadania é um processo histórico que está estritamente ligado com a relação de um determinado povo como o seu Estado, podemos então

10 Barbosa, Rui. Citado por Lessa, Renato. *A invenção da República no Brasil: da Aventura à Rotina*. In: Maria Alice Resende de Carvalho (org), *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 53.

concluir que a cidadania brasileira era bastante limitada, apenas dando os seus primeiros passos.

Mas esta situação começou a se transformar no início do século XX, com o *despertar da consciência* dos trabalhadores via sua adesão ao anarquismo. Os trabalhadores, nesse momento, se organizariam a partir de uma ideologia que tinha *justificativa de luta* – a exploração dos patrões e a opressão do Estado –, *projeto alternativo de sociedade* – a sociedade sem classes e sem Estado – e *método de luta* – a *Ação Direta*.

Os trabalhadores conseguiram se fazer ouvir, e o caminho seguido por eles para isso foi o de formar *canais extra partidários* de comunicação com o Estado: Os sindicatos. Já sob a orientação anarquista, a qual privilegiava o sindicato de resistência a outras formas de associação, os trabalhadores iniciariam um ciclo de greves e manifestações para pressionar o Estado a atender suas reivindicações, conseguindo algumas vitórias importantes.

A principal vitória dos trabalhadores, no entanto, não foi econômica, como a redução da jornada de trabalho ou algum reajuste salarial, mas foi *social* no sentido de que a organização dos trabalhadores nos sindicatos, além de desenvolver uma solidariedade ente eles, configurou-se entre eles também como um dos primeiros exercícios *ativos* dos direitos civis.

È inegável que o surgimento da classe operária e a sua organização sob as bandeiras negras do anarquismo constituiu um importante avanço da cidadania, em todos os sentidos, mesmo no âmbito político, apesar da recusa anarquista na participação nos negócios do Estado. No âmbito dos direitos civis, é clara a luta dos anarquistas pelo direito de organização através dos sindicatos de resistência e pela liberdade de expressão e pensamento através dos seus jornais. No que se refere aos direitos sociais, a luta se focalizou na redução da jornada de trabalho, em aumentos salariais, a abolição do trabalho infantil, entre outras reivindicações. Com relação aos direitos políticos, a luta política dos anarquistas se dava através dos *canais extra partidários*, os sindicatos e a imprensa operária, e o seu método de pressionar as autoridades era a *Ação Direta*. Em suma, sua ação política se baseava na denúncia dos vícios e opressão da

sociedade burguesa e na força da organização dos trabalhadores para impor-se aos patrões e ao Estado.

Deve-se enfatizar, logicamente, que apesar do *resultado* da ação anarquista na primeira República foi o avanço da cidadania brasileira este não era de maneira nenhuma o objetivo dos anarquistas, que desejavam a substituição do atual regime pela sociedade sem classes e sem Estado.

Bibliografia:

ABEMDROTH, Wolfgang. *A História Social do Movimento Trabalhista Europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ADDOR, Carlos Augusto. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2009.

DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: difel, 1977.

GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GRAHAN, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 1997.

LESSA, Renato. *A invenção da República no Brasil: da Aventura à Rotina*. In: Maria Alice Resende de Carvalho (org), *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: hucitec, 1997.

LOS DE ABAJO: A LITERATURA COMO FONTE DE PESQUISA SOBRE A REVOLUÇÃO MEXICANA

Warley Alves Gomes
Graduando de História da UFMG

Ao longo deste texto pretendo explorar alguns aspectos da obra clássica de Mariano Azuela: *Los de abajo*. A intenção não é a de realizar uma análise literária da obra, mas sim de mostrar como ela se constitui em um interessante documento para o estudo do contexto ao qual ela remete, ou seja, a Revolução Mexicana. É claro que ao tratar-se de uma obra de ficção não se pode deixar de lado a teoria do ficcional. Só assim, é possível compreender melhor a relação que a história é capaz de estabelecer com o livro de Azuela.

A obra conta a estória de Demetrio Macias, um pequeno proprietário da região norte do México e se passa entre os anos de 1913-1915. Demetrio Macias, no início do romance, era um fugitivo de Don Mónico, cacique local que desejava as terras de Demetrio. A personagem junta-se com alguns amigos e se vê em meio à Revolução, sem nem mesmo compreender o que se passava. Ao primeiro encontro com as forças federais, Demetrio Macias é ferido e, no momento de sua recuperação, surge a figura de Luis Cervantes, um jornalista da cidade que, no início dos conflitos bélicos, escrevia artigos contrários à Revolução. Cervantes, ao ser obrigado a se alistar nas tropas federais, resolveu fugir e, quando percebeu que os revolucionários poderiam vencer, aliou-se a eles, incorporando-se nas tropas de Demetrio Macias após ganhar sua confiança. Ao longo da estória Demetrio Macias e seus homens ganharam diversas batalhas e se tornaram conhecidos, sendo que seu auge foi a conquista de Zacatecas e a vitória sobre Don Mónico. Demetrio tornou-se general.⁸⁰²

⁸⁰² É importante esclarecer que estes cargos não eram oficiais, assim como estas tropas também não eram. Durante a Revolução Mexicana, as forças rebeldes tinham o costume de nomear alguns de seus membros, geralmente os mais valentes, com algum título militar. Embora não tenham nenhum valor oficial, esses títulos possuíam um considerável valor simbólico entre as forças revolucionárias.

Depois de tantas vitórias, o general Demetrio conheceu sua decadência. As práticas do grupo de Demetrio contribuíram para que esta se acentuasse. Roubos e saques por seus homens, e mesmo as atitudes oportunistas de Luis Cervantes, combinadas à derrota de Villa, levaram Demetrio à sua derrocada. No final da estória, Luis Cervantes abandonou seus companheiros e foi para os Estados Unidos, muitos homens de Demetrio morreram, e esse, fugindo das tropas de Carranza, acabou morrendo.

Em um primeiro momento o que se pode perceber é o pessimismo de Azuela em relação à Revolução Mexicana: a estória de Demetrio termina no mesmo local em que começou, perto de sua casa. Para Azuela após a Revolução as coisas voltariam ao seu lugar: a política continuaria nas mãos dos caciques políticos⁸⁰³. Azuela nos apresenta uma visão desencantada da Revolução, na qual os caciques – representados nas figuras de Don Mónico e Demetrio Macías – mandavam arbitrariamente, com seus homens exercendo as práticas mais absurdas e violentas ao decorrer da estória. Isto no sentido contrário ao seu ideal de política liberal, ancorado em eleições livres, liberdade partidária e de imprensa, divisão dos poderes e etc. É devido a esta visão política liberal que Azuela descreve de forma tão negativa as práticas exercidas no campo de batalha.

É interessante observar que *Los de abajo* foi a única obra ficcional escrita durante os anos mais violentos da Revolução Mexicana (a década de 1910) que abordava a temática da própria Revolução. Foi uma obra planejada e escrita durante o calor das batalhas e por isso se constitui em um documento importante para pensarmos as sensibilidades e as práticas daquele contexto político-social. Sandra Pesavento (PESAVENTO, 2004) reflete sobre o uso

⁸⁰³ Azuela era médico e escritor, e atuou nas tropas villistas como médico. O escritor decide se integrar às forças de Francisco Villa devido ao apoio de seu amigo, o poeta José Becerra. Antes de se ingressar às tropas villistas Azuela também já manifestava o desejo de escrever uma novela a partir das experiências e do convívio com verdadeiros revolucionários. O resultado foi *Los de abajo*. Embora em muitos momentos o escritor tenha sido simpático com os homens que combateram na Revolução, jamais abandonou seus princípios políticos liberais, bastante próximos dos de Francisco Madero.

da obra de ficção como um documento para a pesquisa histórica. Para Pesavento a obra ficcional ao ser estudada por um historiador revela as sensibilidades e possibilidades encontradas na época pesquisada. O historiador não deve fazer um estudo comparando a ficção e a realidade, pois isto não o levaria a lugar nenhum. A obra ficcional indica movimentos possíveis, é o universo do *como se*. Para Pesavento a ficção seria parte de uma realidade social, mais do que isso, ela se configuraria como uma vontade de reconstrução/reconfiguração do real.

Pensar em *Los de abajo* como documento remete a refletir não só sobre o contexto no qual ela foi elaborada e escrita, mas também sobre o momento no qual sua recepção teve mais êxito em seu país. Desta forma a obra pode revelar ainda novas sensibilidades.

Durante a década de 1920, o México passou por uma fase de reconstrução. O período bélico da Revolução havia deixado muitos mortos e um país completamente destruído. As figuras de Álvaro Obregón e Plutarco Elías Calles destacaram-se no cenário político mexicano. Estes, mesmo nos momentos em que não ocuparam a cadeira presidencial, foram os verdadeiros detentores do poder Executivo no México. Os conflitos armados na década anterior deixaram uma herança fundamental para a história do país: o povo mexicano passou a ser considerado na política. Ao longo da década de 1920, buscou-se construir uma identidade nacional que carregasse os valores da Revolução Mexicana, que, mesmo não atendendo plenamente as demandas das classes populares, agora não podia negá-las. Segundo Kátia Gerab Baggio (BAGGIO, 2002) e Ricardo Pérez Montfort (MONFORT, 1994), os temas principais que circulavam em torno dessa nova idéia de nação eram o indigenismo, o hispanismo, o latino-americanismo e o pan-americanismo, sendo que a opção pelo uso de imagens associadas a esses temas variava de acordo com o posicionamento político-ideológico de quem o propunha.

Segundo Carlos Alberto Sampaio Barbosa (BARBOSA, 1996) e Victor Díaz Arciniega (ARCINIEGA, 1989) o Estado mexicano pós-revolucionário buscou formar uma cultura revolucionária, que afirmasse a ideologia que deveria ser dominante

neste novo México. Para isso, buscou cooptar diversas manifestações artísticas que exibiam a cultura popular, de forma a exaltar os valores do “ser mexicano” pós-revolucionário. Entre as imagens buscadas pelo Estado, estavam as que enfatizavam a valentia, a coragem, a bravura do mexicano que não temia nem mesmo a morte, mas que a aceitava como parte de seu destino.

Los de abajo apresenta diversas cenas que iam ao encontro dos interesses do novo Estado mexicano, sendo aceito por este como um “romance-exemplo” desta nova “cultura revolucionária”. Entre as imagens evocadas no romance de Azuela, destacam-se as de fuzilamento e as de morte. Os fuzilamentos representados no livro conduzem a outros níveis de significado, como a valentia, o desprezo pela morte, ou mesmo a representação da própria Revolução Mexicana, marcada por milhares de mortes.

É possível pensar que, enquanto obra ficcional, *Los de abajo* se configura como um meio expressivo no qual se manifesta um estado de mundo – a Revolução Mexicana e seu contexto social-político, com valores, usos e costumes circulantes. Considerando que existe aí uma mimesis em atividade (LIMA, 2006), encontramos semelhanças com o processo revolucionário – as situações de combate descritas, alguns momentos importantes da Revolução, como a Convenção de Aguascalientes, e nomes de pessoas que realmente atuaram nela, como Villa, Carranza. Também percebemos como estas semelhanças se desdobram em diferenças – em meio às situações e personagens reais encontramos personagens fictícias, além de lutas e situações que não ocorreram. Não obstante, estas semelhanças e diferenças se convergem em uma homologia funcional: *Los de abajo* ocupa na ficção o lugar da Revolução Mexicana em seu contexto histórico. Este é mais um aspecto que permitiu que o Estado mexicano se apropriasse da obra para a construção de sua ideologia revolucionária.

Também é possível refletir para além desta apropriação do Estado, pois a recepção de uma obra literária dificilmente pode ser controlada de tal forma que não seja viável o surgimento de interpretações diferentes. A partir da análise de Luiz Costa Lima, pode-se inferir que o ato de fingir, ou seja a irrealização do real e a

realização do imaginário⁸⁰⁴, possibilita-nos não só a desautomatizar qualquer ação do real, mas também impede que qualquer interpretação se coloque como a única possível. O ato de fingir, de certa forma, nos permite refletir sobre as diversas possibilidades contidas na concretude, configura o mundo do *como se*.

Ao concluir, é interessante atentar para o fato de que a ficção, diferentemente da história – que segundo Ginzburg (GINZBURG, 2002) se articula através de uma relação entre retórica e prova –, possui uma licença poética, não precisa legitimar seu argumento através da consulta a arquivos ou testemunhas. Porém, como tento mostrar, nada impede de que uma obra ficcional se constitua como uma interessante fonte documental para o historiador. *Los de abajo*, embora seja excelente como fonte histórica para entendermos as sensibilidades presentes durante o contexto revolucionário mexicano e seus desdobramentos, nem por isso perde em qualidade literária, permanecendo assim, uma leitura bastante prazerosa.

Bibliografia:

AGUILAR CAMÍN, Héctor & MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana: História mexicana contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: Edusp, 2000.

ARCINIEGA, Victor Díaz. *Querella por la cultura “revolucionaria” (1925)*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

AZUELA, Mariano. *Los de Abajo*. Edición Crítica. Colección Archivos, RUFFINELLI, Jorge (coord.). Ed. ALLCA/UFRJ, 1996.

BAGGIO, Kátia Gerab. *Reflexões sobre o nacionalismo em perspectiva comparada: as imagens da nação no México, Cuba e Porto Rico*. *Varia Historia*. Vol.28 Belo Horizonte, UFMG, 2002, p.39-54.

BARBOSA, Carlos Alberto S., *Morte e vida da Revolução Mexicana: Los de Abajo de Mariano Azuela*. Dissertação de Mestrado, PUC, SP, 1996.

⁸⁰⁴ Lima se baseia na teoria de Wolfgang Iser para pensar o ato de fingir.

- CUMBERLAND, Charles C. *Madero y la revolución mexicana*. Mexico: Siglo Veintiuno, 1977.
- DESSAU, Adalbert. *La novela de la Revolución Mexicana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1973.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GOMES, Warley A. A Revolução Mexicana na literatura: As representações literárias de Mariano Azuela. In: *História e-história*. <http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=259>
Data de acesso: 18/02/2010.
- LIMA, Luiz Costa. *História, ficção e literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MONTFORT, Ricardo Pérez. Indigenismo, hispanismo y panamericanismo em la cultura popular mexicana de 1920 a 1940. In: BLANCARTE, Roberto (comp.). *Cultura e identidad nacional*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994, p.343-383.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

A FORMAÇÃO DO ESTADO LAICO, SEU DESENVOLVIMENTO E REPERCUSSÕES JURÍDICAS

Yuri Frederico Oliveira Fernandes
Graduando em Direito UCAM - RJ

1. Conceito sobre Estado Laico

Preliminarmente, para início de estudo, deve-se buscar uma breve noção conceitual e uma compreensão mais apurada sobre o Estado Laico e laicidade.

Segundo o dicionário Aurélio, Laico é sinônimo de leigo e antônimo de clérigo – sacerdote católico – membro inserido na estrutura da Igreja.

Em busca de um conceito etimológico, podemos vislumbrar que laico foi extraído do termo laikós, de origem grega, designando o que se refere ao povo – laós – distinguindo os membros da Igreja das demais pessoas.

Através de tal definição, a constituição do Estado se difere do Estado religioso, como no caso do Vaticano, Bolívia ou da Argentina, este último consagrou oficialmente sua forma estatal no artigo 2º de sua Constituição Federal, onde se lê: “El Gobierno federal sostiene el culto católico apostólico romano” (O Governo federal apóia a religião católica apostólica romana).

De igual modo, é errônea a relação do Estado Laico com o Estado Ateu, como comumente ocorre, uma vez que o Ateísmo também configura uma forma de crença. Desta forma, assinala Pontes de Miranda que “a liberdade de crença compreende a liberdade de ter uma crença e a de não ter uma crença”.

Assim, o Estado Laico, também conhecido como Estado Secular, não possui uma religião oficial, permanecendo neutro e imparcial, combatendo preconceitos e discriminações religiosas, não professando uma ideologia irreligiosa ou anti-religiosa, garantindo a liberdade de crença oriunda da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e pela Constituição federal de 1988.

2. Análise Histórica das Constituições Brasileiras

A primeira Constituição Brasileira, outorgada no ano de 1824, ditava em seu artigo 5º que “A religião Catholica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior ao Templo”.

Desta forma, apesar de não mais reprimir de forma totalitária os cultos de outros grupos religiosos, o que aparentava ser o início da liberdade de crença religiosa, na verdade, a disposição constitucional referida acarretou a oficialização da religião estatal em detrimento das outras formas de religião.

Uma forma de modificar este panorama seria através da eleição, com o sufrágio e a candidatura de um ou mais membros de grupos minoritários, o que foi rechaçado no artigo 85, parágrafo 3º, do mesmo documento, onde se determinava “os que não professarem a religião do Estado” não poderiam ser eleitores, nomeados Deputados, Senadores e Membros dos Conselhos de Província, configurando clara afronta aos direitos políticos em face da liberdade de crença religiosa.

Ainda de acordo com a Constituição de 1824, para aclamar um novo Imperador ou empossar um Conselheiro de Estado, era requisito fundamental a manutenção da religião oficial, sobre juramento, previsto nos artigos 103, 106 e 141.

Já a Constituição Federal Brasileira de 1891 inovou na matéria, tornando o Estado Laico em seu artigo 72, parágrafo 7º, indicando que “nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados”, em paridade ao parágrafo 3º do mesmo artigo, onde encontramos que “todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum”, caracterizando, à época, um sistema mais aproximado ao chamado Estado Laico Puro, sem a influência da Igreja no Governo e com a garantia constitucional do direito à liberdade de crença.

Por outro lado, este documento deixou a desejar quando se manifestou de forma contrária ao exercício dos direitos políticos aos “religiosos de ordens monásticas”, contido no artigo 70, parágrafo 1º, 4º parte, através do argumento de que seus votos estariam sujeitos à obediência que importaria na renúncia à liberdade individual, o que de certa forma se justifica quando analisamos o período histórico, com a Proclamação da República e o fim do regime Imperialista que era ditado por dogmas, influências religiosas, gerando um desequilíbrio na balança justamente para alcançar um equilíbrio mais adiante, movendo o fiel para o lado da República, com seus princípios ainda não solidificados em desfavor do sistema Governamental anterior, perfeitamente solidificado e resistente as inovações.

A Constituição de 1934 pouco inovou nesta matéria, mantendo-se Laica, vedando a relação de aliança ou dependência com qualquer culto ou Igreja, porém prevendo a colaboração recíproca nos casos de interesse coletivo, de acordo com artigo 17, III, do referido documento. O grande avanço desta carta constitucional foi a garantia do exercício dos direitos políticos aos membros relacionados às doutrinas religiosas.

O advento da Constituição de 1937 pouco interferiu na matéria em debate no seu caráter evolutivo, pois sua origem ditatorial tratava de reprimir a todos, sem discriminação, fazendo nota somente aos casos em que a impossibilidade de cumprir determinação legal, por força de convicção religiosa, ocasionaria a perda dos direitos políticos, mais pelo caráter imperativo do que por preocupação com o envolvimento de determinada crença religiosa com a forma de Governo, como visto no artigo 119, B, da referida carta.

Ainda no documento de 1937, era prevista a garantia do livre exercício de culto religioso, conforme o artigo 122, 4º, observando as exigências de ordem pública para evitar a formação e manutenção de associações com o caráter para-militar.

A promulgação da carta Constitucional de 1946 foi de grande importância para a recuperação dos direitos e garantias fundamentais no pós ditadura.

Da mesma forma que a carta de 1934, a constituição de 1946 tratou da vedação a alianças e dependência com qualquer culto ou Igreja, ressalvada a possibilidade de colaboração recíproca em função de interesse público, 31, III.

Em seu artigo 31, II, também se vedava ao Estado o estabelecimento ou subvencionamento de cultos religiosos ou embaçar-lhes.

Entretanto, passou a conceder o benefício estipulado no artigo 31, B, da vedação de cobrança de impostos aos templos de qualquer culto, de forma indiscriminada com a livre garantia de culto, artigo 141, parágrafo 7º.

Ora, como se pode não subvencionar e ao mesmo tempo prestar imunidade ao pagamento de tributos aos templos, de uma forma que não seja no mínimo um custeio indireto?

O questionamento abordado no parágrafo anterior, perdura até a presente lei maior, adicionando ainda outras questões interessantes.

3. A Constituição Federal de 1988 e o Sistema Vigente

O documento de 1988, um tanto mais complexo que os anteriores, agiu de forma contraditória logo em suas primeiras linhas, quando em seu preâmbulo justificou sua promulgação sob a proteção de Deus, porém, em seu artigo 19, I, dita que é vedado à União, aos Estados e aos Municípios “estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público”.

Podemos encontrar, também no mesmo documento, a imunidade tributária aplicável aos templos religiosos, artigo 150, VI, “b”, vedando a instituição de impostos a templos de qualquer culto.

Como pode o Estado não cobrar impostos de um templo religioso, onde ocorrem os rituais de culto que são o alicerce fundamental da religião e ao mesmo tempo não subvencioná-los, este caso, a nosso ver, caracteriza no mínimo uma subvenção indireta.

Também não é raro nos dias atuais a movimentação da máquina estatal para sacramentar feriados de cunho religiosos.

Prevê a Constituição Baiana, que é dever do Estado respeitar e garantir a religião afro-brasileira, no artigo 275 deste diploma legal, em uma clara afronta aos princípios norteadores do Estado Laico, possibilitando o custeio às necessidades da religião, que de certa forma, acabou sendo oficializada neste Estado.

Ademais, é comum no dias atuais, adentrar em prédios públicos e se deparar com símbolos religiosos, como no caso dos crucifixos pregados nas paredes das salas de audiências no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, encontrar monumentos com conotação religiosa em logradouros públicos e visualizar nas cédulas de Real a menção “Deus seja louvado”.

Ocorre que em muitos casos como os citados acima, uma religião acaba por ser preterida em função de outra, pois o que justifica o louvor a Deus nas cédulas e não a Buda?

Diversos autores afirmam que através do princípio da maioria, o Estado pode dispensar tratamento igual a todas as religiões, afirmando que a preferência estatal por determinado credo é a vontade majoritária popular.

É cediço que vivemos em uma república, que a todos é conferido o direito de igualdade e sendo respeitada a vontade de uma minoria desfavorecida, desta forma, como se sente o indivíduo que tem crença adversa da maioria e se depara com a exaltação a outro “Deus” em documento público que não seja o seu ou que ao entrar em uma sala de Tribunal é julgado por um Magistrado que ostenta acima de sua cabeça um símbolo religioso diverso da sua cultura religiosa? Qual é a validade destes atos do ponto de vista da liberdade de crença, uma vez que a crença majoritária acaba reprimindo a minoritária ou menos favorecida?

Sabemos que para a convivência em sociedade, em muitos casos é necessário ceder e tolerar, que muitos conflitos são oriundos da falta de prática destes verbos e somente o Estado é o principal legitimado para solucionar os conflitos.

É de suma importância que o Governo conceda e busque um equilíbrio entre os mais variados grupos, o que não ocorre.

Entendemos desta forma, que o Estado brasileiro não pode se considerar um Estado Laico Puro ou um simples Estado Laico, que de certa forma também não é um Estado atrelado a somente uma religião, apesar da influência da religião com maior quantidade de membros e tradição dentro de solo nacional.

O Estado em que vivemos ainda carece de formas limitadoras de sua atuação na matéria em debate, o que, ao nosso entendimento, deveria ser somente de não interferência e conciliação dos conflitos entre dois ou mais grupos.

A forma estatal constituída em 1988 não é laica, e da mesma forma não é religiosa. Entendemos que a forma estatal brasileira faz parte de um processo de laicização não concluso.

FONTES DE PESQUISA

_____ Constituição de 1824. Disponível na internet: <
<http://www.planalto.gov.br>>

_____ Constituição de 1891 Disponível na internet: <
<http://www.planalto.gov.br>>

_____ Constituição de 1934 Disponível na internet: <
<http://www.planalto.gov.br>>

_____ Constituição de 1937 Disponível na internet: <
<http://www.planalto.gov.br>>

_____ Constituição de 1946 Disponível na internet: <
<http://www.planalto.gov.br>>

_____ Constituição de 1988 Disponível na internet: <
<http://www.planalto.gov.br>>

BIBLIOGRAFIA GERAL

CAPEZ, Fernando. *O Estado Laico e a retirada de símbolos religiosos de repartições públicas*. Artigo publicado no site da Ordem dos Advogados do Estado de São Paulo. Disponível na internet: < <http://www.oabsp.org.br>>

CASTRO, Flávia Lages de. *História do Direito, Geral e Brasil*. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

FIGUEIREDO, Dom Fernando Antônio. *Introdução à Patrística*. RJ, Editora Vozes, 2009, p. 46.

MARTINS, Ives Gandra. *O endeusamento do Estado Laico*. Artigo publicado no site do Jornal do Brasil. Disponível na internet: <www.jbonline.terra.com.br>

MENDES, Gilmar Ferreira. COELHO, Inocêncio Mártires. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 4ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

MIRANDA, Pontes de. *Comentários a Constituição de 1967*.

PEREIRA, Victor Maurício Fiorito. *O Estado Laico e a Democracia*. Artigo publicado no site da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público. Disponível na internet: <<http://www.conamp.org.br>>

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 13ª edição. São Paulo: Editora Malheiros, 1997.

CONFLITOS E REBELIÕES DE ESCRAVOS NO SUL DO MATO GROSSO – SÉCULO XIX.

Zilda Alves de Moura*

Embora a revolta e descontentamento fosse o que tomara conta dos negros escravizados no Brasil, percebemos que, nem sempre, a luta e resistência - seja ela individual ou coletiva - refletia na busca pela liberdade jurídica. Andando pelas ruas, ainda que a trabalho, longe dos olhos do feitor, o cativo podia sentir-se mais “livre”, tinha oportunidade de conhecer e conversar com outros iguais, ver o movimento da cidade, tomar umas cachaças e, até mesmo, pensar ou empreender uma fuga. No entanto, esses espaços de *liberdade* eram limitados pelos códigos de posturas municipais, que disciplinavam a vida do cativo nas vilas urbanas. Em 1881, o então vice-presidente da Província de Mato Grosso comunicou em assembléia: “Fica igualmente proibido: o trânsito de escravos sem bilhete de seus senhores depois do toque de recolher [...]. E para que chegue ao conhecimento de todos, mando lavrar o presente que será fixado na porta d’esta Secretaria e publicado pela imprensa.”⁸⁰⁵

Os trabalhadores submetidos, quando não estavam sob a vigilância daqueles para quem serviam em suas propriedades, eram velados nas ruas pela severa sociedade que não permitia que a dominação e a exploração fossem ameaçadas. Uma das funções da polícia do período escravista foi a de “feitora”. Vários relatórios dos presidentes da Província de Mato Grosso registraram a preocupação constante com as revoltas e fugas de cativos. Em vários momentos, particulares e instituições solicitaram reforços policiais e de camaradas para engrossarem as correntes que perseguiram os negros.

* Historiadora sul-mato-grossense. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina/Florianópolis. Pesquisa temas sobre o trabalho, a escravidão mato-grossense e brasileira; afro-descendentes e relações sociais no Brasil.

⁸⁰⁵ Fala com que o vice-presidente, tenente-coronel José Leite Galvão, abriu a 2ª sessão da 23ª Legislatura da Assembléia da Província, 3 de maio de 1881. Cuiabá: J.J. R. Calhão, p. 5-6.

Em 1838, pedia-se “criação de Guardas encarregados da polícia das Vilas e Freguesias, segurança das prisões, destruição de quilombos, prisão de escravos fugidos, seria de muita utilidade [...]”.⁸⁰⁶ Em 1877, o general Hermes da Fonseca, presidente da Província de Mato Grosso, descrevia tais *necessidades*: “[...] a reforma de regulamento policial, a criação de disposições regulamentares do engajamento de camaradas para evitar o acoutamento de negros fugidos e desertores que no interior da Província se faz por especulação em não pequena escala [...]”.⁸⁰⁷

Para resistir ao sistema que os oprimia, cativos e cativas criaram várias formas de se oporem ao poder dos proprietários e de seus mandatários. Comportamentos que afligiam o poder dominante quando os trabalhadores sabotavam o trabalho, furtavam a produção, destruíam os instrumentos de trabalho, participavam de levantes, fugas, crimes, roubos, etc. Essas ações sempre acompanharam o cotidiano escravista, ameaçando-o.

A prática de abortar filhos, adotada pelas cativas, foi interpretada por muitos pesquisadores como uma forma que elas encontraram de negar ao sistema mais um cativo. Uma questão muito relativa. A mulher escravizada parece ter resistido à natalidade em boa parte, porque ela lhe acrescia trabalho em um contexto já muito difícil. A maternidade biológica na escravidão estava em geral desprovida das suas retribuições sociológicas tradicionais na sociedade doméstica. Por outro lado, durante muito tempo, até o fim do tráfico internacional, em geral o escravizador se despreocupou com a reprodução natural da escravaria.

A região mato-grossense requeria, à época, de muita força de trabalho para dar conta dos serviços nas minas de ouro e produção de gêneros de abastecimento. Em 1799 os membros do Conselho Ultramarino registraram que uma boa medida para aumentar a mão

⁸⁰⁶ Discurso recitado pelo presidente da Província de Mato Grosso, José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da 1ª sessão da 2ª Legislatura da Assembléia, dia 1º de março de 1838. Cuiabá: Provincial, 1845. p. 20.

⁸⁰⁷ Fala com que o general Hermes Ernesto da Fonseca, abriu a 2ª sessão da 21ª Legislatura da Assembléia de Mato Grosso, dia 3 de maio de 1877. Cuiabá: Largo do Palácio, p. 10-11.

de obra, ou seja, a população submetida, seria através do casamento, e daí o surgimento de filhos. No entanto, essa prática não estava sendo realizada: “As pobres mães no tempo da gravidação e da criação, não experimentam diferença alguma no trabalho, e a falta de humanidade com que por via de regra são tratadas, faz com que até algumas cheguem a matar os seus próprios filhos, antes e depois de nascidos, só para que não venham a ser vítimas da sua infeliz sorte.”⁸⁰⁸ Segundo parece, ainda no século 19, as cativas mantinham as mesmas práticas abortivas. O cronista Saint-Hilaire citando Eschwege [sobre a Província de São Paulo], escreveu em 1820, que entre as causas de “pouca fecundidade das negras de Minas, ele enumera os maus tratos que elas muitas vezes sofriam durante a gravidez e o bárbaro costume que tinham essas mulheres de abortar [...]”.⁸⁰⁹

Revoltas: matar ou morrer

Foi tencionando e ameaçando que alguns cativos dos “Garcia Leal”, de Santana do Paranaíba (sul do Mato Grosso), tiveram revogadas as suas “cartas de liberdades”. Em 1844, Januário Garcia Leal, revogou a carta de liberdade concedida para o cativo Camilo: “[...] como dito escravo se porta cometendo algumas tentativas de homicídios, tratando com pouco respeito ao seu Senhor e finalmente evadindo-se e induzindo mais escravos da casa para lhe acompanhar e como de fato, assim o fizeram [...]”.⁸¹⁰

Em 1847, Joaquim Garcia Leal solicitou ao cartório do 1º ofício de Santana do Paranaíba: “Tendo eu feito a graça aos meus escravos que por meu falecimento gozariam então de suas liberdades, isto mesmo já se lançado no Cartório de Juiz de Paz, antes mesmo do

⁸⁰⁸ “Observações sobre a louvação da freguesia de Vila Bela de Santíssima Trindade de Mato Grosso, segundo o exato recenseamento que se fez dos seus habitantes nos anos de 1769 e 1797”. Biblioteca Nacional de Lisboa. Conselho Ultramarino. Vila Bela, 15 de maio de 1799. NDIHR/UFMT.

⁸⁰⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. São Paulo: EdUSP, 1976. p. 73.

⁸¹⁰ Cartório do 1º Ofício de Santana do Paranaíba. Livro de Notas 01, 1844. p. 182-v.

meu falecimento, o escravo Antônio Procópio, crioulo, tencionou a me tirar a vida [...]. Mando lançá-lo fora por não merecer de minha pessoa a graça que eu faria.”⁸¹¹

Pelos documentos do mesmo cartório, de 1847 até o ano de 1865, Joaquim Garcia Leal revogou as cartas de liberdade dadas aos trabalhadores subjugados por ele por sentir-se ameaçado. Em 1854, solicitou ao mesmo cartório a revogação das cartas de liberdades de Jeraldo, crioulo, e Luiza, crioula, pois “têm se tornado ingratos não me servindo como deviam e até evadindo-se de minha companhia [...]”.⁸¹² Em 1865, Joaquim Garcia Leal retornou ao cartório de Santana do Paranaíba, dessa vez para revogar a carta do cativo Lauriano, filho de Theresa, também cativa. “[...] vem por este público Instrumento, e na melhor forma de direito, revogar a liberdade concedida ao mencionado escravo Lauriano pardo; revoga sim pela ingratidão que usou com ele libertante e pela ofensa que declarou o mesmo outorgante que foi ofendido com um pau sobre a cabeça por repetidas vezes e pelos braços, a ponto de lhe quebrar um dos canais do braço esquerdo [...]. O outorgante reconheceu que a intenção do dito era matar ou assassinar porque para o deixar foi preciso ser acudido pelas escravas que se achavam em casa [...]”.⁸¹³ No ato, Joaquim Garcia informou que o cativo Lauriano, depois de agredi-lo, fugiu para Minas Gerais. Destaque-se que a promessa de liberdade comumente não era garantia de submissão do trabalhador escravizado.

Em 1854, o presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, acusou os trabalhadores escravizados de serem os principais responsáveis por diversos casos de ferimentos, homicídios e roubos. “Estes crimes pouco diferem pelas suas circunstâncias dos que se perpetraram nos anos anteriores; provieram, pela maior parte, de rixas entre gente da ínfima classe do povo, e em que foram as vítimas os agressores [...]. Consta terem sido cometidos três roubos e

⁸¹¹ Cartório do 1º Ofício de Santana do Paranaíba. Livro de Notas 01, 1847. p. 141, v.2.

⁸¹² Cartório do 1º Ofício de Santana do Paranaíba. Livro de Notas 01, 1854. p. 184.

⁸¹³ Cartório do 1º Ofício de Santana do Paranaíba. Livro de Notas 01, 1865. p.115-6.

sete furtos, cujos autores são quase todos escravos.”⁸¹⁴ Ao longo de todo o período escravista mato-grossense, observou-se nos relatórios provinciais e de polícia que a maioria dos *atos criminosos* era imputado aos pobres ou cativos: “Reportando-me as considerações que, sobre este importante assunto, cabe-me dizer-vos que os crimes, no decurso de 1873, cometidos na Província contra a vida ou propriedade, o foram em geral por escravos ou pessoas de ínfima condição por sua falta de educação e instrução.”⁸¹⁵ A partir da nova ética, os fatores a estimular o crime eram agora a ociosidade e a ignorância, que deveriam ser reprimidas, como eram também reprimidas as festas e danças populares, por propiciarem a ocorrência de delitos e por colocarem em risco a ordem almejada pelo cidadão.⁸¹⁶

Em 1873, em Cuiabá foram presos 149 cativos, sendo 48 por tentativa de fuga; desses, 29 eram homens e 19 mulheres. E os restantes, foram presos “por motivos diversos”.⁸¹⁷ Não há dúvidas que motivos não faltaram ao negro escravizado a se rebelar. Para a manutenção do sistema, os escravistas impunham uma estrutura de dominação tal que o trabalhador escravizado, no limite de sua resistência, respondia comumente com irreduzível oposição ao trabalho, sabotagem da produção, roubos, ou, até mesmo, atentados, fugas, suicídios, etc. Mesmo a *acomodação* à escravidão, dava-se no contexto dessa incessante resistência que determinou inexoravelmente a sociedade escravista.

Por todo o Império, em meados do século 19, os cativos promoveram diversos atentados contra proprietários, feitores e

⁸¹⁴ Relatório do presidente da Província de Mato Grosso, o capitão de Mar e Guerra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa, em 3 de maio de 1854. Cuiabá: Echo Cuiabano, 1854. p.6.

⁸¹⁵ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa de Mato Grosso, na 1ª sessão da 20ª Legislatura no dia 3 de maio de 1874, pelo presidente da Província, o general José de Miranda da Silva Reis. Cuiabá: Souza Neves & Cia, p.6.

⁸¹⁶ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão: Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá, 1850-1888*. São Paulo: Marco Zero; Cuiabá: EdUFMT, 1993. p. 95.

⁸¹⁷ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa de Mato Grosso, 1ª sessão da 20ª Legislatura, dia 3 de maio de 1874, pelo presidente da Província, José de Miranda da Silva Reis. Cuiabá: Souza Neves & Cia, p. 25-6.

representantes da classe dominante. No Mato Grosso não foi diferente: “A 16 de maio, no distrito do Rosário e no lugar denominado – Porto Alegre – os escravos fugidos do quilombo do Rio Manso do Sul, assaltaram o sitio de Salvador de Almeida Lara, raptaram duas mulheres e mataram a Manoel Antonio, que vivia em companhia delas.”⁸¹⁸

Pode-se ter uma noção tanto das estratégias de combate aos quilombos como das estratégias de sobrevivência destes em alguns ofícios dos presidentes da província do Mato Grosso. Em 1839, foi enviada uma bandeira contra o quilombo Piraputangas na Província de Mato Grosso, quando abatido: “Tinha grandes roças porque o seu forte era a lavoura, e tão provisionado os seus seleiros que não foi possível a bandeira dar consumo aos mantimentos que achara”. O presidente informou ainda que: “A numerosa escravatura que ali exhibia tentou resistir a Força, mas por meio das armas logo cedeu, evadindo-se alguns e sendo presos muitos escravos [...]”.⁸¹⁹ No mesmo relatório, o presidente escreveu que existia em diversos lugares da Província muitos quilombos, “fazendo-se notável um que há nas proximidades de Villa Maria. Convém faze-los abater e destruir. Estas reuniões de escravos fugidos, não só pelos prejuízos que ocasionam a seus donos, mas também pelo perigo da segurança vida e fazendas dos povos e finalmente pelo alento que dão as fugas de outros escravos a quem oferecem guarida”.⁸²⁰

⁸¹⁸ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província de Mato Grosso, pelo presidente da mesma Província, tenente-coronel, Francisco José Cardoso Junior, no dia 4 de outubro de 1872. Rio de Janeiro: Apostolo, p.18.

⁸¹⁹ Relatório do presidente da Província de Mato Grosso na ocasião da abertura da Assembléia Legislativa, no dia 1º de março de 1840. Cuiabá: Provincial. p. 34.

⁸²⁰ Id. Ib.

